

MAXIMILIANO GONÇALVES DA COSTA

**OS JESUÍTAS E A ORGANIZAÇÃO DA UNIVERSIDADE CATÓLICA
DE GOIÁS (1954-1979)**

GOIÂNIA
2025



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO (TECA) PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a [Lei 9.610/98](#), o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo das Teses e Dissertações disponibilizado na BDTD/UFG é de responsabilidade exclusiva do autor. Ao encaminhar o produto final, o autor(a) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

1. Identificação do material bibliográfico

☐ Dissertação ☒ Tese ☐ Outro*: _____

*No caso de mestrado/doutorado profissional, indique o formato do Trabalho de Conclusão de Curso, permitido no documento de área, correspondente ao programa de pós-graduação, orientado pela legislação vigente da CAPES.

Exemplos: Estudo de caso ou Revisão sistemática ou outros formatos.

2. Nome completo do autor

MAXIMILIANO GONÇALVES DA COSTA

3. Título do trabalho

**OS JESUÍTAS E A ORGANIZAÇÃO DA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE
GOIÁS (1954-1979)**

4. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador)

Concorda com a liberação total do documento ☒ SIM ☐ NÃO¹

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante:

a) consulta ao(à) autor(a) e ao(à) orientador(a);

b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo da tese ou dissertação. O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

Obs. Este termo deverá ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.



Documento assinado eletronicamente por **Maximiliano Gonçalves Da Costa**, **Discente**, em 04/06/2025, às 14:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Miriam Fábila Alves**, **Professor do Magistério Superior**, em 09/06/2025, às 10:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_org_ao_acesso_externo=0, informando o código verificador **5416639** e o código CRC **06171E33**.

Referência: Processo nº 23070.011208/2025-92 SEI nº 5416639

MAXIMILIANO GONÇALVES DA COSTA

**OS JESUÍTAS E A ORGANIZAÇÃO DA UNIVERSIDADE CATÓLICA
DE GOIÁS (1954-1979)**

Tese de doutorado apresentada à Banca de Defesa como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Educação, do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás.

Linha de Pesquisa: Estado, Políticas e História da Educação.
Área de Concentração em Educação.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Miriam Fábila Alves.

GOIÂNIA

2025

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Costa, Maximiliano Gonçalves da
Os jesuítas e a organização da Universidade Católica de Goiás
(1954-1979) [manuscrito] / Maximiliano Gonçalves da Costa. - 2025.
CDI, 401 f.: il.

Orientador: Profa. Dra. Miriam Fábila Alves.
Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de
Educação (FE), Programa de Pós-Graduação em Educação, Goiânia, 2025.
Bibliografia. Anexos.
Inclui siglas, mapas, fotografias, tabelas, lista de figuras, lista de
tabelas.

1. História da Educação. 2. História da Igreja Católica em Goiás. 3.
Companhia de Jesus. 4. Jesuítas. 5. Universidade Católica de Goiás. I.
Alves, Miriam Fábila, orient. II. Título.

CDU 37(09)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

ATA DE DEFESA DE TESE

Ata Nº 17 da sessão de Defesa de Tese de **MAXIMILIANO GONÇALVES DA COSTA** que confere o título de **Doutor em Educação** pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás - PPGE/FE/UFG, na *área de concentração em Educação*.

Aos **seis dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e cinco (06/05/2025)**, a partir das **14h**, nas dependências da Faculdade de Educação e em plataforma virtual no link público de acesso <http://meet.google.com/nzo-qphk-qsy>, realizou-se a sessão pública de Defesa de Tese intitulada **"OS JESUÍTAS E A ORGANIZAÇÃO DA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS (1954-1979) "**. Os

trabalhos foram instalados pela Orientadora, Professora Doutora **Miriam Fábila Alves (PPGE/FE/UFG)**, doutora em **Educação** pela **UFMG**, com a participação dos demais integrantes da Banca Examinadora: Professor Doutor **João Ferreira de Oliveira (PPGE/FE/UFG)**, doutor em **Educação** pela **USP** - integrante titular interno, Professor Doutor **Wilson Alves de Paiva (PPGE/FE/UFG)**, doutor em **Educação** pela **USP** - integrante titular interno, Professor Doutor **Justino Pereira de Magalhães (Universidade de Lisboa/Portugal)**, doutor em **História** pela **Universidade do Minho, Portugal** - integrante titular externo e Professora Doutora **Maria Zeneide Carneiro Magalhães de Almeida (PUC- Goiás)**, doutora em **História** pela **UnB** - integrante titular externa. Durante a arguição os integrantes da banca **não fizeram** sugestão de alteração do título do trabalho. A Banca Examinadora reuniu-se em sessão secreta a fim de concluir o julgamento da Tese, tendo sido o candidato **aprovado** pelos seus integrantes. Proclamados os resultados pela **Prof.^a Dr.^a Miriam Fábila Alves**, Presidente da Banca Examinadora, foram encerrados os trabalhos e, para constar, lavrou-se a presente ata que é assinada pelos Integrantes da Banca Examinadora, aos seis dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e cinco.

Banca Examinadora:

Prof.^a Dr.^a Miriam Fábila Alves

Prof. Dr. João Ferreira de Oliveira

Prof. Dr. Wilson Alves de Paiva

Prof. Dr. Justino Pereira de Magalhães

Prof.^a Dr.^a Maria Zeneide Carneiro Magalhães de Almeida

TÍTULO SUGERIDO PELA BANCA



Documento assinado eletronicamente por **Miriam Fábila Alves, Professor do Magistério Superior**, em 21/05/2025, às 08:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Wilson Alves De Paiva, Professor do Magistério Superior**, em 21/05/2025, às 09:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Joao Ferreira De Oliveira, Professor do Magistério Superior**, em 26/05/2025, às 07:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Daniela Da Costa Britto Pereira Lima, Coordenadora de Pós-Graduação**, em 02/06/2025, às 16:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **5343592** e o código CRC **0D94B29A**.

AGRADECIMENTOS

“Se formos portadores de gratidão, o mundo também se tornará melhor, talvez só um pouco, mas é suficiente para lhe transmitir um pouco de esperança. O mundo precisa de esperança, e, com a gratidão, com o comportamento de ação de graças, nós transmitimos um pouco de esperança. Tudo está unido e interligado, e cada um pode desempenhar a sua parte onde quer que esteja” (Papa Francisco, 20/12/2020).

Ao concluir essa etapa tão importante da minha formação acadêmica, entendo que só foi possível graças à bondade de Deus, que um dia me amou e me chamou, dando-me a graça da vida, do batismo que me fez católico, da catequese e do testemunho que recebi dos meus familiares, em especial dos meus pais, José Libério e Maria da Glória, e da minha avó Maria Teodora. Agradeço também pelo itinerário formativo que recebi por parte da Igreja Católica, pelo ministério presbiteral, sentido do meu estudar e aprofundar no conhecimento da história da Igreja.

Agradeço a Dom Washington Cruz, arcebispo emérito da Arquidiocese de Goiânia, que me permitiu ingressar no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Goiás em 2021, quando fui aprovado no processo seletivo para o doutorado. A Dom João Justino de Medeiros Silva, arcebispo Metropolitano de Goiânia, que sempre me apoiou e animou nessa trajetória final do doutorado.

Aos amigos padres diocesanos Antônio Donizeth Nascimento, João Batista de Lima e José Willian Barbosa, que, ao longo desse itinerário, foram presenças amigas estimuladoras para a realização desse percurso formativo.

Aos padres jesuítas que me abriram as portas de seus arquivos, permitindo que eu acessasse toda a documentação utilizada na construção da tese. Ao pe. José Abel de Sousa, S.J., que foi presença amiga e animadora ao longo desse tempo, atuando como mediador junto às instâncias da Companhia de Jesus para que eu pudesse acessar os dados e fontes históricas necessárias. Ao pe. Arturo Sosa, S.J., superior geral dos jesuítas, que me permitiu acessar a documentação do Arquivo Romano da Companhia de Jesus até o ano de 1979. Ao pe. Cláudio Paul, S.J., brasileiro residente em Roma, responsável pela atuação dos jesuítas na América Latina, com quem pude tratar toda a parte burocrática para o acesso às fontes jesuítas no Arquivo Romano. Ao pe. Roberto Barros Dias, S.J., responsável pelo arquivo da Província dos Jesuítas

no Brasil, situado no Rio de Janeiro, que me possibilitou manusear todas as fontes existentes no arquivo e relacionadas à atuação dos jesuítas em Goiânia.

À minha orientadora, professora Dra. Miriam Fábila Alves, que me acompanhou ao longo desses quatro anos, contribuindo para o aprimoramento do meu trabalho. À professora Dra. Maria Zeneide Carneiro, que me provocou e sugeriu a temática dos jesuítas em Goiânia para a pesquisa desta tese. Aos professores da banca, Dr. Justino Magalhães, Dr. João Ferreira de Oliveira e Dr. Wilson Alves de Paiva, que compartilharam seus conhecimentos, possibilitando um aprimoramento mais qualificado da tese.

À Paróquia Nossa Senhora Auxiliadora, matriz de Senador Canedo, onde atuo como pároco, que me proporcionou condições de tempo e recursos para o bom êxito do curso.

Ao Governo Federal, que, por meio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), financiou esta pesquisa, concedendo-me uma bolsa de estudos que me possibilitou custear todas as despesas e viagens necessárias para o bom êxito da pesquisa, principalmente para acessar os arquivos jesuítas dentro e fora do Brasil.

A todas as instituições e pessoas que, direta ou indiretamente, contribuíram para a realização deste trabalho, meu sincero agradecimento.

Só me resta agradecer e louvar!

Não é o muito saber que sacia e satisfaz a pessoa, mas o sentir e saborear as coisas internamente (Loyola, 2006).

RESUMO

Esta tese está vinculada à Linha de Pesquisa Estado, Políticas e História da Educação, do Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás (PPGE/FE/UFG). Seu objetivo é compreender a atuação da Companhia de Jesus na educação superior católica em Goiás, tanto na fundação da Universidade Católica de Goiás (UCG) quanto nos primeiros vinte anos de administração da instituição. Trata-se do resultado de uma pesquisa histórica que contribuiu para as investigações em História da Educação e da Igreja Católica em Goiás. A pesquisa adotou uma abordagem qualitativa e, por meio de suporte documental e bibliográfico, buscou analisar a atuação dos padres jesuítas em Goiânia, com foco na implantação e sistematização da educação superior católica entre os anos de 1954 e 1979. O recorte cronológico abrange o período em que os jesuítas estiveram à frente da educação superior católica em Goiás. O recorte temporal desta tese compreende os anos de 1954, quando os jesuítas chegaram a Goiânia, a pedido do então arcebispo de Goiás, Dom Emanuel Gomes de Oliveira, para assumirem a coordenação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, germe principal da Universidade Católica de Goiás, até o ano de 1979, quando os jesuítas deixaram a administração e o trabalho na universidade em meio a conflitos internos com a hierarquia local e um grupo de professores, entregando-a aos cuidados da Arquidiocese de Goiânia. Durante esse período, a instituição teve quatro reitores jesuítas: pe. Paulo de Tarso Nacca (1959-1962), pe. Ormino Viveiros de Castro (1963-1967), pe. Cristóbal Álvarez Garcia (1968-1973) e pe. José Carlos de Lima Vaz (1973-1979). Deste modo, a pesquisa foca na atuação dos jesuítas e na contribuição dessa ordem religiosa para os primórdios da educação superior em Goiás. A pesquisa baseou-se na análise de fontes documentais, como correspondências, atas, anuários, regimentos, relatos, boletins informativos, contratos e recortes de jornal, muitas dessas fontes são inéditas e até então não acessadas em estudos acadêmicos. Quanto à escrita da narrativa histórica, além das fontes documentais, foram utilizados referenciais teóricos sobre a história e a atuação da Companhia de Jesus, como Loyola (1997, 2006), Herraiz (2002), O'Malley (2004), Durkheim (2020), Leite (1938), Miranda (2011), e Magalhães (2015). Para a construção da crítica teórica, o trabalho se apoia nas obras de Bourdieu (1983, 1987, 1989, 2004). A tensão gerada entre os jesuítas e a Arquidiocese de Goiânia resultou no fim da missão jesuítica junto a Universidade em setembro de 1979. Os motivos que culminaram nesse acontecimento estão relacionados a questões financeiras e patrimoniais, à influência das concepções da Teologia da Libertação e a um plano de poder em curso, que levaram à sua ruptura com a Universidade Católica de Goiás.

Palavras-chave: História da Educação; História da Igreja Católica em Goiás; Companhia de Jesus; Jesuítas; Universidade Católica de Goiás.

ABSTRACT

This thesis is linked to the Research Line *State, Policies, and History of Education* of the Graduate Program in Education at the Faculty of Education of the Federal University of Goiás (PPGE/FE/UFG). Its objective is to understand the role of the Society of Jesus in Catholic higher education in Goiás, both in the foundation of the Catholic University of Goiás (UCG) and in the first twenty years of the institution's administration. This study is the result of historical research that contributes to investigations in the History of Education and the Catholic Church in Goiás. The research adopted a qualitative approach and, through documentary and bibliographical support, sought to analyze the actions of Jesuit priests in Goiânia, focusing on the establishment and systematization of Catholic higher education between the years 1954 and 1979. The chronological framework covers the period during which the Jesuits were responsible for Catholic higher education in Goiás. This timeframe spans from 1954, when the Jesuits arrived in Goiânia at the request of the then Archbishop of Goiás, Dom Emanuel Gomes de Oliveira, to take over the coordination of the Faculty of Philosophy, Sciences, and Letters—the main precursor to the Catholic University of Goiás—until 1979, when the Jesuits left the administration and academic work at the university amid internal conflicts with the local hierarchy and a group of professors, handing over the institution to the care of the Archdiocese of Goiânia. During this period, the institution had four Jesuit rectors: Fr. Paulo de Tarso Nacca (1959–1962), Fr. Ormino Viveiros de Castro (1963–1967), Fr. Cristóbal Álvarez Garcia (1968–1973), and Fr. José Carlos de Lima Vaz (1973–1979). Thus, the research focuses on the Jesuits' actions and the contribution of this religious order to the early development of higher education in Goiás. The study is based on the analysis of documentary sources such as correspondence, meeting minutes, yearbooks, statutes, reports, newsletters, contracts, and newspaper clippings—many of which are unpublished and had not been previously accessed in academic studies. Regarding the writing of the historical narrative, in addition to documentary sources, theoretical references on the history and activities of the Society of Jesus were used, including works by Loyola (1997, 2006), Herraiz (2002), O'Malley (2004), Durkheim (2020), Leite (1938), Miranda (2011), and Magalhães (2015). For the construction of theoretical criticism, the study is supported by the works of Bourdieu (1983, 1987, 1989, 2004). The tension between the Jesuits and the Archdiocese of Goiânia resulted in the end of the Jesuits' mission at the university in September 1979. The reasons that led to this event are related to financial and patrimonial issues, the influence of Liberation Theology concepts, and a power plan in progress, which resulted in its break with the Catholic University of Goiás.

Keywords: History of Education; History of the Catholic Church in Goiás; Society of Jesus; Jesuits; Catholic University of Goiás.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Da Macro História a Micro História – Da Micro História a Macro História...	27
Figura 2- A Paidéia Jesuítica	82
Figura 3- Presença educacional jesuíta no Brasil colonial.....	96
Figura 4- Aldeamentos oficiais goianos – Sec. XVII (I fase).....	109
Figura 5- Povos Apinajés (1939).....	116
Figura 6- Pe. Tuveri, Pe. Servanzi e Ir. Pedro (1888-1891).....	117
Figura 7- Projeto da Residência dos Jesuítas (1958).....	151
Figura 8- Enterro simbólico de Dom Fernando Gomes dos Santos.....	174
Figura 9- Desfile dos Colégios em favor de Dom Fernando.....	178
Figura 10- Saudação do presidente da Assembleia Legislativa, Dep. Nelson Siqueira.....	179
Figura 11- Discurso de Dom Fernando Gomes dos Santos.....	180
Figura 12- Pe. Paulo de Tarso Nacca SJ.....	191
Figura 13- Brasão da Universidade de Goiás.....	193
Figura 14- Juscelino Kubitschek, paraninfo da turma de formandos em 1960.....	194
Figura 15- Organograma da Universidade de Goiás-1960.....	196
Figura 16- Pe. Ormindos Viveiros de Castro.....	215
Figura 17- Pe. Cristóbal Álvarez Garcia.....	236
Figura 18- Mapa da América Latina com a presença dos jesuítas na educação superior.....	239
Figura 19- Mapa do Brasil com a presença dos jesuítas na educação superior católica (1968-1969).....	240
Figura 20- Novo prédio da Biblioteca Central e Reitoria da UCG.....	252
Figura 21- Teatro de Arena da Biblioteca Central.....	253
Figura 22- A Estrutura da Universidade Católica de Goiás após a Reforma Universitária.....	254
Figura 23- Mapa do Campus da Universidade Católica de Goiás em Goiânia.....	255
Figura 24- Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Católica de Goiás.....	255
Figura 25- Faculdade de Filosofia da Universidade Católica de Goiás.....	257
Figura 26- Pe. José Carlos de Lima Vaz.....	258

Figura 27- Faculdade de Arquitetura da Universidade Católica de Goiás.....	262
Figura 28- Dom Fernando Gomes dos Santos-1977.....	285
Figura 29- Charge do jornal <i>Gazeta de Goiás</i> criticando o reitor pela demissão do professor Francisco Rabelo.....	298
Figura 30- Órgão de divulgação do Centro de Estudos de Artes e Arquitetura- “OCA”	302
Figura 31- Órgão de divulgação dos diretórios acadêmicos da UCG- “Quilombo”	304
Figura 32- Cartaz da greve geral dos professores mobilizados pela APUC- 1979....	333
Figura 33- Professores da APUC em Assembleia durante a greve na UCG.....	336
Figura 34- Alunos grevistas nos jardins do Ciclo Básico – UCG.....	338
Figura 35- Matéria do jornal <i>Opção</i> sobre a greve na UCG.....	340
Figura 36- Manchete no jornal <i>O Popular</i> sobre a demissão coletiva da reitoria da UCG.....	341

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- A distribuição dos jesuítas em 1957 por país.....	150
Tabela 2- A Previsão Orçamentária de 1964.....	219
Tabela 3- O Balancete Geral de Resultados da Universidade Católica de Goiás em 1974.....	266
Tabela 4- Os Professores com Licença Remunerada para estudos de Pós-Graduação.....	276
Tabela 5- O Número de alunos na Universidade Católica de Goiás 1977-1978.....	276
Tabela 6- Distribuição de Bolsas de Estudos na Universidade Católica de Goiás-1975.....	318

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Os Arquivos pesquisados para a elaboração da tese.....	38
Quadro 2- Os tipos de fontes acessadas durante a pesquisa	40
Quadro 3- As Regras – <i>Ratio Studiorum</i>	71
Quadro 4- O Currículo de Filosofia segundo a <i>Ratio Studiorum</i>	72
Quadro 5- O Currículo de Teologia segundo a <i>Ratio Studiorum</i>	72
Quadro 6- Os Colégios Católicos, Seminários, Local e Ano de Fundação.....	94
Quadro 7- As Universidades Católicas Brasileiras, Ano de Fundação e Local.....	134
Quadro 8- A Grade Curricular do Curso de Letras Clássicas.....	142
Quadro 9- A Grade Curricular do Curso de Letras Neolatinas.....	142
Quadro 10- A Grade Curricular do Curso de Letras Anglo-Germânicas.....	142
Quadro 11- A Grade Curricular do Curso de Pedagogia.....	143
Quadro 12- A Grade Curricular do Curso de Geografia e História.....	143
Quadro 13- O Currículo humanista da <i>Ratio Studiorum</i>	144
Quadro 14- As faculdades da Universidade de Goiás e seus respectivos diretores (1960).....	192
Quadro 15- As faculdades da Universidade com seus respectivos cursos.....	210
Quadro 16- As Instituições jesuítas de ensino superior na América Latina.....	238
Quadro 17- Os Departamentos e Cursos da Universidade Católica de Goiás 1972.....	251
Quadro 18- Cursos oferecidos pela Universidade Católica de Goiás em 1974.....	264
Quadro 19- A Administração da Universidade Católica de Goiás- 1977.....	272
Quadro 20- Relação das Pastorais na Arquidiocese de Goiânia – 1977.....	286
Quadro 21- Comparação entre os Estatutos da SGC de 1977 e 1979.....	330

LISTA DE SIGLAS

AP	Ação Popular
APUC	Associação dos Professores da Universidade Católica de Goiás
ARSI	<i>Archivum Societatis Iesu Romanum</i>
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CCH	Centro de Ciências Humanas
CEBs	Comunidades Eclesiais de Base
CELAM	Conselho Episcopal Latino-Americano e do Caribe
CEPAIGO	Centro Penitenciário Agroindustrial de Goiás
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CTC	Centro Técnico-Científico
DCE	Diretório Central dos Estudantes
EE	Exercícios Espirituais
IGPA	Instituto Goiano de Pré-história e Antropologia
INPS	Instituto Nacional da Providência Social
IPEHBC	Instituto de Pesquisa e Estudos Históricos do Brasil Central
IPES	Instituto de Pesquisas Econômico-Sociais
JUC	Juventude Universitária Católica
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
POLOP	Política Operária
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PUC-RIO	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
SEAS	Sociedade de Educação e Assistência Social
SER	Departamento de Serviço Social da Universidade Católica de Goiás
SGC	Sociedade Goiana de Cultura
SPAR	Secretariado de Pastoral Arquidiocesana
UCG	Universidade Católica de Goiás
UDN	União Democrática Nacional
UFG	Universidade Federal de Goiás
UNE	União Nacional dos Estudantes

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	21
O percurso teórico-metodológico.....	28
As fontes e sua tipologia.....	37
A estrutura da tese.....	48
 1 OS JESUÍTAS E A <i>RATIO STUDIORUM</i> : HISTÓRIA, DESENVOLVIMENTO E SEUS DESDOBRAMENTOS PARA A CONTEMPORANEIDADE.....	50
 1.1 A Origem dos jesuítas: Inácio de Loyola e a Companhia de Jesus	51
1.2 A <i>Ratio Studiorum</i> : seus primórdios e desenvolvimento	68
1.3 O retorno dos jesuítas após a Supressão da Companhia de Jesus (1773-1814) e a <i>Ratio Studiorum</i>	80
 2 A ATUAÇÃO DOS JESUÍTAS NO BRASIL E EM GOIÁS: DOS PRIMÓRDIOS AO PROTAGONISMO NA EDUCAÇÃO SUPERIOR CATÓLICA.....	85
 2.1 Os jesuítas e o desejo de institucionalizar a educação superior no Brasil..	88
2.1.1 Os Jesuítas em Goiás e a sociedade colonial.....	102
2.2 A Universidade Católica do Rio de Janeiro e atuação dos padres jesuítas.....	117
 3 OS JESUÍTAS EM GOIÂNIA E A FUNDAÇÃO DA UNIVERSIDADE CATÓLICA.....	139
 3.1 A chegada dos jesuítas a Goiânia.....	140
3.2 O projeto da Igreja Católica em Goiás: uma universidade católica.....	152
3.3 A educação superior confessional versus a educação superior laica: uma disputa do campo.....	157

3.4 A atuação dos jesuítas em Goiânia e seu protagonismo na criação da universidade católica.....	166
3.5 A escolha do primeiro reitor: um embate interno.....	182
 4 A ADMINISTRAÇÃO DOS PADRES JESUÍTAS PAULO NACCA (1960-1962) E ORMINDOS VIVEIROS (1963-1967) NA UNIVERSIDADE DE GOIÁS.....	190
 4.1 O reitorado do padre Paulo Nacca S.J., e o pioneirismo jesuítico (1960-1962).....	190
4.2 O reitorado do padre Ormindos Viveiros de Castro S.J., e a consolidação da administração jesuítica na Universidade de Goiás (1963-1967).....	213
 5 A ADMINISTRAÇÃO DOS PADRES JESUÍTAS CRISTÓBAL ÁLVAREZ GARCÍA (1968-1973), JOSÉ CARLOS DE LIMA VAZ (1973-1979) NA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS.....	235
 5.1 O reitorado do padre Cristóbal Álvarez Garcia S.J.: adaptação à Reforma Universitária e o crescimento institucional (1968-1973).....	235
5.2 O reitorado do pe. José Carlos de Lima Vaz S.J.: continuidade e expansão (1973-1979).....	258
 6 A RUPTURA COM OS JESUÍTAS NA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS-1979.....	281
 6.1 O contexto eclesiológico da Arquidiocese de Goiânia e sua relação com a Universidade Católica de Goiás.....	281
6.2 As questões patrimoniais envolvendo a Universidade Católica de Goiás...	289
6.3 A articulação para um novo projeto da Universidade Católica de Goiás....	296
6.4 A demissão dos cinco professores de sociologia e a greve geral na Universidade Católica de Goiás.....	331
6.5 A ruptura com os jesuítas na Universidade Católica.....	347
 CONSIDERAÇÕES FINAIS	361

REFERÊNCIAS.....367

FONTES E DOCUMENTOS CITADOS.....381

ANEXOS.....390

INTRODUÇÃO

“*Os Jesuítas e a organização da Universidade Católica de Goiás (1954-1979)*”, é o resultado de uma pesquisa¹ que investigou a atuação dos jesuítas na fundação e organização da Universidade Católica de Goiás. O estudo analisou os percursos históricos dos jesuítas na Universidade Católica, os desafios enfrentados por uma ordem religiosa no ensino superior goiano e sua contribuição para o desenvolvimento da educação superior no estado.

O recorte temporal desta tese compreende os anos de 1954 a 1979. Em 1954, os jesuítas chegaram a Goiânia a pedido do então arcebispo de Goiás, Dom Emanuel Gomes de Oliveira, com a missão de assumirem a coordenação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, núcleo inicial da futura Universidade Católica de Goiás. O marco final, 1979, refere-se ao processo de ruptura com os jesuítas, que culminou no fim de sua missão à frente da administração e das atividades universitárias, em meio a conflitos internos com a hierarquia eclesiástica local e com um grupo de professores, resultando na transferência da gestão para a Arquidiocese de Goiânia.

No entanto, é importante destacar que, para constituir adequadamente o objeto desta pesquisa, foi necessário recorrer a períodos históricos anteriores ao recorte temporal estabelecido, por duas razões principais. Primeiramente, porque a tradição educativa dos jesuítas é histórica e atravessa toda a trajetória da Companhia de Jesus desde sua origem. Assim, compreender sua atuação em Goiás no século XX exige um retorno à história para identificar e analisar seu *modus operandi* no campo educacional. Em segundo lugar, o objeto de nossa investigação está inserido no interior da Igreja Católica Apostólica Romana², uma instituição milenar que, ao

¹ Linha de Pesquisa- Estado, Políticas e História da Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Goiás.

² *Hierarquia Eclesiástica da Igreja Católica Apostólica Romana:*

Papa- Bispo de Roma e Sumo Pontífice da Igreja Católica. É o chefe supremo da Igreja e sucessor de São Pedro. Possui autoridade máxima sobre todos os católicos.

Cardeal- Conselheiro do Papa e membro do Colégio Cardinalício. Auxilia na administração da Igreja e participa do Conclave para a eleição do Papa.

Arcebispo- Responsável por uma Arquidiocese, que é uma diocese de grande importância histórica ou pastoral. Pode ter autoridade sobre outras dioceses menores.

Bispo- Sucessor dos apóstolos e responsável por uma diocese. Supervisiona paróquias e clérigos em sua jurisdição.

Vigário Geral- Auxiliar direto do bispo na administração da diocese. Possui poder de decisão em nome do bispo.

longo dos séculos, assumiu papel central na formação educacional. Portanto, entender os acontecimentos situados dentro do recorte temporal requer uma análise dessa longa história, reconhecendo suas continuidades e rupturas, que, como nos lembra Le Goff (2015, p. 12), “constituem um objeto de reflexão essencial para o historiador”.

Esse exercício de contextualização histórica é fundamental para compreendermos o passado que ainda reverbera no presente, isto é, um passado que não passa.

"Contextualizar" é uma operação quase tão antiga como a História. O que significa este gesto historiográfico tão comum? Significa que você examina um problema relacionando-o com uma realidade mais ampla que o envolve. Contextualizar é, inserir o seu texto específico em um "texto" maior (que é precisamente esta realidade envolvente que lhe dará novos significados, ou que poderá ajudar a iluminar certos aspectos que você estará examinando no seu estudo de caso) (Barros, 2004, p. 162).

O interesse por pesquisar o tema se deu em decorrência das pesquisas realizadas no mestrado, onde pesquisei a atuação de Dom Emanuel Gomes de Oliveira para implantação da educação superior católica em Goiás. O referido bispo foi o responsável pela implantação de uma rede de escolas católicas em todo o estado, que por pertencer a congregação salesiana, fundada por Dom Bosco, tinha como missão a educação. Além de se ocupar com a educação básica, também focou suas ações episcopais na educação superior, com o desejo de fundar uma universidade católica em Goiás. Seu episcopado foi relativamente longo, abrangendo os anos de 1923 a 1955. É importante ressaltar que, durante a segunda fase de seu governo episcopal, o foco esteve na fundação de faculdades católicas autônomas em Goiânia, a saber: Enfermagem (1942), Farmácia e Odontologia (1947) e Filosofia, Ciências e Letras (1949), pois essas instituições foram projetadas como etapas para a futura criação de uma universidade católica (Costa, 2022).

Padre (Sacerdote)- Responsável por celebrar missas, administrar sacramentos e pastorear os fiéis em uma paróquia ou comunidade.

Diácono- Auxilia padres e bispos em funções litúrgicas, administração de sacramentos (exceto a Eucaristia e Confissão) e serviço à comunidade. Pode ser transitório (caminho para o sacerdócio) ou permanente.

Leigo- Membro da Igreja que não pertence ao clero, como batizados participa ativamente da vida e missão da Igreja através de diversos serviços e ministérios.

Dom Emanuel protagonizou um papel importante em Goiás em nome da Igreja Católica, pois implantou no estado, aquilo que a historiografia denominou de Restauração Católica, esta visava revitalizar e fortalecer a presença e atuação da Igreja em meio a sociedade secularizada (Azzi, 1994). Uma das vias utilizadas pelo catolicismo para implantação do movimento restaurador foi a educação, principalmente com objetivo de fundar no Brasil as universidades católicas com a finalidade de “cristianizar” os letrados, para que estes influenciassem nas diversas facetas sociais inspirados pelos princípios cristãos.

O projeto piloto do episcopado³ brasileiro para tal finalidade foi a Universidade Católica do Rio de Janeiro, a primeira do Brasil, fundada em 1946⁴, que se tornou o modelo a ser seguido pelos bispos em suas respectivas dioceses. Os jesuítas foram muito importantes para a implantação desse projeto do episcopado no Rio de Janeiro, principalmente diante da vasta experiência que possuíam no campo da educação. Para um plano de grande envergadura como esse, a Igreja necessitava de mão de obra qualificada para tal finalidade. É dentro desse cenário que entrou em cena a Companhia Jesus, fundada por Santo Inácio de Loyola, em 1540, e que acumulou ao longo de sua história uma vasta experiência com a educação, reconhecendo-a como “apostolado”, tendo marcado a história do Brasil colônia com sua atuação educacional.

Dom Emanuel Gomes de Oliveira tomou a iniciativa de trazer alguns jesuítas para Goiás, em 1954, com a finalidade de assumirem a direção da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras que era semente plantada para frutificar em uma Universidade Católica em Goiás. Ao ter contato com esse conteúdo durante as pesquisas de mestrado, decidi aprofundar o tema da educação superior católica goiana sob a égide dos jesuítas, por três motivos: primeiro, por ser um tema pouco explorado, há vários autores que pesquisaram o tema da educação superior em Goiás em seus trabalhos acadêmicos (mestrado e doutorado): José Maria Baldino, *Ensino Superior em Goiás em tempos de Euforia- da desordem aparente à expansão ocorrida na década de 80*, defendida em 1991; Luiz Fernandes Dourado, *Expansão e interiorização do ensino superior em Goiás nos anos 80: a política de privatização do*

³ Episcopado é uma das formas administrativa de governo eclesiástico, que se baseia na figura do bispo.

⁴ É importante ressaltar que a fundação das primeiras faculdades católicas no Rio de Janeiro aconteceu a partir de 1940, tendo seu cume na fundação da Universidade Católica do Rio de Janeiro, em 1946.

público, de 1997; João Oliveira Souza, *Criação e estruturação da Universidade Católica de Goiás: embate entre o público e o privado (1940-1960)*, de 1999; Zildete Inácio de Oliveira Martins, *História do Ensino Superior Privado em Goiás: A trajetória da Universidade Católica de Goiás (1954-1994)*, de 2002; Miguel Rosa dos Santos, *A Expansão das Instituições Católicas, o Ensino Superior em Goiás e o Departamento de Economia da Universidade Católica de Goiás: História e Memória*, de 2003; Simone Aparecida Borges, *Os cursos de História da Universidade Católica de Goiás e da Universidade Federal de Goiás: um olhar histórico*, de 2006; Maximiliano Gonçalves da Costa, *Dom Emanuel Gomes de Oliveira e a Educação Superior em Goiás (1923-1955)*, de 2020⁵; mas nenhum enfocou, de maneira especial, a atuação dos jesuítas, com isso há uma lacuna sobre essa temática, sendo assim há uma oportunidade para contribuir para conhecimento mais elaborado da educação superior católica em Goiás. Desde modo, o tema justifica-se na medida em que poucos pesquisadores pousaram o olhar sobre essa atuação dos jesuítas em Goiás, principalmente tratando-se da primeira universidade da região Centro-Oeste.

Segundo, venho de uma experiência espiritual baseada nos *Exercícios Espirituais* de Santo Inácio, método esse que é o coração do jesuitismo e que muito me ajudou e ajuda a avançar na vida pessoal e sacerdotal, isso revela a importância dessa experiência para minha formação e para a pesquisa em questão. Toda a pedagogia jesuítica tem como fonte e princípio os Exercícios. Os *Exercícios Espirituais* são um método espiritual marcado pelo discernimento, exame interior, conversão, como o objetivo de comparar os desejos profundos do ser humano com os desejos de Deus. Esse método⁶ é fruto da própria experiência espiritual que Santo Inácio fez na sua conversão pessoal. Pode-se obter quatro aprendizados com os *Exercícios Espirituais*: primeiro, aprender a conhecer-se e se aceitar; segundo, a aprendizagem na relação interpessoal; terceiro, aprender um método; quarto, a aprendizagem da consciência da missão e compromisso com a mesma. Esse caminho possui uma pedagogia, porque possibilita ao exercitante uma integração de si, aceitação do seu

⁵ A dissertação foi publicada em 2022 como consta na referência bibliográfica.

⁶ Os Exercícios Espirituais são frutos da experiência mística de Inácio de Loyola realizados em Loyola, Manresa, Paris e Roma entre 1521 a 1538 (Klein, 2014).

passado, reconhecimento de suas limitações e ao mesmo tempo, identificação de suas potencialidades (Klein, 2014).

Terceiro, o processo de ruptura com a Companhia de Jesus na Universidade Católica de Goiás, em 1979, aconteceu num contexto complexo e desafiador. A presente pesquisa buscou analisar o papel fundamental dos jesuítas na construção da educação superior goiana, reconhecendo suas contribuições para a formação e para o desenvolvimento eclesial, intelectual e social da região, afinal a atuação jesuítica é parte constitutiva da gênese da educação superior goiana. Ao evidenciar a importância histórica dos jesuítas, este estudo objetivou contribuir para uma compreensão mais profundada da identidade da instituição. Afinal, a Arquidiocese de Goiânia tem uma dívida histórica com os jesuítas em decorrência da sua ruptura com a universidade, portanto, esse trabalho configura como uma forma de “reparação histórica” e reconhecimento da importância dos jesuítas na história da educação superior em Goiás,

A idéia de dívida é inseparável da de herança. Somos devedores de parte do que somos aos que nos precederam. O dever de memória não se limita a guardar o rastro material, escrito ou outro, dos fatos acabados, mas entretém o sentimento de dever a outros, dos quais diremos mais adiante que não são mais, mas já foram. Pagar a dívida, diremos, mas também submeter a herança a inventário. (Ricoeur, 2014, p. 101).

Ricoeur nos fala da “memória justa” como elemento fundamental para a construção histórica, apresenta a justiça como imperativo do dever de memória que se impõe como “força federativa” à medida em que “entre todas as virtudes, a da justiça é a que, por excelência e por constituição, é voltada para outrem (...) O dever de memória é o de fazer justiça, pela lembrança, a um outro que não o si (...) (Ricoeur, 2014, p. 101).

Sabemos que a Universidade como tal é uma instituição tardia na história do Brasil, principalmente em relação aos demais países latino-americanos que tiveram as suas primeiras universidades já no início do processo colonizatório. Um dos argumentos para tal acontecimento seria que a Coroa portuguesa impedia o desenvolvimento do ensino superior como um modo de manter a Colônia “incapaz de cultivar e ensinar as ciências, as letras e artes” (Cunha, 1986, p. 12). Mesmo diante dessa realidade, o que tivemos no Brasil no período colonial (1550-1822) vinculado a educação superior estava ligado diretamente à Igreja Católica como os cursos de

filosofia e teologia, muitos deles sob a administração jesuítica e voltados à formação de padres.

Com a chegada da Família Real no Brasil em 1808, observa-se um tímido movimento de criação de novos cursos e academias, visando formar burocratas para o Estado⁷ e profissionais liberais⁸. Durante o período imperial (1822-1889) não houve avanços neste cenário. No entanto, os avanços significativos só ocorreram com a República⁹ no final do século XIX, quando se iniciou um processo de “alteração quantitativa e qualitativa do ensino superior no Brasil” (Cunha, 1986, p. 175).

Nesse contexto republicano, a Igreja Católica no Brasil, reivindicava o direito de abrir universidades confessionais, buscando preencher o “vazio religioso” gerado pelo movimento secular que defendia a educação laica sob a tutela do Estado. Sendo assim, a Igreja por meio da Restauração Católica iniciou um projeto com a finalidade de formar lideranças intelectuais ligadas à hierarquia católica para disseminar os princípios cristãos em ambientes laicos. No entanto, como aponta Cassali (1995),

a formação dessas elites intelectuais, na fase de implantação das Universidades Católica no Brasil, correspondeu mais aos interesses corporativos imediatos da Igreja, em seu movimento restaurador e, fora dela, aos interesses das camadas médias urbanas em formação, do que aos amplos propósitos culturais e sociais de interesse da sociedade brasileira, como era seu intento manifesto (Cassali, 1995, p. 219).

Inserida no contexto mais amplo da atuação da Igreja Católica na educação superior brasileira, a pesquisa concentrou-se na análise da experiência específica da Companhia de Jesus em Goiânia, com destaque para a Universidade Católica de Goiás. Nesse sentido, a Micro História pretende “uma redução na escala de observação do historiador com o intuito de se perceber aspectos que de outro modo passariam despercebidos” (Barros, 2004, p. 153). Ao adotar a perspectiva da micro-história, pretendemos compreender como processos históricos mais amplos se manifestaram em um contexto local e específico. Ao analisar a trajetória da Universidade Católica de Goiás, é possível identificar desafios e oportunidades que moldaram a educação superior católica em Goiás e, por extensão, no Brasil. Desse modo, a análise do caso micro, no contexto goiano, possibilita uma compreensão mais

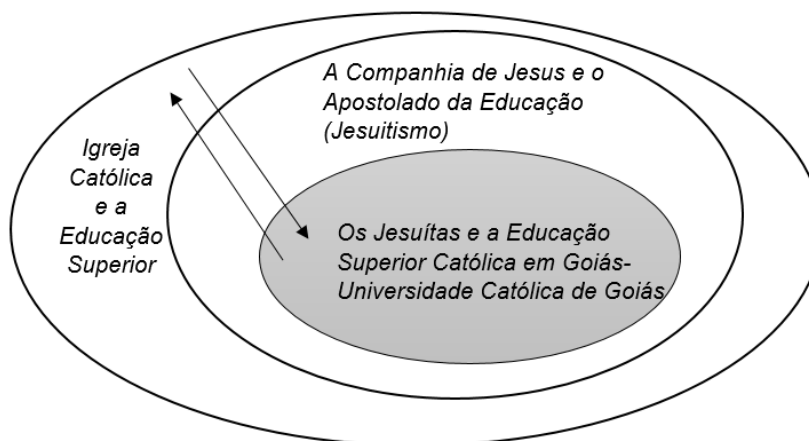
⁷ Curso de Direito.

⁸ Ensino de Medicina, Odontologia, Farmácia e Engenharia.

⁹ A partir de 1889.

profunda dos processos históricos mais amplos, e vice-versa, conforme ilustrado na figura abaixo:

Figura 1: Da Macro História a Micro História – Da Micro História a Macro História



Fonte: Quadro elaborado pelo pesquisador (2024).

Esta abordagem metodológica buscou compreender como os processos históricos mais amplos se manifestaram em um contexto local específico, permitindo assim, uma análise mais aprofundada e detalhada dos acontecimentos, revelando suas nuances. O quadro apresentado acima, ilustra a dialética entre o macro e o micro. A análise do caso micro, os jesuítas na Universidade Católica de Goiás, permite uma compreensão mais densa dos processos históricos mais amplos da educação superior católica no Brasil. Por outro lado, a compreensão dos processos macro históricos fornece um contexto essencial para a análise do caso micro. Essa dialética possibilita uma visão mais completa da história, revelando as nuances e contradições presentes na educação superior católica em Goiás.

Diante desse contexto, nossa pesquisa tem como objetivo geral analisar a atuação dos jesuítas na educação superior católica em Goiás entre 1954 e 1979. Os objetivos específicos que buscamos alcançar nesta pesquisa, agora sistematizados nesta tese, são: a) analisar os principais valores e princípios que orientavam a educação jesuíta; b) conhecer a atuação jesuíta na educação brasileira, com especial atenção à educação em Goiás; c) compreender a trajetória histórica dos jesuítas em Goiás e os desafios enfrentados na implementação da educação superior católica; d) analisar como ocorreu a ruptura com os jesuítas na Universidade Católica de Goiás.

Com base nessa percepção, propomos transitar entre dois principais polos que problematizam a pesquisa: I- Como os jesuítas, em nome da Igreja Católica, protagonizaram o projeto educacional que culminou na fundação da Universidade Católica de Goiás (UCG), tornando-a um marco na educação superior do Centro-Oeste brasileiro, tanto em termos de ensino quanto de administração? II- Quais foram os fatores que levaram à ruptura com jesuítas na administração da UCG em 1979? Quais foram as "condições de possibilidade" que influenciaram essa mudança?

A pesquisa adotou uma abordagem qualitativa da história da educação jesuítica em Goiás, destacando o protagonismo dessa ordem religiosa na gênese da educação superior no Centro-Oeste brasileiro. O modelo de educação jesuítica deixou uma marca significativa na história goiana no que se refere ao ensino superior, tornando essencial a reflexão sobre essa temática.

O Percorso teórico metodológico

A investigação foi realizada com base na pesquisa qualitativa, utilizando estudos teóricos de referência que abordam ideias relacionadas ao tema. Essa abordagem permitiu uma análise abrangente do objeto em questão e ofereceu flexibilidade para desenvolver a metodologia, entendida como o conjunto de procedimentos e técnicas de investigação que orienta, de forma racional e confiável, o alcance dos objetivos propostos por uma pesquisa (Flick, 2009). Esse método possibilita a valorização qualitativa dos fatos, processos e fenômenos da realidade analisada, destacando a necessidade de compreensão, por parte do pesquisador, do objeto de estudo. Assim, é fundamental ter uma percepção que considere os motivos, significados e sentidos daqueles que estão envolvidos no processo em questão, incorporando “a questão do significado como algo inerente aos atos, às relações e às estruturas sociais” (Minayo, 2004, p. 10). No campo da história da educação, a pesquisa qualitativa se revela uma ferramenta valiosa, pois permite explorar profundamente os processos históricos, as dinâmicas sociais e as experiências individuais que moldaram a educação ao longo do tempo.

A trajetória da educação superior católica em Goiás, liderada pelos padres jesuítas, revelou-se um fenômeno complexo, influenciado por diversos fatores eclesiológicos, sociais, culturais e políticos. A pesquisa qualitativa desempenha um

papel crucial ao desvendar as nuances e interações entre esses fatores, oferecendo ferramentas para a construção de uma narrativa histórica mais rica sobre o ensino superior católico. Esse método permite dar voz aos atores históricos envolvidos, proporcionando uma compreensão mais detalhada de suas experiências e perspectivas.

Esse exercício é desafiador, dada a complexidade dos fatos históricos relacionados à educação superior em Goiás. Embora o tema não se esgota, ele permite um exame mais profundo das experiências individuais, eclesiais e sociais que contribuíram para a construção de um conhecimento mais significativo sobre o passado educacional. Dessa forma, a educação pode ser compreendida como um objeto da história, que requer análise cuidadosa e contextualizada. A história da educação pode ser entendida “enquanto um campo de investigações em que se torna cada vez mais necessário dar visibilidade aos seus diferentes objetos: professor, alunos, processos e formas de aprendizagem, entre tantos outros” (Veiga; Fonseca, 2003, p. 19).

A pesquisa qualitativa, é de natureza descritiva e interpretativa e, como tal, serve como um aparato metodológico que possibilita revelar os fatos históricos pertinentes ao nosso objeto de estudo. Isso se torna especialmente relevante quando consideramos o conjunto inédito de fontes acessadas em diversos arquivos eclesiásticos, ainda não publicadas por pertencerem ao foro interno da Igreja Católica, mas que contêm informações valiosas por sua originalidade. Ao descrever esses fenômenos históricos, torna-se possível compreender os significados e as complexidades dos ambientes que os originaram.

O referencial teórico da educação jesuíta é complexo, enraizado tanto na história da Igreja Católica quanto na história da educação. Diante disso, esta tese se apoia em um arcabouço teórico diversificado da história da educação católica, evidenciado por um amplo *corpus* escrito, incluindo artigos científicos, periódicos, dissertações, teses e livros. A pesquisa bibliográfica, nesse contexto, busca reunir e analisar o conhecimento já existente sobre o tema, com o objetivo de fundamentar novas pesquisas, aprofundar a compreensão sobre o assunto ou propor novas interpretações (Chiara, Kaimen, et al., 2008).

Além do *corpus* teórico, a pesquisa se sustenta em um *corpus* documental, composto por correspondências, relatórios, atas, estatutos e regimentos. A coleta de dados desempenha um papel crucial na pesquisa qualitativa, pois é por meio dela que se pode elaborar uma teoria de base sólida e fundamentada, permitindo uma análise mais profunda e contextualizada do objeto de estudo.

Como contraponto à análise histórico-pedagógica da Companhia de Jesus, optamos por utilizar as ideias de Durkheim em sua obra *“Historia de la educación y de las doctrinas pedagógicas. La evolución pedagógica en Francia (2020)”*¹⁰. Durkheim apresenta a educação como um fato social, ou seja, uma realidade externa ao indivíduo que exerce uma coação sobre ele. Segundo sua perspectiva sociológica, os modelos educacionais criados pela sociedade moldam as mentes e comportamentos dos indivíduos. Ele argumenta que cada época da história forma um tipo humano “específico” adaptado às exigências do seu contexto social, uma vez que a educação transmite valores, conhecimentos e competências essenciais para a integração dos indivíduos na sociedade.

Além disso, Durkheim criticou os jesuítas por terem instrumentalizado o humanismo na educação. Segundo ele, os jesuítas não abordaram os textos clássicos sugeridos na *Ratio Studiorum* em sua totalidade. Em vez disso, fragmentaram e selecionaram passagens que atendiam aos seus propósitos pedagógicos e religiosos, excluindo os elementos que poderiam contradizer a doutrina cristã. Dessa forma, os jesuítas apresentaram uma visão distorcida do mundo antigo, manipulando o conhecimento para servir a fins ideológicos. A crítica de Durkheim destaca questões importantes sobre a relação entre educação e religião, bem como sobre a maneira como o conhecimento pode ser utilizado para fins ideológicos. Segundo Paris (2000, p. 39) os “humanistas”, treinados pelos jesuítas, eram capazes de compor discursos e versos em latim, mas o único senhor de seus pensamentos era Santo Tomás de Aquino, um monge do século XIII”.

¹⁰ Émile Durkheim (1858-1917) foi um sociólogo clássico que atuou em diferentes campos da sociologia, evidenciamos o campo da educação e da religião. Ele acreditava que as categorias de pensamentos têm uma origem social. A obra em questão foi escrita para um curso de Pedagogia ministrado pelo autor na Universidade de Sorbonne no início do século XX (1904-1905) e traz dois capítulos onde reflete sobre a educação jesuítica com a finalidade de critica-la.

Mesmo diante das diferentes interpretações, não podemos negar a importância da educação jesuítica na formação do pensamento moderno, que é “indissociável da hegemonia cultural do Ocidente” (Magalhães, 2015, p. 11). Através de seu método pedagógico, a Companhia de Jesus se consolidou na história da educação, gerando o que Fajardo (2017) denomina de “*paideia jesuítica*”. Esta “*paideia*” representa uma síntese da experiência acadêmica de Inácio de Loyola em Paris, da pedagogia do *modus parisienses*, dos Exercícios Espirituais e das Constituições da Companhia. A combinação desses elementos resultou na “*Ratio Studiorum*”, um método pedagógico que harmonizava os objetivos espirituais da Companhia com uma formação intelectual rigorosa.

Após a sua supressão (1773-1814), a Companhia de Jesus retomou suas atividades como ordem religiosa no século XIX e, posteriormente, no século XX, com um foco renovado na educação. Diante das mudanças históricas e do crescimento da secularização, não era mais viável adotar um único método educacional como a *Ratio Studiorum*, mas este ainda permanece um marco fundamental para a Companhia. Os princípios orientadores do método, como a formação integral do indivíduo e a busca pela excelência no ensino, continuam a ser pilares da educação jesuíta.

Embora o objetivo de “formar o homem todo” continue a ser central na educação jesuíta, essa concepção evoluiu ao longo do tempo, incorporando novas dimensões como as sociais, culturais e ambientais. Nesse contexto, a Companhia não se limita apenas à educação básica, mas também se preocupa com a educação superior, buscando sempre uma formação integral.

No Brasil, podemos afirmar que os jesuítas marcaram de modo indelével a história da educação, no período colonial boa parte da educação brasileira estava sob a tutela dessa ordem religiosa, focada em três pontos: catequizar os indígenas, formar os novos padres e educar a elite colonial. A educação jesuítica é parte constitutiva do “*ethos*” brasileiro em seus primórdios. Na área da educação superior os jesuítas desejavam que o “Real Colégio da Bahia” tornasse a primeira universidade brasileira ainda no século XVI, devido a política real isso não foi possível, mesmo assim os jesuítas não deixaram de criar cursos em nível superior.

Um dos períodos mais brilhantes da história colonial do Brasil é a segunda metade do século XVII, depois de sua reunificação, expulsos os invasores holandeses. É desse período a tentativa para se criar a Universidade do

Brasil, e a questão dos graus acadêmicos em particular os do Curso das Artes ou Faculdade de Filosofia (Leite, 1949, p. 191).

Até chegarmos ao período republicano, onde se encontra o recorte temporal de nossa pesquisa, foi necessário recuar na história do Brasil para entender como os jesuítas desempenharam seu papel educacional ao longo dos séculos. Para essa análise, utilizamos a obra de Serafim Leite, *“História da Companhia de Jesus no Brasil”*. Este clássico, publicado entre 1938 e 1950, é composto por dez volumes e se destaca como uma referência fundamental para o estudo da história jesuítica no Brasil. A obra oferece uma visão detalhada e abrangente das atividades dos jesuítas, tornando-se uma fonte significativa para compreender sua influência na educação e na formação cultural do país. Esta é uma,

importante fonte para o estudo da história da educação no Brasil, o texto pode ser considerado um clássico, que nos permite investigar, entre outras coisas, de que maneira um intelectual católico, na primeira metade do século XX, pensou e analisou o projeto educativo dos jesuítas nas possessões portuguesas na América, entre os séculos XVI e XVIII. O fato de ser obra encomendada revela, também, a preocupação dos jesuítas em Portugal em rememorar um passado glorioso, de maneira a reconquistar um papel de relevo na sociedade portuguesa após a perseguição que se instalou com o advento da República naquela nação (Ruckstadter; Machado, 2015, p. 114).

Compreendemos que a obra de Serafim Leite, escrita por um jesuíta, carrega um viés religioso que pode idealizar a atuação da Companhia de Jesus. Embora seja uma fonte importante, é fundamental analisá-la criticamente dentro de seu contexto histórico.

O nascimento das Universidades Católicas no Brasil não foi apenas uma resposta às necessidades educativas do país, mas também uma estratégia da Igreja para reafirmar sua influência em uma sociedade que estava se tornando cada vez mais secularizada. A presença dos jesuítas à frente dessas instituições foi fundamental para garantir que a educação oferecida estivesse em sintonia com os princípios e valores da Igreja, garantindo a perpetuação de seu legado no campo educacional.

Em Goiás, a educação superior católica pode ser dividida em dois momentos significativos. O primeiro se refere à atuação de Dom Emanuel Gomes de Oliveira¹¹,

¹¹ Conferir: COSTA, Maximiliano Gonçalves da. Dom Emanuel Gomes de Oliveira e a Educação Superior Católica em Goiás (1923-1955). Goiânia: Ed. da PUC Goiás, 2022.

que foi o principal impulsionador das primeiras faculdades católicas autônomas, integradas ao seu projeto de fundar uma Universidade Católica em Goiás. O segundo momento é caracterizado pela atuação dos jesuítas, que resultou na fundação da Universidade e na administração dos primeiros 20 anos sob a tutela da Companhia de Jesus. Esse contexto histórico, que se estende de 1954 a 1979, é marcado por uma complexidade de fatores que moldaram o desenvolvimento da educação superior católica na região.

A implantação da educação superior católica em Goiás está imersa em lutas simbólicas que envolvem a transformação das categorias de percepção e avaliação do mundo social. Essas lutas buscam reconfigurar o significado de diversos elementos sociais, sendo essenciais para entender as dinâmicas de poder e as relações de dominação presentes no processo.

Para essa análise o diálogo com Bourdieu (1989) se mostrou extremamente pertinente, em especial, a sua discussão de capital simbólico, campo e *habitus*. O autor analisa que o capital simbólico, ou seja, o reconhecimento social de determinado capital econômico ou cultural, exerce um papel fundamental nessas disputas. A legitimação da ordem social não ocorre por uma imposição arbitrária, mas pela internalização das estruturas de percepção que essa ordem promove.

Os campos são resultados de processos de diferenciação social, da forma de ser e do conhecimento do mundo e o que dá suporte são as relações de força entre os agentes (indivíduos e grupos) e as instituições que lutam pela hegemonia, isto é, o monopólio da autoridade, que concede o poder de ditar as regras e de repartir o capital específico de cada campo (Bourdieu, 1983b, p. 114).

O campo da educação superior pode ser analisado sob a perspectiva da teoria de Bourdieu, que concebe o campo como um espaço social estruturado por relações de poder, onde agentes e instituições competem por posições de destaque. No contexto da fundação da primeira universidade em Goiás, a Igreja Católica buscava exercer domínio sobre esse campo, evidenciando seu desejo de influenciar e controlar a educação superior na região.

A estrutura do campo “é um estado de relação de força entre os agentes ou as instituições engajadas na luta ou, se preferirmos, da distribuição do capital específico que, acumulado no curso das lutas anteriores, orienta as estratégias ulteriores” (Bourdieu, 1983a, p. 90). O campo transcende a mera definição espacial e

configura-se a um microcosmo social e dinâmico. Dentre desse universo, os agentes, sejam indivíduos ou grupos, se interagem constantemente, buscando alcançar posições de destaque. Essa busca é em vista da disputa de capitais, isto é, recursos importantes de cada campo.

Dessa forma, a dinâmica interna do campo é complexa e diversificada, promovendo interações, conflitos, negociações e alianças. Ao analisarmos a disputa entre a Igreja Católica e o movimento laico, protagonizado pelos estudantes, em torno da fundação da primeira universidade de Goiás, identificamos as relações de poder estabelecidas, bem como as lutas por prestígio e reconhecimento. O campo pressupõe luta, tensão, confrontos e a busca pelo poder. Ou seja, todo campo “é um campo de forças e um campo de lutas para conservar ou transformar esse campo de forças” (Bourdieu, 2004, p. 22-23). Os agentes, sejam indivíduos ou instituições, lutam por manter ou transformar as estruturas de poder existentes.

O campo se configura de maneira dinâmica por meio das ações dos agentes que o formam. A ação do próprio campo acontece e é formada pela estrutura das relações objetivas entre seus agentes. O lugar que cada agente ocupa influencia de maneira direta suas decisões, posições e estratégias de ação. O conceito de campo nos é válido, pois torna-se uma lente na qual podemos analisar os aspectos desse embate em torno da fundação da universidade católica. Ele nos permite desvelar as complexas relações de poder que permearam todos esses acontecimentos que aqui apontamos, e assim compreender as lutas e disputas que moldaram esse momento da história da educação superior em Goiás.

Segundo Bourdieu (1983a, p. 90), a estrutura de um campo é um reflexo das relações de força entre os agentes e instituições que atuam nele, definida pela distribuição do capital específico acumulado em lutas anteriores. Essa estrutura não se limita a uma configuração espacial, mas se apresenta como um microcosmo social dinâmico, no qual os agentes—sejam indivíduos ou grupos—interagem continuamente, buscando alcançar posições de poder e disputar os capitais específicos do campo. No caso da educação superior em Goiás, a competição por recursos, prestígio e reconhecimento intensificou-se, moldando a configuração do campo e as dinâmicas de poder envolvidas.

O esquema que leva à análise empírica é sistêmico. Deriva do princípio de que a dinâmica social se dá no interior de um /campo/, um segmento do

social, cujos / agentes/, indivíduos e grupos têm /disposições/ específicas, a que ele denomina / *habitus*/. O campo é delimitado pelos valores ou formas de /capital/ que lhe dão sustentação. A dinâmica social no interior de cada campo é regida pelas lutas em que os agentes procuram manter ou alterar as relações de força e a distribuição das formas de capital específico. Nessas lutas são levadas a efeito /estratégias/ não conscientes, que se fundam no /*habitus*/ individual e dos grupos em conflito. Os determinantes das condutas individual e coletiva são as /posições/ particulares de todo /agente/ na estrutura de relações. De forma que, em cada campo, o /*habitus*/, socialmente constituído por embates entre indivíduos e grupos, determina as posições e o conjunto de posições determina o /*habitus*/ (Thiry-Cherques, 2006, p. 31).

O domínio do campo por parte da Igreja Católica tem como finalidade gerar o *habitus*. Segundo o autor, o *habitus*, é um sistema de disposições duráveis e socialmente constituído, está intrinsecamente ligado ao campo. É no campo que o *habitus* se forma e se transforma, moldando e sendo moldado pelas estruturas sociais. As disposições incorporadas pelo *habitus* orientam as ações e as percepções dos indivíduos, atribuindo significado ao mundo social. No caso da luta da Igreja Católica pela hegemonia no campo da educação superior, o objetivo era forjar um *habitus* que internalizasse os valores católicos, moldando a maneira como os indivíduos interpretariam o mundo e se posicionariam nele. Essa busca por moldar o *habitus* era fundamental para a Igreja, pois permitiria a reprodução das estruturas de poder existentes e a legitimação de seus valores. O conceito é compreendido como,

(...) um sistema de disposições duráveis e transferíveis que integrando todas as experiências passadas, funciona a cada momento como uma matriz de percepções, apreciações e ações, e torna possível a realização de tarefas infinitamente diferenciadas, graças às correções incessantes dos resultados obtidos, dialeticamente produzidas por estes resultados (Bourdieu, 1983, p. 65).

Quando Bourdieu afirma que o *habitus* é um “sistema de disposições duráveis e transferíveis”, ele quer dizer que é um conjunto de características adquiridas que nos acompanham por toda a vida e que influenciam a forma como nos relacionamos com o mundo. Essas disposições são como lentes pelas quais vemos o mundo, moldando nossas percepções, nossas escolhas e nossas ações. O projeto universitário católico goiano pela égide dos jesuítas tinha a finalidade de gerar esse *habitus* católico em meio a sociedade local.

A luta da Igreja Católica pela protagonismo do campo da educação superior tinha por finalidade gerar o *habitus*, que fosse capaz de moldar a maneira como os indivíduos interpretariam o mundo e se posicionariam nele, levando adiante os princípios católicos. No entanto, o movimento laico, também lutava com o mesmo

objetivo, porém com princípios seculares. Cada grupo luta pelo campo, pois esse gera o *habitus* que estrutura as práticas e representações dos indivíduos.

Qualquer que seja o campo, ele é objeto de luta tanto em sua representação quanto em sua realidade. A diferença maior entre um campo e um jogo [...] é que o campo é um jogo no qual as regras do jogo estão elas próprias postas em jogo (como se vê todas as vezes que uma revolução simbólica [...] vem redefinir as próprias condições de acesso ao jogo, isto é, as propriedades que aí funcionam como capital e dão poder sobre o jogo e sobre os outros jogadores). Os agentes sociais estão inseridos na estrutura e em posições que dependem do seu capital e desenvolvem estratégias que dependem, elas próprias, em grande parte, dessas posições, nos limites de suas disposições. Essas estratégias orientam-se seja para a conservação da estrutura seja para a sua transformação, e pode-se genericamente verificar que, quanto mais as pessoas ocupam uma posição favorecida na estrutura, mais elas tendem a conservar ao mesmo tempo a estrutura e sua posição, nos limites, no entanto, de suas disposições (isto é, de sua trajetória social, de sua origem social) que são mais ou menos apropriadas à sua posição (Bourdieu, 2004, p. 29).

Cada um dos lados no jogo estabelecido luta pelo monopólio do capital simbólico¹², com o desejo de deslegitimar o concorrente e ter o domínio do campo para si. A educação superior por possuir espaços estruturados, torna-se objeto de disputa e interesses específicos que mobilizam agentes e instituições para as lutas que nele são estabelecidas.

Ter o sentido do jogo é ter o jogo na pele; é perceber no estado prático o futuro do jogo; é ter o senso histórico do jogo. Enquanto o mau jogador está sempre fora do tempo, sempre muito adiantado ou muito atrasado, o bom jogador é aquele que antecipa, que está adiante do jogo. Como pode ele antecipar o decorrer do jogo? Ele tem as tendências imanentes do jogo no corpo, incorporadas: ele se incorpora ao jogo. O *habitus* preenche uma função que, em uma outra filosofia, confiamos à consciência transcendental: é um corpo socializado, um corpo estruturado, um corpo que incorporou as estruturas imanentes de um mundo ou de um setor particular desse mundo, de um campo, e que estrutura tanto a percepção desse mundo como a ação nesse mundo (Bourdieu, 1996, p. 144).

A educação superior é apresentada como um campo de disputa, onde diferentes agentes e instituições lutam pelo monopólio do capital simbólico, visando legitimar suas posições e deslegitimar seus concorrentes. A Igreja Católica, por meio da atuação dos jesuítas conseguiu fundar a primeira universidade de Goiás em 1959, gerando assim um capital simbólico. Segundo Bourdieu, o capital simbólico é um crédito ou poder atribuído àqueles que tiveram reconhecimento suficiente para impor o reconhecimento. A análise bourdieuiana possibilita compreender como as relações

¹² O capital simbólico é um crédito, é o poder atribuído àqueles que obtiveram reconhecimento suficiente para impor o reconhecimento (Bourdieu, 1992).

de poder se manifestaram na educação superior sob a égide da Igreja Católica, revelando as estratégias utilizadas pelos diversos agentes para obter e manter o capital simbólico.

A Fontes e sua tipologia

A presente tese “*Os Jesuítas e a organização da Universidade Católica de Goiás (1954-1979)*” se baseou nas fontes históricas escritas como correspondências, circulares, decretos, atos normativos, periódicos contidos em diversos arquivos para fundamentação e sustentação do tema em questão. A pesquisa documental levantou fontes importantes, permitindo uma análise cuidadosa desse período da história da Igreja Católica em Goiás.

A Igreja Católica possui um *modus operandi* característico que reflete sua seriedade no registro e arquivamento de dados, os quais, ao longo do tempo, constituem sua história. Dentro da Cúria Romana (Santa Sé - Vaticano), há uma comissão estabelecida pelo Sumo Pontífice, o Papa, que legisla nessa área, abrangendo arquivos, bibliotecas e museus: a Comissão Pontifícia para os Bens Culturais da Igreja. Todas as suas estruturas, desde as maiores até as menores, seguem esse protocolo rigoroso. A Comissão orienta que as ordens e congregações religiosas devem proteger, resguardar e preservar os documentos produzidos, garantindo a memória institucional. Essa prática também é adotada pelas dioceses e outras instituições vinculadas à Igreja.

O material arquivístico presta-se, assim, a toda uma série de análises interdisciplinares (da paleografia à estatística, da sociologia às ciências da comunicação, da demografia à economia) que constituem o horizonte histórico sobre o qual repousa a vida religiosa de hoje. E é na escola da história que o religioso redescobre as sugestões do Espírito, que chama ao apostolado da evangelização e da adoração silenciosa. Para além de uma impressão generalizada, os arquivos das comunidades religiosas não são um lugar onde se refugia no passado, mas representam o lugar onde se abre para o futuro. (Pontifícia Comissão para os Bens Culturais da Igreja, 1994, s.p.).

Ao longo da pesquisa, foi possível traçar um itinerário arquivístico enriquecedor para a coleta de dados em arquivos eclesiásticos. Não posso deixar de relatar que, por ser um padre católico, tive a possibilidade de acessar fontes inéditas nos arquivos internos da própria Igreja, acesso que talvez não fosse possível para um pesquisador externo sem essa condição eclesiológica

Os arquivos são polos significativos de investimento das forças predominantes que moldam a memória, correspondem aos espaços socioculturais que Leroi-Gourhan (1964-65) denominou de “Instituições-Memória”. Como destaca Ricoeur (2014, p. 177), o “arquivo não é apenas um lugar físico, espacial, mas também um lugar social”, onde a memória coletiva é preservada e interpretada.

Quadro 1: Os Arquivos pesquisados para a elaboração da tese

ARQUIVO	CIDADE	PERÍODO
Arquivo Romano da Companhia de Jesus- <i>Archivum Societatis Iesu Romanum- ARSI</i>	Roma	Outubro de 2022
Arquivo Apostólico do Vaticano	Vaticano	Outubro de 2022
Arquivo da Província dos Jesuítas no Brasil	Rio de Janeiro	Abril e Outubro de 2023
Arquivo da Cúria Metropolitana de Goiânia	Goiânia	Maio de 2023
Arquivo do Instituto de Pesquisa e Estudos Históricos do Brasil Central- IPEHBC ¹³ .	Goiânia	Junho, Agosto e Setembro de 2023

Fonte: Quadro elaborado pelo pesquisador (2024).

Em relação aos arquivos, a Igreja Católica considera que,

pertence o cuidado em preservar a memória da ação pastoral múltipla e diferenciada através dos arquivos. Com efeito, *na mente da Igreja, os arquivos são lugares de memória para as comunidades cristãs e fatores culturais para a nova evangelização*. São, portanto, um bem cultural de primordial importância, cuja peculiaridade consiste em registrar o caminho percorrido ao longo dos séculos pela Igreja nas realidades individuais que a compõem. Como lugares de recordação, devem recolher sistematicamente todos os dados com que se escreve a história articulada da comunidade eclesial, de modo a oferecer a possibilidade de uma avaliação adequada do que foi feito, dos resultados obtidos, das omissões e erros. O estudo documentado e não preconceituoso do seu próprio passado torna a Igreja mais “perita em humanidade”, porque dá a conhecer a sua profundidade histórica e permite-lhe também reconhecer-se no seu necessário, multiforme e contínuo trabalho de inculturação e aculturação. Esta investigação, que parte da cuidadosa recolha do que pode ser documentado, serve para vislumbrar um futuro a partir das contribuições da Tradição, onde a memória é também profecia (Pontifícia Comissão para os Bens Culturais da Igreja, 1997, s.p.).

A pesquisa permitiu o acesso a uma ampla gama de fontes textuais, incluindo correspondências entre autoridades eclesiásticas como bispos, superiores-geral e provincial, e jesuítas que atuaram em Goiânia. Esses documentos revelam tanto as relações internas quanto externas da Igreja. A maioria dessas correspondências inclui informações detalhadas, como data, local, remetente e destinatário.

O estado de conservação dos documentos é, em geral, bom, com poucos apresentando dificuldades de leitura devido às condições físicas do papel. Muitas

¹³ Este arquivo contém o acervo documental da história da Universidade Católica de Goiás, pois pertence a própria universidade.

correspondências foram redigidas em latim, a língua oficial da Igreja Católica Apostólica Romana, facilitando a comunicação internacional. A maior parte dos documentos é datilografada, com alguns manuscritos cuja caligrafia pode tornar a leitura mais desafiadora.

Durante a pesquisa, tive a oportunidade de digitalizar todas as fontes acessadas, criando um acervo digital. Além do aspecto quantitativo, é crucial destacar o valor qualitativo dessas fontes, que são de grande relevância para a história da educação católica em Goiás. Muitas delas são inéditas e ainda não haviam sido exploradas em pesquisas acadêmicas dentro do recorte temático abordado nesta tese.

A pesquisa documental é um processo meticuloso que “consiste na coleta, classificação, seleção difusa e na utilização de toda espécie de informações, compreendendo também as técnicas e métodos que facilitam a sua busca e a sua identificação” (Fachin, 2001, p. 152). Além disso, é importante ressaltar que “uma das características que singulariza a pesquisa documental é a diversidade e a dispersão das fontes de consulta que é capaz de reunir” (Lima, 2004, p. 113). Por isso, a fonte além do seu peso como documento histórico que revela o conhecimento e modo de agir de uma instituição num determinado período e local, ela também é utilizada para a construção da pesquisa que a analisa e interpreta, dando a ela um sentido e um operar historiográfico. “A fonte provém do passado, é o passado, mas não está mais no passado quando é interrogada. A fonte é uma ponte, um veículo, uma testemunha, um lugar de verificação, um elemento capaz de propiciar conhecimentos acertados sobre o passado (Ragazzini *apud* Orso, 2004, p. 2).

Diante das fontes textuais encontradas nos diversos arquivos, enfrentamos o desafio de organizar e catalogar adequadamente o material para garantir o bom andamento da pesquisa. É fundamental destacar que, para um trabalho dessa natureza, a simples catalogação não é suficiente. É necessário também desenvolver uma “taxonomia das fontes históricas” (Aróstegui, 2006), que inclui a observação, crítica e avaliação das documentações. Isso envolve uma aproximação crítica das fontes, questionando-as para uma compreensão mais profunda e analisando suas posições e intenções.

A pesquisa documental se configura como uma ferramenta essencial para a construção do conhecimento histórico que buscamos desenvolver. O objetivo é desvelar as nuances da história, destacando as vozes e ações que moldaram a educação superior católica em Goiás e revelando as particularidades da atuação da Companhia de Jesus nesse contexto. Sendo assim,

as fontes constituem de alguma maneira um dos princípios da História, que sem elas não seria possível; mas elas também são intrinsecamente o que assegura o próprio fluir do discurso do historiador – um tipo de texto no qual tudo almeja ser demonstrado passo a passo, revivido quando possível, imaginado quando necessário, problematizado sempre (Barros, 2019, p. 9).

No quadro abaixo, apresentamos a variedade de fontes encontradas. A técnica utilizada para a coleta dos dados foi a triangulação (Triviños, 1987), que visa abranger a máxima amplitude na descrição, explicação e compreensão do foco em estudo. Compreendemos que os dados encontrados não são isolados, mas estão inseridos em uma história e contexto eclesial, social e político, com significados vinculados a uma macrorrealidade diversificada. Além disso, é preciso avaliar a credibilidade do documento (Le Goff, 1990). Esse trabalho é complexo, pois lida com pessoas, processos e elementos eclesiais e sociais que não apenas formam os sujeitos, mas também moldam as circunstâncias. Os sujeitos envolvidos na implantação da educação superior católica sob a liderança jesuítica são produtos de uma estrutura católica que buscava propagar os valores dessa estrutura, e as fontes evidenciam esse jogo de forças e intenções.

Quadro 2: Os tipos de fontes acessadas durante a pesquisa

ARQUIVO	TIPOS DE FONTES
Arquivo Romano da Companhia de Jesus- <i>Archivum Societatis Iesu Romanum- ARSI</i>	Correspondências Estatuto Recortes de Jornal Relatórios
Arquivo Apostólico do Vaticano	Contrato Correspondências Documentos da Nunciatura Apostólica no Brasil Memorial Telegramas
Arquivo da Província dos Jesuítas no Brasil	Acordos e Convênios Anuários Atas Balancetes Correspondências Fotos Pastas individuais Recortes de Jornal Regimentos Relatos

Arquivo do Instituto de Pesquisa e Estudos Históricos do Brasil Central- IPEHBC.	Anuários Atas Boletins Informativos Catálogo Geral Certidões Correspondências Deliberações do Conselho de Ensino Dossiê Escrituras Estatutos Procurações Recortes de Jornal Relatórios de Atividades Relatórios de Orçamento Revistas da Arquidiocese Telegramas
Arquivo da Cúria Metropolitana de Goiânia	Correspondências Recortes de Jornal

Fonte: Quadro elaborado pelo pesquisador (2024).

Na avaliação das fontes, observamos que elas se dividem em duas categorias principais: As *Fontes Diretas*: tratam especificamente do tema da pesquisa e fornecem subsídios essenciais para compreender a atuação da Igreja Católica e da Companhia de Jesus na educação superior em Goiás. Elas são fundamentais para a análise detalhada do contexto histórico e das ações específicas da ordem religiosa. As *Fontes Indiretas*: embora não se concentrem diretamente no tema central, ajudam a construir um panorama mais amplo e contextualizado. Elas permitem uma visão mais abrangente do ambiente histórico e das circunstâncias que envolvem a atuação da Igreja e da Companhia de Jesus. É importante ressaltar que “cada tipo de fonte exige um tratamento diferente, no interior de uma problemática de conjunto” (Le Goff, 1990, p. 46).

O nosso recorte trata diretamente da atuação da Igreja Católica no campo da educação superior em Goiás, tendo como protagonista uma ordem religiosa, a Companhia de Jesus. Então, falamos de um “um lugar histórico” muito específico, as fontes evidenciam esse lugar, que inclusive tem sua posição ideológica para a educação superior, isto é, a mentalidade católica. Nós falamos especificamente desse “*locus*”. Além disso, as fontes mostram, de maneira mais específica o modo de educar da Companhia de Jesus que tem suas especificidades e particularidades dentre do catolicismo.

É importante lembrar que a fonte histórica não é uma reprodução fiel da realidade, mas sim uma construção que reflete o ambiente e o contexto de sua

produção. As fontes carregam um discurso e uma perspectiva que devem ser analisados criticamente para compreender as nuances e os significados que elas transmitem.

O documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder. Só a análise do documento enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-lo e ao Historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa. (Le Goff, 1990, p. 545).

Através de uma análise crítica e cuidadosa das fontes, o estudo busca compreender as relações de poder, as práticas pedagógicas e os valores que moldaram essa realidade educacional dentro de um contexto histórico específico. Nesta perspectiva “fontal” vale ressaltar que “o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar” (Foucault, 1996, p. 10). Ao mergulhar nesses documentos, é possível revelar as dinâmicas internas da Igreja Católica e da Companhia de Jesus, evidenciando como suas ações e decisões influenciaram a educação superior na região.

Esse esforço não apenas enriquece o entendimento da história educacional em Goiás, mas também contribui para o reconhecimento da significativa atuação da Companhia de Jesus nesse campo. A pesquisa se propõe a fornecer uma compreensão mais aprofundada e contextualizada da formação e evolução da educação superior católica, oferecendo sua contribuição para estudiosos e interessados na história da educação e nas influências religiosas que a permeiam.

Ainda em relação à coleta das fontes, em 2022, tive a oportunidade de passar uma temporada em Roma, Itália, onde realizei pesquisas em dois arquivos de grande relevância: o Arquivo Apostólico do Vaticano e o Arquivo Romano da Companhia de Jesus (*Archivum Romanum Societatis Iesu* - ARSI). Esses arquivos internacionais são fundamentais para a pesquisa de documentos históricos, mas possuem uma restrição temporal, permitindo acesso à documentação apenas até 1958, o que marca o fim do pontificado do Papa Pio XII.

No Arquivo Apostólico do Vaticano, consegui obter informações valiosas sobre o episcopado de Dom Emanuel Gomes de Oliveira (1923-1955), o bispo responsável por trazer os jesuítas para Goiás com a missão de cuidar da educação superior católica. No entanto, ao realizar a pesquisa no Arquivo Romano da

Companhia de Jesus, percebi que meu estudo ficaria bastante limitado se eu acessasse apenas documentos até 1958, dado que meu recorte temporal se estende até 1979.

Diante dessa limitação, escrevi uma carta ao superior geral da Companhia de Jesus, padre Arturo Sosa, solicitando permissão para acessar a documentação posterior a 1958, de modo a contemplar todo o período relevante para minha pesquisa. Felizmente, com o seu parecer favorável, pude acessar todas as fontes disponíveis no Arquivo Romano que tratam da atuação dos jesuítas em Goiás, o que enriqueceu significativamente a minha pesquisa.

A análise das fontes documentais possibilitou evidenciar dois aspectos centrais da história da educação superior católica em Goiás: I- *Modo Interno da Companhia de Jesus*: A pesquisa lança luz sobre a forma de gestão e organização da Companhia de Jesus, revelando seus princípios, valores e estratégias de atuação no campo educacional. II- *Atuação dos Jesuítas na Universidade Católica de Goiás*: O estudo aprofunda a compreensão do papel fundamental da Companhia de Jesus na fundação, desenvolvimento e administração da Universidade Católica de Goiás, destacando suas contribuições pedagógicas, sociais e religiosas. Acessar essas fontes foi imprescindível para a pesquisa, pois,

a fonte histórica é aquilo que coloca o historiador diretamente em contato com o seu problema. Ela é precisamente o material através do qual o historiador examina ou analisa uma sociedade humana no tempo. Uma fonte pode preencher uma das duas funções: ou ela é o meio de acesso àqueles fatos históricos que o historiador deverá reconstruir e interpretar (fonte histórica= fonte de informações sobre o passado), ou ela mesma ... é o próprio fato histórico. Vale dizer, neste último caso considera-se que o texto que se está tomando naquele momento como fonte é já aquilo que deve ser analisado, enquanto discurso de época a ser decifrado, a ser compreendido, a ser questionado. É nesse sentido que diremos que a fonte pode ser vista como “testemunho” de uma época e como “discurso” produzido em uma época. (Barros, 2004, p. 134-135).

O acervo consultado no ARSI (Arquivo Romano da Companhia de Jesus) desempenhou um papel fundamental na minha pesquisa, principalmente por conter numerosas fontes datadas de 1953 a 1979. Esse período é particularmente significativo, pois corresponde ao tempo em que os jesuítas estavam diretamente envolvidos na administração da educação superior católica em Goiás, tornando essas fontes essenciais para a compreensão da história dessa instituição.

No Brasil, a pesquisa teve como ponto de partida o Arquivo da Companhia de Jesus no Rio de Janeiro, sede da única província brasileira da organização. Graças ao apoio do Padre Roberto Barros Dias, arquivista provincial, foi possível acessar um vasto conjunto de fontes documentais que lançam luzes sobre a atuação dos jesuítas em Goiás. A Companhia de Jesus se destaca por sua organização, com um sistema de arquivo catalogado que facilita a busca e o acesso aos documentos. Essa estrutura permite uma investigação profunda e abrangente da história da organização.

Durante o período estudado, a administração jesuítica em Goiânia estava sob a jurisdição da Vice Província Goiano-Mineira, criada em 1952. Essa unidade administrativa abrangia a atuação dos jesuítas em Goiás, Minas Gerais e, posteriormente, Brasília, e foi desmembrada da Província do Brasil Central, tornando-se dependente da Província de León, na Espanha. É importante notar que, nesse período, era comum que províncias europeias, com maior número de membros e melhores condições financeiras, patrocinassem a criação de novas províncias em países emergentes, como o Brasil. Essas províncias-mãe enviavam missionários e financiavam suas atividades.

De acordo com a documentação analisada, entre 1952 e 1962, a Província de León desempenhou um papel crucial ao enviar 110 jesuítas, entre padres e irmãos, para a Vice Província Goiano-Mineira, contribuindo significativamente para a atuação desta na região. Entre os jesuítas enviados, alguns tiveram atuação destacada em Goiânia, como os padres Victoriano Baquero, Henrique Jaureguizar, Jesus Hortal, Luis Palacín, Cristábal Álvarez e Javier Enciso.

A pesquisa baseou em um conjunto diversificado de fontes documentais que oferecem uma visão abrangente da atuação da Companhia de Jesus em Goiás: *Relatos dos jesuítas*: Documentos que narram as atividades realizadas em diferentes obras da Vice Província, incluindo Goiânia. *Cartas dos jesuítas*: Correspondências entre os padres jesuítas e seus superiores, fornecendo informações valiosas sobre o cotidiano, desafios e conquistas da organização. *Informativos da Vice Província*: Publicações periódicas denominadas “Notícias da Vice Província”, que trazem um panorama geral das atividades da Companhia de Jesus na região. *Pastas individuais dos jesuítas*: Arquivos que reúnem informações detalhadas sobre a história de vida de cada membro da Companhia de Jesus, incluindo sua atuação em Goiás. Através dessas pastas, tive acesso à história dos padres Francisco Machado da Fonseca

(primeiro jesuíta a chegar em Goiânia com a missão universitária), Paulo de Tarso Nacca (reitor da UCG entre 1959 e 1962), Ormino Viveiros de Castro (reitor da UCG entre 1963 e 1967), Cristóbal Álvarez García (reitor da UCG entre 1968 e 1973) e José Carlos de Lima Vaz (reitor da UCG entre 1973 e 1979).

Outro arquivo importante para a pesquisa foi o do Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central (IPEHBC), mantido pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Este arquivo contém uma vasta documentação sobre a história da Igreja Católica em Goiás, destacando-se o arquivo pessoal de Dom Emanuel Gomes de Oliveira, bispo responsável pela vinda dos jesuítas para Goiás, e de Dom Fernando Gomes dos Santos, bispo que fundou a Universidade Católica de Goiás e acompanhou a presença dos jesuítas na universidade até sua saída em 1979.

Além disso, o IPEHBC possui um fundo documental significativo sobre a história da universidade, incluindo anuários, atas, relatórios, correspondências, boletins informativos e estatutos. Durante a pesquisa, digitalizei toda essa documentação, o que permitiu um contato mais duradouro com as fontes, facilitando a análise e a escrita. Todos os documentos estavam em bom estado de conservação, podendo ser consultados sem dificuldades. A análise desse acervo contribuirá para novas interpretações sobre a história da Igreja Católica em Goiás, especialmente no campo da educação superior, que é o foco de nossa pesquisa. Acreditamos que a análise das fontes documentais “não enquanto fontes lineares que se superpõem, mas como instrumentos, cuja subjetividade permite ao pesquisador confrontá-los e discutí-los na condição de sujeito e partícipe do processo de produção do conhecimento” (Dourado, 1997, p. 2). Analisar todas essas fontes sempre nos impõe o desafio de compreender, como Foucault (1996, p. 8) nos lembra, que

em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organiza e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade.

A pesquisa também incluiu a consulta ao arquivo da Cúria Metropolitana de Goiânia, órgão central da administração eclesiástica local e diretamente envolvido na fundação e administração da Universidade Católica de Goiás, por ser a sede do arcebispado. Esperava-se encontrar nesse acervo uma variedade de documentos sobre as relações entre a Igreja e a universidade, especialmente aqueles referentes ao período de tensão entre os jesuítas e a Arquidiocese de Goiânia, que resultou na

ruptura entre ambas as partes. No entanto, a organização do arquivo, bastante distinta dos padrões adotados em outras instituições, dificultou a busca por informações específicas.

Após uma minuciosa pesquisa, foram localizadas algumas correspondências e recortes de jornal que, embora escassos, forneceram pistas sobre o contexto do conflito que culminou na saída dos jesuítas da universidade. A ausência de outros documentos, como atas de reuniões episcopais e informativos, limita a compreensão mais aprofundada das dinâmicas internas da Igreja durante esse período. É possível que essas lacunas sejam resultado de uma gestão arquivística menos rigorosa.

Apesar dessas limitações, a consulta ao arquivo da Cúria permitiu identificar a importância da hierarquia eclesiástica nas decisões relacionadas à UCG e evidenciou a necessidade de pesquisas em outros arquivos, como os da Companhia de Jesus e da própria universidade, para complementar as informações encontradas.

Todos esses arquivos eclesiásticos foram de grande valia para o bom andamento da pesquisa, principalmente pelo acervo documental que cada um possui, com uma grande diversidade de fontes que registram acontecimentos significativos da atuação jesuítica em Goiânia no contexto da educação superior. Esses registros são cruciais para a preservação da memória histórica, e, através da análise crítica das fontes, é possível compreender as práticas da Igreja Católica, por meio dos jesuítas, na Universidade Católica de Goiás.

A análise das fontes históricas exige que operemos em duas dimensões: “analisar fatos que já foram antecipadamente articulados na linguagem ou, com a ajuda de hipóteses e métodos, reconstruir fatos que ainda não chegaram a ser articulados, mas que se revelam a partir desses vestígios” (Kosellek, 2006, p. 305).

A memória é um desses vestígios que pode ser transformado em fonte. É um remanescente que perdura entre nós, auxiliando na criação de laços de identidade individual e coletiva. Halbwachs (2006) já antecipava a complexa relação entre a memória individual e a coletiva, reconhecendo tanto suas diferenças quanto suas interações. Para ele, a memória individual, ao evocar lembranças, frequentemente se apoia na memória coletiva, utilizando-a como um referencial. Por outro lado, a memória coletiva, embora formada pelas memórias individuais, possui uma dinâmica própria, evoluindo de acordo com leis sociais e históricas específicas. A memória

coletiva é fundamental para a construção de identidades, tanto individuais quanto coletivas, estabelecendo uma ponte entre passado e presente; Le Goff afirma,

(...) a memória é um elemento essencial do que se costuma chamar de identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia. Mas a memória coletiva é não somente uma conquista é também um instrumento e um objeto de poder (Le Goff, 1990, p. 476).

Desde modo, a pesquisa documenta e resgata a memória da atuação da Companhia de Jesus na educação superior em Goiás, oferecendo uma análise crítica e reflexiva do passado, permitindo uma melhor compreensão das raízes e dos processos que moldaram a educação superior católica em Goiás. A memória é moldada e reinterpretada por diversos atores sociais que, através de suas narrativas e ações, buscam construir e consolidar determinadas visões do passado. Esta (memória) é também um campo de disputa entre diferentes grupos que buscam moldá-la de acordo com seus interesses, resultando em uma construção histórica dinâmica e complexa.

Ao visitar o arquivo da própria universidade, constatamos uma escassez significativa de documentação referente ao período de atuação dos jesuítas na instituição. Foi graças aos arquivos internos da própria Companhia de Jesus que conseguimos acessar uma maior abundância de fontes inéditas, fundamentais para a construção dessa memória histórica.

Observamos que a ruptura com os jesuítas em 1979 foi marcada por conflitos tanto no âmbito interno, relacionado às dinâmicas eclesiais, quanto no externo, no que se refere às relações institucionais. Esse cenário de tensão pode ter contribuído para um “esquecimento” dessa memória no período pós-jesuítico, possivelmente de forma intencional. Nesse contexto, Michael Pollak (1989) explora a linha tênue entre o “esquecido” e o “não tido”, destacando que essas tensões emergem especialmente durante períodos de intensificação de conflitos e disputas entre grupos. Em tempos de crise, as memórias coletivas são mobilizadas de maneiras distintas, e as tensões e conflitos da época podem ter desempenhado um papel significativo na supressão de parte dessa memória. Mas, avaliamos que “o esquecimento tem igualmente um polo ativo ligado ao processo de rememoração, essa busca para reencontrar as memórias perdidas, que, embora tornadas indisponíveis, não estão realmente desaparecidas” (Ricoeur, 2003, p. 6).

Consideramos nossa pesquisa relevante, pois ela dá voz aos agentes que construíram essa história, resgatando uma memória que, embora silenciada, permanece ativa. Assim, o estudo abre caminhos para novas investigações que explorem diferentes aspectos da história da educação superior católica em Goiás, bem como a atuação da Companhia de Jesus em outros contextos.

A Estrutura da tese

A tese possui a composição teórica e metodológica organizada em seis seções (capítulos). A primeira seção, intitulada “*A Ratio Studiorum* e a pedagogia dos jesuítas: história, desenvolvimento e seus desdobramentos para a contemporaneidade”, apresenta o método que orientou a pedagogia jesuíta por séculos, com a finalidade de percebermos como os seus princípios se desdobraram influenciando a educação no século XX.

A segunda seção, intitulada “A atuação dos jesuítas no Brasil: dos primórdios ao protagonismo na educação superior católica”, analisa a educação jesuítica no Brasil, desde os primórdios, tendo como foco a educação superior. Esta seção está dividida em duas partes: a primeira explora a atuação dos jesuítas na educação brasileira durante o período colonial; enquanto a segunda se concentra no processo da criação da primeira universidade católica do país, a Universidade Católica do Rio de Janeiro (período republicano), destacando o papel central dos jesuítas nesse processo.

A terceira seção, intitulada “Os jesuítas em Goiânia e a fundação da universidade católica”, traça um panorama da presença jesuíta em Goiânia na segunda metade do século XX, eles chegaram a Goiás em 1954, com a finalidade de atuarem frente a educação superior católica. Esta seção analisa em profundidade o contexto histórico que culminou na criação da Universidade Católica de Goiás em 1959, destacando o papel central da Companhia de Jesus nesse processo e os desafios enfrentados para o estabelecimento da instituição.

A quarta seção, intitulada “A administração dos padres jesuítas Paulo Nacca (1960-1962) e Ormino Viveiros (1963-1967) na Universidade de Goiás”, debate a atuação dos dois primeiros padres reitores à frente da universidade. O pe. Nacca teve

a missão de estabelecer metodologicamente todos os requisitos para a estruturação da nova universidade em meio aos desafios existentes. O pe. Viveiros sucedeu o pe. Nacca e sua administração foi caracterizada por reformas tanto curriculares quanto estruturais e pela busca de uma maior abertura da universidade para a sociedade.

A quinta seção, intitulada “A administração dos padres Cristóbal Álvarez García (1968-1973), José Carlos de Lima Vaz (1973-1979)”, apresenta a continuidade da administração jesuíta, a implantação da Reforma Universitária no contexto da ditadura militar e o modo de atuação da Igreja Católica nesse contexto turbulento da história do Brasil, bem como, a implantação do primeiro ciclo de estudos gerais na Universidade Católica.

A sexta seção, intitulada “A ruptura com os jesuítas na Universidade Católica de Goiás- 1979”, analisa os embates eclesiais e institucionais marcados por tensões e mudanças significativas na história da instituição. Compreender esse acontecimento é fundamental tanto para a história da Igreja quanto para a educação em Goiás. Examinaremos os fatores que levaram à transição da administração jesuítica na Universidade Católica de Goiás, contextualizando as mudanças políticas, sociais e eclesiásticas que influenciaram esse processo.

Ao optar por uma abordagem qualitativa, esta pesquisa busca dar uma contribuição para o campo dos estudos históricos da educação. Dando voz aos protagonistas da construção da educação superior católica em Goiás, o estudo desvela um passado complexo e multifacetado, oferecendo uma compreensão mais profundada das dinâmicas que moldaram essa trajetória. Ademais, o trabalho abre novas possibilidades de investigação, explorando as interações entre educação, religião e sociedade, o que permite uma análise mais rica das influências mútuas entre esses campos e seu impacto na formação educacional e cultural de Goiás.

1 OS JESUÍTAS E A *RATIO STUDIORUM*¹⁴: HISTÓRIA, DESENVOLVIMENTO E SEUS DESDOBRAMENTOS PARA A CONTEMPORANEIDADE

Esta seção tem como objetivo analisar a *Ratio Studiorum*, um documento fundamental para compreender a pedagogia jesuíta e sua influência duradoura na educação. Ao analisar a atuação jesuíta em Goiânia, é essencial entender os fundamentos teóricos e práticos que orientaram a educação jesuíta por séculos. A *Ratio Studiorum*, como documento fundacional da pedagogia jesuíta, oferece um marco teórico indispensável para essa análise. Nesta seção, abordaremos os seguintes aspectos: a vida e obra de Inácio de Loyola, o processo de elaboração e desenvolvimento da *Ratio Studiorum* e os princípios dessa obra que se mantiveram relevantes até o século XX. A análise da *Ratio Studiorum* permitirá identificar as continuidades e transformações da pedagogia jesuíta ao longo do tempo, bem como sua influência na educação superior católica em Goiás.

Optamos por utilizar a edição brasileira da *Ratio Studiorum*, do padre Leonel Franca¹⁵, publicada em 1952 pela editora Agir, no Rio de Janeiro, com o título “O método pedagógico dos jesuítas: *Ratio Studiorum*.” Depois de muito tempo esgotada, houve uma republicação dessa mesma tradução, em 2019, pela editora Kírión. Consideramos essa edição importante por dois motivos: primeiro, por ter sido sistematizada pelo padre Leonel Franca, um jesuíta expoente no contexto da fundação da Universidade Católica do Rio de Janeiro, cenário que está inserido em nosso objeto de pesquisa; segundo, por ser uma edição brasileira, valorizando a nossa produção acadêmica local. Além disso, dialogaremos ao longo dessa seção

¹⁴ Neste trabalho utilizaremos o artigo “a” para referenciarmos a *Ratio Studiorum*, pois a palavra *Ratio*, *rationis* é uma palavra latina do gênero feminino, por isso usaremos o artigo no gênero feminino, a concordar com *ratio*: A *Ratio Studiorum*. Fazemos tal menção, porque a obra mais tradicional no Brasil sobre a *Ratio Studiorum* é do padre jesuíta Leonel Franca (2019) cujo título é “O método pedagógico dos jesuítas: o *Ratio Studiorum*” como o título é traduzido por método, então é usado o artigo masculino para concordar. Portanto, nós fizemos a opção de pontuar com o artigo feminino considerando a etimologia da palavra que está no feminino.

¹⁵ Pe. Leonel Franca nasceu em 1893, esteve no colégio dos jesuítas de Nova Friburgo, ingressou na Companhia de Jesus, em 1912 foi estudar em Roma, na Universidade Gregoriana, retornando ao Brasil foi lecionar no Colégio Santo Inácio no Rio de Janeiro. Foi membro do Conselho Nacional de Educação entre 1931 e 1947. Fez parte do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Autor de diversos livros, formando uma coleção de quatorze volumes, com temas distintos como a defesa da fé católica, combate ao comunismo e ao materialismo, apologia contra o divórcio e o controle de natalidade, além de textos sobre a filosofia e debates entre política e religião.

com diversos autores, como Herraiz (2002), O'Malley (2004), Miranda (2011), Magalhães (2015), entre outros.

Para contrapor a visão da educação jesuíta, adotamos a perspectiva de Émile Durkheim (2020). Para o autor, a Companhia de Jesus representou uma resposta conservadora à Reforma Protestante, buscando preservar a influência da Igreja Católica na educação. O sociólogo francês critica a educação jesuíta por seu dogmatismo, pela instrumentalização do conhecimento e por ter impedido o avanço do humanismo moderno. No contexto da França do século XIX, marcado por intensos debates sobre laicidade e secularização, a crítica de Durkheim à educação religiosa refletia as tensões entre a Igreja e o Estado.

1.1 A Origem dos jesuítas: Inácio de Loyola e a Companhia de Jesus

A Companhia de Jesus foi fundada por Inácio de Loyola e reconhecida oficialmente pela Igreja Católica em 1540, por meio da bula papal *Regimini militantes ecclesiae*, do Papa Paulo III. De acordo com suas Constituições¹⁶, a Companhia nasceu para o “maior serviço de Deus Nosso Senhor e de maior bem das almas”¹⁷ (Loyola, 1975, n. 603). O bem das almas consistia em compreender a pessoa humana em sua totalidade, isso pedia de cada membro da Companhia uma disponibilidade absoluta para cumprir a missão recebida, onde quer que ele fosse destinado, independentemente do lugar, tempo ou serviço. Esse primeiro carisma da ordem religiosa era bem ampliado e diversificado, tanto no serviço como no apostolado, consistindo em pregações, confissões, administração dos sacramentos, catequese,

¹⁶ O termo *Constituições* refere-se ao corpo de leis e ideais, composto por Inácio de Loyola que normatizava e organizava toda a Companhia de Jesus (O'Malley, 2004).

¹⁷ *Ad maiorem Dei gloriam* se tornou praticamente o lema dos jesuítas. A ordem religiosa deveria ser fundada para dar “maior” (*magis*) glória a Deus e salvação das almas. O termo “magis” (mais) é muito recorrente na pedagogia inaciana, pois ele se refere a resposta que cada pessoa deve dar diante do chamado que ela recebe, principalmente diante de Deus. Para Inácio a pessoa humana é criada para louvar, reverenciar e servir a Deus na sua totalidade. Esse é o ideal que todos devem aspirar, essa meta ele assinala com o termo “magis”, pois, refere-se ao intenso desejo de buscar sempre o que fosse do maior agrado divino, é impulsionado a realizar grandes coisas. O “magis” significa a entrega total e sem reserva, para inteiramente cumprir a vontade de Deus. Ele é o princípio e critério ativo que orienta todas as decisões, num contínuo desejo de superação de si mesmo e maior impulso a uma perfeição possível, procurando crescer e ir adiante na prática e vivência das virtudes (Palaoro, 1992, p. 33-36).

exercícios espirituais, conversões, obras de caridade e misericórdia, atendimento aos mais pobres e necessitados... (González, 2006, p. 18).

Nesta perspectiva, Paris (2000) faz uma crítica aos privilégios que os jesuítas tiveram em função da sua atuação, bem como, da sua relação de fidelidade ao Papa, que lhes resguardavam benefícios de uma “auto-suficiência” hierárquica:

Por causa de seus estatutos, os jesuítas ficaram isentos do regimento enclausurante que a vida monástica implicaria. Eram monges vivendo “no mundo” e, externamente, nada os diferenciava do clero secular mas, ao contrário deste e de outras congregações religiosas, não estavam sujeitos à autoridade do bispo. Já em 1545, uma bula do papa Paulo III os capacitava a pregarem; ouvirem confissões; dispensarem sacramentos; realizarem a missa; absolverem; trocarem penitências por outras mais fáceis de realizar ou até mesmo cancelá-las. Em resumo, exerciam seu ministério, sem terem de se reportar ao bispo. Só não podiam celebrar casamentos. Gaston Bally escreve: O poder do prior referente à absolvição e dispensação é ainda maior. Pode suspender toda e qualquer punição infligida aos membros da Companhia, antes ou depois de sua entrada na Ordem, absolver todos os seus pecados, até mesmo o pecado de heresia e cisma, a falsificação dos escritos apostólicos, etc (Paris, 2000, p. 20).

Durkheim (2020) afirma que a particularidade que distinguiu a Companhia de Jesus foi o fato de ter conseguido conjugar duas características que a Idade Média julgava inconciliável e contraditória. Por um lado, os jesuítas pertencem a uma ordem religiosa, como os franciscanos e dominicanos; possuem um superior, estão sujeitos a mesma constituição, regra e disciplina comum, pelas normas de vida e oração, características essas de clérigo regular. Porém, por outro lado, tem as mesmas características do clero secular, pois exercem as suas funções, confessa, prega, catequiza, celebra, não estão fechados em um mosteiro, mas inseridos na vida do mundo. Inácio de Loyola acreditava que o jesuíta não só deve misturar-se com o mundo, mas deve se abrir-se às ideias que nele há. Para melhor conduzir seu tempo, era necessário falar sua língua e assimilar o seu espírito, não era possível ficar só na negação e acusação diante das profundas transformações de seu tempo.

Iñigo López de Oñaz y Loyola nasceu em 31 de maio de 1491, no castelo de Loyola, território basco no nordeste da Espanha. Teve uma educação refinada, junto ao tesoureiro-mor do rei Ferdinando de Aragão. Em 1517 ingressou no serviço militar onde desenvolveu a carreira militar de cavaleiro da corte espanhola e, o ponto crucial se deu em 20 de maio de 1521, neste ano os franceses tentaram invadir a Espanha, na Batalha de Pamplona, Inácio foi atingido por uma bala de canhão que o acertou, ferindo gravemente suas pernas, principalmente a esquerda. Enquanto se recuperava

no Castelo de Loyola, começou a ler a obra a *Vida de Cristo*, de Ludolfo da Saxônia, e posteriormente a *Vida dos Santos*, dando início ao seu processo de conversão, que culminou no desejo de entregar-se inteiramente a Deus. Em sua autobiografia Inácio relata:

Lendo muitas vezes, ia afeiçoando-me ao que ali estava escrito. Mas interrompendo a leitura, algumas vezes ficava pensando no que tinha lido. Outras vezes, começava a pensar em assuntos do mundo, dos quais antes costumava ocupar. Uma das muitas vaidades que lhe ocorriam dominava tanto o coração que ficava imediatamente embevecido a pensar nela, por duas ou três, ou quatro horas sem dar conta de si (Loyola, 2006, p. 30).

Partindo dessa experiência, Inácio iniciou um novo processo em sua vida. Após recuperar-se dos ferimentos, foi para o Mosteiro de Nossa Senhora de Montserrat, no interior da Espanha, onde fez a experiência de entregar as vestes de cavaleiro que usava e fazer um compromisso “tomar as armas de Cristo”¹⁸ (Loyola, 2006, p. 38). A partir daí, Inácio começou a viver como peregrino¹⁹ mendicante, em Manresa escolheu um estilo de vida ascético, ele mesmo relatou que “nessa época, Deus se comportava com ele como um professor se comporta com seu pequeno aluno: ensinando-o” (Loyola, 2006, p. 47). Inácio foi discípulo e mestre, um autodidata, porque todas as experiências espirituais feitas nesse momento foram sendo anotadas em um pequeno livro, com o passar do tempo suas notas foram tomando uma forma mais estruturada e se tornaram a base de um pequeno livro chamado *Exercícios Espirituais*. Os exercícios se tornaram o grande patrimônio espiritual dos jesuítas, pois tem como finalidade ajudar as pessoas a fazerem uma experiência de liberdade interior que as leve a um fiel serviço a Deus e aos demais (Gil, 2002).

Exercícios espirituais, entende-se todo o modo de examinar a consciência, de meditar, de contemplar, de orar vocal e mentalmente, e de outras operações espirituais, conforme adiante se dirá. Porque, assim como passear, caminhar e correr são exercícios corporais, da mesma maneira todo o modo de preparar e dispor a alma, para tirar de si todas as afeições desordenadas e, depois de tiradas, buscar e achar a vontade divina na disposição da sua vida para a salvação da alma, se chamam exercícios espirituais (Loyola, 1997, n. 1).

¹⁸ Essa experiência de entregar as vestes deve ser entendida no sentido heráldico, pois ela designa por meio da vestimenta a qual senhor está servindo. Essa troca de senhores marca profundamente a vida de Inácio e depois é sistematizada por meio das *Constituições* da Companhia de Jesus que pede a cada um de seus membros que revistam de Nosso Senhor Jesus Cristo, “vestindo-se do seu traje e usando suas insígnias, como Ele as usou para nosso maior proveito espiritual” (Constituições, 1975, n. 101).

¹⁹ Em toda a sua Autobiografia, Inácio de Loyola refere a si, chamando-o de “peregrino”.

A metodologia que Inácio utilizou para a sistematização dos seus *Exercícios Espirituais*²⁰ foi essa, a anotação, que, depois culminava na repetição, aprimorando assim, método este que deu a base para todas as outras iniciativas da Companhia de Jesus. A pedagogia humanista cristã foi essencial e decisiva para a formulação da pedagogia inaciana²¹. Os *Exercícios* foram a fonte mais inspiradora para pedagogia jesuítica.

Os *Exercícios Espirituais*, assim designados por analogia com os exercícios corporais, eram desafios e percursos interiores, para serem cumpridos pelo próprio, iluminados pela leitura e pela escrita, e devidamente orientados por um diretor espiritual. Há neste tirocínio um efeito educativo, com conteúdo, mediação pedagógica e transformação (conversão) (Magalhães, 2015, p. 11).

O exercitante, orientado pelos textos bíblicos, deve ativar os sentidos, a imaginação e “participar da cena bíblica”. A partir dessa experiência, ele é levado a reler sua própria história, “iluminado” pelo conteúdo bíblico. Edmond Paris (2000) critica esse método, afirmando que sua finalidade era controlar a imaginação.

Ignácio compreendeu, mais claramente do que qualquer outro líder social anterior a ele, que a melhor forma de conduzir um homem a um certo ideal é através do controle de sua imaginação. Nós “o imbuímos das forças espirituais que ele acreditaria serem difíceis de eliminar posteriormente”, forças mais duradouras que os melhores princípios e doutrinas. Essas forças poderiam vir de novo à tona, às vezes anos depois de não terem sido mencionadas, tornando-se tão imperativas que a vontade se acharia incapaz de oferecer qualquer obstáculo, e então teria que seguir seu impulso irresistível”. Portanto, todas as “verdades” do dogma católico terão de ser não apenas meditadas, mas vividas e sentidas por aquele que se dedica a essas “práticas”, com a ajuda de um “diretor”. Em outras palavras: ele terá de ver e reviver o mistério com a maior intensidade possível. A sensibilidade do candidato fica impregnada com tais forças, cuja persistência em sua

²⁰ Os *Exercícios*, denominados *retiros*, são um itinerário que visa a auxiliar o aprimoramento espiritual de toda a pessoa, a partir da ordenação dos afetos e da vida. São sete os momentos didáticos dos *Exercícios*: 1) Apresentação dos ‘pontos’ para a oração pelo orientador ao exercitante na noite anterior; 2) Oração preparatória do exercitante antes do período formal de oração; 3) Composição de lugar com a imaginação sobre o assunto a rezar; 4) Petição a Deus da graça para o fruto a alcançar no período da oração; 5) Oração propriamente dita, pelo desenvolvimento dos ‘pontos’ recebidos na véspera, sob diversas modalidades: meditação, contemplação ou aplicação de sentidos; 6) Colóquio do exercitante com Deus, conclusivo da oração; 7) Revisão do período da oração (Klein, 1997, p. 19).

²¹ A “pedagogia inaciana” não se identifica exatamente com a “pedagogia jesuítica”. Aplicado à pedagogia, o termo “jesuítica” refere-se propriamente ao plano de estudos e à metodologia sistematizada pela Companhia de Jesus desde meados do século XVI e fixado na *Ratio Studiorum* (1599); “Inaciano” está relacionado com a espiritualidade de Inácio, refletida sobretudo nos *Exercícios*. Sempre no campo pedagógico, o termo “jesuítica” refere-se à Companhia de Jesus e implica uma responsabilidade institucional última por parte da Companhia, bem como uma identificação com a sua “missão”; O “inaciano” diz respeito ao lado espiritual da vida e obra de Inácio, sua “visão”. Inaciano e jesuítico não se correlacionam da mesma maneira. No que é jesuítico, entende-se a inspiração inaciana, enquanto o que é inaciano nem sempre envolve um vínculo com a Companhia. No mapa educacional, centenas de instituições projetam uma face inaciana – em vez de uma jesuítica –, mostrando assim que uma orientação inaciana pode ser assumida sem necessariamente envolver a Companhia (Codina, 2007).

memória, e ainda mais em seu subconsciente, serão tão fortes quanto o esforço que fez para evocar e assimilar tais forças. Além da visão, os outros sentidos, como a audição, o olfato, o tato e o paladar teriam seu papel. Resumindo, é simplesmente auto sugestão controlada (Paris, 2000, p. 16).

Além da dimensão espiritual que foi a primeira a marcar a vida de Inácio como relatamos acima, ele também se dedicou a dimensão intelectual. Podemos falar de um Inácio “peregrino-estudante”. A primeira metade do século XVI ainda estava permeada pelo espírito inquisidor, que não estava disposto a aceitar falar de coisas espirituais sem uma devida preparação teológica, sendo assim, Inácio empreendeu uma nova fase de sua vida dedicando aos estudos. É importante abordarmos o caminho do fundador, pois a sua obra e conseqüentemente, os seus desdobramentos estão ligados ao seu modo de pensar, proceder e exercer o carisma da ordem. Por isso, para falarmos da *Ratio Studiorum*, como uma pedagogia jesuítica, devemos voltar a sua base primeira.

Durante a sua permanência na Espanha, dois lugares se destacaram para os estudos de Inácio de Loyola. O primeiro é Barcelona, onde permaneceu dois anos (1524-1526) iniciando os estudos de gramática, pois “vinham-lhe novas inteligências de coisas espirituais e novos gostos” (Loyola, 2006, p. 67). Esse curso de gramática se referia ao latim exprimido oralmente e por escrito, a língua da cultura e dos estudos superiores de sua época. Depois disso, Inácio tomou a decisão de ir para a Universidade de Alcalá, para empreender o curso de Artes, que equivaleria aos estudos de filosofia no nível universitário, onde permaneceu um ano e meio, entre março de 1526 a junho de 1527.

A Universidade de Alcalá de Henares, próxima a Madri, foi fundada pelo Cardeal Cisneros. Os cursos iniciaram em 1508, nesse período de Inácio, a instituição já tinha alcançado grande renovação de ensino pela via do humanismo. Estudavam-se línguas antigas que possibilitava uma melhor compreensão da Bíblia. Além disso, imprimiram entre 1514 e 1517, a edição dita *Polyglota Complutensis*, que foi a primeira edição poliglota da Bíblia por inteira, destinada às escolas de teologia. Um fator significativo desta universidade, era que acolhia as obras de Erasmo de Roterdã, cuja espiritualidade se propagou pela tradução do *Enchiridion militis christiani*²², em 1526.

²² *Enchiridion* é uma exaltação da piedade cristã, Erasmo concebe a piedade como atitude espiritual da pessoa diante do seu Senhor. O contato imediato com Deus, por meio do Evangelho vivificará a

Alcalá era um centro do pensamento das correntes de renovação espiritual de Castela, principalmente pela influência dos franciscanos (Dhôtel, 2006).

Em 1528 Inácio foi para a França onde permaneceu durante sete anos estudando na Universidade de Paris. Durante o percurso feito até esse período, Inácio agregou junto de si companheiros que o acompanhavam seguindo seus ideais. Mas, foi na Universidade de Paris onde se formou um grupo mais coeso e duradouro que ficou conhecido como “amigos no Senhor”²³, essa terminologia dos companheiros de Inácio “no Senhor” derivou no nome dado a ordem fundada por ele, a “Companhia de Jesus”.

Em Paris, Inácio se dedicou aos estudos de Humanidades, seguindo o sistema didático *modus parisienses*, que será futuramente aplicado na própria *Ratio Studiorum*. Ingressou no curso de Artes, ou seja, Filosofia, obtendo o grau de bacharel em 1532. Assim que terminou o bacharelado, foi aprovado em terceiro lugar nos exames para iniciar a licenciatura, concluindo em 1533, seguidos do mestrado e doutorado em 1535 (González, 2006, p. 32).

No dia 15 de agosto de 1534, na Capela de Montmartre, localizada em Paris, Inácio e seis companheiros, Francisco Xavier, Pedro Fabro, Afonso Bobadilha, Diogo Laínez, Afonso Salmeirão e Simão Rodrigues fizeram os votos de se dedicarem ao serviço da humanidade, seguindo o exemplo de Cristo. Em 1535, Inácio e seus companheiros da universidade deixaram Paris rumo a Itália, onde nasceria a Companhia de Jesus.

O humanismo da época de Inácio valorizava e utilizava a cultura clássica grego-romana como protótipo para todas as atividades intelectuais, culturais, acadêmicas e pedagógicas. Os tratados renascentistas sobre a educação deste início da modernidade têm como meta e objetivo reformar os saberes da *studia humanitatis* (retórica, gramática, poesia, filosofia história e moral) se valendo dos saberes de sua

peessoa por dentro, dando-lhe instrução e consolação, para isso acontecer é necessário disposição e honestidade. Erasmo busca elevar o homem acima dele mesmo pela vivência das virtudes sem apartá-lo do mundo (Etienne, 1969, p. 435).

²³ Quando Inácio faz a experiência de conhecer o amor de Deus ele começa a entregar-se a essa experiência se dedicando ao serviço do Reino de Deus. O seu modo de viver atrai outros companheiros que ele mesmo chama numa carta escrita a Juan de Verdolay, datada em 24 de julho de 1537, como os “amigos no Senhor” para o serviço de Deus e dos demais. *Monumenta Ignatiana (Epp. XII, 321-323)*.

época, bem como, de novas concepções e métodos que renovariam esse período da história.

O período em que viveu Inácio, final dos séculos XV e XVI foi marcado por grandes transformações nas diversas esferas sociais, políticas, econômicas e religiosas. Com o Renascimento, renascia também uma nova forma de viver em sociedade, sendo assim, a educação também sofreu mudanças, possibilitando protagonizar um novo momento da história, na formação da pessoa humana. “Uma transformação pedagógica sempre é a resultante e o sinal de uma transformação social que a explica. Para que um povo sinta a necessidade de mudar seu sistema de ensino, é preciso que venham à tona ideias e necessidades que o antigo sistema não satisfazia mais” (Durkheim, 1995, p. 160). A pedagogia jesuítica é fruto também das mudanças deste tempo. As transformações pedagógicas que aconteceram no Renascimento são em decorrência das mudanças que a sociedade da época vivia.

Segundo Margarida Miranda (2001) a dimensão prática de Inácio e da Companhia de Jesus em seu ideal pedagógico-humanista não pode ser compreendida somente como uma adaptação ao gosto da época, mas de uma educação profundamente direcionada pelos e para os valores clássicos do humanismo cristão.

A dimensão prática que Inácio de Loyola e os primeiros Jesuítas deram ao seu ideal pedagógico é na verdade o fruto maduro de uma concepção profunda e avisada da formação humana, baseada no conhecimento da natureza do homem e no funcionamento espontâneo das suas faculdades. Se a sua orientação é plenamente humanística, tal facto não se deve simplesmente a uma simples adaptação ao gosto da época, nem a uma mera estratégia de combate anti-heresia, ou a uma estratégia de melhoramento significativo dos estudos teológicos. Trata-se antes de uma concepção da educação intrinsecamente orientada pelos valores do Humanismo clássico e cristão (Miranda, 2001, p. 94).

O movimento Humanismo Cristão, no qual Juan Luis Vives, Erasmo de Roterdã, Thomas More, e tantos outros nomes do Renascimento fizeram parte, é uma corrente marcada pela combinação entre “a exaltação dos ideais clássicos e a aceitação dos dogmas do Cristianismo” (Bernardo; Toledo, 2007, p. 24). Essa união se desdobrou na esfera pedagógica, resultando num pensamento que unia formação intelectual fundamentado na literatura clássica e a ética cristã que resultava nas condutas e virtudes que deveriam ser desenvolvidas. O humanismo cristão foi capaz

de atribuir ao conhecimento uma finalidade moral e religiosa. Vives²⁴ afirmava que todas as disciplinas estudadas deveriam emergir a virtude em seus estudiosos (Vives, 1948). Se o conhecimento tinha como finalidade a virtude, isso remetia para o resultado final que era a proximidade com Deus. O autor dizia que toda vida sábia e virtuosa deveria ter como fim a admiração e o amor ao Criador, pois só desde modo o homem participará da eternidade com Ele (Vives, 1947).

Bebendo na fonte do humanismo cristão Inácio de Loyola tentou conciliar em sua pedagogia, um ideal de formação educacional centrado na invariabilidade do elemento divino, juntamente com a variabilidade e liberdade do elemento humano, objeto da educação. Assim, sua pedagogia aparece em um extremo -o da finalidade teísta- inflexível e radical, enquanto no outro extremo -o dos instrumentos humanos-, é adaptável e dinâmico, dependendo das diversas circunstâncias de pessoas, lugares e tempos (Herraiz, 2002, p. 27). O ser humano que agora é compreendido como centro, deverá tornar-se partícipe ativo da criação divina, devido a essa mentalidade, as artes e a criatividade foram fortemente valorizadas (Colombo, 1990).

Ao desenvolverem os laços entre religião e cultura, letras divinas e letras humanas, o saber sagrado e o profano, os humanistas do século 16 distinguiram-se pela busca de elaboração de uma síntese entre a herança clássica e o cristianismo, na construção de seu saber. Ao fazerem isto preservaram um patrimônio de muitos séculos, que configurou indelevelmente a nossa identidade (Storck, 2016, p. 147).

A pedagogia jesuítica incorporou muitos elementos da formação humanista renascentista-cristã do seu tempo, sobretudo incorporou e assimilou o método unitário de ordem didática de todo o ensino, como era típico na Universidade de Paris, chamado de “*modus parisienses*”. Esse foi o modelo predileto que a Companhia de Jesus escolheu como referencial metodológico, didático e educativo (Herraiz, 2002).

²⁴ Dentre os muitos humanistas que se dedicaram a trabalhos de cunho pedagógico, destacamos o espanhol Juan Luís Vives. De família nobre, embora empobrecida, e de origem judaica, ele nasceu em Valência, em 1492, e lá estudou até 1509. Nesse ano, partiu para Paris em busca de terminar seus estudos. Em 1512 foi para Bruges, nos Países Baixos, e, daí em diante, sua vida de preceptor e erudito humanista se concretizou, permeada por várias viagens e pelas relações de amizade com personalidades da época. Nesse sentido, o humanista foi uma figura importante do Renascimento, pois, até sua morte em 1540, esteve em contato direto com homens ilustres do ponto de vista intelectual e político, tais como Erasmo, Guilherme Budé, Thomas More, papa Adriano VI, Henrique VIII, Catarina de Aragão, e outros. Pouquíssimo conhecido no Brasil, ele é considerado um dos mais importantes membros do chamado Humanismo Cristão, que se caracterizou pela junção de ideais clássicos com dogmas do Cristianismo (Bernardo; Toledo, 2007, p. 14).

Esta influência, porém, não foi uma simples consequência de fatos históricos que a tornaram possível e espontânea; resultou de uma escolha firme e deliberada dos primeiros jesuítas. Inácio frequentou também as Universidades espanholas de Alcalá e Salamanca; mais tarde, na sua longa estadia em Roma, teve oportunidade de conhecer a estrutura e o funcionamento das universidades italianas. Entre todas optou, decididamente, pela de Paris e manteve com energia e constância a sua preferência contra resistências, por vezes, tenazes e profundas (Franca, 2019, p. 31).

As correntes humanistas se consolidaram na Universidade de Paris, sendo assim, a gramática, retórica, as artes, as línguas antigas ganharam mais importância nesse período. Nas faculdades de artes ou *collèges de lettres humaines*, foram compostos o *trivium*- gramática, retórica e lógica; e, o *quadrivium*- aritmética, música, geometria e astronomia. Ambos se consolidaram no humanismo renascentista. Aqui, encontramos a base do ensino escolar ocidental, com uma participação conjunta de um ensino científico e literário.

O *trivium* inclui aqueles aspectos das artes liberais pertinentes à mente, e o *quadrivium*, aqueles aspectos das artes liberais pertinentes à matéria. Lógica, gramática e retórica constituem o *trivium*; aritmética, música, geometria e astronomia constituem o *quadrivium*. A lógica é a arte de pensar, a gramática, a arte de inventar símbolos e combiná-los para expressar pensamento; e a retórica, a arte de comunicar pensamento de uma mente a outra, ou de adaptar a linguagem à circunstância. A aritmética, ou teoria do número, e a música, uma aplicação da teoria do número (a medição de quantidades discretas em movimento), são as artes da quantidade descontínua ou número. A geometria, ou teoria do espaço, e a astronomia, uma aplicação da teoria do espaço, são as artes da quantidade contínua ou extensão. Essas artes da leitura, da escrita e do cálculo formaram a base tradicional da educação liberal, cada uma constituindo tanto um campo do conhecimento quanto a técnica para adquirir esse conhecimento (Joseph, 2008, p. 26-27).

Será nesse modelo que Inácio de Loyola inspirará sua pedagogia. O saber humanista não era apenas para transmitir fórmulas, mas era um meio para a educação da personalidade, para o desenvolvimento da liberdade e da criatividade humanas (Pulleda, 2001). O conhecimento das letras humanas tinha a finalidade de tornar “o homem mais humano, dando-lhe a conhecer a sua própria natureza” (Miranda, 2018, p. XXIX).

O estudo das letras clássicas e do hebraico tinha, portanto, uma dupla função instrumental, simultaneamente científica e apostólica: o estudo da Sagrada Escritura nos textos originais, e a capacidade de comunicar em linguagem actual a doutrina da fé. Era assim que Inácio justificava a clara opção feita nos seus colégios por uma *paideia* humanística: no pressuposto de que sem um sólido fundamento nas letras clássicas - na língua de Cícero e de Virgílio, mas também na língua de Platão e de Aristóteles e do próprio Novo Testamento - não se podia avançar no estudo das outras disciplinas. No pressuposto também de que o esquecimento das *litterae humaniores* arrastaria os homens para a *barbárie* (Miranda, 2001, p. 95).

O “*modus parisienses*” foi considerado o conjunto de normas pedagógicas que caracterizou o ensino de Paris e lhe conferiu uma personalidade e originalidade única. Esse modelo universitário era o que apresentava maior rigor, coerência e eficácia. Ele valorizava a ordem, rapidez e a disciplina do ensino aprendizagem. Esse sistema não era codificado num documento, mas reunia uma longa experiência educacional, resultante dos debates entre humanistas e escolásticos desde o século XV. Esse modelo era construído por um variado arcabouço de costumes escolares, normas pedagógicas, princípios e modos de agir, que modelaram durante vários séculos o ensino de Paris, dando-lhe de certo modo, uma personalidade única e original (Codina, 1968, p. 147). O sistema de ensino parisiense,

calcava-se nas humanidades clássicas, como fundamento para os ulteriores estudos de Artes (Filosofia) e Teologia. A grade curricular apresentava-se concatenada, orgânica, com as matérias dispostas numa progressão que não permitia o avanço do aluno em débito com os conteúdos daquela etapa. Insistia-se na atividade do aluno, com muitos exercícios de repetição, em vista da assimilação pessoal. Os alunos eram divididos em classes conforme a idade, a bagagem intelectual e a complexidade das matérias. A frequência às aulas era obrigatória; os professores encontravam-se disponíveis ao atendimento dos interessados (Klein, 1997, p. 18).

Este sistema de ensino realizava uma espécie de ginástica do espírito humano que mobilizava todos os seus recursos e faculdades no processo de educação (Codina, 1968). Logo, o “*modus parisienses*” se caracterizou por quatro características fundamentais: 1- a distribuição dos alunos por classes; 2- uma atividade constante dos alunos por meio de exercícios escolares, 3- um regime de incentivos ao trabalho escolar; 4- união da piedade e dos bons costumes com as letras (Gomes, 1995). Todos esses elementos estarão enraizados na *Ratio Studiorum*, como veremos mais adiante.

É diante desses acontecimentos que devemos entender a ação de Inácio e da Companhia de Jesus no campo da educação, principalmente com a elaboração do seu plano de estudos, *Ratio Studiorum*, que veremos mais a frente, pois será através dele que esta ordem religiosa estabelecerá um modelo de ensino humanista e duradouro que se espalhou por vários países.

O próprio Inácio foi discípulo e depois mestre, já com quase quarenta 40 anos pôde experimentar de maneira consciente as dificuldades do autoconhecimento para formar-se. Ele sempre teve a consciência que seu próprio esforço era importante para o caminho que trilhava, porém, sabia que isso não era suficiente, porque necessitava

da mão de seus mestres que poderiam ajudá-lo nesse itinerário. Esse modo de pensar e agir possibilitou êxito em sua formação, resultando posteriormente, numa metodologia pedagógica que perpassou séculos da história (Herraiz, 2002, p. 26). É importante elencar sua vida espiritual e acadêmica, pois o método pedagógico dos jesuítas evidencia o estilo pedagógico de seu fundador.

A estadia de Inácio em Paris foi de fundamental importância para a sua trajetória pessoal e religiosa, por isso, podemos elencar dois aspectos intrínsecos: espiritual e acadêmico. A experiência em Paris fez com que Inácio por meio dos *Exercícios Espirituais* agregasse os primeiros companheiros para o início de sua ordem religiosa. E conseqüentemente, o universo acadêmico que os uniu fez com que eles se aprimorassem no conhecimento universitário, possibilitando que no futuro, a própria Companhia de Jesus tivesse como princípio, a preparação e formação acadêmica de seus membros para a atuação no apostolado e missão. Esta foi a *alma mater*²⁵ da Companhia de Jesus, aprovada pelo Papa Paulo III em 1540.

A Companhia de Jesus nasceu num período bem turbulento da história do catolicismo, que a historiografia denominou de Contrarreforma. A publicação das Noventa e cinco teses de Martinho Lutero, em 1517, propiciou um grande movimento dentro do cristianismo europeu do século XVI resultando num rompimento da hegemonia católica, por meio da Reforma Protestante. Neste documento Lutero questionou e criticou a Igreja Católica e o papado, principalmente a venda de indulgências, a doutrina sobre o purgatório, o julgamento particular e autoridade do papa (Becker; Pfaff, 2016).

A Reforma Protestante desconsiderou e combateu diversas doutrinas e dogmas do catolicismo provocando essa divisão no cristianismo. A Igreja Católica se sentindo ameaça convocou o Concílio de Trento²⁶ (1545-1563) que resultou no início

²⁵ Inácio de Loyola numa carta direcionada a Pascássio Broet em 1555, escreve: “Il rispetto che teniamo et amore all’università di Parigi, quale è stata madre delli primi dela Compagnia” – “O respeito que mantemos e o amor pela Universidade de Paris, que foi a mãe dos primeiros membros da Companhia” (tradução nossa). *Mounumenta Ignatiana. Serie I. Santci Ignatii de Loyola Epistolae et instructiones*, vol. IX, p. 451.

²⁶ O Concílio de Trento foi convocado pelo Papa Paulo III para assegurar a unidade da fé e da disciplina católica que estava ameaçada pelo contexto da Reforma Protestante. Este foi o 19º Concílio Ecumênico da Igreja Católica realizado na Itália (Trento) entre 13 de dezembro de 1545 a 4 de dezembro de 1563. Este é considerado o Concílio mais longo da história da Igreja Católica, emitiu inúmeros decretos

da Reforma Católica ou Contrarreforma para combater o protestantismo nascente que era considerado heresia, na tentativa de impedir com suas ideias se disseminassem pela Europa e mundo afora.

A necessidade experimentada pelo catolicismo com o desejo de conter o avanço do protestantismo, suscitou diversas iniciativas, entre elas, concomitantemente, está o início da Companhia de Jesus. As ideias de Lutero e Calvino haviam se espalhado por vários países da Europa, e a Igreja Católica, diante desse desafio, buscou diferentes estratégias para reafirmar sua autoridade. Durkheim (2020) diz que a Companhia de Jesus, fundada por Inácio de Loyola, emergiu como uma das respostas importantes da Igreja Católica à Reforma Protestante. Sua organização rigorosa, disciplina e foco na educação a tornaram uma ferramenta poderosa para a Contrarreforma, ao lado de iniciativas como o Concílio de Trento.

Constituir un ejército de tropas ligeras que, en contacto perpetuo con el enemigo, bien informadas, por consiguiente, de todos sus movimientos, fueran al mismo tiempo lo bastante despiertas y lo bastante móviles como para poder presentarse a la menor señal allí donde hubiera peligro, y lo bastante flexibles como para saber cambiar de táctica según la diversidad de los hombres y de las circunstancias, y todo esto persiguiendo por todas partes y siempre el mismo objetivo, cooperando en el mismo plan. La Compañía de Jesús fue este ejército (Durkheim, 2020, p. 314)²⁷.

Desta forma, não obstante, a Companhia de Jesus é descrita como tendo sido fundada com a missão de combater e opor-se a Reforma Protestante. O historiador jesuíta, John O'Malley (2004)²⁸ refuta essa tese dizendo que, em primeiro lugar a Reforma era entendida como um problema pastoral²⁹ e, que mesmo se a Reforma

dogmáticos e reformas sobre a fé e disciplina da Igreja, principalmente para opor-se e combater a Reforma Protestante.

²⁷ Constituir um exército de tropas leves que, em contato permanente com o inimigo e, conseqüentemente, bem informadas sobre todos os seus movimentos, fossem ao mesmo tempo suficientemente atentas e móveis para se apresentarem ao menor sinal onde houvesse perigo, e suficientemente flexíveis para saber mudar de tática conforme a diversidade dos homens e das circunstâncias – e tudo isso perseguindo, em toda parte e sempre, o mesmo objetivo, cooperando no mesmo plano. A Companhia de Jesus foi esse exército (tradução nossa).

²⁸ John W. O'Malley, historiador jesuíta norte americano, escreveu uma obra de grande envergadura, intitulada "The First Jesuits" (Os primeiros jesuítas), publicada em 1993 e traduzida no Brasil em 2004, pela Editora Unisinos. Esta é uma narrativa histórica pioneira sobre os anos de fundação da Companhia de Jesus, desde 1540 até 1565.

²⁹ A Reforma Protestante representou um desafio multifacetado para a Igreja Católica, tanto no plano doutrinal quanto no pastoral. A Companhia de Jesus, com sua organização e espiritualidade, emergiu como uma resposta eficaz a esse desafio. Ao combinar a defesa da doutrina católica com a preocupação pastoral, os jesuítas contribuíram para a renovação da Igreja e para a expansão da fé católica em todo o mundo. A Reforma Protestante ofereceu aos fiéis uma nova experiência religiosa, mais direta e pessoal, com menor ênfase na hierarquia eclesiástica e nos sacramentos. A emergência

não tivesse acontecido, a Companhia de Jesus existiria do mesmo modo. Logo, o movimento reformista não é o que condiciona o vir a ser da Companhia. O autor diz que, o nascimento desta ordem coincidiu com o início das mudanças no campo da religião e muitos dos seus princípios constitucionais também calharam com a concepção da própria Contrarreforma.

Eles tinham de fato a tendência de entender a Reforma como um problema principalmente pastoral. Eles viram suas causas fundamentais e curas relacionadas não somente a temas doutrinários, mas principalmente à condição espiritual das pessoas envolvidas e ajudaram a perpetuar essa interpretação, o que coincidia com suas próprias convicções sobre o que era mais importante na vida. Alguns jesuítas começaram a ler retroativamente seus próprios originais como uma resposta providencial para a Reforma. Ao olharmos para aquelas origens, ficamos impressionados tanto com as semelhanças entre esses dois fenômenos quanto com as diferenças reconhecidamente profundas. Em todo caso, embora a Companhia de Jesus tivesse uma história muito diferente, teria vindo à existência mesmo se a Reforma não tivesse acontecido, e não pode ser definida primeiramente em relação à mesma. Em muitas partes do mundo, o impacto direto da Reforma sobre os jesuítas varia do mínimo até o não existente (O'Malley, 2004, p. 37).

Concordamos com O'Malley (2004) que a Companhia de Jesus nasceu independente da Reforma Protestante, mas, a mesma foi utilizada para combater tal reforma como apontou Durkheim (2020). O elemento primaz que garantiu o nascimento da nova ordem religiosa foi a trajetória de vida e experiência religiosa de Inácio de Loyola que não estão condicionadas a Reforma Protestante. “A originalidade da Companhia não se encontra apenas numa certa forma de sensibilidade religiosa, mas na transformação da experiência pessoal de Santo Inácio de Loyola em experiência pedagógica, caracterizada por uma “dimensão mística”” (Rosa, 2015, p. 37). Além disso,

a Companhia de Jesus assumiu um papel fundamental na Reforma Teológica e na conversão da Europa, não descurando, todavia, a missão fora da Europa. Acompanhou a circulação oceânica e a ocidentalização da economia e da cultura. Pela circulação da escrita, pela difusão editorial e pelo ensino, a Companhia de Jesus ficou intrinsecamente associada à Instituição Educativa e à Modernidade Ocidental (Magalhães, 2018, p. 11).

De acordo a visão de Justino Magalhães (2017), a história da Companhia de Jesus está imbricada com a hegemonia cultural do ocidente entre os séculos XVI a

de novas denominações cristãs criou uma concorrência direta com a Igreja Católica, disputando a fidelidade dos fiéis. A Reforma questionou a autoridade do Papa e a hierarquia eclesiástica.

XVIII. A atuação da ordem religiosa na educação é indissociável a institucionalização escolar, que constituiu uma representação da Modernidade Educativa.

A educação emergiu como uma das principais armas da Igreja Católica na Contrarreforma. Na dimensão interna, a Igreja investiu na formação do clero, através da criação de seminários que ofereciam uma formação teológica e acadêmica mais consistente. Na dimensão externa, as congregações religiosas, em especial a Companhia de Jesus, desempenharam um papel fundamental na educação da juventude.

Os jesuítas, estabeleceram colégios que ofereciam uma educação de qualidade, combinando conhecimentos clássicos e religiosos. Ao acolherem alunos de diferentes origens, inclusive protestantes, os jesuítas visavam não apenas transmitir a fé católica, mas também influenciar suas famílias e comunidades. A educação, portanto, tornou-se um instrumento poderoso para a propagação do catolicismo e para o combate às ideias protestantes, demonstrando a capacidade da Igreja de se adaptar aos desafios de uma nova era (O'Malley, 2004).

Segundo Edmond Paris (2000), os jesuítas fizeram a opção pela educação em sua atuação apostólica, pois tinha interesse político, em conquistar as “cabeças dos grandes” e a educação de seus filhos.

Os políticos seriam seu principal campo de ação e todos os esforços de seus “dirigentes” se concentraram em um objetivo: a submissão do mundo ao papado e, para atingi-lo, era necessário conquistar as “cabeças” antes. Para a obtenção desse ideal, duas armas importantíssimas eram necessárias: serem os confessores dos poderosos e daqueles de posição elevada, e a educação de seus filhos. Dessa forma, o presente estaria a salvo enquanto o futuro seria preparado (Paris, 2000, p. 17).

Além da biografia de Inácio de Loyola, refletida nos *Exercícios Espirituais* e condicionada pelas circunstâncias históricas, não podemos esquecer outra fonte preciosa e singular de sua pedagogia, as *Constituições*³⁰ que o próprio fundador

³⁰ Assim que a Companhia de Jesus foi aprovada pelo Papa Paulo III em 1540, Inácio foi eleito pelos companheiros superior geral da nova Ordem, em abril de 1541. Sendo assim, foi encarregado de elaborar as Constituições que tornou seu texto legislativo máximo aprovada em 1547.

escreveu para a Companhia de Jesus; o documento é dividido em dez partes, sendo a quarta parte³¹ toda dedicada a educação e formação.

O tema da educação é importante dentro das *Constituições*, porque é por meio da educação que a Companhia ajudaria as pessoas a atingirem o fim último para qual foram criadas, isto é, “o homem é criado para louvar, prestar reverência e servir a Deus nosso Senhor e, mediante isto, salvar a sua alma; e as outras coisas sobre a face da terra são criadas para o homem, para que o ajudem a conseguir o fim para que é criado” (Loyola, 1997, n. 23). Assim diz as *Constituições*:

Este fim exige uma vida exemplar, doutrina necessária, e maneira de a apresentar. Portanto, uma vez que se reconhecer nos candidatos o requerido fundamento de abnegação de si mesmos e o seu necessário progresso na virtude, devem-se procurar os graus de instrução e o modo de a utilizar para ajudar o melhor conhecer e servir a Deus nosso Criador e Senhor. Para isso a Companhia funda colégios e também algumas universidades, onde os que deram boa conta de si nas causas e foram recebidos sem os conhecimentos doutrinários necessários, se possam instruir neles e nos outros meios de ajudar as almas. E assim trataremos primeiro do que diz respeito aos colégios, e depois falaremos das universidades, com o auxílio da divina e eterna Sabedoria, para sua maior glória e louvor (Loyola, 1975, n. 307).

A educação se tornou um pilar da Companhia de Jesus, tendo como objetivo formar os seus membros para ajudá-los a alcançarem a finalidade na qual foram criados, bem como para serem bem instruídos para o trabalho apostólico. Além da formação interna, a Companhia de Jesus também prezou pela formação externa, principalmente atuando atrás dos colégios e universidades; porque acreditavam que através da educação juvenil seriam capazes de aumentar o número daqueles que irão se dedicar ao serviço de Nosso Senhor, progredindo mais na ciência e na virtude (Loyola, 1975). Com isso, percebemos que atuação educacional dos jesuítas tinha uma finalidade apostólica e missionária que se desdobrava em duas dimensões, primeira, formar seus membros; segunda, colaborar na formação dos demais que

³¹ A quarta parte das *Constituições* cujo título é “Como instruir nas letras e em outros meios de ajudar o próximo e os que permanecem na Companhia”, está subdivida em 17 capítulos: I- Memória dos fundadores e benfeitores dos colégios; II- O que diz respeito aos Colégios no aspecto material; III- Os escolásticos que se hão de colocar nos colégios; IV- A conservação dos Escolásticos admitidos; V- Matérias que os escolásticos da Companhia vão estudar; VI- Como progredir no estudo destas matérias; VII- Aulas que deve haver nos colégios da Companhia; VIII- Formação dos Escolásticos nos meios de ajudar o próximo; IX- Interrupção dos estudos; X- O governo dos Colégios; XI- Aceitação das universidades; XII- Matéria que se vão ensinar nas universidades da Companhia; XIII- Método e ordem a seguir nestas matérias; XIV- Os textos das aulas; XV- Os cursos e os graus; XVI- Normas sobre bons costumes; XVII- Os oficiais ou encarregados da universidade (Loyola, 1975, p. 340-341).

levariam aos ambientes onde atuariam os princípios cristãos-católicos. Os jesuítas esperavam que seus educandos pudessem chegar em sua vida social e profissional, transmitindo o espírito que havia recebido em sua formação.

Em primeiro lugar, as *Constituições* estabelecem que levar os homens ao fim último para o qual foram criados, requer não só exemplaridade de vida, mas também *doctrina*, isto é, instrução, conhecimento. Como, porém, a natureza não oferece, por si só, homens de vida exemplar (*homens instruídos, bons e sábios*), a solução para a Companhia estaria em criar as suas próprias escolas. É deste modo que as *Constituições* fundamentam a actividade escolar: aumentar o número dos virtuosos e sábios (*probos simulac doctos*), ajudando-os a progredir na ciência e na virtude. Por outras palavras: quando, para as hostes da Companhia, faltassem os homens instruídos, seriam admitidos os homens sem instrução, desde que fossem admitidos também os colégios e universidades para os instruir (Miranda, 2011, p. 475).

Inácio de Loyola entendeu que os jesuítas não deveriam apenas se envolverem com as coisas do mundo, mas também se abrirem a elas. Inácio percebeu que, para melhor conduzir os trabalhos, era necessário que a Companhia de Jesus falasse a língua do mundo atual, assimilasse seu espírito (Durkheim, 2020). Nesse período a história passava por grandes mudanças de costumes, Inácio entendeu que isso era irreversível, não adiantava negar ou burlar. Essa mudança no modo de compreender, assimilar e adaptar garantiu de certo o modo, o êxito dos trabalhos educacionais da ordem em questão.

A intenção de Inácio de Loyola nos 17 breves capítulos da quarta parte das *Constituições*, é orientar os futuros documentos pedagógicos que viriam posteriormente dentro da Companhia de Jesus. Sua finalidade era unir “virtude com as letras”, ou seja, o ensino aprendido deveria ser consequência da união entre as letras humanas e os bons hábitos e a virtude. Esse fundamento contido nas *Constituições* possibilitaram a base e o princípio norteador dos meios e técnicas para se pensar e organizar o programa e a metodologia escolar jesuítica (Herraiz, 2002).

Na Parte Quarta das *Constituições* são apresentados o quadro pedagógico e o currículo escolar, devidamente articulados com o ideário da Companhia. A componente pedagógica, como racional e ordem dos estudos, complexo (in)formativo, bem como a componente didáctica, cognoscente e de aprendizagem, integrada e progressiva, estruturada sob a forma de currículo, estavam devidamente apresentadas e descritas no *Ratio Studiorum*. A escrita foi o principal meio de comunicação e de transformação objectiva e organizativa, utilizado e praticado, pelos membros da Companhia, que, entre outros aspectos, cultivaram uma epistolografia regular, pragmática e devidamente formalizada (Magalhães, 2015, p. 11).

A educação não é o carisma³² originário da Companhia de Jesus, mas, por meio da prática acabou tornando-se uma dimensão constitutiva da ordem religiosa, “uma parte da autodefinição dos jesuítas” (O’Malley, 2004, p. 35). O binômio fundante do jesuitismo tornou-se a missão e educação. O núcleo fundador da mesma fora constituído por homens de “universidade” quase todos diplomados nas melhores universidades da Europa, dentre elas já destacamos a Universidade de Paris. Inácio de Loyola percebeu que através dos colégios e universidades, a Companhia poderia com maior eficácia estender e projetar universalmente aquilo que era a sua finalidade última. Por isso, a quarta parte das *Constituições* é tão importante. Ela traz as linhas pedagógicas fundamentais para a formação dos estudantes jesuítas e, também para os seculares que estudarão em seus colégios e universidades.

O texto constitucional expressa cinco campos do saber como faculdades superiores: das letras humanas, das artes ou filosofia; da teologia; das leis e, da medicina. No nível inferior de ensino, ele apresenta os estudos propedêuticos como: a gramática, tanto vernácula como latina e grega; tendo como ênfase o latim. Os estudos básicos anteriores se complementam com a Retórica oral e escrita, preparando os alunos menores para os estudos superiores, tendo como meta a vida pública (HERRAIZ, 2002, p. 30). Inácio prezava que não passasse para frente se não soubesse primeiro que era necessário, suficiente e satisfatório dos anos anteriores.

O modo de ensinar nas *Constituições* apresenta ao menos cinco características de sua pedagogia: 1- união colegiada e hierárquica entre os educadores sobre a regência do reitor; 2- conteúdo interdisciplinar; 3- interação entre professor e aluno; 4- uma pedagogia ativa e prática de contínuos exercícios de repetição; 5- aprender o que é sólido e essencial para ser aplicado na vida (Herraiz, 2002). Esta parte do documento constitucional é a melhor forma de conhecermos o que o fundador, Inácio de Loyola, pensava sobre a educação.

Apresentar todos esses elementos que envolvem Inácio de Loyola e a fundação da Companhia de Jesus é essencial, para que possamos aprofundar nossa

³² O carisma de uma ordem religiosa é considerado um dom dado por Deus para a realização de uma missão específica dentro da Igreja Católica. Esse carisma se manifesta nos valores, na espiritualidade e na forma de atuação da ordem, sendo transmitido entre gerações através de seus membros. O carisma próprio orienta a identidade e missão da ordem religiosa.

análise da pedagogia jesuíta, com foco na *Ratio Studiorum*. O debate feito até agora demonstra a relevância central que a educação ocupou dentro da Companhia de Jesus, posicionando-se como uma missão primordial e não ocasional. Através dos *Exercícios* e as *Constituições* vemos a importância que a educação tinha para Inácio de Loyola e seus companheiros.

A incorporação de princípios humanistas ao projeto educacional jesuíta proporcionou uma renovação da educação católica. Diante do crescimento e da complexidade dessa missão, a necessidade de uma regulamentação se tornou evidente, culminando na criação da *Ratio Studiorum* que veremos a seguir.

1.2 A *Ratio Studiorum*: seus primórdios e desenvolvimento

Desde os seus primórdios, a Companhia de Jesus se dedicou ao apostolado³³ da educação, inicialmente por meio de colégios e, posteriormente, de universidades. Nos primeiros quarenta anos da ordem religiosa, já havia fundado aproximadamente 245 colégios em diversas localidades (Gil, 2002). Inspirados pela pedagogia de Inácio de Loyola, através dos *Exercícios Espirituais* e das *Constituições*, os jesuítas reconheceram a necessidade de um currículo básico com princípios pedagógicos gerais que orientassem toda a atividade educacional dentro da Companhia de Jesus.

Após a morte de Inácio em 1556, seus sucessores ficaram encarregados de dar continuidade a esse trabalho. O padre Acquaviva, superior geral da ordem, nomeou uma comissão internacional composta por seis jesuítas para, em Roma, elaborar o esboço de um documento que mais tarde resultaria na *Ratio Studiorum*. O objetivo dessa comissão era reunir as diversas experiências educacionais que os jesuítas acumulavam nos países onde atuavam. Em 1591, o grupo publicou um esboço mais completo, que se tornou a primeira base da *Ratio Studiorum*.

³³ Os centros educativos da Companhia fazem parte da missão apostólica da Igreja na construção do Reino de Deus. A educação da Companhia continua a ser um meio para ajudar os estudantes a conhecer melhor a Deus e responder a Ele. O objetivo da educação da Companhia é a formação de pessoas orientadas em seus princípios e em seus valores para o serviço aos outros, segundo o exemplo de Jesus Cristo. Por isso, ensinar na Companhia é um ministério, um apostolado (Klein, 2015, p. 72-73).

Depois de quase oito anos de conferências e consultas³⁴, no final de 1598 ficou pronta a redação do código definitivo que foi intitulado *Ratio atque Institutio Studiorum Societatis Iesu*, promulgada por padre Claudio Acquaviva em 8 janeiro de 1599, em carta circular para todas as Províncias da Companhia. Este foi o primeiro documento pedagógico oficialmente aprovado e promulgado por um superior geral da Companhia de Jesus, conforme tinha desejado Inácio de Loyola. Esse código regulou de maneira obrigatória toda a missão educativa dos jesuítas até a sua supressão em 1773. Após o retorno da Companhia de Jesus em 1814 houve uma tentativa de atualização da *Ratio* que se arrastou até meados da década de 1980 (Gil, 2002).

Podemos afirmar que a contribuição metodológica e pedagógica de três padres jesuítas: Jeronimo Nadal, Annibal de Coudret e Diego de Ledesma foi de fundamental importância para a elaboração e sistematização da *Ratio Studiorum*. Eles deram o fundamento no qual a *Ratio* foi edificada. O que foi sistematizado por ambos transparecia e aplicava de forma mais precisa, a primogênita inspiração de Inácio de Loyola evidenciada na quarta parte das *Constituições*.

Na verdade, os autores da *Ratio* não criavam o novo documento a partir do nada. Reuniam de forma sistemática e coerente o que de melhor e mais eficaz conheciam na sua época: um sistema de regras práticas que garantia a qualidade do ensino, mesmo que tivesse de recorrer a professores de talentos mais modestos (Miranda, 2011, p. 477).

O ideal de formação humana orienta todos os 30 capítulos desse documento.

A educação jesuíta deveria ser profundamente humanista, porque a concepção inaciana é autenticamente humanista. (...) O homem, na sua natureza e aspirações por transcendência, na sua preocupação com a realização humana e a comunidade humana deveria, por isso, ocupar um lugar central nas nossas escolas mais que nunca antes. O humanismo, entendido aqui, não é o simples estudo dos clássicos, ou os estudos humanísticos, mas entende-se como a preocupação essencial com o homem como um ente complexo, com diversas dimensões que precisam ser todas atendidas pela educação, para que ele se desenvolva harmoniosamente e chegue à realização plena de todas as suas potencialidades, aprendendo não apenas coisas de consumo imediato, mas aprendendo, antes de mais nada, a viver com plenitude (Schmitz, 1994, p. 138-139).

³⁴ A *Ratio Studiorum* foi o resultado de um trabalho conjunto de discernimento, um processo característico das decisões jesuítas. O “discernimento” é uma categoria central no pensamento inaciano, um método de proceder que visa a uma escolha que permita uma maior e melhor plenificação apostólica. Esse processo envolve reflexão profunda e busca de orientação espiritual para tomar decisões que estejam alinhadas com os objetivos e valores da missão jesuíta.

De maneira acadêmica a *Ratio Studiorum* pode ser dividida em dois grandes ciclos: *estudos inferiores e estudos superiores*. Os *estudos inferiores* são estruturados em cinco anos destinados a três cursos de Gramática- elemental, médio e superior que acontecia em três anos, um ano dedicado a Humanidades, e um ano de Retórica com classes distribuídas em dois semestres com conteúdos relacionados entre si (*Ratio*, 2019).

Este proyecto de formación humana superó cualquier intento de organización escolar de la época. Si no pretendió ser un tratado científico de pedagogía, en el sentido en que hoy podría entenderse, sí procuró que la formación intelectual, moral y física confluyeran en el ideal de hombre completo de la «paideia» renacentista. Por esta razón, tanto en la teoría educativa como en los planes de estudio y métodos de enseñanza, las propuestas de la *Ratio* son plenamente de su tiempo (Herraiz, 2002, p. 47)³⁵.

Três áreas se destacam no plano de estudos da Companhia de Jesus, 1- Letras Humanas, 2- Filosofia, 3- Teologia. Segundo Ruiz Amado (1920), os jesuítas foram os primeiros a utilizarem o nome Humanidades para uma classe especial, que estava entre a Gramática e a Retórica.

O programa de educação da *Ratio* percorria não apenas as línguas, os estudos literários e a retórica mas também o teatro, a historiografia, a geografia e a filosofia da tradição pagã, preenchendo assim o primeiro dos ciclos de estudos, designado como *Humanidades*. Nesta designação, ecoa o termo latino *humanitas* correspondente à noção grega de *paideia*, ou seja, *humanitas* entendida como cultura humanística, referindo-se simultaneamente à formação humana integral e ao processo que a ela conduzia. Por isso, o ciclo de Humanidades, que incluía o estudo da língua, literatura, poesia, história, geografia e retórica, combinava-se, por sua vez, com o estudo da matemática, lógica, ética, filosofia e ciências naturais, no ciclo das *Artes*. Formação completa era, para humanistas e para jesuítas, a via para o desenvolvimento intelectual e moral do indivíduo (Miranda, 2011, p. 480).

O código representado pela *Ratio atque Institutio Studiorum Societatis Iesu* é caracterizado no formato de um manual prático e objetivo que auxiliava a atuação do professor e da organização de cada unidade de ensino, não é um tratado de pedagogia. Este é o principal documento do sistema educativo da Companhia de Jesus, é a “resposta metodológica que a Companhia dava ao seu próprio ideal

³⁵ Este projeto de formação humana superou qualquer tentativa de organização escolar da época. Embora não tenha pretendido ser um tratado científico de pedagogia no sentido em que hoje poderia ser entendido, buscou integrar a formação intelectual, moral e física no ideal de homem completo da *paideia* renascentista. Por essa razão, tanto na teoria educativa quanto nos planos de estudo e nos métodos de ensino, as propostas da *Ratio* estão plenamente inseridas em seu tempo. Por essa razão, tanto na teoria educativa quanto nos planos de estudo e nos métodos de ensino, as propostas da *Ratio* estão plenamente inseridas em seu tempo (tradução nossa).

educativo” (Miranda, 2001, p. 101). Ele contém 467 regras que inclui todas as atividades educativas e as pessoas envolvidas nela. Consequentemente, a própria *Ratio* estabeleceu diretrizes padronizadas e objetivas para o currículo, metodologia de ensino e avaliação que poderiam ser adaptadas a todas as regiões onde estavam os jesuítas. Abaixo podemos contemplar o quadro que sintetiza um esboço das normas e regras propostas pelo documento.

Quadro 3: As Regras – *Ratio Studiorum*

Regras do Provincial (1-40)
Regras do Reitor (1-24)
Regras do Prefeito de Estudos Superiores (1-30)
Regras comuns a todos os professores das Faculdades Superiores (1-20)
<i>Regras particulares dos professores das Faculdades Superiores.</i> Professor de Escritura (1-20) Professor de Hebreu (1-5) Professor de Teologia (1-14) Professor de Teologia Moral (1-10)
<i>Regras dos Professores de Filosofia.</i> Professor de Filosofia (1-20) Professor de Filosofia Moral (1-4) Professor de Matemática (1-3)
Regras do Prefeito de Estudos Inferiores (1-50)
Regras dos exames escritos (1-10)
Normas para a distribuição de prêmios (1-13)
Regras comuns aos professores das classes inferiores (1-30)
<i>Regras particulares dos professores das classes inferiores</i> Retórica (1-20) Humanidades (1-10) Gramática Superior (1-10) Gramática Média (1-10) Gramática Inferior (1-9)
Regras dos estudantes da Companhia (1-11)
Regras dos que repetem a Teologia (1-14)
Regras do Bedel (1-7)
Regras dos estudantes externos (1-15)
<i>Regras das Academias</i> Regras gerais (1-12) Regras do Prefeito (1-15) Academia de Teologia e Filosofia (1-11) Regras do Prefeito desta Academia (1-4) Academia de Retórica e Humanidades (1-7) Academia de Gramáticos (1-8)

Fonte: Franca, 2019, p. 44-45.

O segundo e terceiro ciclos correspondem aos *estudos superiores*. O segundo ciclo correspondia ao estudo da filosofia com duração de três anos. O terceiro ciclo de estudos consistia na teologia que era cursada em quatro anos, pelos estudantes que aspiravam o sacerdócio católico. Para esses cursos superiores a *Ratio* organizou um currículo específico:

Quadro 4: O Currículo de Filosofia segundo a *Ratio Studiorum*

Disciplina	Duração
1º ano - Lógica e Introdução às ciências	1 professor com 2 horas por semana
2º ano- Cosmologia, Psicologia e Física	2 horas por dia. Matemática 1 hora por dia
3º ano- Psicologia, Metafísica, Filosofia Moral	2 professores com 2 horas por dia.

Fonte: Franca, 2019, p. 46-47.

Quadro 5: O Currículo de Teologia segundo a *Ratio Studiorum*

Disciplina	Duração
Teologia Escolástica	4 anos – 2 professores com 4 horas por semana
Teologia Moral	2 anos – 2 professores com aulas diárias
Sagrada Escritura	2 anos com aulas diárias
Hebreu	1 ano com 2 horas por semana

Fonte: Franca, 2019, p. 46.

A grade curricular do curso de Teologia revela que, embora inserida no movimento humanista, a Companhia de Jesus permaneceu profundamente enraizada na tradição escolástica medieval. Apesar de a educação jesuítica ter sido organizada à luz do humanismo, o conteúdo teológico estava impregnado pelo pensamento medieval. Desde a sua fundação, a ordem jesuíta, estabelecida por Santo Inácio de Loyola, valorizou a sistematização escolástica, especialmente na filosofia, escolhendo Santo Tomás de Aquino como doutor oficial da Companhia. Isso resultou na restauração da filosofia aristotélico-escolástica na Europa, tornando a Companhia a segunda ordem religiosa, após os dominicanos, a adotar amplamente o pensamento tomista. Essa diretriz está claramente expressa nas Constituições da Companhia, que estabelecem: “Em teologia ensinar-se-á o Antigo e o Novo Testamento, e a doutrina escolástica de Santo Tomás” (Loyola, 1975, p. 162).

Apontamos anteriormente que a premissa da educação jesuíta visava unir “virtude e letras” em sua pedagogia, pois a Companhia de Jesus acreditava que seus educandos deveriam se preparar para a vida tendo como finalidade o progresso da ciência e das virtudes, assim também afirmou as *Constituições*. Nesse sentido, o pensamento de Santo Tomás de Aquino era muito importante para a Companhia, pois, de acordo com o Aquinate “a virtude moral perfeita é um hábito que inclina a fazer bem obras boas (Aquino, 2016, p. 378). As virtudes aperfeiçoam o homem em seu estado geral ao longo do percurso de sua vida, porque ao exercitar as virtudes “adquirirá os hábitos de todas” (Aquino, 2016, p. 379). Na visão da “Suma Teológica” a prática das virtudes aperfeiçoa e eleva o homem “a um estado eminente, como a magnificência e a magnanimidade” (Aquino, 2016, p. 379).

A *Ratio Studiorum*, posteriormente, ratificou essa orientação em sua grade curricular. O objetivo final dos estudos na Companhia era de natureza sobrenatural, apostólica e prática, com os escolásticos sendo orientados a construir primeiro uma base sólida nas letras humanas, seguidas por um cultivo aprofundado na filosofia e teologia (Lukács, I, 1965, p. 265-266).

Podemos afirmar que a Companhia de Jesus manteve uma “continuidade na descontinuidade”. A tradição do pensamento católico, que é considerada imutável, permaneceu intacta, representando a “continuidade”. Contudo, a maneira de colocar essa tradição em prática foi inovadora, caracterizando a “descontinuidade”. A Companhia de Jesus inovou ao integrar a pedagogia com novas abordagens. Como Leonel Franca observa, “se no ensino das humanidades a voga da antiguidade clássica suplantou a tradição escolar da Idade Média, no da filosofia e teologia esta conservou a primazia” (Franca, 2019, p. 34). A Igreja Católica tem sido capaz de perdurar por milênios devido à sua capacidade de adaptação—preservando a tradição católica enquanto cria novos métodos que dialogam e se adaptam às mudanças sociais e culturais. Na prática, os “jesuítas não se imobilizaram numa rigidez sem vida, mas com espírito sabiamente conservador e prudentemente progressista souberam sempre acompanhar o passo de uma cultura que marcha” (Franca, 2019, p. 54).

Uma característica marcante da tradição educacional dos jesuítas foi a capacidade de associar a tradição universitária escolástica da filosofia natural, do pensamento aristotélico e da teologia tomista aos novos programas escolares dos humanistas italianos, que valorizavam o estudo das línguas antigas e a leitura dos clássicos (Miranda, 2013, p. 188). A perspectiva jesuítica de educação consistiu na fusão do teísmo medieval com o humanismo renascentista, formando uma nova fórmula de pedagogia humanista cristã. Essa fusão uniu o elemento divino invariável com a variabilidade, perfectibilidade e liberdade do elemento humano, que é o objeto da educação. De um lado, há uma finalidade teísta, inflexível e radical; de outro, os elementos humanos, adaptáveis e dinâmicos, moldados pelas diversas circunstâncias de pessoas, lugares e tempos (Bertrán-Quera, 1986).

Foram os Jesuítas os primeiros responsáveis pela respectiva divulgação à escala europeia e à escala global, num sistema de educação supranacional e supracontinental, desde o Brasil à China mais longínqua. A *Ratio Studiorum* corporiza a primeira forma de institucionalização de um *curriculum* de estudos humanísticos de alcance público, na Europa moderna. Por meio deste documento, os jesuítas institucionalizaram efectivamente o ensino dos *studia*

humanitatis e fizeram deles o distintivo da sua acção pedagógica (Miranda, 2018, p. XXXV).

A metodologia proposta pela *Ratio* é apresentada de maneira bem detalhada, pois sugere um processo didático que possibilite o conhecimento do aluno, principalmente por meio de seu esforço; por isso, a dinâmica da sala de aula deveria ser adequada à capacidade dos alunos. A aula precisava ser interativa e participativa.

A aula assemelha-se mais a uma oficina, a um ateliê, a um laboratório, onde todos movimentam-se e trabalham, do que a uma sala de conferências, onde as pessoas estão passivas, apenas ouvindo. Os momentos didáticos da *Ratio* são os seguintes: 1- Preleção do professor; 2- Estudo privado do aluno com trabalhos escritos e pesquisa; 3- Exercícios de memória; 4- Repetições; 5- Trabalhos grupais: desafios, disputas, heterocorreções, academias; 6- Declamações, lições públicas, representação e exposição de trabalhos; 7- Provas e exames (Klein, 1997, p. 36-37).

A pedagogia jesuítica de maneira didática pode ser entendida em três momentos distintos que estão imbricados entre si: a preleção, a repetição e aplicação. A preleção do professor era considerada a característica principal desse modelo pedagógico, pois consistia numa variedade de métodos utilizados pelo professor para suas explicações. O professor deve explicar com clareza o conteúdo ensinado, mas com moderação, conforme a capacidade de seus alunos (*Ratio*, 2019).

A preleção era seguida da repetição múltipla por parte dos alunos, os exercícios de repetição focavam no conteúdo principal cuja finalidade era exercitar a memória e cultivar o aprendizado. O professor lia de maneira ininterrupta uma seleção de textos do autor escolhido, depois repetia e explicava amplamente sua leitura, assegurando que os alunos compreendessem o significado destes textos apresentados; analisava cada uma das partes, e discutia suas características mais importantes (Brubacher, 1966). Após esse passo, o professor citava exemplos semelhantes, tanto daquele autor escolhido como de outros teóricos, fundamentando seus argumentos, finalizava como um resumo valorizando o conjunto de ideias apresentadas. “Assim se treinava o aluno para o uso efetivo da palavra em público, fazendo dele não apenas o *homo sapiens* mas também o *homo eloquens*, apto para a intervenção na vida cívica à qual estava destinado, ou seja, apto para vir a ser *homo politicus*” (Miranda, 2018, p. I). A retórica e a eloquência eram duas áreas do saber consideradas essenciais e indispensáveis para a educação jesuítica, isto é, o ensino da palavra e da eloquência.

A arte da retórica era muito cara aos jesuítas, pois acreditavam que era a ciência cívica que se utilizava para falar dos assuntos cívicos (Monfasini, 1976), desta forma, eles a praticaram como a arte de ganhar consenso para unir a comunidade diante de uma causa comum para o bem de toda a cidade ou estado (O'Malley, 2007). Além disso, a retórica ocupava um lugar importante no currículo da *Ratio*, pois sendo de carácter interdisciplinar, visava unir letras e a virtude, fé e razão, afeto e intelecto.

Não podemos compreender essa retórica apenas como técnica, ou uma disciplina sectarizada, mas como um elo, que integra os diversos saberes. Essa “é uma retórica consciente dos laços entre eloquência e vida política, ou entre eloquência e a vida cívica ativa” (Miranda, 2013, p. 190). A finalidade da retórica era trazer à tona o primado da palavra, tanto falada como escrita, considerando sua dimensão estética, principalmente por sua utilidade social, tornando-se instrumento de ação ao serviço do bem comum³⁶.

O terceiro passo era aplicação por meio de exercícios práticos, que poderiam ser feitos de diversas maneiras, como debate entre os alunos, exercícios em grupos com a presença do professor, fomentando assim a iniciativa própria e utilização da língua vernácula com o latim (*Ratio*, 2019).

Se trata del ensamblaje de tres fases sucesivas. La primera es competencia del profesor que, con la preparación y exposición de la lección facilita el aprendizaje. En la segunda; el alumno trabaja para asimilar lo explicado. La tercera, supone el encuentro de profesor y estudiante en esta «relación triangular» mediante la utilización de diferentes técnicas que permiten analizar, aplicar y crear con el apoyo, la orientación y la confianza del maestro en el trabajo personal de su alumno (Herraiz, 2002, p. 49)³⁷.

A escrita ocupou um lugar primordial na pedagogia jesuítica, ela foi estruturante, pois tornou-se o principal veículo de comunicação e de transformação objetiva e, de organização praticada internamente dentro da própria Companhia e, depois no seu método educacional. O método jesuítico prezava pelo primado da palavra falada e escrita.

³⁶ De maneira mais original podemos considerar aqui a expressão latina *res publica* entendida como coisa pública.

³⁷ Trata-se da montagem de três fases sucessivas. A primeira é competência do professor que, com a preparação e exposição da aula, facilita a aprendizagem. Na segunda, o aluno trabalha para assimilar o que foi explicado. A terceira envolve o encontro entre professor e aluno nessa 'relação triangular', por meio da utilização de diferentes técnicas que permitem analisar, aplicar e criar com o apoio, a orientação e a confiança do professor no trabalho pessoal de seu aluno (tradução nossa).

A escrita era um meio. A cultura escrita foi o elemento agregador entre missionação e escolarização. A cultura escrita e a instituição escolar foram base e meio para a formalização da Companhia e para a concretização de pragmáticas e modos de acção. A escrita pedagógica dos Jesuítas constitui uma sistemática da escola como instituição, conteúdo, racionalidade, método, disciplina escolar (Magalhães, 2015, p. 15).

Essa dinâmica constitui o método didático dos jesuítas e foi aplicado tanto nos programas de Letras como de Ciências. Esta pedagogia possuía uma dinâmica própria em sua unidade, ordem, gradação, atividade, expressão, de maneira cíclica, variando e adequando os objetos de estudos de acordo com cada local e situação em sua dinamicidade e multiplicidade.

O método era cíclico, desde a aula elementar até o culminar dos estudos, os conteúdos das disciplinas foram alargando ao longo do tempo, tanto em sua profundidade, bem como, nas técnicas utilizadas, adaptadas às circunstâncias e aos alunos. Uma preocupação dos jesuítas era essa “adaptabilidade” que possibilitou o avanço e sucesso de seu método pedagógico, pois havia uma integração de maneira cíclica entre os conteúdos ensinados que possibilitava a adaptação e totalidade do sistema (Herraiz, 2002).

O papel do professor era de fundamental importância, pois cabia a ele orientar o estudo e o trabalho de forma dinâmica e progressiva para alcançar os melhores resultados no ensino-aprendizagem, era preciso considerar a capacidade de cada aluno se adequando a ela, para o que o estudo chegasse a sua finalidade última (Loyola, 1975). Considerando que, se o conteúdo ensinado não foi aprendido, não se poderia passar adiante para outros temas.

Não obstante, a *Ratio* também recebeu duras críticas, principalmente no que tange as suas orientações sobre o comportamento dos alunos. Alguns autores a criticaram, como, por exemplo, Miguel Mir (1896) a reprova por afirmar que seus regulamentos eram tão extensos e detalhados que obrigavam os alunos a saberem como deveriam vestir e andar. Fernando Gil y Mariscal (1911) diz que a padronização exercida em todos os colégios jesuítas fez com que os alunos perdessem sua criatividade e espontaneidade ao interagir na sala de aula e socialmente. Durkheim (2020) defensor da educação laica também critica a educação jesuítica dizendo que esta causou um retrocesso:

Esta empresa constituía un retroceso, un movimiento retrógrado que llevaba nuestra organización escolar varios siglos hacia atrás. En efecto, desde el

comienzo de nuestra historia, hemos visto que la enseñanza se va haciendo laica de una forma progresiva e ininterrumpida. Nacida a la sombra de iglesias y monasterios, se fue liberando poco a poco de ellos y se constituyó, con las Universidades, en un órgano especial, distinto de la Iglesia y que, aunque ciertas características suyas recordasen sus primeros orígenes, no dejaba de ser en parte laica. Pero con los jesuitas, el centro de la vida escolar vuelve de nuevo al sitio donde había estado tres o cuatro siglos antes, es decir, al seno mismo del santuario. Igual que en tiempos de San Columbano o de San Benito, la enseñanza va a volver a ser asunto de una orden religiosa, aunque con formas y condiciones nuevas (Durkheim, 2020, p. 316)³⁸.

O autor em sua crítica à educação jesuíta ressaltou que esta foi um retrocesso da organização escolar, pois impediu a educação em sua evolução laica e secular. Durkheim defendia que a educação tinha que se libertar da influência religiosa. A educação jesuíta, segundo ele, invertia essa tendência, retornando a um modelo eclesiástico. Esta, colocava novamente o centro da vida escolar dentro do âmbito religioso, similar ao que ocorria em épocas anteriores; por isso, defendia a autonomia da educação em relação a outras instituições, como a Igreja. É importante ressaltar que, A crítica de Durkheim à educação jesuíta teve um grande impacto no debate sobre a relação entre educação e religião.

A forma de organização e coordenação dos jesuítas prezava por prevalecer o caráter da totalidade e integração dos diversos níveis e graus, fazendo com que o seu método pedagógico se consolidasse, pelo êxito alcançado, com isso, perpassou e influenciou longos ciclos da história. Este “sistema educativo es fundamentalmente sólido en sus métodos prácticos” (Boyd; King, 1977, p. 184). Nesta mesma perspectiva a historiografia da educação afirma que por meio das técnicas da *Ratio Studiorum*, preleção, repetição e aplicação, o ensino jesuítico desenvolveu um sistema pedagógico tão avançado que nesse período da história não havia outro igual em toda a Europa, sua uniformidade na diversidade garantiu o seu êxito (Bowen, 1985, p. 54).

A possibilidade de ofertar uma educação tanto aos estudantes que se preparavam para ingressar na ordem, bem como, para os leigos seculares, foi uma

³⁸ Essa iniciativa representava um retrocesso, um movimento retrógrado que levava nossa organização escolar vários séculos para trás. De fato, desde o início de nossa história, observamos que o ensino foi se tornando progressivamente e de forma ininterrupta mais laico. Nascido à sombra de igrejas e mosteiros, foi pouco a pouco se libertando deles e, com as universidades, constituiu-se como um órgão especial, distinto da Igreja e que, embora algumas de suas características remetessem às suas origens, ainda assim possuía um caráter parcialmente laico. No entanto, com os jesuítas, o centro da vida escolar retornou ao local onde havia estado três ou quatro séculos antes, ou seja, ao seio do próprio santuário. Assim como nos tempos de São Columbano ou de São Bento, o ensino voltou a ser assunto de uma ordem religiosa, ainda que sob novas formas e condições (tradução nossa).

novidade para esse tempo. Até no atual momento não se concebia uma metodologia educacional que pudesse servir a esses dois públicos de maneira simultânea.

Os jesuítas abriram uma nova era para a educação formal no catolicismo romano. A Companhia foi a primeira ordem religiosa a empreender sistematicamente, como um ministério primário e autônomo, a operação de colégios totalmente desenvolvidos para quaisquer estudantes, leigos ou clérigos, que escolhessem vir a eles. Isso marcou uma ruptura decisiva com os primeiros padrões de relação entre a Igreja e as instituições educacionais (O'Malley, 2004, p. 372).

Consideramos que, a Companhia de Jesus foi responsável em muitos lugares de formar a sociedade civil, até mesmo, porque as elites dependendo das circunstâncias convidava a ordem religiosa e patrocinava o seu trabalho educacional, entre esses se destacam bispos, nobres, autoridades civis, reis e rainhas (Juménez Pablo, 2014). Existe a premissa que diz: se conhece a árvore pelos seus frutos, mesmo em meio as críticas que houve contra a educação jesuítica, dentre elas destacamos a crítica de Durkheim, ele reconheceu que na França “todos los nombres importantes de los siglos XVII e XVIII fueron alumnos de los jesuitas, que, de forma general, la enseñanza de los jesuitas há contribuido en su mayor parte a formar nuestro talento nacional” (Durkheim, 2020, p. 321)³⁹.

Havia uma carência de mão de obra qualificada nesse período, e a educação jesuítica surgiu também como uma resposta a essa demanda cultural e formativa exigida pelas elites. Dessa forma, a Companhia de Jesus, ao mesmo tempo, atendia às necessidades de legitimação da nobreza por meio da sua formação cultural. É importante ressaltar que, os jesuítas também acolhiam estudantes de classes sociais mais baixas, desde que demonstrassem capacidade e se adaptassem às regras, esses alunos também ascendiam socialmente, pois, devido à formação jesuítica, comportavam-se segundo os padrões da nobreza, demonstrando conhecimento, eloquência e domínio dos clássicos. A *Ratio* tinha como objetivo capacitar seus alunos com conhecimentos e competências suficientes para que pudessem se desenvolver nos mais diversos ambientes, especialmente naqueles de alto nível cultural e filosófico (Bertrán-Quera, 1986).

Os ideais jesuítas eram socialmente conservadores. Nunca lhes ocorreu que poderiam concentrar esforços para romper com funções tradicionais e

³⁹ Todos os nomes importantes dos séculos XVII e XVIII foram alunos dos jesuítas, e, de forma geral, o ensino dos jesuítas contribuiu, em grande parte, para formar nosso talento nacional (tradução nossa).

quebrar estruturas de classe. Como já vimos, contavam com as doações dos ricos e dos poderosos para criar e manter seus colégios. Não obstante, aceitaram em seus colégios todos aqueles que estavam qualificados e que se adaptariam às suas regras. Elas eram destinadas a “todos, pobres ou ricos” (O'Malley, 2004, p. 329).

Em muitos lugares a Companhia dependia do apoio financeiro de elites, o que influenciava suas práticas e limitava seu potencial de transformação social. Os jesuítas não tinham um projeto de ruptura com as estruturas de classes vigentes.

De maneira paradigmática a *Ratio* constituiu um método importante para a instrução pedagógica, principalmente pela sua praticidade e universalidade; “mesmo não tendo definido ou explicitado princípio educacional, ou pedagógico, ordenou uma razão política, que é parte constituinte na formação do mundo moderno e também razão pedagógica em sua origem e justificação” (Arnaut de Toledo, 2000, p. 182).

Graças à dimensão geográfica e cronológica da rede escolar em que a *Ratio Studiorum* foi aplicada, podemos efectivamente afirmar que, na história cultural do Ocidente, este documento foi responsável por instaurar uma nova hierarquia de saberes, concedendo à retórica e à literatura a plena cidadania intelectual (que não mais viria a perder) e dando a todos uma formação verdadeiramente interdisciplinar, integradora dos saberes (Miranda, 2018, p. XXXVIII).

A *Ratio* como tal possibilitou a criação de um sistema de ensino universal como princípios pedagógicos comuns, fruto do apostolado da educação jesuítica. Este foi o primeiro sistema educacional na perspectiva universal que se conheceu na época. Essa rede de educação internacional tornara-se literalmente centros de cultura, tendo muita repercussão local, devido as suas bibliotecas, teatros, óperas, laboratórios.

A originalidade da *Ratio* jesuítica estava em estabelecer um sistema global e coerente de todos os seus métodos pedagógicos e respectivas práticas didáticas, articulando internamente todos os níveis, graus, cursos e matérias, sem omitir a descrição exaustiva das próprias actividades académicas quer de mestres quer de alunos - os dois intervenientes no processo pedagógico (Miranda, 2001, p. 85).

Este sistema vigorou de maneira original até 1773, ano em que Companhia de Jesus foi suprimida pela Bula Pontifícia do papa Clemente XIV. Até neste momento da história os jesuítas possuíam 845 instituições⁴⁰ educativas espalhadas por toda a Europa, Américas, Ásia e África (Gil, 2002). Sendo assim, a obra pedagógica jesuítica

⁴⁰ Em 1759, a Companhia de Jesus já possuía cerca de 22 mil membros em toda a ordem.

afirmou-se como uma das mais ativas heranças da educação humanista, o seu sistema pedagógico foi um dos mais influentes para educação neste tempo.

1.3 O retorno dos jesuítas após a Supressão da Companhia de Jesus (1773-1814) e a *Ratio Studiorum*

A Companhia de Jesus só foi readmitida novamente em 1814, pela Bula Papal *Sollicitudo Omnium Ecclesiarum* de Pio VII e o motivo que o próprio papa alegou para restaurar a ordem religiosa foi a experiência e atuação dos jesuítas na área da educação. O papa autorizou oficialmente que a Companhia de Jesus retomasse seus trabalhos se dedicando “mais facilmente na instrução dos jovens nas coisas da Fé, e na educação os bons costumes” (Pio VII, 1814, n. 2). No mesmo documento Pio VII afirma:

Concedemos e declaramos ainda que, para instruir os jovens nos rudimentos da Religião Católica e formá-los nos bons costumes, é-lhes lícito dirigir livre e lícitamente seminários e colégios, e com o consentimento e aprovação dos Ordinários dos lugares onde devem ficar, ouvir confissões, pregar a palavra de Deus e administrar os sacramentos (Pio VII, 1814, n. 8).

Logo após a restauração da Companhia de Jesus se publicou de maneira experimental uma edição mais atualizada da *Ratio Studiorum* em 1832, porém essa edição não foi promulgada de maneira oficial, principalmente devido as grandes turbulências que a Europa vivia no século XIX, marcada pelas frequentes revoluções. A Revolução Francesa, com seus ideais de liberdade, igualdade e fraternidade promoveu a laicidade do Estado frente ao monopólio da cultura católica. Concomitantemente, com a Revolução Industrial esse processo acelerou-se mais ainda. A industrialização trouxe consigo uma nova concepção de tempo, marcada pela linearidade e pela busca constante por maior produtividade. Todas essas mudanças são decorrentes do período denominado “era das revoluções” (Hobsbawm, 1996). Passados cinquenta anos, ambiente histórico sociopolítico e econômico na Europa era outro.

No que diz respeito ao sistema de estudos, a Companhia de Jesus percebeu que após a sua restauração era necessário adaptar a *Ratio* às novas condições diante das mudanças ocorridas. Sendo assim, essa atualização não era algo novo, nada tinha sido mudado nos princípios basilares, era uma adaptação do método que já existia (Schwickerath, 1903). Na verdade, esse esforço consistiu numa tentativa de

não deixar a Companhia sem nenhum parâmetro metodológico, principalmente diante do novo crescimento da sua empreitada educacional.

A partir desse momento, a história da *Ratio Studiorum* avançou por novos rumos, pois não se podia pensar uma organização pedagógica única e universal como antes, que vigorasse por todos os centros educacionais jesuíticos. Em muitos países a educação passou a ser vista como uma missão do poder público, com leis próprias de cada país que normatizava e regulava as políticas educacionais, com uma grande variedade de obrigações e métodos diversos. Sendo assim, a própria Companhia de Jesus deveria se adequar a essas normas nos países onde ela estava inserida. Deste modo, a própria ordem orientou que se aplicasse a *Ratio* na escala nacional ou provincial, segundo as necessidades e possibilidades dos tempos, lugares e pessoas. Porém, não perdendo a essência dos princípios pedagógicos jesuíticos do documento.

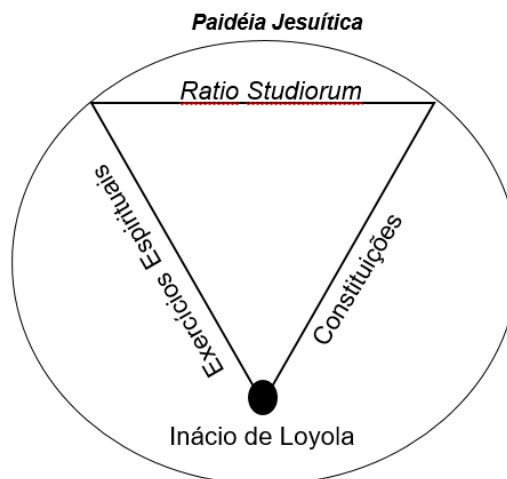
Os jesuítas encontraram uma dupla alternativa num caminho referente a *Ratio Studiorum*. Para os alunos jesuítas, na formação interna, o espírito foi preservado em suas escolas e continuou em vigor e, tanto quanto possível a *Ratio* na sua última edição reeditada. Com isso, se mantinha o caráter de formação preferencialmente humanística e clássica em letras. Outro caminho teve que ser trilhado pelas escolas destinada aos seculares. Nelas, procurou-se preservar, apesar de grandes dificuldades, o núcleo ideológico-pedagógico da *Ratio Studiorum*, referentes a seus princípios e, em parte também de seus métodos. No entanto, por necessidade e obrigação de adaptação a outros planos públicos, tiveram de abandonar sucessivamente, a formação humanístico-clássica segundo a forma prescrita na *Ratio* (Herraiz, 2002). No regresso da Companhia no século XIX, os jesuítas colaboraram para o estabelecimento de uma educação secundária integrada que prezava pelos saberes humanista, científico e técnico.

A estratégia utilizada pelos jesuítas com todas essas mudanças, principalmente devido à intervenção dos poderes públicos de cada Estado no tocante da educação; foi de acomodar seus métodos didáticos às orientações e normativas de cada local. Essa estratégia era também uma forma de perpetuar sua atuação no campo da educação. Com o passar do tempo a *Ratio Studiorum* não pôde ser aplicada em sua integridade como nos tempos passados, mas os princípios que nela existiam foram sendo adaptados conforme as circunstâncias locais, mas visando não perder sua característica própria do humanismo pedagógico.

O sistema educativo dos jesuítas inovou e se perpetuou por séculos formando muitas gerações, contribuindo de certo modo, para o desenvolvimento humano, espiritual e científico. Os jesuítas tendo o seu foco nas humanidades conceberam um plano de estudos que estava vinculado à dimensão grega da *paideia*, porque está intimamente vinculada à formação integral do homem. A educação jesuítica não pode ser compreendida apenas como desenvolvimento intelectual do saber, mas também desenvolvimento moral que se vincula ao agir para o bem comum (Miranda, 2018).

José del Rey Fajardo (2017) fala-nos de uma “*paideia jesuítica*” que consistia na adaptação da experiência acadêmica que Inácio de Loyola teve na Universidade de Paris à luz da pedagogia do *modus parisienses*, numa combinação com a experiência vivida nos *Exercícios Espirituais* e o texto das *Constituições* que são essenciais a visão da formação que a Companhia adaptou. Sendo assim, a junção dessas bases resultou num modo pedagógico evidenciado na *Ratio Studiorum*. Os objetivos e o espírito da educação jesuítica cujo expoente foi a *Ratio*, só pode ser compreendido se estiver em íntima relação com a Quarta Parte das *Constituições* e o livro dos *Exercícios Espirituais*. “O núcleo fundante do Jesuitismo residiu na conciliação entre os *Exercícios Espirituais*, as *Constituições* da Companhia e o *Ratio Studiorum*” (Magalhães, 2015, p. 11). Por isso, evidenciamos essa interdependência dos documentos básicos da educação dos jesuítas, pois, ambos estão interconectados resultando na dimensão total do que significa essa educação.

Figura 2: A Paidéia Jesuítica



Fonte: Figura elaborado pelo pesquisador (2024).

Podemos afirmar que a proposta pedagógica em questão desejava alcançar a pessoa em toda sua totalidade, os jesuítas acreditavam que o humanismo, humanizava, isto é, fazia emergir o que a pessoa tem de melhor dentro de si e, é nesse movimento que ela se realiza e se plenifica como pessoa humana.

Após a Restauração da Companhia de Jesus, a *Ratio* não continuou sendo um sistema educativo único para todos os países onde os jesuítas atuavam na educação como foi nos seus primórdios, ela se constituiu como a base onde foi gerada a identidade pedagógica jesuítica; pois, sua finalidade era formar pessoas que colaborassem ativamente para a construção do meio onde estavam inseridas. Com as grandes transformações que ocorreram nos séculos XIX e XX, as mudanças educativas existentes, a abertura para a colaboração de seculares, que não eram religiosos, exigiu da própria Companhia de Jesus novas abordagens no seu sistema educativo.

Como foi apresentada anteriormente, percebemos que metodologia pedagógica dos jesuítas, influenciou o *modus* educacional do ocidente, mesmo que a *Ratio Studiorum*, não se perpetuou plenamente nos séculos XIX e XX devido às mudanças ocorridas, entendemos, que de certo modo somos herdeiros dessa pedagogia. O método da preleção do professor, seguido dos exercícios feito pelos alunos, a memorização, repetições e provas, constituiu praticamente o modo de ensinar da Europa e América. Podemos dizer que somos herdeiros dessa forma de educar.

A Ratio Studiorum fez dos jesuítas agentes enérgicos da construção da cultura humanística e científica, no Ocidente e no Oriente, e dos colégios, participantes activos na educação de muitas gerações de homens, com a transmissão de um poderoso legado cultural e civilizacional. Se foi na Europa que, historicamente, o humanismo se desenvolveu à custa de três legados fundamentais (helénico, romano e judaico-cristão), foi justamente essa a síntese que a *Ratio* transmitiu às sucessivas gerações, no espaço e no tempo (Miranda, 2018, p. LII).

Nossa análise da *Ratio Studiorum* não tem como objetivo uma reprodução fiel do modelo original, mas sim a identificação de princípios atemporais que podem ser adaptados à realidade atual. A história nos mostra que a *Ratio Studiorum* deixou um legado significativo na formação de gerações, contribuindo para o desenvolvimento da cultura e do pensamento crítico. Ao analisarmos os desafios da educação contemporânea, podemos encontrar na *Ratio Studiorum* uma fonte de inspiração para

a construção de uma educação mais humanista, que valorize a formação integral do indivíduo.

Na próxima seção refletiremos os desdobramentos da atuação jesuítica no Brasil, e sua contribuição no campo da educação. Os jesuítas foram pioneiros na organização de um sistema educacional no Brasil, estabelecendo colégios e escolas em diversas regiões do país.

2 A ATUAÇÃO DOS JESUÍTAS NO BRASIL E EM GOIÁS: DOS PRIMÓRDIOS AO PROTAGONISMO NA EDUCAÇÃO SUPERIOR CATÓLICA

Esta seção tem como objetivo analisar a atuação dos jesuítas na educação brasileira e, para isso, está dividida em duas partes. A primeira está subdividida em dois tópicos, o primeiro reflete sobre a educação jesuítica no Brasil em seus primórdios, com o intuito de compreender as bases de sua contribuição para o ensino superior. Embora não houvesse uma universidade institucionalizada no Brasil Colonial, como as existentes nas colônias espanholas, os jesuítas desempenharam um papel fundamental na formação das elites locais por meio de seus colégios e seminários. O referencial teórico compõe-se de autores como, Leite (1938), Casali (1995), Cunha (1986), Saviani (2019). O segundo aborda a atuação dos jesuítas em Goiás durante o período colonial. Sua principal missão em terras goianas foi a organização de aldeamentos indígenas, com o objetivo de catequizar os nativos. Devido a conflitos políticos, a missão jesuítica não prosperou em Goiás, resultando na expulsão dos jesuítas da capitania em 1759. A base teórica utilizada apoia-se em Leite (1945), Palacín (1983), Revagnani (1987), Certeau (2023) e Silva (2006). Mesmo não envolvendo a educação superior, a presença jesuíta faz parte da história de Goiás em seus primórdios, por isso consideramos importante a temática apresentada.

A segunda parte aborda a fundação da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, a primeira a universidade católica do Brasil. Fundada no contexto da Restauração Católica, a universidade visava “cristianizar” os letrados (Azzi, 1994). Sob o protagonismo dos padres jesuítas, essa universidade tornou-se um modelo para a criação de outras universidades católicas no país. Os jesuítas contribuíram significativamente para a definição do perfil da PUC-Rio, imprimindo à instituição seus valores e princípios pedagógicos. Esse modelo serviu de inspiração para a criação de outras universidades católicas, como foi o caso da Universidade Católica de Goiás. O arcabouço teórico dessa parte é constituído por autores como Salem (1982), Durham (2003), Novaes (1996), Lima Vaz (1983).

A chegada dos jesuítas ao Brasil deu-se em 1549, quando uma das missões prioritárias dessa ordem religiosa era a educação. O governador Tomé de Souza

trouxe consigo seis jesuítas⁴¹, enviados pelo pe. Simão Rodrigues, que era o Provincial para Portugal e liderados pelo padre Manuel da Nóbrega, homem culto, nobre e decidido, que organizou um programa escolar catequético que era utilizada em todas as fundações jesuíticas, pois a missão tinha dupla finalidade: catequizar e educar. A motivação que levou os jesuítas a vir para o Brasil nesse período foi relatada pelo pe. Nóbrega:

Desde que nesta terra estou, que vim com Vossa Mercê, dois desejos me atormentaram sempre: um, de ver os cristãos destas partes reformados em bons costumes, e que fossem boa semente transplantada nestas partes que desse cheiro de bom exemplo, e outro, ver disposição no gentio para se lhe poder pregar a palavra de Deus, e eles fazerem-se capazes da graça e entrarem na igreja de Deus, pois Cristo Nosso Senhor por eles também padeceu. *“Porque para isso fui com meus irmãos mandado a esta terra”* (Nóbrega, 2017, p. 274 – grifo nosso).

Os jesuítas entenderam que a via para catequizar passava primeiro pela educação, além disso, o foco deveria ser as crianças, isso seria mais fácil e resultaria em maiores efeitos, do que focar nos adultos. A estratégia na educação da infância era prepará-los para o futuro, bem como, no presente evangelizar os pais ou ao menos ganhar sua simpatia (Leite, 1938). Com o passar do tempo, essas crianças iam crescendo e a educação jesuítica os acompanharia até a idade adulta.

Os jesuítas atuaram na formação e educação da elite vigente que começava a ocupar o território, como também dos nativos, e posteriormente com os filhos de escravos. Para a conquista de uma comunicação satisfatória, o ensino da gramática tornou-se imprescindível, inclusive como fundamento da cultura geral, o ensino jesuítico nesse primeiro momento prezava por ler, escrever, cantar e tocar.

Não podemos esquecer que o ensino jesuítico, além disso, tinha a finalidade vocacional, com o desejo de despertar e preparar novos missionários para atuar em terras brasileiras. Essa atuação educacional dos jesuítas foi muito importante nesses primórdios, porque, “é com a chegada dos jesuítas que tem início, no Brasil, a educação formal, sendo, portanto, a partir desse momento que podemos falar, em sentido próprio, de circulação de ideias pedagógicas” (Saviani, 2019, p. 52).

⁴¹ Padres Leonardo Nunes, António Pires, João Navarro, e os irmãos que depois se ordenaram, Vicente Rodrigues e Diogo Jácome.

Em 1556 as Constituições da Companhia de Jesus foram reconhecidas no Brasil possibilitando a organização de seminários e externatos, afinal “no século XVI, o pensar era fundamentalmente religioso” (Paiva, 2012, p. 137). Escola e catequese, ensino e evangelização estavam unidos de tal modo no agir jesuítico no Brasil, que se tornava duas faces de uma mesma moeda.

Nesta perspectiva, Dermeval Saviani (2019, p. 57) nos oferece um esquema para o estudo da história da educação no Brasil, que propõe a divisão em dois grandes períodos históricos. O primeiro período abrange os anos de 1549 a 1759, caracterizado pelo monopólio da educação religiosa e tradicional. Esse período é subdividido em dois momentos: I - a pedagogia brasílica ou o período heroico (1549-1599); II - a institucionalização da pedagogia jesuítica com a implementação da *Ratio Studiorum* (1599-1759). O segundo período compreende os anos de 1759 a 1932, marcado pela coexistência das vertentes religiosa e laica da pedagogia tradicional, e é subdividido nas seguintes fases: a pedagogia pombalina, influenciada pelas ideias pedagógicas do despotismo esclarecido (1759-1827); e o desenvolvimento da pedagogia laica, que engloba ecletismo, liberalismo e positivismo (1827-1932), os quais, de acordo com o autor, fundamentarão toda a discussão sobre a escola pública brasileira no século XX.

A primeira etapa conhecida como “período heroico” diz respeito a chegada dos primeiros jesuítas ao Brasil com a missão de catequizar os gentios por meio da educação. Esse período é encerrado com a promulgação da *Ratio Studiorum*, que orientou a prática educacional jesuítica em toda a colônia. Na seção anterior elencamos as características deste documento e a força que ele exerceu em todo o *modus operandi* da educação católica.

O segundo momento consistiu na consolidação dos jesuítas como ordem missionária, e a sua hegemonia educacional entre os gentios e elite colonial. A execução da *Ratio Studiorum* alicerçou e orientou a prática pedagógica no Brasil tornando-se instrumento regulador do ensino jesuítico. O terceiro momento é marcado pela expulsão dos jesuítas do Brasil em 1759, devido às reformas pombalinas, assinaladas pela influência iluminista que buscavam propagar os elementos da ciência e das luzes tanto na metrópole como na colônia. Os jesuítas até sua expulsão do Brasil, exerceram um grande monopólio na educação, principalmente por meio dos seus colégios e seminários; “o que confere um caráter orgânico a todo esse período

marcado pelo pleno domínio das ideias pedagógicas classificadas no âmbito da concepção tradicional em sua vertente religiosa” (Saviani, 2019, p. 52). Esse período é marcado pela chegada da família real portuguesa no Brasil (Silva; Amorim, 2017).

A pedagogia pombalina que vai de 1759 até 1827 com a instituição da lei das Escolas de Primeiras Letras, que deveriam ser implantadas em todo o território nacional, discutia um projeto de educação nacional que possibilitasse a entrada e influência de pensamentos e ideias que expressavam a laicidade da educação na perspectiva iluminista, isso era evidente nas correntes do ecletismo, positivismo, liberalismo, dentre outras, já preparando a chegada dos movimentos republicanos (Saviani, 2019).

No que diz respeito a presença e atuação dos jesuítas no Brasil, tivemos um hiato de quase um século, (foram expulsos do país em 1759 e só puderam retornar a partir de 1844). Na próxima seção focaremos na contribuição que os jesuítas deram no campo da educação superior no Brasil nesse período.

2.1 Os jesuítas e o desejo de institucionalizar a educação superior no Brasil

Durante o período colonial que durou três séculos, o Brasil não teve uma universidade como tal, diferente das colônias espanholas que desde os seus primórdios possibilitaram o nascimento das primeiras universidades. A educação institucional existente no Brasil colonial foi aquela oferecida pelos jesuítas; estes, inseridos no regime do Padroado⁴², gozavam de grandes prestígios como o papa e o rei de Portugal, que lhes conferiam essa missão. Os jesuítas nessa época viviam sob o condicionamento sociopolítico do período colonial.

⁴² O padroado consistiu em acordos firmados entre os Estados ibéricos e a Santa Sé, no momento de ofensiva intelectual e política desta diante dos ares contestatórios trazidos pela Reforma Protestante. Pressupunha, deste modo, certa aquiescência da Igreja no sentido da execução de competências eclesiásticas por parte do monarca, com destaque para a nomeação dos bispos e para a cobrança do dízimo. Ao mesmo tempo, o acordo em questão garantia o compromisso de expansão da fé católica nas terras recém conquistadas. Apesar das concessões ao poder régio, Roma não abria mão de fortalecer sua potestade, sobretudo a partir das decisões de sua alta hierarquia e da diáspora missionária que se estabeleceu em âmbito global na Idade Moderna, tendo no Brasil seu maior exemplo na ação da Companhia de Jesus (Oliveira, 2017, p. 80).

O primeiro passo dessa ordem religiosa ao chegar em terras brasileiras, foi fundar colégios e seminários, como falamos anteriormente, pois era necessária a formação intelectual e cristã. Inicialmente foram fundados quatro colégios em locais diferentes: Porto Seguro, Vitória, São Vicente, Olinda e Rio de Janeiro (Casali, 1995). O colégio de São Paulo de Piratininga (Pateo do Collegio), criado em 1554,⁴³ que constitui o marco da cidade de São Paulo. A inauguração contou com a presença do cacique Tibiriçá e sua tribo.

Os colégios fundados pelos jesuítas ao longo do período colonial até sua expulsão em 1759, eram as únicas instituições de ensino existentes, o próprio Estado português conferiu a Igreja Católica através dessa ordem religiosa a missão de educar.

O colégio mais importante desse período foi o “Real Colégio da Bahia”⁴⁴, que almejou ser a primeira universidade brasileira no século XVI, intitulada “Universidade da Bahia”. O projeto não prosperou, pois, o governo português desejava a dependência da colônia para com a metrópole, sendo assim, não quis reconhecer em 1605 o status de universidade ao colégio jesuíta da Bahia. O receio de Portugal era que instituições como a universidade poderia ser ferramenta, para que no futuro os colonos se rebelassem contra a metrópole querendo sua libertação. Depois dos estudos básicos (propedeutas⁴⁵) realizados com os jesuítas, o próprio governo português possibilitava bolsas, para que os estudantes fossem estudar na metrópole. Segundo Maria de Lourdes Fávero (1980, p. 32), nesse período a Universidade de Coimbra teve um papel de grande relevância na formação das elites culturais brasileiras, “nela formaram-se quase todos os homens graduados no Brasil nos primeiros séculos da nossa existência, até os primeiros anos do século XIX”. É

⁴³ Inaugurado em janeiro de 1554 com a presença do cacique Tibiriçá e toda sua tribo. Sobre sua construção, diz Mattos (1958, p. 190): “Desde agosto de 1553 o pe. Manuel da Nóbrega, subindo a serra de Paranapiacaba pela trilha dos tupiniquins, entusiasmado com os bons ares e a fertilidade do planalto, resolveu abrir colégio ‘numa aldeia de índios’ em Piratininga, aí deixando dois irmãos incumbidos de construir uma casa e capela com a ajuda dos índios de Tibiriçá. Em quatro meses, coincidindo com a chegada dos novos missionários a São Vicente, as toscas construções de taipa, cobertas de sapé, ficaram prontas para recebê-los”.

⁴⁴ Em visita ao Colégio da Bahia, o padre Cardim afirma em sua carta de 1583: “O Colégio tem três mil cruzados de renda, e algumas terras adonde fazem os mantimentos” (Cardim, 1997, p. 220). Essa opulência material, que chegou a representar 25% do PIB colonial, bancou o funcionamento e a expansão de sua estrutura que chegou a contar com mil membros em 1556, ano da morte de Loyola, e oito mil no ano de 1600.

⁴⁵ Esses estudos eram considerados a gramática, latim e retórica.

importante ressaltar que, a Companhia de Jesus não conseguiu fundar uma universidade no Brasil, mas não deixou de criar cursos em nível superior.

A atuação dos jesuítas na educação superior do Brasil colônia seguiu as direções dadas pela *Ratio Studiorum*, por isso os primeiros cursos criados por eles foram Letras Humanas, Artes e Teologia. Essa era a tríade jesuítica para a educação superior no Brasil. As aulas duravam duas horas de manhã e duas de tarde. O curso de Letras Humanas era dividido em três sessões, Retórica, Humanidades e Gramática. O estudo do latim era de fundamental importância, pois, nesse período as grandes obras eram escritas ou traduzidas nesta língua, além dos documentos científicos. “Esta defesa do latim, então geralmente usado, revestiu carácter mais humano no Colégio da Baía” (Leite, 1938, p. 73). Todos os exercícios deveriam ser escritos em latim, inclusive, também deveriam falar em latim na hora da aula. O português era permitido no recreio e dias de feriados. Além disso, é importante elencar que o estudo da língua portuguesa também era contemplado no curso de Letras, principalmente através da literatura portuguesa.

O curso de Letras, na Baía, desde que começou em 1553, tirando um curto período, não deixou nunca de funcionar. A partir de 1564, data da dotação oficial do Colégio por El-rei, não consta que se interrompessem os estudos de Letras Humanas que sempre existiram nalgum das duas formas, de Humanidade ou Gramática, havendo quási sempre ambas classes. No curso de Letras Humanas estudavam-se todos os clássicos, desde Ovídio a Horácio, e desde Demóstenes a Homero. Mas os mestres de estilo, mais recomendados pelo Ratio, eram Cícero e Virgílio. Grego não se estudou no Brasil, no século XVI. Em compensação, havia o que os Padres classificavam pitorescamente de grego da terra, que era a língua dos índios. E dela fêz-se Gramática e ensinou-se no Colégio. (Leite, 1938, p. 74-75).

O estudo da língua nativa local sempre era um critério muito válido entre os jesuítas desde a época de Santo Inácio, ele tinha assinalado que com a finalidade própria da evangelização era necessária uma preparação adequada e aprender a língua local, pois esta é instrumento apto e próximo para a “conquista das almas”; por isso, no Brasil muitos jesuítas se dedicaram ao estudo da língua indígena.

O curso de Artes conhecido também como Ciências Naturais ou Filosofia começou a funcionar na Bahia a partir de 1572, dedicava-se a Física, Metafísica, Lógica, Matemática e Ética; posteriormente com a promulgação da *Ratio*, no Brasil seguiu o mesmo plano da Universidade de Coimbra, com um curso que durava aproximadamente três anos. De acordo com Luiz Antônio Cunha (1986), o curso de Artes era o propedêutico aos cursos profissionais da Universidade de Coimbra, como

medicina, cânones e direito; por isso, esse curso foi aberto para atender a demanda externa, sem se dedicar a carreira eclesiástica. A elite da época composta por funcionários públicos, senhores de engenho, criadores de animais, oficiais, mineiros que queriam formar seus filhos, os matriculavam nos cursos de Letras e Artes.

O curso de Teologia era dividido em duas partes: moral e especulativa, a primeira estudava os atos, virtudes, vícios e etc; e a segunda, dedicava-se a dogmática católica. Na Bahia o curso iniciou de maneira regular a partir de 1565, dedicado a formação clerical. O estudo teológico jesuítico tinha sua base toda alicerçada em São Tomás de Aquino, com o currículo muito semelhante ao dos cursos europeus, dividido em quatro anos.

No 1.º ano liam a matéria de *Beatitudine, Scientia Dei, Voluntate Dei, Prædestinatione, Trinitate, et Angelis*; no 2.º e 3.º ano, de *Voluntario, Peccatis, Gratia, Fide, Spe, et Charitate*; no 4.º ano de *Incarnalione* e as mais, que puderem, dentro dos quatro anos. Às outras matérias de São Tomaz se poderão deixar para o que ler a lição de casos, na qual sômente se lerá Caetano ou Navarro, de maneira que, dentro de três ou quatro anos, se leiam as principais matérias morais, de *Contractibus, Restitutione, Voto, Turamento, Sacramentis et Censuris*. E quando não houver lição de especulativo, poderão ler duas de caso. E não se deem glosas senão em latim e por espaço de meia hora; e a outra meia, pelo menos, gastarão em ler a lição, e tomar conta da lida. E não deem opiniões contrárias às que os Nossos comumente seguem (Leite, 1938, p. 79).

Os jesuítas tinham uma metodologia uniforme que orientava seus colégios, após o término dos cursos realizavam os rituais de Colação de Grau, além do Currículo e normas disciplinares. A partir de 1662, iniciaram uma nova empreitada junto a coroa portuguesa, com o desejo de equiparar os graus conferidos pelo “Real Colégio da Bahia” à Universidade de Évora que também estava sob a direção dos jesuítas. Contudo os próprios jesuítas de Évora se opuseram ao projeto, “configurando um inédito exemplo de duplo colonialismo, político e religioso, no setor educacional” (Casali, 1995, p. 46).

Fez o Procurador do Estado do Brasil petição ao Príncipe D. Pedro para que lhe concedesse na Baía uma Universidade e que os Graduados nela, nas Faculdades de Filosofia e Teologia, gozassem dos mesmos Privilégios e honras de que gozam os graduados na de Coimbra; a qual petição se mandou informar à Universidade, declarando-se se havia notícia de que em algum tempo se tratasse dêste requerimento. E sendo proposta no Claustro de 6 de Julho de 1669, se assentou, se respondesse que não se tratara de tal requerimento e que não era conveniente que se deferisse a êle, pelo prejuízo que resultava a esta Universidade, e que somente se lhe poderia conceder que se pudessem dar graus nas ditas Faculdades para com êles se poderem encorporar na de Coimbra, assim como se encorporam os que os tomam na Universidade de Évora; mas que sem a dita encorporação não gozariam dos ditos Privilégios (Memórias da Universidade de Coimbra, 1937, p. 227-228).

Outro fato que contribuiu para que o título não fosse concedido, foi a “questão dos moços pardos”, diante da visão preconceituosa e sectária da época, afirmava-se que não seria conveniente os pardos brasileiros que estudavam no Colégio da Bahia, terem acesso à Universidade de Évora. A negativa do ministro do rei, baseou no fato de que os brancos da Bahia não queriam que seus filhos estudassem ao lado dos “pardos”, que inclusive nessa época também não poderia pertencer às ordens religiosas “por estarem atreitos a rixas e vadiagem” (Leite, 1949, p. 201). Com a finalidade de obter o título os jesuítas expulsaram os pardos de seus colégios em 1681, os prejudicados recorreram ao rei lhe fazendo uma petição, questionando que eram aceitos nos colégios da metrópole, mas eram impedidos de frequentarem os colégios jesuítas no Brasil. Os jesuítas brasileiros alegaram que pela administração particular dos colégios eles tinham o direito de selecionar sua clientela.

Tendo ido a Roma, como Procurador do Brasil, o P. António de Oliveira, ao voltar, tratou em Lisboa dos privilégios da Universidade para a Baía. Respondeu-lhe o Ministro que os moradores brancos do Brasil não queriam que os seus filhos estudassem com os moços pardos, que por esse tempo estavam impedidos também de entrar na vida sacerdotal e religiosa de todas as Ordens, por motivos que se invocavam contra eles de serem atreitos a rixas e vadiagem. Por esta razão o P. António de Oliveira, ao ser nomeado Provincial, excluiu-os geralmente da freqüência dos estudos superiores do Colégio da Baía, cidade de que era filho. Os moços pardos recorreram a El-Rei e ao P. Geral da Companhia. O Geral estranha tal exclusão, em carta de 7 de Fevereiro de 1688. Já o vimos ao tratar do Colégio da Baía e a resposta do P. António Vieira então Visitador Geral, na qual dizia que aguardava apenas a ordem de El-Rei, a quem não queria antecipar-se, e para ele seguia a informação do Governador Matias da Cunha. Este esperado decreto régio veio um ano depois da Carta do P. Geral. E consta da Consulta do Conselho Ultramarino, que fecha com a cláusula dos graus académicos, públicos (Leite, 1948, p. 117).

Depois de tantos problemas e cogitações jurídicas (1662-1689) os jesuítas revogaram sua posição inicial, a situação só foi amenizada em 1689, quando a Coroa portuguesa concedeu aos colégios jesuítas no Brasil o Estatuto Civil que concedia aos bacharéis em filosofia ingressarem nos cursos de direito, medicina, direito canônico e teologia da Universidade de Coimbra sem a necessidade de fazer o exame.

A “questão dos moços pardos”, além do esforço de restrição dos privilégios de Coimbra, contribuiu fortemente para que se retardasse o reconhecimento dos cursos. Iniciou-se uma disputa entre o Estado e a Companhia de Jesus. O Estado dizia que os colégios eram públicos porque sua atividade era subsidiada pelo Estado. Não podiam, portanto, impedir a admissão de candidatos de qualquer categoria social. A Companhia, por seu lado, dizia que a subvenção do Estado era destinada à conversão dos indígenas, e seus colégios (principalmente os cursos de humanidades e os superiores) eram atividades adicionais, particulares. E sendo particulares, podiam escolher seus destinatários como lhes aprouvessem. Após muitas querelas e elucubrações jurídicas, chegou-se a um acordo. Os jesuítas abandonaram

sua posição inicial e, através do Governador-Geral do Brasil, informaram ao rei que “a exclusão dos moços pardos se justificou mais pelo número dos que entravam que pelo mau exemplo que davam aos brancos; era informado (governador-geral - LAC) que muitos procuravam melhorar a fortuna da sua cor na estudiosa aplicação com que procuravam excedê-los, e seria estímulo mui honesto para o procedimento dos brancos e emulação dos pardos”. O Estado, finalmente, em 1689, através de uma carta régia, deu estatuto civil aos colégios jesuítas no Brasil. Os estudantes que fossem graduados em filosofia já não precisavam freqüentar cursos complementares nem se submeter a exames de “equivalência” se pretendessem ingressar nos cursos de direito, cânones, medicina e teologia na Universidade de Coimbra (Cunha, 1986, p. 33-34).

Além da fundação dos colégios, a Companhia de Jesus também fundou vários seminários durante o período colonial, isso se deu porque ao longo desse período criaram novas dioceses no Brasil, sendo assim, cada diocese precisava de um seminário para formar seus clérigos, diante da escassez de mão de obra qualificada para o ensino da filosofia e teologia nos seminários, os jesuítas ocuparam um lugar simbólico de grande poder em todo o Brasil, porque os bispos lhes confiavam a missão de formar os futuros padres, pois estes tinham uma formação acadêmica, um programa de ensino curricular, e uma pedagogia própria por meio da *Ratio Studiorum*.

É fundamental compreender o “lugar simbólico” que os jesuítas ocuparam na história da educação brasileira. Na perspectiva humanística, o “lugar” pode ser entendido como um produto da experiência humana. Relph (1979) afirma que lugar significa muito mais do que apenas uma localização geográfica; não se refere apenas a objetos e atributos de um espaço, mas também aos tipos de experiência e envolvimento com o mundo. Além disso, pode ser visto como um centro de significados construído pela experiência (Tuan, 1975). “Lugar é o somatório das dimensões simbólicas, emocionais, culturais, políticas e biológicas” (Buttimer, 1985, p. 228).

Além disso, é necessário compreender o conceito de “poder simbólico”. Na visão de Bourdieu (1989), esse poder é a capacidade de construir a realidade de maneira que molde a consciência, impondo valores, hierarquias e conceitos que podem ser internalizados como naturais e óbvios. Ao impor um sistema de crenças, o poder simbólico justifica e perpetua as relações de poder existentes.

(...)às relações entre os produtores de bens simbólicos, pode-se, então, construir enquanto tal, não somente a estrutura das produções simbólicas, ou melhor, o espaço das tomadas de posição simbólicas num determinado domínio da prática, mas também a estrutura do sistema dos agentes que as produzem, ou melhor, o espaço de posições que eles ocupam na concorrência que opõe uns aos outros: alcança-se assim o meio de

compreender essas produções simbólicas, ao mesmo tempo em sua função, sua estrutura e sua gênese (Bourdieu, 2001, p. 216).

Através da educação, os jesuítas assumiram um “*locus*” de poder no campo do capital simbólico, herdado da mentalidade católica-cristã. Esse poder não apenas evidenciava uma visão de mundo, mas também buscava que ela fosse internalizada de maneira “natural” no ambiente social. Com a educação colonial sob a égide dos jesuítas, que detinham capital e poder simbólicos, o objetivo era legitimar um modo de pensar que justificava e naturalizava o *status quo*.

Os jesuítas ocuparam um lugar simbólico central na educação brasileira, exercendo um poder simbólico significativo. As unidades educacionais espalhadas pela colônia eram mais do que simples espaços físicos; eram centros de produção e reprodução de significados que representavam e legitimavam a ordem social vigente, da qual os jesuítas eram representantes. Ao internalizar os valores e a visão de mundo católicos, os alunos tornavam-se herdeiros de um capital simbólico. Dessa forma, os jesuítas moldavam a consciência de seus alunos, impondo um sistema de crenças que justificava a ordem social existente.

Entre os séculos XVI e XVIII foram fundados no Brasil cinco Seminários Jesuítas, sete Seminários Diocesanos e catorze Colégios Jesuítas. Abaixo segue o quadro.

Quadro 6: Os Colégios Católicos, Seminários, Local e Ano de Fundação

	Colégio/Seminário	Local	Ano
01	Colégio Jesuíta	Bahia	1553
02	Colégio Jesuíta	Porto Seguro	1553
03	Colégio Jesuíta	Vitória	1553
04	Colégio Jesuíta	São Vicente	1553
05	Colégio Jesuíta	São Paulo	1554
06	Colégio Jesuíta	Rio de Janeiro	1573
07	Colégio Jesuíta	Olinda	1576
09	Colégio Jesuíta	Maranhão	1688
08	Colégio Jesuíta	Recife	1678
10	Colégio Jesuíta	Pará	1695
13	Colégio Jesuíta	Santos	1653
14	Colégio Jesuíta	Mariana	1750
12	Seminário Jesuíta	Belém de Cachoeira	1727
15	Seminário Jesuíta	Aquirás - Ceará	1727
11	Seminário Jesuíta	Paranaguá- Paraná	1730
16	Seminário Jesuíta	Campos	1750
17	Seminário Jesuíta	Rio de Janeiro	1752
18	Seminário Diocesano	Rio de Janeiro	1739
19	Seminário Diocesano	Paraíba	1745
20	Seminário Diocesano	São Paulo	1746
21	Seminário Diocesano	Bahia	1747
22	Seminário Diocesano	Pará	1749

23	Seminário Diocesano	Mariana	1750
24	Seminário Diocesano	Maranhão	1752

Fonte: Costa, 2022, p. 80.

A educação no Brasil nesse período, em sentido nacional, consistia praticamente na educação católica, boa parte dela realizada pelos jesuítas. Essa hegemonia era resultado da estreita relação entre Igreja e Estado, formalizada pelo padroado, que permitia à Igreja interferir em assuntos educacionais, este sistema favoreceu uma base legal para o Estado ingerir-se em assuntos que eram concedidos à Igreja, no caso em questão, a educação (Moura, 2000). É possível ver a sistematização gradativa, geográfica e estratégica da própria Companhia de Jesus presente em várias partes da colônia. Além disso, a Companhia de Jesus, com sua rede educacional, preenchia uma lacuna importante na formação de quadros qualificados para a colônia.

A atuação dos jesuítas na educação brasileira se deu por três principais motivos. Primeiro, havia uma carência significativa de mão de obra qualificada para a atividade educacional. A falta de instituições educacionais na colônia criava um vácuo que os jesuítas estavam prontos a preencher. A Companhia de Jesus, sendo uma ordem com muitos membros academicamente qualificados, estava apta a atuar em nome da Igreja nessa missão. Inclusive, os próprios bispos solicitavam a presença dos jesuítas em suas dioceses para auxiliar nos seminários, cuja finalidade era formar novos padres. Além disso, a educação era vista como uma ferramenta fundamental para a catequização dos indígenas e para a formação de uma elite leal à Coroa portuguesa e à Igreja Católica.

Segundo, a política vigente, marcada pela intrínseca relação entre Igreja e Estado, facilitada pelo sistema de padroado, permitia esse avanço. Terceiro, os jesuítas aproveitaram a oportunidade e expandiram sua presença em terras brasileiras, criando praticamente uma vasta rede de atuação que abrangia quase toda a costa litorânea do Brasil, como podemos observar no mapa abaixo.

Figura 3: Presença educacional jesuíta⁴⁶ no Brasil colonial⁴⁷



Fonte: Figura elaborado pelo pesquisador (2024).

A presença da Companhia ao longo da costa brasileira estabeleceu uma extensa rede de comunicação e intercâmbio entre as regiões. A Companhia exerceu uma influência não só religiosa e cultural, mas também política. Luis Palacín afirma:

Assim, não só por seu peso numérico, mas, sobretudo, por sua distribuição e ocupação de todos os pontos nevralgicos, por sua coesão interna e pela continuidade de suas empresas, a Companhia de Jesus representa uma das presenças fundamentais para a formação da sociedade brasileira neste primeiro século da colonização. Sua influência foi principalmente, como é lógico, de caráter religioso e moral, de formação e cultura, mas teve também um alcance incalculável na ordem política. Numa costa tão extensa, com pouquíssima intercomunicação regional, com administrações locais quase

⁴⁶ No mapa apontamos a presença jesuíta apenas nos lugares onde haviam colégios ou seminários em consonância com a tabela n.1.

⁴⁷ <https://www.spfcpedia.com.br/mapas/brasil/imagens/mapa-brasil-1750.png>

autônomas, a Companhia representa mais que nenhuma outra instituição, a consciência unitária (Palacín, 1981, p. 243).

Com a chegada de Marquês de Pombal ao poder na segunda metade do século XVIII, as coisas mudaram drasticamente no que diz respeito ao monopólio educacional dos jesuítas no Brasil. As reformas pombalinas realizadas no reinado de Dom José I, iniciadas a partir de 1750, desejavam recuperar a economia através de uma concentração do poder real, modernizar a cultura portuguesa, reforçar o pacto colonial, fazendo de Portugal uma metrópole capitalista, aos moldes da Inglaterra, reestruturando sua política baseando-a nas ideias iluministas. Sendo assim, seria necessário um modelo educacional que correspondesse com esses novos princípios, preparando homens que fossem capazes de assumir postos de governo no Estado absolutista, cuja lógica centrava-se nas relações econômicas capitalistas.

Os jesuítas divergiam das ideias de Pombal sobre questões econômicas, especialmente no que diz respeito ao capital. A forma como os jesuítas, através da sua teologia moral, praticava e instruía as suas escolas sobre a relação de compra e venda não respondia às preocupações que Pombal tinha em Portugal. Pombal viu, portanto, que o campo da educação deveria ser o primeiro a ser abordado pelas novas ideias capitalistas/iluministas que a Coroa portuguesa abriria no futuro. Neste sentido, as práticas educativas dos jesuítas tornar-se-iam um obstáculo à unificação que Pombal procurou alcançar durante o reinado de D. José I (Costa, 2022).

Além desse motivo de ordem prática, podemos ver outra motivação que é estrutural, ao longo da permanência dos jesuítas no Brasil, a ordem religiosa estruturou-se e cresceu de tal modo, que de acordo com o Catálogo de 1757, havia 476 jesuítas na província do Brasil, sendo 243 sacerdotes, 132 escolásticos e 101 irmãos (Leite, 1945). Esses números evidenciam o crescimento da ordem, o seu caráter universal e a sua racionalidade prática por meio do seu método de estudo, *Ratio Studiorum*, e o trabalho de catequização por meio dos aldeamentos, contemplaram diversas áreas como pedagogia, arquitetura, espiritualidade, administração temporal, relações diplomáticas etc. O avanço e crescimento que a Companhia de Jesus obteve em suas diversas estruturas multifacetadas, quase que criou um Estado dentro de outro Estado, uma Igreja dentro de outra Igreja. Isso incomodou o poder temporal e espiritual, tornou-se ameaça tanto para a Coroa Portuguesa, como para a própria Igreja Católica, por isso, Pombal expulsou os

jesuítas do Brasil em 1759, isso também aconteceu em vários países da Europa. Além dos conflitos políticos que resultaram nessas expulsões políticas, o ponto alto se deu em 1773, quando a Companhia de Jesus foi supressa pelo Papa Clemente XIV⁴⁸, sendo restaurada somente 1814. No caso português:

A expulsão dos Jesuítas é o resultado de um complexo movimento ideológico, que sinaliza uma mudança de paradigma sócio-político-cultural que inclui religião e economia e é definidor das relações entre Estado Lusitano e Companhia de Jesus; e reforço na busca de consolidação de uma novidade na forma de ser do Estado, absolutista ilustrado, concebida sob a influência de Sebastião José de Carvalho e Melo (Marquês de Pombal), a qual implica na ruptura do modelo de ação missionária e educacional dos Jesuítas (Dias, 2017, p 23-24).

Marquês de Pombal defendia uma política econômica voltada para a nacionalização do sistema comercial luso-brasileiro, cujo foco era as relações políticas internacionais. Neste ponto, a Companhia de Jesus era um grande problema para Pombal, e o sendo deveria ser eliminada (Maxwell, 1996). A centralidade deveria ser do estado moderno e progressista, a educação necessitaria de ter uma base científica e isenta da tutela religiosa, por isso era necessário um novo sistema de educação pública que fosse dirigida pelo poder temporal.

No Estado português do século XVIII não havia espaço para o modelo educacional jesuítico, com seu caráter universalizante e para uma Ordem que agia de forma autônoma. A própria organização da Companhia de Jesus, dividida em Assistências, Províncias e Vice-Províncias, presentes em diferentes continentes e reinos, tendo uma hierarquia definida por uma obediência de todos os membros aos superiores provinciais e a um Superior Geral, com sede em Roma, contradizia o princípio básico da centralização e controle do despotismo esclarecido. Por isso, a extinção dos Jesuítas no século XVII foi inadiável (Dias, 2017, p. 198).

A sistematização da educação jesuítica por meio da *Ratio Studiorum*, e a rede educacional internacional e nacional liderada pelos filhos de Santo Inácio, mostrava sua independência na área do ensino e administração, bem como, os privilégios que tinham diante do Estado português. A partir da reforma pombalina essa liberdade de atuação passou a ser contestada, principalmente, entendida pelo prisma da política e economia (Dias, 2017).

A visão secular-iluminista de Pombal via na educação jesuítica o motivo que resultava no “atraso” português, sendo assim, essa ordem religiosa prejudicava todo

⁴⁸ O Papa Clemente XIV assinou e publicou o breve *Dominus ac Redemptor*, aos 21 de julho de 1773, abolindo a Companhia de Jesus. <https://www.vatican.va/content/clemens-xiv/it/documents/breve-dominus-ac-redemptor-21-luglio-1773.html> Acessado: 20/06/2024.

a Igreja, o Reino português e suas colônias, deste modo deveriam ser “eliminados” para o bem da nação. Portanto, conta a carta do rei D. José I, chancelada por Marques de Pombal, ordenando que se fizesse cumprir o desejo do Papa Clemente XIV após suprimir⁴⁹ e extinguir de todos os seus reinos a Companhia de Jesus, nessa ocasião a ordem religiosa contava com cerca de mais de 2 mil escravos, mais de vinte fazendas e um rebanho superior a 100 mil cabeças de gado, tudo isso confiscado pelo Ministro.

Dom José por Graça de Deus Rei de Portugal, e dos Algarves, daquém, e dalém Mar, em África Senhor de Guiné, e da Conquista, Navegação, e Comércio da Etiópia, Arábia, Pérsia, e da Índia, &c. aos Vassallos de todos os Estados de Meus Reinos, e Senhorios saúde. O Nosso Mui Santo Padre Clemente XIV, ora Presidente na Universal Igreja de Deus: tendo observado, examinado, e combinado ... não só todos os fatos concernentes á Fundação, ao progresso, e ao último estado da Companhia denominada de Jesus; em ordem à Igreja Universal, e às Monarquias, Soberanas, e Povos das quatro Partes do Mundo descoberto; mas também todas as revoluções, tumultos, e escândalos, que nelas causou a Sobredita Companhia; todos os remédios, com que não menos de vinte e quatro dos Romanos Pontífices seus Predecessores haviam procurado ocorrer aqueles grandes males ...sem outros efeitos, que não fossem os de se terem manifestado de dia em dia mais freqüentes as queixas, e os clamores contra a referida companhia; e os de se verem abortar os mesmos tempos, em diferentes Reinos, e Estados do Mundo, sedições, motins, discórdias, e escândalos perigosíssimos, que destruindo, e quase acabando de romper o vínculo da Caridade Cristã, inflamaram os ânimos dos fiéis nos espíritos de divisão, de ódio, e de inimizade; até chegarem a fazer-se tão urgentes os referidos insultos, e os perigos deles, que os Mesmos Monarcas, que mais se tinham distinguido na piedade, e na liberalidade hereditárias, em benefício da mesma Companhia, foram necessariamente constrangidos; não só a exterminarem todos os Sócios dela dos seus Reinos, Províncias, e Domínios, por ser este extremo remédio, o único, que as urgências igualmente extremas podiam já permiti-lhes para impedirem, que os Povos Cristãos dos seus respectivos Reinos, e Domínios se provocassem, ofendessem, e lacerassem uns aos outros dentro do seio da Santa Madre Igreja, e dentro nas suas mesmas Pátria... (D. José I, Rei de Portugal, 9 de Setembro de 1773)⁵⁰.

Palacín (1983) infere que o quadro de expulsão dos jesuítas também pode ser compreendido pelo viés mais amplo, em que os governos iluministas conspiravam contra a Igreja Católica, visando limitar sua autonomia e a colocá-la a total submissão ao Estado.

⁴⁹ Após a Supressão, a Companhia de Jesus pôde continuar atuando no Reino da Prússia graças a Frederico II, que não queria que seu império fosse privado do ensino jesuítico. Da mesma forma, na chamada “Rússia Branca”, a atuação dos jesuítas permaneceu possível devido ao apoio de Catarina II (Terra, 2014).

⁵⁰ Arquivo Nacional – Códice 794: Documentos sobre a extinção dos jesuítas.

http://historiacolonial.arquivonacional.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=3158:expulsao-dos-jesuistas&catid=2033&Itemid=215 Acessado: 6/10/23.

Não deixa de chamar a atenção uma crítica tão violenta e universal à Igreja de parte de um regime, que tinha na mesma Igreja um de seus principais pontos de sustentação. Este é com efeito, um dos pontos de estrangulamento do chamado despotismo esclarecido: pretender substituir a legitimidade tradicional, da qual a Igreja e a religiosidade existentes eram componentes essenciais, por uma legitimação da razão e da eficácia, mas sem admitir que fosse colocado em discussão o próprio regime (...). Tenta-se eliminar a reduzida autonomia, que ainda conservava a Igreja no regime do Padroado. E como as ordens religiosas, por não dependerem diretamente de promoção e ordenado do governo, tinham uma maior liberdade de movimento. Contra elas se dirigiam principalmente a campanha publicitária e as medidas repressivas (Palacín, 1983, p. 18).

Após a expulsão dos jesuítas do Brasil, todos os seus bens foram sequestrados, inclusive suas grandes propriedades colocadas à venda. Esses valores seriam utilizados diante do déficit da Coroa portuguesa, além disso, esta, “se beneficiou com a venda desses bens confiscados, ela eliminou as atividades econômicas dos jesuítas dentro do domínio do Estado português” (Dias, 2017, p. 197). Podemos ver duas motivações relevantes da expulsão dos jesuítas do Brasil, a primeira, educacional, diante da visão de mundo e do conteúdo ministrado através de seus colégios; segunda, econômico-financeira, a extinção da Companhia do Brasil possibilitava lucro para o governo português, por meio das suas propriedades, e era um “concorrente” a menos mercadologicamente falando.

De maneira prática, o governo português não conseguiu colocar em prática um sistema educacional que fosse suficiente, diante da saída dos jesuítas. Fernando de Azevedo (1964) afirmou, que nesse período no Brasil, a Coroa portuguesa não conseguiu implantar uma educação laica que fosse eficaz no ensino. O caminho encontrado diante do fechamento das escolas jesuítas, foi implantar o Alvará Régio de 28 de junho de 1759, que estabeleceu as aulas régias de Retórica, Filosofia, Grego e Latina, esse foi um esforço de tentar substituir as disciplinas oferecidas pelo sistema jesuítico, porém, essa metodologia não teve a capacidade de substituir um modo de ensino que se assemelhasse ao dos jesuítas. Um fato importante a ser considerado é que as aulas régias de certo modo se inspiraram na metodologia jesuítica ao elencarmos as disciplinas Retórica, Latim, Grego e Filosofia ambas compunham o cerne da *Ratio Studiorum*, mesmo que o governo português destituísse o sistema de ensino jesuítico, este foi norteador para o novo plano instituído, isto é, as aulas régias.

A partir de 1767, foi estabelecido por meio da Real Mesa Censória, o “subsídio literário”, uma espécie de imposto colonial para manter o ensino. Esse imposto visava

pagar os professores, comprar livros, montar bibliotecas e museus, aumentar o número de estabelecimentos de ensinos etc. (Carvalho, 1978).

Com a expulsão dos jesuítas de Portugal e de suas colônias, e depois com a supressão da Companhia de Jesus teremos um hiato da atuação dos jesuítas, pois não podiam mais agir como uma ordem religiosa no campo da educação. A ordem só foi restaurada em 1814 através da bula *Sollicitudo omnium ecclesiarum* do Papa Pio VII.

Desde modo, no Brasil o ensino superior católico continuou por outra via, através de estudos nos seminários e colégios de outras ordens religiosas, como, por exemplo, os franciscanos. Estes, criaram no Rio de Janeiro, no Convento Santo Antônio em 1776 dois cursos superiores, Filosofia e Teologia destinados à formação sacerdotal, mas também aberto aos leigos, estes cursos dos franciscanos eram considerados “uma universidade *in fieri*”, um curso com os moldes ampliados, semelhantes aos cursos de outras universidades latino-americanas. Esses cursos já seguiam as normativas da reforma pombalina, pautando-se nos cursos da Universidade de Coimbra. Outra iniciativa deu-se em Olinda, por meio do Seminário Episcopal Nossa Senhora das Graças, em 1798, sobe a liderança do bispo local, Dom José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho, que também abriu os cursos de Filosofia e Teologia, com a grade baseada na reforma pombalina, numa perspectiva mais atualizada (Costa, 2022). Não podemos esquecer, que mesmo com todas essas adaptações por parte da educação católica para se adequar as normas pombalinas, inclusive para poderem existir, os estatutos seguiam as orientações do Concílio de Trento, logo não combatiam a escolástica em prol das ideias iluministas. Com a chegada de Dona Maria I ao trono de Portugal, em 1777, ela sendo avessa as normas pombalinas, concedeu de certo modo, a retomada da influência da Igreja Católica, por meio da “viradeira”⁵¹, concedendo aos bispos católicos nomearem os professores de suas instituições católicas.

⁵¹ Viradeira é o nome dado ao período em que D. Maria I ascendeu ao poder em Portugal em 1777. Esse período permitiu uma certa retomada da alta nobreza sobre o Estado e a retomada da influência da Igreja Católica (Costa, 2022).

Na dimensão laica, com a chegada da Família Real no Brasil em 1808, e depois com a Proclamação da Independência em 1822, houve um esforço por meio do Estado de criar as academias militares com os cursos de Medicina e Cirurgia, e depois, as escolas Politécnica e de Engenharia – (1874-1877), assim como os cursos de Direito, é importante ressaltar que os dois primeiros cursos de direito foram instalados em instituições católicas, a saber, no Convento São Francisco em São Paulo e no Mosteiro de Olinda, ambos em 1828 (Fávero, 1980).

É perceptível que com o desencadeamento das ideias iluministas através da reforma pombalina, a deposição dos jesuítas e as novas estruturas estatais, fizeram com que Igreja Católica no Brasil já não tivesse mais a mesma força em algumas de suas atividades como antes, principalmente no campo educacional. As estruturas que antes estavam sob a gestão da Igreja, foram aos poucos sendo substituídas pelo Estado num viés secularizado. O processo de modernização instituiu uma separação das esferas sociais. Na esfera educacional foi compreendendo que o ensino deveria ser público e laico, sob responsabilidade do Estado, inclusive para satisfazer suas instâncias e fortalecer sua autoridade, em detrimento dos interesses comerciais e da burguesia mercantil emergente. Mas, não podemos desconsiderar, que mesmo durante o período imperial o catolicismo era religião de Estado, por isso, alguns elementos do espírito católico permeavam a educação estatal brasileira. O rompimento maior aconteceu após a Proclamação da República onde se firmou a proposta do ensino superior público e laico. Toda essa mudança fez com que a Igreja repensasse seu lugar de atuação e autoafirmação na sociedade, isso colaborará para sua tomada de decisão, em ter suas próprias universidades confessionais, como veremos a frente.

2.1.1 Os Jesuítas em Goiás e a sociedade colonial

A presença jesuítica em Goiás se deu em quatro momentos da história, primeiro: expedições missionárias pela região norte, ocorridas no século XVII (1653-1671); segundo: formação dos aldeamentos no século XVIII (1721-1759) para a catequização dos indígenas; terceiro: retorno a Goiás junto aos povos Apinajés no século XIX (1888-1891), com permanência breve; quarto: presença no século XX (1954-1979), com foco na educação superior católica, objeto da pesquisa, tema a ser

trabalhado na próxima seção. Nesta parte, focaremos nos primeiros momentos, apresentando uma síntese dos principais acontecimentos históricos relacionados à atuação da Companhia de Jesus em Goiás. Vale lembrar que, durante esses períodos, o foco dos jesuítas era trabalhar com os povos nativos.

O primeiro contato dos jesuítas em terras goianas se deu no final do século XVII, onde hoje é o atual estado do Tocantins. A presença e atuação desta ordem religiosa antecedeu inclusive o período de colonização estabelecida pelas bandeiras paulistas na exploração do ouro, que aconteceu na primeira metade do século XVIII. Assim relatou o pe. Aristides Greve:

Já pela segunda metade do século XVII começou a Companhia de Jesus a interessar-se pelo bem-estar da zona goiana. Era esta, então habitada exclusivamente por tribos de índios, uns da raça tupí, descendentes diretamente do tronco dos Tupinambás: os Chavantes, os Gês, os Acróas, os Apinagés, os Otogés e os Noroquagés; outros talvez não assim: os Caiapós, os Bororós e os Carajás (Notícias da Província do Brasil Central, 1956)⁵².

Na documentação histórica⁵³ acessada foi possível identificar cinco expedições dos jesuítas em Goiás. A primeira expedição aconteceu pelo rio Tocantins (1653-54), liderada pelo superior da vice província do Maranhão, pe. Antônio Vieira. Acompanhavam-no os padres Francisco Veloso, grande conhecedor da língua dos Tupinambás; Antônio Ribeiro e Manuel de Sousa. Em uma das cartas, pe. Antônio Vieira relata:

Marca o dia da partida “em dia de Santa Luzia (13/12), a uma hora da tarde”. Compõe-se afora de 16 canoas, um capital com oito oficiais, 200 índios de remo e arco, 40 cavaleiros e de gente de serviço até 60. Total: 300 pessoas, “para com eles penetrarmos os sertões e levarmos a Cristo por toda esta imensidade de terras e mares, que sem este primeiro fundamento será impossível” (Silva, 2006, p. 44-45).

A segunda missão de jesuítas saiu do Pará em 24 de junho de 1655, organizada pelos padres Francisco Veloso e Tomé Ribeiro. Entre 1658-59 houve uma terceira expedição liderada pelo pe. Manuel Nunes, superior do Pará, estudioso de línguas, acompanhado pelo irmão Simão Luís que veio a falecer durante a expedição. Tinham como finalidade catequizar os indígenas. A quarta entrada foi em 1668, uma

⁵² Notícias da Província do Brasil Central. Ano XXX, Julho, 1956. Arquivo da Província dos Jesuítas no Brasil, p. 46.

⁵³ Durante a pesquisa foi possível acessar os documentos históricos que trazem alguns relatos dos jesuítas em terras goianas no século XVII. Todas essas informações encontram-se no Arquivo da Província dos Jesuítas no Brasil.

expedição organizada pelo governo do Pará que tinha como capelão o pe. Gaspar Misch auxiliado pelo irmão João de Almeida. A quinta, do pe. Gonçalo de Veras e irmão Sebastião Teixeira aconteceu em 1671 pelo rio Araguaia, onde foram visitadas 17 nações indígenas. Percebemos que todas as expedições jesuíticas em território goiano se deram pela região norte, principalmente pela presença da Companhia de Jesus no Maranhão e Pará.

De acordo com o relato de Serafim Leite (1945) os jesuítas encontraram quatro dificuldades neste momento:

I- A fereza e inconstância dos Índios, ainda não enquadrados em núcleos populosos; II- As desinteligências dos brancos, naqueles confins, em que a autoridade se não podia estabelecer sem o concurso desses brancos desentendidos entre si. III- A situação precária dos jesuítas, que privados da autoridade temporal sobre os índios, se viam na contingência de trabalhar com funcionários leigos desavindos, com prejuízo de mútua coordenação dos trabalhos próprios dos próprios jesuítas entre si, por ser verem constrangidos a inclinar-se àqueles funcionários com quem mais conviviam, e quasi forçados a partilharem as suas desavenças mútuas, com risco de sua própria autoridade moral. IV- As epidemias dizimadoras que destruíam uma aldeia em pouco tempo, deixando improfícuos, e sem resultado visível, os gastos feitos nos aldeamentos (Leite, 1945, p. 204-205).

Nesse período havia uma forte relação entre o Estado Português e a Igreja Católica, que ficou conhecido como Padroado. O controle eclesiástico delegado à Coroa Portuguesa em seus territórios, deveria financiar as missões e o sustento dos missionários. Nesse sentido, os jesuítas deveriam catequizar os indígenas em nome da Igreja, sob o patrocínio do governo português.

A partir de 1725, com a descoberta do ouro das Minas de Goiás e o início do povoamento na região, a realidade começou a mudar. Vários arraiais foram surgindo, principalmente com o extrato da mineração. A datar de 1749, a região passou a se chamar província de Goiás⁵⁴, tendo como primeiro governador, D. Marcos de Noronha

⁵⁴ A província de Goyaz era uma das maiores do império brasileiro. Ao norte a província da Goyaz é separada do Pará por uma linha imaginária que se estendia desde a confluência do Tocantins e do Araguaia até a Serra de São Francisco e do Tocantins; tem por limites orientais esta mesma Serra e a do S. Francisco e da Parahyba que a separam esta de Minas Geraes, aquela, da mesma província e, além disso, de Pernambuco, de Piahy e de Maranhão; ao sul é limitada pelo Parahyba e o Rio Grando, além dos quaes se encontra uma pequena parte da província de Minas e a de S. Paulo, enfim, o lado do oeste, está separada da província de Matto-Grosso pelo Araguaia, que, no lugar em que o atravessa o caminho de Villa Boa a Cuyabá, tem, também, o nome de Rio Grande (Saint-Hilaire, 1937a, p. 287-288).

e Brito. Obteve um crescimento populacional heterogêneo em torno das minas, com pessoas vindas de diversas regiões.

Toda a riqueza extraída das minas era transportada para o reino. Da província de Goiás chegava até o litoral de São Paulo pelo caminho aberto em 1737 e conhecido como estrada do Anhangüera. De Vila Boa se estendia até as minas de Cuiabá. Essa importante via de comunicação foi o centro das atenções dos governantes da colônia e do reino por dois motivos: primeiro, para impedir o contrabando do ouro que, malgrado a enorme quantidade de leis, decretos, alvarás, cartas régias, etc., sempre existiu; segundo, devido às investidas dos Kayapós, inconformados com a invasão e posse de seu território. Assaltavam os arraiais e as caravanas (Revagnani, 1987, p. 112).

No que tange à organização e atuação da Igreja Católica nesta região, um fato marcante é a criação da Prelazia de Goiás pelo Papa Bento XIV, em seis de dezembro de 1745⁵⁵, através da bula papal "*Candor lucis aeternae*" sufragânea à Diocese de São Sebastião do Rio de Janeiro. Até 1759, quando os jesuítas foram expulsos do Brasil, eles estabeleceram três missões em terras goianas: Missão do Tocantins, Missão de Sant'Ana do Rio das Velhas e a Missão Francisco Xavier.

Os limites da primeira missão fundada em 1721 estavam entre os rios Tocantins e Araguaia. Ambos os rios foram os canais que possibilitaram os jesuítas chegarem a Goiás. Por isso ela recebeu o nome de missão do Tocantins. Esta estava sob a regência dos padres Manuel Mota e Jeronimo da Gama.

A Companhia de Jesus foi uma das primeiras ordens religiosas a estabelecer em terras goianas em nome da Igreja Católica. Logo, esse modo de agir marca de maneira histórica a presença e atuação do catolicismo em Goiás.

A missão de Sant'Ana do Rio das Velhas⁵⁶ dedicou-se à catequese dos índios Bororós e Caiapós. Foi capaz de fundar vários núcleos de aldeamentos em 1750,

⁵⁵ Até esse momento, Goiás dependia dos bispados do Rio de Janeiro e Pará, mesmo com a criação da Prelazia de Goiás, a realidade não foi alterada inicialmente. O primeiro bispo só foi nomeado em 1782. Desde essa data até 1822, Goiás não teve nenhum bispo. Os nomeados tinham morrido ou antes de partir, ou durante a viagem, e o último estava doente no Rio de Janeiro. O primeiro bispo a chegar em Goiás em 1824, foi dom Francisco Ferreira de Azevedo, o bispo cego, nomeado em 1822. (Saint-Hilaire, 1937a; Silva, 2006).

⁵⁶ Esta aldeia foi construída nos campos sobre uma collina, por cujo base corre um regato cujas águas se vão reunir ao Rio das Velhas; compõe-se de umas trinta casas, muito pequenas, quasi quadradas, e cobertas de sapé. Umas se dispersam sem ordem pela collina; outras marginam uma praça quadrangular de que um dos lados é formado pela igreja, que é muito pequena. As paredes das casas são construídas de barro vermelho escuro; mas de fachada revestida de um reboco feito com outra terra de um cinzento escuro (Saint-Hilaire, 1937b, p. 273).

como Sant'Ana, Pisarrão (Arraial Velho) e Rio das Pedras (Triângulo Mineiro- região que antes pertencia a Goiás). Os missionários que se dedicaram essa missão foram os padres José de Castilho, Manuel da Cruz e Francisco José.

A missão de São Francisco Xavier, fundada em 1750, dedicava-se a dois aldeamentos: "Formiga" com os índios Acroás e "do Duro" com os índios Xavantes, estavam responsáveis por essa missão os padres José Vieira, paulista, José Batista, José de Matos, Bento Soares e Francisco Tavares (Notícias da Província do Brasil Central, 1956). Além dessas, houve também a missão de Natividade, sob a liderança do pe. Castilho.

Os primeiros padres, nomeados para aquela gloriosa empresa, foram os Padres José de Castilho e Bento Soares, os quais ao cabo de dois meses de longa viagem, entre mil perigos, chegaram no dia 28 de Novembro de 1749 a Vila Boa de Goiás, capital da tôdas as Minas daquele vastíssimo continente, Dez dias antes tinha chegado o novo Governador e Capitão General D. Marcos de Noronha, Conde dos Arcos. Recebeu os dois Missionários com extraordinários sinais de amor e contentamento, misturados com o desgosto da fuga dos Índios, que se cuidava serem já meio domesticados, e agora, sob a direcção dos Jesuítas tornariam mais segura a vida dos mineiros; mas, por se querer combater com êles outros Índios, fugiram para os matos, ficando mais ferozes do que tinham sido antes (Leite, 1945, p. 206).

Os jesuítas chegaram a Goiás com muitas dificuldades, inclusive econômicas. Os custos da viagem, subsistência e sustento dos índios recém aldeados eram de obrigação do Estado, inclusive essa era a condição para que os missionários viessem para Goiás. A execução desse projeto não foi nada fácil, até mesmo porque havia divergências entre os administradores seculares e os religiosos. Diante da complexa relação entre Igreja e Estado, em muitos casos os religiosos não podiam impor sua autoridade se estivessem em desacordo com as autoridades seculares. Nessa situação, os jesuítas tinham que recuar. Inclusive, passaram por grandes crises financeiras no primeiro momento de sua chegada, quando o próprio poder público diminuiu as ajudas financeiras para a manutenção do trabalho missionário, querendo combatê-los.

Com a chegada de Dom Álvaro José Xavier Botelho de Távora, Conde de São Miguel em 1755, que sucedeu ao Conde dos Arcos, a situação se agravou. Por parte do governo, havia as "instruções secretas" que tendiam a combater a catequese ministrada pelos jesuítas (Leite, 1945). Nesta perspectiva, Alencastre (1864/5) infere que quando iniciou o processo de colonização em Goiás, a ordem de Santo Inácio estava no seu último período de existência, e a evangelização quase que

abandonada. Alguns aldeamentos chegaram a ter a presença e atuação dos missionários jesuítas, porém isso durou pouco tempo.

As instruções dadas ao Conde a 2 de agosto de 1754, traçando diretrizes gerais de seu governo, antecipavam, de fato, o que haveria de construir o primeiro passo de Pombal contra as missões dos jesuítas: As missões de districto de Goyaz, diziam, estão encarregadas aos Religiosos da Companhia de Jesus, e a eles incumbireis as aldeias que de novo se erigirem: declarando-lhes logo, que só nelas lhes pertence o governo espiritual, e ainda aquele necessário econômico para a criação dos índios, mas por nenhum momento o temporal, sobre o que darei a providência que for servido (Palacín, 1983, p. 11).

Essas orientações dadas ao Conde de São Miguel, demonstram o ponto de partida do governo de Pombal contra os jesuítas. O próprio Estado se valia dos missionários, porque desejavam aldear os índios do vasto sertão goiano. Inclusive para avançar no projeto de exploração mineral. Ao mesmo tempo, os jesuítas tinham a missão de catequizá-los, instruindo-os na Lei Evangélica com a finalidade de “salvar suas almas”. É importante ressaltar que o Estado desejava a atuação dos jesuítas nos aldeamentos, também com a finalidade de conter os índios que em muitos casos se rebelavam contra os colonos, diante da violência que sofriam.

Ainda restava, para vencer, um obstáculo, que se opunha ao aumento da população que era a fúria dos Caiapós da parte do Sul; e do norte os Chavantes, Acroás e Carcabas, que a cada passo faziam roubos, incêndios e morte ou por sua congénita ferocidade, ou em vingança dos primeiros sertanistas, que entraram nas suas Aldeias, cobriam os campos de cadáveres, conduzindo como em triunfo empacotadas as orelhas do grande número que tinham morto, que mostravam com prazer e com vanglória. Sua Majestade, D. João V tinha providenciado a este respeito, mandando empregar os meios da brandura, mandando se assistisse pelo rendimento dos dízimos aos Missionários da Companhia, que promovessem a sua civilização: tinha mandado que entre eles missionários, sem atenção alguma despesa, como se vê das Ordens Régias registradas nesta Provedoria (Sousa, 1872, p. 441).

É perceptível, que o ideal dessas ações era livrar a capitania dos índios não “civilizados” e ao mesmo tempo colocá-los sujeitos à autoridade do Estado e da Igreja. Cristianização e civilização consistiam na meta que convenceria os índios aos aldeamentos. O aldeamento foi o processo de organização dos indígenas em aldeias, com a finalidade inseri-los na sociedade civil. O objetivo era converter os mais velhos ao cristianismo e explorar sua mão de obra. Os índios eram retirados de suas aldeias e reunidos em aldeamentos, sendo forçados a se adaptar aos novos elementos culturais, sociais e religiosos dos colonos. De acordo com John Manuel Monteiro (1994) nos aldeamentos, os jesuítas procuraram oferecer uma solução articulada para

as situações de dominação e trabalho indígena. Logo, esse modelo jesuítico tornou-se um pilar de sustentação da política indigenista no Brasil colonial.

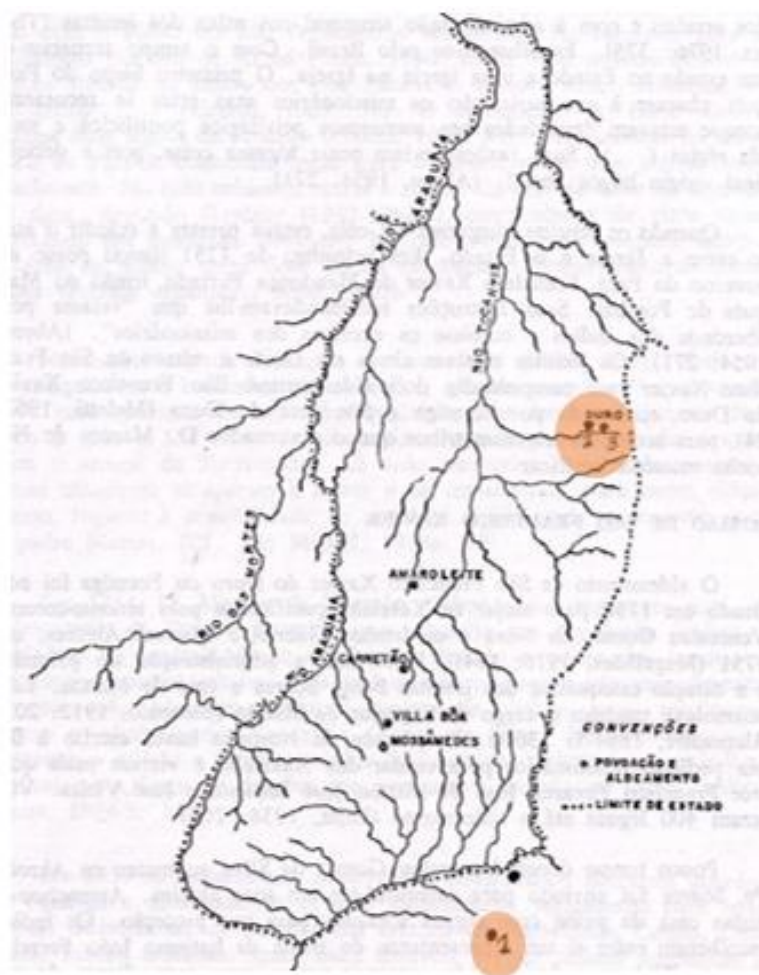
Segundo Mary Karasch (1992) as milícias locais, colonos e bandeiras procuravam fazer uma varredura em toda a Capitania de Goiás daqueles que eram considerados “feras”, além de escravizar suas mulheres e filhos. Por parte dos índios, houve muita resistência e fuga quando eram atacados e escravizados.

O Estado português tinha como finalidade financiar os aldeamentos jesuíticos em Goiás com o intuito de “domesticar” a população indígena a fim de tornar mais segura a vida dos mineiros para exploração econômica. Por outro lado, é interessante perceber que havia uma certa “sabotagem” por parte dos jesuítas ao sistema desejado pelo governo português. Os jesuítas tomaram como norma da missão separar dos colonos os catecúmenos que se preparavam para receber o batismo. A finalidade de não terem contato com os “erros” de matéria moral, e ao mesmo tempo, fossem doutrinados pela ética e moral cristã (Azevedo, 1976).

Por isso, os jesuítas escolhiam fazer seus aldeamentos distantes dos arraiais como podemos ver no mapa abaixo, com uma administração própria⁵⁷. Isso, ao longo da história foi se consolidando e depois entendido pelas autoridades temporais como uma ameaça ao poder vigente constituído. É importante ressaltar que os jesuítas nos aldeamentos são responsáveis pelo governo espiritual e temporal. Isto é, pela catequese e conversão dos índios, como também pela organização, administração, e repartição dos trabalhos indígenas, dos moradores e da própria Coroa.

⁵⁷ Ao longo da experiência, os jesuítas foram entendendo que havia a necessidade de separar os indígenas do colonizador para que houvesse um resultado útil. O objetivo era afeiçoá-los ao trabalho moderado, dar-lhes segurança pessoal e garantir economia independente (Abreu, 1954).

FIGURA 4: Aldeamentos oficiais goianos – Sec. XVII (I fase)



- 1- Santana do Rio das Velhas (atual Araguari)
- 2- São Francisco Xavier do Duro ou Formiga
- 3- São José do Duro ou Duro

Fonte: Ravagnani, 1987.

Em contraposição, Palacín (1983) afirma que existia uma campanha sistemática de propaganda ideológica contra os jesuítas com a finalidade do próprio Estado em preparar a opinião pública contra esses. O autor diz que havia um plano por parte de Pombal contra os jesuítas que se propagou por todo o reino português, chegando em Goiás.

De acordo com os relatos encontrados, é visível que a missão de evangelização com os índios não produziu grandes efeitos a nível pastoral. A violência e atrocidade por parte dos colonos contra a população indígena foi grande, inclusive resultando na sua dizimação. Inclusive, diante desses embates armados contra os indígenas, os jesuítas os escondiam em suas casas para protegê-los.

Era essa a intenção dos índios como represália, não contra a catequese religiosa, mas contra a violência dos soldados e do director civil, Venceslau Gomes da Silva, dizendo que até aí se viam governados suavemente por “padres” e agora eram devorados por “dragões”, aludindo aos soldados dêste nome. Nem a morte do padre seria martírio, nem os índios na realidade tinham agravos dos jesuítas para os incluírem na carnificina. A energia e resolução do P. José Vieira, a sua presença de espírito e habilidade, poupou-o e aos que se refugiaram na casa com êle. Raimundo José da Cunha Matos, vendo que “os índios cabeças foram executados”, comenta: “Melhor seria executar o Coronel Venceslau Gomes da Silva, director das aldeias e os seus companheiros que talvez foram os motores da sublevação, e por essa forma satisfaria aquêl Coronel as suas crueldades”. (Corografia Histórica da Província de Goiás, 1874).

Durante o governo do Conde dos Arcos, houve conflitos de jurisdição entre os jesuítas e o caçador de índios, tenente-coronel Venceslau Gomes da Silva. Os indígenas se colocavam ao lado dos sacerdotes diante das ameaças civis que pretendiam escravizá-los. Destaca-se na defesa dos índios os padres José Vieira e José Batista.

Essas rebeliões, acontecidas entre 1757 e 1759, foram entendidas como obra dos jesuítas. Até a primeira metade do século XVI, os jesuítas tinham plena autoridade e autonomia em seus aldeamentos. Depois dessa data, houve constantes intervenções por parte do Estado. Já em 1754, o Conde dos Arcos elaborou um regimento para os aldeamentos do Duro e Formiga que submetia toda a sua população ao controle do Estado, principalmente os indígenas, tirando a autonomia dos jesuítas, submetendo-os também a essas mesmas normas. Os padres se rebelaram contra essa normativa, o que resultou na motivação por parte do governo em culpar os jesuítas pelas rebeliões indígenas e, posteriormente, na saída dos jesuítas dessa missão.

Com o passar dos anos em Goiás, os jesuítas também constituíram patrimônio não ficando mais dependente do Estado para manter suas missões, eles possuíam fazendas e criação de gado.

Na Capitania de Goyaz, nas margens do Rio das Almas, Santa Theresa e Cana Braba, existiam seis fazendas com duas mil cabeças de gado, além de mil espalhadas por fora. Chamavam-se essas fazendas Recolhimento, Ortigas, Pindobeira, Gado Bravo, e a sexta, cujo nome não vem declarado nos papéis, que encontramos. N'essas fazendas existiam 17 escravos. Em letras e créditos por cobrar encontrou-se o valor de 7:450\$720. (Marques, 1870, p. 447).

Os jesuítas organizavam os indígenas em aldeamentos, onde realizavam trabalhos e eram mantidos pelos próprios jesuítas nas missões, enquanto eram

catequizados. Os padres enviados a Goiás, na sua maioria, eram de formação clássica. Mesmo quando não realizavam a educação formal, o seu modo de viver e testemunhar era também uma maneira de educar.

A forma de administração dos bens era sistemática e organizada. Saint-Hilaire (1936, p. 21) relatou: “Vi numa fazenda de Goyaz, onde se conservava a tradição, os methodos seguidos pelos Jesuítas para dirigir seus domínios rurais e duvido que existam no Brasil propriedades melhor administradas”. Além disso, os jesuítas prezavam pela dimensão acadêmica intelectual como apontamos na sessão anterior. Alguns dos que atuaram em Goiás também deram a sua contribuição científica:

Andava a recolher elementos para os seus trabalhos científicos, o cartógrafo, matemático e naturalista, P. Diogo Soares, quando faleceu nas “minas de Goiás” em janeiro de 1748. A ele e ao seu companheiro P. Domingos Capacci, igualmente ilustre, se deve o primeiro levantamento das Longitudes e Latitudes de grande parte do Brasil, incluindo Goiás” (Leite, 1945, p. 212).

Com a chegada de Marques de Pombal ao poder, o seu irmão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, tomou posse como governador do Pará em 1751. Isso contribuiu para que as medidas iluministas pombalinas acirrassem mais ainda a relação entre Igreja e Estado no Brasil durante esse período. A orientação dada por Francisco Xavier de Mendonça era de conceber mais liberdade aos indígenas e coibir os excessos dos missionários. Com o regimento promulgado por Marquês de Pombal em 1758, era reconhecida a liberdade dos indígenas. O decreto promulgava que seus bens fossem restituídos e dava preferência para ocupar cargos públicos aos mestiços de branco e índio, proibindo chamá-los de caboclo ou negra. Esse decreto-lei retirava dos missionários todo o poder temporal que tinham sobre os indígenas, que passariam a ocupar cargos locais em suas aldeias. A legislação criava o cargo de diretor dos índios, que deveria ser nomeado pelos governadores para cada cidade, com a finalidade de orientar os indígenas a obterem os costumes civilizatórios (Mellati, 1970).

Compreendemos que esse regimento não tinha como finalidade a promoção e libertação dos indígenas. Até mesmo, porque isso não aconteceu após sua promulgação. A finalidade primeira do decreto era afirmar a autoridade do Estado português diante da causa indígena, enfraquecer o poder dos jesuítas em suas missões e aldeamentos, com o objetivo de tirá-los desse encargo e transferir o protagonismo para o Estado e não para a Igreja. O Estado pretendia substituir o papel

dos jesuítas. Inclusive, eles foram proibidos de atender confissões e de fazer pregação onde estavam, sendo acusados de muitas ingerências em seus trabalhos em Goiás.

Seguiu-se um período de acusações, intrigas e delações. Aos missionários foram creditadas falhas, abusos de autoridade, desvio de verbas etc. O governador transmitiu ao rei essas informações. Os aldeamentos do Duro e Formiga eram citados como de má administração, onde se gastava em excesso e nada se conseguia em matéria de catequização. Em carta de D. João Manuel de Mello à corte, em 1760, se lê que os Akroá e Xakriabá viveram à custa da Fazenda Real e "nenhum deles quis aprender o ofício nem cultivar as terras. Os dois jesuítas a quem estava entregue a sua administração, em vez de os instruírem nos dogmas de nossa fé lhes davam ampla licença para continuarem nos costumes da sua antiga barbaridade. Conclui pedindo ao rei autorização para fazer-lhes a guerra ofensiva, expulsando-os para a região de onde haviam sido trazidos (Revagnani, 1987, p. 120).

O período mais consistente das missões jesuíticas em Goiás se deu entre 1749 e 1759, Baena (1870) afirma que esta era uma fase tardia, porque Marquês de Pombal já era o primeiro-ministro português e já trabalhava para que o Estado assumisse todo o poder e controle da causa indígena. O poder e a autonomia que os jesuítas alcançaram ao longo desse processo tornaram de certo modo, uma ameaça ao Estado. Por isso, era necessário a deposição dos filhos de Santo Inácio, para uma tomada de posse por parte do próprio Estado. É importante salientar que o relacionamento com os jesuítas e indígenas nos aldeamentos não se dava de maneira pacífica e fluída. Houve muita pressão ao longo desse processo, autoritarismo, intransigência, resistência, revolta etc.

No início da segunda metade do século XVIII, as relações entre o governo português e os jesuítas já não eram as melhores. É percebível na documentação que a própria política portuguesa visava o enfraquecimento da catequese jesuítica, bem como de culpar os próprios jesuítas da desordem vigente, diante da rebelião e perseguição aos indígenas. O cume desse enredo resultou na expulsão dos jesuítas de Portugal e de suas colônias.

O último objetivo desta propaganda ideológica dirigia-se, evidentemente, a preparar os sucessivos golpes contra a Companhia de Jesus: privação da direção das aldeias de índios na Amazônia (1755), e em todo o Brasil (1758), expulsão de Portugal e de todas as terras portuguesas (1759), expulsão de França e Espanha (1762 e 1767), extinção da Ordem (1773) (Palacín, 1983, p. 16).

Os jesuítas foram expulsos de Goiás, dentro do processo que resultou na própria supressão da Companhia de Jesus. Alguns dos jesuítas que aqui estavam foram presos e seus bens da Companhia de Jesus foram confiscados pelo estado.

Cabe, no entanto, a João Manoel de Melo (1759-1770) entre os governadores da capitania de Goiás, o maior inimigo dos filhos de Santo Inácio, o cumprimento sanguinário da carta régia de 19 de Janeiro de 1759, que expulsa os jesuítas do território goiano. Entre os muitos fatos com que a Providência houve por bem acrisolar a Companhia de Jesus no cadinho da perseguição, ressalta a inumanidade de como foi executado o confisco de seus bens, a expulsão e prisões vexatórias. Certo Padre Manoel da Silva e Padre Fidaldi, aos rogos de seus índios, procuram meios de permanecer entre as suas ovelhas. São presos, punidos eclesiasticamente pelo bispo do Pará, o qual além de acusá-los, dirige-se ao bispo do Maranhão para idêntico procedimento. Remete-os enfim o governo João Manoel de Melo, para Lisboa (Silva, 2006, p. 50).

A expulsão dos jesuítas em Goiás aconteceu em 1759, depois da rebelião indígena no Duro⁵⁸. Os indígenas foram contidos e os padres foram acorrentados e trazidos para Vila Boa de Goiás e deportados para o Rio de Janeiro. Com isso, a administração das aldeias que estava sob sua jurisdição foi entregue a outros sacerdotes que não tinham o mesmo interesse para tal missão. Com isso, os aldeamentos foram enfraquecendo e se findando. Sem a presença dos jesuítas os aldeamentos de São Francisco Xavier, Duro e Formiga não resistiram, tornaram-se despovoados e acabaram.

Na visão de Michel de Certeau (2023) o processo de colonização do “novo mundo” levantou um problema fundamental para o Ocidente, porque quebrou a segurança e a homogeneidade com o passado. Os novos povos encontrados não tinham referência alguma do cristianismo, e de costumes que não se assemelhavam em nada com a tradição europeia, com uma geografia própria. “Como compreender essa realidade surpreendente que fazia irrupção já não sob a modalidade de um passado outro, mas sob o modo de um presente outro?”, o autor continua, “de fato, a alteração produzida no presente pela emergência de um novo mundo, tumultuava, também, a tradição, além de rejeitar uma parcela dessa tradição que se tornara um passado” (2023, p. 169).

O próprio autor nos provoca a abrir os horizontes de reflexão para entendermos esses acontecimentos num viés mais ampliado, que não se reduza apenas na relação de dominação. Devemos questionar, por exemplo, sobre o impacto que os nativos causaram nas tradições e práticas religiosas dos sacerdotes europeus,

⁵⁸ Este acontecimento foi bem relatado pelo escritor goiano Bernardo Élis (1988), no romance “O Tronco”.

que foram vendo a existência de outras práticas e experiências que extrapolavam sua concepção de mundo já pré-moldada. A reflexão de Certeau abre novas perspectivas para ambos os lados neste “encontro de estranhos”. Rompendo com a visão unilateral de dominação, ele provoca-nos a pensar o impacto que cada tradição teve sobre a outra.

A presença dos indígenas também influenciou os jesuítas, incorporando elementos de suas crenças e práticas nos costumes religiosos. Esse intercâmbio resultou num processo de hibridização cultural entre os jesuítas e os indígenas, uma troca cultural complexa que possibilitou novas formas de expressão cultural e religiosa. No entanto, também houve conflitos e tensões entre os diversos grupos, cada qual defendendo suas práticas e crenças. O hibridismo aqui,

Não se refere a indivíduos híbridos, que podem ser contrastados com os “tradicionais” e “modernos” como sujeitos plenamente formados. Trata-se de um processo de tradução cultural, agonístico uma vez que nunca se completa, mas que permanece em sua indecidibilidade (Hall, 2003, p. 74).

Vimos que em Goiás o processo evangelizador dos jesuítas não produziu tantos frutos como desejavam, a submissão dos índios, mas ao mesmo tempo a sua resistência fez que com o processo fosse híbrido. Stuart Hall (2000) chama isso de tradução cultural, o processo de negociação entre antigas e novas matrizes culturais, experimentado por pessoas que migraram de sua terra natal. Elas se deparam com uma cultura que não as assimila por completo, ao mesmo tempo em que não perdem totalmente suas identidades originais. No entanto, são desafiadas a dialogar constantemente entre essas duas realidades.

Não é simplesmente apropriação ou adaptação; é um processo através do qual se demanda das culturas uma revisão de seus próprios sistemas de referência, normas e valores, pelo distanciamento de suas regras habituais ou “inerentes” de transformação. Ambivalência e antagonismo acompanham cada ato de tradução cultural, pois o negociar com a “diferença do outro” revela uma insuficiência radical de nossos próprios sistemas de significado e significação (Bhabha, 1997 *apud* Hall, 2003, p. 75).

Os relatos do passado contados sob a ótica dos padres jesuítas ou dos próprios colonizadores no impõe um desafio, que é de compreender essa realidade apenas por meio dessa lente. Esse lugar de fala nos aponta uma provocação de compreensão do passado. Como foi elucidado ao longo dessa seção, boa parte da documentação acessada é aquela oferecida pela própria Companhia de Jesus. A voz que encontramos dos indígenas é a voz dos relatos jesuíticos. Deste modo, ainda

permanecerão muitas lacunas abertas na compreensão desse passado histórico. Além disso, precisaremos de uma construção histórica que seja intercultural.

Após a supressão da Companhia de Jesus há um hiato da história do jesuitismo no Brasil, somente a partir da Restauração da própria Companhia, que os jesuítas retornaram ao Brasil a partir de 1814, restabelecendo novamente a sua atuação missionária em terras brasileiras. A terceira fase de presença em Goiás será muito breve, aproximadamente três anos como veremos a seguir.

O Papa Leão XII, através da bula *Sollicita Catholici gregis cura*, de 15 de julho de 1826, elevou a prelazia de Goiás à condição de diocese. O seu quinto bispo, Dom Cláudio José Gonçalves Ponce de Leão (1881-1890), após sua segunda visita pastoral as todas freguesias e povoados do extremo norte da província, em uma viagem que durou seis meses, de abril a outubro de 1883 (SILVA, 2006), viu a extrema necessidade dessa região de sua diocese, principalmente o local onde estavam os índios Apinajés, na aldeia de Folha Larga, junto a Boa Vista do Tocantins (Tocantinópolis) como podemos ver no mapa abaixo. Diante da escassez de vocações sacerdotais, o bispo convidou os jesuítas para voltarem a Goiás com a finalidade de assumir essa missão com os índios. É importante ressaltar que, os jesuítas já haviam estado com os índios Apinajés na primeira metade do século XVII:

Os primeiros civilizados a alcançar essas alturas foram os jesuítas PP. Antônio Vieira, Francisco Velloso, Antônio Ribeiro e Manoel Nunes, que entre 1633 e 1658 empreenderam quatro entradas, Tocantins acima, a fim de descerem índios para as aldeias do Pará. Já na primeira dessas viagens, passaram além da boca do Araguaia. A entrada do P. Manoel, realizada com 450 índios das missões e 45 soldados, no ano de 1658, foi além de 6º latitude sul, portanto, precisamente, até o território dos Apinayé (Nimuendajú, 1983, p. 1).

Figura 6: Pe. Tuveri, Pe. Servanzi e Ir. Pedro (1888-1891)



Fonte: Arquivo da Província dos Jesuítas no Brasil.

Após a supressão, a Companhia de Jesus se enfraqueceu. Quando a ordem religiosa foi restituída, os jesuítas já não tinham a mesma força que outrora, nem mesmo abundância de vocações para o apostolado como vimos em tempos passados. Devido as dificuldades locais, os jesuítas permaneceram apenas três anos e depois fecharam essa missão. Devido o curto tempo de atuação e a escassez de informações documentais, não foi possível encontrar maiores detalhes dessa atuação jesuítica junto aos Apinajés no norte goiano.

2.2 A Universidade Católica do Rio de Janeiro e atuação dos padres jesuítas

Os jesuítas retornaram ao Brasil no século XIX, depois de sua restauração em 1814, a partir de 1841⁵⁹ focaram suas ações nas instituições educativas,

⁵⁹ Juridicamente os jesuítas ficaram assim estruturados: I- O Brasil como Missão dos padres jesuítas espanhóis, incorporada à Missão ou Vice-Província da Argentina, Uruguai e Chile (1841-1862). II- O Brasil como Missão dos padres da Província Romana, separada da Vice-Província Argentina (1862-1869). III- O Brasil dividido em duas Missões (1869-1911): Missão da Província Germânia, no Rio Grande do Sul; Missão da Província Romana nos outros Estados brasileiros. IV- O Brasil dividido em 3 Missões (1911-1925): Missão Meridional (Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná) confiada aos

principalmente fundando vários colégios⁶⁰. A Companhia de Jesus organizou as missões brasileiras com missionários que vinham de vários países da Europa, como Espanha, Itália, Portugal e Alemanha⁶¹. Neste período a ordem religiosa apostou fortemente em sua atuação na educação superior, fundando universidades em vários países europeus como Espanha, França e Itália, diante do avanço do secularismo e laicização na Europa, a Companhia de Jesus foi um braço forte da Igreja Católica em sua autoafirmação por meio de um projeto de educação católica, já não mais só para a educação básica, mas também para a educação superior. Eles desejavam resgatar o espírito missionário educativo, a partir de agora, com a finalidade de uma educação que formasse “uma elite letrada e católica militante” (Cavalcante, 2020, p. 21).

Com a Proclamação da República no Brasil em 1889, as relações entre Igreja e Estado foram alteradas, principalmente, porque a partir desse momento a Igreja não gozaria do mesmo prestígio e força que o obtinha em períodos passados. A visão republicana era de um Estado liberal e laico que não deveria permanecer sob da tutela da religião. O catolicismo deixou de ser a religião oficial, pois deveria prevalecer o Estado laico que prezasse pela liberdade de culto; a vida social não deveria ser orientada por normas orientadas por uma religião (Hervieu-Léger, 2008). Com isso houve uma vasta agenda do regime republicano para laicizar o Estado, principalmente por separar as deliberações legais da religião, sendo assim, era necessário separar os atos civis dos atos religiosos, bem como, fiscalizar o patrimônio da Igreja (De Sousa, 2018). O modo de conduzir a sociedade e os valores a prevalecerem deveriam ser os laicos. A dimensão religiosa deveria pertencer à esfera privada.

O período denominado “era das revoluções” (Hobsbawm, 1996), foi um período marcado pela difusão de ideias revolucionárias que abalaram as estruturas

padres da Província Germânica; Missão Central (Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo e Goiás) confiada aos padres da Província Romana; Missão Setentrional (Norte e Nordeste do Brasil) confiada aos padres portugueses da Província Lusitana (Madureira, 1929, p. 666).

⁶⁰ 1867- Colégios São Francisco Xavier e São Luiz em São Paulo; 1870- Ginásio da Conceição em São Leopoldo, este em 1913 tornou-se Seminário Provincial; 1886- Colégio Anchieta em Nova Friburgo; 1893- Externato e Semi-Internato Santo Inácio no Rio de Janeiro; 1890- Ginásio Anchieta de Porto Alegre; 1895- Ginásio Gonzaga em Pelotas; 1899- Colégio do Sagrado Coração no Rio Grande.

⁶¹ O padre geral Pedro Bechx confiou aos missionários jesuítas italianos da Província Romana a Missão do Brasil. Nos últimos dias de 1860 chegavam no Brasil os primeiros jesuítas italianos. Começaram seu trabalho em Porto Alegre. Em 1861 assumiram o Seminário. E também tinham sido enviados ao Brasil jesuítas alemães que davam atendimento às colônias alemãs no Sul do Brasil. Assim até o ano de 1866 ficou com estes jesuítas o padre Cabeza, traço de união entre os padres espanhóis fundadores e os novos padres operários, alemães e italianos da Missão Brasileira (Pérez, 1901, p. 598).

sociais e políticas da Europa e de outras partes do mundo. Inspirados pela Revolução Francesa, pelos ideais de liberdade, igualdade, fraternidade e soberania popular, fizeram muitas revoluções e guerras: Revoluções liberais de 1830 e 1848, guerras de independência na América Latina, movimentos operários etc., esse não foi um período homogêneo, houve vários conflitos. Esse movimento chegou na América Latina mobilizando as revoluções anticoloniais e movimentos de independência às colônias.

Diante de todas essas mudanças houve uma deslegitimação da religião, que não ocuparia mais o mesmo espaço de poder, não tendo a mesma autoridade, inclusive, podendo ser questionada. O espírito laico visava “a libertação do homem moderno da tutela da religião” (Berger 2011, p. 118). Todos esses acontecimentos são derivados da mudança de mentalidade, oriundos das ideias iluministas e pós-revolucionárias. É importante ressaltar que com o avanço das ciências sociais e naturais, a partir do século XIX as universidades na Europa passaram por um processo de reforma, evidenciando a necessidade e aprimoramento da docência e investigação científica.

O início da República marcou profundamente as relações entre Igreja e Estado; sendo assim, a própria Igreja Católica reagiu contrariamente as essas mudanças.

Esta Iglesia Latinoamericana sufrió a lo largo del siglo XIX una crisis de marginación, de desvinculación de la catolicidad, de bloqueo de su acción pastoral, producida por la fragmentación política subsiguiente a la emancipación, por la hostilidad de los gobiernos liberales y masónicos, por su propia debilidad institucional y por la interna incomunicación, que impedía una circulación efectiva de las mutuas riquezas espirituales de unas Iglesias con otras. Todo lo cual, no obstante, nuestra Iglesia dio pruebas de heroica fortaleza frente a la persecución sistemática, al despojo de sus bienes, al desconocimiento, de sus derechos, a la rapiña de sus recursos decretada por regímenes adversos y a la soledad de sus Obispos y de su clero cada vez menos numeroso. La acompañó, eso sí, su resuelta unión con el Papa y la valiente solidaridad del Vicario de Cristo, que abrazó y defendió a esta inmensa porción de la Iglesia universal (*Pontificia Commissio pro America Latina*, 1999, p. 23)⁶².

⁶² Esta Igreja latino-americana sofreu, ao longo do século XIX, uma crise de marginalização, de desvinculação da catolicidade e de bloqueio de sua ação pastoral, causada pela fragmentação política subsequente à emancipação, pela hostilidade dos governos liberais e maçônicos, por sua própria fragilidade institucional e pela falta de comunicação interna, que impedia a circulação efetiva das riquezas espirituais entre as diferentes Igrejas. Apesar disso, nossa Igreja demonstrou uma força heroica diante da perseguição sistemática, do confisco de seus bens, da negação de seus direitos, da pilhagem de seus recursos decretada por regimes adversos e da solidão de seus bispos e de seu clero, cada vez menos numeroso. Acompanhou-a, no entanto, sua firme união com o Papa e a corajosa

A vida republicana de certo modo, deslegitimou a Igreja como detentora de uma verdade plena que regia a vida das pessoas e instituições, além de diminuir sua influência na vida política-pública, da sua autoridade na vida cotidiana das pessoas, e seu prestígio. Com todas essas mudanças a educação seria uma peça de fundamental importância a ser alcançada, o que também acontecia em outras colônias americanas recém independentes. O estado republicano-laico exigia que a educação deveria ser conduzida por valores seculares e cívicos e não mais religiosos.

O Papa Leão XIII convocou o Concílio Plenário Latino-Americano em 1898, com a finalidade de propor uma reorganização da Igreja Católica na América Latina em comunhão com o Bispo de Roma. No documento final deste concílio há uma parte dedicada a educação católica, onde os bispos ressaltavam que a América Latina era católica, sendo assim, a educação que deveria prevalecer, deveria ser a católica. Além disso, o próprio Concílio motivou os bispos a fundar escolas católicas e que em cada república latina tivesse sua universidade católica.

Sería de desearse que cada república o comarca de la América latina tuviera su Universidad verdaderamente católica, que fuera centro de las ciencias, de las letras y de las buenas artes. Aunque este fin no pueda lograrse inmediatamente en todas partes, hay por lo menos que preparar el camino y buscar los medios de alcanzarlo. Ante todo hay que procurar con empeño que se multipliquen los establecimientos inferiores, y se perfeccionen con la severa disciplina religiosa y moral, la profundidad y extensión de la enseñanza, y la aptitud y pericia de los maestros. Porque en balde se erigirán universidades, si no hay a la mano competentes profesores y buenos discípulos. Además, las Universidades que ya existen, deben reglamentarse y dirigirse conforme a las reiteradas promesas hechas a la Sede Apostólica por los gobiernos en los concordatos. Entretanto, conviene que los varones doctos en las diversas ciencias, se adunen en asociaciones libres, y con folletos, libros, periódicos y congresos científicos, con la doctrina de varones eminentes y el arreglo y aumento de bibliotecas y archivos, preparen mejores tiempos para la Iglesia y la sociedad (*Pontificia Commissio pro America Latina*, 1999, p. 395)⁶³.

solidariedade do Vigário de Cristo, que abraçou e defendeu essa imensa porção da Igreja universal (tradução nossa).

⁶³ Seria desejável que cada república ou região da América Latina tivesse sua própria universidade verdadeiramente católica, que servisse como centro das ciências, das letras e das belas artes. Embora esse objetivo não possa ser alcançado de imediato em todos os lugares, é necessário, ao menos, preparar o caminho e buscar os meios para atingi-lo. Antes de tudo, deve-se empenhar em multiplicar os estabelecimentos de ensino inferior e aprimorá-los por meio de uma rigorosa disciplina religiosa e moral, da profundidade e abrangência do ensino, bem como da competência e habilidade dos professores. Pois, de nada adiantará erguer universidades se não houver à disposição professores qualificados e bons alunos. Além disso, as universidades já existentes devem ser regulamentadas e administradas em conformidade com as reiteradas promessas feitas pelos governos à Sé Apostólica nos concordatos. Enquanto isso, é conveniente que estudiosos das diversas ciências se unam em associações livres e, por meio de folhetos, livros, periódicos e congressos científicos, com a doutrina

Perante todas essas mudanças, a Igreja Católica no Brasil se organizou através de um processo que ficou conhecido como “restauração católica”, com a finalidade de colocar em prática todas essas iniciativas do episcopado latino-americano, principalmente utilizando a educação como via de formação para os leigos nos princípios e valores cristãos.

Os jesuítas foram muito importantes dentro desse processo em que Igreja Católica no Brasil visava investir na formação e instrução dos leigos, principalmente pela experiência e competência que tinham adquirido ao longo da história. Em 1900, o padre jesuíta Bartolomeu Taddei, promoveu na Bahia, o primeiro Congresso Católico Brasileiro, onde os congressistas votaram em favor de um projeto para a fundação de uma Universidade Católica no Brasil, na perspectiva que o episcopado latino-americano já apontava desde o seu Concílio Plenário.

As primeiras décadas do século XX foram marcadas por diversos acontecimentos: a abolição da escravidão, a imigração europeia por motivos econômicos e políticos, levantes populares, entre outros. Esses eventos estavam inseridos no processo de modernização do Brasil, especialmente diante do avanço da urbanização e das mudanças socioeconômicas impulsionadas pela industrialização. Esse movimento demandava uma renovação cultural, e o ideal modernizador passava essencialmente pelo campo da educação.

Dessa forma, a educação superior ocupava um lugar central nos debates científicos e acadêmicos. A criação de universidades deveria se tornar uma prioridade, pois elas seriam espaços para o desenvolvimento das ciências e da pesquisa, além da formação profissional. Esse era o pano de fundo que permeava as transformações desse período.

O grande expoente da restauração católica no Brasil foi Dom Sebastião Leme (1822-1942), primeiramente bispo de Olinda (1916-1921), e depois cardeal arcebispo

do Rio de Janeiro (1930-1942)⁶⁴. Dom Leme⁶⁵ dizia que o Brasil no início do século XX sendo um país com uma população massivamente católica, não exercia de fato sua fé de maneira autêntica e ofensiva para influenciar na construção e formação da sociedade brasileira, por isso, era necessário investir na formação e instrução dos leigos, para que por meio deles, a Igreja Católica pudesse ocupar os lugares de poder e cumprir sua missão junto a sociedade (Costa, 2022). A educação e a instrução seriam o remédio para sanar os males sociais e culturais, na visão do bispo, sua finalidade era “recristianizar” os leigos pela via da educação.

Diante desse objetivo, a Igreja Católica no Brasil investiu fortemente na fundação de escolas católicas, lutou para instituir o ensino religioso nas escolas públicas e, ao mesmo tempo, iniciou a articulação interna para a fundação das primeiras faculdades católicas, resultando posteriormente na fundação de uma universidade católica. O desejo do episcopado brasileiro era investir na instrução religiosa dos leigos baseada nos valores e princípios cristãos-católicos, essa era a meta da restauração católica brasileira.

Para converter os católicos em força influente nos destinos da nação e, simultaneamente, salvaguardar a nacionalidade. D. Leme proclama a necessidade de um revigoramento de laços entre os leigos e a hierarquia eclesiástica para que juntos, ainda que sob uma estrita subordinação dos primeiros aos comandos da cúpula eclesiástica, desferissem a ação católica. Propondo uma política de “saneamento dos saneadores”, a cooptação de intelectuais é sugerida como a estratégia básica para a irradiação da ampla obra de apostolado. Destacada como elemento de vanguarda do movimento de reação, a intelectualidade teria como tarefa combater as bases agnósticas e laicistas do regime, disseminando a doutrina cristã pela sociedade e suas instituições. Assim, contrariando o plano de Júlio Maria que determinava a recatolicização do país por meio de uma aliança entre Igreja e povo, a pastoral propõe que o mesmo objetivo seja alcançado de “cima para baixo” - isto é, consolidando o conluio da Igreja com a elite, sobretudo a intelectual (Salem, 1982, p. 102-103).

Com a chegada de Dom Leme no Rio de Janeiro, em 1921, essas iniciativas tomaram força, principalmente com a criação do Centro Dom Vital em 1922 com o desejo de orientar a formação intelectual dos católicos nesse processo de

⁶⁴ Entre 1921 a 1929- Dom Sebastião Leme foi bispo coadjutor no Rio de Janeiro, só em 1930 que assumiu a missão de arcebispo.

⁶⁵ Dom Sebastião Leme foi nomeado Arcebispo de Olinda em 1916, nesta ocasião escreveu uma Carta Pastoral de saudação aos seus diocesanos, esta, tornou-se um marco doutrinário na história da Igreja no Brasil, por marcar o anúncio do movimento da Restauração Católica no país. Ele apontava a temática da ignorância religiosa, dando como indicação prática a instrução religiosa (Casali, 1995).

“recristianização” do estado e da sociedade como um todo. “O Centro Dom Vital foi o grande disseminador dos ideais que Dom Leme defendia para o Catolicismo brasileiro” (Costa, 2022, p. 92).

Com a Revolução de 1930 e a chegada de Getúlio Vargas ao poder, foi criado o Ministério da Educação e Saúde, tendo Francisco Campos como seu primeiro-ministro. Ainda no mesmo ano, foi publicada uma lei que delineava o modelo de universidade no Brasil. Essa legislação ficou conhecida como a “Reforma Francisco Campos”, em referência ao ministro que a promulgou.

Esta reforma estabelecia que o ensino superior deveria ser ministrado na universidade, a partir da criação de uma faculdade de Educação, Ciências e Letras. No que diz respeito à organização do sistema, a reforma previa duas modalidades de ensino superior: o sistema universitário (oficial, mantido pelo governo federal ou estadual, ou livre, mantido por particulares) e o instituto isolado. A administração central da universidade caberia ao conselho universitário e ao reitor, que passava a ser escolhido a partir de uma lista tríplice, medida que vigora até hoje. A reforma estabelecia também como deveria ser composto o corpo docente (catedráticos e auxiliares de ensino, submetidos a concursos, títulos e provas) e dispunha ainda sobre questões como ensino pago, diretório de estudantes etc (Sampaio, 1991, p. 10).

A reforma educacional de Francisco Campos reorganizou todo o sistema da educação no Brasil, no início do Estado Novo⁶⁶ conduzido por Getúlio Vargas. Esta reforma abrangeu todos os níveis do ensino e estabeleceu os critérios para a abertura de uma universidade. Inclusive possibilitando a iniciativa privada para constituição de estabelecimentos próprios da educação superior no Brasil, estando sob a supervisão do governo federal.

A elaboração da reforma foi marcada por uma intensa disputa por hegemonia em relação à educação, em especial em relação ao ensino superior, que então se travava entre as elites católicas conservadoras e intelectuais liberais. A Igreja, de fato, sempre tentara estabelecer no Brasil uma hegemonia sobre o ensino superior, semelhante à que lograra impor em muitos países católicos. O que reivindicava, portanto, era que o Governo Federal atribuísse à Igreja a tarefa de organizar, com fundos públicos, a primeira universidade brasileira, em troca do apoio político ao novo regime. A Igreja obteve, de fato, diversas concessões no campo educacional, particularmente a introdução do ensino religioso nas escolas públicas, mesmo

⁶⁶ O Estado Novo — regime autoritário implantado com o golpe de novembro de 1937, Getúlio Vargas consolidou propostas em pauta desde outubro de 1930, quando, pelas armas, assumiu a presidência da República. Vargas apresentou à Nação nova carta constitucional, baseada na centralização política, no intervencionismo estatal e num modelo antiliberal de organização da sociedade. Com a implantação do Estado Novo, Vargas cercou-se de poderes excepcionais. As liberdades civis foram suspensas, o Parlamento dissolvido, os partidos políticos extintos. O comunismo transformou-se no inimigo público número um do regime, e a repressão policial instalou-se por toda parte. Promotor da industrialização e interventor nas diversas esferas da vida social, o Estado voltou-se para a consolidação de uma indústria de base e passou a ser o agente fundamental da modernização econômica (Pandolfi, 1999, p. 9-10).

que de caráter facultativo. Entretanto, apesar da forte influência que exerceu na organização da Universidade do Rio de Janeiro, não logrou o que pretendia, que era o direcionamento do financiamento público para as instituições confessionais. A oposição dos intelectuais liberais foi muito forte e a própria tradição brasileira, tanto a monárquica quanto a republicana, tinha sido diferente, com a predominância de uma concepção de ensino público não confessional, de inspiração francesa. As instituições confessionais, que haviam se multiplicado no período republicano, continuaram a constituir um setor do ensino privado. Vê-se, portanto, que a oposição entre ensino público e privado, em sua origem, estava fortemente permeada pela oposição público – confessional (Durham, 2003, p. 6).

Este período é marcado pelas disputas hegemônicas no campo da educação entre as elites laicas e católicas, especialmente na área do ensino superior. Se a primeira fase da República foi marcada por um grande distanciamento entre Igreja e Estado, a segunda fase já nos mostra uma certa aproximação política entre Getúlio Vargas e a Igreja Católica. O pe. Leonel Franca, jesuíta, foi uma peça de fundamental importância para essa aproximação, ele e Getúlio Vargas eram gaúchos e tinham certa proximidade, a competência política dos jesuítas favoreceu essas mediações para que a Igreja avançasse no seu projeto educacional.

É importante ressaltar que em meio a esse movimento, ocorreu em 1932, o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, com a finalidade de propor uma educação que dialogasse com os ideais liberais, promovendo um sistema de ensino público, laico e estatal que pudesse superar as desigualdades sociais. Nesse movimento destacam-se alguns signatários: Fernando de Azevedo, Anísio Teixeira, Cecília Meireles, Armanda Álvaro, Francisco Campos entre outros.

O movimento da Escola Nova desejava uma renovação educacional a partir de uma adequação as transformações em curso, principalmente na área das ciências e tecnologia, com a finalidade de sua aplicação no cotidiano, por isso, a escola seria um espaço de fundamental importância no processo de modernização que estava em curso:

Escola socializada, reconstituída sobre a base da atividade e da produção, em que se considera o trabalho como a melhor maneira de estudar a realidade em geral (aquisição ativa da cultura) e a melhor maneira de estudar o trabalho em si mesmo, como fundamento da sociedade humana, se organizou para remontar a corrente e restabelecer, entre os homens, o espírito de disciplina, solidariedade e cooperação, por uma profunda obra social que ultrapassa largamente o quadro estreito dos interesses de classes (Azevedo, 2010, p. 41).

A proposta do Manifesto era defender o princípio da laicidade e da nacionalização do ensino, principalmente criar um programa de política educacional

que contemplasse as diversas facetas nacionais como, a educação popular, reestruturação do ensino secundário, técnico e profissional, incentivar a criação de universidades e institutos de pesquisas, entre outros. Os pioneiros almejavam uma educação laica e gratuita que estabelecesse o direito à educação integral, conforme as aptidões de cada um, facilitando o acesso a todos, alargando assim, o sistema de ensino brasileiro (Azevedo, 1963).

A ação educacional deveria estar centrada na Escola e não mais na Igreja, baseada numa formação científica de acordo com as ciências, considerando o aluno como elemento participante de sua própria formação estimulando à pesquisa, valorizando seu raciocínio e participação gerando um conhecimento prático em favor do desenvolvimento em curso, com uma educação participativa, ativa e democrática. Esse movimento colaborou para fundação das três primeiras universidades públicas do Brasil. Primeira, a Universidade Nacional do Rio de Janeiro⁶⁷, criada pelo Governo Federal em 1920, seria o primeiro fruto concreto da reforma feita por Francisco Campos; Segunda, a Universidade do Distrito Federal criada em 1935 também no Rio de Janeiro, esta teve como idealizador Anísio Teixeira, e estava imbuída do espírito dos “Pioneiros da Educação”, ela teve vida curta devido as disputas políticas, principalmente diante das ações de combate por parte da Igreja Católica que via nesta instituição os ideais liberais e anti-clericais se propagarem no campo acadêmico; Terceira, a Universidade de São Paulo criada em 1934, uma iniciativa do governo estadual que fazia oposição ao Regime Vargasista, esta obteve grande sucesso, principalmente pela atuação de muitos professores estrangeiros que manifestaram a institucionalização da pesquisa como elemento “*mater*” da universidade (Durham, 2003).

É importante ressaltar, que o ensino superior no Brasil só obteve caráter universitário a partir dos anos 1930, diferentemente de alguns dos nossos vizinhos da América espanhola que tiveram suas primeiras universidades ainda no período colonial, como foi o caso do México e Peru. No cenário nacional a educação superior laica também teve seus empecilhos e dificuldades, o avanço aconteceu de maneira progressiva, mas lenta.

⁶⁷ Depois tornou-se Universidade do Brasil, hoje é a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Todas essas mudanças incomodaram muito a Igreja Católica, principalmente, diante de seu projeto de “sacralização da sociedade”, por isso, ela investiu pesadamente na proposta que o ensino religioso ocupasse um lugar primordial na educação, para tanto, era necessário a existência de uma universidade católica no país. O Centro Dom Vital no Rio de Janeiro foi o grande propagador e difusor dessas ideias para todo o Brasil, destacam-se dois nomes nesse movimento católico: Alceu Amoroso Lima (Tristão de Athaíde)⁶⁸ e o padre jesuíta Leonel Franca. Com isso, em 1932 foi criado no Rio de Janeiro, o Instituto Católico de Estudos Superiores sob a orientação de Dom Leme, cuja finalidade era preparação intelectual e cultural de pensadores católicos, por isso foram abertos os cursos de Filosofia, Teologia e Sociologia, o foco seria a “cristianização da inteligência nacional” (Costa, 2022, p. 100).

O ensino superior católico também foi uma ação defensiva da Igreja diante do crescimento da laicização da educação, principalmente com o avanço das universidades estatais. A Igreja Católica queria salvaguardar o seu modo de ser e agir, e propagar seus princípios com o desejo de autoafirmação e de contraposição aos princípios laicos que regiam a sociedade moderna; e, nesse processo os jesuítas ocuparam um lugar simbólico importante na fundação da primeira universidade católica, com a finalidade de promover os estudos universitários com um caráter moral-religioso, por isso o foco era humano-religioso. Então podemos afirmar que o desejo da fundação de uma universidade católica tinha uma finalidade religiosa, mas que utilizou do meio universitário para alcançar seus objetivos próprios.

68 Alceu Amoroso Lima nasceu no Rio de Janeiro a 11 de dezembro de 1893. Em 1913, Alceu formase em Direito e no mesmo ano, vai a Paris, onde frequenta um curso ministrado por Bergson. Em 1917, passa a trabalhar no Itamarati. A partir de 1924, inicia uma longa correspondência com o líder católico Jackson de Figueiredo. Dessa correspondência, resulta sua reconversão ao catolicismo, ocorrida em 1928. A morte trágica de Jackson, no mesmo ano, muito influenciou o pensamento do neoconverso Alceu, que se torna uma espécie de herdeiro da posição de Jackson como líder católico brasileiro. Com efeito, Alceu passou a ser diretor da revista católica *A Ordem*, tornou-se residente do Centro D. Vital e foi secretário-geral da Liga Eleitoral Católica. Sua ação de líder católico não se restringiu ao Brasil, uma vez que foi um dos fundadores do movimento democrata-cristão da América Latina, foi também membro da Comissão Pontifícia Justiça e Paz. Além dessas funções, lecionou na Universidade do Brasil, na Faculdade Católica de Filosofia e na Faculdade Nacional de Filosofia. Aposentou-se em 1963, deixando claro em sua despedida que, de certa forma, sempre seria um professor. Alceu Amoroso Lima faleceu em Petrópolis, a 14 de agosto de 1983, aos 89 anos de idade, depois de ter marcado indelevelmente sua presença na história da cultura brasileira (Vasconcellos, 2014, p. 75).

Em 1934, foi realizado, no Rio de Janeiro, o Primeiro Congresso Católico de Educação, com o objetivo principal de assegurar os avanços que a Igreja havia conquistado no campo da educação junto ao governo varguista, em contraposição ao movimento da Escola Nova, cuja ideologia liberal predominava nos debates nacionais sobre políticas públicas. Devido à influência de Alceu Amoroso Lima junto ao ministro da Educação, Francisco Campos, e à amizade do padre Leonel Franca com Getúlio Vargas, a mentalidade católica conseguiu influenciar as decisões tomadas pelo próprio Ministério da Educação.

Este congresso teve como finalidade articular e executar as propostas do movimento restaurador da Igreja Católica para o campo da educação. Composto predominantemente por leigos, foram formadas diversas comissões para o estudo e debate dos temas em pauta. No entanto, dois assuntos se destacaram: o ensino religioso e a criação de universidades católicas. Ao final do congresso, as Conclusões Gerais foram aprovadas em plenário, com alguns de seus itens afirmando:

- I. Deve ser quanto antes criada a Universidade Católica Brasileira, com âmbito nacional e para a qual concorram todos os católicos do Brasil.
- II. A Universidade Católica visa a pesquisa científica e o ensino superior, em todos os seus ramos, num ambiente religioso e à luz da doutrina da Igreja, trazendo a colaboração dos católicos ao progresso cultural do país.
- III. Essa Universidade deve ser inteiramente subordinada às determinações doutrinárias e práticas da Santa Sé, sendo orientada, na sua organização e direção, pelo Episcopado Brasileiro.
- IV. Nas suas relações com o Estado, deve essa Universidade ser independente, mas com direito a fiscalização federal e à concessão oficial de diplomas de habilitação em seus cursos (Confederação Católica Brasileira de Educação, 1935).

A proposta foi enviada a Roma tendo o aval positivo do Papa XI⁶⁹, em 1938, nomeando Dom Sebastião Leme com mandato apostólico para fundar a primeira universidade católica no Brasil. Diante disso, todos os bispos do Brasil se reuniram e realizaram o Concílio Plenário Brasileiro, que endossou no documento final a necessidade da formação religiosa e da militância dos leigos no Brasil, para tanto, era necessária uma boa formação intelectual, mais uma vez se evidencia a necessidade de uma universidade. O documento final deste Concílio ressaltava ser necessário e inadiável possuir uma universidade que seria a “*Alma Mater*” desse projeto restaurador, “Como expressão cultural superior do Catolicismo e como instrumento

⁶⁹ O Papa Pio XI governou a Igreja Católica entre os anos de 1922 a 1939, é autor da encíclica *Divini Illius Magistri* de 31 de dezembro de 1929, acerca da educação cristã da juventude.

imprescindível de sua irradiação ampla e benfazeja em todas as esferas sociais, a Universidade Católica é, para o Brasil, penhor de vida no presente e promessa do mais seguro porvir” (Concílio Plenário Brasileiro, 1939, p. 11)⁷⁰.

O desejo dos bispos católicos no Brasil era de difundir a educação católica por todo o país, ao mesmo tempo, isso apresentava a “modernização” através da fundação de uma universidade, mas, por outro lado, tínhamos a preservação dos princípios imutáveis “fundantes” da fé cristã, principalmente diante do avanço da laicização da sociedade. A Igreja Católica ao longo da história investiu na educação, porém, ela viu, que mesmo em meio a laicização e o enfraquecimento do seu poder perante os acontecimentos republicanos, este poderia ser um tempo fértil para o avanço da educação superior católica através da universidade. Podemos ressaltar que a universidade como tal é um “*locus*” estratégico de poder na manutenção do *status quo* da Igreja Católica, onde deveria ser formado os intelectuais católicos, principalmente para atuar nos diversos campos da sociedade, por isso, estas táticas da Igreja são:

Estratégias, ações que, graças ao postulado de um lugar de poder (a propriedade de um próprio), elaboram lugares teóricos (sistemas e discursos totalizantes), capazes de articular um conjunto de lugares físicos onde as forças se distribuem. Elas combinam esses três tipos de lugar e visam dominá-los uns pelos outros (Certeau, 2008, p. 102).

A hierarquia católica traçou e executou um projeto sobre o futuro da educação superior católica através de uma medida prática, a fundação da universidade. Ao mesmo tempo, em que o Estado laico reivindicava para a si o monopólio da educação superior, ele ainda possuía muitas fragilidades em suas estruturas e projetos não conseguindo responder todas as exigências e necessidades do país. Deste modo, a Igreja Católica mesmo querendo combater as ideias laicas, se valeu desse mesmo Estado para conseguir financiamentos e incentivos para suas obras educacionais. Nesta perspectiva Ranquetat Júnior (2012, p. 60), afirma que houve no Brasil uma “laicidade à brasileira”, juridicamente tivemos a separação formal entre o Estado e a

⁷⁰ Excerto da Carta Pastoral do Cardeal Arcebispo do Rio de Janeiro (Legado Pontifício) e dos Arcebispos e Bispos do Brasil, por ocasião do Concílio Plenário Brasileiro, datada de 20 de julho de 1939.

Igreja, mas não houve um rompimento brusco de separação entre ambos, um lado se valia do outro conforme seus interesses.

Os padres da Companhia de Jesus já tinham experiência no campo educacional, além de terem uma formação acadêmica consistente, realidade própria do carisma dessa ordem religiosa. É interessante perceber que ao longo da história da Igreja Católica as ordens e congregações religiosas sempre foram muito úteis aos bispos na execução de seus projetos eclesiais, principalmente por ser mão de obra qualificada e por possuírem condições econômicas e estruturais, e, por outro lado, essas oportunidades eram muito bem-vindas entre as ordens religiosas, principalmente para o exercício do seu carisma e autoafirmação do seu poder diante da Igreja e da sociedade como um todo. A figura do padre jesuíta, Leonel Franca evidencia o espaço e o poder simbólico que a Companhia de Jesus exerceu na educação superior católica no Brasil a partir da primeira metade do século XX.

O cardeal Dom Leme confiou ao padre Leonel Franca e a Alceu Amoroso Lima a organização e preparação dos trâmites para a fundação da universidade. Ambos trabalharam na criação da sociedade civil responsável por manter a instituição, na elaboração dos estatutos, na organização do corpo docente e na garantia das condições exigidas por lei para a autorização e funcionamento dos cursos.

Em 21 de junho de 1940, no Palácio São Joaquim, no Rio de Janeiro, sob a liderança do Núncio Apostólico⁷¹ no Brasil, Dom Bento Aloisi Masella, e com a participação de padres jesuítas, entre eles o próprio pe. Leonel Franca, pe. Luiz Riou (provincial dos jesuítas), pe. Saboia e pe. Lustosa, foram lidas as cartas pontifícias que incumbiam o cardeal arcebispo do Rio de Janeiro da organização da Universidade Católica. Na ocasião, também foram apresentados os Estatutos da Sociedade Civil “Faculdades Católicas”, formalizando solenemente sua fundação (Novaes, 1996).

Posteriormente, o cardeal Leme convidou a Companhia de Jesus para integrar a Sociedade Civil que manteria a universidade. Os jesuítas foram encarregados de contribuir na elaboração dos Estatutos, na estruturação pedagógico-

⁷¹ O Núncio Apostólico é a maior autoridade eclesial no país, pois representa a Santa Sé, principalmente pela sua relação diplomática e por ser um representante do papa, ele tem status de um embaixador.

didática e na consolidação da vida científica das Faculdades Católicas, que se tornaram o núcleo central da Universidade Católica.

Essa missão foi confiada aos jesuítas devido à sua vasta experiência no campo acadêmico e à sua tradição pedagógica consolidada ao longo dos séculos, conforme analisado na primeira seção. A Companhia de Jesus desempenhou um papel fundamental na execução do projeto restaurador do episcopado brasileiro, especialmente na fundação da Universidade Católica do Rio de Janeiro.

No dia 15 de março de 1941, no Colégio jesuíta Santo Inácio, com a presença do cardeal arcebispo do Rio de Janeiro, Dom Sebastião Leme; do Núncio Apostólico no Brasil, Dom Bento Masella; do Ministro da Educação, Gustavo Capanema; com os padres jesuítas, autoridades políticas e religiosas, de todo o corpo docente e de numerosos fiéis, houve a Sessão Inaugural das Faculdades Católicas, onde o pe. Leonel Franca foi nomeado o primeiro reitor das Faculdades Católicas, além dos discursos por parte dos eclesiásticos, teve também a fala de Dr. Gustavo Capanema, Ministro da Educação, que “sublinhou a necessidade e a importância da orientação espiritualista e católica do ensino de Direito e na formação dos professores secundários e assegurou à recém-fundada instituição o apoio e confiança do governo” (Novaes, 1996, p. 10).

Percebemos que, mesmo com o advento da laicização da sociedade brasileira, a Igreja Católica, por meio de sua política e relações diplomáticas, ainda gozava de poder junto às autoridades políticas da época. A atuação do pe. Leonel e de Alceu Amoroso foi de fundamental importância para o êxito das faculdades católicas, que se tornariam o futuro núcleo da universidade católica. O contexto de laicização não foi absoluto, não resultando em um rompimento total com o catolicismo. Isso se deve, em parte, ao fato de que a Igreja, por meio de suas redes de influência e capacidade de mobilização social, continuou a ter relevância em um país 'laico', a Igreja desempenhou ao longo da história um papel importante na formação da identidade do povo brasileiro, influenciando valores e costumes. A estratégia escolhida pela Igreja Católica nesse período foi a cooperação. A atuação de figuras importantes do cenário católico, como o pe. Leonel Franca e Alceu Amoroso Lima, demonstra a capacidade da Igreja de adentrar as esferas políticas e influenciar campos de seu interesse, como a educação. A laicidade garante a liberdade religiosa

e a não interferência do Estado em assuntos religiosos, mas não impede que a religião influencie a sociedade por meio de suas instituições e valores.

A Universidade é essencialmente transmissora de cultura. Por isso é que, ao lado de um corpo docente, lhe é essencial um discipulado vivo. Nos seus recintos encontram-se, na intimidade de um convívio de todos os dias, duas gerações: a geração dos mestres, isto é, a geração dos que assimilaram, nos limites de suas especialidades, todas as riquezas culturais de uma época; a geração dos alunos, isto é, dos que prestes a lançar-se na atividade plena desejam entrar na posse dos tesouros de cultura que lhes pode oferecer o meio social em que vão irradiar, com vigor e energia de jovens, a sua ação fecunda. A missão universitária é formar o homem superiormente culto. Dos seus recintos saem os que amanhã no governo do país, na magistratura e na administração pública, no sacerdócio e no exercício das profissões liberais, constituirão o sistema nervoso do organismo social. Do tipo superior de homens que formarem estes centros de estudos elevados dependerá o nível de cultura de uma nação, a solidez e eficiência de suas instituições, a riqueza de valores que ela poderá oferecer aos seus filhos para expansão de sua humanidade (Franca, 1941, *apud* Novaes, 1996, p. 12).

No próprio discurso inaugural é possível encontrar a ênfase do projeto restaurador que visava formar a elite intelectual católica com a finalidade de influir na vida social e eclesial, ele evidencia o conceito de universidade para os católicos. Diante do enfraquecimento do poder hierárquico católico na sociedade republicana, a própria Igreja viu nos cristãos leigos a possibilidade de perpetuação e atuação do seu poder religioso e simbólico. A Igreja Católica queria demonstrar que ela não era contra o progresso científico e cultural, por isso desejava manifestar isso de maneira concreta por meio de uma universidade católica, enfatizando que é possível conciliar fé e razão; com o desejo de uma formação integral da pessoa humana, conciliando essas duas dimensões. O esforço da educação superior católica era demonstrar que não precisava dissociar a inteligência da vida espiritual, mas trabalhar em prol da unidade e harmonia que resulte num processo orgânico de integridade e totalidade da vida. A finalidade da educação jesuítica era colaborar na formação integral do homem. Assim afirmava o pe. Leonel Franca (1941) em seu discurso: “Se cultura é realização integral da verdade na vida, uma universidade católica por sua natureza acha-se singularmente aparelhada para concretizar esse ideal”.

O reconhecimento oficial por parte do Ministério da Educação às Faculdades Católicas deu-se em 1942, estas se tornaram o núcleo fundante da universidade católica. Inicialmente os cursos eram no Colégio Santo Inácio até conseguirem uma sede própria, ainda com um grupo pequeno de estudantes, na Faculdade de Filosofia-187, na Faculdade de Direito- 41 (Novaes, 1996). Havia muitas dificuldades econômicas em manter as faculdades, a maioria dos professores assumiu as aulas

como uma atividade complementar, muitos deles ao saberem das dificuldades doavam o seu trabalho em prol desta obra da Igreja.

Após cinco anos de funcionamento as faculdades católicas de Direito e Filosofia se uniram a faculdade de Serviço Social, constituindo uma Universidade pelo decreto n. 8681 de 15 de janeiro de 1945; seguido pela aprovação dos Estatutos da Universidade Católica que aconteceu em 2 de outubro do mesmo ano. A partir desse momento os trabalhos avançaram para o estabelecimento da Universidade Católica do Rio de Janeiro, desde modo em 21 de outubro de 1946, no Rio de Janeiro, foi aprovado e homologado, pelo presidente Eurico de Gaspar Dutra, o Decreto de Lei n. 21.968 com os estatutos da nova universidade. A Sessão Solene de instalação da primeira Universidade Católica do Brasil confiada aos jesuítas⁷², aconteceu em 27 de março de 1946 com a presença das autoridades eclesiásticas e civis; foi presidida pelo Cardeal Arcebispo do Rio de Janeiro D. Jayme Câmara, ele foi o sucessor de Dom Leme falecido em 1942, estavam presentes o Ministro das Relações Exteriores, Dr. Neves da Fontoura; o Ministro da Educação, Dr. Ernesto de Souza Campos, e o Presidente do Conselho Nacional de Educação, Dr. Reynaldo Porchat (Novaes, 1996). Esses fatos evidenciam as relações políticas entre Jesuítas (Igreja), Estado e Sociedade Civil.

Esse acontecimento marcou a história do catolicismo no Brasil, bem como, da educação superior como um todo; porque, a partir do momento em que Igreja não conseguia mais ter total influência sob o ensino superior público, ela mesmo tomou a decisão de criar estabelecimentos católicos privados em várias regiões do país. Além disso, a fundação da Universidade Católica do Rio de Janeiro, consolidou de maneira prática o início de um sistema dual, onde haveria instituições públicas e privadas, laicas e confessionais (Durhan; Sampaio, 1995).

⁷² É importante ressaltar que a fundação da Universidade Católica do Rio de Janeiro confiada aos jesuítas estava dentro de um processo macro da própria Companhia de Jesus que investiu pesada na fundação de universidades em vários países durante os séculos XIX e XX. Nos Estados Unidos foram: Saint Louis, Missouri (1818), Fordham, Nueva York (1841), Boston College, Massachusetts (1863), Loyola, Chicago (1870), San Francisco, California (1875), Regis, Denver (1877), Marquette, Milwaukee (1881). Na América Central e do Sul: Pontifícia Universidade Javeriana, Bogotá (1623,1937), Pontifícia Universidade Católica de Rio de Janeiro, Brasil (1946) e Universidade Ibero-americana, México (1943). Na Ásia: Ateneo de Manila University, Filipinas (1859), Sofia University, Tokio (1913), Sogang University, Seul (1960) (Vallina, 2016).

O pe. Leonel Franca nomeado o primeiro reitor jesuíta, enfatizou no seu discurso inaugural que a finalidade da Universidade é formar aqueles que irão dirigir a sociedade, por isso a necessidade de uma formação humana total e integral, ele ressaltou que esta é a alta missão da Universidade Católica, “preparar chefes em que a vida intelectual e a vida moral se tenham compenetrado na harmonia de uma síntese equilibrada” (Franca, 1946). Do ponto de vista educacional desejavam aplicar uma formação humana, religiosa e acadêmica com a finalidade de ajudar na formação das pessoas que atuariam e influenciariam nos diversos setores da sociedade. A identidade cristã da universidade e o testemunho pública dessa identidade tornou-se crucial diante do processo de secularização, por isso a necessidade de manifestar um projeto universitário que manifestasse a identidade católica. Além desses fatores Tânia Salem (1982) elenca que:

A atribuição à universidade do papel de peça chave para a reconstrução nacional permite deduzir que o agente que efetivasse seu controle sobre esse sistema estaria garantindo, paralelamente, a base para irradiar seu poder de influência por todas as outras esferas sociais. Nesse sentido, a Universidade Católica é pensada pelas lideranças laicas e eclesásticas do período como tendo duplo sentido político, fortemente relacionados entre si: de um lado, ela se constituiria em uma instituição de combate ao ensino e à mentalidade laicistas, garantindo a resolução das crises nacionais e barrando a penetração da ideologia comunista no país; de outro, na medida em que se responsabilizasse pelo adestramento das futuras elites dirigentes, a Igreja, por suposto, concretizaria sua meta de recristianizar a sociedade e a própria instituição do Estado. Por conseguinte, é plausível afirmar que o investimento da Igreja na esfera do ensino superior extrapolava as fronteiras do “acadêmico” constituindo-se de fato, também, em uma estratégia política para recuperar seu papel na condução dos destinos da Nação (Salem, 1982, p. 128-129).

Os padres jesuítas ocuparam um lugar simbólico importante para a implantação da educação superior católica no Brasil no século XX, eles executaram o projeto piloto do episcopado brasileiro com o endosso de Roma, principalmente, para a implantação da primeira universidade católica do país, que se tornou modelo, para que posteriormente, os demais bispos fundassem em suas dioceses, especialmente aquelas de maiores estratégias geográficas como podemos ver no quadro abaixo, entre elas destacamos as que foram confiadas a Companhia de Jesus:

Quadro 7: As Universidades Católicas Brasileiras, Ano de Fundação e Local

	Instituição	Ano	Local
01	Universidade Católica do Rio de Janeiro  (jesuíta)	1946	Rio de Janeiro
02	Universidade Católica de São Paulo	1946	São Paulo
03	Universidade Católica do Rio Grande do Sul	1948	Porto Alegre
04	Universidade Católica de Pernambuco  (jesuíta)	1952	Recife
05	Universidade Católica de Petrópolis	1953	Petrópolis
06	Universidade Católica de Campinas	1955	Campinas
07	Universidade Católica de Minas Gerais	1958	Belo Horizonte
08	Universidade Católica do Paraná	1959	Curitiba
09	Universidade Católica de Goiás  (jesuíta)	1959	Goiânia
10	Universidade Católica de Salvador	1961	Salvador

Fonte: Quadro elaborado pelo pesquisador⁷³ (2024).

De acordo com o quadro, nos anos 40 e 50 a Igreja Católica no Brasil criou uma rede de universidades católicas, para o fortalecimento do seu sistema universitário, esse movimento era concomitante com a expansão da rede de universidades federais que crescia pelo país afora. É possível perceber que quase um terço das universidades católicas criadas no Brasil estavam sob a administração dos jesuítas. Esse período foi fortemente marcado pela disputa entre as elites católicas e laicas. Diante desse cenário de disputas a participação e atuação dos jesuítas foram de fundamental importância para o bom êxito do projeto católico.

Grande parte dessas universidades nasceram das decisões dos bispos ou das congregações religiosas, pois viam nelas um importante instrumento de autoafirmação, poder e apostolado e isso acontecia em todos os níveis sejam eles locais, regionais ou nacionais. Em alguns lugares onde a decisão da fundação da universidade católica foi do bispo, ele encontrava nas congregações religiosas aparato firme para a execução do projeto. No caso do Rio de Janeiro, e posteriormente, de Goiás, a Companhia de Jesus foi a ordem religiosa escolhida para executar esse plano. Isso estabelecia um vínculo institucional entre as dioceses e ordens/congregações religiosas.

O aparecimento das Universidades ocorreu, em sua maioria, num momento em que a Igreja dava grande prioridade ao apostolado da educação formal e via condições válidas de, através desse apostolado, atuar de forma supletiva

⁷³ Os dados foram coletados no Anuário Católico no Brasil entre os anos de 1940 a 1961. É importante ressaltar dois elementos, o primeiro, a data colocada já é da fundação das universidades, mas anteriormente a elas há sempre a fundação das faculdades que se tornaram o núcleo fundacional das universidades. Segundo, muitas das universidades citadas a cima, posteriormente receberam o reconhecimento pontifício por parte do Vaticano, tornaram-se, pontifícia, a saber: Rio de Janeiro (1947), São Paulo (1947), Rio Grande do Sul (1950), Campinas (1972), Minas Gerais (1983), Paraná (1985) e Goiás (2009).

ou de reforço em relação à política educacional do Governo (Lima Vaz, 1983, p. 101).

Nos discursos do pe. Leonel Franca encontramos por repetidas vezes a ênfase na educação integral por meio da universidade nascente, essa era uma premissa importante aos jesuítas, pois a educação humanista proposta pela Companhia de Jesus visava o “todo homem e o homem todo”, por isso uma educação integral fundamentada na perspectiva dos *Exercícios Espirituais*. Na proposta da *Ratio Studiorum*, e depois tudo o que se desdobrou em decorrência dela, almejava reforçar que o objetivo da educação não é o trabalho, as coisas, mas o homem, por isso a educação deve desenvolver a natureza e as faculdades da pessoa humana como um todo, e não meramente fazê-la para torná-la apta a um trabalho técnico determinado; sendo assim, a necessidade de uma formação que contemplasse as diversas faculdades humanas: mental, física e espiritual.

A fundamentação da educação superior jesuítica bebia na fonte do humanismo clássico e filosófico que fazia parte da tradição educativa da Companhia de Jesus. Desde o princípio esta ordem religiosa se envolveu com o ensino superior para propor novas respostas diante das necessidades da cultura e da sociedade de cada tempo; no caso em questão, destacamos o Brasil no século XX.

A Companhia de Jesus visava facilitar aos estudantes os meios que necessitavam para desenvolverem na e para a vida, com uma educação prática, desejava proporcionar aos estudantes o conhecimento e habilidade necessária para sobressair em qualquer situação que estivessem, por essa razão, a necessidade da excelência acadêmica. A visão da educação jesuítica era composta por dois elementos: individual e comunitário; a formação que educa o indivíduo visando a sua totalidade, deve ser colocada em prol do bem comum, do social, dos bens públicos, neste fato reside a novidade em que os jesuítas apostaram na educação superior.

No ano seguinte a fundação da Universidade, o Vaticano por meio do Decreto “*Laeta coelo arridens*” de 20 de janeiro de 1947 concedeu à Universidade Católica do Rio de Janeiro o título de “Pontifícia”⁷⁴, nomeando o cardeal Dom Jaime de Barros

⁷⁴ O título de “pontifícia universidade” é o mais alto reconhecimento que pode receber uma instituição de ensino superior católico, este é um reconhecimento honorífico dado pela Santa Sé, possuindo assim reconhecimento internacional diante da Igreja.

Câmara, Arcebispo do Rio de Janeiro, como seu primeiro Grão-Chanceler. Essa titulação validava o trabalho do episcopado brasileiro no seu projeto restaurador, bem como, o protagonismo dos jesuítas frente a nova universidade.

A Igreja Católica compreendia que, por meio de suas universidades, prestava um serviço social de duas formas. Primeiro, suprimindo lacunas que o governo federal não conseguia atender sozinho, especialmente diante do crescimento e desenvolvimento vividos pelo Brasil na segunda metade do século XX. Nesse contexto, diversos projetos católicos da época chegaram a ser subsidiados por financiamento público — como veremos adiante no caso de Goiás. Em segundo lugar, a Igreja colaborava com o processo de desenvolvimento nacional, fortalecendo a política educacional que reconhecia a necessidade de investimentos no ensino superior. Assim, além de seu objetivo religioso, a universidade católica também contribuiu significativamente para o crescimento do país.

Outra característica que devemos elencar é que a Companhia de Jesus desde a sua fundação tem como princípio uma sensibilidade de dialogar e adaptar diante das mudanças de cada época. Essa é uma das capacidades que fez com que o jesuitismo avançasse e se perpetuasse ao longo de séculos. Os jesuítas têm desde sua gênese uma personalidade científica, isto é, uma tradição dedicada a ciência. No contexto mais amplo da Igreja universal, esta ordem religiosa protagonizou uma atuação importante na era moderna, que foi de afirmar de maneira testemunhal que é possível conciliar fé cristã e ciência, por isso a Companhia de Jesus investiu pesadamente na fundação de universidades nos séculos XIX e XX. Além disso, a Igreja se valeu desse carisma diante das suas necessidades apostólicas, isso é evidente no caso em questão no Rio de Janeiro.

É importante dizer-se que Inácio jamais separou razão e fé, os dois grandes pilares da pedagogia inaciana. Para Inácio, portanto, Deus e homem não são entidades distintas, mas antes complementares, no sentido acima referido. O homem é um ser peregrino, em construção do seu ser, do seu devir, através das suas opções livres. Todavia, o fim último do homem coincide com Deus. Por isso, o fim último da sua pedagogia coincide com o fim último do homem, Deus (Lopes, 2018, p. 15).

A educação superior e atuação na universidade, além da necessidade apostólica da própria Companhia de Jesus, é parte constitutiva de sua espiritualidade e está no núcleo do “pensamento jesuítico”; isto refere a consideração do conhecimento como caminho de salvação, isto justifica de maneira clara e objetiva os

trabalhos dos jesuítas na academia (Feldhay, 1987). Outra perspectiva interessante que justifica o interesse da Companhia pelas ciências é o que ela chama de “santificação do saber”, que consiste no compromisso com as atividades seculares colocadas a serviço da finalidade espiritual, isto é, a salvação das almas⁷⁵, sendo o fim último de todo trabalho da Companhia de Jesus (Harris, 1989).

Na perspectiva dos *Exercícios Espirituais* de Santo Inácio o foco é “encontrar Deus em todas as coisas”, tanto na oração como na vida ativa. Por isso, os jesuítas compreenderam que na vida acadêmica-científica também pode se encontrar Deus, esse foi o sentido sapiencial dado a essa atividade que perpassou praticamente toda a história da Companhia de Jesus. Desde modo, desde o início os jesuítas viram a possibilidade de atuarem em áreas do saber que outros consideravam incompatíveis ou não convenientes com a vida religiosa; sendo assim, o leque de atuação jesuítica tornou-se ampla e diversificada contemplando várias áreas. Os jesuítas gostam de atuar em situações e temas considerados de “fronteira”, que os coloque em contato com realidades externas e diversas, por isso a universidade tornou um “*locus*” tão importante para eles. Durante os séculos XIX e XX era nítida a hostilidade religiosa no campo científico, por isso, os jesuítas viram nessa realidade campo fértil para sua atuação nas universidades para mostrar que pode haver compatibilidade entre ciência e fé, que inclusive esses campos “aparentemente” profanos podiam ser também um veículo para encontrar Deus (Vallina, 2016). Esse *modus* jesuítico gerou ao longo da história uma tradição e legado científicos que marcou profundamente homens e mulheres de diversas gerações em vários lugares.

Podemos considerar três características da educação superior jesuítica nesse período: a formação integral da pessoa, a formação profissional e a perpetuação dos princípios católicos na sociedade. A educação jesuítica adotava uma metodologia prática, visando proporcionar aos estudantes o conhecimento e as habilidades necessárias para que se destacassem em qualquer área de atuação. Essa formação pessoal se desdobrava em uma missão social, voltada para a contribuição nos

⁷⁵ No Princípio e Fundamento do Exercícios Espirituais de Santo Inácio está contido que “o homem é crido para louvar, reverenciar e servir a Deus Nosso Senhor, e assim salvar a sua alma” (Loyola, 1997, p. 28). Este é o núcleo essencial da missão jesuítica na qual deriva todo o seu labor apostólico.

assuntos públicos, ou seja, para a influência social com base nos valores cristãos-católicos.

Do ponto de vista educativo, os jesuítas promoviam uma formação humana e religiosa dos jovens; sob uma perspectiva sociológica, garantiam o acesso dos jovens cristãos a setores de grande influência e prestígio na sociedade. A Igreja, por meio da Universidade Católica, buscava fazer dela um centro de alta cultura, onde as ciências fossem ensinadas em harmonia com o espírito cristão. Dessa forma, os estudantes poderiam receber uma formação intelectual sem que houvesse dissociação entre conhecimento acadêmico e fé religiosa. O ensino jesuítico, portanto, priorizava duas dimensões fundamentais: a humana e a religiosa, com o objetivo de formar jovens universitários tanto no aspecto intelectual quanto no cristão.

A experiência universitária, a orientação de um método pedagógico, e a formação acadêmica de seus membros, fez com que a Companhia de Jesus diante do protagonismo da fundação da Universidade Católica do Rio de Janeiro, ocupasse novamente um status de grande visibilidade para a educação nacional, quase uma “reparação” da própria história diante de tudo o que os jesuítas haviam sofrido depois de sua expulsão do Brasil. Com luzes e sombras, a história da Companhia de Jesus tem uma longa trajetória no trabalho intelectual, por meio da docência e da pesquisa. Sendo assim, os jesuítas compreendem a missão universitária como um “apostolado intelectual” de extrema importância, por isso, eles foram protagonistas de um processo tão importante para a gênese da educação superior católica no Brasil durante o século XX. Os jesuítas desde os tempos de Inácio de Loyola sentiram-se chamados a um “ministério letrado”, se servindo de todos os meios humanos, ciência, arte, vida intelectual e investigação. A Companhia de Jesus acreditava que a qualidade do seu serviço apostólico dependia em grande medida do seu rigor acadêmico e do nível da sua investigação intelectual (Kolvenbach, 2001).

Nas próximas sessões abordaremos a atuação dos jesuítas em Goiás analisando como este plano macro do episcopado brasileiro chegou na região central do Brasil, dentro do projeto de fundação da Universidade Católica de Goiás.

3 OS JESUÍTAS EM GOIÂNIA E A FUNDAÇÃO DA UNIVERSIDADE CATÓLICA

O retorno da Companhia de Jesus a Goiás se deu na segunda metade do século XX, dentro do projeto do episcopado de Dom Emanuel Gomes de Oliveira⁷⁶ (1923-1955), que trabalhava em prol da fundação da Universidade Católica de Goiás. O referido bispo foi o responsável pela consolidação do projeto de Restauração Católica em Goiás, investindo fortemente na educação católica como uma via de cristianização da sociedade. Ele apostou na fundação de várias escolas católicas em todo o estado, assim como na implantação das primeiras faculdades católicas, que se tornaram a base da Universidade Católica de Goiás. Sua inspiração e meta vinham do processo liderado por Dom Sebastiao Leme, no Rio de Janeiro, que resultou na fundação da Universidade Católica do Rio de Janeiro, a primeira do Brasil.

Na seção anterior, vimos que havia um projeto do episcopado brasileiro que visava a fundação de faculdades e universidades católicas em todo o país. Assim, os bispos foram os principais responsáveis pela execução desse projeto, inserido no contexto do que a historiografia denomina “Restauração Católica”.

Dessa forma, esta seção tem como objetivo analisar a atuação dos jesuítas em Goiânia, no processo que culminou na fundação da Universidade Católica de Goiás. A seção está subdividida em cinco partes, abordando desde a chegada dos jesuítas em 1954 até a escolha do primeiro reitor em 1959⁷⁷. Sua sustentação teórica baseia-se em Bourdieu (1983, 1987, 1989, 2004), Bretas (1991), Dourado (2001), Palacín e Moraes (2001) e Costa (2022), além das fontes históricas produzidas à época, que relatam fatos importantes sobre o acontecimento em questão.

⁷⁶ Dom Emanuel Gomes de Oliveira governou a Arquidiocese de Goiás de 1923 a 1955. Uma das áreas de destaque do seu governo episcopal foi a educação católica. Ele criou uma rede de escolas católicas em diversas regiões do estado de Goiás. Na segunda fase do seu episcopado, fundou faculdades autônomas em Goiânia com o objetivo de estabelecer uma universidade católica em Goiás. Essa iniciativa se insere em um contexto mais amplo de “restauração católica”, que buscava fortalecer a presença da Igreja na sociedade e combater as influências consideradas adversas à fé cristã (Costa, 2022).

⁷⁷ A escolha do reitor é de responsabilidade da autoridade eclesiástica competente, que, no caso de Goiânia, era o arcebispo dom Fernando Gomes dos Santos. Como a universidade estava sob a administração da Companhia de Jesus, a indicação do reitor passava primeiro pelo crivo do superior provincial e, posteriormente, precisava ser aprovada e nomeada pelo arcebispo.

3.1 A chegada dos jesuítas a Goiânia

Os efeitos da Restauração Católica em Goiás foram tardios em relação a outros estados brasileiros como Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais. O projeto se efetivou de fato no episcopado de Dom Emanuel Gomes de Oliveira, tendo como expoente a fundação das primeiras faculdades sob a égide da Igreja Católica e o Congresso Eucarístico de Goiânia em 1948. Esse processo restaurador, trouxe efeitos favoráveis à Igreja Católica goiana, que teve como ápice a fundação da Universidade Católica de Goiás.

Com advento da nova capital de Goiás, Goiânia, fundada em 1933, a Igreja Católica protagonizou o papel de fundar o primeiro hospital de maior porte na cidade, a Santa Casa de Misericórdia de Goiânia. A pedra fundamental foi lançada em 1935, mas o início da construção só se deu em 1937. O novo hospital, além de atender às demandas de saúde pública, foi o local que acolheu as três primeiras faculdades católicas: Enfermagem (1942), Farmácia (1947) e Odontologia (1947) (Costa, 2022).

Em 1948, foi realizado o Congresso Eucarístico de Goiânia⁷⁸ entre os dias três e seis de junho, executado pela Arquidiocese de Goiás com a finalidade de comemorar o seu bicentenário e os 25º aniversário de ordenação episcopal de Dom Emanuel Gomes de Oliveira. Um grande evento eclesial que teve a Praça Cívica como o local principal para todos os eventos centrais, com a participação de bispos, padres, religiosos e religiosas, bem como uma presença massiva dos fiéis leigos, além das autoridades políticas, civis e militares. Foi montado um grande altar-monumento em frente ao Palácio das Esmeraldas para as celebrações que ocorreram ao longo da programação. Esse evento eclesial foi importante pois resultou na resolução que fundou a Universidade do Brasil Central. A propósito, o primeiro projeto era de uma

⁷⁸ Um Congresso Eucarístico era composto por diversas atividades como Missas Solenes em lugares públicos, principalmente onde estava a sede do governo, grandes procissões com o povo, conferências de formação, tudo com a finalidade de evidenciar a supremacia dos elementos da fé católica na presença das realidades laicas-civis, como, por exemplo, as passeatas políticas, festas cívicas etc. A programação de um congresso eucarístico acaba por antepor os eventos religiosos àquilo que era civil ou de caráter propriamente laico. Por exemplo: uma procissão com o Santíssimo Sacramento era para antepor uma passeata; uma missa festiva numa praça pública onde residia a sede do poder temporal era para antepor uma festa cívica, e assim por diante. E mais que antepor, havia o desejo de uma supremacia do poder espiritual sobre o poder temporal (Costa, 2022, p. 171-172).

universidade comum em Goiás, com a participação da Igreja e do Estado. Esse projeto conjunto não foi consolidado na prática, mas a Igreja Católica deu continuidade ao seu trabalho junto à educação superior católica que já tinha iniciado; culminando na fundação da Universidade Católica de Goiás.

O Congresso Eucarístico de Goiânia culminou na resolução que fundou a Universidade do Brasil Central. Na noite de seis de junho de 1948, encerramento do CEG, no Palácio das Esmeraldas, sede do governo de Goiás, houve uma reunião para deliberar sobre a criação de uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras - FFCL, sob a égide da Igreja Católica, que seria o núcleo da futura Universidade do Brasil Central. Participaram desta reunião o cardeal Dom Jaime Câmara, arcebispo de Rio de Janeiro, Dr. Jerônimo Coimbra Bueno, governador do Estado, Dom Emanuel, arcebispo de Goiás, Dom Abel Ribeiro, bispo auxiliar, Dr. Hélio Seixo de Brito, secretário da educação, cônego José Trindade, entre outras autoridades religiosas, civis e militares (Costa, 2022, p. 179).

De acordo com a lei vigente, para que houvesse uma universidade, era necessário ter, por primeiro, uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Sendo assim, Dom Emanuel criou no mesmo ano (1948), a Sociedade de Educação e Ensino de Goiás, que seria a mantenedora da nova faculdade de filosofia. Para que essa iniciativa prosperasse, era necessário, professores qualificados para tal missão.

Sendo assim, Dom Emanuel, a exemplo de Dom Sebastião Leme, enviou a Roma o pedido para que os padres jesuítas assumissem a direção da nova faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Naquele momento, o pedido não foi aceito. Além do projeto dos jesuítas assumirem a direção da faculdade, também havia o desejo do atual governador, Jerônimo Coimbra Bueno, que tivesse em Goiânia um colégio da Companhia de Jesus, pois ele havia estudado num colégio desta ordem religiosa. Em resposta ao pedido do governador, a Companhia disse que não era possível naquele momento concretizar esse pedido, devido à escassez de pessoal. Mesmo assim, deixou o pedido em aberto, elencando as condições que poderiam favorecer o atendimento dessa demanda posteriormente. Em resposta ao governador, a Companhia disse:

Pode, por isso mesmo, V. Excia. avaliar a íntima satisfação com que foi recebida entre nós a proposta de V. Excia. intencionava destinar um imóvel nessa capital para o nosso futuro colégio. Agradecemos, de antemão, muito reconhecidos um gesto tão generoso, que tem por razão de ser a amizade de V. Excia. para com seus antigos mestres e a situação da mocidade estudiosa nessa novel metrópole. Pedimos vênias, no entanto, para ponderar a V. Excia. quais os requisitos de que, a nosso vêr, deverá revestir-se semelhante doação: 1- o local será escolhido, de preferência, em zona residencial; 2- a área para uma casa de educação não poderá ser inferior a 100.000 m²; não

se estipule, como condição, nenhum compromisso de prazo para o início da obra (Netto, 1948)⁷⁹.

A relação entre Igreja e Estado nesse período foi bastante estreita, tanto para arrecadação de recursos para a manutenção da obra educacional quanto para de investimentos territoriais para a sua construção. O projeto da Universidade do Brasil Central não prosperou, mesmo assim, o bispo continuou a sua empreitada, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras foi instituída pelo Decreto n. 26.144, de 4 de janeiro de 1949, e os cursos foram reconhecidos pelo Decreto n. 30.588 de 22 de fevereiro de 1952. A faculdade mantinha os seguintes cursos com suas respectivas grades: Letras Clássicas, Letras Neolatinas, Letras Anglo-Germânicas, Pedagogia, Geografia e História.

Quadro 8: A Grade Curricular do Curso de Letras Clássicas

	DISCIPLINA
01	Língua e Literatura Latina
02	Língua e Literatura Grega
03	Língua e Literatura Portuguesa
04	Literatura Brasileira
05	Filologia Românica

Fonte: Costa, 2022.

Quadro 9: A Grade Curricular do Curso de Letras Neolatinas

	DISCIPLINA
01	Língua Latina
02	Língua e Literatura Portuguesa
03	Literatura Brasileira
04	Filologia Românica
05	Língua e Literatura Francesa
06	Língua e Literatura Italiana
07	Língua e Literatura Espanhola
08	Literatura Hispano-Americana

Fonte: Costa, 2022.

Quadro 10: A Grade Curricular do Curso de Letras Anglo-Germânicas

	DISCIPLINA
01	Língua Latina
02	Língua e Literatura Portuguesa
03	Língua e Literatura Inglesa
04	Literatura Anglo-Americana
05	Língua e Literatura Alemã

Fonte: Costa, 2022.

⁷⁹ Carta do pe. José Coelho de Sousa Netto, SJ ao governador de Goiás, Jerônimo Coimbra Bueno. Rio de Janeiro, 5 de novembro de 1948. Arquivo da Província dos Jesuítas no Brasil.

Quadro 11: A Grade Curricular do Curso de Pedagogia

	DISCIPLINA
01	Complementos de Matemática
02	História da Filosofia
03	Sociologia
04	Fundamentos Biológicos da Educação
05	Psicologia Educacional
06	Estatística Educacional
07	Administração Escolar
08	História da Educação e Educação Comparada
09	Fundamentos Sociológicos da Educação
10	Filosofia da Educação
11	Orientação Educacional e Profissional

Fonte: Costa, 2022.

Quadro 12: A Grade Curricular do Curso de Geografia e História

	DISCIPLINA
01	Geografia Física
02	Geografia Humana
03	Antropologia, Etnografia e Etnografia do Brasil
04	História da Antiguidade e da Idade Média
05	História Moderna e Contemporânea
06	História do Brasil
07	Geografia do Brasil
08	História da América

Fonte: Costa, 2022.

Pela grade dos cursos, podemos afirmar que a escolha dos jesuítas para liderar a faculdade não foi aleatória, mas estratégica. Além da experiência universitária que é própria da identidade da Companhia de Jesus, os jesuítas seriam os mais indicados para liderar esse projeto educacional em nome da Igreja em Goiás, visando o seu êxito. Isso porque eles têm em seus princípios a educação humanista, como vimos na primeira seção, direcionada pela *Ratio Studiorum*. Os cursos criados, como germe da futura Universidade Católica de Goiás eram de característica humanista-clássica.

Na perspectiva jesuítica, o conhecimento das Letras e da História torna o homem mais humano. Essa formação deveria aperfeiçoar suas capacidades em direção à plenitude. O espírito da *Ratio Studiorum* visava a uma educação ativa, que não se limitava ao acúmulo de informações, mas promovia o verdadeiro desenvolvimento das faculdades humanas, moldando e enriquecendo o espírito humano. “O valor integral, o fruto e o objetivo dos estudos consistem em cultivar todas

as faculdades que assim se formam para todas as fases da atividade e da vida” (Maia, 1986, p. 28).

O currículo humanista da *Ratio* abrangia cinco classes, tendo como foco a gramática do latim, a literatura, história e filosofia, teologia, direito e medicina:

Quadro 13: O Currículo humanista da *Ratio Studiorum*

1	Retórica
2	Humanidades
3	Gramática superior
4	Gramática média
5	Gramática inferior

Fonte: Franca, 2019.

Outra motivação para a criação desses cursos consistia no desejo que a Igreja Católica tinha de formar professores para a rede de educação católica que foi estabelecida em Goiás durante o episcopado de Dom Emanuel Gomes de Oliveira⁸⁰. Para que a rede se mantivesse, eram necessários professores bem formados. Além disso, de acordo com a normativa legal da Reforma de Francisco Campos, o Ministério da Educação exigia a criação de uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras para a constituição de uma universidade no Brasil.

Inicialmente, a faculdade passou por várias dificuldades, tanto no seu aspecto interno como estrutural. Para que ela fosse mantida, eram necessários também recursos governamentais. Além do investimento feito pela própria Igreja Católica, esta, por si só, não conseguiria manter a faculdade funcionando. Por isso, o próprio Dom Emanuel usava da sua influência política em prol de recursos para a manutenção da faculdade. Dom Emanuel sempre exerceu grande influência política e eclesiástica, o que foi crucial para a consolidação de seus projetos. Seu livre acesso às instâncias governamentais, lhe proporcionou a facilidade necessária para articular e organizar as iniciativas de acordo com seus objetivos. Sua habilidade em se articular com as estruturas políticas foi constantemente utilizada para fortalecer seu projeto eclesial em Goiás (Costa, 2022).

Os padres que eram professores, a pedido de Dom Emanuel, recebiam apenas a metade do valor da hora aula. Os que executavam trabalhos

⁸⁰ Segundo a *Revista da Arquidiocese de Goiânia*, em 1961 (cinco anos após a morte de Dom Emanuel) havia em todo o território goiano, sob a égide da Igreja Católica, 57 escolas de ensino primário, 31 ginásios, 21 colégios de ensino médio e normal, quatro escolas técnicas de comércio e seis instituições de ensino superior.

burocráticos, não recebiam salário, por serem membros do clero diocesano ligados diretamente ao arcebispo. Sabendo das dificuldades da faculdade e sendo mantidos pelas paróquias onde trabalhavam, funcionários administrativos abdicavam de seus salários para ajudar a faculdade. Conforme relato de Dom Antônio: “o secretário, o diretor e o tesoureiro assinavam e depois passavam o recibo, e passando outro documento de doação daquele trabalho, daquela importância para a Faculdade, então era o nosso trabalho burocrático totalmente gratuito”. De acordo com o balancete de 1950, a faculdade conseguiu se manter com os seguintes recursos: uma subvenção do governo do Estado de Cr\$ 138.000,00; um auxílio da prefeitura de Goiânia de Cr\$ 15.000,00; das taxas de inscrição que arrecadaram Cr\$ 6.600,00; e as mensalidades que somaram Cr\$ 60.150,00. Essas foram as entradas para esse ano, que ainda eram insuficientes, pois a Faculdade precisava se manter e fazer investimentos. A primeira turma colou grau em 1951, sendo formada por quatro formandos em Pedagogia, sete em Letras Neolatinas, cinco em Letras Anglo-Germânicas e 13 em História e Geografia. A colação de grau só ocorreu em 30 de maio de 1952, depois que saiu o decreto de reconhecimento da faculdade (Costa, 2022, p. 191).

Além disso, a Igreja também encontrava dificuldades de pessoas qualificadas academicamente para conduzir a faculdade e ministrar as disciplinas. Diante dessa realidade, Dom Emanuel retomou seu pedido de trazer os jesuítas para Goiânia com a finalidade de dirigir a faculdade e ministrar algumas disciplinas. Em setembro de 1952, visitou Goiânia a convite de Dom Emanuel Gomes de Oliveira os padres Artur Alonso e Gregório Sanchez Céspedes, superiores dos jesuítas em Léon (Espanha) e em Minas Gerais, com o objetivo de assumir a direção da faculdade. Nesta visita, o bispo apresentou os terrenos⁸¹ que ele poderia doar à Companhia de Jesus para que aceitasse o convite. Além disso, houve uma homenagem ao provincial na Assembleia Legislativa⁸² e um pedido formal da Câmara dos Vereadores de Goiânia⁸³ reforçando tal solicitação. A estratégia imobiliária e política foi utilizada para motivar os jesuítas a virem para Goiânia. Em 1953, Dom Emanuel enviou uma nova carta ao superior geral da Companhia de Jesus, pe. João Batista Janssens, dizendo que necessitava dos padres jesuítas em Goiânia para dirigir a faculdade:

Tinha eu já grandes esperanças de receber neste ano, para nossas Faculdades Católicas, o auxílio longamente esperado dos Padres Jesuítas. O R.P. Alonso expôs sem dúvida no seu relatório, a doação de terreno,

⁸¹ Uma área de 2 alqueiras (96.800 m²) no setor Aeroviário, no Patrimônio de Nossa Senhora da Conceição de Campinas. Um terreno no setor oeste entre a Rua 135 e a avenida D, com área de 36.250 m². Um terreno de três alqueiras para casa de repouso, e no futuro casa de retiro a 1300 metros de altitude próximo aos Picos dos Pireneus de Goiás. Além da cessão de uso de dois lotes com área de 53x40 metros onde estava sendo construída a Igreja de São Judas Tadeu no setor Coimbra, com casa paroquial para seis pessoas. Carta de Dom Emanuel Gomes de Oliveira em 3 de setembro de 1952. Arquivo da Província dos Jesuítas no Brasil.

⁸² Notícia publicada no jornal *O Popular* em 4 de setembro de 1952.

⁸³ Requerimento do vereador José Rodrigues Naves Júnior aprovado na Câmara Municipal em 29 de agosto de 1952.

construção de casa residencial e outras facilidades que julguei *in Domínio* poder oferecer na Capital do Estado, cuja vitalidade bem se manifesta através de um crescimento rápido de sua população que supera proporcionalmente as demais cidades do nosso imenso Brasil (Oliveira, 1953⁸⁴).

Após a visita dos superiores a Goiânia, a insistência do bispo em prol da faculdade, a motivação política e o atrativo imobiliário, os jesuítas aceitaram o pedido de virem para Goiânia com a finalidade de iniciar a missão junto a educação superior católica. No final de abril de 1954, chegou o primeiro jesuíta, padre Francisco Machado da Fonseca que tinha concluído recentemente seu doutorado em Filosofia em Roma. Posteriormente, chegou o padre Joaquim Lopes de Prado, espanhol, doutor em Ciências Jurídicas.

No mesmo dia da minha profissão, com a solenidade de praxe, na presença de toda minha família, o querido Pe. Burnier me chama à parte e me diz: “Preciso de você para uma missão árdua, seguir sozinho para a nova capital de Goiás, para trabalhar sob as ordens do arcebispo na fundação de uma universidade católica”. O que podia eu responder no dia da minha profissão solene a este apelo de um superior e amigo que eu prezava acima de tudo? Respondi: “posso ir hoje mesmo, se for necessário”. Fui uma semana depois como autêntico missionário dos bons tempos. De avião, certamente, mas sem dinheiro, sem livros e sem saber exatamente o que fazer. De fato, encontrei uma cidade nova, capital do estado, mas sem ruas asfaltadas, sem luz elétrica, com infraestrutura ainda precária. Parti para Goiânia e fui recebido pelo bispo auxiliar, e fui morar no convento dos padres redentoristas, no bairro de Campinas. Outra bênção do céu: fui morar numa comunidade de alto valor espiritual e apostólico. Aí, conheci dois homens que reputo verdadeiramente santos: o superior, Pe. Bonnoti, e o religioso Pe. Pelágio, que hoje tem estátua em praça pública, na capital. Para resumir posso dizer que era uma comunidade de santos. Mas, de acordo com o Pe. Burnier, porque o convento dos redentoristas ficava muito longe, aluguei uma casa no centro da cidade. Comecei a trabalhar e fiquei contente em encontrar uma mocidade ávida de saber e de vida espiritual. Morava numa casa de três quartos. Sozinho, fiz amizade com os vizinhos, conheci muita gente e comprei um meio de transporte ao meu alcance, na época: uma motocicleta. Ajudava na paróquia celebrando três missas aos domingos, confessando e aproveitando o tempo livre para preparar as aulas (Machado, 1998)⁸⁵.

Assim que chegou em Goiânia, o pe. Machado já recebeu do bispo a missão de ser o novo diretor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, sucedendo Dom Abel Camelo Ribeiro. Nesse período, a faculdade não tinha sede própria funcionava no Colégio Santo Agostinho no centro de Goiânia. A atuação da Companhia de Jesus nesses primórdios foi de fundamental importância, pois o modelo de administração

⁸⁴ Carta de Dom Emanuel Gomes de Oliveira ao pe. João Batista Janssens, superior geral da Companhia de Jesus. Goiânia, 19 de fevereiro de 1953. Arquivo Romano da Companhia de Jesus.

⁸⁵ Notas biográficas do pe. Francisco Machado da Fonseca. 1998. Arquivo da Província dos Jesuítas no Brasil.

utilizado possibilitou uma melhor organização de caráter universitário (Costa, 2022). O fortalecimento da administração da faculdade e a presença jesuítica em Goiás tinha como meta a fundação da Universidade Católica, esse era o projeto de Dom Emanuel Gomes de Oliveira. Esta ordem religiosa não foi escolhida de maneira aleatória, mas ela deveria, aos moldes do Rio de Janeiro, estruturar as bases para a fundação da primeira universidade católica do centro-oeste brasileiro. Quando os jesuítas chegaram já havia as faculdades de Enfermagem; Farmácia e Odontologia; Filosofia, Ciências e Letras; Ciências Econômicas; Belas Artes; Engenharia, além do projeto para as faculdades de Direito, Serviço Social e Medicina. Até 1955, ano da morte de Dom Emanuel, a Igreja Católica já havia consolidado em Goiânia a base com essas faculdades existentes, cujo alicerce seria para a fundação de uma Universidade Católica.

A partir desse período, houve algumas mudanças importantes na organização interna da Igreja em Goiás. O Papa Pio XII criou, por meio da bula papal *Sanctissima Christi Voluntas* de 26 de março de 1956, a Arquidiocese de Goiânia que foi instalada pelo então Núncio Apostólico no Brasil, Dom Armando Lombardi em 16 de junho de 1957, tendo como seu primeiro arcebispo, Dom Fernando Gomes dos Santos vindo de Aracaju. Até então, a Arquidiocese de Goiás, que foi suprimida posteriormente, abrangia uma vasta extensão geográfica, juntamente com as outras circunscrições eclesiais: Diocese de Porto Nacional, prelazias de Jataí, São José do Alto Tocantins, Ilha do Bananal e Tocantinópolis.

Assim que Dom Fernando assumiu o cargo de arcebispo de Goiânia, uma de suas primeiras atitudes foi escrever ao superior dos jesuítas em Roma, pe. João Batista Janssens, solicitando mais padres jesuítas para Goiânia, com o objetivo de fundar a universidade e confiá-la à Companhia de Jesus:

Com meus respeitosos cumprimentos, tenho a honra de comunicar a V. Revma. que tomei posse do governo desta Arquidiocese no dia 16 de junho último e logo tomei conhecimento da situação das faculdades de ensino superior que, de algum modo, estão sob responsabilidade da Arquidiocese. São as seguintes: Filosofia, Ciências Econômicas, Belas Artes, Farmácia e Odontologia, Serviço Social e Enfermagem. A Faculdade de Filosofia está sob a direção do Revmo. Padre Machado, SJ. Estamos pensando em coordenar estas Faculdades com a criação de uma Universidade. O assunto é de grande atualidade e importância porque tudo indica que o Estado de Goiás será o centro, não só geográfico, mas de irradiação da cultura para todo o Brasil. Já o meu Antecessor pensava entregar a alta direção da futura Universidade aos PP. Jesuítas. Venho agora rogar a V. Revma. que nos ceda os Padres necessários à direção da futura Universidade de Goiás.

Compreendo que talvez não seja tão fácil conseguir logo um número suficiente de sacerdotes. Contudo, em face da urgência em pôr os alicerces do grandioso empreendimento, acredito que V. Revma, virá ao encontro desses nossos planos. Peço licença para sugerir a V. Revma, a possibilidade de conseguir Padres na Província de Chicago, pois, segundo estou informado, essa Província poderia dispor de sacerdotes para Goiás. Com relação às condições ou ao contrato entre a Arquidiocese e a Companhia do Jesus, antecipo que teremos o maior interesse e boa vontade na vinda dos Padres da Companhia. Acredito que esse contrato se poderá fazer nas bases das outras Universidades, como a do Rio de Janeiro (Santos, 1957)⁸⁶.

Para que o projeto tomasse corpo, era necessária uma boa equipe composta por padres experientes da Companhia de Jesus em Goiânia, por isso a insistência do arcebispo. Sem a mão de obra jesuítica, seria inviável a execução desse plano em Goiás. Elencamos alguns motivos para esse convite: primeiro, em Goiás havia escassez de clero que colaborasse diretamente com essa obra universitária. Além disso, não tinha clero qualificado, no sentido intelectual que tivesse uma formação acadêmica consistente para tal missão. Segundo, Dom Fernando afirmou ao superior da Companhia de Jesus em carta, que Goiás seria o centro de maior projeção para o Brasil, diante da construção da nova capital, Brasília. Esse deslocamento para centro não seria apenas do governo, “mas também da cultura, da fé, da civilização. A Igreja não pode chegar atrasada” (Santos, 1957)⁸⁷. Terceiro, a criação de uma universidade católica na região central do Brasil, protagonizada pela Igreja Católica visava dar-lhe o reconhecimento como promotora da fé e cultura e, ao mesmo tempo, sair na vanguarda, tendo um protagonismo próprio dentro do processo de desenvolvimento que o Brasil vivia nesse momento da história.

Em uma consulta realizada para o Postulado da Congregação Provincial dos jesuítas⁸⁸ ao superior geral da Companhia, são apontadas algumas razões⁸⁹ para aceitação do convite em trabalhar com a educação superior em Goiânia: 1- Obra de ensino superior; 2- Corpo discente em sua maior parte feminino, também o professorado secundário feminino, máxime no Estado de Goiás, pode ter influência na formação cristã da família e da sociedade de todo o Estado. 3- O fato de ter a

⁸⁶ Carta de Dom Fernando Gomes dos Santos ao pe. João Batista Janssens, superior geral da Companhia de Jesus. 11 de julho de 1957. Arquivo Romano da Companhia de Jesus.

⁸⁷ Carta de Dom Fernando Gomes dos Santos ao pe. João Batista Janssens, superior geral da Companhia de Jesus. 6 de dezembro de 1957. Arquivo Romano da Companhia de Jesus.

⁸⁸ Postulado da Congregação Provincial ao N.M.R.P. Geral. 11 de junho de 1957. Arquivo da Província dos Jesuítas no Brasil.

⁸⁹ Esses foram os critérios que a Companhia de Jesus considerou em sua avaliação interna para iniciar, em Goiânia, o trabalho com a educação superior.

direção da Faculdade de Filosofia abria caminhos para que os jesuítas tenham a direção de outras faculdades, do corpo discente em maioria ou quase totalidade masculino. 4- Possibilidade de possuir a direção da Universidade de Goiás em formação; 5- A projeção de crescimento de Goiânia no futuro próximo com a transferência da Capital Federal para Brasília.

Além desses motivos, no relatório⁹⁰ da vice província Goiano-Mineira⁹¹, responsável pela missão em Goiás, enviado à província de Léon- Espanha, encontra-se mais motivações por parte dos jesuítas em encorpar o seu trabalho em Goiânia. O relator afirma, que até esse momento não havia nenhuma universidade na região, portanto, seria mais vantajoso entrar por ser um “campo virgem”. Outra motivação era que, ao assumir uma universidade, além da atuação que poderia colaborar para fora, teria prestígios sociais, como também contribuiria para a formação interna da própria ordem religiosa. Além disso, o arcebispo de Goiânia havia prometido a construção de uma residência para os jesuítas nas imediações do novo prédio da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras.

O processo de aceitação da Companhia de Jesus para a missão de Goiânia, foi lento e gradual, isto é, aconteceu por etapas. Neste mesmo ano (1957), chegaram mais três jesuítas em Goiânia para ajudarem o pe. Machado, foram eles: pe. Henrique Jaureguizar, espanhol, com larga experiência universitária na Espanha; pe. Artur Rodriguez, espanhol, poliglota, missionário por muitos anos na China e pe. Luiz Thomazi⁹², que permaneceu em Goiânia 22 anos, até sua morte.

Com o crescimento da comunidade religiosa, eles alugaram uma casa na rua 93, n. 2, no setor sul para residir (Vaz, 1979a). Além dos padres de origem espanhola, era do desejo de Dom Fernando contar com ajuda dos padres de origem norte americana, de maneira específica da Província de Chicago. Diante da necessidade existente o arcebispo via a dificuldade de ter uma equipe maior formada apenas por padres espanhóis e brasileiros, sendo assim, recorreu aos norte-americanos. O

⁹⁰ Informe sobre Goiânia, 1957. Arquivo da Província dos Jesuítas no Brasil.

⁹¹ A Vice Província Goiano Mineira foi desmembrada da Província do Brasil Central em 1 de junho de 1952, sob a dependência da Província Espanhola de Léon compreendendo os estados de Minas Gerais, Espírito Santo e Goiás. Esse foi o motivo que justifica que muitos dos jesuítas que vieram para Goiânia eram de origem espanhola.

⁹² Pe. Luiz Thomazi foi uma presença muito importante na formação do professorado. Ele está na base dos cursos de Filosofia, Pedagogia, História e mais tarde de Psicologia.

pedido foi endossado pelo provincial, pe. Vicente González Cutre e enviado ao superior geral da Companhia, pe. João Batista Janssens, pedindo professores para a universidade. De maneira especial, pedia padres que pudessem ser professores de: língua e literatura inglesa, ensino de línguas, língua grega e latina, literatura, pedagogia, sociologia e economia política. Além disso, pedia um padre para a administração.

O pedido de ajuda da Igreja goiana em primeiro lugar para os jesuítas de origem espanhola (província de León) e, posteriormente, para os norte-americanos (província de Chicago) não era casual, mas estratégico, de acordo com o Memorial da Companhia de Jesus, neste período, estas eram as nações com maior número de jesuítas no mundo, como podemos conferir na tabela abaixo:

Tabela 1: A distribuição dos jesuítas em 1957 por país

Nação	Sacerdotes	Escolásticos	Irmãos	Total
<i>Estados Unidos</i>	3921	2715	602	7238
<i>Espanha</i>	1412	1613	1027	4052
<i>Itália</i>	1378	415	641	2433
<i>Índia</i>	1045	685	322	2052
<i>Brasil</i>	462	309	327	1098

Fonte: Tabela elaborada pelo pesquisador baseada na *Memorabilia Societatis Iesu*, 1958.

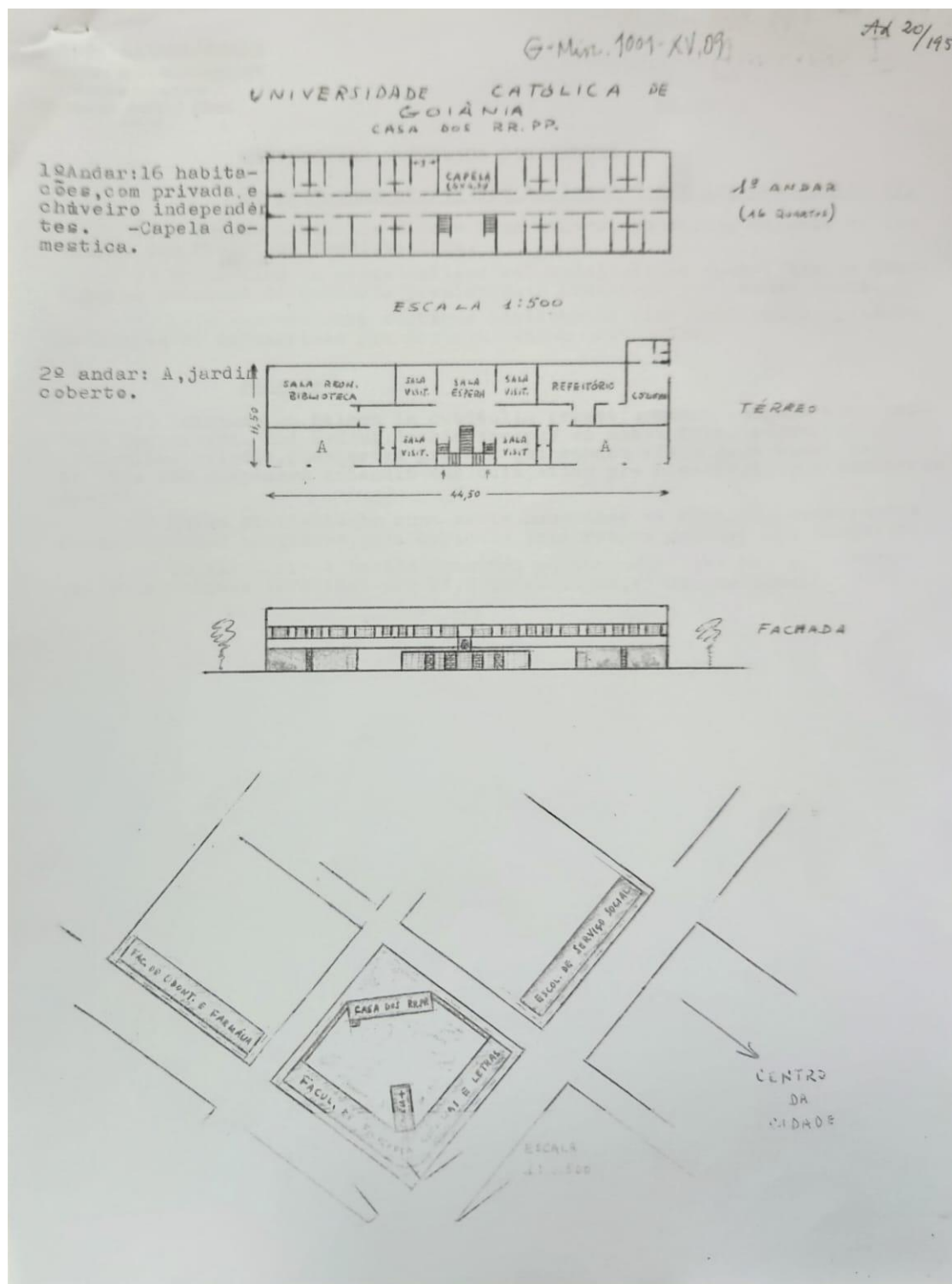
Um dos projetos da Igreja Católica em Goiás era a formação do professorado. Vimos anteriormente que a Igreja mantinha uma rede de escolas católicas em todo o Estado, sendo assim, era necessário formar os professores que iriam atuar nesta rede de escolas. A faculdade de Filosofia, Ciências e Letras com os seus diversos cursos, contribuía na capacitação dos professores que deveriam atuar nas escolas católicas. Além disso, a Igreja também contribuía para a formação dos professores em geral que atuariam nas escolas não católicas.

A faculdade de Filosofia foi o germe da Universidade Católica de Goiás. A atuação dos jesuítas tanto na administração quanto no corpo docente colaborava para um *modus operandi* de transmissão do humanismo cristão, muito caro à Companhia de Jesus, e também dos valores cristãos. Por isso, os cursos de humanidades eram o centro dessa missão.

Com a finalidade de estruturar mais ainda a missão jesuítica em Goiânia, Dom Fernando Gomes mandou providenciar a construção de uma casa para os jesuítas nas imediações da faculdade, que comportaria 16 habitantes. Pelo tamanho da casa,

percebemos que o desejo do arcebispo era de uma comunidade grande diante dos desafios dessa missão. Ao mesmo tempo, esse era um modo de facilitar e até mesmo despertar o interesse da ordem religiosa para sua consolidação em Goiânia.

Figura 7: Projeto da Residência dos Jesuítas (1958)



Fonte: Arquivo Romano da Companhia de Jesus.

Nesse período, o estado de Goiás estava em desenvolvimento e atraía muitas atenções. No final da década de 1950, Goiânia já tinha 150 mil habitantes (Anuário Estatístico de Goiânia, 2012). Esse desenvolvimento era resultante de dois movimentos: o primeiro é a chamada “Marcha para o Oeste”⁹³ liderada por Getúlio Vargas, na qual está inserida a criação de Goiânia (Chaul, 1998); e o segundo, é projeto de desenvolvimento e industrialização do Brasil do governo Juscelino Kubitschek que culminou na construção de Brasília.

A partir de 1940, Goiás cresce rapidamente: a construção de Goiânia, o desbravamento do Mato Grosso Goiano, a campanha nacional de “marcha para o Oeste”, que culmina na década de 1950 com a construção de Brasília, imprimem um ritmo acelerado ao progresso de Goiás. A população se multiplica; as vias de comunicação realizam a integração do estado com o resto do país e dentro do próprio estado; assiste-se a uma impressionante explosão urbana, com o desenvolvimento concomitante de todo tipo de serviços (a educação especialmente) (Palacín; Moares, 2001, p. 113).

O projeto da Igreja Católica de fundar universidades no Brasil não é autônomo, mas está inserido nesse processo de desenvolvimento nacional. A Igreja buscava a modernização da instituição, principalmente através da renovação intelectual, por isso o desejo de fundar universidades (Dussel, 1989). Todas essas motivações também foram contempladas pelos jesuítas para aceitarem a missão em Goiânia. A Companhia de Jesus entendeu que esse era um momento decisivo da história: se assumisse a futura universidade, conduziria por muito tempo a vida cultural dessa região, que influenciaria inclusive por estar muito próxima da nova capital federal.

3.2 O projeto da Igreja Católica em Goiás: uma universidade católica

O projeto da universidade católica foi abraçado por todos os bispos da província eclesiástica de Goiás que, em 1957 escreveram um *Carta Pastoral Coletiva*⁹⁴ dizendo que o futuro da Igreja deveria ser pensando diante do avanço da

⁹³ No que tange à dimensão temporal, Goiânia emerge como projeto já em 1930, enquanto a Marcha para o Oeste foi anunciada no Estado Novo, iniciado em 1937. No tocante à perspectiva espacial, a nova cidade-capital foi uma resposta de Pedro Ludovico Teixeira, em âmbito estadual, às demandas por um processo de modernização das relações produtivas; por sua vez, a Marcha orquestrada por Getúlio Vargas materializou oito Colônias Agrícolas, em distintas Unidades Federativas do território brasileiro, e criou a Fundação Brasil Central (FBC), ambas buscando promover o povoamento, o desenvolvimento econômico e a modernização sócio-cultural da região Centro-Oeste (Da Silva; De Mello, 2013, p. 58-59).

⁹⁴ Santos, Dom Fernando Gomes et al. Carta Pastoral coletiva dos bispos da Província Eclesiástica de Goiânia, Revista da Arquidiocese, Goiânia, ano 2, n. 1, jan. 1958.

secularização. Sendo assim, a fundação de uma universidade seria muito propícia, pois seria um centro de alta cultura para o desenvolvimento regional e um foco de vida cristã, para evitar o escândalo que no século XX tenha havido “a perda da maior nação católica do mundo”. A Carta Coletiva dos bispos revelava um projeto ambicioso e estratégico da Igreja Católica para Goiás.

Esta Carta Pastoral enfatizava que a Igreja tinha o desejo de formar as elites, para que pudessem influenciar a sociedade de acordo com os princípios cristãos, principalmente no combate das ideologias adversas, como por exemplo, o liberalismo religioso e agnóstico. Sendo assim, a Igreja buscava o apoio de toda sociedade cristã em prol da universidade. Os bispos goianos se uniram e decidiram que juntaria todos os seus esforços para a criação da Universidade Católica.

A Igreja queria mostrar uma visão de futuro, reconhecendo a importância da educação superior para o crescimento regional e formação de lideranças cristãs. Nesse período, a Igreja preocupava com o crescimento e disseminação de ideias contrárias aos seus princípios cristãos. A universidade poderia ser um espaço para a formação de intelectuais capazes de combater essas ideologias e defender a visão católica, defendendo assim, os interesses da Igreja. Para que esse projeto acontecesse era necessário o apoio da sociedade civil.

Vimos na segunda seção que a Igreja Católica no Brasil liderou o movimento que ficou denominado como “Restauração Católica”, o episcopado brasileiro percebia que em meio ao crescimento da laicização era necessário à Igreja, estratégias que pudessem perpetuar seus princípios, bem como influenciar na vida social com os valores cristãos. Sendo assim, a educação superior era uma área e uma via estratégica, principalmente na formação das elites e na manutenção do seu *status quo*.

Tanto na *Mensagem da Páscoa* de 1958 como de 1959, Dom Fernando enfatizava e conclamava os católicos da arquidiocese de Goiânia a se esforçarem em prol da universidade. O arcebispo reforçava que era necessário um apostolado do pensamento com a finalidade de “encher de ideias e ideais nobres e elevados o coração da juventude” (Santos, 1958, p. 13). A perspectiva de ter a Companhia de Jesus a frente da universidade não é acidental, pois esta ordem religiosa sabia lidar com o conhecimento e a ciência como apostolado. Isso fez com que os jesuítas se

perpetuassem ao longo da história no campo da educação. No caso em questão, da educação superior católica, o arcebispo afirmava que a Universidade Católica era um empreendimento volumoso que deveria empolgar, não apenas a família católica, mas também as Instituições e Governo.

As faculdades autônomas já fundadas por Dom Emanuel e o projeto da universidade além das finalidades eclesiásticas, tinham ao mesmo tempo como objetivo colaborar no processo de desenvolvimento que Goiás vivia nesse momento da história.

A atuação da Igreja Católica em Goiás pode ser compreendida em duplo movimento: *ad intra* (para dentro), com as finalidades eclesiásticas, principalmente de perpetuação de seus princípios cristãos-católicos; e *ad extra* (para fora), como dizia Dom Fernando sobre a universidade: “temos empenhado nossos esforços e nossas energias para dotar, não apenas Goiânia, mas o Estado de Goiás, de mais esse centro de irradiação da cultura. Compete a cada um de vós colaborar de maneira firme e decidida, em favor dessa obra” (Santos, 1959a, p. 4).

Consequentemente, o estabelecimento de primeira universidade na região central do Brasil prolongaria por muito tempo a influência da Igreja. Até 1958 já havia as faculdades de Filosofia, Ciências e Letras; Enfermagem; Farmácia e Odontologia; Belas Artes; Ciências Econômicas; Serviço Social. Todas estavam vinculadas diretamente a Igreja Católica, além dessas, havia as faculdades laicas de Engenharia, Direito, e projeto de Medicina pela Associação Médica de Goiás. No que diz respeito aos primórdios da educação superior em Goiás, a Igreja Católica saiu na vanguarda, fundando todas essas faculdades com o projeto maior que seria a universidade católica.

Dando continuidade ao processo, Dom Fernando Gomes dos Santos fundou em 1958 a Sociedade Goiana de Cultura (SGC)⁹⁵, entidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos com as seguintes finalidades:

- a) a promover e criação e manter a Universidade Católica de Goiás, constituída de faculdades, escolas e institutos de nível superior a ela incorporados ou agregados; b) a ajudar mesmo financeiramente, de acordo com suas possibilidades, os institutos agregados à Universidade, de modo

⁹⁵ A entidade foi registrada em cartório no dia 12 de dezembro de 1958.

especial o Seminário Maior de Goiânia, onde funcionarão as Faculdades de Filosofia e Teologia; c) a promover os meios necessários para o desenvolvimento cultural de Goiás e a pesquisa científica dos institutos superiores; d) a orientar a cultura superior no sentido do bem comum, de maneira a levar sua influência e eficácia às demais camadas sociais (Estatuto da Sociedade Goiana de Cultura, 1958).

A instituição da Sociedade Goiana de Cultura se deu em 25 de outubro de 1958, em reunião convocada por Dom Fernando Gomes no salão paroquial da Igreja Nossa Senhora Auxiliadora (catedral). A finalidade era reunir as elites da capital e do Estado e “recolocá-las na sua missão cultural de tratar da indagação das verdades orientadas no sentido de suas causas legítimas, da ação construtiva da inteligência animada pelas energias criadoras do pensamento”. A educação seria o ponto de apoio sobre o qual se assentaria o nível moral e cívico das novas gerações, “à altura dos povos mais civilizados e demarcar o papel de cada um dentro do esforço comum” (Ata SGC, 1958, p. 80)⁹⁶. O discurso utilizado pelo arcebispo para instituição dessa entidade foi o bem da coletividade. Ele também destacou o plano pastoral dos bispos da Província Eclesiástica de Goiás, que era de modo decisivo criar a Universidade Católica de Goiás.

O fato é que o Arcebispo, juntamente com todos os Bispos de Goiás, com o seu Clero e o povo cristão, está disposto a continuar a obra dos seus devotados e beneméritos Antecessores, e a empregar os meios a seu alcance no sentido de despertar a colaboração de todos para que a Universidade Católica seja mais um marco a apontar os grandes destinos desse grande Estado. Confiamos no zelo e na cultura dos Padres da Companhia de Jesus, a quem será entregue a direção da Universidade, sabedoria e compreensão dos Mestres, no entusiasmo do espírito generoso dos Estudantes, na esclarecida e indispensável colaboração dos pais e mães de família e no estímulo, para nós valiosíssimo, da Sociedade Goiana de Cultura e das Instituições responsáveis pelo futuro desta Cidade. Assim unidos e fortalecidos, daremos a mais expressiva demonstração do que somos, do que valem, do que sabemos e queremos realizar (Santos, 1959a, p. 4).

De acordo com os Estatutos, o arcebispo de Goiânia sempre é o presidente, além de seis membros eleitos em Assembleia Geral, com mandato de três anos. O presidente escolhe um vice-presidente, secretário e tesoureiro. A SGC aceitava duas categorias de sócios: os efetivos que participavam da vida da Sociedade de acordo com o regulamento; e os beneméritos, efetivos ou não, que prestavam relevantes serviços à sociedade. A primeira composição da SGC foi:

⁹⁶ Ata de instituição da Sociedade Goiana de Cultural. In. Revista da Arquidiocese. Ano III, n. I, Janeiro de 1959.

Diretor-presidente, o Arcebispo de Goiânia; Vice-Presidente, Dr. João Afonso Borges; Secretário, Dr. Célio Fonseca; Tesoureiro, Prof. Hélio França; Diretores: Dr. Jair Abrão Estrela; Adelmo Café; Genesco Ferreira Bretas; Conselho: Dr. José de Freitas; Dr. Belarmino Cruvinel; Henrique Coe; Filipe Santa Cruz Serra Dourada. -Seguem as assinaturas: Dom Fernando Gomes, Arcebispo de Goiânia; eclesiástico; Joaquim Carvalho Ferreira; professor; Geraldo Fonseca, advogado; Dr. Wilson Mendonça, médico; Dr. Gerthton Rodrigues Philocreon, médico; Moacir José de Moraes, desembargador; Ildefonso Dutra Alvim, professor; Carlos Dayrell, professor; Marcelo Caetano da Costa, magistrado; Waldir Castro Quinta, advogado; Hélio Lobo, advogado; Colemar Natal e Silva, professor; José Fleury, médico; Antônio Diurivê Ramos Jubé, desembargador; Jahir Abrão Estrela; Francisco Balduino Santa Cruz, advogado; Belarmino Cruvinel, banqueiro, Randall do Espírito Santo Ferreira, banqueiro; Jorge Félix, engenheiro; João Afonso Borges, professor; Hélio França, professor; Vicente P. Umbelino Souza, advogado; Orivaldo Borges Leão, cirurgião-dentista; Zecchi Abrahão, advogado; Cruciano de Araújo, advogado; Gustav Hennin Ritter, professor, alemão; José Sócrates Pinto, advogado; Adelmo Moura Café, bancário; Agenor Lopes Cançado, professor; Henrique Coe, comerciante; José Rodrigues de Freitas, banqueiro; Hélio Seixo de Brito, médico, Mons. Antônio Ribeiro de Oliveira, vigário geral da Arquidiocese; Luiz A. Carmo Curado, professor; José Luiz Bittencourt, advogado; Padre Adolfo Serra, eclesiástico; Genesco Ferreira Bretas, Jaime Câmara, jornalista; Egidio Turchi, brasileiro naturalizado, professor; todos brasileiros, casados, com exceção dos religiosos que são solteiros, residentes em Goiânia, capital do Estado de Goiás (Estatuto da Sociedade Goiana de Cultura, 1958).

É interessante notar que a articulação realizada pelo arcebispo de Goiânia para a constituição da Sociedade Goiana de Cultura envolveu pessoas influentes, tanto no âmbito cultural quanto no intelectual e político da sociedade goianiense da época. Essa ação foi estratégica, pois essas figuras formariam uma força laica e política em apoio ao projeto da Universidade Católica de Goiás, que estava em processo de criação. A Igreja se aliou à sociedade civil para fortalecer suas ações e alcançar seus objetivos. Um detalhe curioso é a ausência de jesuítas na organização da Sociedade Goiana de Cultura, apesar de já haver quatro jesuítas em Goiânia: pe. Henrique Jaureguizar, pe. Luiz Tomazi, pe. Artur Rodriguez e pe. José Maria Roque Correia. Essa foi uma estratégia para manter o controle da mantenedora da nova universidade nas mãos do bispo local.

Em relatório do provincial⁹⁷, pe. Vicente González Cutre ao superior geral da Companhia, pe. João Batista Janssens, descreveu que o arcebispo criou a Sociedade

⁹⁷ D. Archiepiscopus constituit sic dictam Societatem Goianam Culturae, e o fine ut Universitati fulcimentum praestantiorum in urbe virorum conciliaret. Apparet qua Universitatis columnen; sed eius in illa interventus magis apparens erit quam effectivus, cum ad id fere reducat ut viris illis diploma aliquod conferatur, et annuus conventus celebretur sollemniter, in quo illi certiores fient eorum quae in Universitate peraguntur. Etiam statutorum exemplar Pi.Vae. mitto, huius societatis. D. Archiepiscopus dixit se paratum esse statuta mutare in iis quae nobis displiceant, immo illam Societatem extinguere, si

Goiana de Cultura com o desejo de conquistar para a universidade o apoio de homens de destaque na cidade. Esta seria como um pilar da universidade, mas a sua intervenção deveria ser mais aparente do que eficaz, reduzindo-se quase a dar algum diploma de reconhecimento a esses homens e a ter uma reunião anual para informar o que estava acontecendo na universidade. Mesmo não estando diretamente ligados à SGC, o arcebispo entregou os estatutos aos jesuítas para que os analisassem e, caso solicitassem alguma alteração, ele estaria disposto a realizá-la. Além disso, garantiu-lhes que, na administração da universidade, teriam independência e autonomia.

O pe. Vicente Cutre relatou também que era grande a presença e atuação dos maçons em Goiânia nesse período. Ele disse que de maneira geral, não havia por parte do povo o sentimento religioso e piedoso às coisas sagradas como era em Minas Gerais. O sentimento que prevalecia era “materialista e irreligioso”, isso tinha a ver com a formação heterogênea da sociedade goianiense desde os seus primórdios.

Esses fatores nos possibilitaram investigar os embates que a Igreja Católica enfrentou em Goiás no final da década de 1950 com outros segmentos da sociedade, no contexto da fundação da universidade, dentre eles destacamos a Maçonaria e o movimento estudantil. A Maçonaria, considerada uma opositora da Igreja, teve um papel significativo nesse conflito, apoiando e financiando um projeto alternativo que buscava a criação de uma universidade pública em Goiás, por meio do movimento estudantil. Esse projeto se contrapôs à iniciativa da Arquidiocese de Goiânia, que tinha como objetivo a fundação de uma universidade católica.

3.3 A educação superior confessional versus a educação superior laica: uma disputa do campo

A Maçonaria publicou uma “Mensagem aos Maçons do Brasil” no jornal *A Imprensa de Anápolis*, na qual denunciava a Igreja Católica por se opor à criação de uma universidade federal, enquanto encaminhava a fundação de uma universidade católica. Ao mesmo tempo, a carta convocava os maçons a apoiarem e lutarem pela

ita oporteat, ut Societas nostra Universitatem suscipiat omni cum independentia. Litt. Praep. VPRov. Goi.-Min. de Universitate Goianiae suscipienda. 13 oct. 1959. Archivum Romanum S.I.

criação de uma universidade federal em Goiás. O principal motivo desse embate era a defesa da liberdade de pensamento e do ensino gratuito.

A Maçonaria deste Estado está interessada na criação da Universidade de Goiás. O projeto de lei que cria a Universidade Federal de Goiás é de autoria do Deputado Castro Costa, da Bancada Pessedista Goiana. O Deputado Castro Costa é Profano. Acontece, contudo, que essa Universidade Federal é um sonho e uma esperança da família maçônica do B. Central, que assiste, dia a dia, fugirem das Organizações Livres o resto de Liberdade de Pensamento que ainda escapa do jugo clerical. A Maçonaria deseja também defender todos os pais de família que não podem pagar escola para os filhos. A grande Ordem está unida para, de maneira solidária, lutar pela defesa dos seus princípios de liberdade moral e espiritual da humanidade. A Maçonaria Goiana se dirige sem reservas à Maçonaria do Brasil, num grito de alerta contra a derrocada que ameaça à liberdade de crença do povo brasileiro. E no caso particular da Universidade Federal de Goiás, apela para a Alta Direção da Ordem e para todas as Lojas do País, no sentido de sua colaboração junto a todos os homens livres do Congresso Nacional, sem olhar partidarismo político, trabalhando, lutando, pedindo, para que seja aprovado o projeto de lei que cria a Universidade Federal de Goiás, da autoria do Deputado Castro Costa. Já se encontra no Rio, lutando em sentido contrário o Sr. Arcebispo de Goiás. O projeto de lei que cria a Universidade Católica de Goiás já tramita também no Congresso Nacional. A Universidade Católica seria apenas escola para ricos, porque seria escola paga e pobre não pode pagar escola para os filhos. O clero quer a Universidade Católica de Goiás. Os Maçons querem a Universidade Federal de Goiás que está ao alcance de todos os que aspiram o ensino superior (Mensagem aos Maçons do Brasil, 1959)⁹⁸.

A Maçonaria, como movimento de elite, visava combater o projeto da Igreja Católica de fundar uma universidade em Goiás. A Arquidiocese de Goiânia respondeu a provocação por meio de seu jornal *Brasil Central*, que argumentava: a Maçonaria não tinha poder para representar os interesses coletivos da sociedade goiana. Uma universidade católica não ameaçava a liberdade de pensamento. A crítica da Maçonaria era fruto de um reducionismo, por estarem atrasados no conhecimento da cultura brasileira.

O movimento estudantil, com o apoio da Maçonaria e de outros seguimentos da sociedade, protagonizou uma luta em prol de uma universidade federal em Goiás. Esse movimento se inseria em um contexto mais amplo, de caráter nacional, que reivindicava por ensino público e gratuito. Em Goiânia, essa mobilização foi significativa. A Frente Universitária Pró-Ensino Federal foi fundada em 23 de abril de 1959, reunindo estudantes, intelectuais e parte da sociedade goianiense (Dourado, 2001). Havia um embate entre os defensores da universidade pública e os da

⁹⁸ Mensagem aos Maçons do Brasil. Jornal *A Imprensa*, n. 1027, Ano VII, 16 de julho de 1959. Arquivo do Instituto de Pesquisa e Estudos Históricos do Brasil Central.

universidade privada. Argumentava-se que a mentalidade interiorana de Goiás não permitia a coexistência de duas universidades.

Diante desses conflitos, Dom Fernando foi ao Rio de Janeiro para consultar os órgãos competentes sobre a possibilidade da criação da Universidade Federal. Foi informado que o Governo Federal não tinha planos de criar uma universidade em Goiânia naquele momento, pois com a criação de Brasília, o foco de trabalho do governo era a nova capital. Essa informação deu à Igreja a chance de continuar seus trabalhos para a fundação da Universidade Católica. Dom Fernando afirmou que só retomou a luta pela Universidade Católica quando teve a certeza de que o Governo Federal não abriria uma universidade pública em Goiás.

No entanto, considerei oportuno consultar o Sr. Presente da República, Dr Juscelino Kubitschek de Oliveira, sobre a possibilidade de ser criada, em Goiânia ou em Brasília, uma Universidade Federal, porque, nesse caso, não me parecia e maior urgência cuidar da Universidade católica, de vez que estavam asseguradas as Faculdades já existentes e poderia dedicar-me a outros setores de trabalho, até que, com maior conhecimento de Goiás e maiores possibilidades pessoais de conhecimento e relações, pudesse me dedicar à nobre tarefa de organizar a Universidade católica. Respondeu-me o Sr. Presidente República que não era seu propósito cuidar desse assunto, por enquanto, e considerava boa colaboração a seu Governo a iniciativa particular, sobretudo partindo da Igreja, no sentido de dotar Goiânia de uma Universidade, mesmo porque essa Universidade resolveria, por algum tempo, as necessidades de Brasília. Estimulado por esta palavra do Sr. Presidente da República que, em outras ocasiões me reafirmou o mesmo desejo e o propósito de colaborar, decidi-me a dar os passos decisivos e definitivos para a realização do grande sonho da Cidade (Santos, 1959d, p. 14).

Essa trama se dava em meio a dois projetos: de um lado, público e laico, defendido pelos estudantes, maçonaria e aos que opunham à Igreja. De outro, católico e privado, defendido pela Igreja Católica e as lideranças que a apoiavam nessa causa. A Maçonaria acusava a Igreja de estar boicotando o projeto da Universidade Federal. A Igreja, por sua vez, acusava os maçons de serem comunistas, inimigos de Deus e da Pátria (Souza, 1999).

O movimento estudantil era formado por jovens ligados a diversas ideologias políticas. O grupo liderado pelo Partido Comunista do Brasil era o mais articulado e com maior força representativa na Faculdade de Direito. Além desse, havia outros partidos políticos envolvidos: União Democrática Nacional (UDN), Partido Comunista do Brasil (PC do B), Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), Ação Popular (AP); Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), Política Operária (POLOP) (Rezende, 1997).

Todo esse movimento causado pelos estudantes fez com que muitos professores apoiassem a causa da universidade federal. Isso aconteceu de maneira notória na Faculdade de Farmácia e Odontologia que era mantida pela Sociedade de São Vicente de Paulo. Alguns dos seus professores se juntaram e elaboraram um estatuto visando que a faculdade se tornasse autônoma, sem a tutela da Igreja. Bretas (1991) afirma que:

estabeleceu-se, então, entre a Conferência de São Vicente de Paulo e o grupo de professores anti-clericais da Faculdade, promotoras da ação uma contenda que durou meses. Foi tal o azedume que se criou entre as duas partes, que Dom Fernando decidiu deixar ir para outras mãos a Escola de Farmácia (Bretas, 1991, p. 596).

No final da década de 1950, em cadeia nacional, ocorreram vários debates, mobilizações e conscientizações dos educadores com a finalidade de superar as deficiências do sistema educacional. Isso se deu principalmente diante dos debates sobre a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Em torno desses debates também estavam as polêmicas entre os que defendiam o ensino público e os que defendiam o ensino privado. Também nesse período, o debate sobre o papel do Estado na educação foi evidenciado, diante do crescimento da demanda por ensino superior no país.

Toda a polêmica em torno da LDB era fundamental para consolidação dos projetos educacionais no Centro-Oeste, pois estava em jogo a criação de duas instituições de ensino superior que correspondiam a projetos diferentes. Houve a mobilização de intelectuais, professores, estudantes e setores governamentais em torno das propostas de criação da Universidade de Goiás (católica) e UFG (Souza, 1999, p. 69).

A partir desses acontecimentos, a Igreja reforçou suas estratégias em prol da Universidade Católica. A primeira delas foi a mobilização popular. Dom Fernando escreveu uma carta aos pais de família e estudantes goianos, reivindicando o direito à educação para a família e não para o Estado. Ele também destacou a missão da Igreja na educação, rebateu a crítica da Maçonaria sobre o ensino gratuito e solicitou o apoio da sociedade em prol da universidade católica. As estratégias de mobilização, principalmente as lideradas por líderes religiosos e políticos, foram importantes para convencer a sociedade goiana da importância da Universidade Católica.

Pais da Família, não podeis capitular diante de vosso dever! Educar é missão da Família! Cumprir ao Estado ajudar e não absorver a Educação! Entregar a escola ao domínio total do Estado, é dar o passo fatídico para o aniquilamento dos direitos do cidadão. Nem se argumente com "ensino gratuito". Quem inventou ensino gratuito e o tem ministrado, há vinte séculos, senão a Igreja Católica? Nem se pode dizer que o Estado ministra ensino gratuito, quando onera os Pais de família com impostos escorchantes, para

construir algumas escolas suntuosas e deixar o resto do País sem escolas ou com escolas mal aparelhadas. O ensino totalmente gratuito será possível quando o Estado cumprir o dever de subvencionar, com equidade e justiça, as escolas particulares! Aqui mesmo, em Goiás, por iniciativa da Igreja, existem mais de cem escolas: primárias, médias, profissionais e superiores, que ministram o ensino ou inteiramente gratuito ou muito mais barato do que o ensino ministrado pelo Estado. Tomemos conhecimento dessa realidade! E em vez de uma campanha anti-cristã e anti-patriótica contra a ação benfazeja da Igreja, a ajudemos os Apóstolos da Instrução, prestigiemos as escolas católicas e veremos como, em breve, Goiás será um dos estados mais favorecidos pela Cultura! Sem a Igreja, sem a ação educadora da Igreja, o Brasil continuaria à sombra do analfabetismo, como a mais fácil prêsa do Comunismo Internacional! (Santos, 1959c, p. 1).

Havia uma disputa no campo da educação, em que a Igreja buscava ter a primazia. Para isso, recorreu ao apoio das famílias católicas para o projeto de uma universidade católica. De acordo com o Censo de 1960⁹⁹, a população de Goiás era de 1.917.460 habitantes, dos quais 1.767.167 se consideravam católicos. Assim, a Igreja Católica possuía uma grande influência sobre a sociedade civil, o que poderia favorecer seu projeto. A Igreja defendia que a educação era um dever primordial da família e, como a maioria das famílias em Goiás eram católicas, isso lhe conferia respaldo no embate existente. Ao mesmo tempo, criticava o Estado, visto como um agente centralizador de poder e controlador da educação. A Igreja questionava a viabilidade e eficácia do ensino gratuito, argumentando que a iniciativa privada, especialmente a católica, seria mais capaz de oferecer educação de qualidade. A educação católica era apresentada como um modelo de excelência, capaz de promover o desenvolvimento cultural e social do país.

Não demos ouvidos às vozes dos chamados “nacionalistas” que nada sabem ou nada querem saber do que se faz em benefício do nosso País. Que nacionalistas são esses que desconhecem ou desprezam tudo o que é nosso e tudo o que é autenticamente brasileiro, no importante setor da Educação? Que os Estudantes goianos despertem para essa verdade e não se deixem impressionar ou influenciar por elementos que se utilizam demagogicamente dos números para uma campanha injustificada e mesquinha contra a Universidade Católica. Essa história de dizer que “cem mil Estudantes”, no Rio de Janeiro, exigiram uma Universidade Federal em Goiás é boa para impressionar “nacionalistas”, mas não convence a homens que se prezam de sua dignidade de chefes de família e que não desejam ver seus filhos arrastados pela onda dos que divinizam o Estado para anular os direitos do cidadão e as prerrogativas dos Pais. Nada temos contra uma Universidade Federal em Goiás. Mas não podemos deixar de protestar contra a maneira deselegante e antidemocrática dos que, a protesto de se criar uma Universidade Federal, se levantam contra a Universidade Católica e contra

⁹⁹ Censo Demográfico de 1960. Recenseamento Geral do Brasil. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), p. 8.

<http://memoria.org.br/pub/meb000000363/censodem1960rvol1t18/censodem1960rvol1t18.pdf>

Acessado 9/10/2024.

toda a obra educacional da Igreja, em Goiás. Em última análise, essa campanha derrotista se volta contra o próprio Estado, contra a iniciativa particular, contra mais de uma centena de colégios devotados a educação do povo goiano, contra os Pais de família e contra os próprios Estudantes que seriam os maiores prejudicados, se lhes faltasse a colaboração da Igreja na obra de sua educação (Santos, 1959c, p. 1-2).

Dom Fernando contestou os motivos de acusação à Igreja. Afirmou que ela não era contrária a uma Universidade Federal em Goiás. Pediu aos estudantes católicos que não se permitissem ser influenciados pelas ideias dos que protestavam contra as iniciativas da Arquidiocese de Goiânia. O desejo do arcebispo era ganhar o apoio das famílias para o fortalecimento do seu projeto. Essa estratégia da Igreja remonta ao pontificado do Papa Pio XI que escreveu uma encíclica sobre a educação cristã, *Divini Illius Magistri*¹⁰⁰. De acordo com o documento papal, a família tinha o direito de escolher, de acordo com sua orientação doutrinal, um modelo educacional que lhe fosse mais preferível. A carta de Dom Fernando gerou repercussão na sociedade goiana, que nesse período era na sua grande maioria católica. Isso contribuiu para a mobilização dos estudantes católicos em favor da Universidade Católica, e fortaleceu o projeto da Arquidiocese de Goiânia.

Na visão do arcebispo, os defensores da universidade federal são rotulados como “nacionalistas” que desconhecem a realidade e os esforços da Igreja na educação, essa estratégia foi utilizada para desacreditar o movimento laico e seus argumentos. A Igreja se apresenta como baluarte da sociedade, detentora de um conhecimento superior sobre a educação, por isso o apelo à tradição e à autoridade. A campanha pela universidade federal é retratada como uma ameaça à família, à liberdade individual e aos valores cristãos, unindo os católicos em torno de uma causa comum. A Igreja Católica, como instituição conservadora, buscava defender seus interesses e valores em um cenário de profundas transformações sociais.

Além disso, o arcebispo elencou dez motivos que justificavam a criação da Universidade Católica de Goiás no intuito de fortalecer a adesão dos católicos à sua proposta, poderíamos dizer o “decálogo” em prol da universidade:

- 1) É de iniciativa particular e não tem outro objetivo senão o desenvolvimento da Cultura;
- 2) É acessível a todos, sejam ricos ou pobres;

¹⁰⁰ Encíclica *Divini Illius Magistri*, escrita pelo Papa Pio XI, em 31 de dezembro de 1929, acerca da educação cristã da juventude, defendia a primazia da família no que tange a educação dos filhos.

- 3) Colabora com o Poder Público, tornando o ensino superior muito menos oneroso aos cofres da nação;
- 4) Faz da Escola Superior um prolongamento do lar, coroando a missão dos Pais, no que toca à educação dos filhos;
- 5) Desperta a capacidade criadora dos Mestres, favorece a livre iniciativa dos Alunos e liberta o Ensino Superior das influências que desviam as atenções da pesquisa científica;
- 6) Dá ao Estudante uma visão larga e universal da vida;
- 7) Cria um ambiente de cultura a serviço da comunidade social;
- 8) Desperta a mocidade para a solução dos problemas da Pátria, formando os líderes do futuro;
- 9) Completa a formação da juventude, encaminhando-a a uma profissão, de acordo com sua inclinação vocacional;
- 10) Fomenta o ideal cristão, tornando-o vivo e operoso, como convém a um País que se gloria de suas tradições e está disposto a defender, não apenas seu território e suas riquezas, como o patrimônio moral e cultural de seus filhos (Santos, 1959c, p. 2).

A Universidade católica de Goiás era um projeto ambicioso e controverso, que refletia as disputas ideológicas e sociais da época. A tentativa de conciliar a fé cristã com a busca do conhecimento científico era um desafio complexo e gerava debates sobre a autonomia da ciência e a influência da religião na formação dos estudantes. O movimento que opunha à universidade católica questionava a afirmação de que a universidade seria livre de influências ideológicas, porque viam na instituição um espaço de propagação dos valores religiosos.

A visão de Dom Fernando para a universidade era atender às necessidades da sociedade goiana por ensino superior de qualidade, com base nos valores cristãos. Desejava formar profissionais qualificados e comprometidos com o desenvolvimento de Goiás. Promover a pesquisa científica em diversas áreas do conhecimento. A universidade católica difundiria a cultura cristã e os valores humanistas. Combateria o materialismo e o ateísmo, promovendo uma de visão de mundo fundamentada nos valores cristãos. Formaria líderes católicos para atuar na sociedade, aumentando sua presença e influência. Proporcionaria uma educação completam que integrasse fé e razão, contribuindo para o desenvolvimento de Goiás.

A Igreja se reconhecia como um ator importante na sociedade goiana, como elemento ponderável de ordem, cultura e progresso. Em vista disso, investiu pesadamente na educação, principalmente no desejo de fundar uma universidade católica. Mobilizou uma “cruzada” em benefício de sua causa, principalmente perante os conflitos com os estudantes e os demais movimentos opositores à Igreja, como a maçonaria.

Havia claramente uma disputa pelo campo da educação superior em Goiás, de um lado a Igreja Católica, defensora do ensino confessional e tradicional; do outro, o movimento estudantil, que defendia o ensino laico e gratuito.

Na perspectiva de Pierre Bourdieu (1989), a percepção do mundo social pode ser compreendida em dupla estruturação, objetiva e subjetiva. Objetiva, pois se refere às estruturas sociais e materiais que moldam a percepção de mundo. Subjetiva quando se refere à maneira como os indivíduos interpretam e se relacionam com as estruturas sociais.

Do lado *objetivo*, ela está socialmente estruturada porque as autoridades ligadas aos agentes ou às instituições não se oferecem à percepção de maneira independente, mas em combinações de probabilidade muito desigual (...) do lado *subjetivo*, ela está estruturada porque os esquemas de percepção e de apreciação susceptíveis de serem utilizados no momento considerado, e sobretudo os que estão sedimentados na linguagem, são produto das lutas simbólicas anteriores e exprimem, de forma mais ou menos transformada, o estado das relações de força simbólicas (Bourdieu, 1989, p. 139-140).

As lutas simbólicas são complexas e multifacetadas, permeando diversos aspectos da vida social. No âmbito objetivo, envolvem ações de representação individual e coletiva que visam mostrar e legitimar determinadas realidades. Grupos sociais lutam por visibilidade e reconhecimento, buscando ocupar um lugar de destaque no espaço social. A lógica subjacente é a disputa por poder e influência, utilizando-se de símbolos e representações para alcançar seus objetivos. No âmbito subjetivo, as lutas simbólicas buscam transformar as categorias de percepção e avaliação do mundo social. Estruturas de cognição e apreciação são contestadas e renegociadas, com o objetivo de reconfigurar o significado de diferentes elementos sociais. Essa dimensão subjetiva é fundamental para compreender as dinâmicas de poder e as relações de dominação presentes neste embate entre o público e o privado em Goiás, em vista da primeira universidade. Nesta linha, essas lutas simbólicas têm uma lógica específica,

(...) que lhes confere uma autonomia real em relação às estruturas em que estão enraizadas. Pelo fato de que o capital simbólico não é outra coisa senão o capital econômico ou cultural quando conhecido e reconhecido, quando conhecido segundo as categorias de percepção que ele impõe, as relações de força tendem a reproduzir e reforçar as relações de força que constituem a estrutura do espaço social. Em termos mais concretos, a legitimação da ordem social não é produto, como alguns acreditam, de uma ação deliberadamente orientada de propaganda ou de imposição simbólica; ele resulta do fato de que os agentes aplicam às estruturas objetivas do mundo social estruturas de percepção e apreciação que são provenientes dessas

estruturas objetivas e tendem por isso a perceber o mundo como evidente (Bourdieu, 1989, p. 163).

Dentro da lógica específica das lutas simbólicas, onde a Igreja Católica buscava reconhecimento e validação de suas posições e valores, deslegitimando as visões opostas. Dom Fernando utilizou sua habilidade política através das seguintes táticas: Primeira, proximidade com o poder político. Era o bispo responsável por acompanhar a construção de Brasília em nome do episcopado brasileiro, pois estava mais perto da nova capital geograficamente. Gozava de proximidade com o presidente da República, Juscelino Kubitschek. Segunda, contou com o apoio das autoridades políticas e empresários vinculados à Igreja. Terceira, mobilização da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, que reuniu todo o episcopado brasileiro em Goiânia para sua IV Assembleia Ordinária em 1958. Quarta, mediação política, pois, contou com o apoio do Cônego Trindade da Fonseca e Silva que era deputado federal por Goiás para auxiliar nos trâmites junto ao governo federal. Segundo Amado (1996), desde Juscelino Kubitschek até João Goulart a aliança entre Igreja Católica e Estado não era apenas mantida, mas procurada e divulgada pela própria Igreja Católica. Isso é evidenciado no caso de Goiás, em prol da universidade católica.

A Igreja Católica para manter as faculdades existentes, e concomitantemente com a criação da universidade católica dependeria das subvenções do governo federal para manter a obra, parte da manutenção dependeria essencialmente dos recursos públicos. Segundo a Ata de reunião para estudo das possibilidades de instituição e aparelhamento da Faculdade Goiana de Direito (católica)¹⁰¹, o arcebispo estava mediando um projeto auxiliar do Governo Federal que repassaria cem milhões de cruzeiros para educação superior católica em Goiás. Dentro do projeto da Universidade Católica de Goiás, Dom Fernando já negociava com o presidente da República enviar uma mensagem ao Congresso Nacional “propondo o subvencionalmente da organização universitária da Arquidiocese” (Ata da Reunião..., 1958).

¹⁰¹ Ata de reunião para estudo das possibilidades de instituição e aparelhamento da Faculdade Goiana de Direito, 22 de outubro de 1958. Arquivo do Instituto de Pesquisa e Estudos Históricos do Brasil Central.

3.4 A atuação dos jesuítas em Goiânia e seu protagonismo na criação da universidade católica

Depois disso, a próxima estratégia consistiu no fortalecimento dos jesuítas em Goiânia para assumirem a direção da futura universidade. O pe. Francisco Machado devido problemas de saúde foi transferido para o Rio de Janeiro no final de 1958, no seu lugar veio o pe. Paulo Nacca que chegou à Goiânia em março de 1959, para dar continuidade ao trabalho do seu antecessor. O pe. Nacca tinha várias experiências pedagógicas e administrativas, havia ocupado cargos de direção¹⁰² em diversas instituições educativas, o último cargo que exerceu antes de chegar a Goiânia, foi o de reitor do Pontifício Colégio Pio Brasileiro em Roma.

Diante dos problemas locais, era necessária uma pessoa bem-preparada para, junto aos demais jesuítas residentes em Goiânia, criar um corpo organizacional e diretivo para a universidade nascente. O esforço do arcebispo em articular estratégias em prol da fundação da universidade não seria suficiente se não houvesse uma equipe diretiva capaz de estruturar a Universidade Católica de Goiás para que ela se mantivesse e prosperasse. O pe. Nacca recebeu a missão de ser o diretor da Faculdade de Ciências Econômicas e de organizar toda a parte burocrática da criação da universidade.

Até 1959, havia em Goiânia as faculdades que estavam sob a regência da Igreja Católica: Enfermagem (1942), Filosofia, Ciências e Letras (1948), Belas Artes (1952), Ciências Econômicas (1950), Serviço Social (1957), Direito (1959); e, as faculdades de caráter laico: Direito (1934)¹⁰³, Farmácia e Odontologia (1947)¹⁰⁴ Engenharia (1952), Conservatório de Música (1953), e medicina¹⁰⁵ em gestação. A Igreja Católica desempenhou um papel importante no campo da educação superior, sob a liderança de Dom Emanuel Gomes de Oliveira. Ele investiu pesadamente na

¹⁰² No Colégio Santo Inácio, de Belo Horizonte, e no Colégio São Luís, de São Paulo, atuou como prefeito (coordenador) de disciplina e de estudos. No Colégio São Luís foi também reitor, como também diretor da Faculdade São Luís. Em Roma, além de ser o reitor do Pontifício Colégio Pio Brasileiro, colaborou como consultor do Secretariado Internacional do Dicastério “*Propaganda Fidei*”.

¹⁰³ Esta faculdade remonta a Academia de Direito de Goiás criada em 1898.

¹⁰⁴ A Faculdade de Farmácia e Odontologia foi fundada em 1947 sob a gerência da Sociedade de São Vicente de Paulo, mas depois com a movimentação pró Universidade Federal, um grupo de professores anti-clericais conseguiu formular um estatuto que dava direito de autonomia para a faculdade, não ficando mais sob a tutela da Igreja.

¹⁰⁵ A faculdade de medicina foi fundada em 1960.

educação em Goiás e coube a Igreja fundar as quatro primeiras faculdades na nova capital de Goiás, já em vista da universidade.

No início da sua missão, o pe. Nacca encontrou vários desafios a serem superados: primeiro, adequar-se à Lei Federal, que exigia que uma universidade tivesse uma das seguintes faculdades: Direito, Engenharia ou Medicina. Para isso, a Arquidiocese de Goiânia criou em 1959 a Faculdade Goiana de Direito. Segundo, recolocar “na linha católica a Faculdade de Ciências Econômicas que, esgueirando-se para o bloco leigo iria apoiá-lo em sua pretensão de antecipar-se a nós com a Universidade Federal, e impossibilitar a criação da Católica” (Nacca, 1959, p. 1)¹⁰⁶. Poderia acontecer o mesmo que aconteceu com a Faculdade de Farmácia e Odontologia¹⁰⁷. A Igreja precisava manter seu projeto coeso, e os jesuítas foram de fundamental importância nesse processo. Por isso, o próprio pe. Nacca teve que assumir a direção da Faculdade de Ciências Econômicas. Terceiro, a Escola de Belas Artes pleiteava exceções dentro da Universidade, mas acabou por conformar-se com a sorte comum das instituições incorporadas. Quarto, o movimento estudantil se rebelou contra a Igreja na proposta de uma Universidade Federal:

Muito teríamos a falar aqui da campanha que contra nos deflagraram a maçonaria, os comunistas e os estudantes das Faculdades leigas, insuflados por aqueles. No dia em que tomei posse na Faculdade de C. Econômicas, contra a vontade dos laicizantes, foi colocada, à noite, em uma esquina próxima de nossa casa, uma grande faixa com a inscrição: “Os estudantes de Goiás exigem a Universidade Federal - Ensino gratuito para todos”. Um grupo destes estudantes, poucos dias depois, foi a Cúria protestar junto ao Sr. Arcebispo, contra a campanha que, diziam, a Igreja estava fazendo em prejuízo da Univ. Federal. O Sr. Arcebispo respondeu-lhes com muita calma e com muita firmeza: “Nenhuma palavra oral ou escrita foi dita por nós contra a universidade federal por vocês pleiteada. Estamos de acordo com a criação dessa universidade e lhe daremos todo nosso apoio. Ninguém poderá, no entanto, contestar-nos o direito que nos assiste, num regime democrático como o nosso, de organizar também nossa Universidade Católica quando quisermos e como quisermos” (Nacca, 1959, p. 1).

Diante dos desafios apresentados pelo pe. Nacca, ficou claro que a disputa estava muito acirrada. De acordo com a visão da época, havia uma competição pelo poder: qual grupo seria o mais forte e coeso para se articular e alcançar a meta de

¹⁰⁶ Informações do Padre Nacca sobre a Universidade Católica de Goiás- Goiânia. 1959. Arquivo da Província dos Jesuítas no Brasil.

¹⁰⁷ Essas faculdades foram criadas sob a égide da Igreja Católica, vinculadas à Santa Casa de Misericórdia. No entanto, posteriormente, sob a liderança de um grupo de profissionais dos cursos, ocorreu um rompimento com a Igreja, tornando os cursos de caráter laico.

fundar a primeira universidade de Goiás? Essa universidade seria o centro de cultura e a principal fonte de disseminação do conhecimento em todo o Estado. Tratava-se de uma disputa pelo domínio da educação superior em Goiás. A corrida para fundar a universidade garantiria ao grupo que alcançasse esse objetivo a liderança intelectual em Goiânia e em Goiás no futuro próximo.

Nesta ocasião o movimento estudantil apoiado pela maçonaria convidou Luiz Carlos Prestes para fazer uma conferência em Goiânia, na Associação Comercial e na Associação dos estudantes leigos, nesta ocasião a maçonaria apresentou um manifesto que assim dizia: “o clero quer a Universidade Católica que se paga para estudar, a maçonaria pleiteia o ensino gratuito para todos. Quem é o verdadeiro amigo do povo, o clero ou a maçonaria?”. A maçonaria foi uma forte opositora da Igreja Católica, por meio da sua crença universalista e racionalista, se posicionava abertamente anticlericalista, a partir da influência do pensamento liberal e cientificista, apoiava os movimentos que defendiam essas linhas de pensamento (Barata, 1999). Com o apoio, influência e financiamento da Maçonaria, o movimento estudantil buscava políticos influentes, como deputados estaduais e federais, com o objetivo de consolidar a proposta da universidade federal.

É nítida a disputa acirrada entre dois grupos pela fundação da primeira universidade de Goiás. Essa disputa se deu, em meio a negociações de interesses e visões de mundo, revelando-se como um campo de batalha simbólica, onde cada grupo buscava hegemonia cultural e poder. Os conceitos de campo e *habitus* de Pierre Boudieu, são muito válidos para essa compreensão. O campo da educação superior em Goiás se estruturava como uma rede de relações de poder entre agentes (indivíduos e instituições) que disputavam por posições de destaque. Havia recursos importantes nesse campo, como reconhecimento, legitimidade, recursos financeiros e simbólicos. O objetivo da disputa era nortear a inteligência de Goiânia e de Goiás no futuro próximo.

Os agentes que agiam nesse campo era a Igreja Católica, liderada por Dom Fernando Gomes dos Santos, que buscava manter a hegemonia cultural-religiosa e o controle sobre a educação superior. E o movimento estudantil que defendia uma universidade laica, gratuita e acessível a todos. Essa disputa visava um conjunto de disposições e práticas que moldam a percepção e o comportamento dos agentes no campo, isto é, o *habitus*. Igreja: *habitus* marcado pela tradição, conservadorismo e

hierarquia. Movimento estudantil: *habitus* marcado pela contestação, inovação e horizontalidade.

Diante de todo o movimento causado pelos estudantes, a Igreja fez a opção contrária, trabalhar de maneira mais silenciosa, preparando toda a documentação exigida pelo Ministério da Educação e também contanto com as influências políticas e eclesiais que tinham como finalidade receber a aprovação da Universidade Católica de Goiás. Nesta época, Dom Helder Câmara era bispo auxiliar do Rio de Janeiro, e tinha grande influência dentro do Ministério da Educação, e a sua participação foi importante para aprovação do projeto. Assim relatou pe. Nacca:

Enquanto nós, sem nenhum alarde, fomos trabalhando, na calada e eficientemente, preparando os documentos necessários exigidos pela Lei; no que fomos apoiados grandemente pelo pessoal do Ensino Superior no Ministério da Educação, devido as boas amizades que lá tínhamos, ou fizemos. Quando, porém, nossos adversários tiveram consciência da dianteira que levávamos, procuraram, por intermédio de um deputado à caça de popularidade, destruir nosso trabalho com um projeto de lei apresentado no Parlamento Nacional, pelo qual se decretava a criação da Universidade Federal de Goiás encampando todas as Faculdades particulares que a ela não aderissem. Evidentemente era injusto e inconstitucional esse projeto. Deixou-nos apreensivos, mas, em nada nos prejudicou, antes, acelerou nossa atividade. No dia 7 de Outubro, festa de N.Sra.do Rosário, enquanto o projeto alheio era condenado pela comissão “ad hoc” o processo de nossa Universidade era aprovado unanimemente após o brilhante parecer do Conselheiro José Barreto Filho, que, assim concluiu: “...pelas razões aduzidas e considerando que a Diretoria do Ensino Superior, que bem examinou o processo, teve como perfeito e o Estatuto bem estruturado de acordo com a Lei; considerando ainda que a Universidade de Goiás, será entregue à Companhia de Jesus o que constitui uma garantia de seu sucesso e futuro desenvolvimento, proponho ao Conselho Nacional a aprovação...” (Nacca, 1959, p. 2).

Através do relato fica evidente que a participação da Companhia de Jesus dentro desse processo foi essencial não só para aprovação do projeto, mas para seu bom êxito. A Companhia gozava de boa fama no Rio de Janeiro, até então capital federal, devido ao trabalho que exercia junta a Universidade Católica do Rio de Janeiro. Isso colaborou para o bom andamento do trabalho da Igreja em Goiás. O pe. Paulo Nacca ficou no Rio de Janeiro durante todo o período em que o processo tramitava junto ao Ministério da Educação. Sua experiência administrativa e acadêmica, obtida nas obras da Companhia de Jesus colaboraram para essa articulação, estruturação e aprovação.

Nesse período da história, não era fácil nem barato todo esse trâmite de deslocamento e permanência no Rio de Janeiro. Além de sua rede de influência

política, a Igreja também possuía recursos para custear essas demandas. A Companhia de Jesus, como protagonista desse processo, colaborou em todos os sentidos, em nome da Igreja Católica para alcançar o objetivo final: a fundação da universidade católica. Ademais, é perceptível que, nessa disputa pelo campo da educação superior entre o movimento católico e o laico, não havia uma correlação de forças igualitária. O poder que a Igreja Católica detinha nesse momento definiu o rumo da disputa, garantindo-lhe a aprovação da universidade pelo governo federal.

O pe. Nacca em seus relatos afirmava também que, com a criação da Universidade, era urgente formar as elites entre os professores e, principalmente entre os alunos, porque estes eram mais solicitados pelos comunistas e pela maçonaria. A Companhia de Jesus se interessou em reforçar sua atuação em Goiânia, inclusive como forma de conter o avanço das ideias defendidas pela maçonaria, como o materialismo e o sentimento irreligioso.

Em 12 de outubro de 1959, o então ministro da educação, Dr. Clóvis Salgado homologava o ato do Conselho Nacional de Educação e enviou a minuta do decreto para que o Presidente da República pudesse assinar. Em seguida, o pe. Nacca foi ao Palácio do Catete, onde encontrou um ex-aluno do colégio Loyola de Belo Horizonte, diplomado no Itamarati como primeiro Consul. E assim, no dia 17 de outubro de 1959, o documento estava assinado. Em seguida, foi promulgado no Diário Oficial o decreto n. 47.041, que concedeu à Universidade de Goiás¹⁰⁸ o direito de universidade livre equiparada e aprovou seu Estatuto.

Decreto nº 47.041, de 17 de Outubro de 1959

Concede à Universidade de Goiás regalias de Universidade livre equiparada e aprovada o seu Estatuto. O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, item I, da Constituição e tendo em vista o que se contém no processo nº 110.688-59, do Ministério da Educação e Cultura, DECRETA: Artigo único. Ficam concedidas as regalias de universidade livre equiparada à Universidade de Goiás e aprovado o seu Estatuto, que com este baixa, assinado pelo Ministério de Estado da Educação e Cultura. Rio de Janeiro, 17 de outubro de 1959; 138º da Independência e 71º da República. JUSCELINO KUBITSCHEK, Clóvis Salgado.

¹⁰⁸ Devido aos conflitos com a maçonaria e o movimento estudantil, a Igreja considerou apropriado não utilizar o adjetivo “católica” no nome da universidade, a fim de transmitir a ideia de que a instituição era aberta a todos. O termo “católica” foi incorporado oficialmente à nomenclatura apenas em 1971.

Diante desses conflitos, a Igreja, por estratégia, resolveu tirar o adjetivo “católica” para facilitar a aprovação e, ao mesmo tempo, tornar mais simpática aos olhos da sociedade laica, para que entendessem que a universidade era para todos. Sendo assim, ficou reconhecida como Universidade de Goiás, mantida pela Sociedade Goiana de Cultura e composta pela Faculdade de Filosofia; Faculdade Goiana de Direito; Faculdade de Ciências Econômicas; Escola Goiana de Belas Artes; Escola de Serviço Social e Escola de Enfermagem. De acordo com seu Estatuto, ela estaria sob a responsabilidade do Arcebispo Metropolitano de Goiânia e dos Bispos da Província Eclesiástica de Goiânia, e teria por finalidade: 1- promover e incentivar a pesquisa e a cultura científica, filosófica, literária e artística; 2- manter e desenvolver o ensino nas unidades que a compõem; 3- formar profissionais habilitados para as necessidades do País; 4- promover a formação integral da pessoa humana, de acordo com os princípios da doutrina católica (Estatuto da Universidade de Goiás, 1959).

Toda a autoridade da nova universidade foi conferida ao arcebispo de Goiânia, Dom Fernando Gomes dos Santos, e à Sociedade Goiana de Cultura. Aos jesuítas, coube a administração da universidade sob a tutela do arcebispo, sendo assim, foi feito um projeto de acordo¹⁰⁹ entre a Sociedade Goiana de Cultura (SGC), mantenedora da Universidade, ligada ao arcebispo, e a Sociedade de Educação e Assistência Social (SEAS), pessoa jurídica que representava a Companhia de Jesus.

Por meio deste acordo, o arcebispo metropolitano entregava à SEAS a direção da Universidade de Goiás. Todos os encargos e direitos atribuídos pelo Estatuto da Universidade à SGC, sua mantenedora, pelo acordo era transferido à SEAS. O reitor da universidade será indicado pela entidade jesuítica, cabendo ao arcebispo dar-lhe posse no cargo. A SEAS se comprometia a formar e fornecer os padres jesuítas, na proporção de um ou dois ao ano, até atingir um número de professores jesuítas capaz de orientar e dirigir, com eficiência, a universidade. A direção da universidade estaria subordinada ao Direto Canônico e a autoridade eclesiástica competente, que se referia ao governo arquiepiscopal.

¹⁰⁹ Acordo entre a Sociedade Goiana de Cultura e a Sociedade de Educação e Assistência Social da Companhia de Jesus. 1959. Arquivo Romano da Companhia de Jesus.

A SEAS se responsabilizava em imprimir na universidade as orientações da cultura geral e técnica particular que mais beneficiasse a população do Brasil Central, dentro dos interesses do Estado de Goiás. A SGC, por meio de seu presidente, isto é, o arcebispo, deveria apoiar substancialmente junto às autoridades civis, para que não faltasse nenhum subsídio que garantisse a continuidade e o seu desenvolvimento no futuro.

É importante ressaltar que, nos trâmites para aprovação dos estatutos, Dom Fernando já havia articulado junto ao governo JK uma doação de Cr\$ 25.000.000,00 (vinte cinco milhões de cruzeiros), para a Universidade de Goiás, previsto em projeto de lei. Além disso, a SGC deveria transferir à SEAS, com escritura pública, o patrimônio já designado pela mesma à Universidade de Goiás. O acordo também resguardava que a dissolução da universidade só se faria de mútuo acordo entre a SGC e SEAS. Isso garantia que o patrimônio dela reverteria à SGC ou a Arquidiocese de Goiânia.

Logo após a aprovação oficial da universidade, os estudantes se rebelaram. Liderados pelos alunos da Faculdade de Direito, organizaram uma greve estudantil durante os dias 19, 20 e 21 de outubro de 1959, motivando os estudantes a fazerem manifestações pacíficas, nas ruas de Goiânia. Nesta ocasião encenaram, na Praça do Bandeirante, o enterro simbólico de Dom Fernando, responsável pela criação da Universidade Católica. Os estudantes alegavam que seu protesto era uma resposta à oposição à criação da Universidade Federal, pois defendiam o ensino laico e gratuito, em contraposição ao ensino elitista ministrado pela Igreja.

O Centro Acadêmico XI de Maio da Faculdade de Direito de Goiás, mentor das mobilizações pró Universidade Federal, soltou uma nota com a seguinte resolução:

- 1) Universidade Federal de Goiás é a aspiração dos estudantes e do povo goiano;
- 2) O movimento pró criação da referida Universidade, conduzido com idealismo e honestidade, vem sendo sabotado vilmente por forças e grupos educacionistas, mercadores e exploradores do ensino;
- 3) A Cúria Metropolitana de Goiânia, aproveitando-se do sentimento de religiosidade do povo e acobertados por falsa aura de virtuosismo, vem obstruindo por todos os meios a criação da Universidade Federal, desfrailando, hipócritamente, a bandeira da indústria do anti-comunismo;
- 4) Os defensores da Federal nunca atacaram nem prejudicaram a criação da Universidade Católica;
- 5) Mesmo sendo respeitados por nós, vêm repetidas vezes, procurando destruir os nossos movimentos (reunindo os deputados federais goianos,

pressionando-os para que não apoiem o projeto que cria a Universidade Federal e enviando o conhecido Cônego Trindade em missão especial ao Rio de Janeiro com este único objetivo)¹¹⁰.

Os estudantes argumentavam que, nas outras capitais brasileiras foram criadas primeiro as universidades federais e depois as católicas, e que em Goiás seria diferente. Em entrevista ao jornal *Cinco de Março*¹¹¹, o acadêmico de direito Roldão de Oliveira, presidente do Centro acadêmico XI de Maio, alegava que, no atual orçamento, a Igreja já havia conseguido a aprovação de uma verba de 25 milhões de cruzeiros para a Universidade Católica. E que, antes do orçamento ser executado, o presidente Juscelino Kubitschek autorizou o Banco do Brasil a adiantar três milhões para a instalação da universidade. Os estudantes reivindicavam que a verba pública deveria ser para a educação pública. Acusavam a Igreja de interferência política para boicotar o projeto de criação da Universidade Federal proposto pelo deputado Castro Costa.

O movimento se estendeu por toda a semana, tendo seu ápice no dia 23. Cerca de três mil católicos se reuniram na praça da Catedral Metropolitana de Goiânia, em apoio ao arcebispo, Dom Fernando, enquanto ele celebrava a missa da noite em ação de graças pela fundação da Universidade Católica de Goiás. Foi noticiado no jornal: “Os estudantes insuflados por agitadores, percorriam as ruas do centro. O prelado pediu ao povo que se mantivesse calmo, fizesse orações e não impedisse o movimento dos estudantes” (O Globo, 1959)¹¹². O ápice dessa revolta foi o enterro simbólico de Dom Fernando na Praça do Bandeirante.

Voltemos ao velório. No seu terceiro dia, foi redigido um sórdido testamento e organizado o enterro dos “sabotadores”. Em praça pública entre discursos improvisados e inflamados, ateou-se fogo a esquife inventado pela ingorância e pelo despeito. Nem faltaram uns rapazolas vestidos de saias pretas à guisa de batinas. Nessa mesma hora o Sr. Arcebispo, que em meio a todos estes repugnates fatos, mantivera grande serenidade e elevação, reunia seus fiéis na Catedral para uma hora-santa. E que se combinara não intervir num assunto que especificamente competia à polícia. Esta no entanto omitira-se porque não recebera ordem de agir. Fizera-o, uns três meses antes, contra demonstrações de estudantes, com tal infelicidade e violência que seu chefe teve que demitir-se (Nacca, 1959, p. 4).

¹¹⁰ Panfleto da Nota Oficial do Centro Acadêmico XI de Maio. Goiânia, 16 de outubro de 1959. Arquivo do Instituto de Pesquisa e Estudos Históricos do Brasil Central

¹¹¹ Jornal *O Cinco de Março*, Ano 1, número 3. Goiânia, outubro de 1959.

¹¹² Jornal *O Globo*, 26 de outubro de 1959.

Figura 8: Enterro simbólico de Dom Fernando Gomes dos Santos



Fonte: El estudiante- la revista estudiantil internacional, v. 4, n. 2, Marzo 1960.

Em meio a esse conflito, a polícia se colocou à disposição da Igreja que tinha grande influência nesse momento, mas o Dom Fernando preferiu uma metodologia pacífica para lidar com o acontecimento. Assim, foi relatado:

“Arcebispo, estou às ordens”. Esta declaração de um Secretário de Segurança Pública deixou perplexo Dom Fernando, Arcebispo de Goiânia, no auge de uma crise político-religiosa, na década de 60, quando uma corrente de opinião se insurgia contra a criação da Universidade Católica de Goiás, pretendida pela Igreja. Dom Fernando, calmamente, respondeu Secretário: “O Senhor deve obedecer ao seu comandante e não a mim”. A resposta do Arcebispo causou constrangimento geral, porque no momento que o Secretário fazia tão importante declaração estavam presentes diversas autoridades. Quando um grupo de dissidentes promovia o enterro simbólico do Arcebispo pelas ruas Goiânia, Dom Fernando fazia outra declaração surpreendente: “Se o enterro for feito na praça Catedral asseguro que não será simbólico”. Essas afirmações atestam a dimensão humana do Arcebispo de Goiânia e confirmam a sua fé em Deus e na Igreja. Na verdade, conforme ele mesmo confessa as minhas palavras devem ser interpretadas no sentido exato da missão que me foi confiada (Revista da Arquidiocese, 1977b, p. 449)

Esta revolta estudantil que opunha à universidade católica foi um marco histórico pela democratização da educação superior em Goiás. Foi graças a esse movimento que, no ano seguinte (1960), foi fundada a Universidade Federal de Goiás, de caráter laico e gratuito. Os estudantes do Centro Acadêmico XI de Maio repudiavam o ensino privado e confessional, que privilegiava a doutrina religiosa em

detrimento da liberdade de pensamento. Defendiam o ensino laico e gratuito, acessível a todos, independentemente de classe social ou religião. Além disso, criticavam a postura da Igreja Católica, vista como um obstáculo ao desenvolvimento da educação superior no Estado.

Diante dessas manifestações contra Dom Fernando, ele recebeu mensagens de apoio de autoridades eclesásticas, civis, políticas e estudantis, dentre elas destacamos do então prefeito de Goiânia, Jaime Câmara:

No momento em que V. Excia. é tão profundamente atingido pela irreverência de um grupo de estudantes, venho no meu nome e no de Prefeito de Goiânia manifestar-lhe inteira solidariedade. Tendo contribuído para criação da Universidade Católica como fundador da Faculdade de Ciências Econômicas, sou francamente favorável também a fundação da Universidade Federal, desde que movimento seja isento de paixões imoderadas do momento. Só lamento, que estudantes da nossa terra, que tantas vitórias têm alcançado, defendam tão justa reivindicação quebrando duzentos anos de respeito às tradições religiosas e ao dignatário da Igreja do povo goiano (Câmara, 1959)¹¹³.

A documentação revela que, entre os estudantes, existia um grupo que apoiava o projeto da Universidade Católica. Diversos telegramas e cartas de grêmios e/ou associações estudantis demonstram essa posição. Entre os signatários, podemos destacar: Centro Acadêmico Rui Barbosa - Faculdade de Filosofia¹¹⁴. Professores da Escola Goiana de Belas Artes¹¹⁵. Sociedade da Faculdade de Medicina¹¹⁶. Diretório Acadêmico Veiga Vale - Escola Belas Artes¹¹⁷. Diretório Acadêmico Dom Abel - Faculdade de Serviço Social¹¹⁸. Secretaria de Estado da Educação e Cultura de Goiás¹¹⁹. Centro Acadêmico Clovis Bevilacqua - Faculdade Goiana de Direito (Católica)¹²⁰.

A presença de diferentes grupos de estudantes apoiando a Universidade Católica demonstrava que a disputa pela criação da Universidade Federal de Goiás

¹¹³ Telegrama de Jaime Câmara a Dom Fernando. 23 de outubro de 1959. Arquivo do Instituto de Pesquisa e Estudos Históricos do Brasil Central.

¹¹⁴ Representava os estudantes de filosofia que apoiavam a iniciativa da Universidade Católica.

¹¹⁵ Demonstrava o apoio de parte do corpo docente da Escola de Belas Artes ao projeto católico.

¹¹⁶ Evidenciava que um grupo de estudantes de medicina também defendia a criação da Universidade Católica.

¹¹⁷ Reforçava o apoio de parte dos estudantes da Escola de Belas Artes à Universidade Católica.

¹¹⁸ Indicava que a Faculdade de Serviço Social também tinha um grupo de estudantes que apoiava o projeto católico.

¹¹⁹ Mostrava o apoio do governo estadual à criação da Universidade.

¹²⁰ Grupo de estudantes de direito que defendia o projeto católico.

não era homogênea entre os estudantes. Havia diferentes visões sobre o papel da educação superior e sobre o modelo ideal de universidade.

Na Assembleia Legislativa de Goiás, os deputados católicos Sebastião Arantes e Nelson de Castro apresentaram um requerimento propondo um voto de louvor a Dom Fernando pela criação da Universidade Católica. A aprovação aconteceu com unanimidade no dia 21 de outubro de 1959. Em seu discurso, o deputado Sebastião Arantes destacou que não era contra o manifesto dos jovens em favor da Universidade Federal. No entanto, ele se posicionou contra a forma como eles se manifestaram, considerando-a desrespeitosa à figura do bispo. Ao final, ele fez um apelo aos estudantes:

Faço um apelo aos jovens da minha terra que enterrem o analfabetismo, enterrem a ignorância, a irresponsabilidade daqueles que dirigem movimentos dessa espécie. Sepultem o desrespeito às autoridades para que possam levantar no altar da Pátria no coração do Brasil o auriverde pendão de um Brasil abençoado que protesta contra esta patifaria de uns jovens mal orientados (Arantes, 1959, p. 23-24)¹²¹.

No dia seguinte, Cônego José Trindade da Fonseca e Silva que era deputado federal por Goiás apresentou ao deputado Anísio Rocha, líder dos estudantes no Brasil, um discurso caloroso em defesa do arcebispo e da Universidade Católica.

E serviu de pretexto imediato para tão ilegítima atitude, a qual, na sua essência, vem ferir a fundo, não só a dignidade da Igreja Católica, não só a autoridade do Pastor Diocesano, mas, sobretudo, os foros culturais de um povo civilizado, o nobre e altivo povo goiano, o recente decreto do Governo da República; de número 47.041 de 17 de outubro deste ano, que concede a Universidade de Goiás as regalias de Universidade equiparada e aprova seus estatutos. Essa grande realidade para os foros de cultura do Brasil Central vem, entretanto, as raízes em muitos sacrifícios, dedicação e vigílias do saudoso Dom Emanuel, e, que, em feliz momento, se consolida graças aos trabalhos no mesmo ritmo, do preclaro Senhor Dom Fernando. A Igreja é uma só, mas essas incompreensões atingem a memória do grande Arcebispo morto. Como homem público sempre apostado aos problemas educacionais da Arquidiocese e ligado pela hierarquia ao preclaro Arcebispo Metropolitano, não podia ficar alheio a tão insólito acontecimento. Posso, entretanto, afirmar, alto e bom som, que o nosso insigne Pastor Diocesano nada faz, dada a verdade dos fatos, senão cumprir as suas graves responsabilidades na defesa dos legítimos direitos da Arquidiocese, assegurados pela Constituição Federal, os direitos inerentes à propriedade particular (Silva, 1959, p. 1)¹²².

¹²¹ Voto de Louvor a Dom Fernando, discurso do deputado Sebastião Arantes. Revista da Arquidiocese. Número XI, novembro de 1959.

¹²² Carta de Cônego José Trindade da Fonseca e Silva ao Deputado Anísio Rocha. Rio de Janeiro, 22 de outubro de 1959. Arquivo do Instituto de Pesquisa e Estudos Históricos do Brasil Central.

O cônego Trindade enfatizou que Dom Fernando não era contra a fundação da Universidade Federal de Goiás, e que, de acordo com a legislação vigente, a Igreja tinha direito de fundar uma universidade privada. Ressaltou que em outras capitais brasileiras há duas universidades, uma federal e uma católica, como era o caso do Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre; e que em Goiânia essa realidade poderia acontecer. A partir de então, a Igreja começou a conciliar a ideia da possibilidade de existência de duas instituições superiores no Estado. Essa estratégia apaziguaria aqueles que se manifestavam contra a Igreja e, ao mesmo tempo, possibilitava um caminho de cooperação para existência de duas universidades.

Com o mesmo entusiasmo pela vitória alcançada, luta de vários anos, é oportunidade da criação da Universidade de Goiás, sob os auspícios da Arquidiocese, quero, em futuro próximo jubilar também comigo mesmo, pela concretização da Universidade Federal de Goiás, ou seja, do Brasil Central. E o farei como um estudioso do assunto e combatente intemorato pelo renome digno da minha terra, sobretudo, em favor da mocidade estudiosa de Goiás, a quem nunca faltou a minha modesta cooperação, quer como secretário de Educação e quer como deputado federal em duas legislaturas (Silva, 1959, p. 2).

Depois de todos esses acontecimentos, a Arquidiocese de Goiânia realizou várias ações em favor do arcebispo. O ápice dessas iniciativas foi a Hora Santa em ação de graças pela criação da Universidade que aconteceu no dia primeiro de novembro de 1959 na Catedral Metropolitana de Goiânia. O movimento arrebanhou uma grande multidão de fiéis vinda de todos os cantos da Arquidiocese para manifestar seu apoio a Dom Fernando. Era como um “ato de reparação” e ao mesmo tempo, para evidenciar e afirmar a força da Igreja em meio aos manifestantes que se rebelaram contra ela.

As insígnies personalidades que ali estiveram, os oradores que se fizeram ouvir, as pessoas gradas, as representações paroquiais, mestres e discípulos, clero e povo, semeadores e paladinos atestaram, de maneira confortadora, que nem tudo está perdido, pois, vimos que os brios dos católicos de Goiás repelem as vilanias que se cometam contra as legítimas autoridades constituídas em dignidade (Revista da Arquidiocese, 1959, p.1)¹²³.

¹²³ Revista da Arquidiocese de Goiânia, Ano III, n. XI, novembro de 1959.

Figura 9: Desfile dos Colégios em favor de Dom Fernando



Fonte: Revista da Arquidiocese, 1959.

Três foram os motivos elencados para justificar essa concentração: o aniversário de ordenação sacerdotal de Dom Fernando Gomes dos Santos; a criação da Universidade de Goiás, momento histórico para a educação no estado; e o término da semana vocacional. Uma multidão de mais de 10 mil pessoas se reuniu na Praça da Catedral Metropolitana de Goiânia, vindas de várias cidades da arquidiocese para manifestar seu apoio ao arcebispo. Esta multidão era composta por autoridades, professores, sacerdotes, religiosas, colégios, estudantes e os meios de comunicação¹²⁴. Após os desfiles de vários colégios católicos rumo a Catedral, aconteceu a celebração da missa, seguida de diversos discursos¹²⁵ de apoio a Dom Fernando e a criação da universidade.

¹²⁴ Estiveram presentes: o Governador José Feliciano, o Senador Pedro Ludovico, o Presidente da Assembleia Legislativa, o Deputado Waldir Quinta, em nome da Cultura Goiana, o Vice- Prefeito Licardino de Oliveira Ney, todos os professores das diversas Faculdades que compunham à nova Universidade Católica, o magnífico Reitor da nova Universidade, Padre Paulo Nacca, jesuíta; e os demais padres de Goiânia e interior (Revista da Arquidiocese, 1959, p. 33).

¹²⁵ Fizeram o uso da palavra: Os universitários Wagner Menta e Bianor Ferreira, Deputado Nelson Siqueira, em nome da Assembleia, Deputado Waldir Quinta em nome da família Católica e da

Figura 10: Saudação do presidente da Assembleia Legislativa, Dep. Nelson Siqueira



Fonte: Revista da Arquidiocese, 1959.

Dom Fernando iniciou o seu discurso agradecendo o apoio que teve por parte da Igreja, sacerdotes, religiosos e leigos, durante os embates com o movimento estudantil. Afirmou que a multidão que se encontrava em sua frente era maior do que ele esperava, superando em muito, sua expectativa. Ressaltou que neste ato não estava presente somente a cidade de Goiânia, sede do bispado, mas toda a arquidiocese, “de Corumbá a Itumbiara, de Catalão a Jaraguá, de Brasília a Paraúna”. Ele reforçou na alocução que a criação da Universidade em Goiás estava inserida no processo de desenvolvimento nacional. Com essa iniciativa, Goiás se firmava como centro da irradiação da cultura. Dom Fernando ainda afirmou: “que esta concentração é sobretudo uma afirmação de fé, para que os inimigos da Igreja que não têm coragem moral de se apresentar às claras, reconheçam que é por Deus e com Deus que trabalhamos pela grandeza de Goiás” (Santos, 1959e, p. 65).

A manifestação era uma forma da Igreja Católica manifestar o seu poder e prestígio diante daqueles que ela considerava como seus “inimigos”. Era um mecanismo de autoafirmação do catolicismo frente os movimentos laicos da

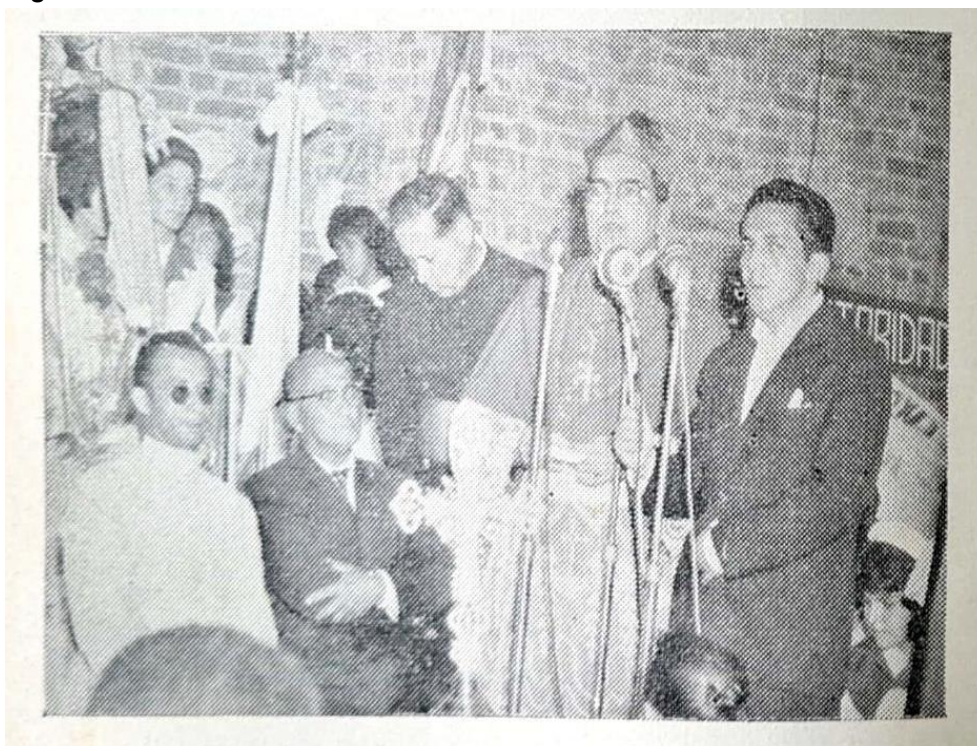
sociedade goiana. O arcebispo enfatizou que a Igreja unida na fé defendia os princípios cristãos e os direitos da pátria. A Igreja defendia que seus princípios era o melhor para a Pátria, por isso o enfoque do patriotismo. A universidade colaboraria para a implantação de um pensamento cultural em Goiás que estivesse sob a orientação católica.

Dom Fernando aproveitou a oportunidade para desabafar sobre as manifestações que os estudantes fizeram contra ele, principalmente realizando seu enterro simbólico:

Aos inimigos da Igreja, gostaríamos de dizer-lhes que também com favor dêles continuamos cumprindo nossa missão de Pastor. Missão que antes de tudo é de rezar. Por êles temos rezado particular e publicamente, pessoal e coletivamente, como o fizemos na última quarta-feira, quando, com o povo católico de Goiânia, diante de Jesus Sacramentado, pedimos as bênçãos de Deus para que as maldições do Céu não caíssem sobre os sacrílegos da Cidade. Pediríamos também que considerem a temeridade, o gravíssimo pecado que é, não apenas ofender a pessoa do pobre Arcebispo, como o de atirar injúrias contra a dignidade de um povo católico. (Santos, 1959e, p. 66).

A arcebispo enfatizou que aquele momento deveria marcar um novo capítulo da histórica cívica e religiosa de Goiás e Goiânia. Reafirmou que a Igreja continuaria sua missão sem recuar e ainda pediu a conversão para aqueles que se opunham à Igreja. Encerrou conclamando os católicos a fazerem de Goiás, um estado cada vez mais digno das esperanças da Pátria.

Figura 11: Discurso de Dom Fernando Gomes dos Santos



Fonte: Revista da Arquidiocese, 1959.

Através desses acontecimentos, podemos perceber as dinâmicas de poder e as disputas simbólicas que permearam o contexto da criação da Universidade Católica de Goiás. Na visão de Bourdieu (1983a), o campo social é um espaço de luta onde diversos agentes disputam posições e recursos. No caso da educação superior, há uma disputa simbólica em que os agentes (Igreja, Estado, estudantes) buscavam impor seus valores e visões de mundo. Até o momento, a Igreja Católica possuía um capital simbólico considerável no campo da educação, fruto de sua experiência educacional e de sua posição dominante na sociedade goiana. Esse capital lhe conferia legitimidade para definir os princípios e valores que deveriam orientar a educação superior. Ao mesmo tempo, a criação da universidade católica expressava o desejo da Igreja de reafirmar sua hegemonia no campo educacional, principalmente pela propagação dos valores cristãos. Por meio das estratégias utilizadas pelo arcebispo, é perceptível que a Igreja se valia de diversos recursos para garantir a dominação no campo da educação, como a produção de discursos legitimadores, e, simultaneamente, a construção de redes de relações e a mobilização de seus adeptos, que asseguravam essa afirmação.

O movimento liderado pelos estudantes, que se opunha à Igreja, representava uma tentativa de se rebelar contra a ordem dominante estabelecida e de construir um “contradiscurso”, que questionava a hegemonia da Igreja no campo da educação. Os estudantes buscavam contribuir para novos rumos na educação superior, com a visão de um projeto universitário público e laico. Eles desempenharam um papel simbólico importante nessa luta, mobilizando diversos recursos para construir um movimento contra hegemônico por meio de manifestações de rua e materiais divulgados.

A disputa pela primazia da educação superior, na fundação da primeira universidade de Goiás, era uma disputa simbólica, pois envolvia a luta pela imposição de valores. O ato pró-arcebispo, realizado pela Igreja goiana, evidenciava os elementos dessa disputa simbólica. A figura de Dom Fernando Gomes dos Santos representava o símbolo do poder da Igreja Católica. Rituais como missas e procissões reforçavam a identidade católica e a autoridade da Igreja, e a linguagem utilizada apelava aos sentimentos dos fiéis, gerando mobilização popular.

3.5 A escolha do primeiro reitor: um embate interno

Após a árdua batalha pela criação da Universidade Católica de Goiás, outro desafio se apresentava: a escolha do primeiro reitor. Internamente, a Companhia de Jesus enfrentava um embate com o arcebispo de Goiânia, Dom Fernando Gomes dos Santos sobre quem ocuparia o cargo. Mesmo tendo o padre Nacca liderado todos os trâmites legais que resultaram na aprovação da universidade, não era pretensão da Companhia de Jesus nomeá-lo o primeiro reitor.

Em carta¹²⁶ ao superior geral da Companhia, padre João Batista Janssens, o padre Vicente (provincial) apresentou três possíveis nomes para assumir a reitoria: *Padre Luiz Thomazi*: diretor da Faculdade de Filosofia, era considerado pessimista e receoso em aceitar o cargo, alegando que a função seria demasiadamente pesada. *Padre Henrique Jaureguizar*: apontado pelo provincial como o mais adequado, pois contava com a confiança do arcebispo. No entanto, sua nacionalidade espanhola o impedia de assumir o cargo, conforme a legislação vigente. Uma possível solução considerada foi nomear Dom Fernando como reitor e padre Jaureguizar como vice-reitor, mas essa alternativa foi descartada por receio de gerar uma crise interna. *Padre Paulo Nacca*: Inicialmente não foi bem recebido pelo arcebispo, que preferia o padre Jaureguizar. No entanto, destacou-se por sua atuação na parte burocrática junto ao Ministério da Educação e na direção da Faculdade de Ciências Econômicas. Apesar de sua experiência e formação, o governo provincial o considerava “um tanto duro”, o que poderia prejudicar a comunidade e gerar dificuldades de relacionamento.

A princípio, o pe. Nacca dizia que não teria competência e formação para tal cargo. Mas, a sua experiência dentro das obras da Companhia de Jesus e no Colégio Pio Brasileiro em Roma demonstrava o contrário. No entanto, de acordo como o governo provincial, ele não deveria ser nomeado, porque sempre se apresentou de temperamento forte, o que traria prejuízos a esta comunidade, além de ser muito independente.

¹²⁶ Carta do padre Vicente González Cutre ao padre João Batista Janssens. 13 de outubro de 1959. Arquivo Romano da Companhia de Jesus.

O nome indicado pelo provincial era do pe. Laércio Moura. Considerado qualificado e habilitado para o cargo de reitor, ele possuía formação em direito pela Universidade de São Paulo e doutorado pela Universidade de Paris. Especialista em direito internacional, era considerado o nome ideal, inclusive para mediar os conflitos existentes entre a Igreja e o movimento estudantil no processo da universidade federal. Nesse período, ele estava na Universidade Católica do Rio de Janeiro e seria cedido para a Universidade de Goiás. O provincial defendia junto ao superior geral, que Goiânia teria uma perspectiva nacional devido a mudança da capital federal para Brasília. Por isso, pe. Laércio seria o principal nome.

A escolha do primeiro reitor da Universidade Católica de Goiás foi um processo complexo, marcado por diferentes interesses e visões dentro da Companhia de Jesus. O padre Laércio Moura era considerado o nome ideal para o cargo, mas a decisão final caberia ao governo geral da ordem.

Mas, com a aprovação dos estatutos da universidade, Dom Fernando Gomes dos Santos nomeou, conseqüentemente, o pe. Paulo Nacca como o primeiro reitor da universidade, sem consultar o superior provincial da Companhia de Jesus. Isso aconteceu graças ao trabalho e mérito do pe. Nacca que, com coragem e persistência, liderou todo o processo e superou os obstáculos que surgiram, ele tinha domínio do “campo”.

A atitude de Dom Fernando causou descontentamento por parte do governo provincial, que se sentiu afrontado pelo arcebispo. O pe. Vicente Cutre, provincial, alegava que Dom Fernando não poderia ter feito isso sem seu consentimento, e que, ao mesmo tempo, infringia as normas do Código de Direito Canônico. Ele chegou a cogitar entregar a universidade ao arcebispo para que a governasse ao seu modo, sem os jesuítas.

Diante disso, o pe. Cutre escreveu ao pe. Nacca pedindo satisfações do acontecido, alegando que este era muito independente. O pe. Nacca, por sua vez, afirmou que sua nomeação, da forma como aconteceu, estava fora das normas que regiam a relação entre a ordem religiosa e a arquidiocese de Goiânia. No entanto, ele destacou a dificuldade de uma comunicação rápida por meio de cartas para resolver um problema que era urgente, e que o arcebispo tinha pouco conhecimento no que

diz respeito às normas e disciplinas do governo dos religiosos. No final, o que prevaleceu não foi a norma canônica, mas a urgência do momento.

Quando o Sr. Arcebispo de Goiânia me comunicou, uns minutos antes da proclamação no Conselho Universitário, sua decisão de nomear-me Reitor da Universidade; por estar muito satisfeito com meu trabalho, fiz a S. Excia. minhas reservas. Diante, porém, da insistência do Arcebispo e consideradas as circunstâncias graves que se sucederam à criação da Universidade, achei ser minha obrigação aceitar o que eu considerava mais uma carga do que um cargo. Não podia fugir à parte que me cabia na responsabilidade, quando todos, coesos, estreitavam fileiras em redor do Exmo. Sr. Arcebispo. Aliás, quando fui enviado a Goiânia pelo Revmo. Sr. P. V. Provincial, foi com ordem de pôr-se à disposição do Sr. Arcebispo! A atitude do Revmo. Pe. Superior, quando, em reunião da Sociedade Goiana de Cultura, aceitou a incumbência, em nome da Companhia, de dirigir a Universidade de Goiás explica-se pelas mesmas razões acima. Repito: apesar de minha relutância, aceitei o cargo de Reitor da Universidade, porque não me era lícito deixar de apoiar o Sr. Arcebispo, dessa forma, quando era combatido de todos os lados. Fora eu o fator número um da organização da Universidade! Desde, porém, que a intenção do R.P.V. Provincial e dos consultores da Província é de entregar aquela Universidade à direção do P. Laércio volto a insistir em minha reintegração na Província Central, renunciando a qualquer cargo na Universidade de Goiás. O Sr. Arcebispo ainda não baixou a portaria de minha nomeação, por que não lhe preparei a fórmula. Não no será difícil persuadi-lo de não baixá-la nunca. Requer-se uma decisão definitiva neste assunto! Esperando desta forma colaborar com o R.P. V. Provincial para satisfação dos justos anseios da Província (Nacca, 1959)¹²⁷.

Diante da resposta do pe. Nacca, seu superior provincial replicou dizendo que, quando o enviou a Goiânia, de fato, era para ficar à disposição do arcebispo, a fim de organizar a futura universidade. No entanto, isso não transferia ao arcebispo a jurisdição sobre um padre da Companhia, a ponto de poder dispor dele, nomeando-o para um cargo tão importante. Segundo as normas da ordem religiosa, tal cargo dependia de nomeação, ou ao menos de aprovação prévia do superior geral. Além disso, o provincial não viu com bons olhos a afirmação do pe. Nacca de que, se não fosse para ele ser o reitor, ele estava disposto a voltar para sua província¹²⁸ de origem, renunciando a qualquer cargo na universidade. O provincial ainda rebateu:

E preciso que em todo êste caso fique bem claro que: 1) nada havia ainda de concreto sobre quem realmente seria o Reitor da Universidade, pois as dificuldades eram muito grandes em todos os sentidos e lhe posso dizer que V. Revma. não estava excluído das cogitações; 2) insistimos na vinda do P. Laércio porque êle era um dos candidatos ao cargo e naturalmente só para Reitor havia alguma probabilidade de conseguir que êle deixasse a PUC Rio; além disto precisávamos ter um homem capaz de dirigir a Universidade, uma

¹²⁷ Carta de padre Paulo Nacca ao Superior Provincial. Goiânia, 09 de novembro de 1959. Arquivo Romano da Companhia de Jesus.

¹²⁸ Vale lembrar que pe. Paulo Nacca pertencia originalmente a província do Brasil Centro-Leste, e estava emprestado a Vice Província Goiano-Mineira que era a responsável por Goiânia.

vez que V. Revma. vezes havia dito que logo que terminasse o trabalho de organização da Universidade de Goiânia pretendia pedir para voltar à Província; finalmente o próprio Sr. Arcebispo se mostrava pouco inclinado, como V.R. não ignora, a entregar a V. Revma. a Reitoria; 3) o ponto capital que mais nos sobressaltou foi não ter o Sr. Arcebispo nem sequer me consultado sobre sua nomeação: isto parece uma evidente violação de nossa isenção e, de uma certa maneira, uma ameaça para o futuro, se não colocarmos a questão nos seus devidos termos. Finalmente V. Revma. diz que não lhe seria difícil persuadir ao Sr. Arcebispo que não baixasse a portaria de sua nomeação: também creio que o poderá fazer sem dificuldade, mas como estou escrevendo ao Superior Geral pedindo uma solução, acho mais prudente esperar pela resposta dele (González-Cutre, 1959)¹²⁹.

Após os dissabores com a nomeação do pe. Paulo Nacca como reitor da Universidade Católica, seu superior provincial, pe. Vicente Cutre¹³⁰, escreveu a Dom Fernando Gomes dos Santos para expressar seu descontentamento. Na carta, pe. Vicente relatou que tomou conhecimento da nomeação por meio dos padres de Goiânia e que, embora não tivesse dificuldade em propor o pe. Nacca ao superior geral para o cargo, Dom Fernando não havia comunicado ao governo provincial sua decisão.

O padre Vicente também lembrou ao arcebispo que, em sua última conversa, o nome cogitado para reitor era o do padre Laércio Moura. Ele informou que já havia iniciado as tratativas para que pe. Laércio viesse do Rio de Janeiro para Goiânia. O provincial argumentava que, de acordo com o Direito Canônico, um religioso só podia ser nomeado para um cargo de tamanha responsabilidade com a aprovação prévia dos superiores maiores da ordem religiosa. Ele ressaltou que Dom Fernando não considerou essa questão e que era necessário esperar a confirmação do superior geral da Companhia em Roma para endossar a nomeação do pe. Nacca.

Além da disputa simbólica externa entre a Igreja e o movimento estudantil, é perceptível a disputa interna entre o arcebispo e o provincial no microcosmo das relações de poder dentro da Igreja Católica, onde cada agente possuía um capital específico e ocupava uma posição distinta no jogo. O arcebispo, como autoridade local máxima da região, detinha um elevado capital simbólico, essencial para a legitimação do projeto da universidade. O provincial representava a autoridade de

¹²⁹ Carta do padre Vicente González Cutre ao padre Paulo Nacca. Belo Horizonte, 12 de novembro de 1959. Arquivo Romano da Companhia de Jesus.

¹³⁰ Carta do padre Vicente González Cutre a Dom Fernando Gomes dos Santos. Belo Horizonte, 12 de novembro de 1959. Arquivo Romano da Companhia de Jesus.

governo da Companhia de Jesus e possuía um importante capital social, sendo sua influência necessária para organizar recursos e pessoal para a criação da universidade. Por fim, o padre Nacca, com seu capital técnico e social específico, adquirido ao longo de sua formação e atuação, foi capaz de construir alianças em prol do projeto universitário.

A disputa interna entre o arcebispo e o provincial, envolvendo o padre Nacca, revelava dois modos distintos de agir: enquanto o arcebispo buscava garantir o controle sobre a universidade, o provincial defendia a autonomia da Companhia de Jesus, conforme assegurado pelo próprio direito canônico¹³¹. Entre o provincial e o padre Nacca também havia uma tensão, pois, de acordo com as constituições da ordem, o padre devia obediência ao seu superior religioso, mas ao mesmo tempo, estava sujeito ao comando local de Dom Fernando, que utilizava seu capital simbólico e hierárquico para legitimar o projeto. O provincial mobilizava os recursos da Companhia de Jesus para o processo, mas reivindicava a autonomia da ordem religiosa na nomeação dos cargos da universidade. Já o padre Nacca negociava com os diferentes atores envolvidos, buscando construir consensos e superar os obstáculos estabelecidos.

Essas relações complexas, estabelecidas ao longo do processo, revelavam as dinâmicas de poder dentro da Igreja Católica e as forças que moldaram todo o itinerário.

Ao tomar ciência do problema, Dom Fernando respondeu ao pe. Vicente pedindo desculpas por não o ter consultado antes de nomear o pe. Nacca. O arcebispo explicava que, diante das turbulências causadas pelos “inimigos” da Universidade Católica, o decreto de aprovação da universidade finalmente chegou. O padre Nacca, então, achou oportuno convocar o Conselho Universitário para as medidas preliminares, o que pressupunha a existência de um reitor. Dom Fernando também relatou que combinou com o pe. Nacca de nomeá-lo reitor, pois a Universidade já estava criada e não podia ficar acéfala. Ele afirmava que não via resistência por parte

¹³¹ Direito que rege todas as relações dentro da Igreja Católica.

do padre provincial com a indicação, mas que aguardaria a confirmação do superior geral para assinar a provisão do reitor.

Dom Fernando atuou como um “jogador” estratégico, antecipando os movimentos e buscando uma solução rápida para a nomeação do reitor. Utilizou seu capital simbólico para justificar sua decisão e pressionar o padre provincial a aceitar a nomeação do pe. Nacca. Ao mesmo tempo, demonstrou preocupação em manter boas relações com a Companhia de Jesus, pois sabia que precisava dos jesuítas para o projeto da universidade.

Gostaria que V. Revma. desse conhecimento desta minha carta ao Revmo. P. Geral para não ficar a impressão de que fui causador de alguma coisa que viesse prejudicar o “que é fundamental para o bom governo interno de uma Ordem Religiosa”. De minha parte, nem mesmo naquelas circunstâncias, houve o esquecimento de que devo respeitar o governo interno das Ordens Religiosas. Apenas procurei, para um caso que me pareceu de emergência, uma solução que em nada deve prejudicar ou suspender as gestões para a vinda do P. Laércio ou de outro Sacerdote que os Superiores queiram indicar para a delicada missão de Reitor da recém fundada Universidade (Santos, 1959)¹³².

Com isso, coube ao padre provincial moderar junto ao governo geral da Companhia de Jesus em Roma para resolver o problema. O pe. Vicente Cutre fez um relatório ao padre geral dizendo que seria difícil exigir do arcebispo que mudasse sua decisão já publicada, e que a única saída seria confirmar a nomeação de pe. Nacca. O provincial tinha algumas resistências porque o considerava duro nas relações e independente no modo de ser. A outra hipótese seria não aceitar a universidade, mas ponderou que isso seria uma vergonha tanto para os jesuítas como para o arcebispo, e a Igreja como um todo, principalmente contra a qual os seus “inimigos” exaltadamente levantaram suas vozes, como vimos anteriormente.

O pe. Vicente Cutre valorizou a importância da unidade da Igreja e buscou uma solução que superasse o conflito interno, desde modo, adaptou-se às circunstâncias e aceitou a decisão do arcebispo. A resposta do superior geral, pe. João Batista Janssens, foi que, considerando cuidadosamente as circunstâncias, deveria ser confirmado como reitor, o pe. Paulo de Tarso Nacca.

¹³² Carta de Dom Fernando Gomes dos Santos ao padre Vicente González Cutre. Goiânia, 15 de novembro de 1959. Arquivo Romano da Companhia de Jesus.

Ao assumir o cargo, pe. Nacca dedicou-se à organização interna da universidade. Adaptou os regimentos das faculdades ao Estatuto da Universidade e elaborou os regimentos da Assembleia Universitária, Conselho Universitário e o Gabinete do Reitor.

Nesta perspectiva, podemos analisar a atuação do pe. Nacca à luz da teoria de Bourdieu. Segundo o autor, “os agentes bem ajustados ao jogo são possuídos por ele, tanto mais quanto melhor o compreendem” (Bourdieu, 1996, p. 142). O pe. Nacca foi um bom jogador nesse contexto. Enviado a Goiânia para auxiliar nos trâmites que resultaram na criação da Universidade, ele soube navegar pelas complexas relações de poder e influenciar a decisão final em seu favor. O bom jogador, segundo Bourdieu, é aquele que tem o jogo na pele, antecipa os movimentos e se incorpora ao jogo. O padre Nacca demonstrava essas características ao longo de sua trajetória, desde a participação ativa na criação da Universidade até sua nomeação como reitor. Sua habilidade consolidou sua posição, tornando-se o primeiro reitor, pois incluiu sua competência, seu apoio ao Arcebispo e sua lealdade à Companhia de Jesus. A sua nomeação foi resultado de um jogo complexo de negociações e relações de poder.

Ao longo desta seção, nos concentramos no embate que marcou a fundação da primeira universidade de Goiás. Observamos como a Igreja Católica mobilizou recursos financeiros e políticos, articulou-se com autoridades e instituições, criou faculdades confessionais e buscou legitimidade, reconhecimento social e prestígio. Através do capital cultural e simbólico, a Igreja pretendia influenciar e moldar a opinião pública de acordo com seus princípios.

A disputa pelo campo da educação superior em Goiás era, também, uma disputa pela hegemonia cultural. A Igreja Católica, por meio de diversas táticas, conseguiu fundar a primeira universidade do estado, marcando a história da educação superior goiana. Esse evento histórico revelou a dinâmica do campo da educação superior, com seus diversos agentes e interesses em jogo.

A análise com base no pensamento de Bourdieu nos forneceu ferramentas para compreendermos as complexas relações de força presentes na sociedade e como elas moldam o nosso mundo. A criação da universidade católica foi um evento controverso, reflexo das disputas sociais, ideológicas e religiosas da época. A participação da Companhia de Jesus foi um elemento fundante da Universidade,

evidenciando a importância da ordem religiosa na construção da história da educação superior em Goiás.

4 A ADMINISTRAÇÃO DOS PADRES JESUÍTAS PAULO NACCA (1960-1962) E ORMINDOS VIVEIROS (1963-1967) NA UNIVERSIDADE DE GOIÁS

Esta seção se debruça sobre a administração dos dois primeiros reitores jesuítas da Universidade de Goiás: o padre Paulo de Tarso Nacca (1960-1962) e o padre Ormindos Viveiros (1963-1967). A análise se concentra em suas contribuições para o desenvolvimento da instituição, destacando seus feitos e desafios em um período de transformação educacional no Brasil e na Igreja Católica. Teremos como base, as fontes históricas encontradas nos diversos arquivos pesquisados como, anuários, correspondências, estatutos, atas, informativos, catálogos e documentos oficiais, para compreender a formação e o desenvolvimento inicial da Universidade (Católica) de Goiás. Dialogaremos com alguns autores como Vaz (1979a), Dourado (2001), Martins (2002), Bourdieu (1983, 1987) para a contextualização do debate teórico, identificando os principais projetos e realização dos dois reitores jesuítas.

4.1 O reitorado do padre Paulo Nacca S.J. e o pioneirismo jesuítico (1960-1962)

O padre Paulo de Tarso Nacca foi o primeiro reitor, sendo nomeado em 1959, por ocasião da fundação da Universidade de Goiás, além de todas as ações realizadas como diretor da Faculdade de Ciências Econômicas e Contábeis, e nos trâmites que resultaram na aprovação da universidade pelo Governo Federal, sua administração como reitor foi breve, iniciada de fato em 1960 e encerrada em 1962, porém marcada pelo pioneirismo e organização interna.

Figura 12: Pe. Paulo de Tarso Nacca SJ



Fonte: Anuário da Universidade de Goiás 1961.

O primeiro ano da sua administração concentrou-se na estruturação da universidade, apresentando no Ministério da Educação, o processo para a autorização de dois cursos necessários para a Faculdade de Filosofia, o curso de Filosofia e de Orientação Educacional. Além de iniciar a organização da Reitoria e da Secretaria Geral, isto é, implementação de estruturas administrativas essenciais para o bom funcionamento da universidade. Esta organização se fazia necessária pois, a função principal da universidade era de “formar profissionais, mestres, pesquisadores e homens integralmente cristãos, para o serviço de Deus, da Pátria e de seus semelhantes” (Anuário, 1960, p. 13).

É notório que desde sua gênese a função principal da universidade era de uma educação superior profundamente enraizada nos valores cristãos. A tríplice dimensão do servir “a Deus, à Pátria e aos seus semelhantes” expressa a amplitude da missão universitária, mas, ao mesmo tempo quer mostrar que sua atuação vai além da esfera individual estendendo-se à comunidade e à nação. A Igreja quer se apresentar como agente de desenvolvimento e promotora da fé e razão, demonstrando que a fé cristã não é incompatível com o conhecimento científico.

Devido a atuação dos jesuítas na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), eles implantaram em Goiânia uma estrutura organizacional-administrativa semelhante à do Rio de Janeiro, por meio de colegiado, que possibilitava a descentralização na administração, isso permitiu que cada faculdade pudesse ter uma certa “liberdade” na administração acadêmica e financeira.

Em 1960, a Universidade de Goiás iniciou suas atividades com 588 alunos e sete padres jesuítas compondo a comunidade religiosa da instituição, pe. Paulo de Tarso Nacca, pe. Luiz Thomazi, pe. Henrique Jaureguizar, pe. Francisco Maria Corrêa, pe. Artur Rodrigues, pe. Luis Palacín, pe. Maximino Alvarez Lopez (Anuário,1960), em seguida chegaram os padres José Lourenço da Costa Aguiar e Victoriano Baquero Miguel. Todos eles trabalhavam na universidade. Os jesuítas tiveram uma importância singular no início desse processo de implantação da universidade, alguns deles assumiram a direção das faculdades, isso facilitou o processo de uniformização da universidade, como podemos ver no quadro abaixo:

Quadro 14: As faculdades da Universidade de Goiás e seus respectivos diretores (1960)

	Faculdade	Diretor
01	Faculdade de Filosofia Ciências e Letras	Pe. José Lourenço da Costa Aguiar S.J.
02	Faculdade de Ciências Econômicas	Pe. Francisco Maria Corrêa S.J.
03	Curso de Orientação Educacional	Pe. Victoriano Baquero Miguel S.J.
04	Faculdade de Direito	Dr. Idelfonso Dutra Alvim
05	Escola de Belas Artes	Prof. Luiz Augusto Carmo Curado
06	Escola de Enfermagem	Irmã Maria Bueno Bruzzi
07	Escola de Serviço Social	Profa. Maria Antonieta Esmeraldo Cabral
08	Gabinete Psicotécnico	Pe. Victoriano Baquero Miguel S.J.

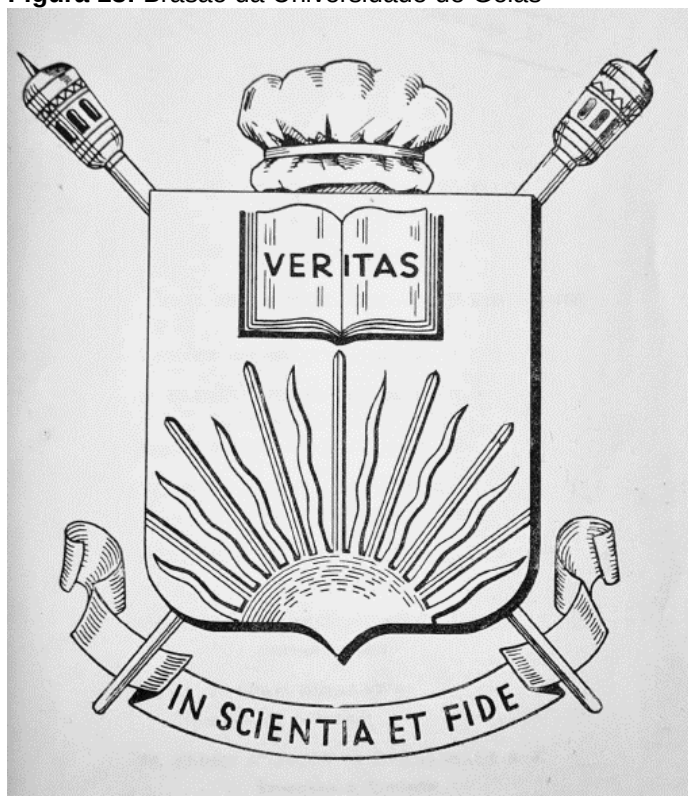
Fonte: Quadro elaborado pelo pesquisador (2024) baseado nos dados do Anuário da Universidade de Goiás de 1961.

O pe. Nacca conseguiu como reitor que os primeiros regimentos das faculdades, que outrora eram independentes, fossem unificados e adaptados ao Estatuto da Universidade de Goiás, aprovados pelo Conselho Universitário em março de 1960 foram remetidos ao Ministério da Educação. Além disso, houve a abertura de três novos cursos: Filosofia, Matemática e Física. Com a sistematização da universidade, também foi criado seu brasão. Esta é uma prática comum entre as instituições da Igreja Católica.

O brasão tem a finalidade de caracterizar a própria instituição com símbolos que representam sua identidade e valores. No caso da universidade, o sol, fonte de luz e vida, é considerado o símbolo da Sabedoria Divina que, iluminando o

conhecimento e guiando a busca pela Verdade, lança sua luz sobre Goiás, representado pelo verde de suas matas e campos. O livro assinala o caráter fundamental da Universidade, seu principal instrumento na transmissão do conhecimento. O barrete doutoral e as massas universitárias são os atributos tradicionais externos das universidades, que determinam a natureza da pessoa moral constituída pela Universidade Católica de Goiás. Os dizeres em latim, língua oficial da Igreja Católica “*veritas- in scientia et fide*, verdade – em conhecimento e fé” mostram que o objetivo da universidade é um conhecimento baseado na Verdade, mas que não desconsidera a fé. Isso sintetiza os valores católicos que fundamentam a universidade.

Figura 13: Brasão da Universidade de Goiás



Fonte: Anuário da Universidade de Goiás 1960.

No primeiro ano da universidade, o presidente Juscelino Kubitschek prestigiou a instituição como paraninfo da turma de formandos, isso demonstrava a importância da universidade para o cenário educacional do país. Este ano é marcado pela criação de Brasília, nova capital do Brasil, sinônimo de progresso e desenvolvimento para o país. A visão desenvolvimentista do interior do Brasil, atraiu os olhos da Igreja Católica

em seu projeto educacional, principalmente pela criação de uma universidade católica em Goiás.

A Igreja Católica, atenta às mudanças sociais e políticas do país, também se engajou no projeto de desenvolvimento do interior do Brasil. A criação de uma universidade católica em Goiás se inseria nesse contexto, buscando contribuir para a formação de profissionais qualificados e para o progresso social da região. O início de funcionamento da Universidade se deu em um momento singular da história, confluindo com o ideal desenvolvimentista de Brasília e a visão de avanço da Igreja Católica, isso representa um marco histórico. A instituição nasceu com o objetivo de oferecer ensino superior de qualidade, inspirado nos valores cristãos, e de contribuir para o desenvolvimento social e cultural de Goiás, além de propagar a fé católica (Estatuto UCG, 1960).

Figura 14: Juscelino Kubitschek, paraninfo da turma de formandos em 1960.



Fonte: Anuário1960.

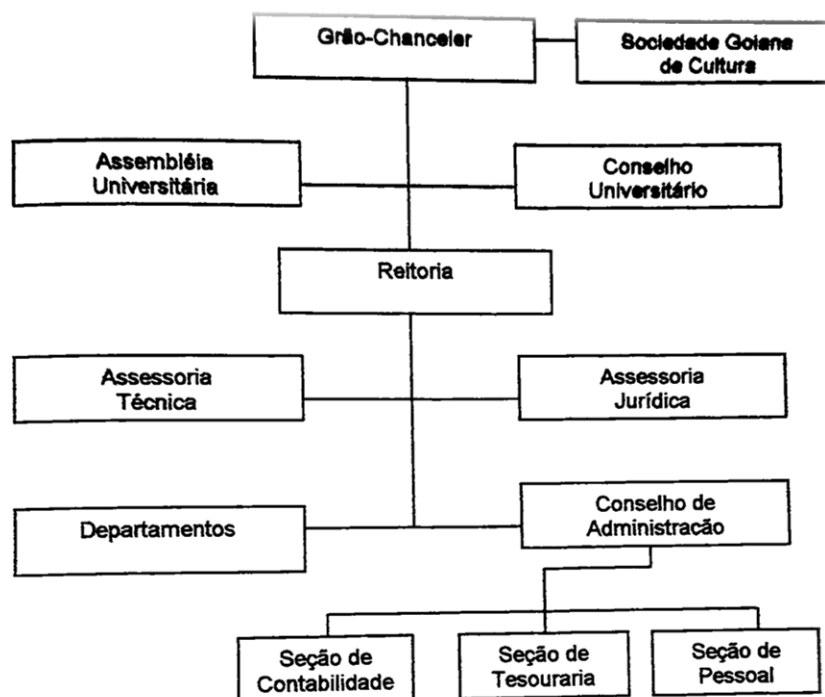
Em relatório do reitor à província dos jesuítas, o pe. Nacca identificou três áreas a serem trabalhadas para o desenvolvimento da Universidade: I- *Melhoria do corpo docente leigo*: o reitor reconhecia a importância de um corpo docente qualificado, o pe. Nacca defendia a necessidade de investir na formação e no aperfeiçoamento dos professores leigos. II- *Aumento do número de padres especializados*: a presença de padres jesuítas com formação específica em diferentes áreas era vista como essencial para garantir a qualidade dos cursos e a orientação

espiritual dos alunos. *III- Organização de associações religiosas e círculos de estudos*: O incentivo à participação dos alunos em atividades religiosas e de estudo era fundamental para a formação integral e o aprofundamento da fé dentro da universidade (Nacca, 1960)¹³³. Isso mostrava o esforço por parte dos jesuítas não só de melhoria acadêmica, mas também da propagação dos princípios católicos entre os estudantes. Era necessários católicos instruídos e convictos para o engajamento na sociedade. O projeto era construir uma universidade que combinasse qualidade acadêmica com a formação de cidadãos comprometidos com os valores cristãos. Desejava-se formar profissionais qualificados e atuantes na sociedade, mas também imbuídos de fé e convicções religiosas.

Assistência espiritual a dar o mais depressa possível: a) Montar uma capela com o Santíssimo Sacramento, na Faculdade de Filosofia; b) Infiltrar nas Unidades padres que ensinem bem a Cultura Religiosa e por meio dela se insinuem como diretores espirituais; c) Organizar elites de professores e de alunos, mediante retiros espirituais, para instalação de associações religiosas (Nacca, p. 3, 1960).

Nesse mesmo período foi instituído o primeiro Estatuto da Universidade de Goiás, que era regida pela Legislação Federal de Ensino e pelo Estatuto da Sociedade Goiana de Cultura, compondo-a, pela escala hierárquica os seguintes órgãos:

¹³³ Carta de pe. Paulo de Tarso Nacca a Vice Província Goiano-Mineira. Goiânia, 2 de abril de 1960. Arquivo da Província dos Jesuítas no Brasil.

Figura 15: Organograma da Universidade de Goiás-1960

Fonte: Estatuto UCG *apud* Martins, 2002.

Em 1960, a Universidade já contava com um patrimônio significativo, composto por: terrenos doados pelo Governo de Goiás: a localização estratégica desses terrenos foi fundamental para o desenvolvimento da instituição. Dois edifícios construídos e equipados: a infraestrutura inicial permitiu o início das atividades acadêmicas da instituição. Esse patrimônio tinha um valor total estimado em cem milhões de cruzeiros: o montante demonstra o investimento realizado na construção da instituição e o seu potencial de crescimento. O funcionamento da universidade dependia do recebimento de verbas federais. (Nacca, 1960). A gratuidade dos cursos de Enfermagem e Ciências Econômicas era um diferencial importante, pois era uma forma da Igreja Católica não só ampliar o acesso ao público, mas também, uma maneira de autoafirmar, principalmente diante dos embates que houve, onde ela foi acusada de proporcionar um ensino elitista.

Percebemos que uma parte do ensino superior privado era financiado com recursos públicos, até mesmo porque, nesse primeiro momento a universidade não teria condições de se manter com recursos próprios. A gratuidade oferecida nas faculdades de Enfermagem e Ciências Econômicas da universidade, configurava-se como uma estratégia com múltiplas nuances. De um lado, permitia o acesso à

educação superior a um público mais amplo, do outro lado, representava um posicionamento político da Igreja Católica em meio às reivindicações do movimento estudantil pela gratuidade do ensino superior, como vimos na sessão anterior. Essas estratégias da Igreja buscavam fortalecer sua influência na sociedade e se posicionar como um ator relevante na formação das elites intelectuais. O financiamento público do ensino superior privado revelava um panorama complexo, marcado por interdependências, interesses e tensões.

O pe. Nacca relatava que diante do desenvolvimento econômico e demográfico do Brasil Central nesse momento da história, a Igreja saiu na vanguarda, com a estratégia de fundar uma universidade. Principalmente por se autoafirmar diante daqueles que eram considerados seus “inimigos”: maçons, protestantes, comunistas... A fundação da Universidade de Goiás era vista como uma forma de fortalecer a presença católica na região e de influenciar a formação das novas elites intelectuais. O pe. Nacca projetava a expansão da universidade com a criação de novas escolas, como Agronomia, Eletrônica, Ciências Sociais e Políticas, Jornalismo, Engenharia, Química, Biologia e Geologia (Nacca, 1960). Essa diversificação visava atender às demandas do mercado de trabalho e ampliar a influência da Igreja em diferentes áreas do conhecimento.

Além disso, pediu ao provincial dos jesuítas que mandasse mais padres para a direção das faculdades e para atuarem como professores. Os padres jesuítas desempenhavam um papel fundamental na universidade. Sua presença era vista como essencial para garantir a orientação dos jovens universitários nos princípios católicos, especialmente em um contexto de presença das ideias comunistas. O primeiro ano de funcionamento da universidade revelou a estratégia da Igreja Católica em se manter como uma precedência relevante na sociedade diante da disputa pela primazia do campo da educação superior. Neste mesmo ano foi criada a Universidade Federal de Goiás, de caráter público, laico e gratuito.

É importante ressaltar que a Universidade Federal de Goiás fundada em 14 de dezembro de 1960 reuniu cinco escolas superiores que existiam em Goiânia: Faculdade de Direito, Faculdade de Farmácia e Odontologia, Escola de Engenharia, Conservatório de Música e a Faculdade de Medicina. Essas unidades constituíam a aspiração do mundo técnico-científico, ela nasceu robustecida e com possibilidades de investimento público para o seu aparelhamento. Já a Universidade Católica teve

como germe a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras cujo foco principal era a formação de professores como vimos anteriormente. Principalmente, diante da rede de escolas católicas que havia em Goiás e que também necessitava da formação de professores. Além disso, Dom Fernando Gomes em reunião com assembleia ordinária da Sociedade Goiana de Cultura, mantenedora da universidade, afirmou que “vencidas as dificuldades iniciais, poderá a Universidade atingir sua finalidade máxima, que é cristianizar a cultura em Goiás” (Ata SGC, 1960, p. 26)¹³⁴.

A presença e atuação dos jesuítas na universidade visava conter as ideias de esquerda que avançava os jovens universitários nesse período, principalmente pela via da Juventude Universitária Católica (JUC).

A Juventude Universitária Católica (JUC) foi criada em 1950 como partes da ACB¹³⁵. Começou como um movimento conservador, clerical, visando cristianizar a futura elite. Mas, após a reorganização da ACB entre 1946 e 1950, a JUC deu início a uma rápida radicalização que a levou a um contundente conflito com a hierarquia. O momento decisivo dessa virada foi à conferência nacional da JUC em 1959, quando o movimento assumiu uma responsabilidade explícita pela ação política como parte de seu compromisso evangélico (Mainwaring, 1986, p. 8).

Desde modo, a JUC começou a ser reconhecida como movimento de esquerda católica, diante dos embates internos, principalmente com a hierarquia que defendia uma postural mais conservadora, passando assim a assumir ações independentes da Igreja institucional, tornando-se mais autônomo e independente. O ideal cristão era de liberdade para criar novas concepções, inclusive marxistas (Sigrist, 1982); partindo daí a identidade de luta da JUC passou a ser entendida como revolucionária de esquerda, principalmente nas ações sociais.

Considera-se que um dos motivos que levou a resignificação do processo identitário da JUC, no início da década de 1960, foi o avanço no seu ideário no movimento e o contato com pessoas de outros movimentos trabalhistas e comunistas, isso porque na medida em que avançavam ideologicamente, já não podiam se manter nas ações católicas, pois viam na luta a possibilidade de frutificar ações políticas e culturais inovadoras e diversificadas, aproximando a política da cultura e da vida cotidiana, buscando colocar a imaginação na luta contra o poder de grupos totalitários. As crescentes reivindicações de trabalhadores como camponeses, operários, estudantes e militares de baixa patente levaram ao movimento de politização que ameaçava a ordem estabelecida (Di Gregorio, 2011, p. 1048).

O pe. Nacca reconhecia a necessidade de crescimento da universidade, tanto em qualidade quanto em quantidade, para que ela pudesse se opor eficazmente ao

¹³⁴ Ata da Assembleia Geral Ordinária da Sociedade Goiana de Cultura. 22 de dezembro de 1960.

¹³⁵ Ação Católica Brasileira.

“comunismo estudantil”. A radicalização da JUC representou um desafio à hegemonia da Igreja Católica na Universidade, questionando sua visão de mundo e seu papel social. O pe. Nacca defendia a criação de unidades técnicas na instituição, a fim de acompanhar as transformações sociais e se manter na vanguarda do campo científico. A Igreja Católica buscava manter sua hegemonia no campo educacional, enfrentando a crescente influência do pensamento de esquerda entre os jovens e a necessidade de se adaptar às mudanças sociais.

V. Revma. bem sabe que esta região do Brasil é a mais comunizada. Os últimos acontecimentos vieram comprovar o que já se dizia antes; pois, os comunistas foram os que se aproveitaram das circunstâncias para mobilizarem a juventude e até a JUC, com o pretexto da legalidade. Dentro do próprio palácio do Governador estão cinco comunistas que orientam e acobertam as atividades dos vermelhos especialmente no meio universitário. Controlam em grande parte e dão decididamente o tom dentro da Universidade Federal! Nós, da Católica, temos necessidade também de crescer em qualidade e em quantidade para nos opormos a eles. Do contrário um complexo de inferioridade se apoderará de nossos alunos. Por outro lado, contamos quasi exclusivamente com Faculdades acadêmicas e eles com técnicas. Quem acompanha a luta, que hoje se trava em tôda a América Latina, pela reforma universitária conhece bem qual a premente necessidade de criarmos Unidades técnicas em nossas Universidades. As transformações sociais aqui são rápidas e, se não marcharmos decididamente na vanguarda do campo científica e das obras tidas como estratégicas, ficaremos para trás e lamentaremos, mais tarde, nossa desídia e nossa covardia bem como a falta de inteligência! (Nacca, 1961, p. 2)¹³⁶.

O ano de 1961 foi marcado por um significativo crescimento da Universidade de Goiás, com a criação de novos gabinetes de Física e de Antropologia, ampliação das salas de Geografia, Biblioteca, da Faculdade de Filosofia. Além da inauguração do gabinete Psicotécnico, com orientação profissional e aconselhamento psicológico, possibilitando a expansão da oferta acadêmica. Neste ano a universidade já estava com 668 alunos (Anuário, 1961), demonstrando um crescimento considerável em relação aos anos anteriores. Os jesuítas avançaram na construção de uma nova casa para os religiosos nas imediações da Faculdade de Filosofia, proporcionando um ambiente mais adequado para o trabalho e a vida comunitária.

Até o momento a universidade não recebia o nome de Católica porque ainda não tinha ereção canônica, além disso, acolhia alunos de todos os credos religiosos,

¹³⁶ Carta de pe. Paulo de Tarso Nacca a Vice Província Goiano-Mineira. Goiânia, 11 de setembro de 1961. Arquivo da Província dos Jesuítas no Brasil.

todos deveriam cursar a disciplina de Cultura Religiosa¹³⁷. Projetavam uma melhoria do corpo docente leigo, desejavam mais padres jesuítas preparados para a academia, que inclusive colaborassem como diretores espirituais dos jovens no acompanhamento individual, e organização das associações religiosas e de círculos de estudos.

Para este ano o padre reitor tinha a pretensão de iniciar a construção de um novo prédio para a Faculdade de Direito e a Escola de Belas Artes, mas isso não foi possível, pois a universidade recebeu as verbas do governo com uma redução de 30%. Havia o projeto de aquisição de um grande terreno para a construção de uma cidade universitária. Para tanto havia três alternativas: uma área de 40 alqueires no Setor Sudoeste a ser adquirido; uma área de 40 alqueires entre a BR-153 e o Quartel de Polícia; e a fazenda do Cônego Trindade às margens da estrada de Bela Vista (Vaz, 1979a).

Nessa época Cônego José Trindade da Fonseca e Silva que tinha sido deputado federal, já estava bem idoso, e numa visita que o pe. Nacca o fez, ele decidiu fazer uma doação mediante a compensação por parte da universidade de uma fazenda de 40 alqueires goianos (atual região do parque Atheneu), que serviria para a construção da cidade universitária. O local era propício também para uma escola superior de agricultura. Em reunião da Sociedade Goiana de Cultura, foi aprovada a compra da área com uma entrada a vista de Cr\$ 2.500.000,00 e mais uma promissória de Cr\$ 2.500.000,00 com um prazo de seis meses (Ata SGC, 1961)¹³⁸. O projeto da cidade universitária era baseado no modelo que os jesuítas usavam nos Estados Unidos da América, lá elas construíram todas as estruturas da universidade em um único local tornando uma cidade universitária.

Com efeito, achando-se no hospital, vítima de pertinaz doença, um padre, velho político de Goiás, fui visitá-lo. Ao despedir-me, ele revelou que já fizera seu testamento e legara seu patrimônio a obras de beneficência. E para nossa Universidade e para uma casa de retiro, não quererá deixar nada? Perguntei. E êle: não, pois temo que com o tempo a Universidade seja encampada pelo Governo! Em casa, no entanto, continuávamos a nossa oração a S. José para que resolvesse o problema do terreno para a Cidade

¹³⁷ A disciplina de Cultura Religiosa integrava os currículos dos cursos e caracterizava-se por oferecer uma visão global do pensamento religioso, por meio da pluralidade das experiências religiosas ao longo da história da humanidade.

¹³⁸ Ata da Assembleia Geral Ordinária da Sociedade Goiana de Cultura. 31 de dezembro de 1961.

Universitária. Passados 35 dias, fui chamado por um amigo porque o doente desejava falar-me. Da conversa, com pleno entusiasmo do Sr. Arcebispo e de todos de casa, resultou que em breves dias assinávamos escritura de doação da parte do padre, mediante compensação por parte da Universidade, de uma área de uns 40 alqs, goianos ou seja 200 hectares aproximadamente, distantes 9 kms. do centro de Goiânia. Essa área constituía a casa de campo do Padre José Trindade e se chama Chácara S. José. Está em condições ótimas para que nela se construa mais tarde a Cidade Universitária. Assim sendo, ficamos na dúvida: convém construir os novos edifícios na atual situação em que nos encontramos ou é preferível iniciar as obras preparatórias da Cidade Universitária definitiva? É natural que existem muitas circunstâncias a serem consideradas. E, precisamente o que fazemos (Nacca, 1961b, p. 1)¹³⁹.

Neste mesmo ano o reitor foi a Europa, numa viagem financiada pelo Ministério da Educação, através de uma verba recebida para pesquisas, com a finalidade de contratar professores competentes que desejassem emigrar para o Brasil, com o intuito de atuarem na universidade, buscando elevar o nível de ensino e fortalecer a instituição; estudaram a possibilidade de organizar melhor um bom curso de Cultura Religiosa, visando sua melhor organização e maior impacto na formação dos alunos, era também desejo do arcebispo que esse curso colaborasse na formação dos catequistas da Arquidiocese de Goiânia. E por fim, estudar um plano para a Cidade Universitária, com a finalidade de empregar em construções definitivas as verbas que recebiam.

O ano de 1961 foi marcado por avanços e desafios. A instituição projetou a expansão de sua infraestrutura, ampliação do seu corpo discente e buscou qualificar seu corpo docente. Os jesuítas desempenharam um papel fundamental nesses primórdios, tanto na formação religiosa dos alunos quanto na administração da universidade. A construção da cidade universitária era um projeto ambicioso que visava ampliar o espaço físico e oferecer melhores condições de ensino e aprendizagem, bem como, fortalecer o projeto católico de educação superior em Goiás. Neste ano chegou o irmão Pedro Hernanzaez que se dedicou à vida financeira, a organização administrativa, e ao regime de pessoal da Universidade, isso possibilitou uma melhor administração; e o irmão Januário Carrielo que foi mestre-de-obras das construções da universidade, inclusive, trabalhando junto com os pedreiros,

¹³⁹ Carta de pe. Paulo de Tarso Nacca a Vice Província Goiano-Mineira. Goiânia, 28 de agosto de 1961b. Arquivo da Província dos Jesuítas no Brasil.

na carência de mão-de-obra que existia na época e a falta de recursos, ele ajudou a construir os novos prédios da universidade (Vaz, 1979a).

Além da organização da parte burocrática e material da universidade, é importante ressaltar a visão humanista do reitor, característica da Companhia de Jesus, como vimos anteriormente. No seu discurso de inauguração das aulas de 1961, o pe. Nacca enfatizou aos professores que diante dos problemas que a juventude enfrentava, ela buscava a verdade, deste modo uma universidade com insígnia de católica deveria proporcionar um caminho, que ajudasse seus alunos a chegarem à verdade e ao bem-estar integral de todos os homens. O padre Nacca criticava a educação focada no conhecimento técnico e material, negligenciando a formação integral do ser humano. Ele defendia uma educação que levasse em consideração a totalidade do homem, incluindo sua dimensão espiritual. O homem é o centro e a finalidade da educação.

Impõem-se-nos, pois a obrigação, Srs. Professôres, se queremos lealmente marchar na vanguarda do verdadeiro progresso e não desiludir nossos jovens, redimensurar as soluções até hoje apresentadas em nossas lições, atualizando os métodos e os programas, ferindo sem temor e à luz das verdades eternas, os problemas candentes que agitam os jovens, apresentando-lhes as soluções que não falham, porque baseadas naquele que é Luz, Verdade e Vida. Nessa redimensuração devemos tornar a colocar, no centro de todos os problemas, o HOMEM. O homem como êle é essencialmente: um composto de espírito e de matéria, um ente sociável, social e associado, cujos atributos são respeitáveis e cujos direitos devem ser absolutamente garantidos. O centro ou “causa motrix” de nossas pesquisas em qualquer campo do saber humano, não deve ser só o bem material, que não atinge o homem integralmente; nem muito menos o partido, ou o Estado, nem ainda o estado democrático, que por sua constituição deve ser o instrumento do bem estar do povo e nunca fim da instrução e da educação ministrada aos cidadãos. (Nacca, 1961c, p. 60)¹⁴⁰.

O reitor enfocava que a Universidade deveria proporcionar aos estudantes que anseiam pela Verdade, uma ciência ampliada e não só uma especialização. Ele ressaltava que o especialista tende a se restringir na medida em que perde de vista o todo, se aprofundando apenas num conhecimento único. Ele afirmava que era necessário um conhecimento holístico que contemplasse corpo e espírito, evocando um constante diálogo entre humanismo e ciência, característica da educação jesuítica.

¹⁴⁰ Discurso do Reitor. Inauguração das Aulas. 7 de março de 1961c. Anuário Universidade (Católica) de Goiás. Anuário II. Goiânia, 1961.

E se a estes que a Universidade responde satisfatoriamente, necessário se torna que nela exista o diálogo constante entre o humanismo e a ciência, entabulado pelos mestres e continuado pelos discípulos. Esta deve ser a preocupação de todos os dias do bom professor, em aula; pois não é o mestre um simples detentor e distribuidor de conhecimentos quais-quer; mas, sempre o mestre, o guia, o educador. E a educação atinge o homem todo! Ensinar educando e educar ensinando. Prezados alunos. Este o sacrosanto direito que vos assiste, ainda na hipótese de haverdes transposto o humbral desta Universidade, sem a intenção pura de nela só procurardes a verdade em meio e por meio de todos os conhecimentos que nela se ministram. Deveis pôr vosso ideal em sair daqui, não só com o direito que vos confere o diploma de ensinar aos outros “*Facultas docendi*”, como se vive humanamente; mas, ainda com o hábito de viver de forma integralmente humana, respeitando a obra de Deus em vós mesmos, no vosso semelhante e ainda na exploração e uso decente, inteligente, humanamente divino de quanto o Criador pôs sobre a terra e nos astros do céu, para fazer o homem feliz! (Nacca, 1961c, p. 61).

O ano de 1962 foi marcado por uma crise entre o pe. Paulo Nacca, reitor da universidade, e pe. Vicente González Cutre, seu provincial. Vimos anteriormente que a nomeação do pe. Nacca como reitor da universidade não era de consentimento do provincial, mas devido as circunstâncias não foi possível mudar. Desde então, a relação entre ambos não foi das melhores, isso resultou na saída do pe. Nacca da reitoria da Universidade de Goiás no final deste ano.

O primeiro motivo dessa crise consistiu na falta de adesão do provincial aos pedidos do pe. Nacca, especialmente no que se referia ao envio de mais jesuítas qualificados para Goiânia, a fim de assumirem as aulas e a direção dos departamentos da universidade. O segundo motivo girava em torno da falta de subordinação do pe. Nacca ao provincial, pois ele possuía um espírito de liderança e administração próprio, atuando com autonomia na missão que lhe foi confiada, o que gerava incômodo em seu superior. O terceiro motivo era que alguns dos jesuítas que chegavam para trabalhar em Goiânia afirmavam que sua missão se restringia às determinações do provincial e, por isso, não obedeciam ao pe. Nacca, que, além de reitor da universidade, era o superior da comunidade religiosa.

Em 1962 havia oito padres jesuítas e três irmãos em Goiânia, pe. Paulo Nacca, pe. José Maria Corrêa, pe. Cristóvão Alvarez, pe. Vitoriano Baquero, pe. Francisco Martins Corrêa; pe. Luis Palacín Gomez, pe. Arthur Rodriguez, pe. Luiz Thomazi, ir. Pedro Hernazáez, ir. José Procópio, ir. Amaral Homem, ir. Januário

Carriello (*Catalagus*, 1962)¹⁴¹. Na visão do pe. Nacca, o número de jesuítas ainda era insuficiente, diante das exigências da missão que a Companhia de Jesus exercia na universidade.

Depois desses acontecimentos, o pe. Nacca escreveu ao provincial:

Serei brevíssimo desta vez; porque as suas reiteradas decisões intempestivas, que não atendem em absoluto aos compromissos que esta Universidade assumiu, relativamente às Leis do País, deixaram-me perplexo e completamente desorientado. O mais razoável que posso fazer é pôr o cargo de Reitor em suas mãos e retirar-me para minha Província. Outro Reitor, talvez, merecerá um pouco mais de atenção da parte de V. Rcia. De acordo com a caridade, que V.Rcia. continuamente prega em suas cartas, mais razoáveis deveriam ser suas decisões a respeito do pessoal desta Casa, de condições tão peculiares, de modo a não lançar sobre meus ombros cada dia responsabilidades mais pesadas e mais ingratas. Que o presente ano de 1962 traga para V. Rcia. mais experiência, mais luzes e mais graças do céu para o bom desempenho de um ofício que, de certo, não é fácil (Nacca, 1962a, p. 1)¹⁴².

Diante dos desgastes com o superior provincial, o pe. Nacca propôs voltar a sua província de origem, que era a província do Brasil Centro-Leste, deixando a vice província Goiano-Mineira na qual estava emprestado, e era a responsável pela missão de Goiânia. O pe. Nacca alegava que desde quando chegou a Goiânia até a presente data, estava desempenhando um ofício acima de suas forças, e de grande responsabilidade diante da Igreja, da Companhia de Jesus e da sociedade, além do ofício de reitor, ele também lecionava três disciplinas: filosofia da educação, educação comparada e história da economia. Alegava que o provincial, pe. Vicente Cutre, estabelecia entraves ao seu governo e ignorava as necessidades que lhe apresentava. Sendo assim, pensava que ao pôr à disposição seu cargo de reitor, o padre provincial poderia dar mais atenção as necessidades da universidade.

Considere ainda se é possível suportar este peso sem contar com a compreensão do Vice-Provincial. Eu já não tolero mais ao Vice Provincial devido à sua irritante e constante mesquinhês, ao modo e conteúdo de suas cartas bem como pela sua voluntária ignorância das necessidades desta Casa. Se ao menos não puzesse entraves ao governo; mas, assim não sucede: Já dois súditos aparecem aqui dizendo que têm ordem do V.Provincial para só fazer tais e tais coisas!!! Volto, pois, a insistir pela minha imediata reintegração na Província Centro-Leste. Não me convém, como não

¹⁴¹ *Catalagus Viceprovinciae Goiano-Minensis Societatis Iesu – Anno MCMLXII* (1962). Arquivo Romano da Companhia de Jesus.

¹⁴² Carta do pe. Paulo de Tarso Nacca ao pe. Vicente Cutre. Goiânia, 3 de janeiro de 1962a. Arquivo da Província dos Jesuítas no Brasil.

convém aos interesses desta Universidade, que o seu reitor viva em estado de beligerância com o Superior maior (Nacca, 1962b, p. 1)¹⁴³.

Havia um conflito declarado entre o pe. Nacca e o provincial. Ele denunciava entraves e a falta de apoio por parte do superior provincial, pe. Vicente Cutre, que supostamente ignorava as demandas da universidade. O relacionamento entre eles é descrito como insustentável, com acusações de “mesquinhez” e “ignorância voluntária”. A carta revelava um momento de tensão e conflito dentro da Companhia de Jesus, especialmente na gestão da missão de Goiânia e da universidade. Havia uma disputa em que cada um buscava impor sua visão sobre a administração da instituição.

Diante dessas situações, o pe. Vicente Cutre¹⁴⁴ escreveu ao superior geral da Companhia em Roma, pe. João Batista Janssens, informando das dificuldades que teve com o pe. Nacca no processo de fundação da Universidade de Goiás, afirmando que ele não informava aos superiores da Companhia as decisões tomadas, e ainda alegava que isso era devido as distâncias, as comunicações que eram difíceis e, que em algumas circunstâncias eram necessárias respostas mais rápidas. O pe. Vicente alegava em sua carta, que o pe. Nacca quase não compartilhava nada com ele, e que quando lhe escrevia era raro propor “coisas de antemão”. Sendo assim, o provincial achou melhor ignorá-lo em silêncio, para evitar maiores dificuldades (Cutre, 1962). Porém, o estopim da situação foi a carta de renúncia que pe. Nacca enviou, o provincial entendeu como afronta e desaforo, sendo assim, pediu ao superior geral que depois destas graves crises, o pe. Nacca voltasse a sua província de origem, deixando a Vice Província Goiano-Mineira.

Com a lente bourdieusiana podemos entender que os agentes envolvidos nesse jogo estavam em disputa, o pe. Nacca, por ser o reitor possuía um capital simbólico¹⁴⁵ importante, mas enfrentava dificuldades em relação ao capital religioso,

¹⁴³ Carta do pe. Paulo de Tarso Nacca ao pe. Armando Cardoso, superior da Província Brasil Centro-Leste. Goiânia, 3 de janeiro de 1962b. Arquivo da Província dos Jesuítas no Brasil.

¹⁴⁴ Carta do pe. Vicente Cutre ao pe. João Batista Janssens. Belo Horizonte, 08 de janeiro de 1962. Arquivo Romano da Companhia de Jesus.

¹⁴⁵ Bourdieu, em sua sociologia, desenvolve o conceito de “capital simbólico” para dar conta das formas de poder que se manifestam por meio do reconhecimento social. R. Brubaker (1985), argumenta que o capital simbólico não é um tipo de capital autônomo, mas sim um reflexo da legitimidade atribuída aos outros tipos de capital. Ou seja, o prestígio e a honra que um indivíduo ou grupo possuem estão condicionados ao reconhecimento social dos seus recursos econômicos, sociais e culturais. Essa perspectiva levanta a questão da distinção entre capital simbólico e capital cultural, sugerindo que o

controlado pelo provincial. O *habitus* que cada agente tinha (Bourdieu, 1983), moldado por suas experiências e trajetórias, evidenciado no jogo em questão, influenciava suas ações e percepções da realidade. O pe. Nacca e pe. Cutre tinham visões diferentes sobre a administração da universidade, o primeiro buscava uma atuação jesuíta mais constante e duradoura, inclusive necessitando de um número maior de jesuítas para trabalhar na instituição. Já o segundo, não tinha essa missão como prioridade, inclusive com o desejo de entregá-la a uma província norte americana¹⁴⁶. Sendo assim, a crise que aconteceu entre ambos, pode ser interpretada como uma luta simbólica pela definição das regras do jogo no campo da universidade. O pe. Nacca buscava impor sua visão sobre a administração da universidade, mas não conseguiu medir forças com o provincial, pois na hierarquia interna estava acima dele.

É possível perceber que o “capital religioso, enquanto trabalho simbólico acumulado” (Bourdieu, 1987, p. 39), sob o controle do provincial, foi de fundamental importância para determinar o desfecho da crise. A autonomia do pe. Nacca como reitor era de certo modo limitada, devido a sua subordinação ao provincial, o que gerou tensões e conflitos, tendo como resultado a saída do pe. Nacca da reitoria.

Além dos desgastes com o provincial, o pe. Nacca também alegava que Dom Fernando do Gomes estava “desinteressando cada dia mais” pela universidade, deixando parte da responsabilidade da universidade sobre si. Os jesuítas entendiam que o problema da manutenção da universidade não poderia ficar apenas sob a responsabilidade deles. A província jesuítica alegava que não tinha recursos econômicos para manter a universidade por sua conta, era necessário que o arcebispo se comprometesse nessa causa de manutenção financeira da instituição. O provincial alegava que a Companhia de Jesus enviou os melhores membros que dispunha para executar essa obra, e que era dever do arcebispo dar o aporte necessário para o seu funcionamento, não ficando apenas na responsabilidade dos jesuítas. “O problema da manutenção da Universidade não pode cair sobre nós tal

último pode ser entendido como a dimensão simbólica do conceito de classe social, ou seja, a forma como as posições sociais são hierarquizadas e legitimadas culturalmente.

¹⁴⁶ Informe sobre Goiânia, 1957. Arquivo da Província dos Jesuítas no Brasil.

como está. É o Sr. Arcebispo quem deve dar a solução, mas solução mesmo, sem o que será simplesmente impossível continuarmos lá” (Cutre, 1962, p. 1)¹⁴⁷.

Neste período, a universidade recebia em média 30 milhões de cruzeiros com a subvenções do governo, esse dinheiro era destinado às obras e aparelhamento dos cursos. Ainda havia o desejo que a província americana da Companhia de Jesus aceitasse o convite para vir para Goiânia, com a finalidade de colaborar na Universidade, essa proposta foi cogitada em muitas instâncias de governo dentro da Companhia de Jesus. Diante da dificuldade de encontrar mais padres jesuítas para atuarem em Goiânia, a proposta era de entregar a universidade aos jesuítas norte-americanos, mas isso não aconteceu¹⁴⁸. Perante todos esses acontecimentos o pe. Nacca afirmava que o provincial:

1. Não tem mostrado o devido interesse por esta Universidade porque pensa que será entregue aos norte-americanos. 2. demasiado fácil em acreditar nalguns súditos, repreendendo o Superior sem ouvi-lo primeiro, ou advertindo-o por suas atitudes. 3. Por duas vezes, sujeitos que aqui vieram (um Padre e um Irmão) recusaram-se a obedecer o Superior, dizendo que o P.V. Provincial lhes permitira que executassem só determinados trabalhos. 4. muito dedicado e sacrificado; mas, deixa-se influir facilmente por alguns. O governo da Província, pelas esperanças que apresenta em obras e pessoal inteligente, está necessitando de previsão, organização e execução inteligente e firme. Isto está faltando (Nacca, 1962c, p. 2)¹⁴⁹.

Diante desses impasses coube ao pe. Cardoso (1962)¹⁵⁰, provincial da província do Brasil Centro-Leste mediar e resolver o problema. Ele percebeu que não era prudente destituir do cargo de reitor o pe. Nacca neste momento, diante das leis que orientavam o ensino superior no Brasil nesta ocasião não seria acertado mudar o reitor de modo tão repentino, seria mais acertado que ele continuasse, por já estar familiarizado com todas essas questões. A proposta foi de adiar por alguns meses o afastamento do pe. Nacca, até mesmo porque ele havia pedido perdão ao pe. Vicente Cutre e ter considerado que saiu dos limites na carta que o enviou.

¹⁴⁷ Carta do pe. Vicente Cutre, provincial, ao pe. Paulo de Tarso Nacca. Belo Horizonte, 3 de junho de 1962. Arquivo da Província dos Jesuítas no Brasil.

¹⁴⁸ Em 1966 os jesuítas norte-americanos deram o parecer final diante das diversas tentativas que houveram, afirmando que não assumiriam a missão em Goiânia junto a Universidade de Goiás.

¹⁴⁹ Carta do pe. Paulo de Tarso Nacca ao pe. João Batista Janssens. Goiânia, 15 de janeiro de 1962. Arquivo Romano da Companhia de Jesus.

¹⁵⁰ Carta do pe. Armando Cardoso ao pe. Paulo de Tarso Nacca. Rio de Janeiro, 13 de março de 1962. Arquivo da Província dos Jesuítas no Brasil.

Além dos acontecimentos internos que envolviam os jesuítas, o ano de 1962 também foi marcado por dois outros fatos importantes. O primeiro, foi a greve dos estudantes das duas universidades goianas, que pleiteavam a participação de 1/3 nos colegiados da Universidade, Conselho Universitário, Conselho de administração, nas Congregações dos professores de cada Faculdades, iniciada em junho e motivada pela União Nacional dos Estudantes (UNE) em todo o país. Os estudantes lutavam pela Reforma Universitária e a democratização da universidade, tendo em vista a participação dos alunos nos órgãos colegiados.

O final da greve universitária por um terço só foi encerrada em agosto de 1962, sem que os seus objetivos fossem alcançados, e com uma oposição radicalizada aos seus posicionamentos. Essa oposição havia surgido tanto no interior das universidades, quanto fora. A entidade passou a ser alvo constante de discursos parlamentares que acusavam a entidade de ser um centro comunista, tendo sido, inclusive, aprovada uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), para que os gastos da entidade fossem investigados (Mattos, 2012, p. 127-128).

A Igreja Católica tinha grande preocupação com essa mobilização dos estudantes, diante da ameaça que via nas ideias marxistas e comunistas que mobilizavam os estudantes nessas causas. A Igreja alegava que toda essa movimentação tinha como finalidade a infiltração do “comunismo” nas estruturas educacionais, principalmente universitária. Para solucionar tal problema, o pe. Nacca apresentou como membro do Conselho Universitário, o acadêmico Wagner Batista da Costa, presidente do Diretório Central dos Estudantes (DCE). Ainda, ficou acordado que para representar os discentes, além do presidente do DCE, também seria eleito mais um estudante entre as unidades que compunham a universidade, este deveria ser escolhido entre os cinco melhores em aproveitamento de notas e frequência nas duas últimas séries de seus cursos. A participação dos alunos, através dessa representação dentro da universidade constituiu um avanço, uma abertura democrática para o regimento do Conselho Universitário (Martins, 2002).

O segundo acontecimento foi o início da Concílio Ecumênico Vaticano II, convocado pelo papa João XXIII, cuja finalidade era o “aggiornamento”¹⁵¹ da Igreja:

O que mais importa ao Concílio Ecumênico é o seguinte: que o depósito

¹⁵¹ Esta é uma palavra italiana que significa atualização, colocar em dia; esta tornou-se a palavra que marcou a identidade do Concílio Vaticano II.

sagrado da doutrina cristã seja guardado e ensinado de forma mais eficaz. Essa doutrina abarca o homem inteiro, composto de alma e corpo, e a nós, peregrinos nesta terra, manda-nos tender para a pátria celeste. Mas, para que esta doutrina atinja os múltiplos níveis da atividade humana, que se referem aos indivíduos, às famílias e à vida social, é necessário primeiramente que a Igreja não se aparte do patrimônio sagrado da verdade, recebido dos seus maiores; e, ao mesmo tempo, deve também olhar para o presente, para as novas condições e formas de vida introduzidas no mundo hodierno, que abriram novos caminhos ao apostolado católico. O XXI Concílio Ecumênico, que se aproveitará da eficaz e importante soma de experiências jurídicas, litúrgicas, apostólicas e administrativas, quer transmitir pura e íntegra a doutrina, sem atenuações nem subterfúgios, que por vinte séculos, apesar das dificuldades e das oposições, se tornou patrimônio comum dos homens. Patrimônio não recebido por todos, mas, assim mesmo, riqueza sempre ao dispor dos homens de boa vontade. É nosso dever não só conservar este tesouro precioso, como se nos preocupássemos unicamente da antiguidade, mas também dedicar-nos com vontade pronta e sem temor àquele trabalho hoje exigido, prosseguindo assim o caminho que a Igreja percorre há vinte séculos (João XXIII, 1962, p. 4-5).

Todos os bispos católicos do mundo inteiro deveriam comparecer a Roma para as sessões do Concílio. Sendo assim, Dom Fernando outorgou o pe. Nacca como secretário da Sociedade Goiana de Cultura, mantenedora da universidade, dando-lhe a missão de procurador enquanto ele tivesse fora do país devido as sessões conciliares (Ata SGC, 1962, p. 34).

O primeiro ano da universidade foi difícil. De um lado era preciso organizar sua vida interna já que a administração dos recursos recebidos do Governo vinha sendo feita diretamente pelo arcebispo e a sociedade mantenedora. Deveria, entretanto, ser paulatinamente transferida para a universidade dentro do sadio princípio da autonomia universitária. Este processo só se concluiria em julho de 1962. Em setembro daquele ano, Dom Fernando, às vésperas de partir para Roma, a fim de participar do Concílio Vaticano II, transferia, mediante Procuração, ao Reitor da Universidade o encargo de administrar o patrimônio da sociedade, que se identificava com o da universidade. Outra dificuldade estava na agitação estudantil da época. Em reunião de 20 de julho de 1960, com a presença, entre outras de Dom Fernando, do padre José Pereira de Maria seu assessor, do padre reitor, de vários professores, “foi feita uma análise da ação socializante que se desenvolve entre os estudantes, que, a despeito de pregar idéias novas, aceitam e veiculam, pelos métodos marxistas, as idéias mais opostas ao regime, à ordem, a índole da nação brasileira. Não se estranhará muito se a UNE, dentro de pouco, se converter na melhor trincheira que o comunismo terá em nosso meio”. Advertiu-se a quanto à “onda laicista que sufoca os moços, à falta de instrução religiosa, de liderança honesta e de meios de se esclarecerem. A conselho do arcebispo, o reitor ficou de estudar, com as diretorias, os meios de por cobro a esta dissipação acadêmica que não faz senão agitar os meios estudantis”. A comunidade dos jesuítas cresceu naquele ano com a vinda, entre outros, dos padres Baquero e Palacín. A pequena casa da rua 83 já não os comportava. Foi então que a comunidade decidiu iniciar a construção de uma residência no terreno da Faculdade de Filosofia. No final do ano, a Sociedade Goiana de Cultura constata, pelo depoimento dos professores, “o êxito do ano letivo, desenvolvido com uma harmonia e disciplina apreciável” (Vaz, 1979a, p. 33-34).

Neste ano a Sociedade Goiana de Cultura, mantenedora da universidade resolveu dar plenos poderes a Universidade, dando-lhe a administração financeira, e autonomia na administração, para que a universidade caminhasse com suas próprias pernas. A Sociedade Goiana de Cultura iria apenas acompanhar as atividades e relatórios anuais que a universidade apresentasse, se mantinha quase como “ficção jurídica” (Martins, 2002). Os jesuítas gozavam de autonomia pedagógica, administrativa e política para organização da universidade. A Universidade (católica) de Goiás mantinha três Faculdades, três Escolas Superiores e dois cursos Especiais.

Quadro 15: As faculdades da Universidade com seus respectivos cursos

	Faculdade	Cursos
01	Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras	Geografia História Letras Clássicas Letras Neo-Latinas Letras Anglo-Germânicas Pedagogia Matemática Física Filosofia Didática
02	Faculdade de Direito	Direito
03	Faculdade de Ciências Econômicas	Ciências Econômicas Ciências Contábeis e Atuariais
04	Escola de Belas Artes	Arquitetura
05	Escola de Enfermeiras	Enfermagem
06	Escola de Serviço Social	Serviço Social
07	Cursos Especiais	Curso de Orientação Educacional Curso de Auxiliares de Enfermeiras

Fonte: Quadro elaborado pelo pesquisador (2024) baseado nos dados das Notícias da Vice Província Goiano Mineira de 1963.

Nos primeiros anos, a Universidade apresentou um ritmo crescente de aceitação no Estado. Em 1960, seu primeiro ano de funcionamento, contava com 588 alunos; em 1962, esse número aumentou para 931; e, em 1963, chegou a 1.086. Nos três primeiros anos, o número de alunos cresceu quase 100% (Notícias da Vice-Província, 1963). Assim era a atuação dos jesuítas,

Nosso trabalho universitário ainda se ressentia da urgência necessária e consequente falta de preparo de nossa parte que presidiu a fundação e aceitação da universidade. A distribuição dos padres nas diversas faculdades mostra como há seções de vida universitária apenas atingidas por nossa ação. Na Faculdade de Filosofia lecionam os oito padres, quase todos mais de uma matéria; na Faculdade de Ciências Econômicas três (um deles cultura religiosa); na Escola de Serviço Social dois (um deles moral); na Faculdade de Direito dois (os dois, cultura religiosa e direito canônico); na Faculdade de Belas Artes um (cultura religiosa) e na Escola de Enfermagem nenhum. A necessidade de uma maior especialização se fará sentir cada vez mais

agudamente, pois o ambiente de reforma universitária é cada dia mais urgente, e para o universitário, reforma significa antes de tudo maior preparo e dedicação dos professores, renovação das técnicas de ensino e iniciação direta na pesquisa. Também as autoridades do ensino pensam em exigir o doutorado como condição indispensável para o ensino universitário, e pode ser que até o concurso de cátedra. O ano passado com a criação dos cursos de Filosofia, de Matemáticas e Física a Faculdade de Filosofia reunia dez cursos em funcionamento. Pouco a pouco vamos superando a dificuldade de aparelhamento muito caro dos laboratórios. Também anexo à Faculdade de Filosofia funciona o de Orientação Educacional, já com três anos de existência, mas que retomou novo e inesperado vigor ao passar a funcionar como curso noturno. Modestamente, mas com grandes ambições, foi inaugurado, e já está em funcionamento o gabinete psicotécnico e de orientação profissional. Também está em projeto imediato a criação de um instituto de pesquisas psicológicas e educacionais (Notícias da Vice-Província Goiano-Mineira, 1962, p. 7-8)¹⁵².

Em novembro de 1962, o pe. Nacca recebeu de seu provincial o comunicado que a partir do ano seguinte ele não seria mais o reitor da Universidade de Goiás, nomeando assim o pe. Ormindos Viveiros de Castro como novo reitor. Para tanto, era necessário o consentimento do Arcebispo de Goiânia para validar a nomeação, que naquele instante estava em Roma participando do Concílio Vaticano II. Havia cogitado a possibilidade que o pe. Nacca continuasse em Goiânia, para prosseguir tratando das verbas e de outros negócios de administração financeira, mas ele não concordou, afirmando que não seria lógico continuar apenas com tal função. Em oito de dezembro de 1962, Dom Fernando Gomes dos Santos recebeu em Roma a notificação da mudança dando o seu aval para tal transferência.

Recebi hoje, dia da Imaculada (8.12), a carta de V.Rvma., comunicando-me que o M.R. Pe. Geral apresenta o Pe. Ormindos Viveiros de Castro, como substituto do Pe. Paulo de Tarso Nacca no cargo de Reitor da Universidade de Goiás. - Nada tenho a opôr e de muito bom grado aceito a indicação do muito R. Pe. Geral. Agradeço a V. Rvma. o interesse que tem tido pela Universidade de Goiás, e, de modo especial, o trabalho realizado pelo Pe. Nacca. Sua dedicação a Universidade, seu esforço, suas lutas felizmente vitoriosas são títulos que honram a Companhia de Jesus e nossa Universidade. Espero chegar a Goiânia no fim deste mês ou no princípio de Janeiro, Desde já, porém, considero a indicação do Pe. Viveiros (Santos, 1962, p. 1)¹⁵³.

Apontamos duas perspectivas para a saída do pe. Nacca como reitor da universidade católica, a primeira diz respeito a perspectiva macro, do contexto em que

¹⁵² Notícias da Vice-Província Goiano-Mineira, Ano IV, n. 6. Agosto de 1962.

¹⁵³ Carta de Dom Fernando Gomes dos Santos ao pe. Vicente Cutre. Roma, 08 de dezembro de 1962. Arquivo da Província dos Jesuítas no Brasil.

os jesuítas viviam em Goiânia. Em carta do pe. Luiz Thomazi (1962)¹⁵⁴ ao provincial ele relatava que havia uma hostilidade, difusa, surda e persistente dentro e fora da universidade, notava-se uma enorme dificuldade para o diálogo de maneira mais ampla e uma distância fria e um acentuado negativismo no que diz respeito aos jesuítas, a visão laica defendida pela Universidade Federal dentro do contexto estudantil perpetuava uma concepção anticlerical. “O certo é que, ultimamente, a nossa situação é de contínua tensão. Esta situação está sendo dura para minha constituição psicológica que se ressentia enormemente com este ambiente de hostilidade, a meu ver, sem remédio imediato” (Thomazi, 1962, p. 1).

Nesse aspecto, a atuação dos jesuítas reduziu-se à dimensão burocrática: ministrar aulas, dirigir o movimento escolar, assinar documentos, despachar requerimentos, entre outras atividades. Sua influência cultural na cidade era limitada, pois não estavam inseridos em iniciativas culturais. Diante desse contexto, os próprios jesuítas realizaram uma autoavaliação e identificaram fragilidades em seu corpo docente para atuar no ambiente universitário, especialmente diante dos avanços que a sociedade vivia naquele período. “Somos bons professores, sem dúvida, mas, infelizmente, é isto o que menos chama a atenção e menos impressiona. Fora as aulas, a influência é nula” (Thomazi, 1962, p. 1). Nesse contexto percebemos três características evidentes, 1- uma hostilidade difusa e persistente aos jesuítas em Goiânia; 2- uma influência cultural limitada na vida da cidade; 3- debilidades qualificativas de preparação por parte dos jesuítas diante das necessidades universitárias.

A comunidade jesuítica tinha consciência da sua responsabilidade e ao mesmo tempo das reais condições no papel que exercia tanto na formação dos universitários como no desenvolvimento da instituição. Nesse sentido, para superar os desafios do contexto em que viviam, era necessário um esforço conjunto com a finalidade de aprimorar a qualificação dos jesuítas, renovar as práticas pedagógicas e

¹⁵⁴ Carte do pe. Luiz Thomazi ao provincial, pe. Vicente Cutre. Goiânia, 08 de setembro de 1962. Arquivo da Província dos Jesuítas no Brasil.

promover a pesquisa. Os jesuítas sentiam a necessidade de uma maior especialização e preparo diante da missão de conduzir a universidade.

A segunda perspectiva sobre a deposição do primeiro reitor se concentra na dimensão micro, interna. Por mais que o pe. Nacca fosse um gestor organizado, metódico, e habilidoso para lidar com a legislação de ensino, era considerado pelos seus pares uma pessoa de temperamento forte, o que tornava pouco diplomático, pouco hábil no trato e muito legalista. Isso o impossibilitou de uma relação cultural mais ampliada, reduzindo-se mais na burocracia legal e interna. Percebemos que o seu desentendimento com o provincial também gerou desgastes internos que contribuíram para a essa tomada de decisão por parte dos superiores maiores.

O pe. Nacca foi o primeiro reitor jesuíta, assumindo o cargo em 1960 e exercendo a função até 1962. Coube a ele a responsabilidade de implantar a universidade e estabelecer suas bases. Entre suas realizações, destacam-se: as negociações de ampliação da oferta de cursos de graduação, visando atender às demandas da sociedade goiana. Construção de novos prédios e laboratórios, modernizando a estrutura física da universidade. Implementação de iniciativas para promover os valores católicos na comunidade universitária.

4.2 O reitorado do padre Ormindos Viveiros de Castro S.J., e a consolidação da administração jesuítica na Universidade de Goiás (1963-1967)

O padre Ormindos Sodré Viveiros de Castro, nascido em Belém do Pará em 28 de dezembro de 1917, trilhou uma trajetória marcada pela dedicação à educação e à Companhia de Jesus. Ainda criança, mudou-se para o Rio de Janeiro, onde iniciou sua formação no Colégio Santo Inácio, uma das mais tradicionais instituições jesuítas do país.

Em 1933, ingressou no noviciado da Companhia de Jesus em Nova Friburgo. Após concluir a formação filosófica, entre 1941 e 1943, atuou como professor no Colégio Santo Inácio, onde havia estudado. Em 1945, foi enviado aos Estados Unidos para cursar teologia no West Baden College, em Indiana, sendo ordenado sacerdote em 18 de junho de 1947.

Após a ordenação, o pe. Viveiros aprofundou seus estudos em Salamanca, Espanha, cumprindo a etapa final de formação exigida pela Companhia de Jesus. A partir de 1950, dedicou-se aos estudos em Pedagogia e Educação, primeiramente em Londres e, posteriormente, na Fordham University, em Nova York.

Retornando ao Brasil em 1952, o pe. Viveiros ingressou na PUC-Rio, onde atuou como professor de Pedagogia e secretário-geral da universidade, contribuindo significativamente para o desenvolvimento da instituição. Entre 1960 e 1962, retornou ao Colégio Santo Inácio, agora como reitor, encerrando assim um ciclo que se iniciara em sua juventude. Em 1963, foi designado para assumir a reitoria da Universidade (católica) de Goiás, sucedendo o pe. Paulo de Tarso Nacca, onde exerceu o cargo até 1967.

O ano de 1963 foi realmente um ano de experiência para mim, uma vez que nada conhecia a respeito do Estado, da cidade, do ambiente nem mesmo de boa parte da comunidade. Foi também um ano de expectativa para todos nós, pois desconhecemos o futuro da Universidade de Goiás. Soubemos muito indeterminadamente do R. P. Vice-Provincial que este Estado deverá passar para a Província de New England, porém em data ainda ignorada, estando ainda incerto se nossos padres se ocupariam da obra da Universidade ou assumiriam outros compromissos como colégios e paróquias. Como consequência desta situação, faz já dois anos que o número da comunidade permanece estacionário (oito sacerdotes e três irmãos), quando nos anos anteriores havia sido mantida a intenção de enviar anualmente pelo menos um padre a mais, visto como os alunos necessariamente aumentam com as novas séries das Faculdades que se completam, como por exemplo a de Direito, cuja primeira turma se formou este ano (Viveiros, 1964, p. 1)¹⁵⁵.

¹⁵⁵ Carta do pe. Ormindos Viveiros ao pe. João Batista Jansens, superior geral da Companhia de Jesus. Goiânia, 10 de fevereiro de 1964. Arquivo Romano da Companhia de Jesus.

Figura 16: Pe. Ormindos Viveiros de Castro



Fonte: Arquivo da Província dos Jesuítas no Brasil.

A comunidade dos jesuítas em Goiânia no ano de 1963 era composta por oito padres e três irmãos, pe. Artur Rodriguez atuava como professor e padre espiritual da casa. pe. Luiz Tomazzi professor conceituado, tinha boa relação cultural na cidade. pe. Délio Moreira, formado em economia possuía muitas habilidades técnicas. O pe. Luis Palacín com formação literária e cultura geral desempenhava um papel importante junto a educação laica, além de ser professor da universidade católica, era também professor da universidade federal. Irmão Pedro Hernansaenz era o tesoureiro da universidade, com habilidades favoráveis para a execução do cargo (Viveiros, 1964). Os padres eram professores das várias unidades da universidade, além disso, aos finais de semana ajudavam nos atendimentos de confissões e celebrações dominicais. A vida religiosa da comunidade jesuíta era toda dedicada a lecionar na universidade nos períodos matutinos e noturnos.

O pe. Viveiros, assim como o pe. Nacca, também percebeu que o superior provincial, pe. Vicente Cutre, não demonstrava interesse pela obra da Companhia em Goiânia, “confesso que não é animador perceber que o superior imediato positivamente não se mostra interessado nesta obra” (Viveiros, 1964, p. 2).

Desde quando iniciou a hipótese de uma ajuda à Universidade por parte de uma província americana, o interesse da Vice Província Goiano-Mineira pela Universidade, que já era pequeno, ficou reduzido mais ainda. Em uma de suas cartas, pe. José Maria Correia¹⁵⁶ desabafa, “há vários anos não recebemos reforço algum, só há tocas, algumas vezes, para pior. Com a possibilidade de uma passagem de Goiás para outra Província, parece que a Vice Província está mais interessada em retirar seus membros daqui, do que enviar algum reforço” (Correia, 1964, p. 1). Desde modo, o próprio pe. Correia que trabalhava na universidade, escreveu ao superior geral da Companhia de Jesus, pe. João Batista Jansens, pedindo ajuda, pois acreditava, que com o crescimento de Goiás e do centro oeste brasileiro, a Universidade de Goiás teria boas perspectivas de futuro.

Creio que urge seja tomada alguma decisão. Parece que a Universidade de Goiás não é de ninguém. A Vice-Província não ajuda porque uma Província Americana iria ficar com Goiás; a “Província Americana” não envia ajuda porque esta ajuda ainda não se concretizou. Assim fica tudo no ar, e isto nos momentos mais críticos da Universidade. Creio que a nossa maior crise não é a “econômica!” (todas as Universidades e Faculdades Católicas estão na mesma situação), mas é sobretudo a crise de “falta de pessoal”, a crise de “abandono” (Correia, 1964, p. 1).

Por parte do governo provincial houve até a hipótese da Companhia de Jesus entregar a universidade ao arcebispo de Goiânia, ou até mesmo de uma possível fusão com a universidade federal, onde alguns dos jesuítas prestariam concurso para atuarem na universidade federal. Porém, a proposta não foi aceita pelo arcebispo que pediu aos jesuítas para continuarem a frente da universidade católica.

Tentamos a possibilidade de deixar a Universidade de Goiânia, sob a forma de ou entregá-la diretamente ao Arcebispo, ou estudar sua possível fusão com a Universidade Federal daquela cidade. Alguns dos nossos padres prestariam concurso na Universidade Federal e nós constituiríamos uma Residência Universitária em Goiânia, para a direção de estudos e formação dos estudantes, com um Centro de Orientação Profissional. A explícita decisão do Sr. Arcebispo de que a Univers. Católica deveria continuar, só poderia continuar conosco e o parecer também a isto favorável do R.P. Assist. Gaviña, fez com que permanecêssemos na Universidade. Anteriormente, havia sido tentada a transferência de direção para os padres Americanos da Prov.de New England [Boston], que fracassou por motivos por eles validamente apresentados (Governo da Vice-Província¹⁵⁷ 1963-1968, p. 1).

¹⁵⁶ Carta do pe. José Maria Correia ao pe. João Batista Jansens, superior geral da Companhia de Jesus. Goiânia, 13 de março de 1964. Arquivo Romano da Companhia de Jesus.

¹⁵⁷ Opções fundamentais no governo da Vice-Província Goiano-Mineira da Companhia de Jesus: outubro de 1963 a fevereiro de 1968. Arquivo da Província dos Jesuítas no Brasil.

Mesmo a comunidade jesuíta em Goiânia sendo composta por membros com diferentes habilidades e formação, permitindo assim a atuação em diversas áreas, ainda era considerada pequena, diante do desafio em tocar para frente a obra da universidade. Diante do pouco interesse da Vice Província Goiano-Mineira como órgão mantenedor dos jesuítas em Goiânia, isso gerou um sentimento de insegurança por parte da comunidade religiosa local; pois, ainda havia uma incerteza sobre o futuro da universidade, aliada à falta de apoio da província isso foi motivo de preocupação por parte dos jesuítas locais. Mesmo diante desses acontecimentos, os jesuítas que aqui estavam adaptaram-se ao contexto local, dedicaram-se a missão recebida permitindo assim, a continuidade da obra educativa iniciada por eles em Goiás.

Nesse sentido, à luz da teoria de Bourdieu, podemos compreender a Companhia de Jesus como um campo específico, que possuía suas próprias regras, hierarquias e disputas por poder simbólico. Internamente, é evidente uma disputa por posições nesse campo entre a Vice Província Goiano-Mineira e a comunidade jesuíta em Goiânia. Desde a chegada dos jesuítas em Goiânia até o presente momento, eles construíram um capital educacional e religioso significativo; no entanto, esse capital não era suficiente para garantir o apoio da Província, que detinha um capital institucional maior. Isso incluía, principalmente, a capacidade de enviar mais jesuítas com as qualificações necessárias para exercer o apostolado universitário.

As diferentes posições entre os envolvidos, jesuítas locais, provincial, superior geral, revelam diferentes sistemas de disposições duráveis que estruturam as ações e percepções dos indivíduos (Bourdieu, 1983). O modo de agir da Província era mais interno-estrutural do que para o desenvolvimento de projetos locais. Assim apontava as opções fundamentais no governo da Vice Província:

1. Nenhuma expansão de obras institucionais pela criação de novas obras da Companhia em nosso território.
2. Restrição de algumas obras existentes, se possível.
3. Consolidação e aprimoramento das obras atuais.
4. Orientação da expansão de nosso apostolado para uma linha de presença, penetração e colaboração junto aos organismos de Igreja [CNBB, CRB, Diocese], do Estado ou particulares já em funcionamento. Atenção ao Plano Pastoral de Conjunto.
5. Aprimoramento e qualificação do pessoal jovem, numa linha de especialização orientada, quanto possível correspondente à índole e aptidões da pessoa, garantida a disponibilidade apostólica e a integração no conjunto da Vice-Província (Governo da Vice-Província 1963-68, p. 1).

Outro desafio encontrado pelo pe. Ormindos Sodré Viveiros de Castro à frente da reitoria da Universidade de Goiás foi a grave crise financeira que a instituição

enfrentava. Nesse período a maior parte da verba que mantinha a instituição era do governo federal. Durante 1963, somente vinte por cento das verbas prometidas pelo governo foram repassadas (vinte milhões de cruzeiros), isso gerou uma crise financeira. O arcebispo de Goiânia, Dom Fernando, sugeriu ao novo reitor fazer um empréstimo de trinta mil dólares como ele havia feito para arquidiocese, deixando para resolver depois a questão. O pe. Viveiros não aceitou a proposta do arcebispo, pois não via possibilidade de honrar com tamanho compromisso num prazo curto de tempo. Para amenizar tal problema foi realizado alguns empréstimos bancários com valores menores, para que não houvesse maior impacto na vida acadêmica (Viveiros, 1964).

A década de 1960 foi marcada por instabilidade política e econômica no Brasil, o reflexo disso teve como ápice o golpe militar de 1964.

O regime militar fora imposto por um golpe, no ano de 1964, sob a justificativa de uma ameaça comunista, alegando-se ser necessária tal intervenção para a conservação da democracia e da própria constituição. Somente em 1984 tal regime fora suplantado, reestabelecendo-se as eleições presidenciais de forma direta. A ditadura ainda divide-se em duas fases, sendo a primeira fase considerada moderada, tendo sido contido o uso da violência e da perseguição política, e uma segunda fase considerada “linha dura” (Carvalho; Muraro, 2015, p. 282).

Segundo Rodrigo Patto Sá Motta (2014a, p. 52), “o conceito de modernização conservadora poder servir como síntese dos paradoxos e contradições do regime militar”. Este conceito captura a tensão entre os impulsos modernizadores e conservadores que coexistiram durante esse período, pois, ao mesmo tempo, que o regime buscava o desenvolvimento econômico, que impulsionou a industrialização, a mecanização agrícola e a expansão urbana. Paralelamente, praticava a repressão que visava controlar as tensões sociais geradas pela modernização e manter a estabilidade política. O regime desejava “modernizar” o país por meio de uma política conservadora, e ao mesmo tempo reprimiam a liberdade individual e coletiva. Essa contradição inerente ao regime militar, gerou um estado de tensão constante na sociedade brasileira.

Importa perceber que esses paradoxos e contradições derivavam da própria ossatura política do regime, resultado da aproximação de grupos ideologicamente distintos, unidos apenas por pauta negativa comum. O regime militar tinha três fontes ideológicas principais: nacionalismo autoritário, liberalismo e conservadorismo (e mais a tradição anticomunista, servindo como elo entre elas), cada uma com nuances e peculiaridades que apontavam para políticas diferentes (Motta, 2014a, p. 53).

No início da ditadura, mais de sessenta por cento da receita anual da universidade vinha dos recursos federais, é perceptível que só com os recursos próprios de mensalidades a instituição não se manteria. Além do cenário macro, é importante ressaltar que na dimensão micro, houve uma migração dos recursos governamentais para a universidade federal, as verbas mais importantes do governo passaram para a fundação oficial.

Tabela 2: A Previsão Orçamentária de 1964.

Receitas		Despesas	
<u>Renda das Escolas</u>		<u>Pessoal</u>	
Fac. de Filosofia	Cr\$ 7.506.500,00	Professores	Cr\$ 55.819.400,00
Fac. Ciências Econômicas	Cr\$ 5.010.500,00	Funcionários	Cr\$ 12.260.300,00
Fac. de Direito	Cr\$ 8.773.500,00	Total	Cr\$ 68.079.600,00
Escola de Belas Artes	Cr\$ 1.060.000,00	<u>Material Permanente</u>	
Total	Cr\$ 22.350.500,00	Equipamentos das 4 unidades Cr\$ 7.095.000,00	
<u>Verbas Federais</u>		<u>Obras</u>	
Universidade	Cr\$ 42.000.000,00	Fac. de Direito	Cr\$ 4.000.000,00
Fac. de Filosofia	Cr\$ 2.500.000,00	Ginásio	Cr\$ 3.000.000,00
Fac. de Ciências Econômicas	Cr\$ 2.500.000,00	Reformas Prédios	Cr\$ 569.536,00
Total	Cr\$ 47.000.000,00	Total:	Cr\$ 7.569.536,00
		<u>Serviços e Encargos</u>	
		Material de Consumo	Cr\$ 920.000,00
		Despesas gerais	Cr\$ 370.000,00
		Despesas legais	Cr\$ 780.464,00
		Conservação e Limpeza	Cr\$ 220.000,00
		Comissões de verbas	Cr\$ 2.350.000,00
		Total	Cr\$ 4.640.464,00
TOTAL DAS RECEITAS Cr\$ 69.350.000,00 (Déficit Cr\$ 18.034.600,00)		TOTAL DAS DESPESAS Cr\$ 87.384.600,00	

Fonte: Tabela elaborada pelo pesquisador (2024) baseada nos dados da Previsão Orçamentária de 1964.

É importante ressaltar que mesmo com a diminuição das verbas federais, a universidade não deixou de recebê-las, como podemos ver na tabela acima. Segundo Dourado (2001, p. 46), após o golpe militar de 1964 a política estabelecida foi de uma aliança dos que lutavam pela hegemonia da educação particular. “Essa aliança encontrou, na política de contenção de verbas e na crescente necessidade de expansão de vagas, as condições para a crescente privatização do ensino, sobretudo do ensino superior”. De acordo com o autor, a política educacional vigente buscava desobrigar o Estado de sua participação econômica-financeira na garantia do ensino público, possibilitando assim, a ampliação da iniciativa privada, isso favoreceu a constituição de um novo ensino privado no final dos anos 60.

Além do desafio econômico, pe. Viveiros também teve como missão consolidar e ampliar o corpo docente da universidade. De acordo com o Estatuto da Universidade de Goiás, o corpo docente era integrado de: a) professores catedráticos- aqueles aprovados em concurso de provas e títulos; b) professores titulares ou regentes de cadeira- os professores regentes de uma cadeira privada, que poderia ser admitido pela Congregação, após cinco anos de exercício contínuo, competente e assíduo de sua cadeira; c) professores contratados- os que substituíam os catedráticos e titulares na falta ou ausência destes; e d) assistentes e auxiliares de ensino- os monitores que admitidos pelo Reitor, por indicação de um professor competente poderia atuar durante um ano. No ano de 1966, o corpo docente era de 138 professores (Anuário de 1966).

Nesse período havia também a dificuldade que muitos professores deixavam a católica e iam lecionar na federal, como a Universidade Federal de Goiás tinha maiores recursos por parte do governo, ela pagava melhor os professores, com isso acontecia essa migração. “As verbas substanciais do governo passaram para a fundação oficial e não poucos professores foram aliciados para lá, com vencimentos muito superiores aos que podemos oferecer” (Viveiros, 1964, p. 2).

Durante o reitorado de pe. Viveiros chegaram novos jesuítas a Goiânia, o padre Délio Moreira (1963) que dirigiu a Faculdade de Ciências Econômicas possibilitando o crescimento da mesma; o padre Javier Enciso (1964) que mais tarde colaborou para a implantação da Reforma Universitária em Goiás; padre José Luiz Castañeda (1964) que dedicou-se a Pastoral da Juventude; padre José de Souza Oliveira (1965) com experiência no campo educacional ajudou a reorganizar a Faculdade de Filosofia; padre José Maria Monteoliva (1966) psicólogo, atuou no Gabinete Psicotécnico ampliando a atuação do gabinete (Vaz, 1979a).

Diante desses desafios, pe. Viveiros defendia duas medidas para a superação da crise, a primeira era qualificar a mão de obra jesuítica, aumentando o número deles para atuação na universidade, segundo o reitor era necessários ao menos vinte jesuítas bem formados para esse trabalho. Ele acreditava que por meio desse fortalecimento, a universidade tinha maior chance de prosperar. Além disso, também era necessário que esse crescimento possibilitasse um maior número de alunos, que por meio, das mensalidades contribuiriam para a manutenção da universidade, sem ter que depender majoritariamente das verbas do governo. (Viveiros, 1964, p. 2). O

pe. Viveiros durante a sua administração teve que encontrar caminhos alternativos para superar os desafios vigentes e possibilitar a continuidade do funcionamento da universidade.

A segunda medida, no que diz respeito à parte econômica, foi buscar convênios com organismos internacionais, nacionais e estaduais que pudessem garantir recursos para a manutenção e expansão da universidade. Naquele momento, a instituição manteve-se, com verbas federais e anuidades dos alunos. A Companhia de Jesus não tinha a propriedade da universidade; os padres e irmãos jesuítas viviam dos salários que recebiam como professores, e até mesmo o prédio da residência era patrimônio da universidade. A administração jesuítica permitiu o equilíbrio orçamentário institucional, favorecendo a continuidade da obra.

Os jesuítas tiveram muita autonomia para administrar a universidade, tanto no ponto de vista acadêmico como administrativo, tinham boa relação com os governos federal e estadual, isso possibilitou liberdade de negociação em prol da instituição.

Os jesuítas tiveram autonomia para estabelecer e organizar as grades curriculares dos diversos cursos da Universidade e os conteúdos programáticos das várias disciplinas. Podiam aumentar ou reduzir o número de vagas em conformidade com as demandas, criar programas específicos de pesquisa, contratar e dispensar professores. Tinham liberdade também para assinar contratos e convênios, receber subvenções e doações para aumentar o patrimônio da Instituição (Martins, 2002, p. 157).

Até o final de sua administração, o número de jesuítas chegou a 12. Foram construídos os prédios das faculdades de Direito, Arquitetura e Belas Artes, além do aparelhamento do Gabinete Psicotécnico, essas ações demonstraram um investimento significativo na expansão física da universidade. Além do trabalho docente administrativo, os jesuítas se ocupavam com dois grupos de aprofundamento espiritual, social e humano: o primeiro, para estudantes e leigos adultos, sob a direção do pe. Castañeda; o segundo, para secundaristas, sob a direção do pe. Monteoliva. A chácara São José da Universidade funcionava ativamente como centro de estudos, cursos de formação e retiros. A orientação da Companhia era,

Dê-se especial importância à direcção espiritual dos alunos, pois é muito útil para aprenderem o sentido da responsabilidade, para ordenarem a própria vida espiritual e para encontrarem a vontade de Deus na escolha de estado de vida. Para acudir às actuais necessidade da Igreja, ponha-se todo o cuidado e façam-se todos os esforços para aumentar as vocações sacerdotais e religiosas. Quanto aos discípulos não-cristãos, há-de cuidar-se, durante todo o curso académico, sobretudo no ensino da ciência moral, de fazer deles homens de recto e são juízo moral e de sólidas virtudes. O que na educação deles há-de ter a primazia, é, tanto a verdadeira rectidão da

consciência moral como a firmeza de vontade para a seguir. Este é o melhor modo de preparar homens capazes de exercer na família e na sociedade influência salutar, e mesmo de servirem a pátria e de alcançarem o prêmio da vida eterna (Congregação Geral XXXI, 1967, p. 226).

A perspectiva dos jesuítas em ter a religião nos currículos de estudos tinha como finalidade levar os alunos a profissão consciente da fé, por isso deveria ser ministrada de modo evolutivo, apta a criar uma vivência, levando o aluno a se tornar consciente no seu papel, não só na história pessoal e social, mas dentro de toda a história da salvação. O ensino era de caráter confessional, porque também almejava orientar e fomentar o engajamento individual de cada um com Cristo e com a Igreja.

Nesses primeiros anos, o trabalho dos jesuítas garantiu que a universidade pudesse avançar, já possuindo prestígio em muitos setores da sociedade goiana. Alguns deles também ingressaram como docentes na Universidade Federal, como foi o caso dos padres Luis Palacín e Luiz Thomazi. Os jesuítas tinham uma visão ampliada do seu campo de ação. Mesmo estando à frente da universidade católica, tiveram a possibilidade de ampliar sua atuação. Santo Inácio de Loyola dizia que o trabalho apostólico é tanto mais bem empregado quanto maior é o seu raio de ação. Atuar em uma universidade laica era considerado um apostolado para os jesuítas, pois teria a oportunidade, por meio de seu testemunho, de comunicar seus princípios e valores. A espiritualidade inaciana vê em todos os ambientes, possibilidade para a evangelização, sua premissa é “ver Deus em todas as coisas e todas as coisas em Deus”.

De maneira geral a história da Companhia de Jesus nesse período é marcada pela realização do Concílio Vaticano II (1962-1965). Este concílio foi convocado pelo papa João XXIII em 1961¹⁵⁸ com o desejo de um novo “aggiornamento”¹⁵⁹, isto é uma renovação para a vida da Igreja Católica. O concílio deveria ser de caráter pastoral, visando uma atualização da Igreja diante das mudanças do mundo moderno. Os bispos de todo o mundo foram convocados para participarem do Concílio.

¹⁵⁸ O Concílio Vaticano II foi convocado pelo papa João XXIII por meio da Constituição *Apostólica Humanae Salutis* em 25 de dezembro de 1961. A primeira sessão foi realizada em 11 de outubro de 1962 e o encerramento se deu em 8 de dezembro de 1965, sob o papado de Paulo VI.

¹⁵⁹ O termo *aggiornamento*, utilizado pelo Papa João XXIII para expressar uma das intenções fundamentais do Concílio Vaticano II – levar a Igreja católica a um processo de atualização que a colocasse em sintonia com as dores, angústias, alegrias e esperanças dos homens e mulheres de seu tempo (De Mori, 2012, p. 13).

A modernidade gerou profundas transformações desde a Revolução Francesa, Americana, Revolução Industrial, independência da Colônias, instalação das Repúblicas, alcançando as diversas esferas: política, econômica, cultural, social, religiosa, isto fez com que a Igreja entendesse que era necessário responder a esses acontecimentos e, ao mesmo tempo abrir-se para uma nova mentalidade, foi diante desse contexto que o Concílio Vaticano II foi convocado.

Iluminada pela luz deste Concílio, a Igreja, como esperamos confiadamente, engrandecerá em riquezas espirituais e, recebendo a força de novas energias, olhará intrépida para o futuro. Na verdade, com atualizações oportunas e com a prudente coordenação da colaboração mútua, a Igreja conseguirá que os homens, as famílias e os povos voltem realmente a alma para as coisas celestiais (João XXIII, 1962, p. 3).

Desde modo, o próprio Concílio Vaticano II¹⁶⁰ pediu as ordens religiosas uma “renovação acomodada”, que, na educação requisitava a adaptação das tradições pedagógicas ao mundo moderno. As mudanças ocorridas no século XX também alcançaram o campo da educação. Mesmo com o avanço dos colégios e universidades jesuítas neste momento da história era necessário um novo modo de agir diante de todos esses acontecimentos. Um fato importante de ser elencando é que o número de jesuítas reduziu muito, logo eles não teriam condições de manter todas essas obras educacionais só por conta dos religiosos. Sendo assim, a saída encontrada foi contar com a colaboração dos leigos na missão educativa da ordem religiosa, principalmente assumindo o protagonismo de gestão e atuação, sendo supervisionados pelos religiosos. O próprio Concílio motivou e incentivou a participação dos leigos na vida e missão da Igreja.

Logo após o Concílio Vaticano II, a Companhia de Jesus realizou em Roma a XXXI Congregação Geral (1965-1966)¹⁶¹, este acontecimento pode ser considerado “um marco na renovação do trabalho pedagógico dos jesuítas por ter se inspirado na

¹⁶⁰ Dom Fernando Gomes dos Santos, arcebispo de Goiânia, participou ativamente das quatro sessões do Concílio Vaticano II (1962-1965), realizando seis intervenções, sendo duas orais e quatro escritas. Em 1963, defendeu a ampliação do poder de ação dos bispos na Igreja e a explicitação do princípio da colegialidade episcopal. Já na terceira sessão, criticou o esquema *Presbyterorum Ordinis* sobre o sacerdócio, argumentando que o texto precisava de maior aprofundamento teológico. Sua sugestão de reformulação foi aceita, resultando na elaboração de um novo documento, o que teve grande repercussão na imprensa internacional e influenciou a continuidade do Concílio.

¹⁶¹ A Congregação Geral XXXI reuniu jesuítas de todas as partes do mundo entre os anos de 1965-66 em Roma para eleger o novo superior geral da Companhia de Jesus, e para adequar a sua legislação às normas do Concílio Vaticano II. O resultado final dessa Congregação foi a publicação de 56 decretos, sendo o n. 28, intitulado “Apostolado da Educação”.

fecunda produção do Concílio Ecumênico Vaticano II” (Klein, 1997, p. 45). Este Concílio foi um marco para a história do catolicismo, abrindo uma nova fase de compreensão da fé católica para os tempos atuais. Dentre os vários documentos do Concílio Vaticano II, destacamos a Declaração “*Gravissimum Educationis*” sobre a educação cristã, onde a Igreja Católica afirmou mais uma vez o seu direito de tomar parte no progresso da educação. Assim afirma o documento:

Por isso, em toda a parte se fazem esforços para promover cada vez mais a educação; declaram-se e registam-se em documentos públicos os direitos fundamentais dos homens e, em particular, dos filhos e dos pais, relativos à educação, com o aumento crescente do número de alunos, multiplicam-se e aperfeiçoam-se as escolas e fundam-se outros centros de educação; cultivam-se, com novas experiências, os métodos de educação e de instrução; realizam-se grandes esforços para que tais métodos estejam à disposição de todos os homens, embora muitas crianças e jovens ainda não possuam a formação mais elementar, e tantos outros careçam de educação adequada, na qual se cultivem simultaneamente a verdade e a caridade (*Gravissimum Educationis*, Proêmio, 2000, p. 582).

O documento conciliar sobre a educação “*Gravissimum Educationis*” foi considerado basilar para essa atualização da própria Companhia diante do seu apostolado da educação, fortalecendo-a a prosseguir neste caminho. Assim afirma o documento desta congregação sobre a educação:

Façam os jesuítas grande apreço do apostolado da educação e tenham-no por um dos principais ministérios da Companhia, recomendado de modo especial pela Igreja no nosso tempo; pois muito contribui, pela transmissão da cultura humana, integrada em Cristo, para o progresso das pessoas e da sociedade (...) Pretende, por uma parte, que os fiéis se façam não só homens cultos, mas, tanto na vida particular como na vida civil, verdadeiros cristãos com capacidade e vontade de colaborar no apostolado moderno; por outra parte, que os não cristãos, por meio de uma plena formação humana e ordenada ao bem comum do povo, se encaminhem gradualmente ao conhecimento e amor de Deus ou, quando menos, à aceitação de valores verdadeiramente morais e até religiosos (Congregação Geral XXXI, 1967, d. 28, n. 6-7).

Conforme a citação do documento, o pós-Concílio provocou a Igreja Católica a uma abertura, principalmente na sua missão educativa. Os jesuítas aderiram a essa possibilidade, ao mesmo tempo, em que perseverariam com os seus valores cristãos como norteadores de sua pedagogia “virtude e letras”, havia uma abertura para que essa mesma educação pudesse ajudar a formar os não cristãos. A abertura dos jesuítas ao mundo que está em constante mudança é uma peculiaridade dessa ordem religiosa, até mesmo porque essa capacidade de diálogo com as instâncias não católicas era uma orientação já dada por Inácio de Loyola nos primórdios da Companhia.

Os jesuítas eram recomendados a ajudar os não cristãos sem nenhuma abordagem proselitista, para proporcionar-lhes a retidão moral e a vivência das virtudes preparando-os para exercerem “na família e na sociedade influencia salutar, e mesmo de servirem a pátria e de alcançarem o prêmio da vida eterna” (Congregação Geral XXXI, 1967, d. 28, n. 12). Era necessário sempre considerar a capacidade de adaptação a cada tempo e lugar, bem como de renovar sua prática tanto espiritual como intelectual descobrindo nossas possibilidades que sejam eficazes para o cumprimento do apostolado, fazendo das suas instituições educacionais centros de cultura e fé. O critério elencando pelos jesuítas não era da quantidade, mas da qualidade do serviço oferecido, “o que inclui aceitar alunos com potencial para exercer influência positiva na sociedade” (Klein, 1997, p. 47). A educação jesuítica tinha duplo caráter: confessional e social.

Que os jesuítas se abram a novas formas deste apostolado, especialmente adaptadas aos nossos dias, que sejam intrépidos em as descobrir e criar ou nas nossas próprias instituições ou fora delas; finalmente que aos leigos, que generosamente nos acompanham neste apostolado, franqueemos a porta para maior colaboração conosco ou no ensino ou na administração, ou mesmo na direção (Congregação Geral XXXI, 1967, p. 28, n. 4).

O processo de secularização fez com que as ordens religiosas com o passar dos anos decrescessem em números de consagrados, para que as suas obras se mantivessem o modo encontrado foi a inserção dos leigos. Essa forma de agir aponta duas características, primeira, o capital simbólico conquistado e consolidado pela Companhia de Jesus no apostolado da educação é ímpar na história, mesmo com as críticas que há, não podemos negar a contribuição dos jesuítas para a educação ocidental de maneira geral, de certo modo, somos herdeiros da sua pedagogia, pois, “a história dos Jesuítas é indissociável da hegemonia cultural do Ocidente” (Magalhães, 2015, p. 11). Por outro lado, há uma segunda característica: a maneira como encontraram para manter esse capital simbólico educacional foi a inserção de leigos que estavam inseridos em seu carisma, para que pudessem contribuir diretamente com suas instituições educacionais.

Essa forma de adaptação faz com que o capital simbólico educacional-religioso permanecesse, mas ele era executado por terceiros que não pertenciam diretamente à ordem religiosa, mas estavam sob a sua supervisão. E assim, a própria Companhia de Jesus foi capaz, diante do *corpus* pedagógico de grande qualidade que possuía, consolidado ao longo da história se adaptar, inclusive para sobreviver e se

manter, aos poucos se atualizando, tendo suas tradições educativas como fonte de inspiração para as mudanças atuais.

Segundo o espírito do Concílio Vaticano II, recomenda-se íntima colaboração com os leigos. Na verdade, podemos por uma parte ajudá-los por meio de escolas de magistério, de reuniões, de Exercícios Espirituais e obras apropriadas, pelo trato e relações de amizade e pelo exemplo de nossa vida. Por outra parte, deverão os Nossos considerar a importância para a própria Companhia, de tal colaboração com os leigos; pois eles serão sempre para nós os naturais intérpretes do mundo moderno, e por este modo nos darão constantemente neste apostolado auxílio eficaz. É, pois, de ponderar se poderão entregar-se-lhes as funções que estão dispostos a assumir na própria obra da educação, quer se trate do ensino, da administração econômica e acadêmica, quer mesmo até da direção (Congregação Geral XXXI, 1967, p. 28, n. 27a).

Diante de tudo isso, a Companhia de Jesus adotou uma abordagem bastante interessante, que pode ser resumida em três palavras: atualização, adaptação e tradição. Ou seja, manteve-se atualizada ao longo das mudanças, utilizando a adaptação como meio para dialogar com as necessidades emergentes, sem, contudo, renunciar a sua tradição histórica e dos princípios norteadores consolidados ao longo dos séculos.

A premissa é essa, “os centros educativos podem enfrentar com confiança o desafio do futuro se permanecerem fiéis à peculiaridade da sua herança jesuítica” (Características, 1987, p. 8). Podemos dizer que a pedagogia dos jesuítas é fruto de uma “tradição acomodada”, que consiste na adaptação “às novas exigências da nossa época e, mais amplamente, a um mundo em mutação acelerada” (Congregação Geral XXXIII, 1975, p. 39, n. 9).

O concílio pedia aos bispos católicos que criassem medidas de atuação junto as universidades não católicas com a finalidade de alcançar a juventude universitária oferecendo ajuda espiritual e intelectual de modo permanente. A decisão dos jesuítas de atuar na Universidade Federal de Goiás respondia ao apelo do Concílio, que provocava a Igreja para uma presença mais ativa e engajada no mundo secular. A *Gravissimum Educationis* forneceu um fundamento teológico para a atuação da Igreja na educação superior, legitimando a presença dos jesuítas em uma universidade laica.

Uma vez que o destino da sociedade e da própria Igreja se vê intimamente ligado, ao aproveitamento que os jovens tiram de seus estudos superiores, os Pastores da Igreja não apenas tomem a peito o cuidado pela vida espiritual dos alunos que frequentam Universidades Católicas; mas preocupados com a formação depois de espiritual de todos os seus filhos, tomem medidas para que se criem também junto às Universidades não-católicas pensões e centros

universitários católicos, nos quais sacerdotes, religiosos e leigos, escolhidos a dedo e bem preparados, prestem à juventude universitária um auxílio espiritual e intelectual permanente. Jovens de maior talento, tanto das Universidades católicas quanto das outras, que revelarem aptidões para o ensino e a pesquisa, sejam preparados com peculiar cuidado e promovidos à carreira do magistério (*Gravissimum Educationis*, 2000, n.10).

A Companhia de Jesus que sempre se ocupou com a educação, agora por influência e impulso do Concílio Vaticano II e por meio da Congregação Geral XXXI reafirmou o apostolado da educação exortando seus membros ao firme apressamento a esta missão. Com avanço e crescimento das universidades e escolas superiores na formação da comunidade humana, era uma preocupação da Companhia que seus membros marcassem presença nesses ambientes universitários, expandindo sua atuação para além das instituições católicas, buscando uma presença mais ativa nas universidades públicas e em outros espaços de formação.

Animem finalmente os nossos (jesuítas) a trabalhar não só nas obras da Companhia, mas também nas Universidades públicas e nas instituições científicas, segundo a necessidade e as possibilidades das diversas regiões, e a colaborar deste modo mais intimamente com os leigos, para imbuírem toda a cultura humana do espírito cristão e melhor encaminharem o mundo para o seu fim último, que é Deus (Congregação Geral XXXI, 1967, p. 235-36).

Dom Fernando, arcebispo de Goiânia, liderou um movimento junto aos bispos do Regional Centro-Oeste da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil em 1967, realizando um encontro em Goiânia, onde os bispos decidiram que a universidade deveria ser parte decisiva no projeto pastoral da região. “Se já o era para D. Fernando, Arcebispo de Goiânia, ela passou a representar, no dizer dos bispos, o organismo primordial de reflexão do Regional” (Governo da Vice-Província 1963-68, p. 2).

A este respeito tive uma sabatina interessante com o Episcopado goiano. Fui à reunião para propor os planos da Universidade e pedir ajuda aos Bispos. D. Fernando achou bom, porque também os Bispos queriam pedir-me alguma coisa. Iniciou a sabatina D. Fernando dizendo que a Universidade era obra da Igreja em Goiás e que por conseguinte devia cooperar com o episcopado. Os postos de cooperação foram o Instituto de Teologia, do desenvolvimento espiritual- educacional- social, etc., Pastoral de Conjunto, etc. Deixei que os Bispos falassem, e com um pouco de argumentação advocatícia, ou malandragem de política mineira, comecei a minha resposta com a mesma argumentação de D. Fernando. “A Universidade é obra da Igreja de Goiás e por conseguinte a Igreja de Goiás deve ajudar à universidade”. Respondi ponto por ponto aos pedidos de D. Fernando, positivamente a todos eles, exceto ao pedido de criação do Instituto de Teologia, que disse não ser possível sem uma equipe de padres que não poderiam ser jesuítas, senão que teriam que ser postos à disposição do curso pelos Bispos e pelos Superiores religiosos. De todas formas prometi estudar o problema e coordenar a futura colaboração dos Bispos. D. Fernando fechou a discussão deste problema com uma frase que me pareceu pouco feliz, em- bora eu não a comentasse: “O senhor tem três anos para solucionar o problema e abrir o

curso". Entendi que após três anos não seria reconduzido, se o curso de teologia não sair (Álvarez, 1968, p. 2)¹⁶².

Desde os seus primórdios, a fundação da universidade católica foi um projeto ambicioso da Igreja, pois a universidade seria um espaço de formação capaz de influenciar a sociedade goiana e contribuir para o desenvolvimento regional. Pastoralmente falando, a universidade foi ocupando um lugar simbólico importante para os bispos católicos do Regional Centro-Oeste, pois seria um espaço privilegiado para a reflexão teológica. Contudo, a universidade também teria um papel fundamental na formação de lideranças para a Igreja e para a sociedade, onde os valores cristãos poderiam ser transmitidos. Ao apresentarem a universidade como “o organismo primordial de reflexão regional”, os bispos evidenciaram o papel crucial dessa instituição de ensino superior para a vida da Igreja local, fortalecendo sua identidade e legitimidade.

A Igreja, por meio da universidade, ampliou seu raio de ação para além das atividades pastorais eclesiais, tendo como estratégia de ação influenciar a mentalidade dos jovens, promovendo uma síntese entre fé e cultura, para que na universidade se formassem as novas ideias do pensamento moderno.

Não há quem não veja a rapidez com que, em nossos dias, se está formando uma nova sociedade humana e se está estruturando a humanidade futura; pois a difusão das ideias novas é tanta, que facilmente se vê que está surgindo no mundo de hoje outro modo de pensar e de viver. Os fautores de tais ideias, sobretudo os que procedem de centros de cultura e de investigação superiores, expandem-nas sistematicamente através de estabelecimentos de educação, e, pelos eficacíssimos meios da vulgarização moderna, exercem crescente influência sobre toda a cultura social. Ora como tal influência, tende cada vez mais para o ateísmo e o agnosticismo e neste sentido se exerce, as mais das vezes, nas instituições de educação, é de suma importância neles a presença de cristãos, pois é vontade da Igreja contribuir com todas as suas forças para formar a tempo a mentalidade da sociedade futura e educá-la no respeito de Deus e na plenitude de Cristo (Congregação Geral XXXI, 1967, p. 221).

As diretrizes da Companhia de Jesus foram ao encontro do anseio dos bispos, que revelou a preocupação da Igreja Católica com as mudanças sociais e culturais do tempo moderno, impulsionadas pela difusão de novas ideias. Deste modo, era necessária a atuação em centros de cultura e educação para a formação social, para

¹⁶² Carta do pe. Cristóbal Álvarez ao provincial, pe. Marcelo Azevedo. Goiânia, 2 de fevereiro de 1968. Arquivo da Província dos Jesuítas no Brasil.

que a presença cristã nesses espaços pudesse moldar a mentalidade da sociedade futura. A Igreja via a necessidade de estar presente nos ambientes onde as pessoas são formadas, buscando influenciar a cultura e promover os valores cristãos.

Desde a aprovação da Universidade em 1959, havia, por parte dos jesuítas, o anseio por um contrato que resguardasse juridicamente a missão deles junto à universidade. Sendo assim, na metade de 1967 voltaram as negociações entre a Sociedade Goiana de Cultura, mantenedora da Universidade Católica de Goiás, e a Sociedade de Educação e Assistência Social, pessoa jurídica da Companhia de Jesus.

Terminado o mandato do Pe. Nacca em 1962, o assunto ficou esquecido, retornando só em 1967. Nesta ocasião, o Provincial, Pe. Marcelo de Carvalho Azevedo, propôs ao Arcebispo uma minuta de convênio em que reiterava a necessidade da “plena autonomia da Universidade, respeitadas as atribuições de ordem canônica e pastoral do Grão-Chanceler”. Propunha também novos Estatutos para a Sociedade Goiana de Cultura, mantenedora da Universidade, nos quais a Companhia de Jesus, que assumiria a direção e manutenção da UCG, passava a participar efetivamente da composição do quadro social e direção da mantenedora jurídica, respeitada a autoridade canônica e o poder decisório, em última instância, do Arcebispo. Era esta a fórmula que existia e ainda vigora, com bons resultados, em congêneres como a PUC do Rio de Janeiro, a Fundação de Ciências Aplicadas de São Paulo, a Escola de Eletrônica de Santa Rita, obras dirigidas pelos jesuítas mas que não lhes pertencem (Vaz, 1979b, p. 9)¹⁶³.

O contrato tinha como finalidade resguardar juridicamente a transferência legal da direção da Universidade e a plena administração “com todas as faculdades prerrogativas, representação em juízo ou fora dele comprometendo-se a outorgar-lhe, por instrumento próprio, os poderes bastantes e necessários” aos jesuítas (Contrato, 1968, p. 1). Além disso, era previsto ceder a eles uma casa que estava junto à Faculdade de Filosofia para servir de residência à comunidade religiosa. O contrato estipulava que o Arcebispo de Goiânia, na condição de grão-chanceler da Universidade, deveria prestar apoio eficiente e, quando solicitado, patrocinar as campanhas e movimentos em prol da Universidade de Goiás, promovendo gestões para a obtenção de recursos financeiros junto aos órgãos competentes (Contrato, 1968, p. 2).

¹⁶³ Relatório do pe. José Carlos de Lima Vaz. A UCG nos últimos seis e o afastamento dos jesuítas da UCG, Rio de Janeiro, 1979b. Arquivo da Província dos Jesuítas no Brasil.

Esse ponto garantiria o comprometimento do arcebispo, na posição de grão-chanceler, com a causa da universidade. Vimos anteriormente que, em momentos críticos em que a universidade enfrentava dificuldades financeiras, os jesuítas sentiam um certo distanciamento por parte do arcebispo, deixando a responsabilidade exclusivamente para eles. Dessa forma, a Companhia de Jesus encontrou uma maneira de garantir o comprometimento do arcebispo com a universidade, principalmente em relação à busca de recursos financeiros para promover a instituição.

No que diz respeito aos bens adquiridos com recursos próprios por parte dos jesuítas, o contrato resguardava,

Os bens imóveis ou móveis adquiridos até esta data com recursos da SOCIEDADE DE EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL (jesuítas), ou os que por ela venham a ser adquiridos, no futuro e a qualquer título, com recursos próprios, a ela ficam pertencendo de pleno direito (Contrato, 1968, p. 2).

Essa cláusula só entrou em negociação por força de decisão dos jesuítas, pois, na minuta apresentada pela SGC, mantenedora da universidade católica, havia a preocupação quanto à separação dos bens pertencentes aos jesuítas, aqueles adquiridos com recursos próprios, e os bens da universidade. Os jesuítas interpretaram essa ponderação como um gesto de desconfiança. Diante disso, o provincial, pe. Marcelo de Carvalho Azevedo, escreveu uma carta a Dom Fernando Gomes dos Santos, expressando o descontentamento da Companhia de Jesus com essa questão. Além disso, indicando que, na conjuntura atual, a missão junto à universidade era onerosa para a ordem religiosa.

V.Excia. está a par, porque eu tive a oportunidade em nosso encontro em sua Residência e, depois, no Centro de Treinamento, de apresentar-lhe este ponto de vista- que nós só assumiremos esta Universidade por razão de Igreja. Cessadas as condições que presidiram a fundação desta Universidade - a não existência de Universidade em Brasília e de Universidade Federal em Goiânia - parecia-nos claro que, mais do que tentar uma concorrência desigual com uma Universidade Federal superdotada de recursos e com uma Universidade polarizante por sua própria situação [Brasília], nossa posição apostolicamente seria mais eficaz, se tivéssemos uma Residência Universitária em Goiânia, a serviço da orientação cristã e cultural dos universitários e professores, prestando algum de nossos Padres, por outro lado, concurso na Universidade Federal e tendo assim lá uma presença ativa. Isso nos tiraria o ônus da administração e a odiosidade da direção, que consigo traz toda Universidade. Isto nos permitiria, mais do que o podemos fazer se temos a Universidade, uma disponibilidade apostólica maior, sem empatar tanto tempo na atividade propriamente docente, como parece ser a linha do CELAM e da CNBB, constantemente repetida a nós, religiosos educadores, em quase todos os Encontros Regionais e Nacionais, levando-

nos cada vez mais a uma insegurança sobre a validade mesma de nosso apostolado de educação. De um ponto de vista ou perspectiva de valores, a Universidade não representa para nós promoção alguma. Ela nos é, pelo contrário, sumamente onerosa, enquanto, por um lado, exige, por sua natureza mesma, pessoal qualificado, por outro, representa, por se tratar de compromisso estável, uma relativa perda na mobilidade do pessoal [característica básica da Companhia de Jesus] e um peso forte de absorção de pessoal [particularmente sensível numa Província pequena] (Azevedo, 1967, p. 2-3)¹⁶⁴.

O padre provincial alegou que, a partir do momento em que o arcebispo declarou ser necessária a continuidade da obra da Universidade Católica de Goiás, mesmo diante da existência da Universidade Federal de Goiás, os jesuítas levaram essa decisão a sério, enfrentando-a com sentido apostólico e em uma linha de fidelidade à Igreja.

A partir daquele momento, numa linha de fidelidade à Igreja, nós deixamos de lado qualquer consideração que nos levasse a afastar-nos da Universidade, tanto mais que V.Excia. nos havia deixado claro que, a não ser conosco, teria séria dificuldade em dar continuidade a esta obra. A partir daquele momento, nós partimos para uma reflexão que nos deveria conduzir a assumir estavelmente a Universidade e a dar a V.Excia. e SGC a tranquilidade a este respeito, através de um contrato duradouro (Azevedo, 1967, p. 3).

O provincial ressaltou que não havia motivo algum para desconfiança, pois, até o presente momento, os jesuítas separavam nitidamente o que pertencia à Universidade e o que era deles. Havia sempre duas contabilidades distintas, que eram assumidas com seriedade e poderiam ser apresentadas a qualquer momento para esclarecimentos. O pe. Marcelo Azevedo afirmou que os jesuítas fizeram questão de nunca onerar a Universidade, assumindo integralmente suas despesas. Além disso, deslocaram para Goiânia um número significativo de sacerdotes formados, cuja preparação intelectual representava um capital que nada custou à universidade, pois todos foram formados e custeados pela Companhia de Jesus.

Depois de todas essas justificativas, o padre provincial pediu que no contrato final ficasse a cláusula que resguardasse aos jesuítas o direito dos bens que fossem adquiridos com recursos próprios. O arcebispo respondeu a correspondência

¹⁶⁴ Carta do pe. Marcelo de Carvalho Azevedo, provincial dos jesuítas a Dom Fernando Gomes dos Santos, arcebispo de Goiânia. Belo Horizonte, 6 de dezembro de 1967. Arquivo da Província dos Jesuítas no Brasil.

positivamente, dizendo que não havia nenhuma oposição por sua parte, à condição que os jesuítas impunham ao contrato com a finalidade de resguardar os bens que possuíam.

O Exmo. Snr. Arcebispo lastimou V. Revma., ter interpretado como falta de confiança aquelas alterações introduzidas no texto apresentado por V. Revma., A intenção de Sua Excia. era, unicamente evitar possíveis interpretações futuras. Mas, o égregio Conselho Consultores Diocesanos tomou conhecimento das ponderações de V. Revma, contidas na correspondência de 6.12.1967 e não teve nenhuma dúvida em confirmar o texto proposto por V. Revma (Fleury, 1968, p. 1)¹⁶⁵.

Os bens adquiridos pelos jesuítas representavam não apenas um capital econômico, mas também um capital simbólico, por estarem intrinsecamente ligados à identidade e à missão da Companhia de Jesus. A universidade tornou-se um campo de disputas internas, onde agentes diferentes, os jesuítas e Arquidiocese de Goiânia, disputavam posições e recursos. A questão dos bens estava inserida nesse campo de forças, com cada parte buscando defender seus próprios interesses: de um lado, o arcebispo, em defesa dos interesses da universidade (arquidiocese), e, de outro, os jesuítas, em defesa dos interesses da ordem.

Os jesuítas procuravam manter uma clara distinção entre seus bens e os da universidade, preservando sua identidade e autonomia. Por sua vez, o arcebispo buscou garantir o controle sobre os bens vinculados à universidade. Ambos recorriam a argumentos de legitimidade para sustentar suas posições. A negociação em torno dos bens materiais evidencia as complexas relações de poder entre os diferentes agentes envolvidos na administração da Universidade Católica de Goiás.

Era missão dos jesuítas no contrato em negociação, consolidar as unidades universitárias já existentes e promovê-las dentro de seu plano de expansão. Para a implantação de novas unidades, o contrato estipulava que deveria haver o consentimento prévio de ambas as partes. A Companhia de Jesus também se comprometia a aplicar na Universidade de Goiás todos os frutos de seu patrimônio, bem como “todas as rendas, subvenções, legados, doações e contribuições que, por

¹⁶⁵ Carta do Cônego Nelson Rafael Fleury, chanceler do arcebispo de Goiânia, ao pe. Marcelo Azevedo, provincial dos jesuítas. Goiânia, 11 de março de 1968. Arquivo da Província dos Jesuítas no Brasil.

qualquer título, advierem à mesma Universidade” (Contrato, 1968, p. 2). O contrato tinha uma vigência de dez anos, podendo ser prorrogável por igual período, automaticamente, se um ano antes de seu vencimento, não for revogado por uma das partes.

A última versão da minuta do contrato mantinha a Sociedade Goiana de Cultura sob total controle da Arquidiocese de Goiânia, que conservava sua plena jurisdição sobre a Universidade Católica de Goiás. A administração da universidade permanecia confiada aos jesuítas, sob sua completa responsabilidade, exercida mediante procuração. No entanto, não houve um acordo final. Embora a versão final tenha sido datada de 1º de janeiro de 1968, o documento nunca chegou a ser assinado. “Os jesuítas permaneceram na direção da UCG, atuando o reitor, desde então, como simples mandatário e procurador do presidente da Sociedade Goiana de Cultura” (Vaz, 1979b, p. 9).

Criou-se, desde então, a convicção de que, não sendo possível um acordo em termos jurídicos, dada a visão oposta das duas partes, deveria a Companhia de Jesus, dentro seu espírito de serviço incondicional à Igreja, colocar-se disposição da Arquidiocese para com ela desinteressadamente cooperar, na medida de suas forças e de acordo com as exigências e conveniências do Arcebispo e da pastoral arquidiocesana. Na prática, o Arcebispo, demonstrando sempre total confiança nos jesuítas, já lhes entregara, a partir de 1964 a responsabilidade sobre a Universidade, reservando-se tão somente a supervisão última das atividades da UCG e da Sociedade Goiana de Cultura (Vaz, 1979b, p. 9).

Esta foi uma situação complexa, pois a tentativa de formalizar um contrato jurídico que definisse as responsabilidades e funções de cada uma das partes encontrou obstáculos, resultando em uma situação ambígua e de dependência mútua. De um lado, tinha-se a orientação da Sociedade Goiana de Cultura sob a jurisdição da Arquidiocese de Goiânia, enquanto a administração da UCG estava sob a responsabilidade dos jesuítas. Essa dinâmica de dupla autoridade gerou tensões e incertezas, porque os jesuítas não teriam tanta autonomia neste governo. Mesmo estando a frente da universidade, estavam dependentes da Arquidiocese em termos de aprovação e supervisão. Essa dualidade de poderes, foi aos poucos gerando instabilidade institucional, enfraquecimento da administração jesuítica e fortalecimento das intervenções do arcebispo, via SGC.

No final de 1967, o pe. Viveiros de Castro foi nomeado pelo provincial para uma nova missão na PUC-Rio, não podendo mais continuar como reitor da Universidade. A partir de 1968, assumiu a diretoria da Faculdade de Filosofia e, em 1970, assumiu o cargo de reitor no Rio de Janeiro.

A administração dos padres Paulo Nacca e Ormindos Viveiros representou um marco na história da universidade. Através de suas ações, ambos os reitores contribuíram para o desenvolvimento da instituição. Apesar dos desafios enfrentados, seus esforços lançaram as bases para o futuro crescimento da Universidade (católica) de Goiás e sua inserção no contexto social e educacional do Brasil.

5 A ADMINISTRAÇÃO DOS PADRES JESUÍTAS CRISTÓBAL ÁLVAREZ GARCÍA (1968-1973), JOSÉ CARLOS DE LIMA VAZ (1973-1979) NA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS.

Esta seção tem como finalidade analisar o reitorado dos padres Cristóbal Álvarez García, entre 1968 e 1973, e José Carlos de Lima Vaz, de 1973 a 1979, período que marcou o fim da presença jesuítica na Universidade Católica de Goiás. A administração desses dois reitores situa-se no contexto da vigência do Ato Institucional nº 5 (AI-5), conhecido como os “anos de chumbo”, a fase mais repressiva da ditadura militar no Brasil. Na gestão do pe. Cristóbal, observou-se o crescimento institucional e a implementação da Reforma Universitária de 1968. Já o pe. Lima Vaz deu continuidade à expansão da Universidade Católica em um período de crescimento exponencial do número de acadêmicos na instituição. Ele administrou a universidade por dois mandatos, consolidando seus alicerces para o futuro. Para a elaboração desta seção, utilizamos diversas fontes históricas encontradas nos arquivos pesquisados, como correspondências, atas, contratos, anuários, relatórios e documentos oficiais. Além disso, recorremos a autores como Fonseca (1992), Germano (1993), Santos (2002), Gomez (2008), Martins (2009) e Motta (2014b) para aprofundar o debate teórico sobre o tema abordado.

5.1 O reitorado do padre Cristóbal Álvarez Garcia S.J.: o crescimento institucional e a adaptação à Reforma Universitária (1968-1973)

O pe. Cristóbal Álvarez Garcia era espanhol, naturalizado brasileiro. Nasceu em Villamoronta, Palencia, em 10 de julho de 1930. Ingressou na Companhia de Jesus em 1945, cursou filosofia na Pontifícia Universidade Comillas, na Espanha, doutorou-se em Filosofia na Universidade de Santo Domingo também na Espanha. Posteriormente, cursou teologia nos Estados Unidos, em St. Mary's College, Kansas. Veio para o Brasil em 1960 e formou-se em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais. Foi nomeado reitor da Universidade de Goiás em janeiro de 1968, sucedendo o pe. Viveiros, ocupou o cargo até 1973.

Dia 18 à noite tive entrevista na TV e à posse do dia 19 assistiram o P. Viveiros e a comunidade, o Sr. Arcebispo, o Sr. Prefeito (Iris Rezende), o

representante do governador, os diretores das faculdades, o reitor da Federal, um bom número de professores e autoridades, etc., com a presença da imprensa. Como lhe expliquei em carta anterior, a comunidade, inclusive o P. Reitor, acharam necessária a tomada de posse já em janeiro para poder entrar plenamente em funções. Pois embora juridicamente a tomada de posse nada acrescente no meu caso, a opinião comum dos leigos é que um reitor somente é reitor após a tomada de posse (Garcia,1968)¹⁶⁶.

Figura 17: Pe. Cristóbal Álvarez Garcia



Fonte: Arquivo da Província dos Jesuítas no Brasil.

Durante a administração do prefeito Iris Rezende Machado (1966-1969)¹⁶⁷ em Goiânia, a praça universitária foi urbanizada, conferindo uma nova fisionomia para a região onde estava localizada a universidade. Neste mesmo ano, o pe. Cristóbal conseguiu a doação do restante da quadra 88, realizada pelo governo do estado de Goiás por meio da Lei Estadual n. 7029 de 26 de junho de 1968, onde já estava

¹⁶⁶ Carta do pe. Cristóbal Álvarez Garcia ao provincial. Goiânia, 31 de janeiro de 1968. Arquivo da Província dos Jesuítas no Brasil.

¹⁶⁷ A administração de Iris Rezende como prefeito de Goiânia, entre 1966 e 1969, foi marcada pelos mutirões para a construção de casas populares, uma iniciativa que lhe rendeu grande popularidade. Sua forma de governar incomodou seus opositores e, diante de seu crescente prestígio, o governo militar tentou cooptá-lo, convidando-o a aderir à Arena, partido de sustentação do regime. No entanto, Iris recusou o convite. Sua popularidade, aliada à recusa em se alinhar ao partido governista, fez com que se tornasse alvo dos militares. Em 1969, foi cassado e teve seus direitos políticos suspensos por dez anos.

instalada a Escola de Belas Artes, com isso, foi possível construir o pavilhão do ateliê do curso de Arquitetura.

De certo modo, o reitorado do pe. Cristóbal possibilitou o avanço na parte física estrutural da universidade com o início da construção da biblioteca central, reitoria, secretaria geral e salão de atos. Com a Reforma Universitária de 1968, as universidades deveriam se orientar, de acordo com as normativas, que exigiam uma centralização dos serviços da administração central (reitoria, secretaria geral e tesouraria). Esses investimentos foram feitos devido ao empréstimo bancário obtido em 1969 no valor de Cr\$ 300.000,00. O mandato do pe. Cristóbal foi caracterizado por uma nova expansão da universidade.

Possivelmente, entretanto, a grande tarefa do padre Cristóbal foi a reestruturação da universidade, adaptando-a às exigências da Lei n. 5.540 (reforma universitária). Na alteração do estatuto e regimento e na nova organização didática, contou com o trabalho insano de dois jesuítas, padres Jesus Hortal e Javier Enciso, após retornar a Goiânia em 1971, terminado seu mestrado em Educação na PUC do Rio (Vaz, 1979a, p. 36).

No final de 1968 foi ativado o Instituto de Pesquisas Econômico-Sociais (IPES) vinculado a Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Católica de Goiás, sob a liderança dos padres Guaraci Pacheco e Délio Moreira de Araújo. O IPES visava proporcionar cursos intensivos com a finalidade de preparar pessoas especializadas para as empresas industriais, com isso, gerar uma integração entre universidade-empresa-comunidade, esse foi um trabalho sistemático de pesquisa dentro da instituição. Além disso, foi criado o Gabinete de Arqueologia (posteriormente tornou-se Instituto Goiano de Pré-história e Antropologia – IGPA) sob a liderança dos professores Mary Nazaré Baiocchi e Altair Sales Barbosa, que estavam supervisionados pelo padre jesuíta Pedro Ignácio Schmitz, do Rio Grande do Sul. No reitorado de pe. Cristóbal o curso de Belas Artes foi elevado à Arquitetura e criados novos cursos, Ciências Biológicas e Administração (Vaz, 1979a).

A Companhia de Jesus desde a década de 1930 havia iniciado, em grande escala, um projeto focado na educação superior na América Latina. De acordo com o *Anuário da Companhia de Jesus (1968-1969)*, no final da década de 1960, a ordem religiosa tinha sob sua responsabilidade 21 centros de ensino superior, dentre eles, 16 eram universidades, 1 instituto técnico, 1 universidade semiautônoma, 1 faculdade universitária e 2 centros de faculdades. Os jesuítas estavam presentes em quase

todas as nações latino-americanas onde encarregou-se de instituições de ensino superior.

Quadro 16: As Instituições jesuítas de ensino superior na América Latina

País	Data da Fundação	Estudantes (1967)	Jesuítas (1967)
ARGENTINA			
Buenos Aires	1957	4392	18
Córdoba	1956	2555	12
Salta	1967	155	6
BOLÍVIA			
La Paz	1966	200	2
CHILE			
Antofagasta-Arica	1956	1543	8
COLÔMBIA			
Bogotá	1930	4060	28
EQUADOR			
Quito	1946	1958	11
EL SALVADOR			
San Salvador	1966	536	7
GUATEMALA			
Guatemala	1961	1188	11
MÉXICO			
Guadalajara	1957	600	7
Cidade do México	1943	3308	24
NICARÁGUA			
Manágua	1961	1246	9
PARAGUAY			
Assunção	1960	700	12
PERU			
Lima	1962	250	4
VENEZUELA			
Caracas	1953	4688	21
San Cristóbal	1960	690	3
BRASIL			
Rio de Janeiro ¹⁶⁸	1940	3859	18
Recife ¹⁶⁹	1951	2483	13
Goiânia ¹⁷⁰	1959	1442	12
São Leopoldo ¹⁷¹	1959	1420	18
São Paulo ¹⁷²	1946	4828	22
		42101	266

Fonte: Anuário da Companhia de Jesus (1968-1969).

A expansão da Companhia de Jesus na educação superior na América Latina representou um marco significativo na história da ordem religiosa e no cenário educacional do continente. Os jesuítas estabeleceram-se em quase todos os países da região, como podemos ver no mapa abaixo. A variedade de instituições sob sua

¹⁶⁸ Pontifícia Universidade do Rio de Janeiro.

¹⁶⁹ Universidade Católica de Pernambuco

¹⁷⁰ Universidade Católica de Goiás

¹⁷¹ Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Rio Grande do Sul

¹⁷² Faculdade de Engenharia Industrial – São Bernardo do Campo – SP.

administração — desde universidades a faculdades e institutos técnicos — demonstra a flexibilidade da ordem em se adaptar a diferentes contextos e necessidades educacionais, bem como seu compromisso histórico com a educação e a formação, com a finalidade de “preparar a juventude em ordem ao desempenho de um papel ativo e perseverante na vida civil” (Blewett, 1968, p. 19). Após o Concílio Vaticano II, a atuação da Companhia de Jesus no campo da educação se intensificou ainda mais.

Figura 18: Mapa da América Latina com a presença dos jesuítas na educação superior



IHS- A Companhia ostenta o nome de Jesus, pois a ele deve sua origem, seu espírito e sua vida, escreveu Santo Inácio de Loyola. O monograma IHS são as iniciais de *Jesus Hominum Salvator*, Jesus Salvador da Humanidade. No mapa acima marcamos com o monograma IHS os países latino-americanos onde os jesuítas estavam presentes em instituições de educação superior.

Imagem: Pinterest.com

Figura 19: Mapa do Brasil com a presença dos jesuítas na educação superior católica (1968-1969)



No Brasil, os jesuítas estavam presentes no Sul (São Leopoldo –RS), Sudeste (São Bernardo do Campo- SP), Centro-Oeste (Goiânia- GO) e Nordeste (Recife- PE).

Imagem: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE

O número de jesuítas (266) disponíveis para tantas instituições de educação superior era relativamente insuficiente, principalmente considerando os desafios inerentes a essa missão. Assim, a Companhia de Jesus investiu na colaboração de leigos e leigas nas áreas de negócios, jurídico, médico, educacional, que colaboraram diretamente com a execução desse projeto. Esse modo, além de ocupar um espaço simbólico sob a jurisdição dos jesuítas, respondia aos apelos do Concílio Vaticano II, que incentivava as diferentes instâncias da Igreja Católica a uma maior abertura ao papel e atuação dos leigos. Dessa forma, os jesuítas, detentores de um capital simbólico no mundo da educação, perpetuavam a transmissão desse mesmo capital com a colaboração de leigos que estavam sob sua administração.

A doutrina e as determinações do sagrado Concílio Vaticano II sobre a justa autonomia das realidades terrestres e sobre a índole secular, própria e particular da condição dos leigos, e também sobre as funções de actividade que eles devem ter em toda a vida da Igreja e sobre a sua obrigação e dever de apostolado, exigem também da nossa Companhia, que examine as suas relações com os leigos e com o apostolado deles e as renove segundo as normas e o espírito do mesmo Concílio. (...) Ajudam-nos, por sua parte, os

leigos a conhecer melhor o mundo, a compreender mais perfeitamente a própria verdade cristã, a tomar mais viva consciência da nossa missão de «defender e propagar a fé», ao mesmo tempo que nos animam à própria conversão e a levá-la de contínuo até ao seu acabamento. (...) Importa igualmente que demos mais lugar à cooperação dos leigos nas nossas obras apostólicas. Com aqueles que colaboram connosco, não só havemos de guardar com toda a perfeição a justiça, mas também estabelecer com eles relações de cordial cooperação, inspiradas pela caridade. Havemos também de abrir-lhes, de modos convenientemente apropriados, ampla participação e também responsabilidade na organização, administração e direcção das nossas obras, reservando, contudo, o poder de decisão última à Companhia, nos casos em que lhe caiba a ela a última responsabilidade. Com o mesmo espírito e para ter maior consideração com a responsabilidade dos leigos na Igreja, examine a Companhia se não convirá, para maior bem da Igreja, entregar a leigos competentes, certas obras empreendidas por nós. Fomentem os Nossos em todas as coisas a fraternidade de apostolado com os leigos, pois ela se funda na unidade de missão da Igreja (Congregação Geral XXXI, 1967, p. 252-254).

Diante do contexto de secularização iniciado a partir do século XIX, os jesuítas, após a restauração da Companhia, não possuíam a mesma força aglutinadora para atrair novos membros para à ordem religiosa, o que limitava o crescimento do grupo. Ainda assim, eles adaptaram às novas circunstâncias, ocupando um espaço significativo na educação superior latino-americana, mesmo com um número reduzido de membros religiosos, sem perder sua influência no campo da educação.

Além disso, havia outro fator agravante: a desistência de membros da Companhia de Jesus. Nos relatos documentais, uma das fontes descreveu a situação da Vice Província Goiano-Mineira, responsável pelos jesuítas em Goiás. Esta informou que, entre os anos de 1960 e 1968, 18 membros deixaram a ordem religiosa, sendo dois sacerdotes, quatro irmãos coadjutores e doze escolásticos (seminaristas).

É interessante confrontar êstes dados com os anos anteriores: 1967, 5 pessoas, 3 Irmãos e 2 Escolásticos; 1966, 7 pessoas, 1 Irmão e 6 Escolásticos; 1965, 4 pessoas, todos Escolásticos; 1964, 3 pessoas, 2 Sacerdotes e 1 Escol. Diácono; 1963, 3 pessoas, 2 Irmãos e 1 Escolástico. Estão computados aqui tão somente os que saíram após os votos do biênio, portanto não os noviços. Temos, pois, os seguintes índices, anualmente, a partir de 1963: 3, 3, 4, 7, 5, 7, 11, num total de 40 saídas em 7 anos, uma média, portanto de 5,7, com um movimento claramente ascensional, porém, nos dois últimos anos (Congregação Provincial, 1970, p. 5)¹⁷³.

¹⁷³ Situação da Vice Província Goiano-Mineira. Aspectos apresentado à Congregação Provincial, 17 de fevereiro de 1970. Arquivo da Província dos Jesuítas no Brasil.

Após o Concílio Vaticano II que se caracterizou como um esforço de adequação da Igreja Católica ao contexto socioeconômico, cultural e político moderno, houve inúmeras mudanças no que diz respeito ao modo de proceder das congregações e ordens religiosas,

várias substituíram o hábito religioso pelo traje civil; religiosos foram viver em pequenas comunidades nas periferias; facilitou-se o acesso e incentivo a religiosos para realizar curso de Ensino Superior fora de suas organizações; teve fim a segregação de religiosas que tinham menor poder aquisitivo familiar ou intelectual, entre outras mudanças observadas (Cenci; Filippi, 2017, p. 158).

Todas essas mudanças geraram muitas incertezas, os jesuítas da vice província Goiano-Mineira relatavam,

É patente a insegurança reinante em consequência do impacto teológico de fenômenos como a “secularização” e teologia da “morte de Deus”, a reestruturação e a busca de novas formas de realização e presença religiosa no mundo, e, não por último, a não elaboração plena da teologia da vida religiosa no contexto geral da teologia conciliar e pós-conciliar (Congregação Provincial, 1970, p. 8).

Esse período pós-conciliar também foi marcado pelo número de desistências da vida religiosa consagrada e pela diminuição dos seminários, resultando em vários déficits. Esses fatores culminaram em uma “crise vocacional”, caracterizada pela redução no número de vocações sacerdotais e religiosas. No caso específico dos jesuítas é relatado,

Problema vocacional. E certamente o mais crucial da Vice Província nestes últimos anos. Em 1970, não teremos nenhuma entrada. Em 69, 68, tivemos uma em cada ano. Em 67 e 66, duas em cada ano. É verdade que, destes 6, todos perseveraram e, quanto se pode prever, a quase totalidade oferece sólidas esperanças. O panorama, pois, de nossa retaguarda é atualmente o seguinte: Noviço escolástico 1, coadjutor, nenhum. Filósofos, 5. Teólogos, 14. Em estudos especiais, ainda não sacerdotes 2. Portanto, total de escolásticos não sacerdotes: 22, isto é, cerca de 13% sobre o total de membros da V.Província, o que manifesta uma situação sociologicamente franca e, mais ainda, se se analisa o progressivo decréscimo dos estágios superiores [14 Teólogos] para os inferiores [5 Filósofos e 1 Noviço]. As causas deste problema foram freqüentemente estudadas em reuniões, nas Assembléias do Survey, em nível inter-provincial, etc. São complexas, são extrínsecas a nós [ambientais, eclesiais, problema atual da indefinição da imagem do Sacerdote em contraposição a outras situações de vida muito nítidas, problema do impacto sobre os jovens das crises sacerdotais, etc.] são intrínsecas a nós [incoerência de vida, individualismo e comodismo, carência de vida apostólica, falta de união e verdadeiro sentido de comunidade e comunicação entre nós, contra-testemunhos em diversos aspectos de nossa vida, etc.]. O importante é ter a consciência em comum do problema, é buscar-lhe soluções (Congregação Provincial, 1970, p. 6).

Deste modo, depois do Concílio Vaticano II e da XXXI Congregação Geral, a Companhia de Jesus se empenhou em duas linhas de renovação: um aprimoramento

estrutural do governo interno; e uma série de avaliação e qualificação de sua ação apostólica nas diversas províncias.

Mesmo em meio a esse contexto, podemos elencar dois motivos para a expansão da educação superior jesuítica, primeiro, havia de modo geral uma crescente demanda por educação superior na América Latina, diante do impulso causado pelo processo de urbanização e industrialização dos países emergentes. A partir de 1950 “constitui, pois, um marco e representa a incorporação do mundo subdesenvolvido a um novo nexos capitalista, comandado pela revolução científico-técnica e seu braço ativo, as empresas transnacionais” (Santos, 2008, p. 17).

Segundo, os jesuítas souberam aproveitar essa oportunidade para implementar um projeto comum de educação superior católica em boa parte da América Latina, com o objetivo de formar líderes e intelectuais comprometidos com os valores cristãos. Os jesuítas tinham uma boa conceituação no campo da educação que foi sendo construída ao longo da história, por isso, foram solicitados por muitos bispos para atuarem em suas dioceses. Um exemplo disso ocorreu em Goiânia, onde os jesuítas foram convidados a contribuir na formação de intelectuais que desempenhariam um papel relevante no desenvolvimento de seus países.

O ano de 1968 foi bem turbulento na Universidade de Goiás, no contexto do governo militar havia de um lado as ações do movimento estudantil que era de forte oposição ao regime e aos militares, e do outro, as medidas repressivas e autoritaristas do governo. Diante desse cenário, o pe. Cristóbal, conseguiu acalmar os estudantes, para que não chegassem as punições drásticas que eram aplicadas na época contra os estudantes, evitando maiores problemas externos para a Universidade (Vaz, 1979a). O padre Cristóbal era o reitor, e sendo espanhol, evidentemente, não podia ter uma política muito clara de oposição ao regime, além de que a Universidade Católica dependia quase integralmente das verbas públicas para sobreviver.

Durante a ditadura militar várias medidas foram tomadas pelo governo, com a finalidade de conter o avanço do movimento estudantil e do livre pensar docente como foi o caso do Decreto n. 477/69 e Ato Complementar n. 75/69.

Ao AI 5 segue-se o Decreto n. 477/69 que reprimia duramente qualquer possibilidade de crítica política, âmbito do sistema educacional, e o Ato Complementar n. 75 de 21.10.1969, assinado pela Junta Militar, que decretava o fim da carreira científica dos pesquisadores atingidos pelos Atos Institucionais, ao impedi-los de não somente trabalhar nas universidades,

mas também de realizar pesquisas em instituições direta ou indiretamente subvencionadas pelo Estado, violando desse modo um dos princípios fundamentais da Declaração Universal dos Direitos Humanos, o direito e a liberdade ao trabalho (Germano, 1993, p. 111).

O processo de desenvolvimento da universidade foi se efetivando ao longo das décadas de 1960 e 1970 sob os impactos da política autoritária, centralizadora e violenta adotada pelo regime militar como política de estado. Enquanto a Universidade Católica foi mais comedida no seu modo de agir diante do governo militar, a Universidade Federal foi mais progressista, abrindo possibilidades concretas para a participação estudantil, sendo assim, foi instalada uma Comissão de Inquérito que resultou na aprovação de intervenção federal na Universidade Federal de Goiás (Dourado, 2001).

O ano de 1969 também foi marcado por crises financeiras, a verba orçamentária que era prevista do governo federal para esse ano sofreu uma redução de 72%. O valor previsto era de Cr\$ 1.310.000,00, porém a universidade recebeu apenas Cr\$ 340.000,00, ficando o resto para receber em duas partes no ano de 1970. A saída encontrada foi a possibilidade de aumento na mensalidade paga pelos alunos que neste momento era de NCr\$ 250,00, com o reajuste deveria passar para NCr\$ 500,00, além disso, havia a proposta de oferecer 100 bolsas integrais de NCr\$ 400,00 e 200 bolsas parciais de NCr\$ 200,00 (Correia, 1969)¹⁷⁴.

É importante perceber que ao longo dos reitorados jesuítas, a universidade mesmo sendo de caráter privado, dependia essencialmente das verbas públicas para sua manutenção e sobrevivência. Havia uma privatização do público, após o golpe militar, o ensino superior privado ganhou impulso no país, por meio das subvenções dadas pelo governo para as universidades particulares (Dourado, 2001).

A expansão do ensino superior foi um desdobramento natural da reforma universitária e uma consequência da política do Estado para a educação. A expansão fazia-se necessária, em primeiro lugar, para dar suporte aos projetos de desenvolvimento traçados pelo Estado e, em segundo, para atender à demanda reprimida por mais vagas nesse nível de ensino. A Reforma Universitária legitimou a presença do ensino particular ao estruturar o ensino superior brasileiro sob a forma jurídica de autarquia, fundação ou associação (Fonseca, 1992, p. 41).

¹⁷⁴ Pe. José Maria Correia, vice-reitor da UCG, Carta aos professores. Goiânia, 7 de junho de 1969. Arquivo da Província dos Jesuítas no Brasil.

Não podemos esquecer que a Igreja Católica no Brasil, em diversas circunstâncias, diante da sua atuação histórica, se valeu das relações diplomáticas em prol de seus projetos, incluindo angariar recursos para a manutenção de muitas de suas obras, como foi o caso da Universidade de Goiás.

Neste mesmo ano foi eleita a nova diretoria da SGC, mantenedora da universidade, com mandato de três anos tendo como presidente o arcebispo de Goiânia, Dom Fernando Gomes dos Santos; vice-presidente, dr. João Afonso; secretário geral, pe. Cristóbal Alvarez Garcia, SJ; conselho administrativo, pe. Luiz Thomazi SJ, pe. Luis Palácín SJ, Luiz Gonzaga de Barros (Ata SGC, 1969, p. 38). É significativa a presença de três jesuítas na direção da SGC, se no primeiro momento, mesmo estando eles a frente da universidade, não pertenciam a diretoria da mantenedora, com o passar do tempo, essa realidade foi mudando, com a presença jesuítica em ambas as partes, direção da universidade e também da mantenedora. Isso aconteceu graças ao fortalecimento da atuação jesuítica em Goiânia e ao crescimento institucional resultante desse trabalho.

As medidas repressivas do governo militar também chegaram às universidades goianas. Dourado (2001, p. 51) afirma que a consolidação das Universidades Católica e Federal em Goiás efetivou-se em suas primeiras décadas sob o impulso da política autoritária do regime militar. A Universidade Federal foi considerada como um “foco comunista”, pois sinalizou favorável a democratização de suas estruturas, fazendo com que houvesse intervenção militar dentro da universidade.

Já na Universidade Católica houve a visita do coronel José Honório da Costa Aboudib em 1970, com a finalidade expor as acusações que o Serviço de Informações do MEC teria contra três professores da Faculdade de Direito: prof. Aloísio Sayol de Sá Peixoto, prof. Aloísio Antônio de Sá Peixoto (filho do anterior) e prof. Mário Roriz Soares de Carvalho. De acordo com o relatório do coronel, os três eram considerados comunistas perigosos, e a permanência desses professores dentro da Universidade Católica era considerada uma conquista das forças esquerdistas, essa era a visão do governo militar. Essa ação evidenciava o autoritarismo na educação superior, que visava por parte do governo não sofrer críticas e alimentar os interesses capitalistas americano, a finalidade era,

Em primeiro lugar, atacar a autonomia das universidades e impedir que se desenvolvesse uma ciência crítica que debatesse os problemas nacionais, que solucionasse os grandes entraves do desenvolvimento da economia brasileira, sob uma perspectiva democrática e com soberania nacional. Ou seja, a ciência deveria ser instrumental, deveria estar a serviço do capital. Subordinada cientificamente ao exterior e particularmente ao modelo desenvolvido pelos Estados Unidos (Oliveira, 2023, s.p.).

Segundo o coronel Aboudib, todos estes deveriam ser exonerados da universidade. Desde modo, o pe. Cristóbal, reitor da instituição, foi a Brasília para explicar que as informações não procediam. No entanto, o referido coronel apresentou-se irredutível na decisão, alegando que os professores representavam um perigo para a juventude. Além disso, dizia ao padre reitor que, caso ele exonerasse os três professores, o seu prestígio aumentaria junto ao Ministério da Educação e ao Governo Federal. Diante disso, o pe. Cristóbal se sentiu ofendido com a colocação, argumentando que o seu comportamento na Universidade não poderia depender de seu prestígio ou lucro pessoal.

Com isso, o pe. Cristóbal, escreveu ao ministro da educação, Jarbas Gonçalves Passarinho com quem tinha boa relação, para denunciar o caso.

Na Reunião Plenária do Conselho de Reitores de janeiro de 1970, disse-nos V.Excia. que não fazia questão da ideologia dos professores com tal que não usassem a cátedra para doutrinação política. Acho que isso mesmo disse na TV no Recife ou em Salvador. Sr. Ministro, estimo demais a V.Excia. para pensar que não é sincero em seus discursos. Seria uma grande decepção para mim saber que V.Excia. tem uma palavra em pública e outra em particular. Por isso prefiro pensar que a ordem ou o pedido de exoneração dos três professores da Faculdade de Direito não veio de V.Excia. Pois uma coisa é certa. Se esses professores são comunistas, não deram qualquer demonstração na sala de aula. Testemunhas são os alunos, entre eles alguns que formam o corpo da Polícia Federal de Goiânia. Testemunha é o próprio Delegado da Polícia Federal a quem perguntei se tem alguma informação a respeito. Mas acontece que esses professores não são comunistas (Garcia, 1970, p. 3)¹⁷⁵.

O pe. Cristóbal fez um pequeno relato biográfico de cada um dos professores, afirmando que eles não eram comunistas nem subversivos e que a saída deles da Faculdade de Direito causaria uma péssima impressão entre os alunos, podendo incitá-los contra o MEC e o Governo Federal. O padre reitor afirmou que a Universidade Católica nunca distinguiu pela subversão.

¹⁷⁵ Carta do pe. Cristóbal Álvarez Garcia, reitor da Universidade Católica de Goiás ao Min. Jarbas Gonçalves Passarinho, ministro da educação. Goiânia, 25 de julho de 1970. Arquivo da Província dos Jesuítas no Brasil.

Sei, Sr. Ministro, que é difícil acreditar no patriotismo desses brasileiros de segunda categoria que somos os brasileiros naturalizados, mas gostaria que V. Excia. tivesse confiança em mim, que afinal conheço o comunismo mais de perto que o Cel. Aboudib. Vivi três anos de guerra civil espanhola em que o comunismo teve a oportunidade de mostrar o que ele é. Por certo que esta lembrança da guerra civil espanhola me faz lembrar um fato triste que está acontecendo na minha antiga pátria. São mais de trinta anos passados desde o fim da guerra e os espanhóis ainda não se reconciliaram. Acredito que muita culpa tiveram os vencedores que não souberam perdoar, mas que imbuídos num espírito de cruzada continuaram caçando comunistas em todas partes entre aqueles que não simpatizavam com o governo. Não peço, Sr. Ministro, que os três professores estejam continuem na Faculdade de Direito como se nada tivesse acontecido. Peço, Sr. Ministro, que o Cel. Aboudib me diga quais as denúncias concretas, quais os fatos concretos que provam o comunismo de meus três professores para que eles possam esclarecer as coisas de uma vez por todas (Garcia, 1970, p. 6).

Diante do conteúdo exposto e do pedido de pe. Cristóbal, os três professores não foram exonerados da Universidade Católica e continuaram a atuar na Faculdade de Direito. No entanto, a universidade não ficou imune às pressões políticas do regime militar. As acusações de comunismo contra os professores evidenciaram a vigilância do Estado no controle das instituições de ensino e na repressão ao pensamento crítico.

A postura do pe. Cristóbal, expressava em defesa da autonomia da universidade foi essencial nesse contexto. A ausência de provas concretas contra os professores e o caráter subjetivo das acusações demonstraram o aspecto arbitrário e persecutório do regime militar. Frente à pressão do regime, o caminho encontrado pelo padre reitor foi o diálogo e a negociação. Sua habilidade argumentativa foi fundamental para garantir a permanência dos professores na Universidade Católica. Outro dado importante, é que nesse período muito dos professores que deixaram Brasília e vieram para Goiânia devido a perseguição do regime militar, foram contratados pelos jesuítas para darem aula na Universidade Católica de Goiás.

A disposição das autoridades para agir com moderação era tanto maior quanto menor o impacto público das atividades promovidas no espaço universitário. Em outras palavras, se o radicalismo acadêmico não transpusesse os muros das faculdades, maiores as chances de ser tolerado e de não atrair medidas repressivas (Motta, 2014b, p. 24).

O Concílio Vaticano II possibilitou a Igreja Católica um engajamento mais ativo nas questões sociais e políticas, tendo como base os documentos magisteriais *Gaudium et Spes* (1965) e *Populorum Progressio* (1967). Esse compromisso social entrou em choque com os regimes autoritários que se estabeleceram em vários países, especialmente na América Latina. O modo de governo autoritário tinha uma

visão de desenvolvimento que se baseava no crescimento econômico-capitalista, enquanto a Igreja defendia um conceito de desenvolvimento social, que levasse em conta a justiça social e os direitos humanos.

Em Goiânia, a partir da década de 1970, Dom Fernando, tornou-se mais crítico sobre o regime militar, diante da repressão e da violência estatal. Em 1973, publicou a carta pastoral “*Como vemos a situação da Igreja em face do atual regime*”, denunciando a perseguição política e a corrupção. Suas posições resultaram em um encontro com a Comissão Bipartite¹⁷⁶, criada para mitigar o conflito entre Igreja e governo. Inicialmente, ele manteve um discurso firme contra a ditadura, mas, diante de pressões, moderou sua retórica para evitar represálias. Esse período de tensão foi bem pesado para o arcebispo, que chegou a escrever o *Poema da Morte* e tentou até renunciar ao cargo, mas o Vaticano não aceitou seu pedido (Gonçalves Neto, 2019). Em alguns momentos Dom Fernando foi acusado de esquerdista pelo regime militar.

Quem se der ao trabalho de rever meus escritos ou minhas pregações (muitas delas gravadas pelos que me acusam de manifestações de caráter esquerdista) verá que não me afasto dos princípios evangélicos e dos postulados da doutrina social cristã. A verdade é que nem sempre esses princípios agradam aos instalados na vida, aos que dariam tudo pelo silêncio ou pela convivência da Igreja perante as estruturas opressoras que escravizam muitos de nossos irmãos. Mas isto não é manifestação de esquerda ou direita. É cristianismo que se fundamenta no Evangelho, e o que interpreta conforme os sinais dos tempos, à luz do Concílio Ecumênico e de Encíclicas como *Populorum Progressio* e dos recentes documentos da II Conferência do Episcopado latino americano (Santos, 1982, p. 222).

Houve relações tensas entre a Igreja e o regime militar, principalmente com os bispos que eram considerados progressistas, como foi o caso de Dom Fernando, por defender os princípios da Doutrina Social da Igreja, sendo assim, não só denunciava apenas a pobreza, mas as estruturas que a perpetuavam. Devido ao contexto político autoritário que gerou muitas tensões entre a Igreja e a ditadura, dificultou a implantação das diretrizes do Concílio Vaticano II.

¹⁷⁶ Um movimento liderado por bispos e generais criou uma Comissão Bipartite, durante os governos Geisel e Médici (1970-1974), e promoveu 24 encontros. Essa iniciativa buscava o diálogo entre a Igreja Católica e o Governo Militar. Os bispos que participam dessa comissão eram: Dom Aloísio Lorscheider, Dom José Ivo Lorscheider, Dom Lucas Moreira Neves, Dom Eugênio de Araújo Sales, Dom Alfredo Vicente Scherer, Dom Fernando Gomes dos Santos, Dom Paulo Evaristo Arns, Dom Gilberto Pereira Lopes, Dom Umberto Mozzoni (Serbin, 2001).

O processo de implantação da Reforma Universitária¹⁷⁷ aconteceu de forma lenta e gradativa na Universidade Católica de Goiás. Coube ao padre Jesus Hortal SJ, a missão de adequar o Estatuto e o Regimento Interno às novas normas estabelecidas pela reforma. Para isso, ele tomou como modelo o que já havia sido implementado na PUC-Rio sob a administração dos jesuítas. Com os regimentos reformulados, o pe. Cristóbal submeteu os documentos às instâncias competentes do Ministério da Educação. Na época, o ministro responsável era Jarbas Gonçalves Passarinho, com quem pe. Cristóbal mantinha uma relação de amizade. Os textos foram aprovados e passaram a vigorar a partir de 1972.

A implantação definitiva da reforma se deu em 1972 com a extinção das faculdades e organização da universidade em dois centros (Ciências Humanas e Técnico Científico), dos departamentos e do primeiro ciclo de Estudos Gerais. O número de alunos evoluiu em 1.543 em 1968 a 3.615 no final de 1973. Em 19 de julho de 1971, pelo Decreto Presidencial n. 68.917, a Universidade de Goiás mudava oficialmente seu nome para Universidade Católica de Goiás (UCG), consagrando deste modo o qualificativo que o povo de Goiânia há tempos já lhe atribuía (Vaz, 1979a, p. 37).

No mesmo decreto presidencial foi aprovado o novo Estatuto segundo o qual a Universidade Católica de Goiás foi composta por dois Centros Universitários: 1- Centro de Ciências Humanas, 2- Centro Técnico Científico. Com o novo Estatuto, foi implantada uma nova estrutura organizacional baseada na centralização administrativa, acadêmica, patrimonial e financeira. Nesse contexto, foram criadas as Vice-Reitorias para Assuntos Administrativos e Acadêmicos. Além disso, houve a

¹⁷⁷ O novo regime se apropriou do projeto de reforma universitária, uma demanda da esquerda no pré-1964 que defendia, entre outras coisas, a democratização do acesso e da gestão, o fomento à pesquisa e a criação de carreira docente atrativa, sobretudo com o regime de trabalho de dedicação integral. Ensaçada entre 1965 e 1967, a reforma universitária da ditadura foi lançada efetivamente em 1968, impulsionada pela crise estudantil que ela procurava aplacar. A reforma resultou de uma decisão política do comando militar, imposta a uma comunidade acadêmica que, em muitos casos, reagiu com perplexidade. Claro, os traços esquerdistas das demandas reformistas do contexto pré-64 foram desconsiderados, mas alguns pleitos dos acadêmicos foram atendidos. O objetivo era conectar as universidades aos trilhos do projeto desenvolvimentista autoritário, mas a motivação política de desmobilizar o radicalismo estudantil e seduzir os intelectuais foi fundamental. Modernização conservadora autoritária é o termo adequado para expressar a reforma universitária da ditadura, processo marcado por paradoxos e impulsionado por forças heterogêneas. Em seu eixo modernizante, a reforma implicou: racionalização de recursos; busca de eficiência; expansão de vagas na graduação; mudanças nos exames vestibulares; aumento da participação da iniciativa privada no ensino superior; reorganização da carreira docente federal, com melhores salários e dedicação exclusiva; criação de departamentos em substituição ao sistema de cátedras; fomento à pesquisa, com aumento nas verbas e financiamentos; criação de cursos de pós graduação; incremento nas bolsas de estudo para formação de docentes no exterior; e criação de novas universidades federais e estaduais, com um projeto milionário de construção de novos campi (Motta, 2014a, p. 57-58).

criação dos Departamentos que substituíram as antigas faculdades, marcando uma mudança significativa na organização.

Em 1972, foi criado o Primeiro Ciclo de Estudos Gerais¹⁷⁸, que representou uma inovação curricular que oferecia maior flexibilidade aos alunos na escolha de suas áreas de interesse. Essa iniciativa representou um avanço no modelo educacional, alinhando-se às novas diretrizes da Reforma Universitária.

Três jesuítas espanhóis tiveram um papel central no processo de estabelecimento da Reforma Universitária na Universidade Católica de Goiás: pe. Cristóbal Álvarez, pe. Jesus Hortal e pe. Javier Enciso. Conforme já indicado, a Vice Província Goiano-Mineira contava com uma forte atuação de jesuítas espanhóis, patrocinados pela Província de Léon, na Espanha. Além deles, destacou-se a contribuição do padre secular José Antônio Lanuza Méseguer, que, embora não fosse jesuíta, estava diretamente ligado à ordem. Ele atuou como Decano do Centro Técnico-Científico (CTC) e Coordenador do Primeiro Ciclo de Estudos Gerais em 1973 (VAZ, 1979a).

Na UCG os cursos de graduação foram estruturados em um Primeiro Ciclo de Estudos Gerais e um Ciclo Específico ou Profissional. O Primeiro compunha-se de duas partes essenciais: uma nuclear e outra variável. A parte nuclear consistia em fornecer ao aluno os instrumentos básicos para todos os cursos que integravam os Centros (Centro Técnico-Científico CTC e Centro de Ciências Humanas CCH). Compunha-se de disciplinas e outras atividades pedagógicas obrigatórias, de caráter fundamental e preparatório. No que diz respeito à parte variável, esta se compunha de dois tipos de disciplinas: as disciplinas de caráter específico e as eletivas. As específicas eram ministradas pelo Departamento, propiciando ao aluno a oportunidade de testar suas aptidões de acordo com o curso profissional escolhido inicialmente. Tais disciplinas eram obrigatórias para a complementação do currículo no qual seria obtido o grau acadêmico. Embora fazendo o Primeiro Ciclo, os alunos podiam cursar disciplinas ministradas por outros Departamentos que não os seus de origem, mas sempre visando à aquisição de conhecimentos que melhor os instrumentassem para estudos posteriores e que lhes concedessem um método de estudo indispensável para a realização de um curso superior solidamente estruturado (Martins, 2010, p. 150-151).

A partir de 1972, a organização acadêmica da Universidade passou a ser estruturada em três órgãos principais: Vice-Reitoria Acadêmica, o Centro Técnico-

¹⁷⁸ O primeiro Ciclo consistia num tronco comum a partir do qual se apresentam possibilidades ou opções de cursos, correspondendo assim, ao período inicial de estudos dentro da universidade, com um caráter propedêutico e pré-profissional com duração de dois a três semestres no máximo. Conforme Normativa da Reforma Universitária era necessário um Primeiro Ciclo comum a os cursos ou áreas afins (Martins, 2010).

Científico (CTC) e o Centro de Ciências Humanas (CCH). A instituição contava com dez departamentos, que estavam vinculados aos centros envolvidos. Além disso, o Primeiro Ciclo de Estudos Gerais foi diretamente subordinado à Vice-Reitoria Acadêmica, reforçando sua importância no novo modelo organizacional. Esse processo de desenvolvimento da universidade estava inserido num processo de política nacional que,

Recomendava-se a eliminação da cátedra vitalícia, a criação dos departamentos, a introdução do ciclo básico no primeiro ano de formação universitária como um mecanismo para contornar as pressões dos “excedentes”. Sugeria-se também modificações no exame vestibular, que deveria tornar-se “classificatório”, visando à incorporação de um maior número de estudantes. O documento elaborado pela Equipe de Assessoria do Ensino Superior faz uma clara menção à participação do ensino privado no processo de expansão. Nessa direção, assinalava que o governo deveria estimular a criação de universidades particulares, prestando-lhes auxílio, a fim de assegurar vagas para alunos com poucos recursos financeiros (Martins, 2009, p. 20).

A estrutura universitária baseada nos Departamentos, tornou-se mais orgânica. O Departamento é uma unidade que se concentra acadêmica, científica e administrativamente, as atividades de pesquisa, ensino e estudo, concernentes a um setor específico do saber. Ele reúne em uma totalidade, o corpo docente, todos os estudantes que devem seguir os cursos de seu campo de conhecimento, e o material de ensino e pesquisa. Academicamente, contribui para a constituição dos planos de estudos dos cursos cujos currículos se encontram as suas disciplinas. Cientificamente, contribui para a integração dos projetos de que devem participar os outros Departamentos, além da função própria de desenvolvimento da pesquisa em seu campo específico, para a melhoria do ensino e ampliação do saber.

Quadro 17: Os Departamentos e Cursos da Universidade Católica de Goiás-1972

Centro Técnico-Científico (CTC)	Centro de Ciências Humanas (CCH)
Departamento de Artes e Arquitetura (ARQ) <i>Curso: Arquitetura e Urbanismo</i>	Departamento de Educação (EDU) <i>Curso: Pedagogia</i>
Departamento de Ciências Biológicas e Geociências (CBG) <i>Cursos: Ciências Biológicas e Geografia</i>	Departamento de Serviço Social (SER) <i>Curso: Serviço Social</i>
Departamento de Ciências Econômicas e Administrativas (ECO) <i>Cursos: Ciências Econômicas, Ciências Contábeis e Administração</i>	Departamento de História e Ciências Sociais (HCS) <i>Curso: História</i>
Departamento de Matemática e Física (MAF) <i>Cursos: Matemática e Física</i>	Departamento de Letras (LET) <i>Cursos: Português, Português-Inglês</i>
	Departamento de Ciências Jurídicas (JUR) <i>Curso: Direito</i>
	Departamento de Filosofia e Teologia (FIT)

Fonte: Quadro elaborado pelo pesquisador (2025) baseado nos dados do Anuário de 1972.

O ano 1972 significa uma nova etapa para a UCG. Começou a ser implantada e a funcionar a nova estrutura prevista no Estatuto e no Regimento Geral, que explicita o organograma inserido mais adiante: o Conselho Universitário e o Conselho de Ensino e Pesquisa como os grandes órgãos deliberativos; na área executiva, a Reitoria, em novo estilo, com suas assessorias, de Planejamento e Jurídica; as Vice-Reitorias com seus órgãos e equipes; os Centros Universitários, os Departamentos, a Secretaria Geral, a Biblioteca Central (Anuário 1972, p. 8-9).

Figura 20: Novo prédio da Biblioteca Central e Reitoria da UCG



Fonte: Revista da Arquidiocese, 1971.

Figura 21: Teatro de Arena da Biblioteca Central



Fonte: Revista da Arquidiocese, 1971.

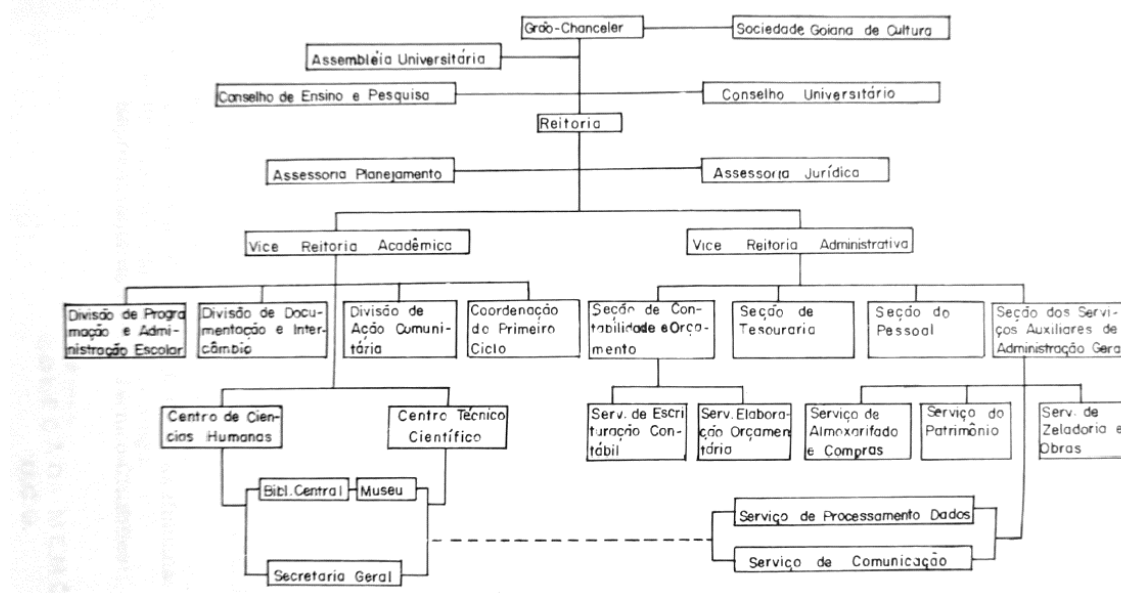
A Reforma Universitária exigiu uma nova adaptação das estruturas da universidade às novas demandas da sociedade que se consolidaram naquele período. Vale ressaltar que no Brasil o impulso modernizador da reforma “foi viabilizado por meios repressivos” (Motta, 2014b, p. 21). A liderança dos jesuítas espanhóis, a centralização administrativa e a reforma acadêmica foram elementos-chave para a nova organização interna implantada naquele momento. O reitorado do pe. Cristóbal Álvarez foi marcado pela melhoria dessa nova estrutura organizacional interna da Universidade.

No que toca especificamente às universidades, a modernização conservadora implicou: racionalização de recursos, busca de eficiência, expansão de vagas, reforço da iniciativa privada, organização da carreira docente, criação de departamentos em substituição ao sistema de cátedras, fomento à pesquisa e à pós-graduação. Para viabilizar a desejada modernização, sobretudo durante o período inicial do regime militar (1964-68), enfatizou-se a adoção de modelos universitários vindos dos países desenvolvidos, em particular dos Estados Unidos (Motta, 2014b, 22-23).

Motivados a atender as exigências da Reforma Universitária, os jesuítas, durante o reitorado do pe. Cristóbal, conseguiram constituir uma estrutura administrativa organizada e hierarquizada, com a finalidade de planejar, negociar e controlar o funcionamento da instituição por meio dos seus órgãos de gestão (Martins, 2010). É possível perceber um progresso tanto quantitativo e quanto qualitativo. De acordo com Anuário de 1972, a universidade já possuía 3.307 alunos e um corpo

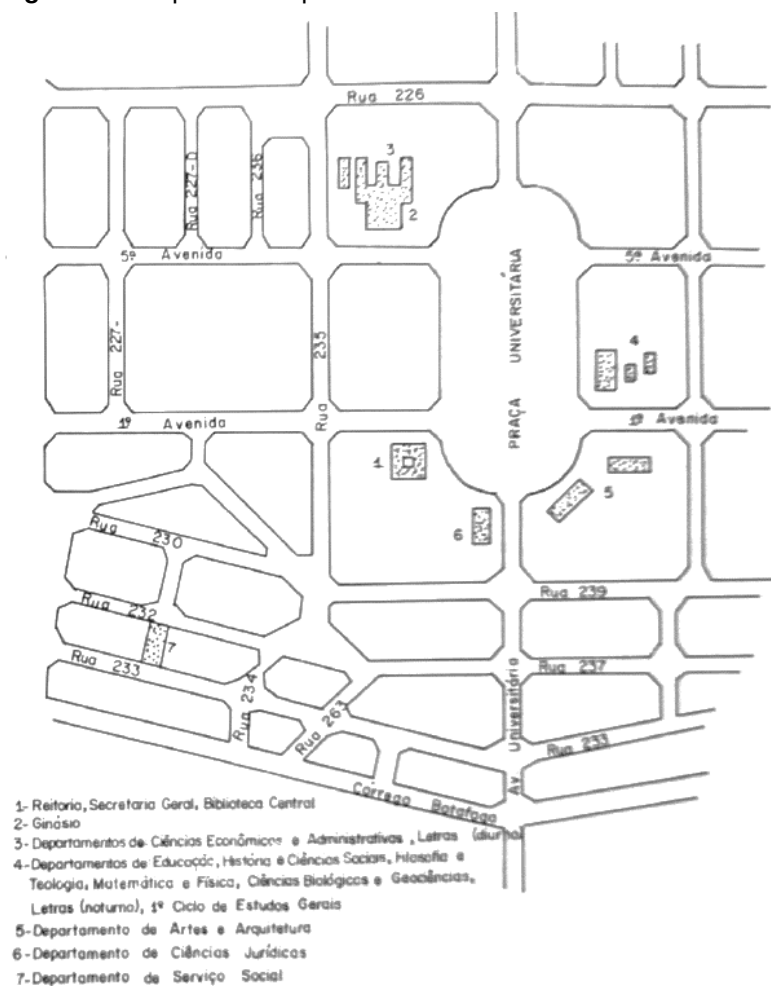
docente composto por 220 professores. A administração centralizada, o trabalho dos colegiados, a urbanização dos terrenos e a melhoria das instalações físicas possibilitaram um avanço institucional que projetou a universidade para o futuro. O *modus operandi* dos jesuítas foi crucial para a implantação da reforma, o capital cultural e social desses agentes foi importante para legitimar o novo modelo de universidade.

Figura 22: A Estrutura da Universidade Católica de Goiás após a Reforma Universitária



Fonte: Anuário da Universidade Católica de Goiás, 1972.

Figura 23: Mapa do Campus da Universidade Católica de Goiás em Goiânia



Fonte: Anuário da Universidade Católica de Goiás, 1972.

Figura 24: Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Católica de Goiás



Fonte: Revista da Arquidiocese, 1971.

O pe. Cristóbal Alvarez Garcia recebeu, em 10 de julho de 1973, a Comenda de Cavaleiro da Ordem Nacional do Mérito do Educativo, das mãos do presidente da República, em decorrência do reconhecimento de seu trabalho e à sua atuação na educação superior em Goiás.

É impossível enumerar os “serviços relevantes prestados à educação” pelo Pe. Cristóbal. Face a sua modéstia, precisaríamos do testemunho dos colegas do Conselho de Reitores, do pessoal do MEC, do Senhor Ministro da Educação, de autoridades, professores e alunos que tiveram oportunidade de conhecê-lo. A Universidade Católica de Goiás sabe do seu entusiasmo, do seu esforço, do milagre que significa o grande impulso recebido durante sua gestão: a multiplicação dos cursos, a construção de três prédios, os melhores da UCG: o da Reitoria e Biblioteca Central, o de Arquitetura e recentemente o do Primeiro Ciclo; a reestruturação, nas bases da reforma universitária, da vida da Universidade com nova estrutura, novo Estatuto e Regimento, novo regime; a consolidação acadêmica e administrativa e finalmente o desabrochar, em fecunda primavera, de uma série nova de publicações. Dissemos milagre, porque tudo isto se fez com uma economia exemplar de meios; quase poderíamos dizer “sem meios”. Aí está, ao nosso ver, o maior serviço prestado à educação, no momento histórico que vivemos, em que encargos sociais da educação superam todos os orçamentos (Anuário de 1973, p. 72-73).

Durante o final do mandato do pe. Cristóbal, a UCG estava organizada em dez departamentos e tinha dezesseis cursos, houve um crescimento exponencial no número de alunos, foi construído o novo o prédio da Biblioteca Central que contou com trinta mil volumes, tornando-se nesse momento, a maior biblioteca de Goiânia. Todos os investimentos estruturais realizados na universidade visavam atingir seus objetivos educacionais e cristãos. “Estas reformas que atendem as novas orientações do Conselho Federal de Educação, também respondem as preocupações do Concilio Vaticano II e do Encontro de Medellin” (Revista da Arquidiocese, 1971, p. 731). A dimensão da catolicidade passou a fazer parte inclusive dos currículos dos cursos ministrados com a finalidade de responder a sua missão institucional, ser uma universidade católica.

Os planos de Filosofia e Teologia serão integrados para todos os cursos, a fim de atender aos objetivos específicos de uma instituição cristã de ensino Superior. A Igreja que está em Goiânia, terá assim dado um passo importante como presença na área universitária e profissional, fazendo, com que a mensagem evangélica seja competente e atualizada. Finalmente, num tempo de revisão porque passam tôdas as entidades e experiências da Igreja, no seu corpo de direção encontra-se um grupo de pessoas seriamente interessadas numa Universidade que seja o sinal de salvação para todos os futuros profissionais de uma comunidade regional. A meta final e mesmo, uma universidade integrada e enraizada na realidade contexto do Brasil Central. (Revista da Arquidiocese, 1971, p. 732).

Figura 25: Faculdade de Filosofia da Universidade Católica de Goiás



Fonte: Revista da Arquidiocese, 1971.

Esse foi um período de expansão e modernização. Houve um alinhamento com diretrizes nacionais e internacionais, as reformas implantadas demonstravam um compromisso com os padrões estabelecidos pela Conselho Federal de Educação, e com a aplicabilidade das diretivas do Concílio Vaticano II, que visava reformas educacionais que combinasse uma formação humanística, científica e religiosa. Com isso, agregava o fortalecimento da identidade católica, anexa aos currículos, reafirmando a missão institucional da UCG.

Após treze anos de trabalho em Goiânia, o pe. Cristóbal foi designado para uma nova missão na Companhia, passando a acompanhar os jovens seminaristas jesuítas em São Paulo. Em seu lugar, assumiu como reitor o pe. José Carlos de Lima Vaz.

Durante a administração de pe. Cristóbal, mesmo com as dificuldades econômicas, a Universidade Católica de Goiás experimentou um crescimento significativo. Houve expansão dos cursos, a construção de novos prédios e a reestruturação administrativa. Sua administração foi marcada por uma visão estratégica. O padre reitor soube adaptar a UCG às demandas de um contexto histórico marcado por desafios financeiros e mudanças políticas e sociais. Seu

trabalho marcou a história da Universidade diante do avanço alçando e do crescimento institucional.

5.2 O reitorado do pe. José Carlos de Lima Vaz S.J.: continuidade e expansão (1973-1979)

O padre José Carlos de Lima Vaz nasceu em Ouro Preto, Minas Gerais, em 26 de agosto de 1928. Ingressou na Companhia de Jesus em 1941, onde professou os primeiros votos religiosos em 2 de fevereiro de 1946. Entre os anos de 1949 e 1951, cursou Filosofia no Colégio Anchieta de Novo Friburgo, e entre 1954 e 1958 cursou Teologia na Pontifícia Universidade Comillas dos jesuítas, na Espanha. Foi ordenado padre em 15 de julho de 1957. Ao retornar ao Brasil, estudou Química na Universidade de São Paulo (USP) de 1960 a 1962. Após terminar o curso, assumiu a direção da Escola Técnica de Eletrônica em Santa Rita do Sapucaí, Minas Gerais, onde trabalhou por dez anos até ser nomeado reitor da Universidade Católica de Goiás em 1973.

Figura 26: Pe. José Carlos de Lima Vaz



Fonte: Revista Estudos Goianienses.

O pe. Vaz, como era chamado, foi empossado no dia 10 de setembro de 1973¹⁷⁹. Em seu discurso, ressaltou a importância da Universidade Católica de inspiração cristã, criada por exigência do progresso cultural de Goiás. Esta deveria ser entendida como instrumento e não fim: “Instrumento sensível às aspirações da comunidade e apto a servir ao seu desenvolvimento, na formação dos recursos humanos” (Vaz, 1973, p. 2)¹⁸⁰. Enfatizou o desejo de potencializá-la nas áreas prioritárias para o desenvolvimento social, cultural, econômico e técnico do Estado de Goiás, promovendo parcerias com as forças vivas da sociedade, com os poderes estaduais e municipais, a iniciativa privada, a Universidade Federal de Goiás e as Instituições de Ensino. A universidade deveria ter um papel ativo na construção de um futuro melhor para o estado, e, para que isso acontecesse, era necessário um trabalho conjunto. Ressaltou a importância da equipe docente e administrativa formada pelos seus antecessores, valorizou o potencial dos alunos que compunham o quadro discente, e pediu-lhes duas coisas:

Que pautem sua atividade estudantil por uma absoluta sinceridade - só isto permite um clima de diálogo e trabalho construtivo e que não se esqueçam de que, privilegiados como são entre tantos brasileiros de sua idade que não podem estudar, não vejam na promoção profissional uma simples forma de enriquecimento pessoal, mas uma responsabilidade assumida para servir ao nosso povo e serem instrumentos da paz e do progresso de todos, sobretudo dos menos favorecidos (Vaz, 1973, p. 3).

Encerrou dizendo que pedia a prudência para discernir o melhor para a universidade, humildade para reconhecer seus erros, tenacidade para levar a frente a missão recebida e a graça de saber servir à instituição, à juventude e ao progresso de Goiás.

O pe. Vaz apresenta uma visão clara e estratégica para Universidade Católica de Goiás, em consonância com as demandas da sociedade goiana e a visão jesuítica. O seu discurso demonstra um compromisso com a responsabilidade social e com a

¹⁷⁹ Presenciaram a solenidade de posse as seguintes autoridades: Dom Fernando Gomes dos Santos, Grão-Chanceler da UCG e Arcebispo de Goiânia; Dr. Manoel dos Reis e Silva, Prefeito Municipal de Goiânia; Dr. Jorge Jungmann, Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil Seção de Goiás; Dr. Mario Roriz, Presidente da Associação Comercial do Estado; Cel. Antônio de Melo, da 7a. CSM, além dos Vice-Reitores Pe. Javier Pérez Enciso e Prof. José Silveira Rezende, os Decanos, professores e convidados (Anuário de 1973, p. 73).

¹⁸⁰ Vaz, Pe. José Carlos de Lima. Discurso de Posse. Goiânia, 10 de setembro de 1973. Arquivo da Província dos Jesuítas no Brasil.

formação de cidadãos conscientes, reconhecendo o papel de cada um, tanto para construção da universidade quanto da sociedade. Por isso, incentivou o diálogo e a participação nessa construção coletiva de um projeto educativo universitário. Cada agente tem seu papel e responsabilidade nesse processo.

Vale ressaltar que o contexto histórico no período em que o discurso foi proferido era marcado pela ditadura militar no Brasil, período de censura e repressão. Assim, a defesa da autonomia universitária e o compromisso com a formação de cidadãos críticos era um desafio significativo.

O ano de 1973 teve um crescimento expressivo do número de alunos, que passou de 3.307 para 4.227, além da criação do curso de Psicologia (Anuário de 1973). À medida que Goiânia e Goiás se desenvolviam, a demanda do número de alunos na Universidade Católica também aumentava. A implantação da Reforma Universitária contribuiu para o crescimento do ensino superior privado (Martins, 2009).

A Reforma de 1968 produziu efeitos paradoxais no ensino superior brasileiro. Por um lado, modernizou uma parte significativa das universidades federais e determinadas instituições estaduais e confessionais, que incorporaram gradualmente as modificações acadêmicas propostas pela Reforma. Criaram-se condições propícias para que determinadas instituições passassem a articular as atividades de ensino e de pesquisa, que até então - salvo raras exceções - estavam relativamente desconectadas (Martins, 2009, p. 16).

As primeiras medidas do pe. Vaz em seu governo foi o planejamento institucionalizado, incentivar a comunidade universitária como meio indispensável para formação humana e espiritual dos estudantes, lançar as bases para que a Universidade nas áreas tecnológica e de saúde, pudessem responder às exigências da comunidade goiana. Neste mesmo ano a Faculdade de Enfermagem mantida pela Sociedade de São Vicente de Paulo, que foi criada na época de Dom Emanuel Gomes de Oliveira, foi incorporada à Universidade Católica ampliando o seu raio de atuação na área da saúde. O pe. Vaz entendia que uma das finalidades da Universidade, sendo católica, deveria ser a de proporcionar uma formação humana e espiritual aos seus alunos. Para melhor atingir esses objetivos foi sugerido a ampliação da Divisão de Ação Comunitária atribuindo-lhe funções não só comunitárias, mas também pastorais, dentro dessa perspectiva da catolicidade.

A atividade-fim da Universidade é a ciência e a cultura na totalidade do ensino e da pesquisa. A atividade-meio e sua organização acadêmica e administrativa. A consciência permanente das finalidades e o entrosamento das atividades-meio entre si e sua adequação para atingir a atividade-fim é o

desafio que a UCG tem pela frente. Ela espera, com a inspiração divina e a boa-vontade dos homens, vencê-lo (Anuário de 1973, 1974, p. 1).

Um dos primeiros desafios da administração de pe. Vaz foi a questão financeira. A universidade tinha feito um financiamento no Banco Real para a construção do prédio do Primeiro Ciclo, com a promissória a vencer em dezembro de 1973, com o valor de Cr\$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil cruzeiros). Neste momento a universidade teria que honrar com esse compromisso, mas não tinha reservas que pudesse pagar tão grande valor. Com isso, o pe. Vaz procurou o banco e conseguiu uma prorrogação do débito.

A saída encontrada foi pedir ajuda ao Ministério da Educação (MEC) para resolver a problemática, como era final do governo de Emílio Médici (1969-1974) não foi possível receber o recurso. Com a chegada de Ernesto Geisel ao poder em março de 1974, o pedido foi aprovado graças as mediações feitas junto ao secretário geral do MEC, Dr. Euro Brandão e do Ministro Nei Braga. A universidade recebeu os recursos em junho de 1974 possibilitando assim o pagamento da dívida, a partir de então, a instituição conseguiu equilibrar sua vida financeira (Vaz, 1979a).

Os jesuítas ao longo da ditadura militar conseguiram por meio da sua diplomacia alcançar boas relações junto ao governo militar, com isso facilitava a obtenção de recursos para a manutenção da universidade como vimos no relato acima. A Universidade Católica de Goiás desde a sua gênese necessitou de verbas públicas para a sua manutenção e sobrevivência.

Em 1974, houve também o reconhecimento dos cursos de Arquitetura e Urbanismo e Ciências Biológicas por parte do Ministério da Educação. Até, no entanto, o processo estava embargado junto ao Conselho Federal de Educação por não atender as exigências estabelecidas por parte do órgão regulador. Com isso, houve um protesto por parte dos alunos do curso de Arquitetura que exigiam as providências necessárias. Por conseguinte, foi nomeado um novo diretor *pro-tempore* para o Departamento de Arquitetura, pe. José Antônio Lanuza, que tinha muita proximidade com os jesuítas. Logo que assumiu providenciou os equipamentos e livros exigidos pelo Conselho Federal de Educação. Para tal investimento, os jesuítas utilizaram recursos da própria ordem religiosa para estas aquisições, desse modo, o curso foi aprovado.

Figura 27: Faculdade de Arquitetura da Universidade Católica de Goiás



Fonte: Revista da Arquidiocese, 1971.

O processo iniciado pelo pe. Cristóbal de incorporação da Faculdade de Enfermagem São Vicente de Paulo em 1973, foi levado a termo depois de muitas negociações em 1974 com a incorporação do Corpo Docente e Administrativo à Universidade Católica de Goiás e a transferência do patrimônio, sendo homologada pelo Conselho Federal de Educação em 5 de julho de 1974.

Outro problema que a universidade enfrentou nesse período foi junto ao Instituto Nacional da Providência Social – INPS, em 1974 o referido instituto cancelou sua isenção de quota patrimonial, e podia a qualquer momento levantar e executar o débito referente a esta quota dos anos passados. Desde modo, era necessário regularizar a situação jurídica da Sociedade Goiana de Cultura, mantenedora da universidade, junto ao INPS. Porque caso esse montante fosse calculado a universidade não teria condições de quitá-lo e viria a falência. O pe. Vaz com a assessoria jurídica da Universidade conseguiu o reconhecimento de Utilidade Pública para a Sociedade Goiana de Cultura através do Decreto n. 73.729 de 4 de março de 1974 que reconhecia a instituição com Utilidade Pública, tornando-a Entidade de Fins Filantrópicos pelo Conselho Nacional de Serviço Social. Desta forma, a universidade ficaria isenta dos impostos federais. Diante da aprovação foi necessário elaborar novos Estatutos da Sociedade Goiana de Cultura, que estivesse dentro das

exigências legais. A resolução do problema foi fundamental para garantir a sustentabilidade financeira da instituição.

Devidamente atendidas as exigências da lei, logrou a Universidade enfrentar, em penoso e demorado processo, a situação em que se encontrava junto ao Conselho de Recursos Previdência Social no Rio de Janeiro e junto ao Ministério da Previdência Social em Brasília. O problema só teria sua solução definitiva, por decisão favorável do referido Conselho, homologado pelo Ministro da Previdência Social em 23 de dezembro de 1977, publicada no Diário Oficial em 30 do mesmo mês e só concluído no INPS/GO em 10 de julho de 1978 (Vaz, 1979a, p. 41).

Esse foi um período de desafios e conquistas para universidade. Ao mesmo tempo em que a instituição lidava com os problemas financeiros administrativos, havia por outro lado, um aumento contínuo de procura, diante da crescente demanda de candidatos. O pe. Vaz utilizou como estratégia racionalizar e controlar melhor os processos administrativos e frear o processo de expansão da universidade, mesmo em meio a procura que crescia.

A aprovação dos cursos de Arquitetura e Ciências Biológicas, juntamente com a incorporação da Faculdade de Enfermagem fortalecia a estrutura interna e ampliava a oferta de cursos da Universidade, contribuindo assim, para a diversificação de suas áreas de atuação. Já no início de sua administração o pe. Lima Vaz demonstrou capacidade de liderança e gestão na tomada de decisões estratégicas que pudessem superar os desafios institucionais. Ele contou com a ajuda do pe. José Antônio Lanuza que assumiu a Vice-Reitoria Acadêmica, em substituição ao jesuíta pe. Javier Enciso que fora transferido para a PUC-Rio. Também contou com o trabalho do prof. José Augusto Costa que assumiu a Vice-Reitoria Administrativa.

Através de Instruções Regimentais foi sendo implantada paulatinamente a estrutura e princípios de funcionamento das diversas unidades e atividades: Vice-Reitoria Administrativa, Reitoria e seus órgãos de apoio e suplementares, Reitoria Acadêmica, Secretaria Geral, Diretórios Acadêmicos, Centros e Departamentos. Foram desenvolvidos os sistemas administrativos (Regulamento Geral de Pessoal e Classificação Cargos, sistemática de assuntos financeiros, sistemas de com- pras, controle patrimonial e almoxarifado, receitas operacionais, zeladoria e vigilância, protocolo e comunicação interna) sistemas acadêmicos (regulamento do pessoal docente, coordenação das atividades de estágio e extensão, programação acadêmica e consolidação de currículos e programas, arquivo e documentação escolar, matrícula, coordenação geral das atividades de laboratório e utilização do espaço físico) sistemas comunitários (regulamentação dos diversos tipos de Bolsas-de-Estudo, acompanhamento dos Diretórios Acadêmicos, assistência médica e promoções comunitárias para o pessoal docente e administrativo) (Vaz, 1979a, p. 42).

Com a consolidação da Reforma Universitária, a universidade se organizou administrativamente: Grão-Chanceler (arcebispo), Reitoria¹⁸¹ (reitor; vice-reitoria para assuntos acadêmicos e vice-reitoria para assuntos administrativos), Decanos do Centro de Ciências Humanas e Centro Técnico-Científico, Departamentos¹⁸² (1- Filosofia e Teologia; 2- Ciências Jurídicas; 3- Educação; 4- Letras; 5- História e Ciências Sociais; 6- Serviço Social; 7- Artes e Arquitetura; 8- Matemática e Física; 9- Ciências Econômicas e Administrativas; 10- Ciências Biológicas e Geociências; 11- Enfermagem), Secretaria Geral. Além dessa estrutura superior havia os órgãos de deliberação superior composto pelo Conselho Universitário e Conselho de Ensino e Pesquisa. Após a Reforma “aboliram-se as cátedras vitalícias, introduziu-se o regime departamental, institucionalizou-se a carreira acadêmica, a legislação pertinente acoplou o ingresso e a progressão docente à titulação acadêmica” (Martins, 2009a, p. 16).

Quadro 18: Os Cursos oferecidos pela Universidade Católica de Goiás em 1974

01	Administração Escolar
02	Administração de Empresas
03	Administração Pública
04	Arquitetura
05	Ciências Contábeis
06	Ciências Econômicas
07	Direito
08	Enfermagem (Habilitação Geral e Licenciatura Plena)
09	Física (Licenciatura Plena)
10	Geografia (Licenciatura Plena)
11	História (Licenciatura Plena)
12	Matemática (Licenciatura Plena)
13	Orientação Educacional
14	Português e Literaturas da Língua Portuguesa (Licenciatura Plena)
15	Português – Inglês e Literaturas Correspondentes (Licenciatura Plena)
16	Ciências Biológicas (Licenciatura Plena)
17	Psicologia (Bacharelado, Licenciatura e Formação de Psicólogo)
18	Serviço Social

¹⁸¹ A reitoria, exercida pelo reitor, era o órgão executivo supremo que superintendia, coordenava e fiscalizava todas as atividades universitárias. A execução dos serviços da Reitoria se distribuía por duas vice-reitorias. A vice-reitoria para assuntos acadêmicos era o órgão executivo que superintendia, orientava, coordenava e fiscalizava as atividades acadêmicas da Universidade. A vice-reitoria para assuntos administrativos era o órgão executivo que superintendia, coordenava e fiscalizava as atividades dos órgãos e serviços administrativos (Catálogo Geral 1974).

¹⁸² O Departamento é uma unidade que concentra, acadêmica, científica e administrativamente, as atividades de pesquisa, ensino e estudo relacionadas a um setor específico do saber. Integram o Departamento os professores das disciplinas a ele vinculados, o pessoal auxiliar de ensino e pesquisa, o pessoal administrativo correspondente e os alunos cujo principal campo de estudos nele se situe. Os Departamentos são regidos por seu Diretor. Em cada Departamento, há um colegiado denominado Congregação, bem como uma Comissão Auxiliar, ambas com atributos específicos. (Catálogo Geral 1974).

Fonte: Catálogo Geral 1974 – Universidade Católica de Goiás.

É interessante perceber que, nos dezoito cursos oferecidos pela Universidade Católica de Goiás, praticamente a metade era na área da educação, formando profissionais para atuarem nas licenciaturas. Desde a sua fundação, a formação de professores foi uma das principais marcas da universidade. Essa forte orientação para a capacitação docente demonstrou o compromisso da instituição com a educação. A Igreja Católica, historicamente, sempre teve um forte compromisso com a educação e a evangelização, e a formação de professores era também uma estratégia para disseminar a fé e os valores cristãos para as escolas e para a sociedade em geral.

Os cursos de graduação da Universidade Católica compreendiam um Primeiro Ciclo de Estudos Gerais e um Ciclo Específico. Este Primeiro Ciclo tinha uma parte nuclear composto de disciplinas e outras atividades pedagógicas obrigatórias, cuja finalidade era oferecer aos alunos os instrumentos básicos necessários a todos os cursos que integravam os Centros. Além disso, tinha uma parte variável que era composta de disciplinas de caráter específico, ministradas pelo Departamento escolhido pelos alunos, oferecendo a oportunidade de testar suas aptidões e tendências, dentro do curso inicialmente eleito.

O Ciclo Específico ou Profissional era constituído pelo conjunto de disciplinas e outras atividades pedagógicas ou de caráter cultural, científico ou profissional, definindo o campo principal de estudos escolhido pelo aluno, no qual é obtido o grau acadêmico. Cada curso de graduação correspondia a um currículo organizado de acordo com a legislação em vigor e com as normas estatutárias e regimentais próprias da Universidade. Esse currículo pleno deveria ser cumprido integralmente pelo aluno em sua parte obrigatória, a fim de que ele pudesse qualificar-se para a obtenção de um grau acadêmico que lhe conferia direitos profissionais (Catálogo Geral 1974, p. 8).

Com o crescimento da universidade, o aumento do número de alunos e a crescente demanda por novas vagas, a instituição foi se fortalecendo financeiramente ao longo dos anos. Com a drástica redução das subvenções do governo, tornou-se necessário que a administração superior criasse mecanismos para garantir sua manutenção e possibilitar novos investimentos. A tabela abaixo apresenta essa redução, conforme demonstrado no balancete de 1974, elaborado pela Vice-Reitoria Administrativa.

Tabela 3: O Balancete Geral de Resultados da Universidade Católica de Goiás em 1974

DESPESAS		RECEITAS	
Pessoal Administrativo	2.516.411,21	Anuidades Correntes	8.334.031,25
Pessoal Docente	4.598.818,75	Anuidades Atrasadas	766.858,69
Material de Consumo	434.445,47	Taxas e Emolumentos	155.103,60
Serviços de Terceiros	517.792,69	Taxas do Vestibular	580.588,00
Bolsas de Estudos	581.770,19	Taxas de Cobrança Adicional	25.701,01
Comissão de Vestibular	70.339,05	Receitas Imobiliárias	1.600,00
	9.091.144,38	Receitas de Títulos e Ações	96,74
		Receitas de Juros de Depósito	114,60
		Outras Receitas	820.716,42
			10.684.813,31
Encargos Sociais		Receitas Subvencionais	
Seguro com Acidentes de Trabalho	40.893,75	Subvenções para Custeio	850.000,00
Contribuições para P.I.S.	53.191,15	Subvenções para Capital	400.000,00
Contribuições para F.G.T.S.	588.691,87		1.250.000,00
	682.766,77		
Encargos Financeiros			
Despesas Financeiras	212.650,99		
Impostos e Taxas	75.830,73		
	288.481,72		
Resultado o Exercício de 1974	1.872.420,44		
Total de Despesas	11.934.813,31	Total de Receitas	11.934.813,31

Fonte: Relatório de Atividades – Exercício de 1974.

Após a Reforma Universitária de 1968 com o aumento dos gastos públicos nas Universidades Federais o apoio financeiro do Estado às Universidades Católicas foi caindo substancialmente. Até 1968 as subvenções oficiais representavam grande percentual das Universidades Católicas, a partir de então, foi decrescendo paulatinamente. Além disso, houve o aumento de outras Instituições de Ensino Superior particulares, as quais passaram a pressionar o governo para receberem igualmente subvenções federais como as Universidades Católicas (Lima Vaz, 1983).

Diante desse cenário, a UCG buscou soluções internas que consistiu no aumento de vagas e do número de cursos oferecidos, principalmente aqueles que eram de maiores demandas do mercado e da sociedade, além de adaptar-se às mudanças do contexto social e econômico. A universidade católica também tinha como finalidade a formação das elites.

A década de 1970 foi marcada pela expansão da universidade, foram feitos investimentos na parte estrutural como a construção do prédio para os Cursos do Primeiro Ciclo em 1974. A criação de novos cursos: Engenharia Civil, Bacharelado em Ciências Biológicas- modalidade médica ou Biomedicina, Licenciatura Curta em Estudos Sociais. Construção do pavilhão para Cantina e Diretório Acadêmico do Centro de Ciências Humanas inaugurado pelo Ministro da Educação, Ney Braga em

1975. Pavilhão para os laboratórios da área da saúde e Gabinete Psicotécnico. Reforma do velho pavilhão da Escola de Enfermagem para acolher os Departamentos de Enfermagem, Serviço Social, Psicologia e Ciências Biológicas. Construção das Oficinas de Marcenaria e Mecânica para os trabalhos de reforma e concerto. Urbanização e jardinagem de várias áreas e cercas metálicas em torno de todas as áreas. Reforma do Ginásio de Esportes, adaptação dos prédios para instalação do Centro de Processamento de Dados, seções da Secretaria Geral e Coordenações do Primeiro Ciclo. E por fim, a instalação elétrica e hidráulica na Chácara São José, tudo isso em 1976 (Vaz, 1979a).

A construção dos novos prédios e o aprimoramento das instalações já existentes demonstravam um investimento significativo na expansão física da universidade. A criação dos espaços específicos para cada curso fazia parte de um planejamento estratégico para atender as diversas necessidades dos cursos, visando uma melhor qualidade de ensino. A criação dos novos cursos, como foi o caso da Engenharia Civil e Biomedicina, mostra a preocupação da universidade em diversificar sua oferta de cursos e assim atender as demandas do mercado, isso também contribuiria para o aumento do número de alunos. A valorização da carreira docente era necessária com a necessidade de qualificar o corpo docente e o ensino. A administração do pe. Vaz foi importante para o avanço nesse período de expansão da universidade.

No início de 1976 os jesuítas inauguraram o prédio da nova residência da comunidade religiosa, que até no momento estava dentro de um “campus” da universidade e pertencia a instituição. A província decidiu construir a casa com seus recursos próprios num terreno que lhe pertencia, próximo a universidade.

Como hoje nem todos os NN (nossos padres) daqui trabalham na UCG isto trazia certo constrangimento. Ademais, havia a intenção nesta decisão de radicar mais a Companhia em Goiânia. Sem casa própria seria fácil tirar os NN. daqui, o que de praticamente todos seria um equívoco lamentável mas perfeitamente possível face à carência dos NN. e à mentalidade estreita e infeliz de muitos que não conhecem ou não valorizam senão o eixo Rio-São Paulo, numa completa ausência de perspectiva do futuro social e religioso deste País (Vaz, 1976, p. 2)¹⁸³.

¹⁸³ Carta do pe. José Carlos de Lima Vaz, reitor da Universidade Católica de Goiás, ao pe. Pedro Arrupe, superior geral da Companhia de Jesus. Goiânia, 29 de fevereiro de 1976. Arquivo Romano da Companhia de Jesus.

Nos últimos dez anos (1969-1979) a comunidade dos jesuítas em Goiânia teve sempre um número razoável de membros, com um mínimo de 9 (1970-1971) e o máximo de 14 (1976-1977). Inicialmente o trabalho era quase exclusivo voltado para a universidade, embora os padres participassem e colaborassem em diversas atividades pastorais da Arquidiocese de Goiânia. A partir de 1974, os jesuítas decidiram ampliar os objetivos da comunidade religiosa, além do trabalho na UCG, passaria formalmente a orientar-se para a pastoral paroquial, entre outros, também colaborar como o Seminário Arquidiocesano.

Diante dessa realidade, viu a necessidade da construção de uma nova casa, em terreno próprio, pois até o momento a comunidade morava em um prédio dentro do terreno da antiga Faculdade de Filosofia, construída pelos jesuítas entre 1960-1961. A nova casa foi construída com recursos próprios da Companhia de Jesus, esse modo também lhe dava mais autonomia para atuação em Goiânia. Na velha casa da Rua 240 os jesuítas viveram de 1961 a começos de 1976. Entregaram-na à UCG no final de abril de 1976, inclusive com grande parte de seu mobiliário e sem nada pedir pelo investimento feito.

Para a nova casa escolheu-se uma área, adquirida pelos Jesuítas em 1971, na 11ª Avenida, no alto do Setor Universitário, poucos minutos a pé da UCG. Sem meios próprios para a construção, o Provincial dos Jesuítas autorizou a venda de parte da área da Fazenda de Itaici (SP) e determinou o envio dos recursos necessários a Goiânia. Enquanto estes não chegavam, a Comunidade teve a colaboração do Banco Agropecuário de Goiás que financiou a obra. A construção iniciou-se em julho de 1975, com projeto arquitetônico do Arq. Maurício Roriz sob a responsabilidade técnica do Eng. Carlos Antônio Luciano, mas sob a administração direta da Comunidade para economizar gastos. A casa, concluída em abril de 1976, passou a ser habitada a partir do dia 21. Desde então, nela vive a Comunidade, com mais independência e com espaço suficiente para receber hóspedes, sobretudo sacerdotes e religiosos jesuítas, de outras congregações ou seculares de passagem por Goiânia. Além disto esteve sempre aberta para receber grupos de jovens para reuniões ou encontros e hospedar indígenas, que, acompanhados ou enviados por missionários, passam por Goiânia. A nova casa possibilitou a ampliação da Biblioteca, da Comunidade hoje com 6.500 volumes e assinaturas de várias revistas. Está especializada sobretudo em Teologia, Filosofia, Sagrada Escritura, Pastoral, História e Educação. A ela continuamente recorrem professores e estudantes universitários. Seu organizador foi o jesuíta Pe. Celestino Pires, português, doutor em Filosofia, que de 1976 a começos de 1978 trabalhou na UCG e atualmente se encontra em Brasília, como Professor na UnB (Vaz, 1979b, p. 13-14).

A universidade implantou definitivamente, em 1976, a carreira docente com as novas categorias de professores Adjunto e Titulares. Com o passar dos anos o corpo docente também cresceu passando de 213 professores (1973) para 287 em 1976. Em três anos a universidade quase duplicou o número de alunos passando de

4.227 em 1973 para 7.423 em 1976. O primeiro mandato do pe. Vaz (1973-1976) foi próspero, pois a instituição vivenciou um crescimento significativo em diversos aspectos, como infraestrutura, oferta de cursos e corpo docente, isso o possibilitou ser reconduzido novamente ao cargo de reitor por mais três anos (1976-1979).

Vale dizer que essa recondução não foi automática, no fim desse período foi cogitado a possibilidade de o pe. Vaz ir para a PUC Rio. Sendo assim, ele escreveu ao superior geral, pe. Pedro Arrupe, apresentando sobre o crescimento da universidade, a situação econômica e sua relação com o arcebispo.

A UCG vai bem, cada vez mais conceituada. Neste início de ano está com mais de 7.000 alunos e dois cursos novos: Engenharia Civil e Ciências Biomédicas. Economicamente apertada, mas sem dívidas e sob controle. O relacionamento com os de fora e o Governo é bom. Com o Arcebispo, que é o Grão-Chanceler da UCG, ele é difícil por causa dos problemas de sua idade e seu temperamento nervoso, absorvente e autoritário. Como bom mineiro, tenho controlado politicamente a situação, mas Deus sabe a custa de quanto sofrimento interior, mortificação e aceitação de humilhações. Parece que ele me estima muito, mas por isso mesmo, talvez, não me poupa o malho (Vaz, 1976, p. 2).

Além disso, apresentou ao padre geral que não teria nenhum problema em ser transferido para outra missão, que estaria à disposição da Companhia, mas que desejava expor sua preocupação sobre a sua possível destinação para PUC Rio. Alegava que a UCG estava numa fase importante de ampliação, de delicada consolidação de sua estrutura, e que vários projetos importantes ligados ao governo, estavam pessoalmente em suas mãos, e com sua saída isso poderia ser paralisado. Afirmou também, que tinha um modo próprio de governar a universidade que não permitia dupla gerência, e que temia que com sua saída no final do primeiro mandato, a universidade ficasse prejudicada. Sendo assim, foi orientado pelo pe. Thomazi a escrever ao superior, elencando oito pontos que justificasse sua permanência no cargo.

- 1) Acho que um período apenas de gestão é curto para solidificar certas reformas que foram implantadas nestes últimos anos.
- 2) Desconheço a situação concreta da PUC do Rio. Em todo o caso, ela tem uma tradição já firmada o que a UCG ainda não possui.
- 3) A relação UCG e Governo é outro dado importante. Neste particular é imprescindível que se deixe marca sólida para os futuros sucessores.
- 4) Em termos de Universidade acredito que o Centro-Oeste vai ganhando prioridade. É necessário que a administração seja cada vez mais experiente e atenta para não deixar passar as oportunidades que vão aparecendo. A não ser que venha substituí-lo uma pessoa já bem experiente. Qualquer outro teria que passar antes aqui um tempo bem expressivo para enfronhar adequadamente nas engrenagens.

- 5) Não se esqueça também da impressão (reação) que qualquer 'mudança poderia exercer sobre o "atrabiliário" Antístite. (NB - Refere-se ao Arcebispo Dom Fernando que nestes meses perdeu vários colaboradores importantes e poderia talvez reagir violentamente se eu tivesse que sair daqui este ano).
- 6) Nada posso dizer sobre o seu peculiar modo de ser e os possíveis conflitos que tão singular "Ego" poderia levantar na 'PUC com suas instituições já cimentadas. Afinal, acabará adaptando-se às novas circunstâncias, mesmo adversas.
- 7) Como é difícil saber onde se situa o AMDG¹⁸⁴, posso pelo menos suspeitar que Goiânia é também capaz de aceitá-lo dignamente 'Pessoalmente sou contrário à mudança, após o primeiro triênio, a 'não ser, repito, que o substituto traga pesado lastro de experiência.
- 8) Não vejo porque, com inaciana submissão, você não possa 'fazer ao Pe. Geral sua exposição de motivos. Foi o que me ocorreu dizer pe. Thomazi. (Vaz, 1976, p. 5).

Diante dos fatores complexos apresentados, que, expunha um panorama detalhado dos desafios e oportunidades que a UCG enfrentava nesse momento da história, o pe. Vaz considerava importante a sua permanência na instituição. Por isso, enfatizou a necessidade de consolidar as reformas implantadas e assim garantir a continuidade dos projetos em andamento. O seu estilo de gerir a universidade tinha certa autonomia, e ao seu modo de ver isso era positivo para a instituição.

A decisão de permanecer na UCG demonstrava a tensão entre a autonomia do pe. Vaz em relação aos demais membros da Companhia de Jesus e a heteronomia exigida pela hierarquia religiosa. A busca por autonomia para conduzir o projeto da universidade era contraposta à necessidade de obediência às normas e orientações da Companhia de Jesus.

O pe. Vaz estava inserido num contexto complexo que contemplava sua relação com a ordem religiosa, na qual estava submetido, mas ao mesmo tempo também estava sujeito a autoridade do arcebispo de Goiânia, Dom Fernando, que era o grão chanceler da universidade. Essas relações ilustravam as dinâmicas de poder presentes no campo religioso. A necessidade de lidar com um superior hierárquico, exigia do pe. Vaz habilidades de negociação e adaptação, inclusive para a manutenção do seu *status quo*.

Ao mesmo tempo que o pe. Vaz desejava permanecer na UCG, ele deveria ter em mente o seu voto de obediência à Companhia de Jesus que desejava o

¹⁸⁴ AMDG é a abreviatura da expressão latina *ad maiorem Dei gloriam*, que significa "para maior glória de Deus", este é o lema da Companhia de Jesus.

transferir para a PUC Rio. Sendo assim, pe. Vaz teve que empreender “um jogo”, onde como um bom jogador recorreu ao superior geral da ordem religiosa, elencando os motivos que justificavam a necessidade de sua permanência em Goiânia, ele precisou ser um jogador bem articulado, pois precisava ponderar os interesses da instituição religiosa com os interesses da UCG.

O pe. Vaz estava inserido numa rede de relações que influenciou para sua permanência em Goiânia, tanto dentro da Companhia de Jesus quanto no campo acadêmico e na política local. Bourdieu (1996, p. 144) afirma que “o bom jogador é aquele que antecipa em seu jogo, que está adiante no jogo”. As necessidades da universidade, as relações estabelecidas com o governo, o bom andamento da comunidade acadêmica, foram importantes para o avanço institucional e pesaram na decisão que resultou na sua permanência como reitor por mais um mandato. A capacidade do pe. Vaz de construir e manter relações de confiança com diversos atores sociais lhe proporcionaram a legitimidade de permanecer na liderança da universidade.

O final deste primeiro mandato foi marcado também por crise interna entre os jesuítas, pe. Luis Quevedo¹⁸⁵ (membro da comunidade jesuítica de Goiânia) em carta ao superior geral da Companhia de Jesus, pe. Pedro Arrupe, afirmou que o reitor, pe. Vaz, é um bom administrador, porém, prefere trabalhar sozinho tendo um estilo de liderança mais individualista, com isso tirou praticamente todos os padres jesuítas da administração da universidade causando descontentamento entre a comunidade religiosa.

O Pe. Reitor parece-me um bom administrador, experimentado e eficiente. No entanto, alguns Padres parecem não confiar nele. Queixam-se de que despediu os nossos (padres) que colaboravam na administração da Universidade, dizem que gosta de trabalhar sozinho. Parece-me que as queixas e mágoas não dividem totalmente a comunidade. Não há clima de “partidos”. Há um pouco de descontentamento. Na prática, o Reitor está só frente aos problemas de gerência da Universidade, e o resto não assumimos suficientemente os mesmos. Talvez o próprio Reitor tenha um pouco de culpa, embora eu não, endossar as críticas que se lhe fazem (Quevedo Campo, 1976, p. 3).

¹⁸⁵ Carta do pe. Luis Gonzáles-Quevedo Campo, ao superior geral, pe. Pedro Arrupe. Rio de Janeiro, 1 de janeiro de 1976. Arquivo Romano da Companhia de Jesus.

Em 1976, a comunidade jesuítica em Goiânia era composta por 14 membros, 13 padres e um irmão: pe. José Carlos Lima Vaz; pe. Héber Salvador de Lima, pe. Fabriciano Ayuela, pe. Victoriano Baquero Miguel, pe. Manuel Angel Fernández Suárez, pe. Casimiro Garcia, pe. Luis González-Quevedo Campo, pe. Antônio Iasi, pe. Délio Moreira de Araújo, pe. Guaraci Pacheco, pe. Luis Palacín Gómez, pe. Ignácio Pérez Rodríguez, pe. Luiz Thomazi e Ir. Januário Carriello (*Catalogus Provinciarum*, 1976)¹⁸⁶. Além do reitor, apenas o pe. Victoriano Baquero Miguel era o diretor do departamento de psicologia, os demais jesuítas não ocupavam nenhuma função de governo dentro da Universidade Católica de Goiás como podemos ver no quadro abaixo, confirmando as informações de pe. Luis Quevedo.

Quadro 19: A Administração da Universidade Católica de Goiás- 1977

Pe. José Carlos de Lima Vaz, S.J.	Reitor
Pe. José Antônio Lanuza Meseguer	Vice-Reitor
Prof. José Augusto Costa	Vice-Reitor
Prof. Jônathas Silva	Decano do CCH
Prof. Augusto César	Decano do CTC
Pe. José Dias de Moraes Cunha	Diretor do FIT
Prof. Crispim Silva Araújo	Diretor do JUR
Pe. Victoriano Baquero Miguel, S.J.	Diretor do PSI
Profa. Neuza de Oliveira Machado	Diretora do EDU
Profa. Vera Maria Tietzmann Silva	Diretora do LET
Profa. Terezinha Mendes Marra	Diretora do HCS
Prof. Pedro Wilson Guimarães	Diretor do ARQ
Prof. José Afonso Rodrigues Alves	Diretor do MAF
Prof. Joadir Costa	Diretor do ECO
Prof. João Alves de Castro	Diretor do CBG
Prof. Marlene Maria de Carvalho Salum	Diretora do ENF
Pe. José Pereira de Maria	Representante da SGC
Profa. Maristela Ferreira Leite	Representante do CCH
Prof. Maurício Roriz	Representante do CTC

Fonte: Relatório de Atividades da Universidade Católica de Goiás 1977-1978.

O pe. Vaz, como reitor da universidade e superior da comunidade religiosa local possuía um capital administrativo e religioso considerável, o que lhe conferia um poder significativo (Bourdieu, 1992). As queixas dos demais padres contra o pe. Vaz revelam uma luta simbólica pela legitimidade e pelo controle do campo. Ao acusá-lo de centralizar o poder, eles questionam a sua forma de exercer a liderança. A estrutura social desse campo é hierárquica, logo o reitor concentrava em suas mãos um maior poder que desafiava a estrutura e gerava tensões.

¹⁸⁶ *Catalogus Provinciarum Necnon Viceprovinciarumbrasileae Societatis Jesu*, 1976.

A posição do pe. Vaz como reitor lhe conferia um capital simbólico considerável, em decorrência do seu tralho e do desenvolvimento institucional proporcionado durante a sua administração. Esse capital foi fundamental para a sua atuação e para a manutenção de suas relações de poder no campo acadêmico.

Com o aval do superior dos jesuítas e do arcebispo de Goiânia, pe. Vaz foi reconduzido ao cargo de reitor da Universidade Católica de Goiás para mais um mandato de três anos.

Até hoje, o Arcebispo de Goiânia tem aceitado a indicação do Superior competente para o exercício do importante cargo. No dia 24 de maio último, quando da visita que o Padre Provincial me fez, em companhia de Vossa Reverendíssima, pedi a ele a permanência de V. Revma., em face dos projetos de ampliação e expansão da UCG. Creio que a Companhia de Jesus e a Arquidiocese concordam e desejam um trabalho integrado da Universidade com o Plano Pastoral da Arquidiocese. Nesse sentido, V. Revma. foi recentemente reconduzido, na qualidade de Reitor da UCG, como membro do Conselho Presbiteral entre os escolhidos pelo Arcebispo. Sou muito grato pelo trabalho realizado por V.Revma. e espero continuar a merecer sua esclarecida colaboração no triênio que se inicia a partir de 9 de setembro. A UCG está a exigir um esforço conjunto, em favor desta vasta região que se acha em pleno desenvolvimento. Mais do que um mero relacionamento estatutário, requer-se uma ação efetiva e eficaz da UCG e da Arquidiocese que instituiu a Universidade, conseguiu o seu reconhecimento oficial e a considera valioso e indispensável meio de formação cristã dos homens que irão influir nos destinos de Goiás. Como sabe, esta é missão da Arquidiocese e a razão de ser da Universidade Católica (Santos, 1976, p. 1)¹⁸⁷.

O novo mandato do pe. Vaz iniciou com o estabelecimento de um Plano Diretor Trienal que passou a ser o roteiro das atividades da reitoria nas áreas acadêmicas e administrativas. Este plano concentrava-se em três princípios básicos: primeiro, busca de autenticidade da Universidade Católica de Goiás como uma instituição a serviço de um ideal e de uma visão cristã para o homem e para a sociedade. Segundo, adequar o crescimento da UCG e suas atividades às exigências e aspirações da comunidade local, bem como as diretrizes oficiais para o desenvolvimento da região geo-educacional em que está inserida. Terceiro, adoção de um processo permanente de racionalização, visando a otimização do processo produtivo da universidade e abrangendo a programação acadêmica; sistemas de

¹⁸⁷ Carta de Dom Fernando Gomes dos Santos ao padre José Carlos de Lima Vaz, reitor da Universidade Católica de Goiás. Goiânia, 12 de julho de 1976. Arquivo da Província dos Jesuítas no Brasil.

registros, controles e estatísticas de ensino; sistema financeiro, patrimonial e de pessoal (Relatório 1977-1978, p. 27).

O objetivo do plano estratégico era de uma expansão quantitativa e qualitativa do sistema da universidade, com o desejo de atingir o limite máximo de doze mil alunos, expansão das áreas de saúde e tecnologia, equilíbrio orçamentário, através da adequação da receita ao custeio e investimento necessários. O plano desejava atender ao crescimento natural da população estudantil e adequação da oferta à demanda e às necessidades previsíveis dentro dos planos de desenvolvimento.

Foram estabelecidas metas que visavam criar novos cursos, ampliar os cursos existentes, definir a expansão do sistema, do espaço físico e dos equipamentos de ensino. Criar e implantar a coordenação geral de Pesquisa e Difusão Cultural. Além disso, era necessário ampliar e dinamizar as atividades de ação comunitária como elemento pedagógico e como instrumento polarizador de iniciativas e atividades universitárias complementares aos procedimentos do ensino formal e das atividades administrativas. Oferecer à comunidade, sob forma de serviços especiais, atividades que a Universidade desenvolvia internamente. O plano tinha a preocupação de criar novas fontes de recursos e ampliar as existentes para manutenção e avanço da instituição. Uma das estratégias utilizadas foi a criação de um órgão encarregado de elaborar projetos que visavam captar recursos especiais em órgãos estatais ou privados, além de dinamizar a receita operacional.

Dentro das diretrizes do Plano Diretor, procurou a Reitoria delegar a execução dos programas às Vice-Reitorias e entrosar a atividade mediante avaliação e estudo conjunto dos problemas e propostas que se fizeram nas reuniões semanais das tardes das quintas-feiras entre o Reitor, Vice-Reitores e Decanos. Esta estratégia teve como consequência uma maior dinamização das atividades dos Centros, Departamentos e demais órgãos que puderam sentir-se mais à vontade para suas iniciativas (Relatório 1977-1978, p. 29).

O Plano Diretor Trienal estabelecido na segunda administração do pe. Vaz representou um marco importante na história da Universidade Católica de Goiás. Esse plano com os princípios básicos e metas específicas, delineou um caminho claro para o desenvolvimento da instituição e a projeção para o futuro. Através de uma visão estratégica e com objetivos bem definidos a reitoria desejava uma expansão quantitativa, mas que tivesse qualidade de ensino e pesquisa. Havia também a preocupação em adequar a universidade às demandas regionais, diante do seu desenvolvimento. A criação de novos cursos era uma forma de responder a esses

anseios. Sendo assim, o plano contribuiu para a expansão da universidade em termos de infraestrutura, oferta de cursos e número de alunos.

A década de 1970 foi um período de grande crescimento populacional em Goiás, segundo informações do GeoBrasil (2000), foi o segundo maior Estado a receber migrantes de diversas regiões do Brasil. Goiás passava por um processo de industrialização, principalmente por meio da implantação dos distritos industriais. Exemplo concreto dessa política foi a implantação do Distrito Agroindustrial de Anápolis (DAIA), que se efetivou graças a relação entre a classe empresarial de Anápolis e os governos municipal, estadual e federal (militar), nas pessoas de seus governantes Irapuan Costa Júnior, Leonino de Ramos Caiado e Ernesto Geisel, respectivamente. Nesse período o contexto político-econômico do Brasil estava marcado por uma política “cujas ações estratégicas se estruturavam a partir do tripé segurança, desenvolvimento e conhecimento, que buscava a expansão da fronteira do desenvolvimento nacional” (Cunha, 2010, p. 70).

O contexto desenvolvimentista de Goiás tornou-se propício para a expansão da universidade. O crescimento populacional, a industrialização e as políticas governamentais favoreceram o aumento da demanda por educação superior, o que, por sua vez, impulsionou o crescimento da UCG. A administração do pe. Vaz, com seu Plano Diretor, foi fundamental para orientar esse processo de expansão institucional, vendo nela a possibilidade de aumentar o número de alunos, colaborando assim, para a manutenção da universidade.

Como parte das medidas estratégicas do Plano Diretor, foi implantado o Serviço de Processamento de Dados, coordenado pelo pe. José Antônio Lanuza. Além disso, houve um significativo desenvolvimento da pesquisa arqueológica, antropológica e da paleo-história por meio do Gabinete de Arqueologia, que mais tarde se tornaria o Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia (IGPA). Outro destaque foi a implementação do projeto de aperfeiçoamento do corpo docente, permitindo que professores se licenciassem com remuneração para cursar mestrado e doutorado. Ainda nesse ano, o pe. José Maria Pereira assumiu a secretaria da SGC, substituindo mons. Nelson Fleury, que havia sido transferido para Ipameri.

Outro destaque importante foi o incentivo à pesquisa, sobretudo na área arqueológica e antropológica, que vem sendo divulgada ao grande público pela imprensa e que já deu, pela primeira vez, projeção internacional à UCG. É mérito do Prof. Altair Sales Barbosa e do pesquisador Wolff Jesco Von

Puttkamer do Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia. Desenvolveu-se também neste período, sob a supervisão do Prof. Edgar Graeff, a pesquisa de novas metodologias no ensino de Arquitetura, que projetou a UCG em nível nacional (Vaz, 1979a, p. 45).

Em 1977 foi assinado um convênio entre a universidade e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) vinculada ao Ministério da Educação, que possibilitou o início do envio sistemático de docentes para os estudos de pós-graduação no Brasil e no exterior. Os docentes continuavam a receber seu salário mais a bolsa de incentivo da CAPES. A UCG utilizou esses recursos para a melhoria de ensino através da capacitação do Corpo Docente. Abaixo podemos ver a tabela de professores licenciados com remuneração para a pós-graduação.

Tabela 4: Os Professores com Licença Remunerada para estudos de Pós-Graduação

Semestre	Instrutor	Auxiliar	Assistente	Adjunto	Titular
1977/1	05	-	03	02	-
1977/2	02	04	-	05	01
1978/1	10	-	09	01	-
1978/2	04	03	04	03	-
Total	21	07	16	11	01

Fonte: Relatório de Atividades da Universidade Católica de Goiás 1977-1978.

A tabela apresentada abaixo demonstra um crescimento expressivo no número de alunos da Universidade Católica de Goiás durante o segundo mandato do pe. Vaz. Essa expansão numérica é um indicativo do crescimento da instituição durante a sua administração.

Tabela 5: O Número de alunos na Universidade Católica de Goiás 1977-1978

Curso	1977/1	1977/2	1978/1	1978/2
Direito	1.131	1.181	1.228	1.187
Pedagogia	685	837	690	668
Psicologia	877	1.032	1.098	1.123
Letras Português	172	194	146	176
Letras Inglês	162	133	199	159
História	98	175	107	141
Estudos Sociais	57	100	86	119
Serviço Social	416	377	472	467
Ciências L.P.	357	319	449	461
Arquitetura	305	292	302	310
Matemática	125	112	96	77
Física	15	12	13	11
Ciências Biológicas	127	113	69	50
Geografia	144	184	146	155
Ciências Econômicas	968	1.012	1.034	992
Ciências Contábeis	726	803	837	808
Administração	1.013	1.038	1072	1.034
Enfermagem	377	360	395	367
Engenharia	131	130	203	201
Ciências Biomédicas	93	92	151	151
Total	7.979	8.496	8.793	8.693

Fonte: Relatório de Atividade da Universidade Católica de Goiás 1977-1978.

Observa-se um aumento relevante no número de alunos ao longo de cada semestre, isso indicava o crescimento contínuo da instituição. A variação no número de alunos por curso é significativa, mostrando que alguns cursos tiveram maior adesão do que outros. Esse crescimento pedia da própria universidade um ensino de qualidade, com corpo docente habilitado e infraestrutura adequada que atendesse a necessidade de cada curso. O crescimento da instituição exigiu uma gestão mais complexa que pudesse atender todas as demandas.

Com esse crescimento expressivo havia a necessidade de melhorias estruturais da universidade, como a ampliação do espaço físico de vários departamentos, inclusive com a projeção de abrir novos cursos, sendo assim, foi cogitado a possibilidade de fazer um empréstimo de vinte seis milhões de cruzeiros através da Caixa Econômica Federal para esses investimentos. Dom Fernando ponderou que considerava pesada a responsabilidade de assumir um compromisso como esse, na dependência do futuro para o pagamento da dívida, via o cenário com muita imprevisão para esse tipo de contrato, além dos problemas que poderiam advir, segundo o comportamento da inflação (Ata SGC, 1977, p. 23).

Diante da argumentação foi levantada a hipótese de reduzir o valor do empréstimo à metade e suplementar a outra com recursos próprios. Uma outra possibilidade levantada foi lotear uma parte da Chácara São José de trinta mil metros quadrados, que ficava na divisa de Goiânia com Aparecida de Goiânia pertencente a UCG. O objetivo do plano de loteamento era com a finalidade de “tirar o suporte financeiro necessário aos planos de crescimento da UCG” (Ata SGC, 1977, p. 25). A administração superior da universidade buscava meios para transformar sua capacidade econômica em capacidade financeira, com a finalidade de manter e expandir a instituição diante de suas necessidades. Porque até neste determinado momento os recursos financeiros não eram suficientes para suprir os custos. Por fim, houve a intervenção do reitor, pe. Vaz, que frisou a necessidade de maior espaço físico na universidade em decorrência da explosão da população universitária. Assim, propôs que,

em vez de financiamento, passava a pedir um voto de confiança diante da resolução de dispensar o empréstimo, para realizar o plano com recursos próprios e possível participação dos órgãos de governo já sensibilizados com os incentivos que devem dar às universidades particulares (Ata SGC, 1977, p. 25).

Desde modo, a proposta foi aprovada acrescida do projeto do loteamento de parte da Chácara São José, posto isto, foi dado um voto de confiança ao padre reitor diante de sua proposta, o pedido do financiamento foi descartado, e a busca por recursos tomou outros rumos.

Este cenário que a universidade viveu era complexo e desafiador, de um lado havia a necessidade de conciliar a expansão de qualidade, aliada à escassez de recursos financeiros, diante desses dilemas, era exigido dos gestores da instituição soluções estratégicas e criativas. A opção pelo empréstimo bancário poderia ser a solução mais rápida, mas implicava uma dívida a mais para a instituição. A alternativa do loteamento da Chácara São José visava transformar um ativo imobiliário em recursos financeiros para investir na expansão da universidade, mas acabou, que essa proposta não chegou a efetuar-se. A proposta do reitor, visando buscar recursos próprios e parcerias com o governo representava uma alternativa mais lenta, a longo prazo, que pedia maior esforço de gestão e negociação, afinal evitava o endividamento e permitia uma maior autonomia institucional.

Em 1978 levantou-se a proposta da necessidade de criar-se mais um curso de medicina em Goiânia, diante da insistente solicitação das famílias de alunos e devido ao crescimento da região central do Brasil. Perante a proposta, o arcebispo, abriu o debate colocando algumas questões preliminares: 1- Se há interesse? 2- Se a universidade se dispõe de meios? 3- Se é oportuno abrir o curso? (Ata SGC, 1978, p. 27). Diante das provocações de Dom Fernando, os membros da SGC, mantenedora da universidade sugeriram que a matéria fosse levada ao grande público para pesquisa de opinião de todos os seguimentos da sociedade, afinal a SGC não poderia assumir um compromisso desse sem um estudo prévio. Portanto, coube a reitoria da UCG realizar um estudo prévio de consulta para uma maior reflexão das possibilidades desse novo curso. A proposta era de transformar o curso de Biomedicina em Medicina, também foi cogitado se a Santa Casa de Misericórdia de Goiânia teria condições técnicas de acolher o instituto anatômico necessário para o curso.

Coube ao padre reitor dar os encaminhamentos para a consulta prévia, sendo assim, foram distribuídas ao público circulares explicativas do estado em que se encontrava a questão do curso de ciências Biomédicas; e também, a gestão junto aos médicos da Santa Casa para estudo de um protocolo para a estruturação do Hospital-

Escola, ainda em nível informal (Ata SGC, 1978, p. 32). Mesmo com todo esse trabalho, a proposta não prosperou, logo o curso de Medicina não foi aberto.

O pe. Vaz em 9 de maio de 1978 recebeu do Governo do Estado de Goiás a comenda de Grã-Cavaleiro da Ordem do Mérito Anhanguera pelos relevantes serviços prestados à sociedade, e o reconhecimento do Estado à Universidade Católica de Goiás.

No final do segundo mandato do pe. Vaz, a preocupação da reitoria foi de melhorar a estrutura física e os equipamentos, permitindo um melhor aprimoramento dos cursos. Desse modo, no final de 1979 foram concluídos três pavilhões de laboratórios e salas de aulas, o novo ateliê do curso de arquitetura com todos os equipamentos necessários. A universidade em convênio com o Ministério da Educação importou mais equipamentos de última geração vindos da Alemanha, com a finalidade de equipar os laboratórios.

Ao mesmo tempo, a UCG concluiu com o PREMESU/MEC o convênio para importação, à conta ' de recursos do MEC, de equipamento mais sofisticado, procedente da Alemanha destinado a estes Laboratórios. Sua chegada instalação está prevista para o 2o semestre de 1979. O grande mérito da feliz conclusão deste projeto, arrojado e quase milagroso, por ter sido feito com restos de verbas e economias, deve ser atribuído à tenacidade e senso administrativo do Prof. José Augusto Costa, Vice-Reitor Administrativo, coadjuvado por seu irmão, Prof. Joadir Costa, Decano do Centro Técnico Científico e do Prof. Dorival Pedroso, coordenador trabalhos técnicos (Vaz, 1979a, p. 44-45).

A universidade focou nos projetos de incentivo e desenvolvimento da pesquisa, principalmente na área da arqueologia e antropologia. Destacaram-se o professor Altair Sales Barbosa e o pesquisador Wolff Jesco Von Puttkamer, que por meios de projetos desenvolvidos no Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia deram projeção internacional para a instituição. Na área da Arquitetura foi desenvolvido a pesquisa de novas metodologias de ensino sob a supervisão do professor Edgar Graeff que projetou a UCG em nível nacional. A diretoria de Ação Comunitária concedeu várias bolsas de estudos como forma de incentivo à pesquisa, principalmente nas áreas de Psicologia, Arquitetura e Arqueologia.

O segundo mandato do padre Vaz, mesmo em meio às crises econômicas, foi marcado pelo desenvolvimento da infraestrutura e da pesquisa na Universidade Católica de Goiás, proporcionando um avanço significativo no crescimento institucional. Seu reitorado foi de grande importância, pois elevou a instituição ao

patamar de universidade, tanto no aspecto acadêmico quanto estrutural. Houve investimentos que resultaram na expansão física e modernização tecnológica, graças as parcerias com o governo federal e as economias da universidade. Tudo isso visava uma melhor qualidade de ensino e fortalecimento da pesquisa, inclusive com o intuito de projeção nacional e internacional da própria universidade. Em 1979 a UCG estava com 9221 alunos matriculados, o que demonstrava um crescimento significativo que foi se dando ao longo da sua trajetória, tanto em número de alunos, como em expansão física, desenvolvimento da pesquisa, ação junto à comunidade, qualificação docente entre outras.

Na próxima seção, abordaremos os acontecimentos e os detalhes que levaram à ruptura com os jesuítas na Universidade Católica de Goiás, ao final do reitorado do pe. José Carlos de Lima Vaz, em 1979.

6 A RUPTURA COM OS JESUÍTAS NA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS-1979

A última seção concentra-se na análise dos fatos que levaram à ruptura com os jesuítas na administração da Universidade Católica de Goiás em setembro de 1979. Esse evento, marcado por sua complexidade, envolveu múltiplos fatores e agentes em um contexto eclesiológico influenciado pelas concepções da Teologia da Libertação. Para a elaboração desta seção, recorreremos a fontes inéditas provenientes dos arquivos jesuítas, incluindo correspondências, documentos eclesiásticos, matérias jornalísticas, atas e outros registros. Além disso, dialogamos com autores como Almeida (1975), Bourdieu (1983b), França Miranda (1986) e Bernardes (2019), cujas abordagens contribuíram para uma compreensão mais aprofundada do ocorrido.

6.1 O contexto eclesiológico da Arquidiocese de Goiânia e sua relação com a Universidade Católica de Goiás

Na década de 1970, Dom Fernando Gomes do Santos, arcebispo de Goiânia, presidente da Sociedade Goiana de Cultura (SGC), mantenedora da Universidade, e grão-chanceler da instituição, orientou que a universidade deveria caminhar em consonância com o modo de proceder da Igreja na América Latina e no Brasil, principalmente diante das diretrizes da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) para a pastoral universitária. Isso é evidenciado nos registros das atas de reuniões da Sociedade Goiana de Cultura, o modo como o arcebispo trazia por primeiro os assuntos relevantes para a Igreja na América Latina e no Brasil no que tange a pastoral, para depois tratar dos assuntos específicos da universidade.

Dom Fernando “referiu-se à importância da SGC como entidade mantenedora da UCG, não apenas sob o aspecto econômico-financeiro, como sobretudo do espírito que deve animar a UCG segundo o espírito dos documentos da Igreja” (Ata SGC, 1976, p. 12). Com essa finalidade, o novo estatuto da Sociedade Goiana de Cultura aprovado em 1977 resguardava que ela deveria,

I- Promover e manter o desenvolvimento da Universidade Católica de Goiás, cuja sigla é UCG; II- Zelar para que as atividades da UCG se desenvolvam num espírito de serviço à comunidade, sob inspiração dos ideais cristãos de

acordo com a ação pastoral aprovada pela autoridade eclesiástica (Estatuto SGC, 1977, art. 2).

Após o Concílio Vaticano II, Dom Fernando Gomes dos Santos fez a opção por um modo pastoral baseado na Doutrina Social da Igreja, vendo os problemas sociais como preocupações do seu episcopado, estando ao lado do povo mais simples e de suas lutas fazendo uma “opção preferencial pelos pobres”, apoiando as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), os movimentos sociais, respaldando os religiosos e leigos perseguidos pelo regime militar, os posseiros envolvidos na luta pela terra e os moradores de ocupações urbanas (Borges, 2011, p. 13). A sua visão eclesiológica estava mais vinculada as realidades sociais e seus desafios, por isso, propunha um modo de ser Igreja mais encarnado na realidade do povo.

A Teologia da Libertação é, em linhas gerais, uma teologia de caráter encarnacionista, que encontra a fidelidade a Deus no serviço ao próximo, o qual se manifesta especialmente nos pobres e esquecidos da sociedade formal. Por isso, podemos ver na Teologia da Libertação três pressupostos iniciais: – uma interpretação da fé cristã através do sofrimento, da luta e da esperança dos pobres; – uma crítica à sociedade e às ideologias que sustentam estruturas de divisão e afastamento entre os seres humanos; – uma revisão da ação da Igreja e dos cristãos desde o ponto de vista dos pobres (Gomez, 2008, p. 26).

Dom Fernando¹⁸⁸ havia participado da II Conferência Latino-americana e Caribenha (CELAM), realizada em Medellín, Colômbia, em 1968. Esta conferência teve como finalidade encaminhar a aplicação do Concílio Vaticano II na vida da Igreja da América Latina. Além disso, abordar os temas que não foram incluídos na pauta conciliar, mas que eram considerados importantes para a Igreja latino-americana, como, por exemplo, a “Igreja dos Pobres” (Beozzo, 1998).

O documento final da Conferência da Medellín mostrou sua preocupação com a educação, pois esta é um fator básico e decisivo no desenvolvimento do continente, com isso, a Igreja deveria ter o propósito de entrosar no processo de transformação dos povos latino-americanos. Particularmente, quanto às Universidades Católicas, o documento assinalava “uma insuficiência na instauração do diálogo entre a teologia e

¹⁸⁸ A Conferência de Medellín foi um marco teológico para Dom Fernando, reforçando sua visão da Igreja em relação aos pobres e ampliando sua preocupação com os oprimidos. Após o evento, ele aprofundou sua interpretação do Vaticano II, assumindo uma opção preferencial pelos pobres. Depois de Medellín, suas declarações sociais se tornaram mais contundentes, defendendo uma Igreja ativa na história e comprometida com a justiça social. Dom Fernando passou a enfatizar que a missão da Igreja era dar um sentido cristão às mudanças do mundo moderno, sempre em defesa dos menos favorecidos (Gonçalves Neto, 2019).

os diversos ramos do saber, diálogo capaz de respeitar a devida autonomia das ciências e de trazer a luz do Evangelho para a convergência dos valores humanos em Cristo” (Documento de Medellín, 1968, p. 21). Desde modo, a educação latino-americana era chamada a dar uma resposta ao presente e ao futuro do continente, propondo uma “educação libertadora” que transformasse o educando em sujeito de seu próprio desenvolvimento.

Diante das necessidades históricas, as universidades católicas latino-americanas eram chamadas a dar sua contribuição:

A universidade deve estar integrada na vida nacional e poder responder com espírito criador e coragem às exigências do próprio país. Deverá auscultar as necessidades reais, para o estabelecimento de suas faculdades e institutos e para estabelecer, simultaneamente, as carreiras intermediárias de capacitação técnica, tendo em vista o desenvolvimento da comunidade, do país e do continente. (Documento de Medellín, 1968, p. 25).

A atuação de Dom Fernando destacava a importância de estar ao lado dos mais necessitados, buscando transformar a realidade e as estruturas sociais que geravam desigualdades. Sua visão de uma Igreja mais libertadora não se restringia à esfera espiritual, mas propunha um envolvimento ativo na transformação da sociedade, contribuindo para a superação dos problemas sociais. Para ele, a fé deveria ser uma força motriz para transformação social.

No relatório da Arquidiocese de Goiânia, exposto na V Assembleia Eclesial do Regional Centro Oeste da CNBB, no final de 1976, é apresentado que a população presente em todo o território da Arquidiocese, composta por Goiânia e os 19 municípios do entorno, era de aproximadamente um milhão de habitantes, quase um quarto de população do Estado de Goiás, que era de aproximadamente quatro milhões de habitantes. A década de 1970 foi de grande explosão demográfica em Goiás, devido ao fluxo migratório. Com uma economia baseada na pecuária e agricultura, e ainda fraca no processo de industrialização, não havia um processo econômico que sustentasse o crescimento migratório. Sendo assim,

do que ficou dito, infere-se um quadro social duramente realista para Goiânia e suas cidades vizinhas, isto é, para a Arquidiocese de Goiânia: de um lado, uma grande parcela de população pobre cresce dia a dia, sem nenhuma chance de se recuperar, nem a longo prazo e, de outro lado, uma pequena minoria que goza dos benefícios do avanço urbano-industrial ou do chamado desenvolvimento. Basta lembrar que a desqualificação profissional dos migrantes campo-cidade leva ao desemprego (ou sub-emprego) leva à escassez econômica à marginalidade social, alimentícia, habitacional, sanitária, familiar, educacional, psicológica, e cultural... (Revista da Arquidiocese, 1977a, p. 38).

Neste momento da história, o plano pastoral da Arquidiocese de Goiânia apresentado para 1977-1978, fundamentou-se em parâmetros sócio libertadores para orientar seu exercício evangelizador.

O objetivo fundamental de toda a ação pastoral é sempre a EVANGELIZAÇÃO, que não se limita ao anúncio da mensagem evangélica, mas procura encarná-la nas múltiplas manifestações da vida particular, familiar, profissional pública. Somos cristãos. Na medida da capacidade de cada um temos o dever de continuar sem vacilações, a missão de Cristo. Vamos, pois buscar no Evangelho o roteiro seguro que nos impulsiona a agir de acordo com a vontade Pai que O enviou. A Palavra de Deus: Lucas 4, 16-21. Dirigiu-se Jesus a Nazaré, onde se havia criado. Entrou na Sinagoga em dia de sábado, segundo o seu costume, e levantou-se para ler. Foi-lhe dado o livro do profeta Isaías. Desenrolando o livro, escolheu a passagem onde estava escrito: O Espírito do Senhor está sobre mim, porque ele me ungiu. Enviou-me para: 1- LEVAR A BOA NOVA AOS POBRES; 2- SARAR OS CORAÇÕES CONTRITOS; 3- ANUNCIAR AOS CATIVOS A REDENÇÃO; 4- AOS CEGOS A RESTAURAÇÃO DA VISTA; 5- PÔR EM LIBERDADE OS OPRIMIDOS; 6- PROCLAMAR O ANO DA GRAÇA DO SENHOR (Revista da Arquidiocese, 1977a, p. 121).

As linhas básicas escolhidas por Dom Fernando para o plano pastoral foram baseadas no texto bíblico contido na citação acima, que deveriam ser realizadas nos diversos ambientes. Ele dizia que cada um, “na medida das possibilidades e condições em que se encontra, está convidado a assumir este compromisso diante de Deus e dos homens”, assim ele continua dizendo que o dever da Igreja é levar Cristo a todos os homens “sobretudo aos mais necessitados ou mais desejosos de aceitá-lo: os pobres, os humildes, os marginalizados, os oprimidos” (Revista da Arquidiocese, 1977a, p. 124).

Figura 28: Dom Fernando Gomes dos Santos-1977



Fonte: Revista da Arquidiocese, 1977b.

Diante desse contexto, a resposta que Arquidiocese deu foi a formação das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), como ponto agregador das pessoas em uma “comum unidade com os irmãos e com eles libertando-se em Cristo, através de sua ação histórica de transformação do mundo em que opera nossa Igreja Arquidiocesana” (Revista da Arquidiocese, 1977a, p. 39).

As Comunidades Eclesiais de Base – CEBs, surgem como operacionalização da Teologia da Libertação. Ela toma fôlego com Medellín e Puebla e se expandiu por todo continente. Essas milhares de Comunidades Eclesiais de Base - CEB's relacionam Evangelho e Vida, num processo lento e difícil. A Palavra motivava a se interessar pelos problemas da vida cotidiana como água, luz, esgotos, ruas, posto médico, escolas. Aos poucos foi-se evoluindo e se abriu para as questões sociais: participação nos sindicatos, nos movimentos populares diversos, partido, entre outros (Dos Santos; Dos Santos Corrêa, 2023, p. 7).

Nesse sentido, as Comunidades de Bases na Arquidiocese de Goiânia deveriam desempenhar um papel central na abordagem das questões sociais, com a finalidade de se tornarem uma força motora para a transformação da sociedade. No plano de pastoral arquidiocesano consta que “as Comunidades Eclesiais de Base (CEBS) constituem uma necessidade urgente, nas atuais circunstâncias deste Igreja Particular” (Revista da Arquidiocese, 1977a, p. 129).

Atualmente, Dom Fernando, considera a criação das Comunidades Eclesiais de Base, onde os agentes pastorais leigos pessoas das próprias comunidades - colocam os problemas tanto religiosos como econômicos e sociais em debates, buscando-se, então, uma solução comunitária. Esse trabalho de Igreja, conforme as inspirações do Vaticano II, é hoje considerado em toda parte, o sinal mais eficiente da renovação autêntica, para a vida do mundo. (Revista da Arquidiocese, 1977b, p. 452).

A população da Arquidiocese crescia com muita rapidez diante do fluxo migratório, principalmente na capital, os bairros se multiplicavam, sendo assim, era preciso uma metodologia para levar a presença viva e organizada da Igreja ao povo que lá estava. O número de padres era bem reduzido nesse período e não conseguia acompanhar, proporcionalmente, o crescimento demográfico. Desde o modo, por meio de seu plano pastoral, a Igreja de Goiânia potencializou a sua ação em meio aos diversos bairros, através das CEBs, que tinham como missão, serem “fermento do Evangelho” na comunidade a que se servem, os agentes de pastorais das CEBs deveriam preocupar-se de descobrir, formar e organizar os valores da comunidade, até que ela possa dispensar a colaboração de elementos de fora e desenvolver-se com elementos de seu próprio meio.

Daí para cá, as CEBs passariam a ser elementos constantes, nas preocupações da Arquidiocese Goiânia, e parte integrante de seu vocabulário Pastoral. Apareciam, então, ainda associadas a Centros Comunitários, a populações gerais de bairros, vilas e setores sociais sem padre, onde um grupo de leigos começava a assumir a iniciativa da vida religiosa local, sob a dependência (orientação) direta de membros da Hierarquia, de religiosas ou de certos movimentos. (O certo é que esses núcleos apareceram e se multiplicaram, rapidamente, na Arquidiocese, com denominações e características variadas) (Revista da Arquidiocese, 1977a, p. 40).

Essas estruturas de articulação eclesial, tinha como finalidade ser um ambiente onde a fé é viva e vivida de maneira comunitária, possibilitou o surgimento de muitas outras pastorais e ministérios leigos. “Todos esses papéis são valorizados, incentivados e coordenados para promover o bem comum, refletindo uma Igreja viva que se renova a partir de suas bases” (Dos Santos; Dos Santos Corrêa, 2023, p. 7). No quadro abaixo podemos ver as pastorais existentes na Arquidiocese de Goiânia nesse período:

Quadro 20: Relação das Pastorais na Arquidiocese de Goiânia - 1977

	PASTORAIS ARQUIDIOCESENAS
01	Catequese
02	Pastoral Social
03	Pastoral Vocacional
04	Pastoral Familiar
05	Pastoral Educacional
06	Pastoral Universitária
07	Pastoral de Juventude

08	Pastoral Rural
09	Pastoral de Saúde
10	Meios de Comunicação

Fonte: Revista da Arquidiocese, 1977a, p. 131-139.

Diante desse contexto, o arcebispo desejava aliar a fé com o compromisso social. Assim, Dom Fernando entendeu que a Universidade Católica não poderia ficar de fora, mas deveria colaborar na formação de profissionais comprometidos com a justiça social.

O projeto de integração da Universidade com a Comunidade, através de atividades organizadas de estágio e extensão, passou a ter grande ênfase a partir de 1977, com a implantação da Coordenação Central sob a direção das Professoras Eleusa Bilemjian Ribeiro e Ângela Maria Lacerda. Hoje é uma atividade pujante e vitoriosa, no trabalho comunitário no Jardim Novo Mundo e Setor Criméia, no trabalho dos alunos de Psicologia no São Cotolengo (Trindade), no Adauto Botelho, no CEPALGO, dos alunos de Educação nas escolas de 1º. e 2º. grau de Goiânia, dos alunos de Enfermagem em várias unidades hospitalares Centros de Saúde, do trabalho dos alunos Bio-médicos em Goianira e bairros da periferia, dos alunos de Arquitetura no estudo do problema da habitação popular e favelamento em Goiânia, além das atividades normais dos estágios curriculares. Nesta atividade deve ser destacado o perfeito entrosamento e ação conjunta da UCG com órgãos públicos e privados, de modo especial com o Projeto Rondon (Vaz, 1979a, p. 44).

Nesse sentido, foi criado o Serviço de Assistência Jurídica da Faculdade de Direito da UCG, com a finalidade de atender a comunidade carente, este foi um passo importante no sentido de levar os universitários a participarem de maneira concreta do Plano Pastoral da Arquidiocese de Goiânia (Ata SGC, 1978). Dom Fernando enfatizava que o plano pastoral era arquidiocesano e esperava que ele fosse acolhido na universidade por parte dos professores e alunos, nos quais depositava grande esperança, considerando que nessa área se concentrava uma força de trabalho de grandes possibilidades para a transformação social. Sobre a pastoral universitária, o plano pastoral orientava:

A Pastoral Universitária não se restringe, apenas, a professores e alunos da Universidade Católica, mas a todas as pessoas de nível superior do ensino: profissionais, professores, alunos ou não, dentro e fora da Universidade, que se preocupem pela reflexão, vivência e ação pessoal, grupal e comunitária. Sobre o assunto a Santa Sé, com a colaboração das Conferências Episcopais, sob a coordenação da Sagrada Congregação, tem promovido estudos. A Sociedade Goiana de Cultura - SGC - está empenhada em oferecer à Universidade Católica, subsídios para reflexão e dinamização do Setor. (Revista da Arquidiocese, 1977a, p. 135).

Durante o segundo mandato de reitor do pe. Vaz, as ideias da Teologia da Libertação começaram a influenciar na administração da Universidade, pois era a orientação do arcebispo para toda a arquidiocese, sendo assim a UCG avançou no

programa de extensão universitária, principalmente, através de projetos sociais junto a diversas camadas mais carentes da sociedade goianiense, com a finalidade de colaborar com a transformação social.

Diante do posicionamento eclesiológico libertador do arcebispo baseado na reflexão latino-americana, houve por parte do reitor, uma certa desconfiança. O pe. Luis Quevedo escreveu “alguns padres, entre os quais o próprio reitor, manifestam excessiva desconfiança frentes às correntes mais “avançadas” da Igreja atual (Medellín, Carta da Gávea, Dom Helder, Teologia da Libertação, etc)” (Quevedo Campo, 1976, p. 3).

O pe. Vaz apontou, que nesse período havia uma visão unilateral da Igreja, onde prevalecia o modo pastoral que evocava o engajamento político. Ele criticava que havia uma ótica horizontalista que reduzia a evangelização ao aspecto social. “Parece-me haver uma ditadura ideológica em marcha, impondo à Igreja uma única posição na sua ação evangelizadora” (Vaz, 1978a, p. 1)¹⁸⁹. A crítica do referido padre, não à justiça social, mas ao modo de “politização” que a Igreja em Goiânia e no Centro Oeste foram adotando para o seu modo pastoral. A busca por conciliar a fé cristã com o engajamento político-social pode gerar tensionamentos e debates internos.

Esta relação revelava um conflito de visões sobre o papel da Igreja e da universidade na sociedade. Dom Fernando tinha um projeto de Igreja mais progressista que buscava o engajamento social, alinhada à Teologia da Libertação. O pe. Vaz, como reitor, buscava construir um projeto institucional que não estava ligado diretamente a esse modo de ser igreja. Na visão de Bourdieu (1983), o *habitus* é um sistema de disposições duráveis que estrutura as percepções, as ações e as práticas da pessoa. Deste modo, o *habitus* de Dom Fernando estava vinculado ao compromisso social, com uma visão politizada de crítica a realidade. Já o *hábitus* do pe. Vaz, como jesuíta, embora comprometido com a justiça social, tinha uma visão menos confrontativa e mais institucional e tradicional, buscava construir um projeto universitário menos ligado ao ativismo social direto.

¹⁸⁹ Pe. José Carlos de Lima Vaz, Documento dos Coordenadores de Pastoral do Centro-Oeste – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, 1978a.

A relação entre ambos era marcada por uma dinâmica de poder complexa. Dom Fernando, como arcebispo, tinha um poder institucional e simbólico que lhe permitia orientar e influenciar as decisões da UCG. Por outro lado, pe. Vaz, na função de reitor, gozava de certa autonomia na condução da universidade, mas sujeito à autoridade de Dom Fernando, que atuava como grão-chanceler da instituição. As diferentes visões sobre o papel da Igreja e da universidade foi um dos elementos que contribuiu para o distanciamento entre os dois.

É perceptível que neste segundo mandato do pe. Vaz, a universidade foi perdendo a autonomia frente ao governo arquidiocesano, diante das constantes intervenções do arcebispo, isso fez com que o desgastes entre reitor e arcebispo aumentassem mais ainda.

6.2 As questões patrimoniais envolvendo a Universidade Católica de Goiás

Outro fato que agravou a situação foi que desde 1976, o arcebispo tinha solicitado a reitoria da UCG o estudo das providências jurídicas necessárias, com a finalidade de transferir a metade da Chácara São José que pertencia a universidade para a Arquidiocese de Goiânia. Nesse período a Arquidiocese passa por dificuldades financeiras para financiar as atividades do Secretariado de Pastoral Arquidiocesana-SPAR, que estava sob a orientação e condução do pe. José Pereira

Entretanto, breve os problemas começaram a surgir. No segundo semestre de 1976 o Arcebispo solicitou da Reitoria da UCG o estudo das providências jurídicas necessárias, a fim de possibilitar a transferência de propriedade da metade da Chácara São José, da UCG para a Arquidiocese. Estudada a proposta, o Reitor procurou mostrar ao Arcebispo a impossibilidade legal desta transferência e a imprudência que significaria tal cessão de patrimônio da Universidade. Deste fato originou-se, possivelmente, um desencontro que o tempo acentuou. Mais tarde, publicamente Dom Fernando o reconheceria em maio deste ano, falando aos Professores da UCG, quando afirmou “não ser possível esconder as nossas diferenças e divergências, graças aos variados pontos de vista ou de atitudes que realçam a personalidade quer do Arcebispo, quer do Reitor”. A transferência da metade da Chácara para a Arquidiocese não se consumou (Vaz, 1979b, p. 10).

Depois de estudar o assunto da proposta, o pe. Vaz falou com Dom Fernando que não seria viável tal transferência, pois na parte doada pelo Cônego Trindade a escritura era clara em seus fins educacionais, e que seria imprudente por parte da Arquidiocese fazer essa tramitação, pois isso poderia criar problemas com os herdeiros do Cônego Trindade ou de outras pessoas. No que diz respeito a outra parte

da chácara que foi comprada pela universidade, os recursos utilizados advinham de verbas do governo, conforme constava nos balancetes oficiais da universidade de 1961, assinados pelo próprio Dom Fernando. Caso a transferência acontecesse, poderia haver intervenção do governo, e as consequências seriam drásticas para a Universidade e a Igreja. Os jesuítas sempre prezavam pela legalidade civil. Assim relatou pe. Vaz:

A reação do Arcebispo foi explosiva e violenta. Várias vezes, na semana seguinte, voltou a insistir no assunto, ocorrendo cada vez minha negativa e a consequente reação temperamental de Dom Fernando. Por fim, pedi-lhe que, se quizesse fazer o que pretendia, tivesse a lealdade de avisar-me antes de sua intenção, porque eu pediria então ao Pe. Provincial licença para exonerar-me antes do cargo. Não podia, em consciência, envolver minha pessoa e a Companhia de Jesus, mesmo indiretamente, num assunto que contrariava minha consciência. Calou-se, então, e não voltou mais a falar no assunto (Vaz, 1979c, p. 4)¹⁹⁰.

Como a proposta de transferir parte da chácara para a Arquidiocese não se concretizou, surgiu, então, a ideia de lotear a parte dela que estava situada em Aparecida de Goiânia. Com isso, Dom Fernando desejava que uma porcentagem dos recursos arrecadados fosse destinada à manutenção da pastoral arquidiocesana, que passava por crises financeiras. Segundo Martins (2010), a direção da universidade se opunha à utilização dos recursos provenientes do loteamento da chácara para a Arquidiocese de Goiânia, pois a propriedade havia sido adquirida com recursos do Ministério da Educação. Dessa forma, o bem não poderia ser alienado sem a prévia autorização do governo federal, o que colocaria a universidade em situação de ilegalidade. Essa divergência gerou um desgaste nas relações entre ambos. O pe. Vaz percebia que cada vez mais sua autonomia como reitor ficava comprometida.

Devido a esses conflitos, a proposta do loteamento não chegou a ser concluída naquele momento. De certo modo, Dom Fernando não considerava a legalidade civil como critério principal, priorizando as necessidades da Arquidiocese. Já do lado dos jesuítas, era perceptível, o cuidado e o respeito à legalidade civil.

A questão do desempenho econômico-financeiro-patrimonial exerceu um papel crucial no conflito entre Dom Fernando e o pe. Vaz. A necessidade de recursos para a manutenção e expansão da universidade, somada à crise financeira da

¹⁹⁰ Carta do pe. José Carlos de Lima Vaz a Dom Carmine Rocco, Núncio Apostólico no Brasil. Rio de Janeiro, 3 de dezembro de 1979c. Arquivo da Província dos Jesuítas no Brasil.

Arquidiocese de Goiânia, gerou uma crise e disputas por recursos que intensificaram as tensões entre as partes.

Em 1977 foi atualizado o Estatuto da SGC que dava plenos poderes ao arcebispo de Goiânia como seu presidente e Grão-Chanceler da Universidade Católica de Goiás:

I- Administrar a SGC e representá-la, ativa ou passivamente, em juízo e fora dele; II- Exercer o cargo de Grão-Chanceler da UCG com as atribuições que lhe são reservadas por seu Estatuto; III- Convocar a Assembleia Geral e presidir suas reuniões com direito a veto; IV- Aprovar ou não o Plano Diretor e Proposta Orçamentária apresentados pela Reitoria da UCG; V- Aprovar ou não proposta da Reitoria da UCG sobre alienação ou oneração e bens imóveis e de equipamentos de valor apreciável, exceto os que tiverem destinação específica; VI- Apreciar, com poder de veto, o plano de taxas e anuidades e de concessão de favores e incentivos, apresentados pela Reitoria da UCG; VII- Autorizar a Reitoria da UCG a contrair encargos financeiros julgados necessários para despesas de custeio e investimentos; VIII- Homologar as alterações do Estatuto da UCG aprovadas pelo Conselho Universitário; IX- Designar, ouvido o Reitor, os representantes da Comunidade no Conselho Universitário; X- Escolher e designar o representante da SGC no Conselho Universitário; XI- Exercer outras atribuições conferidas pela Assembleia Geral (Estatuto SGC, 1977, art. 13).

Na nova versão do Estatuto o arcebispo, Dom Fernando, retirou da reitoria da UCG a missão de secretariar e a apoiar administrativamente a Sociedade Goiana de Cultura, que lhe estava confiada desde 1962 e que fora exercida pelos padres jesuítas reitores Nacca, Viveiros, Cristóbal e Vaz. Além disso, foi retirada do reitor a plena administração patrimonial da universidade, passando esse poder para o arcebispo. “Não poucas vozes na UCG alertaram, então, para o problema de uma possível dupla gerência, mas, no momento, a hipótese de que isto ocorresse parecia remota” (Vaz, 1979b, p. 10).

Em janeiro de 1977 fui surpreendido quando recebi, através de um seminarista, o recado de que devia entregar, pelo portador, ao Arcebispo, o Livro de Atas da entidade mantenedora e de que, a partir daquele momento, não deveria eu mais encarregar-me da Secretaria Executiva da mesma, função que desde 1962 vinha sendo confiada ao Reitor da Universidade. Foi um simples recado, sem maiores explicações. Não questionei e atendi imediatamente (Vaz, 1979c, p. 4).

O reitor relatou que toda essa movimentação de mudança no estatuto da mantenedora, Dom Fernando fez sem consultá-lo, inclusive com a finalidade de tirar do seu poder a “plena administração do patrimônio da universidade” que, desde 1962, lhe era confiada (Vaz, 1979c). Nas discussões que constam na Ata da SGC sobre a mudança do estatuto, as sugestões dadas para alterar os artigos onde o controle patrimonial passasse ao comando do arcebispo e não mais do reitor, foi dado pelo pe.

José Pereira de Maria, secretário da SCG e vigário geral da Arquidiocese de Goiânia. Assim, o referido padre sugeriu:

Substituir o texto do item VII do artigo 13 por este outro: “Aprovar ou não proposta da Reitoria da UCG sobre alienação ou oneração de bens imóveis e de equipamentos de valor apreciável, exceto os tiverem destinação específica”. Acrescentar ao art. 13: “Escolher e designar o representante da SGC no Conselho Universitário; Escolher, designar e substituir os sócios efetivos da SGC”. Nova redação ao art. 24 nestes termos: “O patrimônio da SGC é administrado pelo Reitor da UCG, ressalvadas as disposições do art. 13 e 17 desta Estatuto” (Ata SGC, 1977, p. 13-14).

O padre José Pereira de Maria¹⁹¹ foi uma das figuras importantes na consolidação do trabalho de Dom Fernando em Goiânia. Ele chegou a Goiânia em 1959 a pedido do arcebispo, assumiu a função de Assistente Eclesiástico da Ação Católica (1960-1970) – movimento privilegiado por Dom Fernando, que projetou a figura do padre no meio universitário e intelectual – e Coordenador do Secretariado Pastoral Arquidiocesano (SPAR) (1963-1979). Em 1966, recebeu o título de Cônego Honorário¹⁹² dado por Dom Fernando Gomes dos Santos. No entanto, sua atuação voltou-se particularmente para o setor administrativo, exercendo a função de Vigário Geral¹⁹³ da Arquidiocese (1976-1985) (Borges, 2011, p. 13).

Pela presente Provisão, nomeamos o Cônego JOSÉ PEREIRA DE MARIA Vigário Geral desta Arquidiocese, de acordo com cânones 366 e seguintes do Código do Direito Canônico. For razão de seu ofício, compete ao Vigário Geral, em toda a Arquidiocese, idêntica jurisdição no espiritual e no temporal que por direito ordinário corresponde à do Arcebispo exceto naquilo que o Arcebispo reservar a si mesmo ou que, por disposição do Direito Canônico, requer-se mandato especial. Formando como uma pessoa moral com o Arcebispo no que diz respeito ao bem da Arquidiocese, deve informá-lo das principais ocorrências e das medidas mais convenientes e oportunas, em favor do Clero e dos Fiéis em geral. Entre as suas atribuições inclui-se a de Coordenador da Pastoral Arquidiocesana, constituindo, de comum acordo com o Arcebispo, uma Equipe de Presbíteros e Leigos para revisar, avaliar, atualizar e levar a bom termo a execução do Plano Pastoral da Arquidiocese. Em virtude das responsabilidades que assume, o Vigário Geral tem o título de Monsenhor Protonatário Apostólico. Presbíteros, Religiosos (as) e Leigos

¹⁹¹ Pe. José Pereira de Maria nasceu em 17 de fevereiro de 1927 em Floriano (PI), cursou teologia entre os anos de 1949 e 1952, no Seminário Episcopal Nossa Senhora das Graças (Seminário Maior da Arquidiocese de Olinda- PE). Foi ordenado presbítero por Dom Ricardo Ramos de Castro Vilela, bispo emérito da Diocese de Nazaré da Mata- PE, em 23 de novembro de 1952. Em 1960, veio trabalhar na Arquidiocese de Goiânia.

¹⁹² Cônego Honorário é um título de reconhecimento dado pela Igreja Católica a um sacerdote pelos seus serviços relevantes prestados a comunidade católica. Este título é dado pelo bispo diocesano ao padre, e não indica a posse de nenhum cargo ou posição dentro da Igreja.

¹⁹³ Em virtude de seu ofício, compete ao Vigário geral, na diocese toda, o poder executivo que, por direito, pertence ao Bispo diocesano, para praticar todos os atos administrativos, exceto aqueles que o Bispo tenha reservado a si, ou que, pelo direito, requeiram mandato especial do Bispo (Código de Direito Canônico, 2011, Cân. 479 § 1).

queiram recebê-lo Com alegria cristã e ajudá-lo com solicitude no exercício da missão a que se dispõe com a humilde simplicidade que o caracteriza (Provisão, 1976, p. 1)¹⁹⁴.

Com a saída de Dom Antônio Ribeiro de Oliveira, que era bispo auxiliar de Goiânia para Ipameri, no final de 1975, o pe. José Pereira assumiu os cargos da cúria Arquidiocesana de Vigário Geral e Coordenar de Pastoral, a nível simbólico ele ocupou um posicionamento de poder a altura de um bispo auxiliar. Assumiu a função de secretário da Sociedade Goiana de Cultura e depois foi nomeado como seu vice-presidente. Ele também foi uma personagem importante, que colaborou na criação do Regional Centro Oeste da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, contribuindo com a dimensão pastoral, isso foi capaz de projetá-lo a nível regional. Assim, narrou Dom Fernando:

Outra realização fundamental para o trabalho da Igreja, foi a criação do Regional Centro Oeste da CNBB, dedicado à ação sócio-religiosa em âmbito maior. Refere-se, com especial reconhecimento, ao atual Vigário Geral, Mons. Pereira, animador da pastoral orgânica em termos regionais, com os aplausos do episcopado goiano (Revista da Arquidiocese, 1977b, p. 452).

Por ser da confiança de Dom Fernando, e ocupar um lugar simbólico tão importante dentro do governo da Arquidiocese de Goiânia, soube fazer o jogo e aproveitar as oportunidades que apareciam, principalmente na possibilidade de ser indicado para se tornar o reitor da Universidade Católica de Goiás, numa futura saída dos jesuítas. O pe. Pereira como era chamado, foi uma figura que atuou fortemente nos bastidores durante o período de desgastes entre o arcebispo e o reitor da UCG. Essa relação de Dom Fernando com o pe. Pereira era tão forte, que o arcebispo num pedido ao Núncio Apostólico no Brasil¹⁹⁵, Dom Carmine Rocco, sugeriu o nome do referido padre para se tornar seu bispo auxiliar:

Expus, em resumo, as razões que me levaram a pedir a nomeação de dois Bispos Auxiliares para a Arquidiocese de Goiânia. Relembrei que havia apresentado seis possíveis candidatos, fixando, porém, a preferência em Mons. José Pereira de Maria e Padre Virgílio Leite Uchoa. Com relação ao Mons. José Pereira de Maria, consultara, por carta, a cada um dos Bispos da Província Eclesiástica de Goiânia e todos foram unânimes em dar parecer

¹⁹⁴ Provisão de Dom Fernando Gomes dos Santos ao Cônego José Pereira de Maria para o cargo de Vigário Geral da Arquidiocese de Goiânia. Goiânia, 19 de março de 1976. Arquivo da Cúria Metropolitana de Goiânia.

¹⁹⁵ O Núncio Apostólico é o representante permanente e diplomático do Papa e da Santa Sé no Brasil. Tem a missão de ser uma espécie de embaixador papal.

favorável. Todos os Bispos presentes concordaram com a indicação de Mons. José Pereira de Maria (Santos, 1979a, p. 2)¹⁹⁶.

O nome indicado por Dom Fernando, do pe. José Pereira, não foi aceito pela Nunciatura Apostólica no Brasil, logo não foi nomeado bispo.

Lamento, por outro lado, ter de dizer-lhe que no cuidadoso e delicado processo, cujas etapas o Sr. bem conhece e que culmina, como o Sr. sabe, com a soberana deliberação do próprio Papa, os dois nomes supramencionados, Cônego José Pereira de Maria e o P. Virgílio Leite Uchôa, não obtiveram a superior aprovação. Estes dois sacerdotes, portanto, que isto não implique em nenhum juízo a respeito deles ou constitua para eles nenhum desdouro - não podem ser considerados para a nomeação dos seus Auxiliares (Baggio, 1979, p. 2)¹⁹⁷.

O pe. Vaz alegava que nesse último período o seu relacionamento pessoal com arcebispo era difícil, pois ele tinha um temperamento explosivo. Além disso apontava, que essa indiferença de Dom Fernando para com ele foi causada pelo seguinte motivo, no final de 1978, o arcebispo pediu a Roma a nomeação de dois bispos auxiliares para Goiânia, como já citamos anteriormente. Falava publicamente do fato e ainda chegou a revelar os seus dois candidatos nominalmente. No mês de dezembro foi a Roma para ratificar junto ao Papa o seu pedido e insistiu que os escolhidos fossem os seus preferidos. Voltou convicto que logo sairia a nomeação, mas isso não aconteceu. Em março de 1979, o pe. Vaz foi à Nunciatura Apostólica em Brasília para tratar de um assunto interno da universidade, a pedido de um pequeno grupo de alunos que pretendia o apoio do Núncio para um projeto em estudo sobre um possível curso de Medicina na universidade. Os alunos tinham ido por conta própria falar com o Núncio, mas depois ele quis ouvir o reitor.

Na conversa o Núncio foi muito amável, mas perguntou-me muito sobre a Universidade, o Arcebispo e sobretudo sobre seu Seminário. A conversa foi a sós. Respondi com simplicidade e sinceridade ao que me foi perguntado. Fiquei depois sabendo que o Núncio ficara muito satisfeito comigo e tinha comentado isto com alguns Padres da Nunciatura e com um outro Reitor de Universidade Católica que foi quem me contou isto. Não comentei nada com o Arcebispo pois estava ciente de sua antipatia pelo Núncio. Pouco antes de sair de Goiânia fiquei sabendo por alguns Padres ligados ao Arcebispo que ele ficara sabendo de minha ida à Nunciatura e que estava piamente convencido de que a não nomeação dos Bispos Auxiliares era, pelo menos

¹⁹⁶ Carta de Dom Fernando Gomes dos Santos, Arcebispo de Goiânia à Dom Cármine Rocco, Núncio Apostólico no Brasil. Goiânia, 2 de maio de 1979a. Arquivo do Instituto de Pesquisas Históricas do Brasil Central (IPEHBC) da Pontifícia Universidade Católica de Goiás.

¹⁹⁷ Carta do Cardeal Sebastião Baggio, prefeito da Sagrada Congregação para os Bispos à Dom Fernando Gomes dos Santos, Arcebispo de Goiânia. Roma, 5 de dezembro de 1979. Arquivo do Instituto de Pesquisas Históricas do Brasil Central (IPEHBC) da Pontifícia Universidade Católica de Goiás.

em parte, motivada pela conversa que tivera com o Núncio. Fiquei pasmo de que tal coisa pudesse ter ocorrido na mente (Vaz, 1979d, p. 2) ¹⁹⁸.

Com o passar do tempo, os acontecimentos geraram muitos conflitos internos, Dom Fernando decidiu participar pessoalmente da vida interna da UCG. Sendo assim, pediu ao reitor que lhe fornecesse um gabinete particular dentro da universidade, indo com frequência atender pessoalmente professores, funcionários e alunos, o que fazia também em seu gabinete na Cúria Metropolitana. O pe. Vaz queixava que “era claro o apoio que ele dava a pequenos grupos que contestavam e atacavam a reitoria e os jesuítas em geral” (Vaz, 1979d, p. 2).

Essa intervenção direta do arcebispo na administração da UCG demonstrava uma clara tentativa de centralizar o poder em suas mãos e diminuir a autonomia institucional. Isso gerou uma situação de dupla gerência.

A designação dos dirigentes das unidades universitárias passou a preocupá-lo, apresentando ele ao Reitor, suas posições e preferências que obviamente eram atendidas. Muito embora não fosse esta sua intenção, como expressou várias vezes pronunciamentos públicos, este comportamento foi, aos poucos, determinando a incômoda situação de dupla autoridade. (Vaz, 1979b, p. 10).

O novo quadro de composição da SGC formou-se de acordo com a escolha pessoal do arcebispo sob influência do pe. Pereira, com reuniões mensais, que passava a decidir, por si mesma, assuntos importantes sobre a vida da universidade, como, por exemplo, a recusa do financiamento, o projeto de loteamento de parte da Chácara São José, a recusa da proposta sobre a viabilidade de abertura do curso de medicina, entre outros. O enfraquecimento da atuação jesuítica se deu concomitantemente com fortalecimento da figura e ação do pe. José Pereira. A situação, aos poucos, foi se tornando insustentável e multiplicavam-se cada vez mais com a finalidade de enfraquecer a autonomia institucional e o governo do reitor.

Na nomeação dos dirigentes da Universidade, o Arcebispo, quando estas eram de sua atribuição pessoal, passou a não levar em conta e sempre a contrariar as propostas do Reitor; quando eram atribuição do Reitor, chamava-me antes e apresentava suas preferências o que eu sempre acatei. Por outro lado, alterou o Arcebispo o quadro social da Mantenedora, colocando nele pessoas, em geral indicadas pelo Vigário Geral e com ele intimamente relacionadas. A Mantenedora começou então, à revelia do Reitor, a decidir diretamente vários assuntos internos da Universidade, muitas vezes assuntos complexos, que

¹⁹⁸ Carta do pe. José Carlos de Lima Vaz ao pe. Pedro Arrupe, superior geral da Companhia de Jesus. Rio de Janeiro, 26 de novembro de 1979b. Arquivo Romano da Companhia de Jesus.

causaram não pequenos transtornos na vida administrativa (Vaz, 1979c, p. 4-5).

As diferentes visões sobre o projeto educacional da universidade, entre a Arquidiocese de Goiânia que buscava uma instituição mais alinhada com a pastoral arquidiocesana e os jesuítas que defendiam uma universidade com maior autonomia e abertura. Essa divergência gerou uma profunda crise.

6.3 A articulação para um novo projeto da Universidade Católica de Goiás

Diante desse embate interno, pequenos grupos dentro da UCG viram na crise a oportunidade ideal para se projetarem dentro da instituição, sendo assim, aproveitaram esse contexto de conflitos para se posicionarem como comprometidos com a pastoral arquidiocesana, ao mesmo tempo em que atacavam a direção da universidade. O arcebispo, influenciado por esses grupos, passou a manifestar preocupação constante com as informações que chegavam ao seu conhecimento sobre a UCG, agravando o desgaste. Esse modo de ação dos pequenos grupos internos que atacavam a administração jesuítica em defesa do fortalecimento da influência da Arquidiocese demonstrava uma estratégia política arquitetada para minar a autoridade dos jesuítas.

Em meados de 1977 começou a surgir na Universidade, sobretudo em dois Departamentos, um trabalho surdo de oposição sistemática à Reitoria. Um dos Departamentos, o de Arquitetura, era dirigido pelo Prof. Pedro Wilson Guimarães, sociólogo, colaborador íntimo de Dom Fernando e de Mons. Pereira. Permaneceu três mandatos de dois anos à frente do Departamento e Dom Fernando nunca permitiu que eu o substituísse. O outro, o de Serviço Social, tinha um pequeno grupo de Professores e alunos, de linha esquerdizante, que colaborava também, e intensamente, no SPAR - Secretariado de Pastoral Arquidiocesana. Sob qualquer pretexto estes Departamentos passaram a criticar sistematicamente a direção da Universidade e sua orientação e, sobretudo o de Serviço Social, a afastar os Professores que sabiam serem, de alguma forma, bem relacionados com o Reitor. Sentia o problema, mas nada podia fazer porque tudo era velado e apresentado com motivações diferentes (Vaz, 1979c, p. 5).

A visão que esses grupos passavam era que a universidade não estava caminhando em consonância com o projeto de pastoral arquidiocesano, que tinha como princípios uma visão eclesiológica libertadora de uma “Igreja pobre, para os pobres”, como vimos anteriormente. Alegavam que a universidade estava tomando uma estrutura empresarial, “como excessivamente submissa às diretrizes governamentais do MEC, como desligada dos interesses reais da comunidade

goianiense, e por ter um sistema rigoroso de vigilância sobre alunos e funcionários” (Vaz, 1979b, p. 11).

A ausência de um diálogo construtivo entre as partes e a falta de medidas efetivas por parte do arcebispo para solucionar os conflitos contribuíram para o agravamento da situação. Acreditamos que essa neutralidade de Dom Fernando foi estratégica, pois minava, aos poucos, os jesuítas e fortalecia os grupos opositores de maneira natural, gestando um conflito tão grande que, inevitavelmente, levaria à saída dos jesuítas.

O arcebispo não poderia retirá-los da administração da universidade de modo arbitrário, considerando o trabalho que prestaram à instituição desde 1954. No entanto, ao mesmo tempo, não estava satisfeito com seu modo de governo. Assim, a crise se mostrou favorável, pois se desenvolveu de maneira lenta e gradual, culminando na saída dos jesuítas da reitoria da universidade.

Nesse período houve um conflito entre o reitor, pe. Vaz e o curso de Serviço Social da UCG, pois no final de 1977, o reitor demitiu dois professores do Serviço Social, Francisco Rabelo e Maristela Ferreira Leite, alegando atitudes incondizentes de ambos com as normas da universidade. O pe. Vaz alegava que esse fato foi motivo a ser intensamente explorado pelo grupo de professores do curso, na intensificação de sua campanha contra o reitor e os jesuítas, inclusive com declarações caluniosas que foram divulgadas dentro da Universidade e na imprensa local. Até mesmo com denúncias infundadas sobre “propriedades” que os Jesuítas teriam em Goiânia, divulgadas pela imprensa, informação essa vinda de algumas alunas do curso de Serviço Social (Vaz, 1979a).

Afirmava-se que a demissão dos professores foi por motivos ideológicos, os alunos do curso redigiram um manifesto, pedindo a volta dos professores, mas o reitor não cedeu ao pedido e não readmitiu os docentes. O acontecimento foi noticiado no jornal *Gazeta de Goiás* (1978, p. 3)¹⁹⁹, dizendo que os ex-professores estavam preocupados com a estrutura da escola, que para eles, a universidade estava se tornando uma instituição “burguesa”, com fins lucrativos, se esquecendo de sua

¹⁹⁹ *Gazeta de Goiás*. Goiânia, de 23 a 29 de abril de 1978. Arquivo da Província dos Jesuítas no Brasil.

função básica, de educação teórica e prática profissional. O professor Francisco Rabelo teve uma participação ativa na criação da APUC e na Assembleia da Arquidiocese de Goiânia que fez forte oposição à reitoria da universidade.

Um grupo de alunos da universidade também se reuniu em Assembleia, com o objetivo de pôr em questões o que considerava como erros estruturais e dinâmicos da escola. Foram formados alguns grupos de estudos para analisar a situação geral e com isso chegaram à seguinte conclusão,

a) que o ensino era massificante e fora da realidade, não voltado para a pessoa humana, elitizante; b) que havia falta de participação do aluno na vida universitária; c) falta de compromisso de alunos e professores. Desintegração, causada pelo regime de créditos; d) indefinição da UCG: caráter empresarial. "Católica"? Qual deve ser o papel da universidade Católica? E centralização do poder de decisão na UCG. Burocracia bloqueadora. Clima de alienação e medo. Dicotomia Universidade/Arquidiocese (Gazeta de Goiás, 1978, p. 3).

O grupo de alunos afirmava que a universidade deveria voltar-se mais para os problemas sociais, com uma estrutura democratizada, bem como os diretórios acadêmicos, pedia maior autonomia dos órgãos colegiados, e revisão dos critérios de seleção de professores da instituição.

Figura 29: Charge do jornal *Gazeta de Goiás* criticando o reitor pela demissão do professor Francisco Rabelo



Fonte: Gazeta de Goiás, 1978.

Em reunião da Congregação do Serviço Social (SER) foi abordado que o reitor acusava verbalmente dizendo que os alunos seguiam uma orientação metodológica segundo uma linha marxista, enfatizando a contradição opressor/oprimido, conforme

a pedagogia de Paulo Freire. A coordenação do curso rebateu dizendo que essa acusação não procedia pela falta de sustentação no que se refere à metodologia desenvolvida pelo Departamento, uma vez que sua preocupação maior era em possibilitar aos alunos uma visão das várias correntes do pensamento científico-crítico que poderia ser conferido nos programas e grades do curso.

Os textos adotados no Departamento são textos vendidos normalmente nas diversas livrarias e adotados em outras universidades brasileiras. Jamais adotou-se texto de Marx. Se algum texto apresenta enfoque marxista, ninguém no uso sadio de sua inteligência pode negar a contribuição que os marxistas têm dado ao desenvolvimento das ciências sociais. A universidade moderna não pode se pautar em princípios monolíticos, pois vivemos num mundo onde várias correntes de pensamento se defrontam' num debate cada vez mais proveitoso. Onde este ainda não chegou, é preciso lutar por ele, pois contrário, continuar-se-á submerso no atraso e obscurantismo cultural. Neste sentido, estamos sendo fiéis ao magistério da Igreja conciliar. Especificamente, citamos o documento do Congresso dos Delegados da Universidades Católicas (Roma 20/29 de novembro de 1972 e publicado pela ABESC), que estabelece como um dos objetivos das Universidades' Católicas a "luta pela criação de um ambiente favorável pela preparação de interlocutores válidos, e pelo estabelecimento de contatos a nível de confrontação científica exigente e serena: a Universidade Católica poderá ajudar eficazmente a promover um verdadeiro ecumenismo e a estabelecer um diálogo proveitoso as religiões não-cristãs e com os não-crentes. Tal diálogo, franco e aberto, poderá eliminar os equívocos, destacar os valores' e os ideais comuns e esclarecer significação própria da mensagem cristã" (sublinhamos) (Congregação do SER, 1978, p. 3-4)²⁰⁰.

O grupo de professores alegava que na grade vigente do curso, apenas 64 créditos estava sob a tutela do Departamento de Serviço Social, sendo os outros 104 créditos ministrados por outros departamentos, desde modo, seria injusto a acusação do reitor. Além disso, rebatiam, que o pe. Vaz acusava alguns professores que colaboravam com o Secretariado de Pastoral Arquidiocesana (SPAR), de fiscalizar a reitoria e, informar de maneira distorcida, os fatos que ocorriam na UCG ao arcebispo.

Havia um grupo de professores dentro do departamento que era considerado pelo reitor, informantes do arcebispo, da vida interna da universidade, a congregação do departamento rebateu a crítica dizendo que isso feriria a integridade moral desses professores. Alegavam que o grupo não tinha acesso as decisões da administração central, o que invalidava a acusação do reitor, e mais, o grão chanceler tinha gabinete e horário de expediente dentro da universidade, onde qualquer pessoa da área

²⁰⁰ Carta de esclarecimentos da Congregação do Departamento de Serviço Social (SER) da Universidade Católica de Goiás. Goiânia, 25 de novembro de 1977. Arquivo da Província dos jesuítas do Brasil.

acadêmica e administrativa poderia abordá-lo. Sobre a manifestação do Serviço Social na Assembleia Pastoral o grupo afirmou:

Ao Departamento ter levado sua linha de trabalho para a Assembleia Arquidiocesana. Essa acusação não tem fundamento, visto que a Pastoral Arquidiocesana, bem como o trabalho do Departamento, se fundamenta em termos de objetivos na atual posição da Igreja. A coincidência em termos de objetivos não implica no uso da mesma metodologia (Congregação do SER, 1978, p. 5).

O conflito entre o reitor, pe. Vaz, e o Departamento de Serviço Social revelava as tensões internas e divergências, tanto na dimensão institucional quanto ideológico, acirrando ainda mais os desgastes que envolvia a administração dos jesuítas. O reitor percebia os sabotamentos internos, mas ao mesmo tempo havia justificativas para tais acontecimentos.

Cabe ao Sr. Reitor o direito de não concordar com estes argumentos. Os professores do SER respeitam-no. No entanto' apelam ao Sr. Reitor que, como pessoa humana e sacerdote da Igreja, respeite-nos também como pessoas humanas, como sustenta a Carta dos Direitos Humanos e o Magistério da Igreja. E, como Reitor, não utilize a sua autoridade para fazer acusações tendenciosas e nem venha a tomar decisões arbitrárias, pois o exercício do arbítrio do poder é ilegítimo, conforme versamos princípios do Direito. Outrossim, qualquer acusação que se faça sobre um elemento, em termos de capacidade moral e intelectual, atinge a todos, pois os professores do Departamento de Serviço Social constituem uma comunidade e todas as decisões no SER são analisadas, discutidas e assumidas por todos. Desta forma, repudia -se a colocação de que há falta de controle sobre professores e alunos por parte da Direção, uma vez que se veem como inerentes ao cargo de Diretor as funções de coordenação e execução, e não de fiscalização e controle autocrático (Congregação do SER, 1978, p. 6).

A universidade entendida como um campo de poder, onde diferentes agentes atuam, demonstra disputa de poder em busca de hegemonia. A acusação de “marxismo” ao Departamento de Serviço Social por parte do reitor, demonstrava que a linha de pensamento dos professores vinha ao encontro da mentalidade pastoral da Arquidiocese, através do SPAR que tinha uma visão sociológica-religiosa libertadora. A congregação do SER, ao questionar a ordem estabelecida por parte da reitoria, desafiava o poder do reitor e buscava uma maior autonomia. Ao mesmo tempo que o reitor buscava uma visão mais institucional da universidade, o grupo de professores do Serviço Social desejava uma visão mais progressista e social.

A reitoria também encontrou resistência de outro grupo dentro da universidade. O Departamento de Arquitetura sob a coordenação do professor Pedro

Wilson Guimarães²⁰¹ manifestou seu descontentamento com o reitorado do pe. Vaz. Lutavam por melhores estruturas dentro da instituição, como por exemplo, a falta de salas de aulas, consideravam a formação deficiente com currículos inadequados, pedia a democratização da universidade, permitindo a participação dos estudantes nas tomadas de decisões, entre outras reivindicações.

O grupo de alunos organizou um órgão de divulgação do centro de estudos de artes e arquitetura denominado “OCA” que circulou dentro da universidade, esse informativo trazia temas de cunho social, como a questão dos posseiros e grileiros, o contexto governamental, criticava a universidade por arbitrariedades na relação com os professores e estudantes.

LETRA: O Reitor andou
Para ser cantada, com a melodia da música “O Patrão mandou”

O Reitor mandou a gente sair da arquitetura
 Não tem sala pra estrutura
 Tá igual uma ditadura

Psicologia, Estatística e Teologia
 Até mesmo a Engenharia
 Já virou uma anarquia

Atualmente o reitor manda e desmanda
 Tira a nossa liberdade e enche o seu bolso de grana

O Atelier talvez fique pronto no fim do ano
 Até lá é só tomando
 E o dinheiro acabando

Tão tentando agora desunir a arquitetura
 Acabar com a nossa turma
 que derruba as estruturas

Nessa bagunça não se pode projetar
 pois no corredor agora nem se pode circular

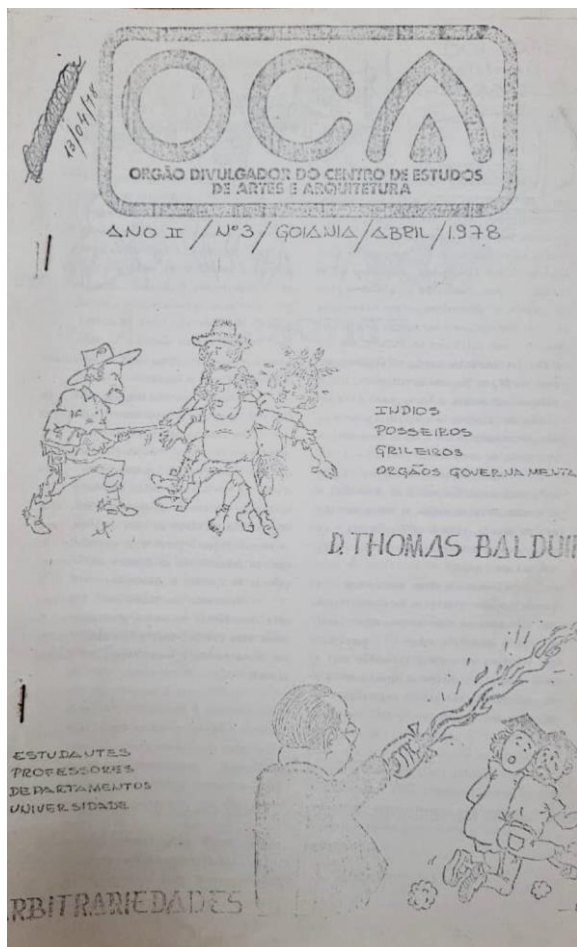
A gente não sai da arquitetura nem amarrado
 Nem que mande um delegado
 E uma tropa de soldado

E o barzinho agora leva o cano todo dia
 Tão sumindo com as coxinhas
 Coitadinha da Maria

²⁰¹ O professor Pedro Wilson Guimarães graduou-se em direito e sociologia pela Universidade Federal de Goiás. A partir de 1971 era presidente da Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de Goiânia. Colaborou com o pe. José Pereira de Maria no Secretariado de Pastoral Arquidiocesana (SPAR). Foi diretor do Departamento de Arquitetura da Universidade Católica durante o mandato do pe. José Carlos de Lima Vaz de 1973-1979. Foi um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores (PT) em Goiás em 1980.

Mas chega um dia tudo isso ainda muda
Arquiteto vai para cima e a reitoria se afunda.
(Relatório da Turma de Arquitetura, 1979, p. 2)²⁰².

Figura 30: Órgão de divulgação do Centro de Estudos de Artes e Arquitetura- “OCA”



Fonte: Arquivo da Província dos Jesuítas no Brasil.

Diante do problema ocorrido no Departamento de Serviço Social com a demissão dos dois professores, os alunos do Centro de Estudos dos Alunos de Serviços Sociais (CEASS), procurou a presidência do Centro de Estudos de Arquitetura (CEA), com a finalidade de unir forças para denunciar, o que consideravam arbitrariedades por parte da reitoria no seu departamento, e pedir ajuda, com a finalidade de unir os alunos dos dois cursos para manifestar a sua indignação diante do ocorrido.

²⁰² Relatório da reunião dos representantes da turma de Arquitetura da Universidade Católica de Goiás. 23 de março de 1979. Arquivo da Província dos Jesuítas no Brasil.

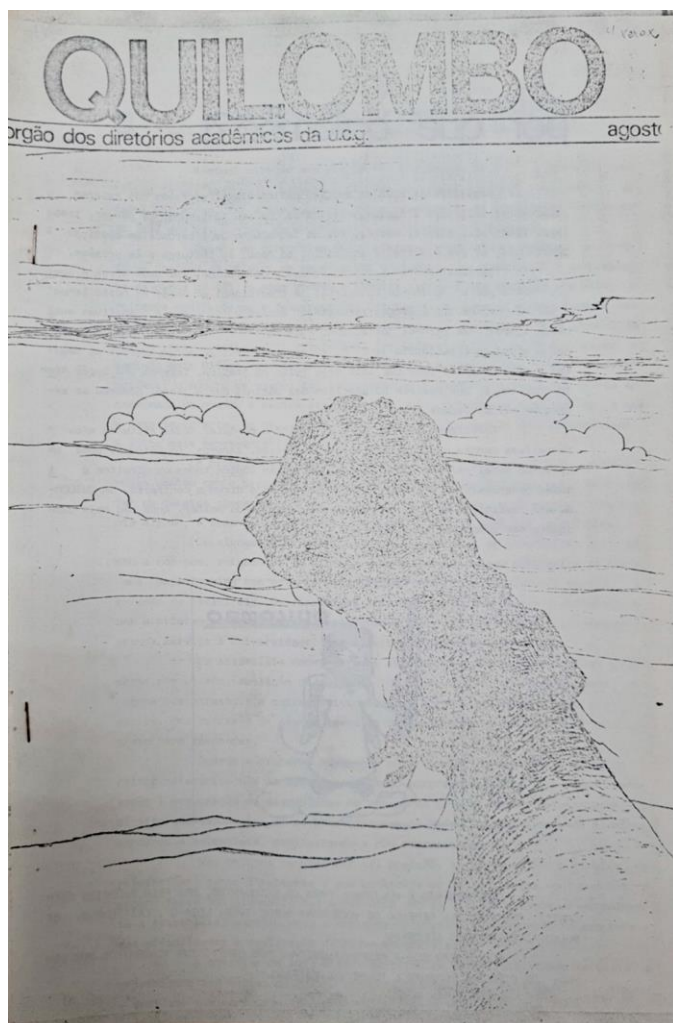
Este movimento dos alunos da arquitetura e serviço social provocou a necessidade de uma melhor articulação do movimento estudantil dentro da universidade católica. Sendo assim, a direção dos diretórios acadêmicos tentou unificar politicamente a direção da luta estudantil, com a finalidade de defender os direitos e interesses dos estudantes. Reclamavam do preço das mensalidades e da falta de estrutura para a execução dos cursos. Criaram um órgão de divulgação dos diretórios acadêmicos da UCG, chamado “Quilombo”, afirmavam que iriam resistir na luta como os antigos quilombos criados pelos escravos, porque viam nesse modo, uma inspiração para lutar e resistir.

Seremos como um quilombo renovado pelo tempo, com seus erros e acertos feitos por um Movimento Estudantil já tradicional em Goiás há muito tempo e por nós mesmos, que queremos reconstruir nossas verdadeiras e combativas entidades livres. Não faremos jornalismo. Faremos deste jornal um meio de elevarmos o nível de consciência do Movimento Estudantil goiano, um meio de aprofundarmos os debates e ampliá-los, e para que isto seja feito na prática, teremos uma Seção Aberta onde todos que queiram ou precisem das páginas deste jornal poderão se expressar por si mesmos (Quilombo, 1978, p. 1)²⁰³.

Diante da movimentação dos estudantes e da sua organização por meio dos diretórios acadêmicos, o reitor, pe. Vaz determinou a suspensão temporária do pagamento da bolsa de incentivo que era concedida aos membros das diretorias executivas e dos conselhos de representantes dos diretórios acadêmicos; até os fatos noticiados em o “Quilombo” fossem esclarecidos, com seus referidos autores.

²⁰³ Quilombo- Orgão dos diretórios acadêmicos da Universidade Católica de Goiás. Agosto de 1978. Arquivo da Província dos Jesuítas no Brasil.

Figura 31: Órgão de divulgação dos diretórios acadêmicos da UCG- “Quilombo”



Fonte: Arquivo da Província dos Jesuítas no Brasil.

Os estudantes alegavam que a edição provocou descontentamento no reitor porque havia publicado críticas ao ensino brasileiro, reclamações contra os altos preços das mensalidades da universidade, além de lançar uma carta aberta à população, convidando as pessoas a participar das lutas pelas liberdades democráticas e dos problemas que atingem toda a sociedade. O reitor mandou um ofício ao diretório dos estudantes pedindo esclarecimentos dos fatos, porque achava injustas as reivindicações dos estudantes.

A segunda metade da década de 1970 foi um período de fortalecimento da União Nacional de Estudantes (UNE) que lutavam pelas liberdades democráticas diante do regime militar, com a finalidade de discutir o processo educativo e de participação dentro das instituições de ensino superior.

A participação na vida política tem sido vista pelos principais dirigentes de entidades estudantis como uma forma de mobilização de uma classe, mesmo que específica, porquanto dentro da faculdade, em favor de melhorias para a comunidade em que se situa. Ao questionar a qualidade do ensino, busca o estudante uma forma de maior integração ao processo social, numa tentativa de libertação, porque, após formado, ele vai lutar também do lado de fora, promover debates e críticas. O movimento estudantil tem sido feito, em grande parte, por jovens oriundos da classe média, e isto exige de seus participantes uma identificação com os setores mais oprimidos, fora das universidades e mesmo dentro delas, “pois a opressão atinge não só os estudantes, mas toda a comunidade” (Jornal *Opção*, 1979, p. 20)²⁰⁴.

O movimento considerava que o estudante não poderia se ausentar da luta política, porque está inserido no contexto social e, mais tarde, como profissional, deverá já estar preparado para entrar na luta, conscientizado. Enquanto estudante, ele deveria oferecer uma contribuição, através das mobilizações nas organizações sociais, com a finalidade de motivar mais ainda as causas democráticas.

Na Universidade Católica de Goiás, a movimentação recomeçou a partir de 1977, quando um grupo de estudantes se dispôs a desenvolver um trabalho puramente cultural e, já em 78, nasce desse pessoal um grupo político que concorre e ganha os dois diretórios da UCG. “Com isto, marcou-se não só a primeira oposição nos diretórios da Católica, mas também o surgimento de oposição estudantil definida, com programas e tudo. Hoje a discussão é em torno do Diretório Central, que até bem pouco tempo não tínhamos nem conhecimento de que já havia existido, e não sabemos, ainda, como realmente funcionava, suas atuações e até os bens materiais que possuía, pois não se tem mais documentação alguma de sua existência, que nos de qualquer informação sobre o DCE da Católica” (Jornal *Opção*, 1979, p. 20).

É perceptível a participação do movimento estudantil em busca de uma mobilização política e social, marcadas pelas lutas de democratização do país e das estruturas. Desde modo, as universidades se tornaram importantes espaços de debates e mobilização política. No caso mais específico da UCG, as reivindicações dos estudantes entraram em conflito com a administração da instituição, gerando tensões e debates sobre o papel da instituição na sociedade. Essa mobilização interna não pode ser compreendida isoladamente, mas, como parte de um processo mais amplo de luta pela democratização.

No início de 1977, a Arquidiocese de Goiânia iniciou um trabalho junto às bases e instituições presentes em seu território para a realização da Assembleia Arquidiocesana de Pastoral, que definiria os rumos e prioridades da Igreja de Goiânia.

²⁰⁴ Jornal *Opção*. Goiânia, 18 de abril de 1979.

Sendo a UCG uma instituição de caráter católico, ela também deveria participar dessa preparação, bem como da própria Assembleia.

Assim, em agosto de 1977, a pedido de Dom Fernando, o reitor determinou que a universidade se preparasse para a Assembleia, que aconteceria no final de outubro. O reitor, encarregado do assunto, designou uma comissão coordenadora, que passou a ser dirigida pelo pe. Ivo Mauri²⁰⁵. Este, por sua forte ligação com o pe. José Pereira e o SPAR, estava imbuído do espírito anti-jesuítico.

O pe. Vaz relatou que o “pe. Ivo Mauri, professor de Cultura Religiosa na Universidade, era uma pessoa discutível e problemática, mas em quem, por ordem de Dom Fernando, eu não poderia mexer” (Vaz, 1979c, p. 6).

Diante do prestígio que pe. Ivo Mauri tinha com o arcebispo, ele alcançou um lugar de poder e influência dentro da UCG, principalmente como opositor declarado dos jesuítas (Vaz, 1979c). Sua estratégia, durante as prévias da Assembleia, foi excluir os demais membros designados para a comissão que representaria a universidade e trabalhar apenas com um pequeno grupo dos cursos de Arquitetura e Serviço Social, que já se posicionavam contra a Reitoria.

Embora o tema da Assembleia fosse a “evangelização”, todos os documentos resultantes das reuniões conduzidas por pe. Ivo com os professores, alunos e funcionários (com baixa participação numérica) continham críticas contundentes à universidade e à Reitoria. A oportunidade foi utilizada estrategicamente para manifestar o descontentamento com a administração da universidade e, ao mesmo tempo, se opor publicamente aos jesuítas.

A Arquidiocese de Goiânia em outubro de 1977 realizou a assembleia arquidiocesana de pastoral²⁰⁶, onde esses questionamentos foram levados a público

²⁰⁵ Ivo Mauri nasceu em 20 de maio de 1937, em Farroupilha-RS. Graduiu em Filosofia e Teologia pelo Seminário Maior Nossa Senhora da Imaculada Conceição (1962), foi ordenado presbítero em 08 de julho em 1962, deixou o ministério presbiteral e continuou atuando com professor da UCG.

²⁰⁶ A Assembleia da Arquidiocese de Goiânia aconteceu nos dias 29 e 30 de outubro de 1977, no Centro de Treinamento de Líderes (CTL), teve como tema central “Evangelização e Catequese hoje”, contou com a participação de 230 representantes das Paróquias, Comunidades, Universidade, Escolas, Organismos, Movimentos, Padres, Religiosas, Jovens e Adultos presentes na Arquidiocese. A Assembleia Geral da Arquidiocese poderia resumir-se numa só conclusão: É URGENTE UM TRA-

pelo pe. Ivo Mauri (que depois deixou o ministério presbiteral) e por alguns alunos e professores ligados às áreas de Serviço Social e Arquitetura. Assim, foi exposto na assembleia:

Análise da situação: a) Em geral: Ensino massificante fora da realidade, não voltado para a pessoa humana, elitizante... - Falta de participação do aluno na vida da Universidade. Falta de compromisso de alunos e professores. Desintegração, causada pelo regime de créditos. Indefinição da UCG: caráter empresarial. “Católica”? Qual deve ser o papel da Universidade? Quais os objetivos da Universidade Católica? - Centralização do poder de decisão na UCG. Burocracia bloqueadora. Clima de alienação e medo. Dicotomia UCG/Arquidiocese: b) Pontos mais específicos: Dicotomia Básico/Profissional. Estágios puramente formais e deficientemente supervisionados. Orientação de matrícula deficiente. Mensalidade muito alta para o que a UCG oferece. Excessivo número de alunos. Baixa remuneração dos professores, falta de condições de trabalho e insegurança no trabalho, pelo tipo de trato e a instabilidade de carga horária. Tudo isso gera êxodo dos professores para outras instituições. Incapacidade de alguns professores, por má seleção e sistema repressivo. Falta de autonomia dos Departamentos. Ausência de centros de pesquisa. Falta de autêntica representação dos Diretórios Acadêmicos e nos órgãos colegiados da UCG. Restaurante Universitário discrimina os alunos da UCG, com reação aos alunos da UFG. Ensino intelectualizante da Teologia no Estudo de Problemas Brasileiros (EPB) dá uma falsa visão da realidade. Os currículos não estão voltados para as necessidades dos cursos (Revista da Arquidiocese, 1977c, p. 793).

Diante dessa situação, o grupo apresentou algumas sugestões práticas na assembleia. A UCG deveria voltar-se para os problemas sociais, repensar os reais objetivos da universidade. Democratizar a estrutura da UCG e dos Diretórios Acadêmicos, possibilitar maior participação estudantil, onde “a representação dos estudantes seja organizada de baixo para cima, não de cima para baixo” (Revista da Arquidiocese, 1977c, p. 793). Além disso, exigiram que a Pastoral Universitária fosse entrosada na Pastoral de Conjunto da Arquidiocese.

Criação de um Departamento de Pesquisa, de Centros de Estudos. Autonomia dos órgãos colegiados. Grupos de reflexão da UCG. Debates abertos sobre a realidade atual. Revisão dos critérios de seleção de professores da UCG, Mudança de estrutura do Básico. Biblioteca central aberta domingos e feriados. Prédio fixo para cada curso ou grupo de alunos. Participação dos alunos na decisão sobre Diretores de Departamento e currículo dos cursos. Divulgação das conclusões desta Assembleia e dos futuros trabalhos de Pastoral Universitária (Revista da Arquidiocese, 1977c, p. 794).

BALHO COMUNITÁRIO QUE NÃO SEPARE A VIDA DO EVANGELHO que eleva e santifica, liberta os homens do pecado e de todas as suas consequências, ilumina os acontecimentos à luz de Cristo e nos dá força para combater o egoísmo, a miséria, a prepotência, o arbítrio, a dominação de uns contra os outros (Revista da Arquidiocese, 1977d, p. 821).

A Assembleia Arquidiocesana de 1977 evidenciou um cenário de críticas e insatisfação em relação à administração da Universidade Católica, especialmente devido às acusações de falta de compromisso social e centralização do poder. Esse contexto refletiu momentos de tensão e questionamentos sobre o papel da instituição, que deveria formar líderes com engajamento pastoral e social.

Diante das ideias da Teologia da Libertação, que orientava a pastoral da Arquidiocese de Goiânia, as críticas ao modo de governo da universidade estavam diretamente ligadas à sua falta de compromisso com os problemas sociais. A instituição era vista como elitista, por não contemplar a população mais carente.

Percebe-se aqui uma verdadeira virada copernicana na compreensão eclesiológica. Se, a partir de 1930, a Igreja Católica focou na formação intelectual das elites, com a finalidade de influenciar os diversos setores da sociedade com os valores cristãos, dentro do movimento que a historiografia denominou de “Restauração Católica”, agora a perspectiva se inverte. Passa-se a adotar uma visão eclesiológica voltada para as bases, para os mais pobres e para a promoção da justiça social.

As críticas levantadas pelos alunos e professores que participaram na Assembleia estavam em consonância com os princípios da Teologia da Libertação, que enfatizava o engajamento da Igreja na luta pelos mais pobres. O objetivo desse grupo era de uma instituição que desempenhasse um papel de liderança no processo de transformação social. As críticas levantadas pelos participantes colaboraram para fortalecer o processo que exigia mudanças na administração e no projeto educativo da universidade. Sobre o assunto, o pe. Vaz disse:

Durante a Assembléia, à qual estive presente, tudo o que se disse publicamente sobre a Universidade causou espanto nos Padres, religiosos e leigos presentes. Ouvi tudo calado. O Arcebispo também. Não poucos Padres e Leigos me confidenciavam então que aquilo era uma injustiça grave e um escândalo. Evitei comentar. Dias depois, numa reunião do Clero, que fazia uma avaliação da Assembléia, disse eu no grupo que me tocou, que estava certo de que a Assembléia fora manipulada por uma minoria de esquerda, cuja tática e cujas proposições me pareciam de cunho marxista. Isto chegou aos ouvidos de Dom Fernando e me acarretou violenta repreensão. Do ocorrido na preparação e realização da Assembléia apresentei longo e documentado relatório escrito a Dom Fernando. Não mereceu resposta mas o simples comentário de que ele não concordava com o que eu tinha escrito (Vaz, 1979c, p. 6).

Pelos relatos e documentos, é perceptível que a Arquidiocese de Goiânia, foi conferindo uma conotação pastoral impregnada pelo espírito político de pequenos

grupos de esquerda, ligados ao pe. Pereira, coordenador do SPAR e vigário-geral, e ao professor Pedro Wilson, que colaborava diretamente com essa equipe e era do diretor do Departamento de Arquitetura. A questão política permanecia velada sob o múnus pastoral, que se fundamentava na Teologia da Libertação.

O ambiente gestado pela Assembleia, possibilitou uma maior articulação dos professores da UCG, que reunidos no auditório da reitoria refletiram que o Primeiro Ciclo de Estudos Gerais não teria condições de apresentar um nível de ensino satisfatório para os alunos, nem tampouco aos professores, devido ao grande número de alunos em cada sala de aula, o grupo considerava a estrutura da instituição como massificante, almejando o lucro. Desde modo reivindicavam:

- Insegurança que atinge aos professores, principalmente os horistas.
- Na nossa Universidade não se forma alunos para o Humanismo, nem muito menos numa perspectiva cristã.
- No profissional já se sente a estrutura massificante que domina o primeiro ciclo de Estudos Gerais.
- A instituição apresenta poucos elementos, para que possa ser colocada numa perspectiva Cristã, quando na realidade deveria ser uma das grandes possibilidades de expandir o Cristianismo.
- A instituição se caracteriza, muito mais, por uma empresa, onde o valor fundamental é o econômico e o lucro.
- A UCG cresceu em três anos de maneira assustadora e hoje ela trabalha para si mesma, coerente com a legítima estrutura de empresa.
- Os diretórios não representam, de maneira nenhuma, os anseios da classe estudantil.
- No atual quadro, a UCG deve se definir. Dizer o que pretende e quais os objetivos que quer alcançar. O que entende por formação profissional (Revista da Arquidiocese, 1977c, p. 794-795).

Como possibilidade concreta, o grupo sugeriu algumas ações, como a criação de uma associação de professores e uma associação de funcionários. A necessidade repensar o problema de estágios, engajando professores e alunos em bairros da periferia de Goiânia, dentro de uma perspectiva de serviço ao povo mais pobre. Estruturar a pastoral universitária vinculando a Universidade às Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). Promover estruturas de participação dentro da universidade, numa perspectiva mais democrática.

O documento final da Assembleia Arquidiocesana focou em dois pontos para a Universidade Católica: formar líderes e engajamento na pastoral. A Assembleia pedia que era necessário tornar a prática educacional numa ação transformadora para a justiça à luz da Palavra de Deus, numa modalidade participativa que possibilitasse formar líderes jovens universitários, bem como, de agentes pastorais no meio do povo mais simples. Que a pastoral universitária estivesse engajada na pastoral

arquidiocesana. Além disso, que a universidade se compromettesse com as CEBS, e assim, colaborasse com a formação de seus líderes.

Que haja uma pastoral universitária que provoque um engajamento da universidade na pastoral. Que a UCG também assuma o seu devido lugar no compromisso das CEBS sobretudo na preparação dos líderes, e na medida do possível na Universidade Federal. Entregar responsabilidades concretas à UCG na formação de líderes Católicos. Utilização de líderes jovens nos colégios e na UCG. Para formação e conscientização religiosa é necessário trabalho contra o ensino massificante e elitizante. Planejar uma pastoral para a UCG e escolas católicas que demonstrem um desapego dos bens, colocando-os a serviço da comunidade. A UCG tem que ser voltada para o povo e para isso nos estágios devem ser vistas as diretrizes emanadas da Pastoral. Que a UCG assuma as linhas prioritárias da Arquidiocese (Revista da Arquidiocese, 1977d, p. 829-830).

Esse conjunto de propostas influenciados pela Teologia da Libertação, desejava alinhar a instituição com os objetivos da pastoral arquidiocesana. Com a finalidade de formar líderes com engajamento social e pastoral. A proposta de fortalecer os vínculos com as CEBS evidenciava o desejo de aproximar a universidade com os movimentos populares, que possibilitassem transformação social a partir das bases. Com o crescimento exponencial da universidade em um curto prazo de tempo, havia crítica de um ensino massificante, por outro lado, a universidade com as dificuldades financeiras que enfrentava, viu cada vez mais diminuindo os recursos públicos, sendo assim, teve que trabalhar com seus recursos próprios, principalmente através das mensalidades. Isso fez com que o grupo qualificasse o seu ensino como elitista. Todo esse contexto tão complexo exigia da universidade uma mudança profunda. Isso potencializou o projeto de saída dos jesuítas, onde eles já não eram vistos com aptos para realizar tais mudanças.

Em meio a esses conflitos, como fruto da assembleia arquidiocesana foi criada a Associação dos Professores da Universidade Católica de Goiás- APUC, presidida pelo pe. Ivo Mauri que fazia oposição aos jesuítas. O objetivo era “formar uma associação de professores que possa ter voz ativa dentro da estrutura da Universidade, fazendo, com que se repense toda a problemática do ensino e da participação dos estudantes” (Revista da Arquidiocese, 1977c, p. 795).

A Associação de Professores da Universidade Católica de Goiás (APUC) é uma instituição sem fins lucrativos, registrada como pessoa jurídica, tendo seus Estatutos aprovados em Assembleia Geral no dia 29 de abril de 1978. O objetivo e a finalidade primeira da APUC é lutar ao lado dos professores na defesa de seus interesses; estabelecer e promover maior intercâmbio entre os mesmos: divulgar e debater os problemas enfrentados pelo país, dando destaque especial à vida universitária na UCG, em Goiás e no Brasil; defender intransigentemente a circulação e o livre debate de idéias e

opiniões; defender uma maior participação de todos os professores na decisões e na vida acadêmica; defender firmemente a autonomia universitária e a liberdade de cátedra; reivindicar salários condizentes com as atividades didáticas; lutar por melhores condições de trabalho e pela elevação da qualidade de ensino ministrado na UCG. Enfim, colocar-se ao lado dos que defendem a democratização da Universidade Brasileira, voltando esta, a desempenhar o papel crítico que lhe cabe na construção de uma sociedade justa e democrática (Atuação, 1978, p. 1).

Através desta associação, o processo de denúncia contra a direção da universidade sob a égide dos jesuítas, partiu para um percurso mais radical. O reitor, pe. Vaz levou ao arcebispo, os relatórios e informações sobre os fatos, mas o arcebispo não tomou nenhuma medida efetiva diante dos acontecimentos, nem mesmo defender os jesuítas.

O pe. Vaz, como reitor tentou com habilidade neutralizar a campanha que pe. Ivo Mauri iniciou com APUC contra a reitoria, e também influenciar os Diretórios Acadêmicos com o mesmo espírito. Diante desses acontecimentos, no final de 1978, o reitor convocou oficialmente e por escrito, o pe. Ivo para um encontro na reitoria. Sabendo da influência que pe. Ivo tinha com Dom Fernando, o próprio reitor escreveu ao arcebispo para informar-lhe o que estava acontecendo:

Minha intenção é exclusivamente forçar um posicionamento claro, sem equívocos do Pe. Ivo para partir para um trabalho conjunto, em diálogo sincero, sem posições dúbias ou ações imprevistas como esta. Em outras palavras, pretendo somar esforços visando a criação de um clima desanuviado, sem ressentimentos, sem campanhas de tipo agressivo, a fim de fazer crescer a UCG como comunidade universitária adulta e responsável e como comunidade cristã que se alimente da caridade e do desejo de servir. Encaminho o presente a V. Revma. para informá-lo, prevenir qualquer outra informação que lhe chegue antes e por outras vias que não a direta. Asseguro a V. Revma. que pessoalmente não me senti ferido e só procuro evitar o desdobramento de uma situação que está se criando mas que pode ainda ser facilmente superada, se encontrar boa-vontade e sinceridade no pequeno grupo que lidera a Associação dos Professores (Vaz, 1978b, p. 2)²⁰⁷.

O pe. Ivo ao receber a carta do reitor que o chamava na reitoria, levou-a a Dom Fernando, o arcebispo respondeu ao pe. Vaz dizendo que ficou preocupado por tratar-se de um assunto que envolvia dois padres, sendo assim, o arcebispo propôs um encontro a três: Dom Fernando, pe. Vaz e pe. Ivo, o reitor aceitou e o encontro

²⁰⁷ Carta de pe. José Carlos de Lima Vaz, reitor da Universidade Católica de Goiás a Dom Fernando Gomes dos Santos, arcebispo de Goiânia. Goiânia, 11 de setembro de 1978b. Arquivo da Província dos Jesuítas no Brasil.

aconteceu no dia 17 de novembro de 1978 na Chácara Nossa Senhora da Guia. Pe. Vaz contou:

Durante umas duas horas vi-me neste encontro tremendamente humilhado, objeto de ataque pessoal de meu interlocutor, sob o olhar complacente de Dom Fernando. Neste dia compreendi, finalmente, que nada mais havia a fazer ou esperar e deixei clara esta minha convicção ao Pe. Provincial (Vaz, 1979c, p. 7).

A situação foi se tornando tão grave, entre o arcebispo e os jesuítas que extrapolou os limites da universidade. Em Goiânia os jesuítas além de colaborarem com educação superior católica, eles também ajudavam no trabalho pastoral da Arquidiocese, principalmente diante da grande carência que havia de sacerdotes:

A partir de 1969 e sobretudo de 1974 os jesuítas puderam ampliar seu trabalho em outras áreas pastorais de Goiânia. Nos órgãos centrais da Arquidiocese colaboraram Secretariado Regional da CNBB (Pe. Jesus Hortal, canonista, em 1970 e 1971), no Tribunal Eclesiástico (Pe. Jesus Hortal 1972 e 1973 e Pe. Luís Palacín desde 1977), no Seminário Arquidiocesano (Pe. Luís Quevedo, diretor espiritual dos seminaristas de 1976 a 1978 e Pe. Luís Palacín, professor de História da Igreja desde 1978), na Coordenação da Pastoral de juventude (Pe. Heber Lima de 1973 a 1977). Outra área para a qual os Padres foram sempre requisitados foi o ensino e sobretudo a orientação espiritual Colégios religiosos ou leigos, como o Colégio Santo Agostinho (Pe. Luiz Thomázi, desde começo dos anos 60 até sua morte princípios de 1979, substituído então pelo Pe. Victoriano Ba quero Miguel), Colégio Assunção (Pe. Cristóbal Alvarez), Colégio São José (Pe. Heber Lima) e outros. Aos colégios deve acrescentar-se o ensino universitário fora da UCG: na Universidade Federal de Goiás com o Pe. Luís Palacín desde 1966 até agora na área de História e os Padres Javier Enciso e Luiz Thomazi, no final dos anos 60 na área de Educação ou o ISTEP (Instituto Superior de Teologia e Pastoral) com o Pe. Jesús Hortal de 1968 a 1972. Trabalho também permanente foi o atendimento espiritual de Comunidades Religiosas, entre as quais a Comunidade do Colégio S. Agostinho (Pe. Luiz Thomazi), do Instituto Social (Pe. Luis Quevedo e ultimamente o Pe. Vaz), da Escola de Enfermagem (Pe. Luís Palacín). Neste trabalho destacou-se nos anos de 1973 a 1978 o Pe. Luis Quevedo, colaborando através de retiros, cursos, encontros ou palestras, sobretudo na formação das jovens religiosas (Vaz, 1979b, p. 14-15).

Diante do acirramento de ânimos existentes, nas reuniões do clero, tornaram-se constantes os choques de Dom Fernando com o pe. Fabriciano Ayela, jesuíta, pároco de umas maiores paróquias de periferia de Goiânia, situada no jardim Novo Mundo. Essa conduta do arcebispo repercutiu entre os jesuítas, que se perguntavam a validade do trabalho deles tanto na universidade como na pastoral da Arquidiocese.

Diante desse contexto,

no final de 1978, que os Jesuítas foram dolorosamente chegando à convicção de sua presença na direção da UCG deixava de ser do interesse da Arquidiocese em sua orientação atual. A esta convicção acrescentava a crescente carência de elementos da Ordem para atender às muitas obras confiadas à Companhia de Jesus no Brasil todo (Vaz, 1979b, p. 11).

Os padres José Pereira de Maria e Ivo Mauri foram personagens centrais nesse processo, mediando e orientando ações que resultaram no desgaste e enfraquecimento da administração dos jesuítas. Ambos se posicionaram como aliados de Dom Fernando, defendendo um projeto universitário alinhado ao plano pastoral da Arquidiocese de Goiânia.

A percepção transmitida era de que a administração dos jesuítas era fechada, centralizadora e elitista. Nesse sentido, o pe. José Pereira e o pe. Ivo Mauri defendiam uma administração universitária com mais canais de comunicação, que não atendesse apenas ao mercado e que fosse aberta ao povo. Ivo Mauri contou,

É importante descrever um pouquinho, o contexto político e socioeconômico, inclusive, institucional da Universidade Católica, que havia restrições de todo tipo. Primeiro, eu não ser recebido na qualidade de presidente da APUC (Associação dos Professores da Universidade Católica de Goiás) pelo próprio reitor da Universidade Católica, padre Vaz, do tempo dos Jesuítas; de não ter sede e nem local para reuniões e não serem cedidos outros espaços para as atividades da associação. Também, uma situação que nós vivemos muito, porque nesse entremeio, se viveu o movimento da Anistia, o movimento das Diretas, e também a possível troca dos jesuítas, quero dizer, a saída dos jesuítas da Universidade, ficando agora, aqui com a Arquidiocese, e, com reitores nomeados pelo arcebispo, que não fossem jesuítas. Esse contexto todo, ele era muito perturbador, mas, ele também era muito animador, porque também ocorreu na Arquidiocese de Goiânia, a realização da Primeira Assembleia do Povo de Deus, na qual Dom Fernando, inclusive, colocou todo um projeto e que nós fomos atuantes também na organização disso. Após essa situação, eu vejo duas coisas que são muito importantes, nós conseguimos implantar no tempo de censura pública no país, conseguimos implantar e inclusive levar para frente esse mandato, e essa associação (APUC) (Mauri, 2011)²⁰⁸.

A narrativa de que os jesuítas não estavam comprometidos com a justiça social, princípio que orientava o plano da Arquidiocese, e de que a universidade não estava em consonância com esse projeto foi se construindo gradualmente, impulsionada pelos acontecimentos. Esse afastamento ocorreu de maneira natural, sem a necessidade de uma expulsão explícita por parte da autoridade competente (o arcebispo). O próprio desenvolvimento do projeto em andamento levou à ruptura com jesuítas de forma progressiva.

²⁰⁸ Entrevista do prof. Ivo Mauri dada ao Canal da APUC-GO, sobre a história da associação. 27 de novembro de 2011. Disponível: <https://www.youtube.com/watch?v=0hlQ2GUnk8k> Acessado: 11/01/2025.

Havia um interesse de forças ligadas a Dom Fernando na administração da universidade, e dois nomes se destacavam nesse contexto: o pe. José Pereira e pe. Ivo Mauri. Esse fato tornou-se ainda mais evidente quando, logo após a saída da Companhia de Jesus da administração da UCG, em 1979, pe. José Pereira assumiu o cargo de reitor, e pe. Ivo Mauri tornou-se chefe de gabinete da Reitoria.

Seria injusto com os jesuítas afirmar que eles não eram sensíveis as causas sociais e o cuidado com os pobres, como alegava os grupos opositores a eles. Entre 6 e 14 de maio de 1968, o superior geral da Companhia de Jesus, pe. Pedro Arrupe esteve reunido no Rio de Janeiro com todos os provinciais da América Latina para discutir as questões sociais do continente. Mesmo em meio ao crescimento econômico de alguns países da América Latina, a pobreza era um fator grave na maioria da população continental. Desse encontro saiu um documento importante para os jesuítas, denominado *Carta do Rio* ou *Carta da Gávea* (Zachariadhe, 2010).

O documento abordava o avanço do crescimento acelerado no continente, mas também a condição de miséria de grande parte da população, a marginalização das populações rurais e urbanas, a discriminação racial contra os povos autóctones, entre outros. Os jesuítas afirmaram que o problema social da América Latina é “problema do próprio homem”, sendo assim, a questão social deveria ser uma prioridade na ação apostólica dos jesuítas, dando ênfase para a integração do apostolado social dentro da educação.

A *Carta do Rio* enfatizava a necessidade da Companhia de Jesus relembrar a sua missão de libertação do homem todo de qualquer forma de escravidão que oprimi, como a falta de recursos para uma vida digna, o peso das estruturas sociais, a ausência de uma educação básica (Carta dos Provinciais..., 1968-1969). Esse documento despertava os jesuítas para um engajamento maior na questão social dentro da própria ordem religiosa.

No ano de 1975 a Companhia de Jesus, realizou em Roma a sua XXXII Congregação Geral²⁰⁹, com a finalidade de discutir os assuntos internos da ordem, e

²⁰⁹ Realizou-se em Roma, de 2 de dezembro de 1974 a 7 de março de 1975, a 32ª Congregação Geral da Ordem desde a sua fundação. Dela participaram os superiores maiores e delegados das 85 províncias num total de 237 membros. Convocada pelo Padre Geral, Pe. Pedro Arrupe, seguindo as

o tema da justiça social. “A missão da Companhia de Jesus, hoje, é o serviço da fé, do qual a promoção da justiça constitui uma exigência absoluta enquanto faz parte da reconciliação dos homens, exigida pela reconciliação dos mesmos com Deus” (XXXII Congregação Geral, 1975, p. 37).

Os jesuítas viam a necessidade de revisão dos seus métodos tradicionais apostólicos, das suas atitudes e instituições, com a finalidade de adaptar às novas exigências do tempo presente e, mais ainda, num mundo em constante transformação. Eram sensíveis as mudanças tanto externas, no mundo, de maneira geral, mas também internas, dentro da Igreja. Por isso, o documento final dessa Congregação Geral que deveria ser seguido em toda a Companhia de Jesus,

é fruto da colaboração de muitos jesuítas empenhados em assegurar ao mesmo tempo a força renovadora do texto e o equilíbrio de valores. Assim, afirma-se que o esforço para a promoção da justiça deve ser conduzido de tal forma que suscite nos homens o desejo da libertação escatológica; a libertação do homem a nível social e de estrutura inclui descer até a raiz do mal e extirpar as atitudes profundas de egoísmo e pecado que geram a injustiça no coração do homem, e enquanto o documento sublinha a urgência da promoção da justiça como parte integrante da evangelização, lembra de novo a importância da reflexão teológica, da educação e dos meios de comunicação para o anúncio do Evangelho (Almeida, 1975, p. 115).

No decreto 4º do documento final desta Congregação Geral, os jesuítas elencaram, que são chamados ao

compromisso social de promover a justiça, em solidariedade com os chamados “sem voz” e “sem poder”, compromisso imposto pela nossa fé em Jesus Cristo e pela nossa missão de anúncio do Evangelho, levar-nos-á a informar-nos cuidadosamente dos difíceis problemas da sua vida, e depois a reconhecer e a assumir as responsabilidades, especificamente nossas, na ordem social (XXXII Congregação Geral, 1975, p. 53).

A Companhia de Jesus entendia que a sua missão “o serviço da fé”, deveria ter a promoção da justiça como uma exigência absoluta. Sendo assim, a promoção da justiça social deveria ser uma missão de todos os jesuítas, onde quer que a Companhia estivesse presente. A fé e a justiça social são duas dimensões intrínsecas e inseparáveis.

Constituições, para tratar de assuntos importantes para a vida da Companhia de Jesus, esta reunião caracterizou-se pela esmerada preparação de quatro anos, na qual colaboraram todas as comunidades de jesuítas, pelo aprofundamento da Congregação Geral precedente (1965-66), realizada no clima de renovação inspirado pelo Concílio Vaticano II e pela experiência de fraternidade e união (Almeida, 1975, p. 111).

A solidariedade com os pobres é uma opção que deve levar-nos a rever nossas solidariedades e preferências apostólicas. De fato, a promoção da justiça para nós, não constitui somente, um campo apostólico como tantos outros, o do apostolado social; deve ser uma preocupação de toda nossa vida e constituir uma dimensão de todas as nossas tarefas apostólicas (XXXII Congregação Geral, 1975, p. 55).

Os jesuítas, por meio dos documentos como a *Carta do Rio* e a XXXII Congregação Geral, demonstraram o seu compromisso com a justiça social. A Companhia de Jesus reconheceu a necessidade de participar nas lutas dos mais necessitados, com a finalidade de colaborar na transformação das estruturas sociais.

Consideramos importante elencar esses documentos e diretrizes que orientaram o modo de proceder dos jesuítas no que diz respeito à justiça social, a fim de fundamentar a nossa afirmação, de que o discurso dos grupos que opunham a eles dentro da UCG, acusando-os de não serem sensíveis ao plano de pastoral da Arquidiocese de Goiânia, que orientava a pastoral num viés sócio libertador, não tem sustentação teórica. Esse discurso foi, na verdade, construído num viés político, com o objetivo explícito de favorecer o enfraquecimento da sua administração e fortalecer esquemas que visavam forçar a saída dos jesuítas da universidade, dentro de um jogo de poder.

As acusações contra os jesuítas de não estarem comprometidos com a justiça social são refutadas pelos documentos da Companhia. Outro dado interessante encontrado nas fontes, é que nos dois mandatos do pe. Vaz como reitor, a universidade através da Ação Comunitária, procurou dentro dos seus objetivos, contemplar os problemas socioeconômicos dos estudantes mais carentes e prestar serviços que favorecessem aos universitários em geral, com a finalidade de melhor o desempenho rumo a meta profissional. A partir de 1975, a reitoria constitui um programa de bolsas para atender os alunos mais carentes, esse programa foi um desdobramento do trabalho de pesquisa realizado pelo Instituto de Pesquisas Econômico-Sociais (IPES) da Universidade Católica de Goiás, que estava ligado diretamente aos padres jesuítas Délio Moreira de Araújo e Guaraci Pacheco.

Segundo pesquisa elaborada pelo IPES quanto ao levantamento da situação sócio-econômica do alunado, chegamos as seguintes conclusões: A pesquisa nos permitiu abrir certas pistas sobre as condições sócio-econômicas dos alunos.

1. Em primeiro lugar há uma percentagem relativamente grande de alunos carentes; mais significativa ainda é a faixa dos remediados que unidos a faixa dos carentes chegam a 3/4 dos alunos da UCG. Acrescente-se a este dado o número de alunos que tem de trabalhar acima de cinco horas diárias e de

maneira mais incisiva os que tem de trabalhar oito e mais horas 65% e 31 % respectivamente. Igualmente a queixa de ' falta de recursos financeiros para fazer mais créditos.

2. Há uma clara seletividade das opções para os diversos cursos da UCG em virtude da condição sócio-econômica.

3. Duas ocupações são mais frequentes que as outras entre os alunos: Professores e Funcionário Público.

4. A renda pessoal dos alunos inclusive casados é consideravelmente baixa.

5. O nível de associativismo do alunado é muito pouco e ainda de muito pouco significado social.

6. O aluno tem duas diversões preferidas: Chopp e Cinema. A prática de esporte é relativamente baixa.

7. O nível e a qualidade da informação social dos alunos da UCG apresenta-se também bastante crítico (Relatório de Atividades..., 1975, p. 2-3).

Diante do problema socioeconômico dos universitários, a Ação Comunitária da UCG apresentou um sistema de bolsas com as seguintes modalidades:

A *Bolsa Simples* era destinada a alunos carentes de recursos. Era aberta a todo estudante regularmente matriculado que comprovasse grau de carência e bom desempenho acadêmico, podendo ser concedida de forma integral ou parcial. A verba para esse auxílio vinha da própria universidade, que, além dessa assistência, também buscava promover a inclusão social dos alunos e sua integração ao processo de desenvolvimento.

A *Bolsa Incentivo*, como o próprio nome indica, essa modalidade era concedida a funcionários, monitores, representantes estudantis e diretórios acadêmicos, visando incentivar um melhor desempenho em suas atividades.

A *Bolsa de Trabalho* resultava de um convênio entre o Ministério da Educação (MEC) e a Universidade Católica de Goiás, com o objetivo de auxiliar na manutenção das necessidades básicas dos estudantes, oferecer oportunidades de treinamento profissional e despertar no bolsista um maior senso de responsabilidade.

A *Bolsa de Subvenção Social* concedidas por deputados, com recursos próprios, para cobrir parcial ou totalmente as anuidades de alunos matriculados no ensino superior. A *Bolsa do MEC* era um auxílio oferecido pelo Ministério da Educação a estudantes carentes. A *Bolsa Reembolsável* era uma iniciativa do MEC/FNDE/UCG, que fornecia os recursos necessários para custear a formação integral do estudante. A partir de um ano após a conclusão do curso, o graduado deveria iniciar o pagamento da dívida.

Abaixo podemos conferir a tabela com a distribuição de bolsas universitárias do ano de 1975:

Tabela 6: Distribuição de Bolsas de Estudos na Universidade Católica de Goiás-1975

	Tipo de Bolsa	Parcial	Integral	Nº de Alunos	Valor em Cr\$
01	Bolsa Simples e Incentivo	1.169	312	1.481	917.500,00
02	Bolsa Trabalho	--	26	26	68.326,94
03	Bolsa Subvenção Social - MEC	49	43	92	70.000,00
04	Bolsa do MEC	40	7	47	44.970,00
05	Bolsas Reembolsáveis	137	229	366	350.000,00
	TOTAL	1.395	617	2.012	1.450.797,39

Fonte: Relatório de Atividades Desenvolvidas em 1975.

Nesse período a universidade tinha 6.625 alunos, logo mais de 30% do contingente universitário mais carente era atendido com algum tipo de bolsa de estudos, demonstrando o alcance e a importância desse programa para a democratização do acesso ao ensino superior. Esse era um modo que evidenciava o compromisso social dos jesuítas na reitoria da instituição. O programa de bolsa foi sendo ampliado, abrangendo desde estudantes com necessidades financeiras mais urgentes até aqueles que buscavam aprimorar suas qualidades profissionais.

O IPES teve um papel importante na identificação no perfil socioeconômico dos estudantes matriculados e no monitoramento do impacto das políticas de assistência estudantil. Consideramos esses dados importantes pois eles contrapõem ao discurso dos grupos opositores aos jesuítas, que diziam que a universidade tinha um ensino “elitizante” e não considerava os mais pobres. A administração do pe. Vaz foi eficiente em dois aspectos, primeiro, foi superando aos poucos a dependência do recurso federal para a manutenção da universidade, pois possibilitou um caminho de crescimento da própria instituição, que com o aumento gradativo do número de alunos, foi capaz de caminhar por conta própria. Segundo, os recursos bem geridos da universidade foram aplicados em benefício da própria instituição, inclusive com a possibilidade de direcionar uma porcentagem desses recursos para os estudantes mais carentes, que não eram um grupo pequeno como informou a pesquisa do IPES. Sendo assim, o programa de bolsas foi uma resposta da administração jesuítica a esse contingente.

Na perspectiva de Bourdieu (1983b) a Universidade Católica de Goiás pode ser entendida como um campo, que está sendo disputado por diferentes agentes, jesuítas, Arquidiocese de Goiânia, professores, esses disputam por posições e

recursos. Neste campo, temos vários tipos de capital em jogo. De acordo com a visão bourdieusiana, capital é um recurso acumulado, que pode ser convertido em diferentes formas de poder e influência. Desde modo, a Arquidiocese de Goiânia tinha um capital religioso-hierárquico significativo, o que lhe conferia autoridade sobre o governo da universidade, esta almejava exercer uma dominação simbólica sobre a instituição, por meio do seu capital religioso, com a finalidade de legitimar suas ações e impor sua visão de governo sobre a universidade.

Os jesuítas possuíam um capital acadêmico-educacional-administrativo construído ao longo da história e praticado nos anos de administração da UCG, por isso resistiram diante da crise, defendendo sua autonomia e o projeto educativo da universidade. Ambos os grupos possuíam redes de relações e alianças que influenciavam suas posições no campo em disputa, a universidade.

Diante de todos esses acontecimentos, a relação entre o arcebispo e o reitor foi se desgastando cada vez mais, o que refletiu, conseqüentemente, em um desgaste institucional entre a Arquidiocese de Goiânia-SGC-UCG e a Companhia de Jesus. Dom Fernando escreveu uma carta ao pe. Vaz expressando sua preocupação, baseada em informações que recebia, no que se referia à UCG como parte integrante da Arquidiocese. O que arcebispo dizia era exatamente o que criticavam aqueles professores e alunos. Nesse contexto, Dom Fernando pontuou:

1. Aspectos Gerais

- a) relacionamento entre a SGC e a UCG;
- b) relacionamento entre o Arcebispo e o Reitor;
- c) objetivos fundamentais da UCG nesta igreja particular;
- d) até onde chegam as atribuições do MEC, como órgão de supervisão do Ensino e da Cultura no País, em relação à UCG, como entidade particular de Ensino e Cultura.

2. Aspectos Particulares

- a) aspectos acadêmicos, administrativos e de funcionamento interno da UCG;
- b) estrutura empresarial da UCG e seus objetivos educacionais;
- c) sistema de vigilância adotado na UCG, quer em relação Alunos, quer em relação aos Funcionários;
- d) prestação de serviços por parte da Reitoria e órgãos complementares aos Alunos e à Comunidade;
- e) entrosamento da UCG no Plano Pastoral da Arquidiocese;
- f) espaço físico para comportar o crescente número de Alunos;
- g) remuneração dos Professores;
- h) equipamento necessário para ensino, pesquisa e experiências dos Alunos;
- i) orientação e metodologia do ensino da Teologia (Cf. GE,10);
- j) vida espiritual dos Alunos e Professores, no sentido exposto na Declaração Conciliar (GE, 10, in fine). Este ponto poderá talvez servir de pista

para o que se denomina Pastoral da Arquidiocese “Pastoral Universitária” (Cf. RA Fevereiro-77, página 135) (Santos, 1977, p. 1-2)²¹⁰.

Dom Fernando dizia que as suas preocupações não se referiam aos aspectos teóricos dos fatos, pois, eram conhecidos os dispositivos legais ou estatutários e as orientações do Magistério da Igreja, mas, na ordem da execução. Por isso, elencava esses pontos ao reitor diante das reclamações que ele recebeu de professores, departamentos e alunos da UCG.

É perceptível a tensão na relação entre o arcebispo e o reitor, diante da preocupação do arcebispo com vários aspectos da administração da universidade, com a finalidade de alinhar melhor os objetivos da instituição com os da Igreja de Goiânia. Dom Fernando questionava a efetividade da integração da UCG no plano pastoral da Arquidiocese. Além disso, o arcebispo apontava com preocupação, o que os alguns grupos internos haviam propagado contra os jesuítas, alegando que a administração da universidade estava indo numa perspectiva mais empresarial do que social, um sistema de vigilância rígido, remuneração dos professores entre outros.

As tensões geraram uma crise de identidade institucional, principalmente, diante dos questionamentos sobre a missão e o papel da universidade dentro da Igreja. Fica evidente, também, que havia, conflitos de interesses dentro da universidade e da Arquidiocese em relação à administração dos jesuítas. Esse foi um processo articulado e gestado com uma finalidade específica, tirar dos jesuítas a administração da universidade, e entregá-la a um grupo que respondesse aos “anseios” da Igreja de Goiânia.

O processo sistemático de denúncias contra os jesuítas se agravou em 1978, diante dessa situação o reitor, pe. Vaz, manifestou sua indignação junto ao arcebispo, que não se posicionou diante dos fatos. Desse modo, contudo, levou os jesuítas, a entenderem que a sua presença e atuação já não era mais de interesse da Arquidiocese de Goiânia em sua orientação pastoral. Com isso, o pe. Cristóbal, que

²¹⁰ Carta de Dom Fernando Gomes dos Santos, arcebispo de Goiânia ao pe. José Carlos de Lima Vaz, reitor da Universidade Católica de Goiás. Goiânia, 3 de setembro de 1977. Arquivo da Província dos Jesuítas no Brasil.

era o provincial dos jesuítas, e que no passado tinha sido reitor da UCG, escreveu a Dom Fernando dizendo:

Em minha última visita a Goiânia, dia 15 de novembro de 1978, disse a V.E. que esperava poder em breve indicar o nome de um padre jesuíta para ser nomeado Reitor da Universidade Católica em substituição do P. Jose de Lima Vaz, que termina seu mandato em setembro de 1979. Infelizmente o padre no qual eu pensava na época não mais poderá ser indicado por causa de compromissos que não permitem sua transferência para Goiânia. Não desisti de procurar outro padre mas estou com muita dificuldade para encontra-lo. Esta situação obriga-me a insistir no pedido já manifestado verbalmente em duas ou três oportunidades: que V.E. se sinta perfeitamente livre para nomear um Reitor que não seja jesuíta. Longe de sentirmo-nos postergados com tal nome ação, os jesuítas nos sentiremos agradecidos e em certo modo aliviados, pois por causa da diminuição de pessoal nos últimos anos os encargos apostólicos que tem a nossa província superam atualmente as nossas forças. Durante quase vinte e cinco anos temos procurado responder a confiança em nos depositada, primeiro por Dom Emanuel e posteriormente por V.E., com forças certamente limitadas mas quero acreditar que com esforço e dedicação. Nosso desejo seria continuar a prestar nossa colaboração a Igreja Particular de Goiânia enquanto nossa presença lá fosse útil, porque o fato do Reitor da Universidade não ser jesuíta não quer necessariamente dizer que abandonemos a diocese de Goiânia ou a própria Universidade. É por outra parte evidente a transformação de Goiânia e da Universidade nos últimos anos. Se em tempos passados os jesuítas pudemos talvez ser considerados insubstituíveis na direção da Universidade hoje evidentemente não o somos. Há sacerdotes diocesanos e religiosos e mesmo leigos católicos que poderão substituir-nos com vantagem (Garcia, 1978, p. 1-2)²¹¹.

Diante da tensão entre o reitor e o arcebispo e da “crescente oposição que grupos ligados ao arcebispo e, certamente, por ele acobertados e prestigiados, faziam à permanência dos jesuítas na direção da universidade” (Vaz, 1979d, p. 1); o padre provincial tomou essa decisão de dar a liberdade a Dom Fernando que escolhesse um novo reitor não jesuíta para substituir o pe. Vaz no final de seu mandato. Tal pedido veio ao encontro da necessidade da província de reduzir responsabilidades sobre obras e concentrar pessoas. O reitor queixou:

O Arcebispo aceitou, embora publicamente expressasse sua tristeza de que os Jesuítas deixassem a direção da Universidade. Não posso julgar ninguém. Mas, sinceramente, não consigo acreditar na sua sinceridade. A carta do Pe. Provincial foi logo divulgada e tornada pública a aceitação do pedido nela contido pelo Arcebispo (Vaz, 1979d, p. 1).

Na carta do padre provincial podemos encontrar duas características inerentes ao espírito jesuítico, primeira, o “discernimento”; segunda, o “sentir com a

²¹¹ Carta do pe. Cristóbal Alvarez Garcia, provincial dos jesuítas a Dom Fernando Gomes dos Santos, arcebispo de Goiânia. Belo Horizonte, 28 de dezembro de 1978. Arquivo da Província dos Jesuítas no Brasil.

Igreja”. O discernimento inaciano é elemento constitutivo do jesuitismo, este deve ser exercido dentro da comunidade e para ela, isto é, o discernimento de um indivíduo não é plenamente confirmado por Deus enquanto não for reconhecido pela comunidade eclesial. Diante dos fatos ocorridos a própria Companhia faz um discernimento eclesial que não era mais oportuno continuar à frente da Universidade Católica de Goiás.

De alguma maneira todo discernimento, para Santo Inácio, é discernimento encarnado, por se dar nos Exercícios Espirituais ao longo dos mistérios da vida de Cristo; naturalmente também se dá dentro do âmbito eclesial, como ele declara expressamente ao tratar da matéria da eleição (EE 170 e 177). Mas discernir eclesialmente no sentido próprio só aquele que não só aceita na fé o mistério da Igreja, mas que vive esta fé pelo exercício da obediência religiosa; este supõe por sua vez que a economia salvífica querida por Deus, encarnada, crística e eclesial, é realmente vivida pelo cristão. E é esta vivência que lhe traz a sensibilidade eclesial pressuposta em discernimento na Igreja (França Miranda, 1986, p. 322).

Outra perspectiva inaciana é o “sentir com a Igreja”. Nas regras 1ª e 13ª dos Exercícios Espirituais de Santo Inácio, a Igreja é considerada como “nossa mãe”, esposa de Cristo e animada pelo Espírito Santo, sendo assim, deve se renunciar a todo juízo próprio, e estar disposto e prontos a obedecer-lhe em tudo.

1ª regra: Renunciando a todo juízo próprio devemos estar dispostos e prontos a obedecer tudo à verdadeira esposa de Cristo Nosso Senhor, isto é, à Santa Igreja hierárquica, nossa mãe.

13ª regra: Para tudo acertar, devemos estar sempre dispostos a crer que o que nos parecer branco é negro, se assim o determina a Igreja hierárquica (Loyola, 1997, p. 188; 191).

Diante do discernimento, os jesuítas perceberam que o modo de governo de Dom Fernando Gomes dos Santos, arcebispo de Goiânia e Grão-Chancelar da UCG, já não era mais oportuno a continuidade deles na administração da universidade. A Igreja de Goiânia demonstrava por meio do seu arcebispo e da articulação dos grupos internos que o modo dos jesuítas já não atendia mais aos anseios dessa Igreja Particular. Sendo assim, a Companhia de Jesus em seu “sentir com a Igreja local”, tomou a decisão de não mais permanecer à frente da Universidade Católica de Goiás. A “expulsão” faz parte da história jesuítica, logo, esta ordem religiosa, discerniu que antes de serem “expulsos” da UCG, ela mesma tomava a decisão de sair.

A partir de então, iniciou o processo de escolha do novo reitor no decorrer de 1979. Em fevereiro, a primeira atitude de Dom Fernando foi reunir a SGC, manifestar sua gratidão aos jesuítas, afirmou que historicamente a relação da Arquidiocese e da Universidade com a Companhia de Jesus foi boa, de mútua colaboração, que o

trabalho dos jesuítas foi edificante, e que embora nunca se tivesse um convênio escrito, “era grande a colaboração dos filhos de Santo Inácio em Goiânia, tanto no plano do ensino, como da evangelização na Arquidiocese” (Ata SGC, 1979, p. 38). Depois disso, leu a carta do padre provincial supracitada, o arcebispo convidou uma consulta às bases, reitoria, corpo docente, discente, colaboradores e comunidade para discernir a escolha do novo reitor. O pe. José Pereira foi o primeiro a se manifestar, dizendo que a questão deveria se encaminhar da melhor forma para levar à solução desejada.

É importante perceber que a decisão do provincial sobre a saída dos jesuítas da universidade não ocorreu apenas devido ao término do mandato do pe. Vaz como reitor. Essa situação proporcionou à Companhia de Jesus a oportunidade de tomar essa decisão diante dos fatos ocorridos, que relatamos anteriormente.

O processo articulado por grupos internos de mentalidade política de esquerda, contrários aos jesuítas, sob a influência do pe. José Pereira e do pe. Ivo Mauri, criou um ambiente que levou à decisão final dos jesuítas. Embora tenha parecido um processo natural, na realidade, foi uma situação deliberadamente conduzida para alcançar esse desfecho.

Dom Fernando propôs critérios para a escolha do candidato que assumiria o cargo do pe. Vaz, a partir de setembro de 1979. O novo reitor deve ser

uma pessoa de fé católica, de reputação ilibada, afinado com o plano pastoral da Arquidiocese, com livre trânsito nas áreas do Ministério da Educação, e dos órgãos de governo relacionados com o ensino; com aptidões reconhecidas para o exercício do cargo (Ata SGC, 1979, p. 37).

O pe. Pereira nessa mesma ocasião informou que se preocupava com a inversão da ordem, pois compendia a SGC como mantenedora fazer a escolha do reitor, enquanto as bases (estudantes, professores e pessoal administrativo) ensaiavam planos de eleição. A divergência entre a SGC que tinha a prerrogativa de escolher o novo reitor, e a base universitária, que buscava maior participação no processo, revelava um conflito de tensões e interesses entre o anseio de autonomia institucional e subordinação à Igreja.

Desde modo, Dom Fernando manifestou dizendo que iria esclarecer a comunidade universitária, promovendo uma reunião conjunta da Sociedade Goiana

de Cultura com o Conselho Universitário e o Conselho de Ensino e Pesquisa, ambos, reuniria representantes de todas as áreas. Recomendou que se fizesse a formação de uma chapa de candidatos, com poucos nomes, para estudo, mas que se cuidasse de atentar para os pressupostos estabelecidos.

Essa metodologia, à primeira vista poderia ser entendida como democrática, mas depois, Dom Fernando reforçou que a escolha do reitor seria privativa de alçada da Sociedade Goiana de Cultura. A estratégia do arcebispo era de transparecer uma administração mais participativa, como forma de ouvir as bases para conhecer seu pensamento, embora o poder decisório fosse reservado a SGC.

Na reunião que aconteceu no dia 5 de maio de 1979 na UCG com a presença de 59 membros, além dos representantes da SGC, Dom Fernando explicou que o motivo da reunião estava dentro do processo que culminaria na escolha do novo reitor da universidade. Sendo assim, prestou homenagem ao seu antecessor Dom Emanuel Gomes de Oliveira que projetou a universidade, aos padres da Companhia de Jesus responsáveis pela execução e administração da UCG. Fez a leitura da carta do padre provincial, pe. Cristóbal, que dava a Dom Fernando a liberdade da escolha de um novo reitor que não fosse um jesuíta, em substituição ao pe. Vaz. O arcebispo reforçou ao grupo que como presidente da mantenedora, caberia a ele, a escolha do novo reitor, mas que preferiu escutar os representantes das diversas áreas antes da escolha final, por conseguinte, a “universidade deverá oferecer contributo específico à Igreja e à sociedade. Dando testemunho de compromisso com a investigação científica, deve a Universidade ser um campo em que o cristianismo se mostre vivo e operante” (Ata SGC, 1979, p. 43).

O processo de escolha do novo reitor em 1979, sob a égide de Dom Fernando, se deu numa dinâmica complexa entre centralização e participação, autonomia institucional e alinhamento com os objetivos da Igreja.

É perceptível o jogo de forças entre os grupos que se uniram para enfraquecer a administração dos jesuítas. O grupo interno de professores contrários à administração jesuítica, liderado pelo pe. Ivo Mauri, aliou-se ao Secretariado Arquidiocesano de Pastoral (SPAR), sob a gestão do pe. José Pereira, com o objetivo de remover os jesuítas da Reitoria da universidade. Para isso, adotaram como

discurso hegemônico a necessidade de alinhar a instituição ao plano pastoral da Arquidiocese.

Por outro lado, a decisão da Companhia de Jesus de deixar a universidade evidencia que a articulação desse grupo não era tão homogênea. De um lado, havia a premissa de que a escolha do novo reitor caberia ao arcebispo, na condição de presidente da SGC e grão-chanceler da universidade. Por outro, havia a movimentação do grupo de professores para fortalecer a candidatura de um membro do corpo docente, tendo como principal nome o professor Pedro Wilson Guimarães, então diretor do Departamento de Arquitetura. No entanto, o lado que teve mais força foi o de Dom Fernando, pois ele detinha o poder constituído para efetuar a nomeação.

Desde março deste ano (1979) comecei a perceber que um pequeno grupo na Universidade queria tumultuar meus últimos meses de Reitorado. Por um lado, criar-me problemas e intrigar-me com o Arcebispo. Por outro pretendiam reforçar politicamente a candidatura de um Professor, candidato do grupo a Reitor. Panfletos, publicações em jornal, ataques pessoais em reuniões, cartas anônimas. Estava claro o desejo de promover uma greve geral na Universidade sob qualquer pretexto. Preveni, com prudência e tato político os possíveis focos (Vaz, 1979d, p. 3).

A Associação de Professores da Universidade Católica de Goiás (APUC) e o Secretariado de Pastoral Arquidiocesana (SPAR), que estavam aliados, tiveram uma participação ativa no contexto que gestou e mobilizou o ambiente para a saída dos jesuítas. O SPAR ocupou, dentro da Arquidiocese de Goiânia, um espaço simbólico que não apenas orientava a pastoral, mas também se tornou um ambiente de articulação política de grupos de esquerda, legitimados pelas ideias da Teologia da Libertação. Nesse cenário, pesaram tanto a insatisfação com a administração do reitor quanto a defesa de determinados interesses setoriais.

O pe. Vaz relatou:

A situação atual é difícil. Não posso julgar o Arcebispo. Tem um temperamento imprevisível, autoritário e vive isolado, cercado por um grupo que o envolve em problemas como o que houve comigo. Por que? Não sei. Certamente a esquerda festiva se aproveita da situação. Sob o nome de pastoral há muita política e radicalização ideológica. No Centro Oeste o problema é sério. Creio que os NN (nossos padres) devem ter paciência e esperar pelo tempo. O Arcebispo tem 62 anos e anda doente. Na situação em que se encontra a Arquidiocese não creio ser possível demorar uma intervenção da Santa Sé (Vaticano) ou uma outra mudança que aprouver à Providência. Mas não acho que os nossos devam abandonar Goiânia. Sobretudo agora. É uma região muito promissora, mas enormemente carente (Vaz, 1979b, p. 6).

Este conflito demonstrava a disputa por poder dentro da universidade, onde diferentes grupos buscavam impor suas visões e interesses. O contexto político da época que marcou um período de transição do fim do regime militar para o início do período democrático também influenciou na mobilização do grupo de professores diante do conflito. O ano de 1979 foi marcado por uma importante mudança política, com aprovação da Lei da Anistia, que permitiu o retorno de exilados políticos e a retomada de atividades políticas antirregime militar, permitindo a liberdade partidária. Isso marcou o início do processo de redemocratização do Brasil.

É no seio desse cenário de lutas democráticas que se constituem os movimentos pela Anistia. Em síntese, atividades de luta política, desenvolvidas no Brasil e no exterior, a partir de 1975, cujo objetivo central pautava-se no pedido de “anistia ampla, geral e irrestrita” aos sujeitos vítimas do arbítrio estatal, durante o regime militar. O ponto nevrálgico dos movimentos efetivava-se com a sanção da lei nº 6.683, a conhecida Lei de Anistia, promulgada pelo presidente João Baptista Figueiredo (1979-1985), em 28 de agosto de 1979 (Bernardes, 2019, p. 4).

Em meio aos trâmites para a escolha do novo reitor, também foi proposto um projeto de reforma dos estatutos da Sociedade Goiana de Cultura. Dom Fernando alegava que diante das mudanças no contexto eclesiológico, tornou-se necessário atualizar o estatuto.

Entre 27 de janeiro e 13 de fevereiro de 1979, ocorreu a III Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano (CELAM), realizada em Puebla de los Ángeles, no México. Como resultado dessa conferência, foi promulgado o documento final intitulado “Evangelização no presente e no futuro da América Latina”, que passou a orientar a ação da Igreja Católica em todo o continente. Em relação às universidades católicas, o documento afirmava:

Sua missão educadora primordial será promover uma cultura integral capaz de formar pessoas que sobressaíam pelos profundos conhecimentos científicos e humanísticos; pelo “testemunho de fé perante o mundo” (GE 10); pela prática sincera da moral cristã e pelo compromisso na criação duma nova América Latina mais justa e fraterna. Desta forma, contribuirá ativa e eficazmente para a criação e renovação da nossa cultura, transformada pela força do Evangelho, na qual o nacional, o humano e o cristão consigam harmonizar-se da melhor maneira. (Documento de Puebla, 1979, p. 261).

Nesse período, no âmbito da Igreja Universal, também tramitava a reforma do Código de Direito Canônico, e foi promulgada a Constituição Apostólica “*Sapientia Christiana*” Sobre as Universidades e as Faculdades Eclesiásticas, pelo Papa João Paulo II em 15 de abril de 1979, que afirmava:

Por Universidades e Faculdades eclesiásticas, na presente Constituição, são designadas aquelas que, canonicamente erigidas ou aprovadas pela Sé Apostólica, cultivam e ensinam a doutrina sagrada e as ciências que com ela estão correlacionadas, com o direito de conferir graus acadêmicos por autoridade da Santa Sé.

As finalidades das Faculdades eclesiásticas são:

1. cultivar e promover, mediante a investigação científica, as próprias disciplinas, e em primeiro lugar aprofundar o conhecimento da Revelação cristã e das matérias que com esta têm conexão, explicar sistematicamente as verdades que nela se contêm, considerar os novos problemas do nosso tempo à luz da mesma, e apresentá-la ao homem contemporâneo de forma adequada às diversas culturas;
2. formar os alunos, a nível superior de alta qualificação, nas próprias disciplinas segundo a doutrina católica, e prepará-los convenientemente para afrontarem os seus encargos; e ainda, promover a formação continuada, ou permanente, dos ministros da Igreja;
3. colaborar dedicadamente com a Igreja, quer a nível das Igrejas particulares quer a nível da Igreja universal, em toda a obra da evangelização, segundo a própria natureza e em estreita comunhão com a Hierarquia (João Paulo II, 1979, Art. 2-3).

O período em questão foi marcado por mudanças dentro da Igreja Católica, incluindo suas instituições de ensino superior. Sendo a Sociedade Goiana de Cultura (SGC) mantenedora da Universidade Católica de Goiás, identificou-se a necessidade de atualizar seus estatutos para melhor adequação aos documentos supracitados. Essa iniciativa surgiu como uma resposta às transformações no contexto eclesial e às orientações estabelecidas pelos referidos documentos. Além disso, houve alterações no que tange ao aprimoramento administrativo- financeiro – patrimonial reforçando o controle do arcebispo. Mas, no final ficou compreendido que o objetivo maior dessa mudança não era apenas pelas transformações eclesiológicas do momento, mas também para limitar a autonomia do reitor, principalmente no que tange a administração dos bens temporais. Assim relatou o pe. Vaz:

Fiquei muito preocupado com sua proposta de reforma dos Estatutos da SGC. Há artigos que ferem frontalmente a autonomia universitária. A própria Constituição Apostólica "*Sapientia Christiana*" enfatiza a função do Reitor (art. 19 § 29) cujo cargo numa Universidade é o símbolo de sua autonomia. Isto é coisa tradicional, no mundo inteiro, desde a Idade Média e hoje muito enfatizado na Universidade moderna, exceção talvez feita das Universidades da União Soviética. Nas Universidades eclesiásticas, conforme a citada Constituição, o Reitor deve ser designado, ou ao menos confirmado por Roma, mostrando que ele deve ter uma autoridade pessoal, ex-officio, que não fique inclusive à mercê do Ordinário local. Falo pensando no meu sucessor! Puebla diz que o papel da Igreja em relação à Universidade é "dar a conocer el mensaje evangélico en este medio, y hacerlo eficazmente, RESPETANDO LA LIBERTAD ACADEMICA, inspirando su función creativa, haciéndose presente en la educación política y social de sus miembros, iluminando la investigación científica" (n. 1054). O Estatuto proposto fere diretamente esta autonomia com a esdrúxula proposta de um Diretório Executivo, com a perda da autonomia de gestão financeira e patrimonial (ver

art. 29 e art. 25, item II (o patrimônio da SGC confunde-se com o da UCG). Ver também o art. 30 (Vaz, 1979f, p. 2)²¹².

O pe. Vaz, como reitor, afirmava que tinha outro aspecto agravante nesse contexto do novo Estatuto, que era a ausência de consulta as instâncias da UCG, que seria profundamente afetada com a mudança proposta. Até este momento havia uma participação viva e consciente por parte dos departamentos da universidade dentro de sua autonomia.

A proposta do pe. Vaz era que as mudanças sugeridas pela SGC fossem antes questionadas e estudadas no âmbito da instituição, pois ela é a mais interessada. O reitor temia que Dom Fernando tivesse sérios problemas, ao concentrar na pessoa do arcebispo e de um pequeno grupo pouco experiente da mantenedora, os problemas e as aspirações da UCG, seus rumos e sua vida futura. O arcebispo não o atendeu nesse pedido, e as tramitações continuaram, apenas com o grupo da SGC.

Dom Fernando respondeu ao reitor dizendo:

Com todo respeito, meditei suas palavras, ditadas por sua consciência. Nessas circunstâncias, creio ser dispensáveis comentários sobre a maneira como V. Revma. coloca as questões. Vossa Reverendíssima poderá dar a interpretação que quiser aos maus atos, censurá-los e discordar deles. Mas nem V. Revma., nem eu, nem os Superiores, podem penetrar nas consciências que são julgadas por Deus. Continuo pedindo a Ele que me ilumine e ajude. O Ante-Projeto do Estatuto a que V. Revma. se refere não é da Universidade, mas da SGC que “reconhece e acata os dispositivos legais que conferem atribuições específicas à Universidade”. Passará pelo crivo da SGC e, em última instância, do MEC (Santos, 1979b, p. 1)²¹³.

A Assembleia Geral da SGC realizada em 28 de agosto de 1979 definiu as resoluções de modificação do Estatuto onde transpareceu as ideias dos documentos de Puebla e “*Sapientia Cristiana*”:

Art. 2. A finalidade precípua da SCG é colaborar na elevação cultural e educacional da sociedade regional, por meio da UCG, de modo que se dê aquela formação capaz de fazer dos alunos homens verdadeiramente eminentes pela ciência e preparados para desempenharem dos mais exigentes cargos na sociedade e para serem testemunho da própria fé perante o mundo.

²¹² Carta do pe. José Carlos de Lima Vaz, reitor da Universidade Católica de Goiás, a Dom Fernando Gomes dos Santos, Arcebispo de Goiânia. Goiânia, 6 de agosto de 1979f. Arquivo da Província dos Jesuítas no Brasil.

²¹³ Carta de Dom Fernando Gomes dos Santos, arcebispo de Goiânia ao pe. José Carlos de Lima Vaz, reitor da Universidade Católica de Goiás. Goiânia, 21 de agosto de 1979. Arquivo da Província dos Jesuítas no Brasil.

Art. 3. É igualmente função da SGC orientar a UCG para investigar mais profundamente os vários campos da ciência, à luz da Sagrada Revelação, explorar o patrimônio da sabedoria humana, promover o diálogo com os cristãos ou não cristãos, como subsídios de respostas adequadas às questões nascidas do progresso em todas as suas dimensões (Ata SGC, 1979, p. 47).

Os membros da SGC sugeriram algumas emendas complementares que foram aprovadas para o novo estatuto. 1- O art. 21, item IX ficou com a seguinte redação: “Autorizar o reitor assessorado pelo secretário executivo, a contrair encargos financeiros julgados necessários para despesas de custeio e investimento da UCG”. 2- O art. 26, item II acrescentar: “comunicar ao reitor e ao secretário executivo ou à Assembleia Geral, no parecer formulado, ou em expediente hábil, as ocorrências que julgar relevantes, sugerindo as medidas aplicáveis a cada evento. 3- O item I do art. 27 deverá ser redigido assim: “Assessorar o Reitor a que compete administrar o patrimônio da SGC e da UCG, sob a supervisão do presidente e de colaborar na elaboração de projeto de orçamento, aplicação de verbas e tudo o que se refere ao assunto. (Ata SGC, 1979, p. 45-46). Na reformulação do Estatuto, a figura do Secretário Executivo ganha maior relevo, sendo ele escolhido pelo presidente da SGC, deve cumprir as seguintes atribuições:

- I- Assessorar o reitor a quem compete administrar o patrimônio da SGC e da UCG sob a supervisão do presidente, e com ele colaborar na elaboração dos projetos de orçamento, aplicação de verbas e tudo que se refere ao assunto;
- II- Colaborar efetivamente com o coordenador de pastoral e o secretariado de pastoral arquidiocesana (SPAR), contando para isso com assessores e auxiliares capacitados;
- III- Em perfeita sintonia com o reitor, empregar os meios a seu alcance para que a UCG integre-se cada vez mais em vida comunitária, a serviço da comunidade maior, em âmbito estadual, nacional e internacional;
- IV- Favorecer, em comunhão com o reitor iniciativas em favor da justiça social, prestando serviços jurídicos e sociais (Ata SGC, 1979, p. 50).

A partir do novo estatuto, o secretário executivo assumiria um papel importante na gestão administrativa, abrangendo duas áreas de atuação: 1) administrativa-econômica e 2) pastoral-social. Na primeira área, o secretário teria um papel central como mediador entre o presidente da SGC (arcebispo) e o reitor, especialmente em questões econômicas, incluindo orçamento, aplicação de verbas e administração de patrimônio, evitando que essas responsabilidades ficassem centralizadas apenas nas mãos do reitor. Na segunda área, atendia-se ao desejo do arcebispo de que a universidade estivesse alinhada à pastoral arquidiocesana, integrando seus objetivos com os da Igreja. A ruptura com os jesuítas, justificada em

parte pela alegação de que não estavam alinhados ao plano pastoral da arquidiocese, também reforçou a necessidade dessa reformulação estatutária.

Em dois anos, o estatuto da SGC - mantenedora da instituição - foi reformulado duas vezes (1977 e 1979), trazendo implicações para a Universidade Católica de Goiás, o papel do Arcebispo de Goiânia e do reitor, conforme podemos observar no quadro abaixo:

Quadro 21: Comparação entre os Estatutos da SGC de 1977 e 1979

Aspecto	Estatuto SGC- 1977	Estatuto SGC- 1979
Foco Principal	Manutenção e desenvolvimento da UCG sob inspiração cristã e pastoral da Igreja.	Elevação cultural e educacional da sociedade regional através da UCG, formação integral com ênfase em ciência e fé, investigação à luz da Revelação e diálogo.
Poder do Arcebispo	Centralizado e abrangente sobre a SGC e a UCG (administrativo, financeiro, de veto, nomeação).	Mantém-se como figura central (Presidente e Grão-Chanceler) com poderes significativos, mas observa-se a introdução do Secretário Executivo como um importante elo e assessoramento.
Poder do Reitor	Perda da secretaria da SGC e da plena administração do patrimônio da universidade. Subordinado às decisões do Arcebispo.	Reafirmação da competência para administrar o patrimônio, porém sob a supervisão do Presidente e com a assessoria do Secretário Executivo. Continua dependente da aprovação do Arcebispo em questões financeiras e patrimoniais relevantes.
Secretário	Função com pouca relevância administrativa.	Ganha destaque como figura central na gestão administrativa (econômica e pastoral-social), atuando como mediador entre o Arcebispo e o Reitor e colaborando com a pastoral arquidiocesana.
Justificativa	Alinhamento com o “espírito dos documentos da Igreja” e a ação pastoral da Arquidiocese. Implícita a necessidade de maior controle da Arquidiocese sobre a UCG.	Alinhamento explícito com os documentos de Puebla e “ <i>Sapientia Cristiana</i> ”. Busca integrar mais fortemente a UCG à pastoral arquidiocesana e otimizar a gestão administrativa.
Influência Jesuíta	Retirada da Reitoria da função administrativa da SGC, marcando uma diminuição da influência direta dos jesuítas na gestão da mantenedora.	A reformulação estatutária, incluindo a figura do Secretário Executivo com foco pastoral, reforça a intenção de alinhar a UCG à pastoral arquidiocesana, missão que outrora era confiada aos jesuítas.

Fonte: Quadro elaborado pelo pesquisador (2025) baseado nos Estatutos da SGC de 1977 e 1979.

A comparação entre os dois estatutos da SGC revela uma nítida consolidação do poder do Arcebispo de Goiânia, na qualidade de presidente da instituição, em paralelo ao conseqüente enfraquecimento da autoridade reitoral, particularmente no que concerne à administração financeira. O estatuto de 1979 evidencia uma mudança estrutural na relação entre a Arquidiocese e a administração universitária, que representaria um afastamento do modelo administrativo anterior, consolidado pelos jesuítas, em favor de um paradigma distinto, marcadamente “arquidiocesano”.

6.4 A demissão dos cinco professores de sociologia e a greve geral na Universidade Católica de Goiás

No início do segundo semestre letivo de 1979, um grupo de cinco professores de sociologia (Eline Jonas Fragola²¹⁴, José Maria Baldino²¹⁵, Marcos Antônio da Silva²¹⁶, Nei Clara de Lima²¹⁷ e Silvio Costa²¹⁸) no primeiro dia de aula do semestre, 13 de agosto, recusaram-se publicamente, diante dos alunos, a assumir todas as aulas para eles programadas que correspondiam a 14 horas semanais num contrato de 26 horas. Alegavam que a Universidade os explorava e assim era impossível a melhoria do nível de ensino. Essa temática foi sensível aos alunos que apoiaram os professores.

O grupo dos professores da sociologia reclamavam dizendo que as condições de ensino na UCG e particularmente no Básico, com as salas superlotadas e com o seu sistema de rodízio não era propícia. Sendo assim, a Sociologia era a disciplina

²¹⁴ Bacharel e Licenciada Ciências Sociais pela Universidade Federal de Goiás; jornalista profissional de função pública. cursava especialização em Educação do Núcleo de Pós-graduação da UFG. Na UCG foi admitida em 1976, através de concurso. Foi revisora do Diário Oficial no período de 10 de março de 1965 a 1º de agosto de 1972, professora de Ensino Médio da SEC ocupando o cargo de Direção da Escola Estadual de 1º Grau Professor Alfredo Nas- ser, de Goiânia. Na UCG exerceu às atividades docentes de Ciências Sociais Aplicadas à Saúde, Sociologia I e II-profissional e básico. Eleita pela equipe de Sociologia para coordenar a disciplina no básico a partir de 1º de agosto de 1978.

²¹⁵ Bacharel e licenciado em Ciências Sociais pela UFG. cursava especialização em Educação no núcleo de pós-graduação da UFG. Na UCG foi auxiliar de pesquisa do IPES e atualmente era professor auxiliar de ensino e assistente de ensino, ministrando as disciplinas Métodos e Técnicas de Pesquisa em Serviço Social, Planejamento Social II e Sociologia I e II.

²¹⁶ Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Goiás.

²¹⁷ Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Goiás. Admitida na UCG em 1976 como professora auxiliar em Sociologia I e II. Na UFG era professora colaboradora em Sociologia da Educação.

²¹⁸ Bacharel licenciado em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Foi admitido na UCG em 1978 através de concurso, nas cadeiras Sociologia I e II. Era também o presidente do Centro de Estudos Carajá.

com maior número de alunos. Alegavam que havia uma sobrecarga em horas aulas para os professores com uma remuneração pouco atrativa.

O cerceamento ao trabalho da Equipe. As dificuldades do trabalho na Universidade Católica de Goiás não se resumem nas condições péssimas de ensino e trabalho. UCG tornou-se altamente centralizada e autoritária e são vários os mecanismos de repressão que, ora se apresentam veladamente, através de favores, concessões pessoais, conchavos, barganhas e, ora acintosamente, como demissões sumárias. Estes mecanismos caracterizam-se pela tentativa de dissimulação destas mesmas relações autoritárias que vigoram na UCG, aparentemente progressistas e norteadas por um pensamento “liberal”, mas objetivamente refletem o arbítrio e o desmando contra os docentes, discentes e funcionários. (Carta de Esclarecimento... 1979, p. 3)²¹⁹.

O pe. Vaz relatou que esse acontecimento da greve foi um plano estratégico elaborado conjuntamente com associação de professores-APUC, pois não havia para reitoria alternativa, de um lado, se concordasse, haveria greve porque aceitava uma situação de privilégio dada a um grupo de professores e que seria logo denunciada pelo grupo. Por outro lado, se negasse, e, conseqüentemente demitisse os professores, viria a greve de protesto pela demissão de professores que só queriam melhorar o nível de ensino.

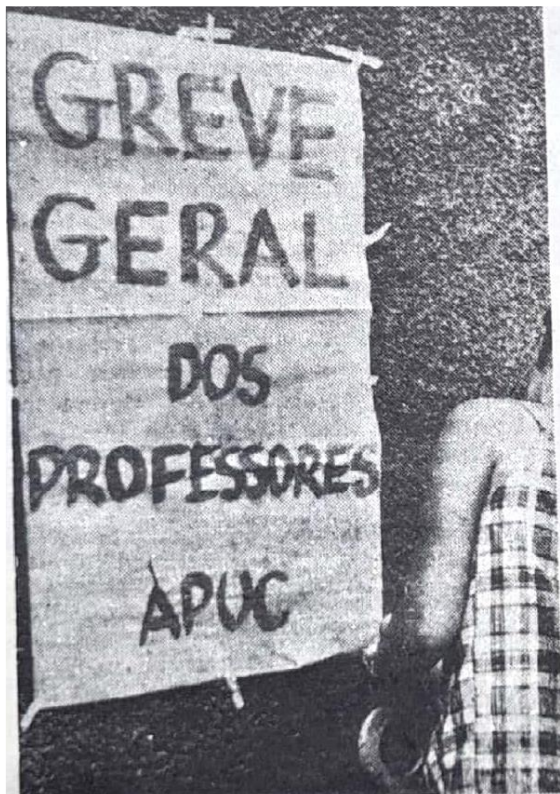
Antes de tomar qualquer decisão, o reitor informou-se para ficar ciente de todo o esquema articulado. Já estavam inclusive redigidos e prontos para serem impressos os “manifestos” e notas públicas, preparados em duas versões sendo usada a que correspondesse à decisão da reitoria. O pe. Vaz tentou comunicar com Dom Fernando, mas não conseguiu, pois estava viajando, logo, procurou o pe. Pereira que era Vigário Geral da Arquidiocese.

Falei com o Vigário Geral, um Padre Secular (pe. Pereira) que depois foi o escolhido para me substituir na Reitoria. Lamentou mas não tomou nenhuma providência. Comecei a perceber então que tudo fora tramado sob a cobertura da Cúria Arquidiocesana e sobretudo pelo Secretariado de Pastoral, constituído de estudantes de esquerda, sociólogos, inclusive alguns dos Professores envolvidos. Reuni a Reitoria e abri o jogo. Todos decidiram que, a partir daquele momento as decisões seriam tomadas colegialmente por todos (Vaz, 1979d, p. 3).

²¹⁹ Carta de Esclarecimento aos professores, alunos, funcionários da UCG e à população em geral. Assinada pelo grupo de professores de sociologia demitidos. Eline Jonas Fragola, José Maria Baldino, Marcos Antônio da Silva, Nei Clara de Lima e Silvio Costa. Goiânia, 19 de agosto de 1979. Arquivo da Província dos Jesuítas no Brasil.

O grupo de professores de sociologia foi demitido pela reitoria, então a greve começou na manhã do dia 16 de agosto de 1979. O reitor deixou que as manifestações acontecessem e não permitiu o uso da força policial, ou qualquer tipo de coação contra o grupo grevista. No primeiro dia, o movimento alcançou toda a universidade.

Figura 32: Cartaz da greve geral dos professores mobilizados pela APUC- 1979



Fonte: Atuação-APUC, 1979.

Os professores demitidos encontraram apoio em diversas instâncias. A Sociedade Goiana de Sociologia escreveu uma carta de denúncia e repúdio a toda população goianiense, pois considerava a demissão arbitrária e injusta. Convocando seus associados a prestarem solidariedade aos colegas demitidos, fazendo denúncias na sociedade, e ao mesmo tempo, recusando-se a assumir aulas na referida instituição. Considerava a atitude da universidade como antidemocrática e anticristã.

Este ato arbitrário e injusto vem se somar a vários outros do mesmo teor que tem marcado a administração autoritária obscurantistas do Magnífico Reitor Pe. José Carlos de Lima Vaz, frente àquela instituição do ensino superior. A Sociedade Goiana de Sociologia lamenta que, no momento que as reivindicações de várias categorias profissionais da sociedade brasileira têm sido consideradas justas e atendidas, uma simples reivindicação por melhores condições de trabalho seja considerada como atitude de indisciplina

por parte de instituição universitária e motive este ato de demissão sumária (Sociedade Goiana de Sociologia, 1979a, p. 1)²²⁰.

Em uma nota pública a Sociedade Goiana de Sociologia afirmava que todo associado em solidariedade aos colegas demitidos, deverá apoiar o movimento que leve à não substituição destes professores e sua readmissão imediata. Para coagir ainda mais o grupo foi estabelecido:

Qualquer associado que venha a substituí-los será denunciado à comunidade profissional no Estado e no País e fica, desde já, desligado como membro da Sociedade Goiana de Sociologia por ofender seus princípios estatutário. Caso, outro profissional (não sociólogo) venha substituí-los, será denunciado publicamente aos alunos e às entidades a que pertencem estes profissionais; permanecerá em vigília para encaminhamento do movimento. Resolve, por esta nota, denunciar possíveis manobras que possam ocorrer a nível a cúpula da Universidade Católica de Goiás, para suspender “ad referendum” a disciplina Sociologia, do I Ciclo de Estudos Gerais, durante o II Semestre de 1979 (Sociedade Goiana de Sociologia, 1979b, p. 1)²²¹.

A sociedade de sociologia foi uma das entidades que mais influenciou o público externo, apelando às entidades civis, culturais e profissionais de Goiânia a tomarem posição diante dos acontecimentos. Este movimento potencializou não só a propagação dos acontecimentos, mas também contribuiu para o fortalecimento do movimento grevista; pois com a legitimação das diversas instâncias da sociedade goiana, além de expor negativamente as ações administrativas da universidade, contribuía para a execução do plano em curso.

A Associação de Professores da UCG (APUC) reuniu-se em assembleia extraordinária²²² no dia 16 de agosto e decidiu quatro pontos:

1- A paralisação das aulas, endossando as propostas apresentadas na carta dos alunos, que, em assembleia geral, também decidiram pela paralisação. Da mesma forma, a APUC ratificava a nota pública da Sociedade Goiana de Sociologia, que prestava total solidariedade aos colegas demitidos, manifestava-se contra sua substituição, seja por sociólogos ou por profissionais de outras áreas, e denunciava

²²⁰ Sociedade Goiana de Sociologia. Carta de repudia à população goianiense. Goiânia, 16 de agosto de 1979a. Arquivo da Província dos Jesuítas no Brasil.

²²¹ Sociedade Goiana de Sociologia. Nota Pública. Goiânia, 16 de agosto de 1979a. Arquivo da Província dos Jesuítas no Brasil.

²²² Assembleia Extraordinária da Associação de Professores da Universidade Católica de Goiás, realizada no dia 16 de agosto de 1979 no Auditório da Arquitetura da UCG. Documento assinado pelo presidente da APUC, prof. Ivo Mauri. Arquivo da Província dos Jesuítas no Brasil.

possíveis manobras no sentido de suspender a disciplina de Sociologia no 1º Ciclo de Estudos Gerais da UCG, neste 2º semestre de 1979.

2- Solicitava a readmissão imediata dos professores cuja proposta de trabalho incorporava os princípios defendidos pela Associação de Professores e as diretrizes que nortearam a Jornada Pedagógica promovida pela Reitoria da UCG, com a participação efetiva dos vice-reitores, decanos, diretores de departamentos e representantes docentes e discentes. Diretrizes estas que se consolidaram em uma proposta por melhores condições de ensino, democratização da universidade e pluralismo de pensamento.

3- A paralisação das aulas seria interrompida mediante a readmissão da equipe de professores de Sociologia demitidos e a aceitação de sua proposta de trabalho rejeitada. Para isso, a portaria 002/79, de 25 de julho de 1979, da Vice-Reitoria Acadêmica, deveria ser tornada sem efeito, pois desrespeitava a autonomia e competência de cada departamento em avaliar, opinar e decidir sobre a carga horária de trabalho de seus professores.

4- A assembleia extraordinária aprovou também a proposta de formação de comissões de alunos e professores para levantarem novos problemas e programarem atividades que preenchessem o tempo de duração da paralisação das aulas na UCG, demonstrando, dessa forma, o empenho e o interesse dos professores em trabalhar pelo crescimento qualitativo da universidade. O documento foi assinado pelo professor Ivo Mauri e encaminhado à reitoria da UCG.

Diante da abertura do reitor para estabelecer diálogo e buscar uma solução para o impasse, a APUC realizou uma nova assembleia em 21 de agosto. Na ocasião, a associação declarou estar disposta a retomar as aulas no dia 22 de agosto, desde que a demissão dos professores de sociologia fosse suspensa. Além disso, considerava a possibilidade de contar com o auxílio de profissionais da Sociedade Goiana de Sociologia, que reassumiriam a regência das aulas de sociologia do Ciclo Básico.

O grupo também pedia uma mesa de negociação composta pelo reitor da UCG, presidente da APUC, presidente da Sociedade Goiana de Sociologia, um representante dos professores demitidos, um dos presidentes dos Diretórios Acadêmicos, do presidente do Sindicados dos Professores do Estado de Goiás, para

que no prazo de 30 dias pudesse apreciar os seguintes itens: a) a distribuição da carga horária dos professores em tempo continuo fosse de competência das congregações de cada unidade da UCG; b) a carga horária dos docentes jamais poderia ser diminuída; c) as horas extras deveriam ser de livre aceitação por parte dos docentes, obedecida a legislação em vigor; d) qualquer demissão somente poderia ser processada após apreciação nas congregações das unidades de ensino a que pertencer o docente (APUC, 1979, p. 1-2)²²³.

Figura 33: Professores da APUC em Assembleia durante a greve na UCG



Fonte: Jornal *Folha de Goiaz*, 20/08/1979²²⁴.

A criação da APUC, bem como, o movimento grevista, estão inseridos num contexto maior de iniciativa do movimento universitário e estudantil pró-democracia, que aconteceu em vários estados brasileiros. A partir da segunda metade da década de 1970, a alta inflação, as torturas e a repressão política geraram um clima de insatisfação e mobilização social de enfrentamento aberta à ditadura militar. As mobilizações estudantis e operários se aprofundaram durante a década de 1970. Os

²²³ Carta da Associação dos Professores da Universidade Católica de Goiás ao pe. José Carlos de Lima Vaz, reitor da Universidade Católica de Goiás. Goiânia, 22 de agosto de 1979. Arquivo da Província dos Jesuítas no Brasil.

²²⁴ Jornal *Folha de Goyaz*, Ano 40, n. 10.180. Goiânia, 22 de agosto de 1979. Arquivo da Província dos Jesuítas no Brasil.

docentes universitários também se mobilizaram, culminando nas associações de docentes universitários em vários lugares do Brasil, que lutavam pela reabertura política, a defesa pelo fim do regime militar e a democratização na sociedade e na universidade.

Aconteceu na Universidade de São Paulo- USP, de 15 a 16 de fevereiro de 1979 o 1º Encontro Nacional de Associações de Docentes Universitários que elaborou um Carta de Princípios, que visava a liberdade de cátedra, a autonomia universitária e a democratização da universidade. Sobre a associação dos docentes dentro da universidade defendeu-se a eleição do reitor e dos órgãos deliberativos e técnicos.

A democratização da Universidade Brasileira está subordinada ao processo geral de democratização da Sociedade Nacional. Ela exige como condição para sua realização, a eliminação de todos os mecanismos repressivos, que enfeixados no estado autoritário implantado no país, após 1964, cerceiam a organização e a livre manifestação de amplos setores da Sociedade, inclusive da comunidade universitária. Entretanto, ao nível específico das instituições universitárias, a crise institucional do sistema abre largas possibilidades, no sentido de contribuir para acelerar a sua superação, propiciando o exercício de uma prática democrática e a criação de relações livres e dinâmica no interior da vida acadêmica e científica nacional (Carta de Princípios, 1979, p. 5)²²⁵.

A Carta de Princípios enfatizou que o surgimento das Associações de Docentes inaugurava uma nova etapa no desenvolvimento da vida universitária brasileira. Estas deveriam estar associadas com todas as forças políticas nacionais empenhadas na superação da situação conservadora, com a finalidade de fazer florescer os princípios democráticos desejados.

Dentro desse espírito a APUC almejava um modo de governo da universidade que garantisse a livre manifestação de ideias, com a finalidade não de prevalecer uma visão conservadora e autoritária. Sendo assim, manifestou:

- Por uma administração democrática que elimine a concentração de poder na presente estrutura rigidamente hierárquica e burocrática da universidade.
- Por estatutos e regimentos internos democráticos.
- Por eleições diretas com a participação ampla de professores e funcionários para os cargos de direção da universidade.
- Pela valorização da autonomia departamental, inclusive no que se refere a admissão de docentes (Atuação, 1979, p. 7)²²⁶.

²²⁵ Carta de Princípios do I Encontro Nacional de Associações de Docentes Universitários. Universidade de São Paulo, 1979.

²²⁶ Atuação. Órgão Oficial da Associação de Professores da Universidade Católica de Goiás. Ano I, n. 4, Abr. Mai. Jun. de 1979.

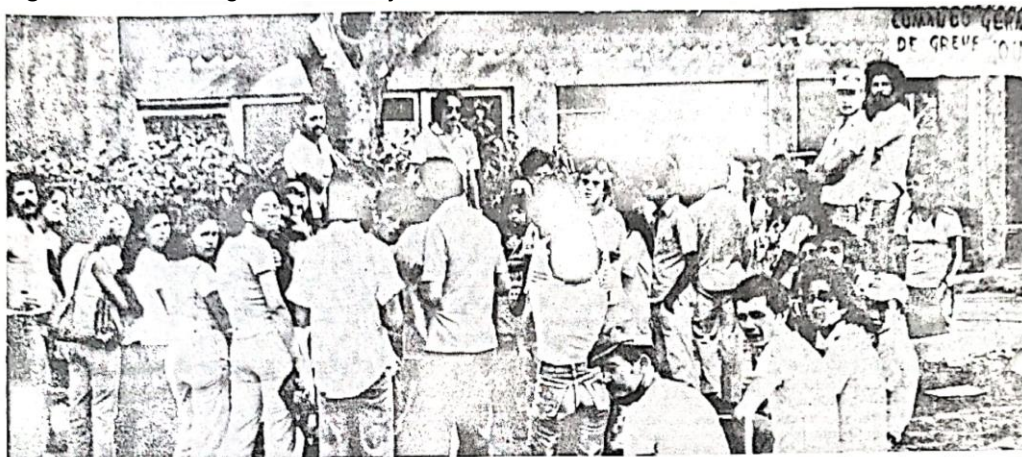
O movimento grevista da UCG estava inserido num contexto de lutas por democratização. A APUC tinha uma visão institucional secularizada, pois buscava uma estruturação da Universidade Católica semelhante às das Universidades Federais (públicas), não levando em conta que esta (UCG) era uma instituição de caráter privado e confessional.

O conflito na UCG também evidenciava as tensões entre a busca dos professores por autonomia universitária e a subordinação à Reitoria, sob a administração dos jesuítas. Como administradores da universidade, os jesuítas desempenhavam um papel significativo na definição dos rumos da instituição. No entanto, a crescente pressão de parte da comunidade acadêmica por maior autonomia e democratização desafiou essa relação tradicional.

Os diretórios acadêmicos da UCG sob mobilização da APUC, também se reuniram em assembleia e definiram: 1- Estado de greve dos estudantes; 2- Readmissão dos professores, cujos contratos foram rescindidos por iniciativa da UCG, como condição para cessar a situação de greve; 3- Formação de comissão de greve e afirmação da intenção ordeira e pacífica do movimento.

Diante dessas propostas, a administração superior da universidade respondeu que a decisão de demissão foi a única possível. Segundo a gestão, atender imediatamente à exigência dos professores, sem uma alternativa apresentada, resultaria em desobediência à deliberação anterior dos Conselhos Departamentais e, sem a anuência prévia do Conselho Universitário, geraria encargos financeiros não previstos para a UCG, que teriam que ser assumidos pela futura administração.

Figura 34: Alunos grevistas nos jardins do Ciclo Básico - UCG



Fonte: Jornal *Folha de Goyaz*, 18/08/79.

A reitoria afirmou que a liberdade dos alunos de frequentar ou não as aulas, seria reconhecida e respeitada. Pediu aos alunos grevistas que não fizessem o uso de qualquer tipo de coação direta ou indireta aos professores que queira desenvolver seus trabalhos. E, que não haveria nenhuma possibilidade de readmitir os professores afastados, pois eles não colocaram, nem antes e nem até aquele momento, qualquer alternativa sobre a qual a reitoria posso decidir.

Por parte da Câmara Municipal de Goiânia também foi feito um requerimento através do vereador Sebastião Pinheiro em sessão do dia 16 de agosto de 1979, pedindo a reconstrução dos professores, afirmando que tal ato deixou os alunos, e até mesmo a opinião pública perplexas, devido à gravidade desse ato punitivo aplicado a esses profissionais de nível superior.

Pedimos ao Reitor que os readmita em suas funções, tornando nulo o referido ato administrativo, que sem dúvida espelhou mais vingança e punição do que medida conciliatória e de solução ao impasse havido. No momento em que País busca caminhos e soluções democráticas, denominando abertura e anistia a nova mentalidade político-administrativa; momento em que, os profissionais demonstram maior consciência profissional, dedicação e zelo pela Educação naquela Universidade; momento em que apagam-se as luzes da gestão do Reitor, esta medida veio caracterizar o despotismo e o alheamento à dignidade dos mestres e ainda tolhendo a liberdade de cátedra, macular os direitos humanos, pois temos a certeza de que os professores atingidos precisam daquele trabalho para o sustento e o de seus familiares (Pinheiro, 1979, p. 1)²²⁷.

Diante de tal provocação, pe. Vaz mandou um ofício ao presidente da Câmara Municipal de Goiânia, vereador Daniel Antônio de Oliveira, dizendo que respeitava a posição do vereador Sebastião Pinheiro, que não entrava no mérito dos conceitos que ele emitiu no requerimento e na tribuna, mas que são conceitos que atingiam sua integridade e uma atitude colegialmente tomada pela reitoria. No entanto, eram públicos os detalhes esclarecedores do episódio que provocou tal manifestação.

Admira-me que um representante do povo se sinta em condições de denunciar publicamente pessoas ou atos sem ter antes se inteirado dos dados reais. Não posso dar o direito de julgar-me sem me ouvir a alguém que apregoa o respeito aos direitos humanos. Peço ao amigo assegurar ao signatário do requerimento que compreendo sua atitude, motivada talvez pela emoção de momento, que tudo relevo. Sendo o presente uma resposta oficial

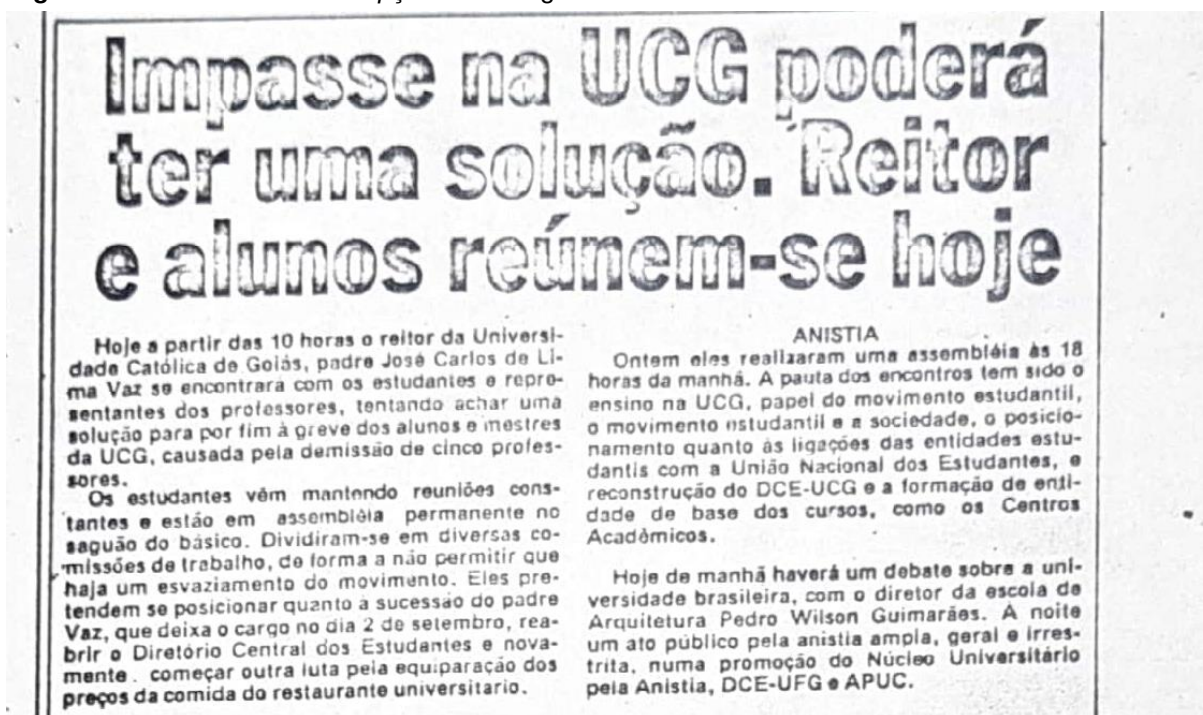
²²⁷ Requerimento n. 1202 do Vereador Sebastião Pinheiro solicitando ao pe. José Carlos de Lima Vaz, as providências necessárias ao atendimento do pedido. Câmara Municipal de Goiânia, 16 de agosto de 1979. Arquivo da Província dos Jesuítas no Brasil.

a uma solicitação desta Presidência, estou certo de que o amigo lerá publicamente no plenário e a registrará nos anais (Vaz, 1979e, p. 1)²²⁸.

Com isso, a reitoria usou como estratégia fazer os esclarecimentos públicos perante a instituição e a sociedade, assim, depois de dois dias, houve a reunião de muitos Departamentos que decidiram voltar as aulas no dia 20 de agosto, nesse mesmo dia houve aula em muitos Departamentos, apesar dos piquetes grevistas, no dia seguinte as aulas estavam normalizadas quase completamente.

Dom Fernando havia chegado de viagem, os alunos grevistas o procuraram, já tendo recebido os relatórios da reitoria e a documentação sobre o ocorrido, o arcebispo deu todo o seu apoio ao grupo dos alunos grevistas e disse que iria readmitir os professores demitidos, além de fazer pesadas críticas à reitoria. Por meio dessa conduta do arcebispo, já era perceptível a sua tomada de decisão que se opunha aos jesuítas. No grupo de alunos que negociaram com Dom Fernando, havia alguns repórteres que fizeram a cobertura dos fatos, sendo assim, no outro dia, a notícia estava divulgada em muitos jornais como O Popular, TopNews, Opção, Folha de Goyaz.

Figura 35: Matéria do Jornal *Opção* sobre a greve na UCG



²²⁸ Ofício n. 450/79 do pe. José Carlos de Lima Vaz, reitor da Universidade Católica de Goiás, ao vereador Daniel Antônio de Oliveira, presidente da Câmara Municipal de Goiânia. Goiânia, 23 de agosto de 1979. Arquivo da Província dos Jesuítas no Brasil.

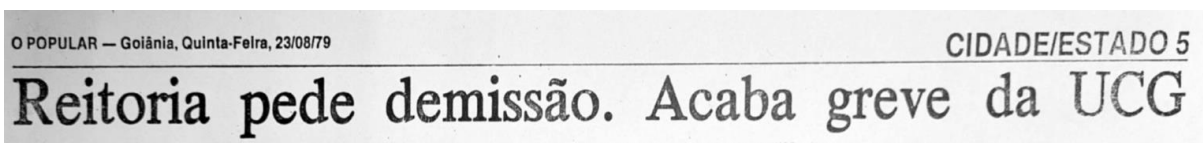
Fonte: Jornal *Opção*, 20/08/1979.

O pe. Vaz telefonou ao padre provincial dos jesuítas que lhe deu carta branca para agir. Sendo assim, o reitor reuniu com a reitoria e todos foram juntos ao arcebispo e apresentou-lhes a demissão coletiva e imediata de todos os cargos da Universidade. Dom Fernando ficou atônito e manifestou que nunca esperava essa atitude por parte do grupo. Dirigiu-se então ao pe. Vaz e pediu que isso não acontecesse, inclusive, apelando para a sua fidelidade à Igreja Católica como jesuíta, citando o seu voto de obediência. Dom Fernando dizia que uma atitude como essa causaria escândalo para a Igreja e o deixaria em situação difícil porque ainda não tinha escolhido o nome do novo reitor que estava em tramitação. Essa renúncia coletiva apresentava uma certa ruptura com a hierarquia eclesiástica e um desafio à autoridade de Dom Fernando.

Pressionado por sua atitude, senti-me só. Os companheiros afirmaram que fariam o que eu fizesse. Sai da sala, rezei e confesso que chorei. Mass calmo voltei e falei ao Arcebispo que colocando de lado minha dignidade pessoal ou meu orgulho ferido, aceitava a pedido seu e, para o bem da Universidade, ficarem meu posto até o último dia do mandato. Os outros me seguiram. O Arcebispo ficou aliviado, mas não se lembrou nem sequer de agradecer. Disse, entretanto, que ia dar-me apoio através de uma nota sua à imprensa. Entretanto, no final da entrevista, quando todos já estavam saindo, disse-me que a partir da data da transmissão do cargo queria que eu me afastasse logo de Goiânia e que não me permitiria, depois daquele dia, que fosse à Paróquia de Goianira que me fora confiada por ele há 6 anos, desde minha chegada a Goiânia. Os Vice-Reitores ficaram abismados (Vaz, 1979d, p. 4).

O pe. Vaz em seu relato pessoal disse que os colegas da reitoria ficaram indignados com essa decisão de Dom Fernando e lhe disse, “até 3 de setembro quando termina seu mandato como reitor você é um personagem indispensável nesta comédia ou tragédia, a partir desse dia é um cachorro louco, destes que a gente afasta a pedrada” (Vaz, 1979d, p. 4-5).

Figura 36: Manchete no jornal *O Popular* sobre a demissão coletiva da reitoria da UCG



Fonte: Jornal *O Popular*, 20/08/1979.

Além de não publicar a nota à imprensa de apoio a reitoria que havia prometido, divulgou apenas um esclarecimento público que dizia:

Dom Fernando Gomes dos Santos, Arcebispo Metropolitano de Goiânia e Presidente da Sociedade Goiana de Cultura mantenedora da Universidade Católica de Goiás, vem a público fazer a seguinte comunicação:

- 1) Estiveram com o Arcebispo, hoje, o Magnífico Reitor Padre José Carlos de Lima Vaz, acompanhado de sua Equipe Administrativa;
- 2) Depois de algumas considerações sobre os últimos acontecimentos na UCG, todos colocaram seus cargos à disposição do Arcebispo;
- 3) O Arcebispo pediu-lhes que permanecessem em suas funções até o próximo dia 03 de setembro quando terminará o mandato do Padre José Carlos de Lima Vaz, SJ, como Reitor.
- 4) Todos concordaram em atender a referida solicitação.
- 5) Diante do exposto, o Arcebispo manifesta seu agradecimento público à mencionada Equipe por mais esta demonstração de atenção e espírito de serviço, ao mesmo tempo em que, reiterando seu apoio a atual Reitoria, espera que a vida universitária da UCG encontre as condições adequadas para voltar ao clima normal de convivência fraterna e produtividade intelectual (Santos, 1979c, p. 1)²²⁹.

Posteriormente, Dom Fernando afirmou publicamente a sua posição contra a reitoria da UCG, se posicionando a favor dos professores demitidos e dos alunos grevistas. Após esses acontecimentos toda a equipe da reitoria se sentiu enganada pelo arcebispo, reuniu-se disposta a renunciar e demitir-se em que qualquer hipótese. O pe. Vaz conseguiu contornar a situação com o grupo para não fazer isso, apelando, sobretudo, para o problema que se criaria para os funcionários que dependiam rigorosamente do pagamento pontual do salário, principalmente, os que eram mais pobres, pois com a demissão coletiva haveria um grande tumulto e a universidade levaria tempo para se normalizar. Por isso, o pe. Vaz escreveu ao arcebispo:

Senhor Arcebispo, A imprensa local, em edição do dia 22/08/79 divulgou o posicionamento de V. Revma., acerca do episódio da demissão dos cinco Professores de Sociologia, decisão esta de nossa responsabilidade. Tal fato, a nós verbalmente confirmado por V.Revma., prejudicou irremediavelmente o exercício dos cargos de confiança para os quais fomos designados. Oficializando nosso posicionamento verbal feito ontem, comunicamos a V.Revma. que nossos cargos estão à sua disposição a partir de 22 do corrente. Atendendo ao bem dos professores, funcionários e alunos e, ainda, ao apelo insistente de V.Revma., permaneceremos em nossas funções até o término do mandato do atual Reitor, o que ocorrerá no próximo dia 02 de setembro 1979. (Vaz, 1979g, p. 1)²³⁰.

A greve na UCG revelava uma crise institucional, marcada por conflitos de poder, divergências ideológicas e uma desconfiança entre os diferentes agentes envolvidos. A greve, que foi motivada inicialmente por questões pedagógicas, mas,

²²⁹ Dom Fernando Gomes dos Santos, arcebispo de Goiânia. Nota de Esclarecimento ao público. Goiânia, 22 de agosto de 1979c. Arquivo da Província dos Jesuítas no Brasil.

²³⁰ Carta do pe. José Carlos de Lima Vaz, reitor da UCG, a Dom Fernando Gomes dos Santos, arcebispo de Goiânia. Goiânia, 23 de agosto de 1979. Arquivo da Província dos Jesuítas no Brasil.

rapidamente foi instrumentalizada dentro de um projeto de poder, para fins políticos, com a intuito de influenciar na escolha do novo reitor.

Assim noticiou o jornal *O Popular*:

A comissão, em seguida, procurou Dom Fernando em sua residência, no Edifício Dom Abel, onde reuniram-se demoradamente. A esta altura o Secretariado da Pastoral já distribuía à imprensa notas de esclarecimento ao público sobre o pedido de demissão apresentado pela Reitoria da UCG, onde afirma que o arcebispo pediu-lhes que permanecessem em suas funções até o próximo dia três, quando terminará o mandato do padre José Carlos de Lima Vaz como reitor, e que “todos concordaram atender à referida solicitação”. A comissão, Dom Fernando assegurou que a readmissão dos cinco professores de Sociologia será objeto de interesse do reitor que sucederá Lima Vaz na UCG e que deverá ser escolhido na próxima semana. Disse que, depois dessa movimentação, tinha “novos critérios para escolher as pessoas para os cargos administrativos na UCG” (O Popular, 23/08/1979).

Com a promessa formal feita pelo arcebispo, os membros da APUC se reuniram novamente em assembleia, aprovaram o fim da greve considerando o movimento “vitorioso”, dando um voto de confiança a Dom Fernando no sentido de readmitir os cinco professores com a nomeação do novo reitor, e que a falta das aulas de sociologia era de inteira responsabilidade da reitoria. Sendo assim as aulas voltariam ao normal. Ivo Mauri como presidente da APUC classificou de “históricos” os seis dias de greve.

Foram seis dias históricos, período em que alunos e professores, muitas vezes chamados de minoria, pararam toda a Universidade Católica de Goiás. Nós também ouvimos o clamor nacional pela busca de uma outra universidade, uma nova universidade, onde as questões podem ser discutidas de outra forma que não essa, cheia de arbitrariedades e autoritarismo. Esta greve, plenamente vitoriosa, foi a semente que plantamos de uma nova universidade, pluralista, democrática, descentralizada e que atenda às camadas populares, assinalou o presidente da Apuc (O Popular, 23/08/1979).

Diante dos acontecimentos, o pe. Vaz foi chamado pelas autoridades do Ministério da Educação- MEC sendo informado por telefone que haveria uma intervenção do Governo Federal dentro da universidade. A lei brasileira não permitia que um reitor, no exercício de seu cargo, seja sob qualquer pretexto, desautorizado publicamente por qualquer superior, nem mesmo pelo presidente da República. Afinal, no seu cargo, o reitor simbolizava a autonomia universitária. O que ocorrera em Goiânia foi um fato inédito na história da educação superior no Brasil.

Nesta época Dom Luciano Mendes de Almeida, bispo auxiliar da Arquidiocese de São Paulo, que também era jesuíta, gozava de grande prestígio dentro do MEC, sendo assim, o pe. Vaz pediu a sua ajuda, para que o Ministério da Educação

entregasse a Dom Luciano o problema para ser estudado e encaminhadas as providências. Dom Luciano com sua tática política apoiou o pe. Vaz, conseguiu contornar a situação dentro do MEC, para que não houvesse desdobramentos da crise, nem intervenção dentro da universidade, caso isso acontecesse, seria um grande escândalo dentro da Igreja Católica que teria repercussão nacional.

Nos dias seguintes, já no final do reitorado do pe. Vaz, quase todos os departamentos da UCG manifestaram publicamente, inclusive por meio da imprensa, apoio ao reitor jesuíta e críticas a dom Fernando por sua intromissão arbitrária na Reitoria e no corpo docente da universidade.

Dentre esses departamentos, destacaram-se o Primeiro Ciclo de Estudos Gerais, os Departamentos de História e Ciências Sociais, Ciências Biológicas e Geociências, Ciências Econômicas e Administrativas, Enfermagem e a Comissão Permanente de Vestibular. Esse dado é relevante para compreender que a APUC não representava a totalidade dos docentes da universidade, mas sim um grupo bem articulado. O vínculo entre o pe. Ivo Mauri e o pe. José Pereira fortaleceu esse grupo, sobretudo junto ao arcebispo de Goiânia.

Os departamentos que manifestaram apoio ao reitor, afirmaram que o movimento grevista que paralisou a UCG, surgiu num clima altamente emocional e precipitado, pois havia em estudo, por parte de todas as equipes, surgida na reunião de coordenação do Primeiro Ciclo de Estudos Gerais (6/08/1979), uma proposta de redistribuição da carga horária letiva, com consentimento geral para que fosse apresentada à Reitoria numa reunião já pré-agendada para 20 de agosto. Esse acordo não foi respeitado pela equipe de Sociologia que informou, por conta própria, de sala em sala, sua decisão de não ministrar aulas para quatro turmas, omitindo e mudando os dados, diante do acordo feito com as demais equipes no citado dia 06. Isso demonstrava que a atitude de não assumir as aulas foi tomada de maneira isolada, somente pela Sociologia, não levando em conta a Congregação na consulta.

Outro elemento elencado pelo grupo é que as adesões da comunidade goianiense deram-se sem conhecer a realidade, apenas tendo por denominador comum a “arbitrariedade” da reitoria. O movimento grevista desenvolveu-se num clima político-ideológico que visava à desmoralização da reitoria, como foi noticiado pelos

artigos de imprensa. A APUC reprimia os professores que não eram favoráveis à greve:

Levando-se em consideração a forma como foram conduzidas as assembléias promovidas pela APUC, nas quais os professores contrários à greve eram tolhidos, através de vaias, em seu direito de manifestação, os professores do departamento de Ciências Biológicas e Geociências (CBG) delas deixaram de participar (Corpo Docente CBG, 1979, p. 1)²³¹.

Percebe-se que o movimento serviu-se de um incidente ocorrido com alguns professores da sociologia, através de reivindicações aparentemente defensáveis, mas estava articulado com uma única finalidade, influenciar na escolha do próximo reitor. A greve foi utilizada também como mecanismo para denegrir a imagem dos jesuítas e descredibilizar a sua administração frente a universidade.

O movimento grevista era dirigido e mantido por reduzido número de professores, não representativos dos anseios, claramente identificáveis, no seio do corpo docente da UCG. A paralização das aulas foi devida a atuação de um bem dirigido, ativo e agressivo grupo de estudantes, que pela intimidação e, mesmo, pela coação física de colegas e professores, impedia até mesmo o acesso à sala de aula. (Corpo Docente CBG, 1979, p. 1).

A universidade mesmo sendo de caráter católica, se tornou um espaço de disputas. Os diversos acontecimentos mostram as complexidades das relações de poder e as lutas simbólicas que permearam essa instituição. O clima de tensão gerado pelo conflito demonstrou a fragilização da comunidade universitária para a construção de um projeto pedagógico comum. A instrumentalização política do movimento grevista visando influenciar o processo de escolha do novo reitor, utilizou como medida a divulgação de informações distorcidas e a criação de um clima de tensão que contribuiu para a radicalização do movimento, demonstrando assim, uma complexa dinâmica de conflitos e interesses, tanto dentro da comunidade acadêmica quanto entre a instituição e a hierarquia eclesiástica.

Na documentação acessada durante a pesquisa foi encontrado um boletim denominado “Comissão de Vigilância” que se apresentava como um grupo sem partido, que relatava os acontecimentos que envolviam a universidade nesse momento de crise. Em um dos boletins foi narrado que a radicalização da equipe de

²³¹ Carta do Departamento Ciências Biológicas e Geociências (CBG) da UCG a Dom Fernando Gomes dos Santos, presidente da Sociedade Goiana de Cultura. Agosto de 1979. Arquivo da Província dos Jesuítas no Brasil.

sociologia foi combinada entre o grupo, e se a reitoria não os demitisse para que isso gerasse o estopim da greve, a outra estratégia era um pedido de vistoria técnica na contabilidade da UCG, para averiguar a movimentação financeira da universidade e a cobrança das mensalidades com a suspeita de irregularidades.

Além disso, o boletim noticiou que a APUC liderada pelo pe. Ivo não tinha nenhum terço dos professores da universidade, e se arrogava o direito de falar em nome de todos. Essa informação confirma o que o pe. Vaz narrou em uma das suas cartas, dizendo que a mobilização da APUC era de um grupo reduzido de professores. Alguns dos professores demitidos do grupo da sociologia, se vincularam ao Partido Comunista do Brasil – PCdoB.

O boletim relatou que o pe. Ivo Mauri nutria desafeto pelo pe. Vaz e, por isso, criou um vínculo mais próximo com Dom Fernando, com o objetivo de influenciá-lo em suas decisões sobre a universidade, posicionando-se contra o reitor.

APUC. Curiosa entidade presidida pelo Pe. Ivo Mauri. Nem um terço dos professores da UCG pertencem a mesma e ela só arroga o direito de falar em nome de todos. E sem consultá-los. E fala mentira. Não verifica antes. Primeiro morde e de pois sopra: Mas tudo se explica: o p. Ivo Mauri tem dívidas antigas com o p. Vaz e não podia perder esse prato. Nosso elemento encarregado de pesquisar esse Ivo nos trouxe o seguinte quadro: elemento brilhante e de fácil eloquência. Leva qualquer um na conversa. Jamais apreciou o d. Fernando. Mas hoje não lhe larga a saia. Ele precisa do d. Fernando para se vingar do p. Vaz que o demitiu do departamento de Teologia anos atrás. Maquiavélico. Para ele o fim justifica os meios. Por isso mente de cara limpa mesmo em manifestos da Apuc. Como vigilantes não temos partido, o colocamos assim em nossa lista negra por ser fingido e mentiroso. Antes da briga do p. Vaz com o d. Fernando (que quase está levando a UCG a falência) o Ivo não era visto na Cúria Diocesana. Hoje não sai de lá. Mas isso só por interesse. Há dias vem divulgando sorrateiramente que mora com o d. Fernando. Usa o nome do d. Fernando a torto e direito. Parece que foi nomeado seu porta-voz oficial. E mente em nome do bispo. O mais sorrateiro dos maquinadores de crises da UCG. Como a Salomé ele garante que faz a cabeça do bispo com a ajuda do p. Pereira. Dizem que está preparando uma vingança em regra quando colocar o seu candidato na Reitoria, o Pedro Wilson. Ele não perde por esperar. Todos sabem o quanto ele criticava o bispo tempos atrás... Quem te viu, e quem te vê (Boletim n. 2, 1979, p. 1)²³².

Diante desse contexto emblemático e desafiador coube a Dom Fernando Gomes dos Santos, nomear no novo reitor. No dia 28 de agosto de 1979, o arcebispo convocou uma Assembleia Geral Extraordinária da Sociedade Goiana de Cultura que

²³² Comissão de Vigilância – Boletim n. 2 – Goiânia 16 de agosto de 1979. Arquivo da Província dos Jesuítas no Brasil.

aconteceu na biblioteca do Seminário Santa Cruz, em Goiânia, com a finalidade de aprovar os novos estatutos da SGC e escolher o novo reitor. Sendo assim, os membros foram unânimes na aprovação do estatuto e concordaram “que nas atuais circunstâncias, o mais indicado seria o monsenhor José Pereira Maria, cumprindo o item VII do art. 21”, depois de ouvir nominalmente o parecer de cada um, “o presidente nomeou: Reitor da UCG, Mons. José Pereira de Maria; vice-reitor para assuntos administrativos da UCG e secretário da SGC, sr. João Cupertino de Souza Clímaco; vice-reitor para assuntos acadêmicos, professor Jonathan Silva” (Ata SGC, 1979, p. 46), todos com mandato de três anos.

6.5 A ruptura com os jesuítas na Universidade Católica de Goiás

No dia 3 de setembro de 1979, com a presença do padre provincial, os jesuítas entregaram ao arcebispo de Goiânia a direção da Universidade Católica de Goiás, missão que assumiram durante vinte cinco anos. Sucedeu na reitoria, monsenhor José Pereira de Maria, pertencente ao clero da Arquidiocese de Goiânia, padre de extrema confiança de Dom Fernando. Assim foi noticiado:

A Universidade Católica de Goiás já tem seu novo reitor. É o padre José Pereira de Maria, o conhecido padre Pereira, escolhido na reunião de ontem à noite da Sociedade Goiana de Cultura, entidade mantenedora da UCG. O novo reitor substituirá o padre José Carlos de Lima Vaz, que encerra seu mandato no próximo dia 3 de setembro. Para vice-reitor de Assuntos Acadêmicos a escolha recaiu sobre o professor Jonathas da Silva, e João Clímaco será o secretário-executivo da SGC, cargo que substituirá o de vice-reitor administrativo. O novo reitor da UCG é natural de Floriano, estado do Piauí, tem 52 anos e atualmente é vigário geral da Arquidiocese de Goiânia; professor titular na UFG: na cadeira de Antropologia; coordenador da Pastoral Arquidiocesana e prefeito de Estudos do Seminário Santa Cruz. Seu primeiro encargo será o de readmissão dos cinco professores de Sociologia demitidos pelo padre Vaz. O único plano de trabalho traçado por ele é o de “trabalhar por uma universidade aberta, participativa, isto é, que seja uma comunidade fraterna e operosa, voltada para os problemas do homem regional e que buscará aplicar os recursos científicos, tecnológicos e humanos de que puder dispor” (Jornal *Opção*, 1979)²³³.

A saída do pe. José Carlos de Lima Vaz, SJ, e a chegada do pe. José Pereira de Maria como novo reitor, se deu num período muito turbulento e de grande instabilidade institucional, marcado por conflitos e disputas de poder. O pe. Pereira iniciou a sua gestão com o discurso de uma nova administração que promoveria uma

²³³ Jornal *Opção*. Goiânia, 29 de agosto de 1979. Arquivo da Cúria Metropolitana de Goiânia.

universidade mais aberta, participativa e voltada para os problemas sociais, como forma de legitimar o discurso vigente, que foi motivo de oposição aos jesuítas.

A escolha do pe. Pereira como reitor foi estratégica, pois indicava a legitimação do que era apresentado como plano pastoral arquidiocesano, de uma Igreja voltada para as realidades sociais. Por isso, ele se tornou protagonista de um processo que deveria resultar em uma prática universitária-institucional orientada para o contexto social e aberta à comunidade. O novo reitor assumiu a universidade em um momento de grande instabilidade e com muitos desafios a enfrentar, principalmente o de promover uma unidade interna que fortalecesse a identidade institucional.

O pe. José Carlos de Lima Vaz deixou Goiânia no dia 16 de outubro de 1979. Antes de partir, deixou uma carta de despedida a Dom Fernando, na qual afirmou que deixava a cidade com a consciência tranquila, por ter feito o que pôde dentro de suas limitações. Partia com profunda tristeza, mas sem mágoas. Sentia-se agradecido a Deus por ter conhecido uma face tão humana da Igreja, pois isso purifica o amor e confirma a fé. “Nas contradições dos homens, a quem a Igreja está confiada, emerge mais viva a ação do Espírito Santo” (Vaz, 1979h, p. 1)²³⁴.

Afirmou que nesse um mês e meio depois da sua saída da reitoria ele deu a ajuda necessária que o pe. Pereira necessitou e que mesmo de longe estaria a disposição para tudo aquilo que houvesse necessidade da parte dele. Disse que sempre garantiria a verdade a quem parecer de direito sobre os fatos ocorridos em Goiânia.

Nunca num sentimento mesquinho de revanche ou simples desabafo, mas sempre que sentir a exigência de dizer e mostrar a verdade que liberta. Não sou dono da verdade e o que acho, acho dentro de minha ótica. Só Deus pode sondar os corações e ver até que ponto o que fazemos e dizemos corresponde à exigência mais profunda da consciência. Mas estou convencido de que o culto da verdade é a condição primeira para que nós, homens da Igreja, cumpramos nossa missão, missão à qual estamos consagrados inteiramente, de construir o Reino de Deus entre os homens (Vaz, 1979h, p. 1).

O pe. Vaz expressou sua decepção ao perceber que as notícias divulgadas pela Arquidiocese sobre os últimos acontecimentos haviam sido distorcidas. Diante

²³⁴ Carta de despedida do pe. José Carlos de Lima Vaz a Dom Fernando Gomes dos Santos. Goiânia, 16 de outubro de 1979h. Arquivo Romano da Companhia de Jesus.

disso, afirmou a Dom Fernando que o deixaria livre para restabelecer a verdade dos fatos, caso isso fosse o melhor para o Povo de Deus, que deve ser edificado na caridade e na verdade. Encerrou dizendo:

Rezarei sempre por V. Revma. e creia que, acima das misérias humanas, peço ao bom Deus que, com sua graça, faça prevalecer em mim a caridade sobrenatural. É com ela que lhe expresso meus sentimentos de gratidão e amizade em Cristo (Vaz, 1979h, p. 2).

Através da carta é possível compreender as complexidades das relações interpessoais e institucionais que marcaram esse período turbulento da ruptura com os jesuítas na universidade católica. O pe. Vaz expressou a sua decepção com os acontecimentos, especialmente pela interferência externa na administração e a falta de apoio do arcebispo, inclusive pelo modo distorcido de apresentar os fatos finais. Apesar da sua tristeza, o pe. Vaz dizia ter a consciência tranquila, pois acreditava ter agido segundo os seus valores e princípios.

Através dessa carta é perceptível o conflito de interesses entre a administração da universidade e a hierarquia eclesiástica, onde cada uma das partes queria mostrar e defender suas visões e interesses. A disputa pelo poder dentro da instituição foi um elemento crucial para toda a crise que resultou na saída dos jesuítas da universidade. Encontrar essa carta nos arquivos foi muito importante, pois ela nos ajudou a compreender melhor a complexidade do que ocorreu na UCG e revela as reflexões e emoções de um dos principais agentes dessa história final que foi o pe. José Carlos de Lima Vaz, SJ.

Após deixar Goiânia com destino a sua nova missão na PUC do Rio de Janeiro, pe. Vaz escreveu ao núncio apostólico no Brasil (representante do papa), Dom Carmine Rocco e ao presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), Dom José Ivo Lorscheiter em 3 de dezembro de 1979, contando sobre o trabalho dos jesuítas na Arquidiocese de Goiânia, em especial, na Universidade Católica de Goiás, na qual ele foi reitor de 1973 a 1976.

Além disso, o referido escrito tinha como finalidade contextualizar as duas maiores autoridades da Igreja Católica no Brasil, dos fatos ocorridos em Goiânia, na perspectiva de que um dia, esses fatos fossem objeto de averiguação ou análise, estes, já estavam cientes da situação. De maneira indireta, era também uma forma de denunciar um grave problema que envolvia a Arquidiocese de Goiânia e a Universidade Católica de Goiás.

O autor dizia que era preciso refletir em duas perspectivas, a primeira, o relacionamento da Igreja Local (diocese) e seus colaboradores religiosos. Segundo, a importância de um tratamento específico que os Ordinários locais (bispos) deveriam dar as instituições, como as universidades católicas, que por sua natureza, envolvem problemas cuja reta avaliação não comporta amadorismos, nem a visão estritamente pessoal ou de um pequeno grupo não envolvido diretamente com estes problemas.

Estas cartas revelavam uma preocupação com a situação da Igreja Católica em Goiânia, de modo especial, sobre a administração da Universidade Católica de Goiás. O pe. Vaz não só buscava documentar os acontecimentos, mas também denunciar possíveis irregularidades que poderiam ser motivos de intervenção da hierárquica eclesiástica, como mediação para resolução dos conflitos internos.

O superior geral da Companhia de Jesus, em Roma, padre Pedro Arrupe, também foi comunicado pelo padre Vaz sobre os acontecimentos ocorridos em Goiânia em seu desfecho final e manifestou-se a seu confrade, dizendo:

Sua pormenorizada carta e anexos permitiram-me uma visão bastante exata e completa da situação de Goiânia, especialmente da dos últimos meses em que a Universidade esteve sob nossa direção. Vistas as coisas sob um prisma mais nosso, de nossa missão como jesuítas, devemos ficar satisfeitos por termos prestado um serviço pioneiro à Igreja local e à sociedade de Goiás com tanto desprendimento e dedicação de nossa parte e suportando não pequenos sofrimentos, recebidos de quem não poderíamos ou deveríamos esperá-los. E devemos agradecer a Deus que tenha mantido suficiente a reserva espiritual de todos os jesuítas que aí trabalharam ou ainda trabalham e, mas particularmente, a do senhor, para poder suportar dignamente essas contrariedades, em abertura franca e humilde submissão a seus superiores religiosos e da Igreja e com suficiente elevação espiritual para não mermarmos em nada nossa vontade de servir a Igreja como ela é aqui e agora. Também eu pessoalmente agradeço a todos os Nossos e mais particularmente ao senhor esta edificante atitude de serviço tão jesuítico e faço-me solidário com todos, com o senhor, nestes momentos mais difíceis, graças a Deus, já superados. De resto, respeitando os caminhos de Deus, peçamos-lhe para que tudo redunde para sua maior glória e para o bem espiritual da Universidade Católica de Goiás, da Diocese de Goiânia com seu arcebispo e para todos os que vinham sendo atendidos por nós (Arrupe, 1980, p. 1)²³⁵.

Diante da documentação acessada e analisada, apontamos três aspectos evidentes que resultaram na ruptura com os jesuítas na UCG: primeiro, a questão patrimonial-econômica; segundo, um projeto pastoral vinculado às ideias da Teologia

²³⁵ Carta do pe. Pedro Arrupe, superior geral da Companhia de Jesus, ao pe. José Carlos de Lima Vaz. Roma, 5 de janeiro de 1980. Arquivo da Província dos jesuítas no Brasil.

da Libertação, liderado por grupos de ideologia política de esquerda; e terceiro, um projeto de poder.

Citamos anteriormente, que por duas vezes, Dom Fernando tentou viabilizar recursos para Arquidiocese de Goiânia através da Chácara São José que pertencia a universidade. A primeira, aconteceu em 1976 quando o arcebispo desejava transferir para a posse da Arquidiocese metade da chácara, o reitor, pe. Vaz se posicionou contra, alegando que parte dos recursos da compra da chácara vieram do Ministério da Educação, caso essa transferência fosse feita, tanto a universidade como a arquidiocese cairiam na ilegalidade. No ano seguinte, 1977, com a proposta de lotear parte da chácara que situava no município de Aparecida de Goiânia, Dom Fernando desejava que parte dos recursos do loteamento fosse aplicado na pastoral arquidiocesana que também carecia de recursos financeiros. Mais uma vez houve resistência por parte da reitoria diante da proposta.

Esses acontecimentos provocaram o início do desgaste entre o arcebispo e o reitor. Partindo daí, Dom Fernando iniciou um processo de mudança nos estatutos da Sociedade Goiana de Cultura, mantenedora da Universidade Católica de Goiás, que tirava do reitor a missão de secretariar as reuniões da mantenedora, costume esse que existia desde o primeiro reitor, pe. Nacca, e também mudanças no estatuto onde o reitor não tinha mais o poder maior sobre a administração dos bens da universidade, passando agora para a tutela do arcebispo. Durante as negociações para a mudança do estatuto da SGC, coube ao pe. José Pereira de Maria que era vice-presidente da mantenedora e vigário geral da Arquidiocese de Goiânia, as sugestões dessas mudanças que estão registradas em atas.

O padre Pereira, como era conhecido, foi uma peça fundamental na relação entre a cúria arquidiocesana e a Sociedade Goiana de Cultura (SGC). Exercia uma dupla função na hierarquia de governo de ambas as instituições, sendo, portanto, um colaborador direto e de confiança do arcebispo, a quem assessorava na defesa dos interesses da Arquidiocese. Ao mesmo tempo, valia-se dessa articulação para consolidar um projeto de poder.

Nessa perspectiva, não apenas a mudança dos estatutos da SGC daria maior liberdade ao arcebispo sobre a gestão patrimonial da universidade, mas também era necessário ter, na reitoria da instituição, uma pessoa que pudesse articular a

execução desses projetos. A oposição do padre Vaz aos desejos do arcebispo foi o estopim que acentuou os desgastes com os jesuítas em Goiânia, contribuindo, assim, para a articulação de um projeto que resultou na saída da Companhia de Jesus da administração da universidade.

Em uma carta encontrada da Cúria Metropolitana de Goiânia, há um relatório que aponta que as Irmãs Franciscanas de Maria Imaculada, provenientes dos Estados Unidos, adquiriram uma gleba de dois alqueires da Chácara São José, propriedade da Sociedade Goiana de Cultura (SGC), para ali edificarem sua casa de formação e implantarem uma obra de educação. Além desses dois alqueires, as irmãs desejavam adquirir mais um alqueire (48.400 m²) para a expansão e consolidação de seus planos, com a finalidade de executar, naquela região, as diretrizes do plano pastoral da Arquidiocese. A região, por sua vez, havia iniciado um crescimento demográfico significativo devido à implantação industrial.

A Sociedade Goiana de Cultura, embora seja uma pessoa jurídica de direito privado, é uma projeção da Igreja, na ordem civil, atendendo a disposição da lei do País, mas não se pode negar que, no fundo, os bens pertencentes a essa entidade são bens da Igreja e como tais devem ser considerados, em sua consciência e com reta intenção

Não importa que o suporte humano da Sociedade Goiana de Cultura seja constituído por leigos, mas a sociedade se constituiu com autorização eclesiástica, tendo o Arcebispo de Goiânia, como seu presidente nato, a sua diretoria demissível *ad-nutum*²³⁶, os seus estatutos reformáveis com audiência do Arcebispo e o destino do seu patrimônio vinculado à audiência prévia e decisão da autoridade diocesana.

Isto foi feito, como uma antecipação da Diocese; no plano da convocação dos leigos ao serviço da Igreja, com resultados consoladores, porque a instituição da Universidade Católica é um desdobramento desse plano.

A escritura de doação explicita uma disposição de última vontade do doador o Cônego José Trindade da Fonseca e Silva, que destinando o imóvel à Universidade Católica, com a alta orientação do Arcebispo recomendou que, na medida do possível e, oportuno sempre, se destinasse o objeto da doação a um plano de recuperação de menores abandonadas e de mães solteiras.

O que propõem as Irmãs da Diocese de Camden é a permuta da área de um alqueire pela construção de um centro comunitário, segundo os planos e especificações que a Arquidiocese vem adotando, nas diversas paróquias, o que, em valor, poderá representar uns ncr.\$12.000,00, tendo em vista que a estimativa é de ncr. \$40,00 por metro quadrado, a cargo do Padre Roque que representa a Congregação.

Também para esse caso, faz-se mister o pronunciamento do Egrégio Consultores, que, por êste e nestes termos se solicita, com a devida vênua (Cúria Metropolitana de Goiânia, s.d., p. 2-3).

²³⁶ Isto é, pode ser destituída livremente pela autoridade eclesiástica.

O texto da referida carta expressa o pensamento de Dom Fernando, que desejava ter liberdade na utilização do patrimônio em questão pertencente a universidade, para as atividades pastorais da Arquidiocese. Durante o reitorado do padre Vaz, nenhuma das tentativas de utilizar a Chácara São José para finalidades que não fossem da universidade obteve sucesso, pois ele buscava uma administração que priorizasse a autonomia da instituição.

Com a ruptura com os jesuítas e a chegada do padre Pereira à reitoria, Dom Fernando teve a oportunidade de executar o que desejava. A visão de Igreja do arcebispo era mais ampla do que a do padre Vaz. Embora a Sociedade Goiana de Cultura (SGC) fosse uma pessoa jurídica de direito privado, seus bens eram considerados bens da Igreja e, de acordo com Dom Fernando, não poderiam ser restritos apenas à universidade. O reitorado do pe. Vaz impediu o arcebispo dessa livre gestão. A carta reforça que a criação da SGC e, por conseguinte, da Universidade Católica, foi um desdobramento do plano da arquidiocese de envolver os leigos na missão da Igreja. Esse argumento tem como finalidade legitimar as ações da Igreja sobre a gestão da SGC e de suas decisões patrimoniais.

Na carta citada, ele justifica os motivos para tal negociação, legitimando-se nos pontos em questão e na estrutura eclesiástica de governo, baseada no Colégio de Consultores da Arquidiocese. Embora existisse uma separação formal entre a Igreja e a SGC no âmbito legal, no sentido moral e institucional, o arcebispo considerava que os bens e decisões da entidade deveriam seguir os interesses da Igreja. A saída dos jesuítas da reitoria concedeu ao arcebispo essa liberdade de administração dos bens temporais pertencentes à universidade, em favor do projeto pastoral arquidiocesano.

Vimos anteriormente, que o jargão estabelecido durante a crise com os jesuítas, era que eles não estavam comprometidos com o plano pastoral da Arquidiocese de Goiânia, fundamentado na Teologia da Libertação sob uma perspectiva social. De certo modo, essa narrativa não se confirmou plenamente, pois, os jesuítas após deixarem a administração da UCG, permaneceram em Goiânia com uma casa de missão, atuando junto a paróquias e comunidades. Se de fato, eles não tivessem de acordo com o plano pastoral arquidiocesano, não teriam razões de permanecerem na Arquidiocese de Goiânia.

O padre reitor com a palavra, informou que os jesuítas permanecerão em Goiânia, embora sem os encargos da reitoria, com ânimo de colaborar, participando do magistério e no plano pastoral, dando ênfase ao trabalho vocacional, como é dos planos da Companhia de Jesus, pois não há motivos para reduzir as atividades, podendo acontecer uma renovação nos quadros da casa de Goiânia, sem que isso signifique qualquer arrefecimento ao plano de ação (Ata SGC, 1979, p. 38).

A Assembleia Arquidiocesana de Pastoral de 1977 evidenciou um jogo de poder articulado por professores e alunos descontentes com o reitorado do padre Vaz. Esses grupos encontraram, nessa ocasião, a oportunidade para expressar seu descontentamento e apresentar uma nova visão universitária que, segundo eles, deveria ser construída dentro da instituição.

A prioridade pastoral da Assembleia foram as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), uma iniciativa da Igreja Católica na América Latina para atualizar as propostas do Concílio Vaticano II em uma realidade onde a evangelização estivesse vinculada às questões sociais, sob a perspectiva dos pobres. A justificativa teológica para essas comunidades era a Teologia da Libertação.

A proposta das CEBs adveio de uma parte do clero latino-americano, denominado progressista, sob influência marxistas e humanistas e preocupado com uma maior inserção da Igreja Católica nos meios populares. O eixo teórico do movimento é a Teologia da Libertação. A T.L tem por objetivo uma reformulação dos preceitos da Igreja, postulando a “opção preferencial pelos pobres” como novo modo de ação (nova missão) da Igreja no mundo, o que vem a caracterizá-la como “Igreja popular” (Barbosa, 2007, p. 112).

A década de 1970 foi um período marcado pelas lutas pela redemocratização no Brasil e por um ambiente propício ao surgimento de novos partidos políticos. Esse contexto histórico, aliado a uma perspectiva teológica mais engajada com a realidade do povo, cuja visão eclesiológica se baseava na “Igreja dos Pobres”, via nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) a possibilidade de fortalecer um espaço democrático para o debate dos problemas sociais. Essa perspectiva estava alinhada à construção do Reino de Deus, entendida como um processo que passava pela articulação coletiva e pela atuação concreta na sociedade.

A Teologia da Libertação (TL) nasce no continente por volta de 1968 abrindo um caminho em busca de sua identidade em confronto com as teologias tradicional e neoliberal europeia, comumente apresentadas sob o nome do Concílio Vaticano II. Depois ocupa lentamente o centro teológico do Continente. Nesse momento, as outras teologias assumem em relação à TL aquela resistência que tinha assumido em seus primórdios a respeito delas. Por isso o quadro teológico da América Latina hoje só é entendido a partir da TL. Todo e qualquer movimento teológico se refere a ela. Assim, faz-se

necessária sua compreensão. A teologia no Brasil descobre como suas tendências básicas “a vizinhança com a realidade social”, “com a Igreja”, “com uma sociedade que pede mudanças” e “com as práticas pastorais transformadoras da Igreja”. Sendo um ponto importante desta teologia “a preocupação prioritária com os empobrecidos” (Barbosa, 2007, p. 12-13).

Esse modelo eclesiológico fomentou um movimento que vinculou pastoral e política dentro das estruturas da Arquidiocese de Goiânia, numa confluência entre práticas políticas e religiosas, gerando, assim, uma politização de esquerda dentro da Igreja, que influenciou sua estrutura. Esse movimento também promoveu uma forte oposição aos jesuítas na administração da Universidade Católica de Goiás (UCG). O Secretariado de Pastoral Arquidiocesana (SPAR), sob a liderança do padre José Pereira de Maria e articulado com o professor Pedro Wilson Guimarães, que era diretor do Departamento de Arquitetura da UCG e colaborava no secretariado, juntamente com o padre Ivo Mauri, presidente da Associação de Professores da Universidade Católica, teve uma atuação importante nesse contexto, articulando toda uma movimentação em busca de novos rumos para a Universidade Católica de Goiás.

O padre Ivo Mauri, juntamente com um grupo de alunos do Serviço Social e de Arquitetura, durante a Assembleia Arquidiocesana de 1977, fez várias críticas à universidade e à administração jesuítica, reivindicando um modelo de administração mais alinhado ao modo pastoral da Arquidiocese. A fundação da Associação dos Professores da Universidade Católica (APUC), que mobilizou professores e alunos em torno da perspectiva de um projeto de “catolicismo de esquerda” dentro da universidade, teve como ponto central desse conflito a greve geral na UCG em 1979, decorrente da demissão de cinco professores de sociologia. A referida associação defendia um pluralismo de ideias na UCG, a democratização da universidade e melhores condições de ensino.

O processo que gerou a ruptura com os jesuítas na Universidade Católica ocorreu em um contexto pastoral-político de esquerda, que dominava a estrutura eclesial da época, sob a égide da Teologia da Libertação. Esse projeto tinha como objetivo utilizar a universidade como campo do saber para a propagação de seus ideais, com a finalidade de formar lideranças com engajamento social e pastoral que respondessem a esses anseios, conforme afirmado pela Assembleia Arquidiocesana. A Universidade Católica de Goiás seria, assim, um *locus* importante de atuação do “catolicismo de esquerda” em Goiânia, que visava uma “Igreja para os pobres”. Assim disse dom Fernando:

Segue-se, de tudo isso, que a Universidade Católica tem um dever maior e mais responsável de cooperar eficazmente na reconstrução do mundo em que vivemos. Ela não existe para si. Existe para todos, de modo especial, para pobres e marginalizados. Mas existe também para os ricos, os opressores, os que pretendem dominar pela força do dinheiro, do poder e da força. Aos primeiros, sua missão é de denúncia contra a injustiça institucionalizada. Aos outros, compete à Universidade iluminar, esclarecer, atuar com destemor e conjugação de esforços, sem medo e sem violência, para que redescubram a verdade que liberta e a justiça que constrói a paz (...) Sem arroubos oratórios nem pretensões de qualquer natureza, a UCG vai debruçar-se sobre Arquidiocese ajudando a levar às Comunidades de Base o fermento do Evangelho, sob a luz do Espírito de Deus. Os bairros da periferia e do meio rural, na medida do possível, serão o campo escolhido para o estágio dos que se preparam para exercer sua profissão conforme a vocação de cada um. Aos poucos, de acordo com as circunstâncias e possibilidades, romperemos o círculo de ferro indiferença, da cegueira obstinada, da apatia, que atingem muitas camadas da população, até que surja, como esperamos, a colaboração de todos manifeste, em plenitude, a capacidade criadora e construtiva do generoso povo goiano (Santos, 1980, 222-223).

O *Relatório da Universidade Católica de Goiás* de 1980, afirmava a urgência da regionalização da universidade e, ao mesmo tempo, de uma “orientação preferencial e mais decisiva para a periferia” (Relatório da UCG, 1980, p. 8). Como a administração jesuítica foi acusada de não atender ao plano pastoral da Arquidiocese de Goiânia nessa linha dentro da universidade, a decisão dos jesuítas de deixarem a UCG, pressionados por esses motivos, era conveniente para a Arquidiocese, no sentido de executar seus projetos pastorais.

A chegada do padre José Pereira de Maria como novo reitor, nomeado pelo arcebispo Dom Fernando Gomes dos Santos, deveria implementar esse plano. Conforme relatado, “com apenas um ano de seu mandato, o novo reitor tem, em diversas ocasiões, explicitado um projeto de universidade para o povo, procurando mobilizar o ativo da universidade para esse processo”. O relatório continua: “pe. Pereira vem incrementando um projeto renovador, através de canais abertos ou que vão se evidenciando como promissores para a viabilização de uma universidade voltada para o povo” (Relatório da UCG, 1980, p. 9). Os grupos internos da universidade que se opunham aos jesuítas, em parceria com o SPAR, atribuíam aos jesuítas uma administração centralizadora e fechada. Dessa forma, a saída deles tornou-se propícia para que seus opositores ao assumirem a linha de governo que orientaria a universidade, a trilhasse numa perspectiva mais libertadora, aberta e democrática. A orientação eclesiológica da Arquidiocese de Goiânia, condicionou de certo modo, a ruptura com os jesuítas na Universidade Católica de Goiás.

De maneira concreta o projeto foi viabilizado e justificado diante de algumas iniciativas como o escritório modelo de assistência jurídica aos mais carentes, os estágios de vários departamentos que tem a periferia de Goiânia como campo preferencial de atuação. Nesse trabalho destacou-se o professor Pedro Wilson Guimarães que era o decano do Centro Técnico Científico e chamado de “grande apóstolo do povo” (Relatório da UCG, 1980, p. 9).

Citamos anteriormente que no contexto de criação e a atuação da APUC, o pe. Ivo Mauri alegava o fechamento dos jesuítas para a atuação da associação de professores dentro da universidade. O pe. Vaz como reitor afirmava que o trabalho realizado sob a liderança do pe. Ivo Mauri tinha como finalidade minar a atuação da reitoria. Nesse contexto de crise institucional, o pe. Ivo Mauri se vinculou a atuação da Cúria Metropolitana de Goiânia, sob a liderança do pe. Pereira, ambos direcionados por um projeto pastoral-político de esquerda. A crise com os jesuítas que culminou na sua saída, e a proximidade com Dom Fernando, dentro de um projeto de poder, possibilitou a ambos alcançar altos cargos dentro da universidade, o pe. Pereira foi nomeado reitor e pe. Ivo Mauri seu chefe de gabinete, coordenador de Assuntos Comunitários e da pastoral universitária. Segundo Huxham e Beech (2008), o poder pode ser compreendido como a habilidade de influenciar, controlar ou resistir às ações dos outros. Os autores reforçam que o poder sempre trata de uma questão relacional que envolve os agentes, podendo assim, ser utilizado para a coerção, como também de maneira positiva.

No jogo de poder que resultou na saída dos jesuítas da UCG no qual estiveram envolvidos diversos fatores e atores, pode-se compreender o que disse Foucault (2007): o poder se manifesta por meio das práticas sociais, sendo difundido, heterogêneo e inconstante. Dessa forma, o poder pode ser analisado como algo que opera em rede, na qual os indivíduos tanto exercem poder quanto sofrem sua ação. Em resumo, o poder é o meio pelo qual a ação dos indivíduos ou grupos pode ser direcionada (Foucault, 2007), ou seja, influenciando e conduzindo o contexto ao seu redor.

Já há muito se vem revelando na Universidade um anseio de democratização. Foi fundada a Associação de Professores da Universidade Católica (APUC) e, mais recentemente, a Associação dos Servidores (ASC). Para otimização do relacionamento entre a Universidade estas Associações e os Diretórios Acadêmicos, Pe. Pereira designou Pe. Ivo Mauri, chefe de Gabinete do

Reitor, como Coordenador de Assuntos Comunitários e da Pastoral da qual se fará Relatório à parte. Dentro da decisão do Projeto renovador, Pe. Pereira designou uma comissão coordenada pelo Professor Joel Pimentel Ulhoa, a qual refletirá sobre as grandes opções da Universidade Católica neste momento histórico do mundo, do Brasil e da Igreja (Relatório da UCG, 1980, p. 9).

O poder, na visão de Foucault (2007) não é algo fixo, centralizado, mas dinâmico, e se dá por meio das práticas sociais. Isso pode ser visualizado no modo como diversos grupos, professores, alunos, clérigos, participaram ativamente da disputa pela condução da universidade. O poder, nesse sentido, não era apenas imposto pelos jesuítas ou pela Arquidiocese, mas negociado e disputado em diversos níveis. Nesse sentido, o poder não apenas se exerce, mas também se sofre, isto é, ninguém possui o controle absoluto da situação, porque está sempre sujeito às reações e estratégias dos demais grupos envolvidos.

O Relatório da UCG (1980) evidenciava o objetivo de refletir sobre os rumos da universidade dentro do contexto histórico do Brasil, da Igreja e do mundo, com a finalidade de reformular o próprio projeto universitários, alinhando-o a novas diretrizes que diferia dos jesuítas. É possível perceber que a ruptura com os jesuítas na UCG se deu num processo complexo de disputas internas e de poder, este, não foi um acontecimento abrupto, mas o resultado de uma articulação progressiva, em que diferentes grupos e agentes agiram para influenciar os rumos da universidade. Os três nomes²³⁷ que mais se destacaram nessa articulação de poder, segundo a documentação, foram dos padres José Pereira de Maria, Ivo Mauri, e professor Pedro Wilson Guimarães.

A Universidade deve pensar-se no contexto em que está inserida; a) contexto internacional; b) latino-americano; c) brasileiro; d) contexto da Igreja, pelo fato de ser uma Universidade Católica. Neste sentido, temos o Vaticano II, Medellín, Puebla, a CNBB - uma Igreja que ajuda o homem a se encontrar; dá testemunho de uma mensagem católica encarnando valores de verdade, de justiça, de liberdade, de libertação, de dignidade humana; e) finalmente, contexto regional e local, vez que nossa Universidade está inserida neste espaço sócio-geográfico. Daí viria a própria realidade da Universidade com seus limites e potencialidades. Uma Universidade Católica deve sentir necessidade de mais luzes e coerência que as outras. Estamos num contexto de abertura, vivendo um instante de angústia e alegria. Há que caminhar ao nível social, encontrar a faixa empresarial, mas sobretudo, encontrar-se na

²³⁷ Com a saída dos jesuítas da administração da Universidade Católica de Goiás em 1979, posteriormente, todos os três tornaram-se reitores da instituição, o pe. José Pereira de Maria foi reitor de 1979 a 1985, o professor Pedro Wilson Guimarães o sucedeu de 1985 a 1988, e Ivo Mauri de 1989 a 1993.

periferia. Como juntar coerência e realismo no momento em que vivemos? A Universidade deve sintonizar-se com as necessidades e aspirações da comunidade mas ir além destas exigências e aspirações, propor-lhe o a que ela aspira, mas não percebe (Relatório da UCG, 1980, p. 10).

O trecho acima evoca o alinhamento da direção da universidade às mudanças em curso, orientadas pela Teologia da Libertação, que tem como ênfases a justiça social, a opção pelos pobres e a ação transformadora. Nesse viés, tanto a Igreja quanto a universidade são chamadas a promover a libertação integral do ser humano, em sua dimensão espiritual e social. Com a saída dos jesuítas, a visão que deveria prevalecer era a de que a universidade precisava se “sintonizar com as necessidades e aspirações da comunidade”, especialmente com os mais pobres e marginalizados, deslocando-se para a periferia.

A saída dos jesuítas tinha como finalidade alinhar a universidade ao modo de ação da Arquidiocese de Goiânia. Por isso, a nova administração afirmava que “a universidade deve ser científica, preocupar-se com a pesquisa, mas tem um compromisso com a população” (Relatório da UCG, 1980, p. 10). Almejava-se que a instituição se tornasse um centro de encontro plural e democrático, participativo pelos vários segmentos que a compõem e que tivesse compromisso com a sociedade hodierna, para formar profissionais qualificados e críticos. Esse estilo de governo legitimava a forma de pensar dos movimentos formados por parte dos professores e alunos que se articularam em oposição aos jesuítas. O novo modelo universitário, sob a administração do pe. Pereira, fez com que a universidade se alinhasse a essa perspectiva, atendendo, em parte, às reivindicações feitas durante o período crítico da crise institucional de caráter anti-jesuítico.

A Universidade, como um todo, desenvolve sua ação numa grande esperança: a passagem do Pe. José Pereira de Maria pela Universidade; apoio do presidente da Sociedade Goiana de Cultura, Dom Fernando Comes dos Santos, cada vez mais próximo e confiante; marcando suas intervenções com o selo da autenticidade; os pronunciamentos de João Paulo II no Brasil e seu testemunho, despertando a Igreja a preocupação com o homem em toda a sua verdade e à proclamação de Jesus, o único que liberta (Relatório da UCG, 1980, p. 10).

A administração do pe. Pereira teve total apoio do arcebispo de Goiânia, Dom Fernando Gomes dos Santos, presidente da SGC, cujo envolvimento foi importante para o êxito da nova proposta. Dom Fernando foi estratégico ao colocar na reitoria um nome de sua confiança para executar seu projeto eclesial.

Diante das transformações no contexto sociopolítico e eclesial do final da década de 1970, marcadas pela influência do pensamento latino-americano, especialmente das Conferências de Medellín e Puebla, pelos discursos emancipacionistas que propunham a transição do regime militar, pela crescente difusão da teoria marxista e pela sistematização mais aprofundada da Teologia da Libertação, a universidade passou a ser convocada a se reconfigurar à luz desses novos parâmetros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Companhia de Jesus, ordem religiosa fundada por Santo Inácio de Loyola no século XVI, sempre se ocupou com a educação, pois acredita que esta é um instrumento apostólico que prepara para a vida. Sua metodologia pedagógica, a *Ratio Studiorum*, visava a uma formação humanista, integrando fé, humanismo, razão e cultura, com um estilo de formação integral fundamentado no humanismo cristão.

O objetivo do projeto pedagógico dos jesuítas consistia em formar o homem todo, incluindo todas as suas dimensões que culminasse num caminho de liberdade e autonomia, construindo assim sua personalidade. O humanismo evidenciado na *Ratio* é chamado de humanismo integral composta por cinco elementos que devem desenvolver de forma harmônica e hierarquizada, são eles: físico, social, intelectual, moral e espiritual, de maneira interligada o desenvolvimento de cada um desses elementos colabora para conseguir o fim último, isto é o homem integral (Del Rey Fajardo, 2017). Este ensino preconizado pela *Ratio Studiorum* por não ser utilitário, nem especializado, fez com essas características se tornassem atuais, diante da educação moderna que se tornou um tanto quanto especializada. O objetivo da *Ratio Studiorum* era desenvolver as faculdades da pessoa ligadas ao seu intelecto, imaginação, memória, desejo e vontade. Portanto, ao se fazer isso pode ocorrer o desenvolvimento integral da pessoa. “Só então se consideram lançados os fundamentos para uma verdadeira formação profissional e especializada” (Miranda, 2014, p. 160).

A *Ratio* evocava uma educação humanista, humanizadora e integral, cremos que essas características continuam atuais para a educação contemporânea. A *Ratio Studiorum* segue a ação integradora de formação do estudante, por meio da educação básica e de todas as suas faculdades, de sua cognição, núcleo da atividade intelectual remetendo-a para fins superiores de ordem supra individual, isto é, social. Por isso, contempla todas as dimensões da pessoa humana (Bertran-Quera, 1984). Nesta perspectiva atual, percebemos que o regresso de uma educação humanística integral, que preza por todos os aspectos da natureza humana, se faz necessário, inclusive em razão do equilíbrio dos respectivos valores entre si. Compreender as humanidades e as ciências como saberes complementares é de fundamental importância.

A capacidade de adaptação dos jesuítas ao longo da história fez com que seus princípios educacionais, de certo modo, se perpetuassem. Este foi um dos princípios característicos de Santo Inácio. Utilizando a bagagem do conteúdo interno (*Exercícios Espirituais, Constituições*), assimilando o *modus parisiense*, e algumas concepções do humanismo cristão se chegou a *Ratio Studiorum*, que se tornou o código educacional dos jesuítas. Toda essa miscelânea resultou na “*Paidéia Jesuítica*”. Sabemos também, que ao longo da história a pedagogia jesuítica incorporou características de diversas fontes que a possibilitou a formação integral, intelectual, moral, social e religiosa da pessoa humana.

A *Ratio Studiorum* influenciou a educação contemporânea, no sentido de propor uma educação para a excelência, com o intuito da integração dos saberes, a união entre humanidades e ciências que visava mostrar a importância do saber como um todo, podemos dizer uma educação holística e não fragmentada. Estas são características que ainda continuam em questão e que podem ser contempladas numa perspectiva mais ampliada na atualidade. A educação jesuítica sempre apontou para uma unidade do saber, cujo desejo era a formação humana integral e dos valores éticos, seguindo esses princípios: 1- humanismo integral; 2- virtude e letras; 3- transferência; 4- teoria-prática, 5- aprendizagem com gosto; 6- método; fazendo desta uma pedagogia ativa (Aranguren, 2018, p. 9).

Como vimos, ao longo da história a educação jesuítica por meio dos princípios da *Ratio Studiorum* estabeleceu níveis elevados de excelência educacional (sócio-psíquica) e intelectual (científica-cultural). Prezou por uma educação integral e holística onde os estudos das humanidades, ciências e religião estavam interligados provocando um desenvolvimento intelectual e moral. Esta pedagogia favoreceu o método educacional jesuítico em seu fortalecimento e crescimento se expandindo por vários países. O ensino de qualidade e excelência, bem como a formação dos professores possibilitou uma educação de/para a excelência de diversos centros acadêmicos e influência cultural formando muitas gerações ao longo da história. As universidades dos jesuítas que surgiram ao longo da história como a Universidade Gregoriana de Roma, a Universidade Loyola em Chicago, a Universidade Católica do Rio de Janeiro, nasceram sob a influência da *Ratio Studiorum*. Além disso, esta metodologia não só influenciou as instituições jesuítas, mas, de certo modo, influenciou o sistema educacional ocidental de maneira mais ampliada, onde muitos

currículos e metodologias de ensino modernos assimilaram para si elementos da sua filosofia educacional, deixando assim um legado duradouro na história.

No Brasil, os jesuítas estão presentes desde os primórdios da colonização portuguesa, exceto no período da supressão da Companhia de Jesus. A educação jesuítica fez parte da gênese educacional brasileira e se desdobrou ao longo dos séculos, chegando à contemporaneidade. A partir do século XX, com o projeto de estabelecer no Brasil a educação superior católica sistematizada por meio das universidades católicas, coube aos jesuítas a missão de protagonizar esse processo, como na fundação da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), a primeira a ser fundada no país, na década de 1940.

Em Goiás, não foi diferente. Os jesuítas chegaram em 1954, a pedido do então arcebispo de Goiás, Dom Emanuel Gomes de Oliveira, para assumirem a direção da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, gênese da Universidade Católica de Goiás (UCG), fundada em 1959. Ao longo de vinte e cinco anos, os jesuítas estiveram à frente da educação superior católica goiana. Contribuíram diretamente para a fundação da universidade e para sua organização até 1979, quando deixaram a reitoria da instituição.

Trata-se de um acontecimento complexo, que até então não havia sido sistematizado de forma acadêmica, como foi realizado por esta pesquisa. Acreditamos que a investigação histórica conduzida em diversos arquivos, já mencionados anteriormente, e o acesso a fontes inéditas possibilitaram uma nova perspectiva, capaz de iluminar a compreensão desse episódio, até então considerado um tanto obscuro.

Por isso, esta pesquisa se propôs a analisar a atuação dos jesuítas no ensino superior católico em Goiás, entre 1954 e 1979, buscando compreender tanto seu protagonismo na fundação e no desenvolvimento da Universidade Católica de Goiás (UCG), quanto os fatores que culminaram em sua saída da administração da instituição. A análise das fontes documentais, articulada ao referencial teórico, permitiu evidenciar a complexa interação entre a história da Companhia de Jesus, o projeto educacional do episcopado brasileiro, as dinâmicas internas da Igreja em Goiás e as tensões político-ideológicas da época.

Inicialmente, a pesquisa confirmou o papel fundamental dos jesuítas na concretização do projeto do episcopado brasileiro de expandir a educação superior católica, seguindo o modelo pioneiro da PUC-Rio. A vasta experiência e a tradição educacional da Companhia de Jesus, alinhadas ao seu princípio de adaptar-se aos tempos e de conciliar fé e ciência, tornaram-na um parceiro estratégico para a Igreja na fundação e consolidação de universidades católicas, incluindo a Universidade Católica de Goiás. A atuação jesuíta em Goiânia, desde 1954, caracterizou-se por uma gestão eficiente e pela implementação de uma pedagogia que buscava a formação integral dos indivíduos, integrando razão e fé.

Ao longo de duas décadas, a Universidade Católica de Goiás (UCG) foi gerida pelos jesuítas: padre Paulo Nacca (1960-1962), padre Ormino Viveiros (1963-1967), padre Cristóbal Álvarez García (1968-1973) e padre José Carlos de Lima Vaz (1973-1979). Esse ciclo encerrou-se em 2 de setembro de 1979.

A pesquisa demonstrou que a trajetória dos jesuítas na UCG foi marcada por tensões crescentes, culminando em sua saída da administração em 2 de setembro de 1979. A análise crítica dos fatos aponta para uma confluência de três fatores principais que influenciaram essa ruptura:

1. Questões Patrimoniais e Econômicas: durante o reitorado do pe. José Carlos de Lima Vaz (1976-1979), emergiram significativas divergências entre a administração jesuíta e a Arquidiocese de Goiânia, então liderada por Dom Fernando, quanto ao gerenciamento dos recursos financeiros e do patrimônio universitário. A reforma estatutária da SGC em 1977, que centralizou poderes no Arcebispo, sustenta a hipótese de que a Arquidiocese almejava maior controle sobre os bens da instituição. Para efetivar esse propósito, os estatutos da mantenedora foram modificados, ampliando as atribuições do arcebispo em detrimento da autoridade reitoral na administração patrimonial.

2. Conflito de Visões Pastorais e Político-Ideológicas: este se revela como o fator mais proeminente na análise. A pesquisa demonstrou um crescente distanciamento entre a visão pastoral dos jesuítas, caracterizada por uma abordagem mais institucional e tradicional da justiça social, e o projeto pastoral da Arquidiocese de Goiânia, fortemente influenciado pela Teologia da Libertação e por um engajamento político de esquerda. Dom Fernando, e setores da Igreja em Goiás

defendiam uma atuação mais direta da universidade na transformação social, com uma “opção preferencial pelos pobres” e uma postura crítica em relação às estruturas de opressão. Essa visão libertadora, contrastou com o modo jesuítico, gerando tensões e acusações de que os jesuítas não estariam alinhados com as novas diretrizes pastorais da Arquidiocese. A politização da pastoral, marcada por um “catolicismo de esquerda” e pela atuação de figuras como o padre José Pereira de Maria, o padre Ivo Mauri e o professor Pedro Wilson Guimarães, criou um ambiente hostil à continuidade da administração jesuíta, percebida como um obstáculo à implementação de um projeto universitário engajado com a “Igreja dos pobres”.

3. Projeto de Poder: a ruptura com os jesuítas também pode ser interpretada como parte de um projeto de poder da Arquidiocese de Goiânia para assumir o controle integral da Universidade Católica. A reforma estatutária da SGC em 1977 - que conferiu amplos poderes ao Arcebispo - e a posterior substituição da administração jesuíta por lideranças alinhadas à visão pastoral de Dom Fernando evidenciam uma clara intencionalidade de centralizar a gestão universitária sob a égide da Igreja local. Nesse contexto, a alegação de desalinhamento pastoral serviu como justificativa estratégica para a mudança administrativa.

Se, no contexto da fundação da Universidade Católica de Goiás, em 1959, os jesuítas foram considerados a principal representação da Igreja Católica na implementação da educação superior goiana, vinte anos depois (1979), os filhos de Santo Inácio já não eram mais vistos como aptos a representar o projeto de Igreja defendido pela Arquidiocese de Goiânia.

A saída dos jesuítas e a implementação de uma nova administração representaram uma mudança significativa na história da Universidade Católica, envolvendo diversos fatores, processos e pessoas. Essa transição resultou no enfraquecimento de sua identidade confessional genuína. A instituição buscou se distanciar do modelo jesuítico anterior, e estabelecer um novo modo de administração, alinhado com as diretrizes da Arquidiocese de Goiânia numa vertente libertadora.

A presente pesquisa buscou aprofundar esses acontecimentos a partir de uma perspectiva acadêmica. Constatamos que a questão financeiro-patrimonial, a influência das ideias da Teologia da Libertação de um catolicismo de esquerda e um projeto de poder em curso resultaram na saída dos jesuítas da Universidade Católica

de Goiás em 1979. Este não foi um evento isolado, mas o resultado de um processo complexo de tensões e disputas que envolveram diferentes visões sobre o papel da Igreja e da universidade na sociedade, questões de poder e divergências na gestão. A ascensão de uma perspectiva pastoral influenciada pela Teologia da Libertação na Arquidiocese de Goiânia, liderada por Dom Fernando, representou um ponto de inflexão, criando as 'condições de possibilidade' para a ruptura com os jesuítas, cuja tradição e *habitus* se mostraram, naquele contexto específico, menos alinhados com o projeto eclesial emergente. A pesquisa demonstra, portanto, como dinâmicas macro-histórias, como as transformações na Igreja Católica após o Vaticano II e a ascensão de novas correntes teológicas, se manifestaram em um contexto micro local, alterando significativamente a trajetória de uma importante instituição de ensino superior católica no Brasil.

Esperamos que as reflexões suscitadas por este trabalho incentivem outros pesquisadores a aprofundarem essa temática, fundamental para a história da educação em Goiás e para a própria Igreja Católica.

REFERÊNCIAS

- ABREU, J. Capistrano de. **Capítulos de história colonial (1500-1800)**. 4. ed. Rio de Janeiro: Sociedade Capistrano de Abreu; Livraria Briguiet, 1954.
- ALENCASTRE, José Martins Pereira de. **Anais da província de Goiás**. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro, 27: 5-186, jul/set; 27: 229-349, out/dez; 28: 5-167, jul/set. 1864/5.
- ALMEIDA, P. Luciano Pedro Mendes de. A Congregação Geral 32ª da Companhia de Jesus. **Síntese: Revista de Filosofia**, v. 2, n. 4, 1975.
- ÁLVAREZ-URÍA, Fernando. La educación jesuítica en la génesis de la Modernidad: en torno a la tesis de Max Weber. **Sarmiento**, n.4, 2000.
- AMADO, Ramón Ruiz. **Historia de la Educacioón y de la Pedagogia**. Barcelona, 1920.
- AMADO, Wolmir Therezio. **A Igreja e a questão agrária no Centro-Oeste do Brasil; 1950-1968**. Goiânia: Universidade Católica de Goiás, 1996.
- AQUINO, Santo Tomás. **Suma Teológica**. Vol. 2. Trad. Alexandre Correia. Campinas: Ed. Permanência, 2016.
- ARANGUREN, José Francisco. *Ratio Studiorum* y Educación de la Interioridad: Redescubrir su vinculación para la Educación del Siglo XX. In: **La interioridad como oportunidad educativa: Algunos fundamentos y buenas prácticas**. Madrid: Editorial PPC, 2018
- ARDUINI, G. R. **Os soldados de Roma contra Moscou: a atuação do Centro dom Vital no cenário político e cultural brasileiro (Rio de Janeiro, 1922-1948)**. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.
- ARNAUT DE TOLEDO, César de Alencar. Razão de Estudos e Razão Política: um estudo sobre a Ratio Studiorum. In: **Acta Scientiarum**. Maringá, vol. 22, n.º 1, 2000.
- ARÓSTEGUI, Júlio. **A Pesquisa Histórica**. Bauru: EDUSC, 2006.
- AZEVEDO, F. **A cultura brasileira: introdução ao estudo da cultura no Brasil**. 4ª Ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília. 1963.
- AZEVEDO, F. et al. **Manifesto dos pioneiros da Educação Nova (1932) e dos educadores (1959)**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, v. 122, 2010.
- AZEVEDO, Thales de. Catequese e aculturação. In: SCHADEN, Egon (org.). **Leituras de etnologia brasileira**. São Paulo: Ed. Nacional, 1976.
- AZZI, Riolando. **A Neocristandade: Um Projeto Restaurador**. São Paulo: Paulus, 1994.

BAENA, Antônio Ladislau Monteiro. Resposta ao Ilmo. e Exmo. Sr. Presidente do Pará Herculano Ferreira Penna. Datada do Pará, 11 de julho de 1847. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, 10: 83-107, 1870.

BALDINO, José Maria. **Ensino Superior em Goiás em tempos de euforia: Da desordem aparente à expansão ocorrida na década de 80**. Dissertação de Mestrado em Educação Escolar Brasileira – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1991.

BARATA, Alexandre Mansur. **Luzes e sombras: a ação da maçonaria brasileira (1870 –1910)**. Campinas: Ed Unicamp, 1999.

BARBOSA, Imerson Alves. **A esquerda católica na formação do PT. 2007**. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual Paulista – UNESP – Campus de Marília.

BARROS, José D'Assunção. **Fontes Históricas – Uma Introdução aos Seus Usos Historiográficos**. ANPUH RJ, 2019.

_____. **O campo da história: especialidades e abordagens**. Petrópolis: Editora Vozes, 2004.

BECKER, Sascha O.; PFAFF, Steven; RUBIN, Jared. Causes and consequences of the Protestant Reformation. **Explorations in Economic History**, v. 62, p. 1-25, 2016.

BEOZZO, José Oscar. Medellín: inspiração e raízes. **Revista eclesiástica brasileira**, v. 58, n. 232, p. 822-850, 1998.

BERGER, Peter L. **O dossel sagrado: Elementos para uma teoria sociológica da religião**. São Paulo: Paulus, 2011.

BERNARDES, J. A. Cardoso. “Os Estudos Literários na Universidade”, in João Amadeu Carvalho da Silva, José Cândido de Oliveira Martins e Miguel Gonçalves (Orgs.). **Pensar a Literatura no século XXI**. Braga, Faculdade de Filosofia, 2011.

BERNARDO, Débora Giselli; TOLEDO, César de Alencar Arnaut. Educação e humanismo no pensamento de Juan Luís Vives. **Revista HISTEDBR on-line**, Campinas, n. 25, p. 13-32, 2007.

BERTRAN QUERA, Miguel. La pedagogía de los jesuitas en la Ratio Studiorum. In: **Paramillo**. San Cristóbal, nº. 2-3, 1984.

_____. **Introducción de la edición castellana de la Ratio Studiorum**. Madrid: Universidade Pontificia Comillias, 1986.

_____. Sobre la vigencia y actualidad de la “Ratio Studiorum”. In. BERTRÁN-QUERA, Miguel; LABRADOR, Carmen; ESCALERA, J. M. **La Ratio Studiorum de los jesuitas**. Madrid: Publicaciones de la Universidad Pontificia de Comillas, 1986.

BLEWETT, John. E. Quando na universidade há crise. In: **Anuário da Companhia de Jesus**. Edição Portuguesa, 1968-1969.

BORGES, Lindsay. **Memória e sacralização de dom Fernando Gomes dos Santos: o “arcebispo da providência”**. Tese de Doutorado, Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 2011.

_____. **Uma trajetória emblemática: centenário de nascimento de dom Fernando Gomes dos Santos**. Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central, 2010.

BORGES, Simone Aparecida. **Os cursos de História da Universidade Católica de Goiás e da Universidade Federal de Goiás: Um olhar histórico**. 2006. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2006.

BOTO, C. O desencantamento da criança: entre a Renascença e o Século das Luzes. In: FREITAS, M. C. de; KUHLMANN Jr., M. (Orgs.). **Os intelectuais na história da infância**. São Paulo: Cortez, 2002.

BOURDIEU, Pierre. **Meditações Pascalinas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

_____. **A Economia das trocas simbólicas**. 2ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1987.

_____. O campo científico. In: ORTIZ, Renato (Org.). **Pierre Bourdieu**. São Paulo: Editora Ática, 1983b. (Coleção Grandes Cientistas Sociais, n. 39).

_____. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro/RJ: Bertrand Brasil, 1989.

_____. **Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico**. São Paulo: UNESP, 2004.

_____. **Questões de Sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983a.

_____. **Repóñses: pour une anthropologie réflexive**. Paris: Seuil, 1992.

BOWEN, J. **Historia de la Educación Occidental**. Tomo III. Barcelona: Herder. p. 1985.

BOYD, W. KING, E. **Historia de la educación**. Buenos Aires: Huemul, 1977.

BRETAS, Genesco Ferreira. **História da instrução pública em Goiás**. Goiânia: CEGRAF/UFG, 1991.

BRUBACHER, L. S. **A History of the Problems of Education**. New York: McGraw-Hill, 1966.

BRUBAKER, R. Rethinking classical theory: the sociological vision of Pierre Bourdieu. **Theory and Society**, v. 14, n.6, p. 745-775, 1985.

BUTTIMER, A. Hogar, Campo de Movimiento y sentido del Lugar. In: **Teoria y Método en la Geografía Anglosajona**. Maria Dolores Garcia Ramón (org.), Barcelona, Ariel, 1985.

CARDIM, Fernão, S.J. **Tratados da terra e gente do Brasil** / transcrição do texto, introd. e notas Ana Maria de Azevedo. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1997.

CARVALHO, Laerte Ramos de. **As reformas pombalinas da instrução pública**. São Paulo: Saraiva: Ed. Universidade de São Paulo, 1978.

CARVALHO, Robert Carlon de; MURARO, Mariel. O Conceito de Ordem na Ditadura Militar Brasileira. **Revista Brasileira de História do Direito**, v. 1, n. 1, p. 281-302, 2015.

CASALI, Alípio. **Elite intelectual e restauração da Igreja**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

CAVALCANTE, Maria Juraci Maia. **Uma crônica de retorno da Companhia de Jesus no século XIX: ação missionária e persistência catequética junto aos índios do Brasil**. História da Educação, v. 24, 2020.

CENCI, Rosângela; FILIPPIM, Eliane Salete. Atração e permanência de pessoas em instituições religiosas católicas: o peso dos contornos institucionais. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 15, n. 1, p. 152-168, 2017.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. 14. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

_____. História e psicanálise: entre a ciência e ficção. 2. ed.3. reimp, Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2023.

CHAUL, Nars N. Fayad. **A construção de Goiânia e a transferência da capital**. Goiânia: Cegraf/UFG, 1988.

CÓDIGO DE DIREITO CANÔNICO. 20ª ED. São Paulo: Ed. Loyola, 2011.

CODINA MIR, Gabriel. **Aux sources de la pédagogie des jésuites**. Roma, *Institutum Historicum Societatis Iesu*. 1968.

_____. **Diccionario de Espiritualidad Ignaciana**. Mensajero-Sal Terrae, Bilbao-Santander 2007.

COLLECTIO. **Decretorum Congregationum Generalium Societatis Iesu**. Roma: Cúria dos Jesuítas, 1961.

COLOMBO, Célia. **Humanismo y renacimiento**. Madrid: Cincel-Kapelusz, 1990.

CONFEDERAÇÃO CATÓLICA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO, **Anais do Primeiro Congresso Católico de Educação**, Rio de Janeiro, 1935.

COROGRAFIA HISTÓRICA DA PROVÍNCIA DE GOIAS. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, XXXVIII, 1874.

COSTA, Maximiliano Gonçalves da. **Dom Emanuel Gomes de Oliveira e a Educação Superior Católica em Goiás (1923-1955)**. Goiânia: Ed. da PUC Goiás, 2022.

CUNHA, Luiz Antônio. **A Universidade Temporã – Da Colônia à Era Vargas**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1986.

CUNHA, Wânia Chagas Faria. Contexto socioeconômico de Goiás na década de 1970 e a adoção da política de industrialização via distritos industriais. **Boletim Goiano de Geografia**, v. 30, n. 1, p. 69-92, 2010.

DA SILVA, Genilder Gonçalves; DE MELLO, Marcelo. A Revolução de 1930 e o discurso da ruptura: Goiânia e a Marcha para o Oeste. Cordis: **Revista Eletrônica de História Social da Cidade**, n. 11, 2013.

DE MORI, Geraldo. O aggiornamento como categoria teológica. **Didaskalia**, v. 42, n. 2, p. 13-28, 2012.

DE SOUSA, José Júnior Pereira. A Recristianização do Brasil: Restauração e Neocristandade Católica na Primeira República (1889-1930). **Campo da História**, v. 3, n. 1, p. 22, 2018.

DEL REY FAJARDO, SJ José. **Fuentes documentales de la paideia jesuitica**. Cátedra, 2017.

DHÔTEL, Jean-Claude. Notas. In. LOYOLA, Inácio de. **O Relato do peregrino**. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

DI GREGORI, Maria de Fátima A. O movimento social da Juventude Universitária Católica na América Latina. **Anais do I Seminário Internacional de História do Tempo Presente**. Florianópolis: UDESC, ANPUH-SC; PPGH, 2011.

DIAS, Roberto Barros. **História da Expulsão dos Jesuítas da Capitania de Pernambuco e anexas (Ceará, Paraíba E Rio Grande Do Norte) em 1759: A Disputa Política e os domínios da Educação**. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Fortaleza, 2017.

DOS SANTOS, José Genilton Costa; DOS SANTOS CORRÊA, Solange Rodrigues. Teologia da Libertação na América Latina: Desenvolvimento Histórico. **XVIII Simpósio Internacional Filosófico e Teológico Da FAJE e X Simpósio Internacional das Ciências Da Religião- PUC MINAS**. Faculdade Jesuíta - FAJE, 04 a 06 de outubro de 2023, Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil.

DOURADO, Luiz F. **A Interiorização do Ensino Superior e a Privatização do público**. Goiânia: Ed. da UFG, 2001.

_____. **Expansão e interiorização do ensino superior em Goiás nos anos 80: a política de privatização do público**. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1997.

DUARTE JUNIOR, João Francisco. **A montanha e o videogame: escritos sobre educação**. Campinas: Papirus, 2010.

DURHAM, Eunice Ribeiro et al. O ensino superior no Brasil: público e privado. São Paulo: USP-NUPES, **Documento de Trabalho**. 2003.

DURHAM, Eunice Ribeiro; SAMPAIO, Helena. O ensino privado no Brasil. São Paulo: USP-NUPES, **Documento de Trabalho**, v. 3., 1995.

DURKHEIM, Emile. **A evolução pedagógica**. Trad. Bruno Charles Magne. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

_____. **Historia de la educación y de las doctrinas pedagógicas: la evolución pedagógica en Francia**. Ediciones Morata, 2020.

DUSSEL, Enrique. **História da Igreja Latino-americana (1930-1945)**. São Paulo: Paulus, 1989.

ÉLIS, Bernardo. **O Tronco**. 8ª. ed. Rio de Janeiro: Ed. José Olympio, 1988.

ÉTIENNE, J. La médiation des Écritures selon Érasme. **Scrinium Erasmianum**. Vol.II. Leiden: E.J. Brill, 1969.

FACHIN, Odília. **Fundamentos de metodologia**. 3.ed. São Paulo: Saraiva, 2001.

FÁVERO, Maria de Lourdes de A. **Universidade & Poder – Análise Crítica/Fundamentos Históricos: 1930-45**. Rio de Janeiro: Achiamé, 1980.

FELDHAY, R. Knowledge and salvation in Jesuit culture. **Science in Context**, 1, pp. 195-213, 1987.

FERNANDES, F. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. Rio de Janeiro, Zahar, 1972.

FLICK, U. **Introdução à Pesquisa Qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FONSECA, Dirce Mendes da. **O pensamento privatista em educação**. Campinas: Papirus, 1992.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir**. Petrópolis: Vozes, 2007.

FRANCA, Leonel SJ. **O método pedagógico dos Jesuítas – O Ratio Studiorum**. Campinas: Kíron, 2019.

_____. Sessão Inaugural das Faculdades Católicas em 15 de março de 1941. Texto contido em NOVAES, Paulo. **Dados históricos da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (1940-1995)**. Rio de Janeiro: Gráfica PUC Rio, 1996, p. 12.

_____. Discurso de Instalação da Universidade Católica do Rio de Janeiro. In. **Anuário Pontifícia Universidade do Rio de Janeiro**, Ano VI, 1946.

_____. Sessão Inaugural das Faculdades Católicas em 15 de março de 1941. Texto contido em NOVAES, Paulo. **Dados históricos da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (1940-1995)**. Rio de Janeiro: Gráfica PUC Rio, 1996.

FRANÇA MIRANDA, Mário de. SENTIR COM A IGREJA HOJE. **Perspectiva Teológica**, v. 18, n. 46, p. 315-315, 1986.

GEOBRASIL 2000-PERSPECTIVAS DO MEIO AMBIENTE NO BRASIL. Organizado por Thereza Christina Carvalho Santos e João Batista Drummond Câmara. Brasília: Edições IBAMA, 2002.

GERMANO, José W. **Estado militar e educação no Brasil (1964-1985)**. São Paulo: Cortez, 1993.

GIL Y MARISCAL, Fernando. **Los jesuitas y su labor educadora**. Madrid: Victoriano Suárez, 1911.

GIL, Eusebio (ed). **La pedagogía de los jesuitas, ayer y hoy**. Madrid: Universidad Pontificia Comillas, 2002.

GOMES, J. F. **Para a história da educação em Portugal: Seis estudos**. Porto: Porto Editora, 1995.

GOMEZ, Salustiano Alvarez. A teologia da libertação na América Latina. **Cadernos de História**, p. 23-46, 2008.

GONÇALVES NETO, Orlandino. **Um Olhar da Periferia: Dom Fernando Gomes dos Santos e o Impacto do Concílio Vaticano II no Catolicismo Goiano**. Pontifícia Universidade Católica de Goiás: Dissertação de Mestrado, 2019.

GONZÁLEZ, SJ. Manuel Revuelta. **Once calas en la Historia de la Compañía de Jesús**. Madrid: Universidad Pontificia de Comillas, 2006.

HALBWACHS, Maurice. **Memórias Coletivas**. São Paulo: Centauro, 2006.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

_____. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2003.

HARRIS, S. J. Transposing the Merton's Thesis: Apostolic Spirituality and the Establishment of the Jesuit Scientific Tradition. **Science in Context**, 3, pp. 29-65, 1989.

HERRAIZ, Carmen Labrador. El Sistema Educativo de la Compañía de Jesús. In. **La pedagogía de los jesuitas, ayer y hoy**. Madrid: Universidad Pontificia Comillas, 2002.

HERVIEU-LÉGER, Daniele. **O peregrino e o convertido – a religião em movimento**. Petrópolis: Vozes, 2008.

HOBBSAWM, E. J. **A era das revoluções**. 9.ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

HUXHAM, C.; BEECH, N. **Poder Interorganizacional**. Porto Alegre: Bookman, 2008.

IVERN, Francisco. "Pe. Leonel Franca, SJ", **Síntese Nova Fase**, Belo Horizonte, v. 20, n. 63.1993, p. 583.

JALÓN, Carmen. **Educación de la Interioridad**. 2017. [F, TEORICA \(descubretuinterioridad.com\)](http://F.TEORICA(descubretuinterioridad.com)) Acessado: 08/05/2023.

JIMÉNEZ PABLO, E. **La forja de una identidad La Compañía de Jesús (1540-1640)**. Ediciones Polifemo, 2014.

JOSEPH, Irmã Miriam. **O trivium: as artes liberais da lógica, da gramática e da retórica**. É Realizações Editora Livraria e Distribuidora LTDA, 2018.

KARASCH, Mary. Catequese e cativo: política indigenista em Goiás, 1780-1889. **História dos índios no Brasil**, v. 2, p. 397-412, 1992.

KLEIN S.J., Luiz F. La Pedagogía Ignaciana y su fuerza impulsora: los Ejercicios Espirituales. Itaici-**Revista de Espiritualidade Inaciana**, Março 2014, n.95.

_____. **Atualidade da pedagogia jesuítica**. Edições Loyola, 1997.

KLEIN, Luiz Fernando; PIMENTA, Selma Garrido. **O atual paradigma pedagógico dos jesuítas e a proposta de Pierre Faure: educação personalizada e solidariedade**. 1997.

KOLVENBACH, P. Peter-Hans. La universidad de la Compañía de Jesús a la luz del carisma ignaciano. **Pensamento & Realidade**, v. 9, 2001.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.

_____. **A história deve ser dividida em pedaços?** São Paulo: Editora Unesp, 2015.

LEDOCHOWSKI, Wlodimir SJ. In. *Instructio de collegiis in Assistentia Americae. Acta Romana Societatis Iesus*. Roma, 1934.

LEITE, SERAFIM. **História da Companhia de Jesus no Brasil**. (tomos I e II) (Século XVI- O Estabelecimento). Lisboa, Livraria Portugália; Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1938; Instituto Nacional do Livro, 1943 (tomos III e IV); 1945 (tomos V e VI); 1949 (tomos VII, VIII e XIX).

_____. O curso de Filosofia e as tentativas para se criar a Universidade do Brasil no século XVII. **Separata da Revista Verbum**, Tomo V, Fasc. 2. Universidade Católica do Rio de Janeiro, 1948.

LEROI-GOURHAN, A. **Le geste et la parole**, 2 vol. Paris: A. Michel, 1964-1965.

LIMA VAZ, José Carlos de. **A Universidade Católica no Brasil**. São Paulo: Ed. Loyola; Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 1983.

LIMA, Manolita Correia. **Monografia: a engenharia da produção acadêmica**. São Paulo: Saraiva, 2004.

LOPES, José Manuel Martins. Linhas Características da Pedagogia da Companhia de Jesus in. **A Pedagogia da Companhia de Jesus – Contributos para um Diálogo**, ed. José Manuel Martins Lopes, Pedagogia 1, Braga: Axioma - Publicações da Faculdade de Filosofia, 2018.

LÓPEZ, L. **Educación de la interioridad**. Editorial Plataforma actual. Libro digital. Barcelona: España, 2015.

LOYOLA, Inácio de. **Constituições da Companhia de Jesus**. Província Portuguesa. Lisboa, 1975.

_____. **Exercícios Espirituais**. São Paulo: Edições Loyola, 1997.

_____. **O Relato do peregrino**. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

LUKÁCS, Ladislaus, SJ. **Monumenta Historica Societatis Jesu. Monumenta Paedagogica Societatis Jesu. I. (1540-1556)**. Romae: Insitutum Historicum Societatis Jesus. 1965,

MADUREIRA, S.J. José Manuel. **A liberdade dos índios, a Companhia de Jesus, sua Pedagogia e seus resultados**. Vol. 2 Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1929.

MAGALHÃES, Justino. Os Jesuítas e o Ensino, Breve Apontamento. In **Ação Socioeducativa dos Jesuítas e o Colégio de S. Fiel (Memória Histórica)**, 33-46. Lisboa, Portugal: Editorial Cáritas, 2017.

_____. Prefácio. In: **Monumenta Historica III**. O Ensino e a Companhia de Jesus (séculos XVI a XVIII). Volume III (1700-1759). Lisboa: Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, 2018.

_____. Prólogo. In: **Monumenta Historica I**. O Ensino e a Companhia de Jesus (séculos XVI a XVIII). Volume I (1540-1580). Lisboa: Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, 2015.

MAIA, Pedro. SJ. **Ratio Studiorum, método pedagógico dos jesuítas**. São Paulo: Ed. Loyola, 1986.

MAINWARING, Scott. **A Igreja Católica e a Política no Brasil (1916–1985)**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

MARQUES, Cezar Augusto. **Dicionário Histórico-Geográfico da Província do Maranhão**. Maranhão: Typografia do Frias, 1870.

MARTINS, Carlos Benedito. A reforma universitária de 1968 e a abertura para o ensino superior privado no Brasil. **Educação & sociedade**, v. 30, p. 15-35, 2009.

MARTINS, Zildete Inácio de Oliveira. **História do ensino superior privado em Goiás: a trajetória da Universidade Católica de Goiás (1954-1994)**. Tese de Doutorado. Marília: Universidade Estadual Paulista, 2002. Publicação em Goiânia: Edição do Autor, 2010.

MATTOS, André Luiz Rodrigues de Rossi. A UNE como instrumento de subversão: a Frente da Juventude Democrática contra a esquerda estudantil durante a greve universitária de 1962. **Revista Espaço Acadêmico** – N. 133 – Junho de 2012.

MATTOS, Luiz Alves de. **Primórdios da Educação no Brasil. O período Heróico. (1549-1570)**. Rio de Janeiro: Aurora, 1958.

MAXWELL, Kenneth R. **Marquês de Pombal: paradoxo do Iluminismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996

MELATTI, Júlio César. **Índios do Brasil**. Brasília, D.F.: Coordenada Ed. de Brasília, 1970.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O Desafio do Conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo: HUCITEC, 2004.

MIR, Miguel. **Los jesuitas de puertas adentro o un barrido hacia fuera en la Compañía de Jesús**. Barcelona: Tipolitografía de Luis Tasso, 1896.

MIRANDA, Margarida. **A *Ratio Studiorum* e o desenvolvimento de uma cultura escolar na Europa moderna**. Humanitas, Coimbra, v. 63, p. 473-490, 2011.

_____. Quando os jesuítas eram mestres da palavra. A retórica segundo a *Ratio Studiorum*. **Humanitas**, Coimbra v. 65. P. 187-204, 2013.

_____. ***Sequendus Aristoteles: da ciência e da natureza na Ratio Studiorum (1599)***. Coimbra, 2009.

_____. Humanismo jesuítico e identidade da Europa: uma comunidade pedagógica europeia. **Humanitas**, Coimbra, v. 53, n. 13, pág. 83-111, 2001.

_____. *Ratio Studiorum* da Companhia de Jesus: Um novo estilo internacional de educar. In. FRANCO, José Eduardo; ABREU, Luís Machado de (org). **Para a História das Ordens e Congregações Religiosas em Portugal, na Europa e no Mundo**. Prior Velho: Paulinas, Vol. II, 2014.

_____. *Ratio Studiorum*: uma nova hierarquia de saberes. In. *Ratio Studiorum da Companhia de Jesus (1599): Regime Escolar e Plano de Estudos*. Braga: **Axioma** - Publicações da Faculdade de Filosofia, 2018.

MONFASINI, John George of Trebizond. **A Biography and a Study of His Rhetoric and Logic**. Leiden: E. J. Brill, 1976.

MONTEIRO, John Manuel. **Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, p. 42.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A modernização autoritário-conservadora nas universidades e a influência da cultura política. **A ditadura que mudou o Brasil**, Rio de Janeiro: Zahar, 2014a.

_____. A ditadura nas universidades: repressão, modernização e acomodação. **Ciência e Cultura**, v. 66, n. 4, p. 21-26, 2014b.

MOURA, Laércio Dias de. **A educação católica no Brasil – passado, presente e futuro**. São Paulo: Ed. Loyola, 2000.

NIMUENDAJÚ, Curt. *Os Apinayé*. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, Belém, 1983.

NÓBREGA, Manuel. **Manuel da Nóbrega: obra completa**. Edição comemorativa – 5º centenário de nascimento (1517-2017). Organização de Paulo Roberto Pereira. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2017.

NOVAES, Paulo. **Dados históricos da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (1940-1995)**. Rio de Janeiro: Gráfica PUC Rio, 1996.

NUSSBAUM, Martha C. Not for Profit. **Why Democracy needs the Humanities**. Princeton University Press, 2010.

O'MALLEY, John W. Cinco misiones del carisma jesuita. Contenido y método. In. **Apuntes ignacianos**. Bogotá, 51, 2007.

_____. **Os primeiros Jesuítas**. Trad. Domingo Armando Donida, São Leopoldo, RS: Unisinos, 2004.

OLIVEIRA, Everaldo. In. **59 anos do Golpe Militar: como a ditadura impactou a educação pública universitária no Brasil**. Associação dos Professores Universitários do Recôncavo- APUR, n. 31, março de 2023.

OLIVEIRA, Gabriel Abílio de Lima. Padroado régio e Regalismo nos primórdios do Estado Nacional brasileiro (1820-1824). Passagens. **Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica**, vol. 9, núm. 1, enero-abril, 2017, pp. 76-96 Universidade Federal Fluminense Niterói, Brasil.

OLIVEIRA, João Souza. **Criação e Estruturação da Universidade Católica de Goiás: Embate entre o público e o privado – 1940-1960**. Dissertação de Mestrado. Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 1999.

ORSO, Paulino et. al. A importância do levantamento e da catalogação de fontes para a história da educação brasileira: um relato preliminar do trabalho realizado em Cascavel – PR. In.: **Anais da IV Jornada do HISTEDBR – História Sociedade e Educação no Brasil: História e historiografia da educação**. Ponta Grossa: UEPG, 2004.

PAIVA, J. M. de. **Religiosidade e cultura brasileira: séculos XVI-XVII**. Maringá: Eduem, 2012.

PAIVA, Wilson Alves de. O legado dos jesuítas na educação brasileira. **Educação em revista**, v. 31, p. 201-222, 2015.

PALACÍN, Luis e MORAES, Maria Augusta de Sant'Anna. **História de Goiás (1722–1972)**. Goiânia: Ed. da UCG, 2001.

PALACÍN, Luis. **Sociedade colonial: 1549-1599**. Goiânia: Ed. UFG, 1981.

_____. **Subversão e Corrupção, um estudo da administração pombalina em Goiás**. Goiânia: Ed. UFG, 1983.

PALAURO, Adroaldo. SJ. **A experiência espiritual de Santo Inácio e a dinâmica interna dos exercícios**. São Paulo: Ed. Loyola, 1992.

PANDOLFI, Dulce (org.) **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 1999.

PARIS, Edmond. **A história secreta dos jesuítas**. Traduzida para o português em 1997. Trad. Josef Sued. 21ª ed. 2000.

PÉREZ, S. J. Rafael. **La Compañía de Jesús Restaurada em la República Argentina y Chile, el Uruguay e el Paraguay e el Brasil**. Barcelona: Imp. de Henrich y Cia, 1901.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

PUENTE, Fernando de la. Introducción Histórica y pedagógica. In. **La pedagogía de los jesuitas, ayer y hoy**. Madrid: Universidad Pontificia Comillas, 2002.

PULLEDA, Salvatore. **Un humanista contemporáneo, escritos y conferencias de Salvatore Pulleda**. Santiago de Chile: Virtual, 2001.

RANQUETAT JÚNIOR, Cesar Alberto. **Laicidade à Brasileira: um estudo sobre a controvérsia em torno da presença de símbolos religiosos em espaços públicos**. Tese de Doutorado em Antropologia Social – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

RAVAGNANI, Oswaldo M. Aldeamentos Goianos em 1750—Os Jesuítas e a Mineração. **Revista de Antropologia**, p. 111-132, 1987.

RELPH, E. C. As Bases Fenomenológicas da Geografia. **Geografia**, 4 (7): 1979.

REZENDE, Maria Auxiliadora Seabra. **O sentido histórico da criação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás**. Dissertação de Mestrado. Goiânia: UFG, 1997.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. 6ª reimpressão. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014.

_____. Memória, história, esquecimento. Conferência originalmente proferida em inglês, **Budapeste**, 8 mar. 2003; tradução para o português publicada pela Universidade de Coimbra, 2003.

RODRÍGUEZ GÓMEZ, Juana María et al. El maestro y las instituciones educativas. Ensayos. **Revista de la Escuela Universitaria de Formación del Profesorado de Albacete**, 1995.

ROSA, Teresa Maria Rodrigues da Fonseca. **Monumenta Histórica: o Ensino e a Companhia de Jesus (séculos XVI a XVIII): 1540-1580**. Lisboa: Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, 2015.

RUCKSTADTER, Flávio Massami Martins; MACHADO, Maria Cristina Gomes. Um projeto católico de nação: Serafim Leite SJ (1890-1969) e a obra Páginas de História do Brasil. Maringá: **Revista Teoria e Prática da Educação**, v. 18, n. 1, 2015.

SAINT-HILAIRE, August. **Segunda viagem ao interior do Brasil – Espírito Santo**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936.

_____. **Viagem às nascentes do Rio S. Francisco e pela província de Goyaz**. Tomo primeiro. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937a.

_____. **Viagem às nascentes do Rio S. Francisco e pela província de Goyaz**. Tomo segundo. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937b.

SALEM, Tânia. Do centro d. Vital à universidade católica. Universidades e instituições científicas no Rio de Janeiro. In. SCHWARTZMAN, Simon (org). **Universidades e Instituições Científicas no Rio de Janeiro**. Brasília: CNPQ, 1982.

SAMPAIO, Helena. Evolução do ensino superior brasileiro. São Paulo, NUPES, **Documento de Trabalho**, v. 8, p. 91, 1991.

SANTOS, Miguel Rosa dos. **A Expansão das Instituições Católicas, o Ensino Superior em Goiás e o Departamento de Economia da Universidade Católica de Goiás: História e Memória**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Goiânia: Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2003.

SANTOS, Milton. **Manual de Geografia Urbana**. São Paulo: Edusp, 2008.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 2019. – (Coleção memória da educação).

SCHIMBERG, A. **L'éducation morale dans les Colléges de la Compagnia de Jésus en France**. Paris, 1913.

SCHMITZ, Egídio. **Os jesuítas e a educação, a filosofia educacional da Companhia de Jesus**. São Leopoldo: Editora Unisinos, 1994.

SCHWICKERATH, Robert, S.J. **Jesuit education. Its history and principles viewed in th light of modern educational problems**. St. Louis, Mo.: Herder, 1903.

SERBIN, Kenneth. **Diálogos na Sombra: Bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SIGRIST, José Luís. **A JUC no Brasil: evolução e impasse de uma ideologia**. São Paulo: Cortez; Piracicaba: Universidade Metodista de Piracicaba, 1982.

SILVA, Gleidson; AMORIM, Simone Silveira. Apontamentos sobre a educação no Brasil Colonial (1549-1759). **Interações** (Campo Grande), v. 18, p. 185-196, 2017.

SILVA, José Trindade da Fonseca e. **Lugares e pessoas: subsídios eclesiásticos para a história de Goiás**. Goiânia: editora da UCG, 2006.

SOUSA, Luiz Antonio da Silva e. Memória sobre o descobrimento, governo, população, e cousas mais notaveis da Capitania de Goyaz. **Revista Trimensal de Historia e Geographia ou Jornal do Instituto Historico e Geographico Brasileiro**, tomo XII, 4º trimestre de 1849, p. 429-510. Rio de Janeiro: Typographia de João Ignacio da Silva. [2ª. edição 1872]

SOUZA, João Oliveira. **Criação e estruturação da Universidade Católica de Goiás: embate entre o público e o privado**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Goiás, 1999.

STORCK, João Batista. Do *modus parisiensis* ao *Ratio Studiorum*: os jesuítas e a educação humanista no início da idade moderna. **História da Educação**, v. 20, n. 48, p. 139-158, 2016.

THIRY-CHERQUES, Hermano Roberto. Pierre Bourdieu: a teoria na prática. **Revista de Administração Pública**, v. 40, 2006.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais: A pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

TUAN, Yi-Fu. Place: an experiential perspective. **Geographical Review**, 65(2), 1975.

TERRA, Dom João Evangelista Martins. Bicentenário da restauração da Companhia de Jesus. **Pensar-Revista Eletrônica da FAJE**, v. 5, n. 2, 2014.

VALLINA, Agustín Udías. Las universidades jesuitas y la ciencia después de la restauración de la Compañía de Jesús (1814-2014). **Arbor**, v. 192, n. 782, 2016.

VASCONCELLOS, Manoel. Um intelectual cristão diante de seu tempo: a trajetória de Alceu Amoroso Lima. Thaumazein: **Revista Online de Filosofia**, v. 7, n. 13, p. 74-88, 2014.

VEIGA, Cynthia Greive; FONSECA, Thais Nivia de Lima e. **História e historiografia da educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

VIVES, J. L. De las disciplinas. In: **Obras Completas**. Madrid: M. Aguilar, 1948.

_____. Introducción a la sabiduría. In: **Obras Completas**. Madrid: M. Aguilar, 1947.

ZACHARIADHES, Grimaldo Carneiro. **Os jesuítas e o apostolado social durante a ditadura militar: a atuação do CEAS**. EDUFBA, 2010.

FONTES E DOCUMENTOS CITADOS

ACORDO entre a Sociedade Goiana de Cultura e a Sociedade de Educação e Assistência Social da Companhia de Jesus. 1959. Arquivo Romano da Companhia de Jesus.

ANUÁRIO 1973 da Universidade Católica de Goiás. Vice-Reitoria para Assuntos Acadêmicos. Goiânia, 1974.

ANUÁRIO Estatístico de Goiânia. Goiânia: Prefeitura Municipal de Goiânia, 2012.

ANUÁRIO UNIVERSIDADE (CATÓLICA) DE GOIÁS. Anuário I. Goiânia, 1960.

_____. Anuário II. Goiânia, 1961.

_____. Goiânia, 1966.

ARANTES, Deputado Sebastião. Voto de Louvor a dom Fernando. In. **Revista da Arquidiocese**. Número XI, novembro de 1959.

ARRUPE, Pedro, SJ. **Carta do superior geral da Companhia de Jesus, ao pe. José Carlos de Lima Vaz**. Roma, 5 de janeiro de 1980. Arquivo da Província dos jesuítas no Brasil.

ASSEMBLEIA Extraordinária da Associação de Professores da Universidade Católica de Goiás, realizada no dia 16 de agosto de 1979 no Auditório da Arquitetura da UCG. Documento assinado pelo presidente da APUC, prof. Ivo Mauri.

ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES DA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS. **Carta ao pe. José Carlos de Lima Vaz, reitor da Universidade Católica de Goiás**. Goiânia, 22 de agosto de 1979. Arquivo da Província dos Jesuítas no Brasil.

ATA da Assembleia Geral Ordinária da Sociedade Goiana de Cultura. 22 de dezembro de 1960.

ATA da Assembleia Geral Ordinária da Sociedade Goiana de Cultura. 31 de dezembro de 1961.

ATA de instituição da Sociedade Goiana de Cultural. In. **Revista da Arquidiocese**. Ano III, n. I, Janeiro de 1959.

ATA de reunião para estudo das possibilidades de instituição e aparelhamento da Faculdade Goiana de Direito, 22 de outubro de 1958. Arquivo do Instituto de Pesquisa e Estudos Históricos do Brasil Central.

ATA da Sociedade Goiana de Cultura 1974-1979.

ATUAÇÃO. Boletim da Associação de Professores da Universidade Católica- de Goiás- APUC. Ano I, n. 1- setembro de 1978.

ATUAÇÃO. **Órgão Oficial da Associação de Professores da Universidade Católica de Goiás.** Ano I, n. 4, Abr. Mai. Jun. de 1979. Arquivo da Província dos Jesuítas no Brasil.

AZEVEDO, Padre Marcelo de Carvalho, SJ. **Carta à dom Fernando Gomes dos Santos, arcebispo de Goiânia.** Belo Horizonte, 6 de dezembro de 1967. Arquivo da Província dos Jesuítas no Brasil.

BAGGIO, Cardeal Sebastião Baggio. **Carta à dom Fernando Gomes dos Santos, Arcebispo de Goiânia.** Roma, 5 de dezembro de 1979. Arquivo do Instituto de Pesquisa e Estudos Históricos do Brasil Central.

CÂMARA, Jaime. **Telegrama a dom Fernando.** 23 de outubro de 1959. Arquivo do Instituto de Pesquisa e Estudos Históricos do Brasil Central.

CARDOSO, Pe. Armando Cardos. **Carta ao pe. Paulo de Tarso Nacca.** Rio de Janeiro, 13 de março de 1962. Arquivo da Província dos Jesuítas no Brasil.

CARTA de Esclarecimento aos professores, alunos, funcionários da UCG e à população em geral. Assinada pelo grupo de professores de sociologia demitidos. Eline Jonas Fragola, José Maria Baldino, Marcos Antônio da Silva, Nei Clara de Lima e Silvio Costa. Goiânia, 19 de agosto de 1979. Arquivo da Província dos Jesuítas no Brasil.

CARTA de esclarecimentos da Congregação do Departamento de Serviço Social (SER) da Universidade Católica de Goiás. Goiânia, 25 de novembro de 1977. Arquivo da Província dos Jesuítas no Brasil.

CARTA de Princípios do I Encontro Nacional de Associações de Docentes Universitários. Universidade de São Paulo, 1979.

CARTA do Departamento Ciências Biológicas e Geociências (CBG) da UCG à dom Fernando Gomes dos Santos, presidente da Sociedade Goiana de Cultura. Agosto de 1979. Arquivo da Província dos Jesuítas no Brasil.

CARTA DOS PROVINCIAIS DA AMÉRICA LATINHA AOS JESUÍTAS LATINO-AMERICANOS. In. **Anuário da Companhia de Jesus**, 1968-1969. Edição Portuguesa.

CATALOGUS VICEPROVINCIAE GOIANO-MINENSIS SOCIETATIS IESU – Anno MCMLXII (1962). Arquivo Romano da Companhia de Jesus.

CATALOGUS PROVINCiarum NECNON VICEPROVINCiarumBRASILEAE SOCIETATIS JESU, 1976. Arquivo Romano da Companhia de Jesus.

CATÁLOGO GERAL 1974. Universidade Católica de Goiás, Vice-Reitoria para Assuntos Acadêmicos. Goiânia, n.3, Janeiro de 1974. Arquivo do Instituto de Pesquisas Históricas do Brasil Central (IPEHBC) da Pontifícia Universidade Católica de Goiás.

CENSO DEMOGRÁFICO DE 1960. Recenseamento Geral do Brasil. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

COMISSÃO DE VIGILÂNCIA – Boletim n. 2 – Goiânia 16 de agosto de 1979. Arquivo da Província dos Jesuítas no Brasil.

COMPANHIA DE JESUS. **Características da Educação da Companhia de Jesus**. São Paulo: Edições Loyola, 1987.

_____. Diogo de Ledesma SI. De ratione et ordine studiorum Collegii Romani 1564-1565. In: **Monumenta Paedagogica Societatis Iesu**. Edidit: Ladislaus Lukács S.I. Romae: Institutum Historicum Societatis Iesu, 1974, v. 107, (1557-1572), p. 519-627.

_____. Hanníbal du Coudret. De Ratione studiorum Collegii Mesanensis. In: **Monumenta paedagogica Societatis Iesu**. Edidit: Ladislaus Lukács S.I. Romae: Institutum Historicum Societatis Iesus, 1965, v. 92, (1540-1556), p. 93-106.

_____. Hieronymus Nadal SI. Constitutiones Collegii Messanensis/ Studii Generalis Dispositione et Ordine/Regulae de Scholis Collegiorum. In: **Monumenta Paedagogica Societatis Iesu**. Edidit: Ladislaus Lukács S.I. Romae: Institutum Historicum Societatis Iesus, 1965, v. 92, (1540-1556), p. 17-28/133-163/185-210.

_____. *Ratio Atque Institutio Studiorum Societatis Iesus*. In **O método pedagógico dos Jesuítas – O Ratio Studiorum**. Campinas: Kíron, 2019.

CONGREGAÇÃO GERAL XXXI DA COMPANHIA DE JESUS. **Documentos**. Edição portuguesa. Companhia de Jesus, 1967.

CONGREGAÇÃO GERAL XXXI. Companhia de Jesus. Ed. Portuguesa Lisboa, 1967.

CONGREGAÇÃO GERAL XXXII. Companhia de Jesus. Ed. Portuguesa Lisboa, 1975.

CORREIA, Padre José Maria, SJ. Carta ao pe. João Batista Janssens, superior geral da Companhia de Jesus. Goiânia, 13 de março de 1964.

_____. **Carta aos professores**. Goiânia, 7 de junho de 1969. Arquivo da Província dos Jesuítas no Brasil. Arquivo da Província dos Jesuítas no Brasil.

CUTRE, Padre Vicente González, SJ. **Carta a dom Fernando Gomes dos Santos**. Belo Horizonte, 12 de novembro de 1959. Arquivo Romano da Companhia de Jesus.

_____. **Carta ao padre João Batista Janssens**. 13 de outubro de 1959. Arquivo Romano da Companhia de Jesus.

_____. **Carta ao padre Paulo Nacca**. Belo Horizonte, 12 de novembro de 1959. Arquivo da Companhia de Jesus. Arquivo da Província dos Jesuítas no Brasil.

_____. **Carta ao pe. João Batista Janssens, superior Geral da Companhia de Jesus**. Belo Horizonte, 08 de janeiro de 1962. Arquivo Romano da Companhia de Jesus.

_____. **Carta ao pe. Paulo de Tarso Nacca**. Belo Horizonte, 3 de junho de 1962. Arquivo da Província dos Jesuítas no Brasil.

_____. **Relatório do provincial ao Superior Geral da Companhia, pe. João Batista Janssens**. 13 outubro de 1959. Arquivo da Província dos Jesuítas no Brasil.

DOCUMENTO DE MEDELLÍN. **Conclusões da II Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano.** Medellín, Colômbia, 1968. Disponível https://pjmp.org/subsidios_arquivos/cnbb/Medellin-1968-2CELAM-PORTUGUES.pdf Acessado: 3/1/2025.

DOCUMENTO DE PUEBLA. **Evangelização no presente e no futuro da América Latina.** Conclusões da IIIª Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano (CELAM). Puebla de los Angeles, México, 27-1 a 13-2 de 1979. Edições Paulinas.

ESTATUTO DA SOCIEDADE GOIANA DE CULTURA. 14 de janeiro de 1977.

ESTATUTO DA SOCIEDADE GOIANA DE CULTURA. Diário Oficial de Goiânia, 1958.

ESTATUTO DA UNIVERSIDADE DE GOIÁS. 1959.

FLEURY, Cônego Nelson Rafael Fleury. **Carta ao pe. Marcelo Azevedo, provincial dos jesuítas.** Goiânia, 11 de março de 1968. Arquivo da Província dos Jesuítas no Brasil.

GARCIA, Padre Cristóbal Álvarez Garcia, SJ. **Carta ao ao provincial, Pe. Marcelo Azevedo.** Goiânia, 2 de fevereiro de 1968. Arquivo da Província dos Jesuítas no Brasil.

_____. **Carta a Jarbas Gonçalves Passarinho, ministro da educação.** Goiânia, 25 de julho de 1970. Arquivo da Província dos Jesuítas no Brasil.

_____. **Carta ao provincial dos jesuítas à dom Fernando Gomes dos Santos, arcebispo de Goiânia.** Belo Horizonte, 28 de dezembro de 1978. Arquivo da Província dos Jesuítas no Brasil.

_____. **Carta ao provincial.** Goiânia, 31 de janeiro de 1968. Arquivo da Província dos Jesuítas no Brasil.

GRAVISSIMUM EDUCATIONIS, Declaração sobre a Educação Católica. **Compêndio do Vaticano II.** Petropolis: Ed. Vozes, 2000.

JOÃO PAULO II, Papa. **Constituição Apostólica “*Sapientia Cristiana*” Sobre as Universidades e as Faculdades Eclesiásticas.** Roma, 15 de abril de 1979.

JOÃO XXIII, Papa. **Discurso de Abertura Solene do Concílio Vaticano II.** 11 de Outubro de 1962. [Discurso na solene abertura do Concílio Vaticano II \(11 de outubro de 1962\) | João XXIII](https://www.vatican.va/content/john-xxiii/pt/speeches/1962/documents/hf_j-xxiii_spe_19621011_opening-council.pdf). Acessado: 07/05/2023.

_____. **Discurso de Sua Santidade Papa João XXIII na abertura solene do Concílio Vaticano II.** 11 de Outubro de 1962. https://www.vatican.va/content/john-xxiii/pt/speeches/1962/documents/hf_j-xxiii_spe_19621011_opening-council.pdf Acessado: 15/04/2024.

JORNAL **A Imprensa**, Mensagem aos Maçons do Brasil. n. 1027, Ano VII, 16 de julho de 1959.

JORNAL **Folha de Goyaz**, Ano 40, n. 10.180. Goiânia, 22 de agosto de 1979.

JORNAL **Gazeta de Goiás**. Goiânia, de 23 a 29 de abril de 1978

JORNAL **O Cinco de Março**, Ano 1, número 3. Goiânia, outubro de 1959.

JORNAL **O Globo**, 26 de outubro de 1959.

JORNAL **O Popular**, 4 de setembro de 1952.

JORNAL **Opção**. Goiânia, 18 de abril de 1979.

_____. Goiânia, 29 de agosto de 1979.

MAURI, Professor Ivo. **Entrevista dada ao Canal da APUC-GO, sobre a história da associação**. 27 de novembro de 2011. Disponível: <https://www.youtube.com/watch?v=0hIQ2GUnk8k> Acessado: 11/01/2025.

MEMORABILIA SOCIETATIS IESU. **Ad usum Nostrorum tantum**. Vol. X – Fasc. VII, Martio, 1958.

MÉMÓRIAS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA. Ordenadas por Francisco Carneiro de Figueroa. Coimbra, 1937.

NACCA, Padre Paulo de Tarso, SJ. **Carta à Vice Província Goiano-Mineira**. Goiânia, 2 de abril de 1960. Arquivo da Província dos Jesuítas no Brasil.

_____. **Carta à Vice Província Goiano-Mineira**. Goiânia, 11 de setembro de 1961. Arquivo da Província dos Jesuítas no Brasil.

_____. **Carta à Vice Província Goiano-Mineira**. Goiânia, 28 de agosto de 1961b. Arquivo da Província dos Jesuítas no Brasil.

_____. **Carta ao pe. Armando Cardoso, superior da Província Brasil Centro-Leste**. Goiânia, 3 de janeiro de 1962b.

_____. **Carta ao pe. João Batista Janssens**. Goiânia, 15 de janeiro de 1962. Arquivo Romano da Companhia de Jesus.

_____. **Carta ao pe. Vicente Cutre**. Goiânia, 3 de janeiro de 1962a. Arquivo da Província dos Jesuítas no Brasil.

_____. **Carta ao Superior Provincial**. Goiânia, 09 de novembro de 1959. Arquivo Romano da Companhia de Jesus.

_____. **Discurso do Reitor**. Inauguração das Aulas. 7 de março de 1961c. Anuário Universidade (Católica) de Goiás. Anuário II. Goiânia, 1961.

_____. **Informações sobre a Universidade Católica de Goiás**- Goiânia. 1959. Informe sobre Goiânia, 1957.

NAVES JÚNIOR. Vereador José Rodrigues. **Requerimento aprovado na Câmara Municipal de Goiânia**, em 29 de agosto de 1952.

NETTO, Padre José Coelho de Sousa Netto, SJ. **Carta ao governador de Goiás, Jerônimo Coimbra Bueno**. Rio de Janeiro, 5 de novembro de 1948. Arquivo da Província dos Jesuítas no Brasil.

NOTAS BIOGRÁFICAS do pe. Francisco Machado da Fonseca. 1998. Arquivo da Província dos Jesuítas no Brasil.

NOTÍCIAS DA PROVÍNCIA DO BRASIL CENTRAL. Ano XXX, Julho, 1956.

NOTÍCIAS DA VICE-PROVÍNCIA GOIANO-MINEIRA, Ano IV, n. 6. Agosto de 1962.

NOTÍCIAS DA VICE-PROVÍNCIA GOIANO MINEIRA. Ano V, n. 9, Abril de 1963.

OLIVEIRA, Dom Emanuel Gomes de Oliveira. **Carta ao pe. João Batista Janssens, Superior Geral da Companhia de Jesus.** Goiânia, 19 de fevereiro de 1953.

OPÇÕES FUNDAMENTAIS no governo da Vice-Província Goiano-Mineira da Companhia de Jesus: outubro de 1963 a fevereiro de 1968.

PANFLETO da Nota Oficial do Centro Acadêmico XI de Maio. Goiânia, 16 de outubro de 1959. Arquivo do Instituto de Pesquisa e Estudos Históricos do Brasil Central.

PIO VII. Bula ***Sollicitudo Omnium Ecclesiarum***. 07 de agosto de 1814. <https://www.vatican.va/content/pius-vii/it/documents/bolla-sollicitudo-omnium-7-agosto-1814.html> Acessado: 05/04/2023.

PIO XI, Papa. Encíclica *Divini Illius Magistri*, em 31 de dezembro de 1929. <http://memoria.org.br/pub/meb000000363/censodem1960rvol1t18/censodem1960rvol1t18.pdf> Acessado 9/10/2024.

PONTIFICIA COMMISSIO PRO AMERICA LATINA. **Actas y Decretos del Concilio Plenario de la América Latina.** Ciudad del Vaticano: Libreria Editrice Vaticana, 1999.

PONTIFICIA COMMISSIONE PER I BENI CULTURALI DELLA CHIESA. **La funzione pastorale degli archivi ecclesiastici**, 2 febbraio 1997. Disponível em: [vatican.va](http://www.vatican.va). Acesso em: 12/06/2024.

PONTIFICIA COMMISSIONE PER I BENI CULTURALI DELLA CHIESA. **Lettre aux Supérieurs Majeurs.** 1994. Disponível em: [vatican.va](http://www.vatican.va/roman_curia/pontifical_commissions/pcchc/documents/rc_com_pcchc_19940410_religious-families_fr.html). Acesso em: 12/06/2024.

POSTULADO DA CONGREGAÇÃO PROVINCIAL AO N.M.R.P. GERAL. 11 de junho de 1957.

QUEVEDO CAMPO, Padre Luis Gonzáles, SJ. **Carta ao superior geral, pe. Pedro Arrupe.** Rio de Janeiro, 1 de janeiro de 1976.

RELATÓRIO da reunião dos representantes da turma de Arquitetura da Universidade Católica de Goiás. 23 de março de 1979. Arquivo da Província dos Jesuítas no Brasil.

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS 1977-1978. Coordenação da Assessoria de Planejamento da Reitoria. Goiânia, Agosto de 1979.

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DA VICE-REITORIA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS. **Exercício de 1974.** Universidade Católica de Goiás. Fevereiro de 1975.

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO ANO DE 1975. Ação Comunitária da Universidade Católica de Goiás. Arquivo da Província dos Jesuítas no Brasil.

REQUERIMENTO N. 1202 do Vereador Sebastião Pinheiro solicitando ao pe. José Carlos de Lima Vaz, as providências necessárias ao atendimento do pedido. Câmara Municipal de Goiânia, 16 de agosto de 1979. Arquivo da Província dos Jesuítas no Brasil.

REVISTA DA ARQUIDIOCESE. Ano III, n. XI, novembro de 1959.

_____. Ano XIV, Goiânia: novembro de 1971.

_____. Ano XX, Goiânia: Artes Gráficas, dezembro de 1977d.

_____. Ano XX, Goiânia: Artes Gráficas, novembro de 1977c.

_____. Ano XX, Goiânia: Goiás Carimbos, junho de 1977b.

_____. Ano XX, Goiânia: Ruralidade Editora, janeiro de 1977a.

SANTOS, Fernando Gomes dos. **A Palavra do Pastor**. Entrevista concedida por dom Fernando, Arcebispo de Goiânia, à imprensa no dia 22 de outubro de 1959 sobre a Universidade de Goiás. In Revista da Arquidiocese. Número XI, Novembro de 1959d.

_____. **Apelo aos pais de família e aos estudantes goianos**. 1959c. Arquivo do Instituto de Pesquisa e Estudos Históricos do Brasil Central.

_____. *Encontro com a Comunidade: infiltração comunista*. **Revista da Arquidiocese**, Goiânia, ano 3, abri/mai, 1959b.

_____. *Mensagem da Páscoa de 1958*. **Revista da Arquidiocese**, Goiânia, ano 2, n. 4/5, abr/maio 1958.

_____. *Mensagem da Páscoa de 1959*. **Revista da Arquidiocese**, Goiânia, ano 3, n. 3, março 1959a.

_____. *O dever gratíssimo de agradecer*. Discurso por ocasião da grande concentração realizada na Praça da Catedral, em Goiânia no dia primeiro de novembro de 1959. In. **Revista da Arquidiocese**. Número XI, Novembro de 1959e.

_____. Universidade à Luz de Puebla. Aula Magna proferida por dom Fernando Gomes, grão-chanceler da Universidade Católica de Goiás, 27 de março de 1980. **Revista da Arquidiocese de Goiânia**. Ano XXI, Abril de 1980.

_____. **Carta à dom Cármine Rocco, Nuncio Apostólico no Brasil**. Goiânia, 2 de maior de 1979a. Arquivo do Instituto de Pesquisas Históricas do Brasil Central (IPEHBC) da Pontifícia Universidade Católica de Goiás.

_____. **Carta ao padre José Carlos de Lima Vaz, reitor da Universidade Católica de Goiás**. Goiânia, 12 de julho de 1976. Arquivo da Província dos Jesuítas no Brasil.

_____. **Carta ao padre Vicente González Cutre**. Goiânia, 15 de novembro de 1959. Arquivo Romano da Companhia de Jesus.

_____. **Carta ao pe. João Batista Janssens, superior geral da Companhia de Jesus.** 11 de julho de 1957. Arquivo Romano da Companhia de Jesus.

_____. **Carta ao pe. João Batista Janssens, superior geral da Companhia de Jesus.** 6 de dezembro de 1957. Arquivo Romano da Companhia de Jesus.

_____. **Carta ao pe. José Carlos de Lima Vaz, reitor da Universidade Católica de Goiás.** Goiânia, 3 de setembro de 1977. Arquivo da Província dos Jesuítas no Brasil.

_____. **Carta ao pe. José Carlos de Lima Vaz, reitor da Universidade Católica de Goiás.** Goiânia, 21 de agosto de 1979. Arquivo da Província dos Jesuítas no Brasil.

_____. **Carta ao pe. Vicente Cutre.** Roma, 08 de dezembro de 1962. Arquivo da Província dos Jesuítas no Brasil.

_____. **Nota de Esclarecimento ao público.** Goiânia, 22 de agosto de 1979c. Arquivo da Província dos Jesuítas no Brasil.

_____. **Provisão ao Cônego José Pereira de Maria para o cargo de Vigário Geral da Arquidiocese de Goiânia.** Goiânia, 19 de março de 1976. Arquivo da Cúria Metropolitana de Goiânia.

_____.et al. **Carta Pastoral coletiva dos bispos da Província Eclesiástica de Goiânia,** Revista da Arquidiocese, Goiânia, ano 2, n. 1, jan. 1958.

_____. “Resposta às acusações de subversão”. In. **Sem Violência e Sem Medo: Entrevistas, Escritos e Homilias.** Goiânia. Universidade Católica de Goiás. 1982.

SILVA. Cônego José Trindade da Fonseca. **Carta ao Deputado Anísio Rocha.** Rio de Janeiro, 22 de outubro de 1959.

SITUAÇÃO DA VICE PROVÍNCIA GOIANO-MINEIRA. **Aspectos apresentado à Congregação Provincial,** 17 de fevereiro de 1970.

SOCIEDADE GOIANA DE CULTURA; SOCIEDADE DE EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL. **Contrato.** Goiânia, 1º jan. 1968.

SOCIEDADE GOIANA DE SOCIOLOGIA. **Carta de repudia à população goianiense.** Goiânia, 16 de agosto de 1979a. Arquivo da Província dos Jesuítas no Brasil.

SOCIEDADE GOIANA DE SOCIOLOGIA. **Nota Pública.** Goiânia, 16 de agosto de 1979a. Arquivo da Província dos Jesuítas no Brasil.

THOMAZI. Padre Luiz, SJ. **Carta ao provincial, pe. Vicente Cutre.** Goiânia, 08 de setembro de 1962. Arquivo da Província dos Jesuítas no Brasil.

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS. **Anuário da Universidade Católica de Goiás - 1972.** Vice-Reitoria para Assuntos Acadêmicos, Goiânia, 1972.

VAZ, Pe. José Carlos de Lima. **Discurso de Posse.** Goiânia, 10 de setembro de 1973. Arquivo da Província dos Jesuítas no Brasil.

_____. **Carta ao pe. Pedro Arrupe, superior geral da Companhia de Jesus.** Goiânia, 29 de fevereiro de 1976. Arquivo Romano da Companhia de Jesus.

_____. **Documento dos Coordenadores de Pastoral do Centro-Oeste – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil,** 1978a.

_____. **Carta à dom Fernando Gomes dos Santos, arcebispo de Goiânia.** Goiânia, 11 de setembro de 1978b. Arquivo da Província dos Jesuítas no Brasil.

_____. Os Jesuítas e a UCG – Três Textos. Estudos Goianienses- **Revista da Universidade Católica de Goiás,** Goiânia, v. 6, n. 10, p. 31-45, 2º sem. 1979a.

_____. **A UCG nos últimos seis anos e o afastamento dos jesuítas da UCG,** Rio de Janeiro, 1979b. Arquivo da Província dos Jesuítas no Brasil.

_____. **Carta à dom Carmine Rocco, Núncio Apostólico no Brasil.** Rio de Janeiro, 3 de dezembro de 1979c. Arquivo da Província dos Jesuítas no Brasil.

_____. **Carta ao pe. Pedro Arrupe, superior geral da Companhia de Jesus.** Rio de Janeiro, 26 de novembro de 1979d. Arquivo da Província dos Jesuítas no Brasil.

_____. **Ofício n. 450/79 ao vereador Daniel Antônio de Oliveira,** presidente da Câmara Municipal de Goiânia. Goiânia, 23 de agosto de 1979e.

_____. **Carta à dom Fernando Gomes dos Santos, arcebispo de Goiânia.** Goiânia, 6 de agosto de 1979f. Arquivo da Província dos Jesuítas no Brasil.

_____. **Carta à dom Fernando Gomes dos Santos, arcebispo de Goiânia.** Goiânia, 23 de agosto de 1979g. Arquivo da Província dos Jesuítas no Brasil.

_____. **Carta de despedida à dom Fernando Gomes dos Santos.** Goiânia, 16 de outubro de 1979h. Arquivo Romano da Companhia de Jesus.

_____. **Carta ao presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil.** Rio de Janeiro, 3 de dezembro de 1979i. Arquivo Romano da Companhia de Jesus.

VIVEIROS, Padre Ormindos Viveiros, SJ. **Carta ao pe. João Batista Jansens, superior geral da Companhia de Jesus.** Goiânia, 10 de fevereiro de 1964. Arquivo Romano da Companhia de Jesus.

ANEXOS

Anexo I: Pedido de Dom Emanuel Gomes de Oliveira, arcebispo de Goiás, ao pe. João Batista Janssens, superior geral da Companhia de Jesus convidando os jesuítas para trabalharem em Goiás-1953.

G.MIN. 1001-II.13

28 FEB. 1953

Goiânia, 19 de Fevereiro de 1953

Exmo. e Rvmo. Snr. Padre João Batista Janssens
D.D. Superior Geral da Companhia de Jesus

Há longos anos que desejo para a minha vasta arquidiocese a colaboração dos RR. PP. Jesuitas. Sou um antigo aluno do Colégio São Luís de Itú no Estado de São Paulo, desde 1883 a 1887.

Em 1948 o R. Padre Alonso levou a Roma o meu pedido de aceitar a Companhia a direção da nova Faculdade Católica de Filosofia, Ciências e Letras em Goiânia, Capital do Estado de Goiás, sede do nosso Arcebispado.

Não foi possível então, por falta de pessoal, acceder a meus desejos.

Apenas chegou a meu conhecimento a criação da nova Província de León, convidei o mesmo Padre Alonso para visitar o território de Goiás e oferecer condições favoráveis para iniciar uma fundação na Capital do Estado.

Afirma o R. P. Alonso que enviou minucioso relatório a seu Provincial na Espanha. A resposta, entretanto, parece que não foi favorável.

Tinha eu já grandes esperanças de receber neste ano, para nossas Faculdades Católicas, o auxílio longamente esperado dos Padres Jesuitas.

O R.P. Alonso expôs sem dúvida no seu relatório, a doação de terreno, construção de casa residencial e outras facilidades que julguei in Domino poder oferecer na Capital do Estado, cuja vitalidade bem se manifesta através de um crescimento rápido de sua população que supera proporcionalmente as demais cidades do nosso imenso Brasil.

Se recorro a V. Paternidade é porque espero de sua intervenção um interesse providencial por este Estado tão falto de clero.

Creio que uma visita imediata do R.P. Provincial da Espanha a essas terras seria certamente decisiva para, com conhecimento de causa, chegar afinal a um feliz entendimento.

Não posso esquecer o generoso acolhimento que o seu predecessor R. P. Waldomiro Jodochowski, que tive ocasião de vi

G. MIN. 1001-II, 13

sitar, repetidas vezes em 1932 por ocasião de minha visita AA 11 -
mina, me dispensava.

Imploro sinceramente de Deus graças e luzes para V. Ia
 ternidade e fico esperançoso não só, mas certo, de receber pelo
 menos um Sacerdote e um Irmão afim de que possamos garantir os a
 licerces do que será avança o campo abençoado de apostolado da
 Companhia de Jesus.

Em piedosa união de orações subscrevo-me.

De V. Revma. Servo Obediente in Xto.

Emmanuel Gomes de Oliveira
 Arcebispo de Goiás

Endereço: Caixa Postal 174
 Goiânia - Estado de Goiás -
 Brasil

Anexo II: Pedido de Dom Fernando Gomes dos Santos, arcebispo de Goiânia, ao pe. João Batista Janssens, superior geral da Companhia de Jesus pedindo mais jesuítas para Goiânia, com a finalidade de fundar a universidade católica e confiá-la a Companhia de Jesus.

G-min-1001-XV,3 (3)

Cúria Metropolitana de Goiânia
RUA VINTE N. S. - TEL. 1289
GOIÂNIA - GOIÁS

578 23VII57

Goiânia, 11 de julho de 1957.
Louvado seja N.S. Jesus Cristo.

Revmo. P. João Batista Janssens
DD. Padre Geral da Companhia de Jesus

Com meus respeitosos cumprimentos, tenho a honra de comunicar a V. Revma. que tomei posse do governo desta Arquidiocese no dia 16 de junho último e logo tomei conhecimento da situação das faculdades de ensino superior que, de algum modo, estão sob responsabilidade da Arquidiocese. São as seguintes: Filosofia, Ciências Econômicas, Belas Artes, Farmácia e Odontologia, Serviço Social e Enfermagem.

A Faculdade de Filosofia está sob a direção do Revmo. Padre *p. Macha SJ.*

Estamos pensando em coordenar estas Faculdades com a criação de uma Universidade. O assunto é de grande atualidade e importância porque tudo indica que o Estado de Goiás será o centro, não só geográfico, mas de irradiação da cultura para todo o Brasil. Já o meu Antecessor pensava entregar a alta direção da futura Universidade aos PP. Jesuítas. Venho agora rogar a V. Revma. que nos ceda os Padres necessários à direção da futura Universidade de Goiás. Compreendo que talvez não seja tão fácil conseguir logo um número suficiente de sacerdotes. Contudo, em face da urgência em pôr os alicerces do grandioso empreendimento, acredito que V. Revma. virá ao encontro desses nossos planos. Peço licença para sugerir a V. Revma. a possibilidade de conseguir Padres na Província de Chicago, pois, segundo estou informado, essa Província poderia dispôr de sacerdotes para Goiás. Com relação às condições ou ao contrato entre a Arquidiocese e a Companhia de Jesus, antecipo que teremos o maior interesse e boa vontade na vinda dos Padres da Companhia. Acredito que esse contrato se poderá fazer nas bases das outras Universidades, como a do Rio de Janeiro.

Queira V. Revma. aceitar, com verdadeira estima, as cordiais saudações

Do Servo e Amigo, em Jesus Cristo

D. Fernando Gomes, Arcebispo de Goiânia

Fonte: Arquivo Romano da Companhia de Jesus, 2022.

Anexo III: Carta do pe. Paulo de Tarso Nacca sobre a fundação Universidade Católica de Goiás.

INFORMAÇÃO DO PADRE NACCA SOBRE A UNIVERSIDADE

CATÓLICA DE GOIÁS - GOIÂNIA

Seguí em Março último para Goiânia com o encargo de organizar, para o Sr. Arcebispo, a Universidade de Goiás, continuando os trabalhos já encetados pelo Pe. Francisco Machado. Após organizada a Universidade, o Sr. Arcebispo deseja entregá-la à Companhia de Jesus. Duas eram as Faculdades Católicas existentes em Goiânia, a de Filosofia dirigida pelo P. Tomazzi, S.J. e a de Ciências Econômicas dirigida por mim. A estas se devem acrescentar três Escolas Superiores de Belas Artes, de Serviço Social e de Enfermeiras, dirigida a primeira por um ex-apostólico de Friburgo e as outras duas por religiosas. As Faculdades leigas são três: de Direito, com uns 50 anos de existência, a de Engenharia, nova e de vida muito precária e a de Farmácia e Odontologia.

Como a Lei Federal exige, para que seja autorizado o funcionamento de uma universidade, que ela seja integrada também de uma das seguintes faculdades: Direito, Engenharia ou Medicina, tivemos que suplantar o primeiro grande obstáculo a Universidade Católica criando a Faculdade de Direito Católica e conseguindo para ela um calendário especial com início do ano letivo em Julho e encerramento do ano a 27 de Fevereiro de 1960. O segundo obstáculo a vencer consistiu em recolocar na linha católica a Faculdade de Ciências Econômicas que, esgueirando-se para o bloco leigo iria apoiá-lo em sua pretensão de antecipar-se a nós com a Universidade Federal e impossibilitar a criação da Católica. Nos anos passados, já havíamos perdido, por incuria nossa e fraude de nossos adversários, por motivos idênticos aos que se repetiam agora, a Faculdade de Farmácia e Odontologia, criada e mantida também sob os auspícios da Arquidiocese. O Sr. Arcebispo insistiu que eu tomasse a direção da Faculdade de Ciências Econômicas enquanto os bons professores dela, constituindo a maioria da Congregação, em votação, sufragaram o meu nome com 12 votos sobre 14 presentes. Com ajuda dos mesmos professores foram superadas todas as dificuldades e a instituição integrou-se definitivamente na Universidade. Estávamos no fim de Maio. Daqui por diante já não pude mais ausentar-me facilmente de Goiânia para o Rio e acompanhar as demarches do processo de nossa Universidade no Ministério da Educação e Cultura. Os que têm experiência dos serviços em nossas repartições públicas sabem muito bem o que significa acompanhar os processos pessoalmente e fazê-lo por meio de procuradores. Essa a razão porque recusei a princípio a direção da Faculdade; mas, se este estabelecimento escapasse à órbita católica, já não se poderia pensar tão cedo em Universidade, seria em Goiânia, impunha-se pois retardar a marcha para avançar com segurança.

Superado este obstáculo, apareceu o da Escola de Belas Artes que pleiteava exceções dentro da Universidade; mas, que acabou por conformar-se com a sorte comum das instituições incorporadas.

Muito teríamos a falar aqui da campanha que contra nós deflagraram a maçonaria, os comunistas e os estudantes das Faculdades leigas, insuflados por aqueles. No dia em que tomei posse na Faculdade de C. Econômicas, contra a vontade dos laicisantes, foi colocada, à noite, em uma esquina próxima de nossa casa, uma grande faixa com a inscrição: "Os estudantes de Goiás exigem a Universidade Federal, Ensino gratuito para todos."

Um grupo destes estudantes, poucos dias depois, foi à Cúria protestar junto ao Sr. Arcebispo, contra a campanha que, diziam, a Igreja estava fazendo em prejuízo da Univ. Federal. O Sr. Arcebispo respondeu-lhes com muita calma e com muita firmeza: "Nenhuma palavra, oral ou escrita foi dita por nós contra a universidade federal por vocês pleiteada. Estamos de acordo com a criação dessa universidade e lhe daremos todo nosso apoio. Ninguém poderá no entanto contestar-nos o direito que nos assiste, num regime democrático, como o nosso, de organizar também nossa Universidade Católica quando quisermos e como quisermos".

Depois desse encontro, a corrida para a universidade se acelerou consideravelmente. O campo seria de quem primeiro atingisse a meta desejada implantando em seu centro a Instituição que norteará a inteligência de Goiânia e do Estado de Goiás neste futuro próximo.

Os comunistas convidaram Luis Carlos Prestes para conferências. O líder vermelho só pôde falar na Associação Comercial e na Associação dos Estudantes leigos. A maçonaria vomitou um manifesto vulgar que assim rematava: "O Clero quer a Universidade Católica em que se paga para estudar, a maçonaria pleiteia o ensino gratuito para todos. Quem é o verdadeiro amigo do povo, o clero ou a maçonaria?" Os estudantes leigos manobram os políticos

influentes e os deputados estaduais e federais; enquanto nós, sem nenhum alarde, fomos trabalhando na calada e eficientemente, preparando os documentos necessários exigidos pela Lei; no que fomos apoiados grandemente pelo pessoal do Ensino Superior no Ministério da Educação, devido às boas amizades que lá tínhamos ou fizemos. Quando porém nossos adversários tiveram consciência da dianteira que lavávamos, procuraram, por intermédio de um deputado à caça de popularidade, destruir nosso trabalho com um projeto de lei apresentado no Parlamento Nacional, pelo qual se decretava a criação da Universidade Federal de Goiás encampando todas as Faculdades particulares que a ela não aderissem. Evidentemente era injusto e inconstitucional esse projeto. Deixou-nos apreensivos, mas, em nada nos prejudicou, antes acelerou nossa atividade. No dia 7 de Outubro, festa de N. Sra. do Rosário, enquanto o projeto era condenado pela comissão "ad hoc", o processo de nossa Universidade era aprovado unanimemente após o brilhante parecer do Conselheiro José Barreto Filho, que, assim, concluiu: "... pelas razões aduzidas e considerando que a Diretoria do Ensino Superior, que bem examinou o processo, teve como perfeito e o Estatuto bem estruturado de acordo com a Lei; considerando ainda que a Universidade de Goiás, será entregue à Companhia de Jesus o que constitui uma garantia de seu sucesso e futuro desenvolvimento, proponho ao Conselho Nacional a aprovação..."

1 Ao retirarem-se os Conselheiros da sala de sessões, fui agradecer ao relator e ouvi do Diretor do Ensino Superior palavras de congratulações e de estímulo pela Universidade que surgia no cenário central do Brasil. Dois dias depois era a vez do Diretor do Ensino Superior de se manifestar na seguinte sessão: "Examinada a peça pelo órgão próprio da Diretoria do Ensino Superior, ali recebeu ela, de comentário, esta expressão: O projeto de Estatuto da Universidade de Goiás, atende aos princípios de nossa legislação de ensino, estando bem estruturado. Tão raro é de serem tais palavras lidas em tais trabalhos daquele setor, que nos sentimos confortados também pela certeza, já agora, de que é perfeitamente possível a apresentação ao Ministério de peça bem cuidada, isenta de todos aqueles erros, que este plenário ouve, não de modo escasso, quando haja de julgar projetos de regimentos e de estatutos. A Comissão se sente bem afirmar que, após leitura minuciosa da peça, perfilha a opinião expressada pelo órgão técnico..." Terminada a exposição, a aprovação foi unânime.

2 O Decreto de criação da Universidade está sendo preparado no Conselho e na Diretoria do Ensino Superior. Espero poder levá-lo pessoalmente, nesta semana, ao Ministro da Educação para a homologação e ao Presidente da República para sancionar e dar ordem de execução com a publicação no Diário Oficial.

3 A Universidade de Goiás, pelo seu Estatuto, deverá atender especialmente aos interesses da região central do Brasil, que no momento é pecuário-agrícola; mas, que com o progresso verificado nestes últimos anos, não tardará a industrializar-se, pelo menos nos setores mais úteis à população. Muito, porém, teremos que trabalhar para elevar o nível cultural da região.

4 Doados pelo Governo do Estado, em tempos diversos, a Universidade dispõe de quatro grandes terrenos próprios e as Escolas agregadas de outros dois, na Cidade Universitária, que dista 1.500 ms. do centro da Cidade. Obtivemos em Julho último mais um terreno para a recém fundada Faculdade de Direito e pleitearemos em seguida o terreno destinado à Reitoria da Universidade com 14.000 msq. Auxiliados de pessoas competentes, trataremos logo de traçar um plano do futuro desenvolvimento da Universidade. Dessa forma nos habilitamos e quasi adquiridos um direito sobre outros terrenos da mesma Cidade Universitária, destinados a novas Faculdades ou Escolas.

5 Com a criação da Universidade Católica, torna-se urgente formar elites entre os professores e principalmente entre os alunos, porque estes são mais solicitados pelos comunistas e pela maçonaria. Não vejo outra forma mais apropriada do que organizar pequenas turmas de retiro, iniciando assim nosso trabalho construtivo, sem alarde, mas organizado e convincente. De outra forma, acho que nunca chegaremos a transformar o espírito reinante nestas Faculdades de Goiás, há 10 anos iniciadas e muito influenciadas pela Faculdade leiga de Direito, a mais antiga de todas e com mais alunos.

Continua a relação do mês passado sobre a Universidade de Goiás.

Dia 12 de Outubro, festa de N. Senhora Aparecida, o Ministro da Educação e Cultura, Dr. Clovis Salgado homologava o ato do Conselho Nacional de Educação e mandava, em seguida, minuta do decreto que o Presidente da República devia assinar.

Por sorte e também manifesta proteção do céu, fui encontrar no Cate-te, onde nunca pisara antes, um ex-aluno, dos fundadores do Colégio Loyola de Belo Horizonte, diplomado no Itamarati logo como 1º Consul. Levei pessoalmente o processo ao Catete, na 5a. f. e, dois dias depois estava assinado com data de 17/10, sábado! Do Catete, munido das necessárias recomendações, seguí para a Imprensa Oficial e, dia 19, 2a. f. era publicado oficialmente o decreto nº 47.041, de 17 de Outubro de 1959, que concede à Universidade de Goiás regalias de universidade livre equiparada e aprova seu Estatuto.

A Universidade de Goiás já começava a existir legalmente. Voltei para Goiânia, donde andava afastado, desta vez, há 20 dias, deixando as aulas suspensas e a Faculdade de Ciências Econômicas entregue ao Secretário, um leigo bastante inexperiente! Na 3a. f., às 8hs. da manhã estava me dirigindo ao aeroporto e às 12 hs. cheguei a Goiânia. À minha espera estavam P. Thomazi, Diretor da Faculdade de Filosofia, e o P. Correia. Estranhei o fato e pensei numa pilhéria; mas, explicaram-me logo: Os estudantes da Faculdade Federal de Direito despeitados e infuerecidos, deixaram-se influenciar pelo comunismo e pelos maçons, - os melhores "amigos" que temos em Goiânia! -, descarregando sua raiva contra o Sr. Arcebispo, a quem acusavam, juntamente com outros dois padres, de sabotadores da Universidade Federal, e, por conseguinte, dignos de um velório solene de 3 dias e subsequente enterro no asfalto da praça do Bandeirante, que é uma das centrais da Cidade, com cremação de "cadáver".

O dia de minha chegada já era o 2º do velório. Tinham os desordeiros comprado um caixão de defunto e colocaram-no em uma mesa envolta em panos mortuários, numa das salas da Faculdade Federal de Direito. À noite o caixão desapareceu. Compraram outro; mas, aí o Diretor interino da Faculdade, nosso professor em três Faculdades, achando que era profanação do "templo do saber", federal, o que se fazia, deu ordem para que botassem para fora o caixão. Foi necessário que ele mesmo pegasse pelas alças, juntamente com o zelador do prédio, porque estudante algum se moveu. O velório continuou na rua! Passei à noite, por lá e vi que 4 estudantes guardavam, rodeado de 4 velas acesas sobre a mesma mesa mortuária, o caixão que encerrava o descaso, a desídia, e o desengano e o despeito daqueles que julgaram poder criar uma Universidade com simples palavras e póstumas manifestações estrepitosas de rua!

Foi tal a arrogância desses estudantes de direito que decretaram greve até que o Sr. Presidente da República baixasse decreto criando a Universidade que eles queriam. Em seguida anunciaram que em 20 dias seria instalada a Universidade Federal. Ameaçaram coriscos e tempestades caso o Presidente da República não satisfizesse seus caprichos. No entanto, tiveram que voltar caladinhos para as aulas, suas faltas não foram abonadas, passaram-se os 30 dias e depois os 50 e até hoje nada de Universidade Federal. Os próprios arruaceiros acabaram por confessar seus desmandos e os que colaboraram arrependem-se muitas vezes.

Na Faculdade que dirijo desde Junho e que recebi em circunstâncias bem lamentáveis, os rapazes ficaram a princípio perplexos ante as falsas notícias. Por outro lado minhas frequentes viagens ao Rio não me permitiram exercer sobre eles maior influência. Daí que em solidariedade com os estudantes da Federal, se declararam em greve, passando por cima da autoridade do Diretorio, que resolvera convocar a assembléia geral, para decidir. Ao chegar do Rio, no dia seguinte, encontrei as aulas vazias. Quando após 4 dias foi suspensa a greve, voltaram às aulas com uma frequência inédita na Faculdade.

Reuni-os, juntamente com os professores, e lhes fiz uma exposição de todos os meus trabalhos e fadigas para organizar e poder obter a aprovação da Universidade de Goiás. Concluí convidando-os à reflexão e ao uso mais frequente da decantada liberdade que eles defendem com os dentes, a fim de não se deixarem levar como carneiros por estudantes profissionais da desordem. Com isto suspendi a sessão. Minhas palavras calaram profundamente nos rapazes e os próprios chefes da greve vieram dizer-me que tinham sido enganados e que se eu tivesse chegado um dia antes ter-se-ia evitado aquele desastre. de uma Faculdade Católica ter recebido de luto a criação da Universidade Católica de Goiás!

4 -
 acrescentando o fio dos fatos que sucederam na Facu. Federal de Direito, para apaziguar os ânimos e res-aurar a verdade, propoz viajar ao Rio com dois alunos indicados pelos des- contentes, a fim de averiguarem em loco como se dera a sabotagem à Univer- sidade Federal. Avistaram-se com os deputados por Goiás e estes lhes disse- ram que o projeto apresentado por um deles ao Legislativo, criando a Univer- sidade Federal estava engavetado, havia dois meses, corrijo, havia 4 meses; porque mal redigido, às pressas. Não tinha pois possibilidade de ser aprova- do. Com efeito este projeto fora redigido e enviado à câmara quando, em Jun- ho último, correu pelos bastidores rivais que eu já estava com o processo da Univ. pronto e viajara para o Rio afim de apresentá-lo ao Ministro. Em parte eles tinham razão; porque realmente era isto que estava acontecendo. Erraram, porem, julgando que um simples projeto iria fazer arquivar um processo acompanhado pessoalmente em tôdas as suas peregrinações pelas inúmeras repartições do M.E.C.

O famigerado projeto de lei foi mais tarde considerado inconstituci- onal; porque um de seus artigos previa a encampação das Faculdades particu- lares. Esta notícia chegou a Goiânia simultaneamente com a bomba da criação da Universidade Católica. Podem imaginar como os boatos falsos pulularam! A Comissão que fôra ao Rio visitou em seguida o Sr. Ministro da Edu- cação, o qual assim se exprimiu: "A Universidade Católica foi fruto de um trabalho tenaz, incansável e constante. Tivessem vocês trabalhado no mesmo modo, teriam agora a Universidade Federal!" Desta vez o Ministro esteve à altura de seu cargo!

Volto a comissão a Goiânia e o Diretor botou entrevista à imprensa. Resultou ela muito favorável a nós e ao Sr. Arcebispo. Foi o bastante para que o Diretor fosse acinhalado e considerado traidor. Mesmo assim não dei- xou de permanecer à frente da Comissão, encarregada agora de levar adiante, concertando-o primeiro, o projeto da Universidade Federal.

Voltemos ao velório. No seu terceiro dia, foi redigido um sórdido tes- tamento e organizado o entêrry dos "sabotadores". Em praça pública, entre discursos improvisados e inflamados, ateu-se fogo ao esquife inventado pe- la ingorância e pelo despeito. Nem faltaram uns rapazolas vestidos de saias pretas à guisa de batinas. Nessa mesma hora o Sr. Arcebispo, que em meio a to- dos estes repugnates fatos, mantivera grande serenidade e elevação, reunia seus fiéis na Catedral para uma hora-santa. É que se combinara não intervir num assunto que especificamente competia à polícia. Esta no entanto omitira- se porque não recebera ordem de agir. Fizera-o, uns três meses antes, contra demonstrações de estudantes, com tal infelicidade e violência que seu chefe teve que demitir-se.

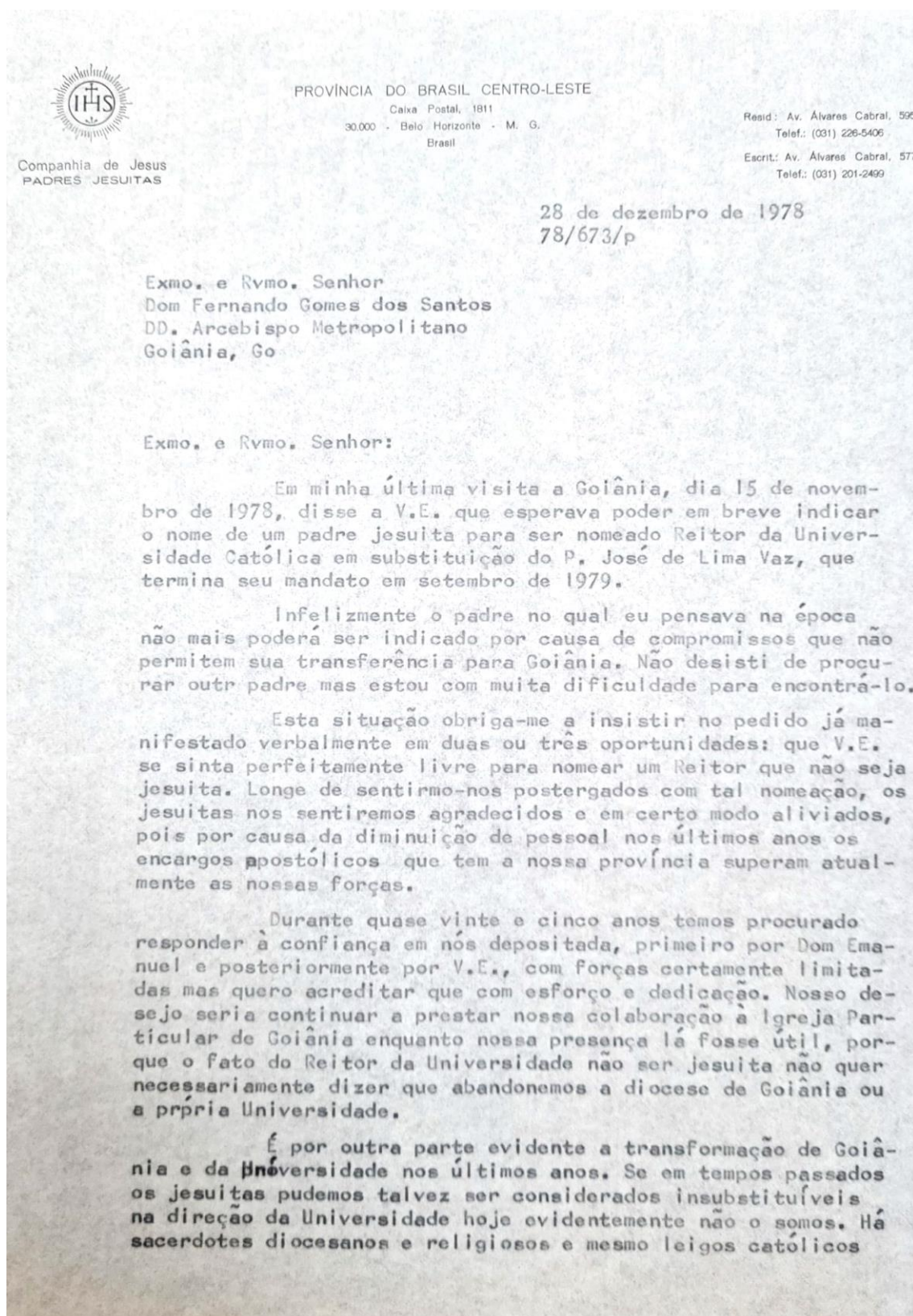
Nossa manifestação de solidariedade se realizou dia 12 de Novembro, no encerramento da campanha das vocações, comemorando ainda o 27º aniversá- rio da ordenação sacerdotal do Exmo. Sr. Arcebispo. Perante umas 10 mil pes- soas, presentes também o Sr. Governador e diversas autoridades, Corpo Docente da Universidade, muitos universitários e toda a população estudantil dos Colégios particulares, falaram vários oradores estigmatizando os insolentes desacatos presenciados nos últimos dias e verberando as autoridades civis apatermadas ante a petulância de um grupo ativista de rapazolas insuflados por detrás, pelos maçons e pelos profissionais instigadores das desordens.

Por fim falou também o Vigário Geral da Arquidiocese e o Exmo. Sr. Ar- cebispo, que, agradecendo, aproveitou ~~tempos~~ para pingar fortemente os is.

A imprensa da cidade composta de 10 jornais, cinco dos quais diários, nenhum porem de valor, teve a prudência necessária para nada publicar dos desmandos dos estudantes. Deu notícia, sem muito realçar os fatos, da concen- tração católica e da manifestação de solidariedade ao Sr. Arcebispo.

Passados 60 dias destes acontecimentos, tem-se a impressão agora, de que os fautores das desordens foram derrotados. Com efeito, a Universidade por eles pleiteada continua na estaca zêro, e pelo que sei, aí ficará por mui- to tempo; a reação das famílias e da gente de bem foi para reprovar as atitu- des ignóbeis dos despeitados; aumentou a união entre os professores de nossa Universidade e esta vai se impondo à admiração e estima de todos; e os pró- prios estudantes vão se revoltando contra o tirânico domínio do Diretório da Faculdade Federal de Direito. A revolta começou em nossa Fac. de Filosofia onde se convocou uma assembléia geral para pedir contas ao Diretório de sua atitude neutra em face dos acontecimentos. Nenhuma justificativa foi conside- rada objetiva e de valor. O Diretório pediu demissão. Constitui-se outro, pro- visório, que foi aclamado por todos, e decidido a tomar outros rumos. Foi as- sim que terminou o ano letivo de 1959, prenunciando lutas para 1960. Os pro- gnósticos no entanto são em favor da boa causa, porque nossos alunos estão decididos a arebatar aos federais a liderança do movimento estudantil de

Anexo IV: Carta do pe. Cristobal Álvarez, provincial dos jesuítas, a Dom Fernando, comunicando a decisão da Companhia de Jesus em deixar a administração da Universidade Católica de Goiás.





Companhia de Jesus
PADRES JESUITAS

PROVÍNCIA DO BRASIL CENTRO-LESTE

Caixa Postal, 1811
30.000 - Belo Horizonte - M. G.
Brasil

Resid: Av. Álvares Cabral,
Telef.: (031) 226-5406

Escrit: Av. Álvares Cabral,
Telef.: (031) 201-2499

que poderão substituir-nos com vantagem.

Receba, prezado Dom Fernando, este meu pedido
ciente do sacrifício pessoal que me custa fazê-lo. Oito anos
trabalhei na Universidade e só tenho boas recordações e muitas
obrigações de gratidão. Não é sem certa tristeza que lhe peço
que entregue a direção da Universidade a outras mãos quando
preferiria poder-lhe dizer que continuasse contando conosco.

Em Cristo,

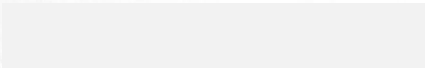
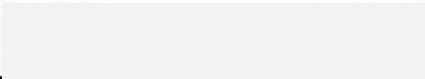
Cristóbal Alvarez Garcia, S.J.
provincial

Anexo V: Abaixo assinado dos cinco professores de sociologia demitidos pelo reitor, pe. José Carlos de Lima Vaz.

Goiânia, 22 de agosto de 1979

Ao
Magnífico Reitor da UCG
Pe. José Carlos de Lima Vaz, S.J.
Reitoria

Nós, abaixo-assinados, declaramos conhecer as resoluções da
Assembleia Geral dos professores da UCG realizada dia 21, transcritas em
documento encaminhado a Reitoria de UCG, com as quais concordamos.

 Eline Jonas Fragola	 José Maria Baldino
 Nei Clara de Lima	 Silvio Costa
 Marcos Antonio da Silva	

Fonte: Arquivo da Província dos Jesuítas no Brasil, 2023.

Anexo VI: Carta de repúdio da Sociedade Goiana de Sociologia em decorrência da demissão dos cinco professores de sociologia da Universidade Católica de Goiás em 1979.

CARTA DE REPÚDIO À POPULAÇÃO GOIANIENSE

A Sociedade Goiana de Sociologia que no item IX do art. 2º de seu Estatuto propõe-se a "defender os associados, quando cerceados em suas atividades profissionais, ameaçados em sua liberdade de expressão e em suas atividades intelectuais", vem a público denunciar e repudiar a demissão arbitrária dos Professores:

- Nei Clara de Lima
- Eline Jonas Fragola
- Silvio Costa
- José Maria Baldino
- Marcos Antônio

sociólogos e professores de sociologia no Primeiro Ciclo de Estudos Gerais da Universidade Católica, pela referida Universidade.

Este ato arbitrário e injusto vem se somar a vários outros do mesmo teor que tem marcado a administração autoritária e obscurantista do Magnífico Reitor Pe. José Carlos de Lima Vaz, frente àquela instituição do ensino superior.

A Sociedade Goiana de Sociologia lamenta que, no momento em que as reivindicações de várias categorias profissionais da sociedade brasileira tem sido consideradas justas e atendidas, uma simples reivindicação por melhores condições de trabalho seja considerada como atitude de indisciplina por parte de instituição universitária e motive este ato de demissão sumária.

A SGS convoca seus associados a prestarem toda solidariedade a seus colegas, seja a través de denúncia à comunidade goianiense, seja recusando-se a assumir aulas na referida Instituição e apela do público em geral, e particularmente, aos alunos e ex-alunos dos mestres demitidos, que cerrem fileira conosco no repúdio a este ato ante-democrático, injusto e por isto ante-cristão da Universidade Católica de Goiás.

PELO LIVRE DIREITO DE EXERCER A NOSSA PROFISSÃO

POR MELHORES CONDIÇÕES DE TRABALHO

PELA DEMISSÃO IMEDIATA DO REITOR

A Diretoria

Anexo VII: Manifestação pública de Dom Fernando Gomes dos Santos, arcebispo de Goiânia, sobre a greve geral na Universidade Católica de Goiás.

ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO

Dom Fernando Gomes dos Santos, Arcebispo Metropolitano de Goiânia e Presidente da Sociedade Goiana de Cultura mantenedora da Universidade Católica de Goiás, vem a público fazer a seguinte comunicação:

- 1) Estiveram com o Arcebispo, hoje, o Magnífico Reitor Padre José Carlos de Lima Vaz, acompanhado de sua Equipe Administrativa;
- 2) Depois de algumas considerações sobre os últimos acontecimentos na UCG, todos colocaram seus cargos à disposição do Arcebispo;
- 3) O Arcebispo pediu-lhes que permanecessem em suas funções até o próximo dia 03 de setembro quando terminará o mandato do Padre José Carlos de Lima Vaz, SJ, como Reitor.
- 4) Todos concordaram em atender a referida solicitação.
- 5) Diante do exposto, o Arcebispo manifesta seu agradecimento público à mencionada Equipe por mais esta demonstração de atenção e espírito de serviço, ao mesmo tempo em que, reiterando seu apoio a atual Reitoria, espera que a vida universitária da UCG encontre as condições adequadas para voltar ao seu clima normal de convivência fraterna e produtividade intelectual.

Goiânia, 22 de agosto de 1979

+ Fernando Gomes dos Santos
Arcebispo de Goiânia